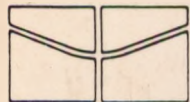


COLEÇÃO TEMAS BRASILEIROS



Editora Universidade de Brasília

Heitor Lyra

Minha Vida Diplomática



Heitor Lyra, diplomata e historiador, nasceu no Recife, em 1893. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, membro da International Law Association, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Direito Aeronáutico e da Sociedade Brasileira de Direito Internacional. O autor de *Minha Vida Diplomática*, entre tantas altas funções que desempenhou, foi também encarregado de selecionar e catalogar os manuscritos relacionados com a história diplomática do Brasil.

Entre suas obras destacam-se: *Ensaio Diplomático, História de D. Pedro II, História Diplomática e Política Internacional, História da Queda do Império, O Brasil na Vida de Eça de Queiroz.*

MINHA VIDA DIPLOMÁTICA



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CONSELHO DIRETOR

Abílio Machado Filho
Amadeu Cury
Aristides Azevedo Pacheco Leão
Isaac Kerstenetzky
José Carlos de Almeida Azevedo
José Carlos Vieira de Figueiredo
José Ephim Mindlin
José Vieira de Vasconcellos

Reitor: José Carlos de Almeida Azevedo
Vice-Reitor: Luiz Octávio Moraes de Sousa Carmo

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CONSELHO EDITORIAL

Afonso Arinos de Melo Franco
Arnaldo Machado Camargo Filho
Cândido Mendes de Almeida
Carlos Castello Branco
Geraldo Severo de Souza Ávila
Heitor Aquino Ferreira
Hélio Jaguaribe
Josaphat Marinho
José Francisco Paes Landim
José Honório Rodrigues
Luiz Viana Filho
Miguel Reale
Octaciano Nogueira
Tércio Sampaio Ferraz Júnior
Vamireh Chacon de Albuquerque Nascimento
Vicente de Paulo Barretto

Presidente: Carlos Henrique Cardim

Equipe Técnica

Editoração: Lúcio Dias Leite Reiner
Manuel A. Carlos M. L. da Cruz
Maria Riza Baptista Dutra
Maria Rosa Magalhães

Revisão: Antonio Carlos Ayres Maranhão
José Reis
Monica Fernandes Guimarães
Patrícia Maria Silva de Assis

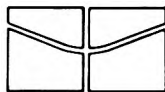
Supervisão Gráfica: Elmano Rodrigues Pinheiro

Heitor Lyra

Minha Vida Diplomática

Coleção Temas Brasileiros
Volume 17

Tomo I



Editora Universidade de Brasília

Com o apoio



FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

Este livro ou qualquer parte dele
não pode ser reproduzido por qualquer meio
sem autorização escrita do Editor

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília
Campus Universitário – Asa Norte
70.910 – Brasília – Distrito Federal

Copyright © 1972 Yolanda do Couto Lyra

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília

Capa:
Arnaido Camargo Filho

L768a Lyra, Heitor, 1893 -
Minha vida diplomática. Brasília, Editora Universidade de
Brasília, 1981, c1972.
372 p. 2v. ilustr. (Coleção Temas Brasileiros, n.º 17)

929 L768 327 (81)
t
série

Obras do Autor

Publicadas:

- ENSAIOS DIPLOMÁTICOS, Monteiro Lobato & Cia, Editores, São Paulo, 1922.
HISTÓRIA DE DOM PEDRO II, 3 vols. Ascensão, 1825-1870; Fastígio, 1870-1880;
Declínio, 1880-1891. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938-1940.
HISTÓRIA DIPLOMÁTICA E POLÍTICA INTERNACIONAL, Editora Civilização
Brasileira, Rio de Janeiro, 1941.
HISTÓRIA DA QUEDA DO IMPÉRIO, 2 vols. Companhia Editora Nacional, São
Paulo, 1964.
O BRASIL NA VIDA DE EÇA DE QUEIROZ, Editora Livros do Brasil, Lisboa,
1965.
EFEMÉRIDES LUSO-BRASILEIRA, 1807-1970, Lisboa, 1971.

A publicar:

- MEMÓRIAS DA VIDA DIPLOMÁTICA, COISAS VISTAS E OUVIDAS, 1916-1925,
1^o Volume.
HISTÓRIA DE DOM PEDRO II, revista e atualizada.

Dados sobre a Carreira Diplomática do Embaixador Heitor Lyra

- 1916 – Admitido como Adido à Secretaria de Estado das Relações Exteriores.
- 1917 – Encarregado de selecionar e catalogar documentos manuscritos relacionados com a história diplomática do Brasil.
- 1917 – Designado para a Comissão encarregada da elaboração do Segundo Livro Verde.
- 1918 – Nomeado 3º Oficial da Secretaria de Estado.
- 1922 – Designado para a Comissão encarregada da elaboração do “Arquivo Diplomático da Independência do Brasil”, obra em 6 volumes.
- 1922 – Transferido para o serviço exterior como 2º Secretário da Embaixada do Brasil em Londres.
- 1923 – Designado Secretário do Delegado do Brasil à XXV sessão do Conselho da Liga das Nações, em Genebra.
- 1923-25 – Designado Secretário da Delegação Permanente do Brasil às IV, V e VI Assembléias da Liga das Nações.
- 1926 – Posto à disposição, em Paris, do Embaixador Afranio de Melo Franco.
- 1926 – Transferido, como 2º Secretário, para a Legação do Brasil em Berlim.
- 1927 – Removido para a Secretaria de Estado.
- 1927 – Nomeado Chefe da Seção Política da América, na Secretaria de Estado.
- 1928 – Designado 2º Secretário da Embaixada do Brasil junto à Santa Sé.
- 1929 – Designado para a Missão Especial no Jubileu Sacerdotal do Papa Pio XI.
- 1930 – Encarregado de Negócios do Brasil no Vaticano.
- 1932 – Removido para a Secretaria de Estado.
- 1932 – Designado para representar o Ministério das Relações Exteriores no Instituto Pan-Americano de Geografia e História, no Rio de Janeiro.
- 1933 – Designado para coordenar precedentes e preparar memórias diplomáticas do país.
- 1933 – Designado para acompanhar, como Secretário, os trabalhos da Comissão colombo-peruana no Rio de Janeiro.
- 1934 – Auxiliar de Gabinete do Ministro de Estado Cavalcanti de Lacerda.

- 1934 – Promovido por merecimento a 1^o Secretário de Embaixada.
- 1934-35 – Examinador de Direito Internacional nos concursos para Consul de 3^a classe.
- 1934 – Requisitado para servir no Gabinete do Ministro de Estado J. C. de Macedo Soares.
- 1935 – Designado para a Comissão de recepção do Senador Guilherme Marconi.
- 1936 – Removido para a Embaixada do Brasil em Berlim.
- 1937 – Nomeado Conselheiro da Embaixada do Brasil em Berlim.
- 1937 – Removido para a Embaixada do Brasil em Lisboa.
- 1937 – Encarregado de Negócios do Brasil em Lisboa.
- 1939 – Removido para a Secretaria de Estado.
- 1939 – Membro da Comissão que cooperou com Itamaraty na organização da representação do Brasil nas comemorações do 8^o centenário de Portugal e 3^o da sua restauração.
- 1939 – Chefe da Divisão Política e Diplomática da Secretaria de Estado.
- 1939 – Nomeado para constituir a Secção de Segurança Nacional do Ministério das Relações Exteriores.
- 1940 – Removido para a Embaixada do Brasil em Buenos Aires.
- 1941 – Encarregado de Negócios do Brasil em Buenos Aires.
- 1941 – Promovido, por merecimento, a Ministro de 2^a classe.
- 1942 – Removido para a Secretaria de Estado.
- 1942 – Representante do Ministério das Relações Exteriores no Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, do Instituto de Geografia e Estatística.
- 1942 – Chefe da Divisão de Fronteiras da Secretaria de Estado.
- 1943 – Membro da Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil.
- 1943 – Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais da Secretaria de Estado.
- 1943 – Membro da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes.
- 1944 – Membro da delegação do Brasil à 2^a Reunião Pan-americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia, no Rio de Janeiro.
- 1944 – Designado para integrar a Comissão Mista encarregada de rever o projeto de Decreto-lei contra o alcoolismo.
- 1945 – Removido para Copenhague como Ministro Plenipotenciário.
- 1946 – Chefe da Delegação do Brasil à 2^a Conferência de Alimentação e Agricultura—1950.
- 1950 – Chefe do Departamento Político e Cultural da Secretaria de Estado.
- 1950 – Presidente da Comissão de Reparações de Guerra da Secretaria de Estado.
- 1950 – Diretor da Secção de Segurança Nacional da Secretaria de Estado.
- 1950 – Secretário-Geral interino.
- 1951 – Ministro de Estado interino das Relações Exteriores.
- 1951 – Presidente da Comissão Organizadora do 1^o Congresso da União Latina e Secretário-Geral do mesmo Congresso no Rio de Janeiro.
- 1951 – Secretário-Geral interino.
- 1951 – Promovido, por merecimento, a Ministro de 1^a classe.

- 1952 – Removido, como Embaixador, para Otawa.
- 1954 – Delegado do Brasil à IX Sessão da Assembléia Geral da O.N.U., em Nova Iorque.
- 1955 – Removido, como Embaixador, para Lisboa.
- 1957 – Removido, como Embaixador, para a Embaixada do Brasil junto à Santa Sé.
- 1958 – Aposentado, como Embaixador, por limite de idade.

Quant on sait
bien les choses,
il faut les raconter

Introdução

Este livro pretende ser o primeiro de uma série de outros, em que eu conto muita coisa que vi e ouvi no correr da minha carreira diplomática, longa de 42 anos. Falo muito dos outros e pouco de mim. Refiro-me, por vezes, em passant, à primeira vez que estive na Europa em 1910 e 1911, quando ainda estudante de direito no Rio de Janeiro. Era o tempo da chamada belle époque, quando a Europa Ocidental desfrutava uma paz e uma estabilidade política, social e financeira que nunca tivera antes nem possivelmente terá depois. Foram cerca de cinquenta anos de paz, que vinha da guerra franco-prussiana de 1870 e iriam até o começo da primeira Guerra Mundial, em 1914.

Mas o que realmente eu conto neste livro são os meus primeiros nove anos na carreira diplomática, desde a minha admissão no Ministério das Relações Exteriores, em 1916, até a minha remoção da Embaixada em Londres, meu primeiro posto no estrangeiro, para a Delegação Permanente do Brasil na Liga das Nações, em Genebra, no ano de 1925.

Nos demais livros, se Deus me der vida e capacidade para escrevê-los, pretendo focalizar minha estada nos demais postos da carreira – em Genebra, Berlim, Roma, novamente Berlim, Lisboa, Buenos Aires, Copenhague, Ottawa, Nova Iorque, novamente Lisboa e novamente Roma, onde encerrei minha carreira, aposentado por limite de idade. Falarei também de minhas estadas no Rio de Janeiro nos intervalos entre esses postos, a serviço da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, onde desempenhei todos os postos de direção, inclusive de Ministro interino de Estado, com a única exceção de Chefe do Gabinete do Ministro. Cabe dizer ainda que fui o único diplomata brasileiro que serviu na Liga das Nações e nas Nações Unidas.

Dito isso, só me resta pedir a indulgência daqueles que terão o tempo e a paciência de me ler. Não quero, entretanto, encerrar esta Introdução, sem agradecer à minha mulher, a preciosa ajuda que ela me prestou, com todo o seu interesse e melhor boa vontade, na revisão das provas.

Lisboa, Abril de 1972.

HEITOR LYRA

Sumário

NA SECRETARIA DO ESTADO:

1 – Como não entrei para o Serviço Diplomático, quando podia ter entrado.	1
2 – A casa do Senador Azeredo	9
3 – Como entrei para o Serviço Diplomático quando não podia ter entrado .	27
4 – Chefes, colegas e velhos servidores	33
5 – No tempo de Nilo Peçanha	45
6 – Quando os diplomatas constituíam uma classe	63
7 – Domício da Gama no Itamaraty	79
8 – O Ministro do Sr. Epitácio	103

NA EMBAIXADA EM LONDRES:

9 – A caminho da Europa	113
10 – 19, Upper Brook Street	121
11 – O pessoal da Embaixada	127
12 – Penedo, Corrêa e Nabuco	141
13 – Mrs. Taylor e outras mulheres	155
14 – Gentlemen, the King!	161
15 – O Rei Reina, mas não Governa	173
16 – Suas Excelências	179
17 – Ingleses	193
18 – Castelos e Castelões	199
19 – Coleções e colecionadores	207
20 – Brasileiros em Londres	215
21 – Um passeio, em Paris, com Domício da Gama	227
22 – O conceito inglês da tradição	235
23 – Café Royal	241
24 – Do outro lado da Mancha	251

25 – A Baronesa de Itajubá	289
26 – O Embaixador das Graças	301
27 – Dois almoços em Paris	309
28 – Da necessidade de ser gentleman	319
29 – Triste fim de Domício da Gama	331
30 – Raul Régis de Oliveira	343
31 – Cartas de Londres	351
NOTAS	371

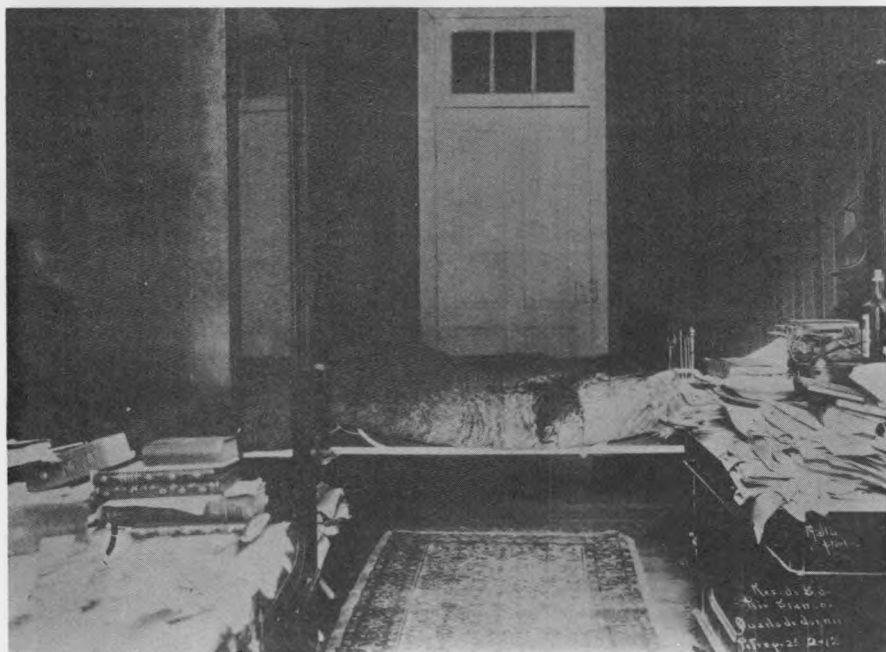
Na Secretaria
de Estado



O autor, 2.º Secretário da Embaixada em Londres, em 1924



Retratos do Visconde e do Barão do Rio Branco, oferecido pelo último ao Autor com uma dedicatória autografada.



Quarto de dormir do Barão do Rio Branco em sua casa em Petrópolis.

Como não entrei para o Serviço Diplomático quando podia ter entrado

Minha primeira ligação com o serviço diplomático brasileiro data de 1909. No fim desse ano, meu pai devia partir, com a família, para a Europa, a fim de instalar-se temporariamente na Bélgica. Sabedor disso, o Barão do Rio Branco, que fazia sete anos estava à frente dos negócios exteriores do Brasil, sugeriu nomear-me Adido à Legação em Bruxelas, dirigida então por Oliveira Lima.

Meu pai, sem consultar-me, aliás, declinou da sugestão, alegando preferir que eu empregasse meu tempo na Europa estudando as línguas estrangeiras, de preferência, a ficar preso em Bruxelas com uma obrigação qualquer; que eu tivesse os meus movimentos livres, a fim de viajar e conhecer algumas das principais capitais européias - a que observou o Barão que minha qualidade de simples Adido de Legação, no fundo puramente honorífica, não implicava, necessariamente, na obrigação de residir em Bruxelas, tanto assim que Carlos Taylor, também Adido ali, residia sabidamente em Paris. Por fim meu pai lhe apresentou o argumento decisivo, que no fundo era o único que realmente tinha: não desejava que eu ingressasse na carreira diplomática porque lhe parecia eu estar ainda muito jovem para isso - tinha dezesseis anos de idade e apenas iniciara, no Rio de Janeiro, o meu curso jurídico. Foi só então que Rio Branco se rendeu às suas razões. E eu não fui nomeado Adido de Legação.

Não se pode dizer que esse fato concorreu ou não na diretriz da carreira que devia depois abraçar. Sem dúvida não deve ter concorrido para adiantar-me nela. Só tendo entrado para o serviço diplomático em 1916, quer dizer, sete anos depois, e na mesma situação de Adido que teria em 1909, esse espaço de tempo pode considerar-se como perdido. Rio Branco iria falecer em fevereiro de 1912. Se eu houvesse ingressado na carreira em 1909, tudo faz crer que minha entrada cedo no serviço diplomático redundaria em benefício para mim, pois contando com a simpatia e o apoio do Barão, o acesso nela teria sido certamente mais fácil do que iria ser depois com os seus sucessores no Itamaraty.

Aquela simpatia do Barão decorria, naturalmente, da própria simpatia que ele sempre dispensara a meu pai. Este o conhecera em 1902, quando ele chegara ao Rio de Janeiro para assumir a pasta das Relações Exteriores, na primeira presidência de Ro-

drigues Alves. E desde então as relações entre os dois haviam-se firmado no terreno de uma recíproca cordialidade. Meu pai começou a privar de perto com o Barão por ocasião da discussão e depois aprovação, pelo Congresso Nacional, do chamado Tratado de Petrópolis, assinado em 18 de novembro de 1903, e cuja negociação com a Bolívia tivera início pouco depois da chegada de Rio Branco ao Brasil. Por esse Tratado, a Bolívia iria nos ceder um território com cerca de 192.000 quilômetros quadrados, já ocupado em grande parte por brasileiros, em troca de 2.296 que de fato lhe pertenciam — além de uma indenização em dinheiro, que lhe pagaríamos, e da construção, por nossa parte, da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Quer dizer, um negócio sob todos os pontos de vista excelente para nós. E não era sem razão que Rio Branco dizia que das três questões de limites em que ele fora nosso advogado, Missões, Amapá e Acre, esta era a que nos daria maiores vantagens.

No entanto, e apesar disso, ele iria sofrer de alguns órgãos da imprensa diária do Rio e de alguns membros do Congresso Nacional, os mais violentos e injustos ataques, dos quais só sairia vencedor graças à sua coragem, energia e espírito de decisão. Na imprensa, punha-se à frente desses ataques, com a sua costumada violência, Edmundo Bitencourt, diretor e proprietário do *Correio da Manhã*; e no Congresso Nacional destacavam-se Rui Barbosa, Pinheiro Machado e Lauro Sodré, no Senado; e Barbosa Lima, na Câmara dos Deputados.

Edmundo Bitencourt estampava em seu jornal, um artigo sob o título: *Tratado de Petrópolis*, no qual o menos que dizia sobre o “inepto e impatriótico tratado do Sr. Rio Branco” era que ele seria certamente aprovado pela maioria da Câmara dos Deputados, maioria “cega e surda à lógica e à razão” composta de “autômatos inconscientes, que dali deviam ser corridos a chitote, se neste País houvesse povo”. Para Edmundo Bitencourt, Rio Branco era um “espírito sem penetração e perpetuamente tolhado de obscuridades, não sabendo sacar das entranhas do assunto os termos cardiais da questão”. Inteligência romba, que escorregada pela superfície em todos os sentidos, não podia entrar no âmago. E o *seu* tratado não era senão uma combinação aleijada de meios para solver dúvidas e dificuldades que não existiam. “O Sr. Rio Branco, prosseguia o jornalista, vítima de uma dessas ilusões peculiares à fatuidade aldeã, acredita que o *seu* tratado o levará à posteridade, e lhe dará direito a uma segunda estátua, na mais formosa das nossas Praças, tão elegante e tão majestosa como a figura de bronze que, junto das ruínas do Mercado da Glória, representa o seu progenitor numa atitude de coação e constrangimento que aflige o espectador”. A graça, se se pode dizer assim, desse período, foi que Edmundo Bitencourt, procurando ridicularizar Rio Branco, arriscou um prognóstico que ele jamais pensaria se realizasse, e foi a grandiosa estátua do Barão erguida numa das principais Praças do Rio de Janeiro, para perpetuação de sua glória de benemérito da Pátria.

* * *

Ao tempo da negociação com a Bolívia, de onde resultaria o Tratado de Petrópolis, meu pai era (na realidade desde a Constituinte republicana de 1891), Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco, sendo também membro da Comissão de Diploma-

cia e Tratados, e como tal um dos relatores na Câmara das cláusulas do Tratado. Isso lhe dava acesso fácil ao Itamaraty ou à casa de Rio Branco, em Petrópolis, para trocar idéias com este sobre a melhor maneira de encaminhar na Câmara a discussão em torno do projeto do Tratado, cujos principais defensores eram os Deputados Gastão da Cunha e Enéas Martins. Aprovado, afinal, o Tratado, em 1903, as relações entre meu pai e o Barão em nada perderiam da cordialidade que se tinha firmado entre os dois.

Sobre tudo isso eu fazia então uma idéia meio confusa e certamente incompleta, o que afinal se compreende, pois era um menino de dez anos apenas de idade. Sabia que Rio Branco era um brasileiro que vivera muitos anos na Europa, e que tinha adquirido para o Brasil, em memoráveis questões com a Argentina e a França, grandes áreas de território; e que se havia criado, em torno dele, a fama de grande patriota. Mas sobre a sua verdadeira personalidade, não podia fazer uma idéia exata. Somente cinco ou seis anos mais tarde, com um melhor conhecimento sobre ele, seus serviços e os seus méritos, é que eu iria conhecê-lo e julgá-lo melhor, quando então se tomaria para mim e os brasileiros da minha geração, sobretudo a mocidade das escolas, uma espécie de ídolo.

* * *

A circunstância de ser meu pai, então, o único membro pernambucano da Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara dos Deputados, fazia-o como que o representante ou porta-voz do seu Estado ou do chefe político que o dirigia, o Senador Rosa e Silva, em tudo o que se referisse ao Itamaraty. Porque Rosa e Silva, antigo Vice-Presidente da República e chefe político poderoso em Pernambuco, não se dignava ir pessoalmente avistar-se com os Ministros de Estado sempre que precisava de alguma coisa de um determinado Ministério: confiava esse encargo a um dos Deputados da sua bancada, encargo que quando se tratava do Ministério das Relações Exteriores cabia, naturalmente, a meu pai.

A este propósito lembro-me de um fato ligado a Lucilo Bueno, que foi um dos mais brilhantes e capazes dos nossos diplomatas, e iria falecer prematuramente em Lima, em 1938, como Embaixador do Brasil junto ao Governo Peruano. Era filho do Coronel Antônio Bueno, banqueiro no Rio de Janeiro e amigo pessoal do Senador Rosa e Silva. Aí por volta de 1908 Lucilo, que era 3º Oficial da Secretaria de Estado, desejava ser transferido, como 2º Secretário de Legação, para o Corpo Diplomático. Encarregou então Rosa e Silva a meu pai, de obter de Rio Branco essa transferência. A tarefa foi difícil. O Barão apreciava as qualidades de inteligência, a cultura e o espírito alegre de Lucilo, sempre pronto a fazer *blagues* para divertimento do caráter austero e reservado do Barão. Mas se com isso o divertia, outras vezes o predispunha contra ele, sobretudo quando, falador incorrigível, não era sempre discreto em suas palavras. Parece que certa vez Lucilo obteve, por iniciativa própria ou a pedido do Barão, uma informação importante do então Ministro do Peru do Brasil, Herman Velarde (*), que gostava muito do Lucilo e a quem recebia repetidamente em sua casa de Petrópolis.

(*) Que seria sogro do Embaixador Mário de Pimentel Brandão.

Vai daí, Lucilo bate, como se diz, na língua, felicitando-se do bom sucesso da sua missão junto ao representante peruano. Os corredores do Itamaraty eram freqüentados, como é natural, pelos diplomatas, pois ali era a casa deies; e os diplomatas eram supostos ser profissionalmente discretos. Mas o fato era que não havia lugar menos discreto do que os corredores do Itamaraty. Tudo o que se dizia ou se comentava ali ganhava logo, como dizia o meu colega e amigo Camilo de Oliveira, o “mundo largo”, cuja última etapa era o gabinete do Ministro de Estado, onde chegava às vezes aumentado ou deturpado. Assim que não tardou em chegar aos ouvidos do Barão as palavras indiscretas e num certo sentido comprometedoras do Lucilo. Foi o bastante para Rio Branco se indispor com ele, colocá-lo no índice do seu malquerer, passando desde então a pôr toda a espécie de dificuldades na sua transferência para o Corpo Diplomático. Não houve argumento de meu pai que o demovesse disso. E cada vez que este lhe falava no assunto, eram novos motivos apresentados pelo Barão para justificar a sua oposição. Motivos às vezes infantis, como esse de ter Lucilo uma caligrafia muito má, a pior recomendação para um *Secretário*, já que nesse tempo ainda pouco se usavam as máquinas de escrever. Numa outra ocasião deu preferência a um concorrente do Lucilo, Euzébio de Queiroz Matoso Câmara, justificando a sua nomeação com a necessidade de prestigiar as velhas famílias brasileiras, que tanto haviam concorrido para a formação da nossa nacionalidade. Euzébio de Queiroz era neto do célebre Senador do Império Euzébio de Queiroz. “V. Ex^a compreende, dizia Rio Branco a meu pai, eu não posso deixar de atender ao pedido do neto do Senador Euzébio, a quem o Brasil deve tantos serviços, e que foi, além do mais um grande amigo de meu pai”. Cabe dizer, entre parênteses, que esse neto de Euzébio de Queiroz, por seu procedimento como 1^o Secretário em Madrid, seria exonerado da carreira, já depois da morte de Rio Branco.

Por fim meu pai sempre conseguiu do Barão a almejada transferência do Lucilo, sendo ele mandado servir como 2^o Secretário da nossa Legação em Caracas. Lucilo não esqueceria o serviço que lhe prestara meu pai. Anos mais tarde, em 1926, sendo ele Ministro em Copenhague e sabendo ali do falecimento do meu pai, escreveu-me uma carta muito comovida, em que dizia: “Acabo de saber da funesta notícia do passamento de seu pai, meu velho e saudoso amigo Dr. Pereira de Lyra. Cheio de funda mágoa, recordando todo o empenho que ele pôs, há 20 anos, para a minha entrada na carreira, venho dar-lhe os meus sentidos pêsames, pedindo que os transmita à sua Ex^{ma} família no Brasil. Avalio a sua dor pela que senti em idênticas circunstâncias”.

* * *

Disse que, sendo membro da Comissão de Diplomacia e Tratados da Câmara dos Deputado, meu pai costumava ir procurar o Barão do Rio Branco no Itamaraty para tratar com ele de assuntos ligados àquela comissão. Tenho de uma dessas visitas uma lembrança de ordem pessoal. O fato passou-se em 28 de setembro de 1909. Depois se verá porque essa data ficou gravada em minha memória.

Meu pai estava em véspera de partir para a Europa. Foi ao Itamaraty despedir-se de Rio Branco e ao mesmo tempo receber suas instruções, já que este aproveitava

a viagem de meu pai ao Velho Mundo para encarregá-lo de representar o Brasil, a título gracioso (hoje se diz “sem ônus para o Tesouro”), no Congresso Internacional de Ciências Administrativas, que devia reunir-se em Bruxelas no ano seguinte. Sugeri então meu pai que eu o acompanhasse ao Itamaraty, para agradecer pessoalmente a Rio Branco a lembrança que tivera de fazer-me Adido à nossa Legação na Bélgica. Ora, nada me podia ser mais agradável: Rio Branco era já para mim, e penso para a minha geração, uma espécie de semideus, e o fato de poder aproximar-me dele, em seu gabinete de trabalho, era um verdadeiro acontecimento na minha vida. Até então eu só o tinha visto na rua, ou no Restaurante da Brama, onde ele ia uma vez ou outra almoçar; ou em cerimônias oficiais, mas sem jamais falar-lhe. E no Itamaraty nunca tinha estado.

Não foi assim sem uma certa emoção que me preparei para acompanhar meu pai. A visita, aliás, foi curta, feita entre duas audiências diplomáticas. Apenas o tempo de eu balbuciar, mais confuso do que propriamente comovido, um agradecimento qualquer ao Barão, e de ele estreitar-me cordialmente a mão, dizendo-me: “Sim, de fato, propus a seu pai nomeá-lo Adido à nossa Legação em Bruxelas; mas ele preferiu que você tivesse livre os seus movimentos para visitar um pouco a Europa; e voltasse ao Brasil para prosseguir o seu curso jurídico. Penso que está certo”. Mas a surpresa foi ao sair, quando ele me puxou para o lado e tirou um cartão de uma gaveta, escrevendo nele, rapidamente, algumas palavras, para logo me entregá-lo, dizendo que era uma lembrança sua que me dava. Guardo, ainda hoje, como uma relíquia e tenho-o vaidosamente no meu gabinete de trabalho, esse precioso autógrafa, no qual se vêem as efígies dos dois Rio Branco, o Visconde e o Barão, reprodução de um célebre medalhão de Charpentier; e ao lado, escrito por letra do Barão: *Ao seu jovem amigo Heitor Pereira Lyra, off. – Rio Branco. Rio, 29 de setembro de 1909.* Tenho a vaidade de dizer que é dos raros retratos do Barão. ao tempo de sua permanência no Itamaraty, com uma dedicatória autografada. Os poucos que existem levam apenas sua assinatura. Nesse tempo eu ainda conservava o apelido “Pereira”, o qual suprimi depois quando ingressei na carreira, para simplificar o nome e facilitar, no estrangeiro, a sua pronúncia. Ao dar-me a sua fotografia e do pai acrescentou Rio Branco: “Veja a data de hoje – fazem trinta e dois anos que foi promulgada a lei do Ventre-livre, elaborada por meu pai quando era Presidente do Conselho de Ministros”.

* * *

A vida do Barão do Rio Branco foi longa e laboriosa. Não foi uma vida fácil. Apesar de ser filho de um dos mais prestigiados estadistas da Monarquia, não lhe foi fácil obter um simples lugar de Cônsul do Brasil no estrangeiro, quando ainda lhe vivia o pai. Por se ter ligado a uma artista de café-concerto (com a qual iria casar-se anos depois, legitimando com isso os filhos do casal), Dom Pedro II, que nessas coisas era de um rigor e uma intransigência total, se opusera sempre a que ele fosse nomeado nosso representante no estrangeiro. E se ele conseguiu, afinal, o que tanto desejava (depois de dez anos de tenazes esforços) foi devido unicamente ao Barão de Cotegipe, então Presidente do Conselho de Ministros, que aproveitando a ausência do Imperador na Euro-

pa, conseguiu que a Princesa Imperial Regente o nomeasse Cônsul em Liverpool, na Inglaterra. E na carreira consular não passaria desse posto.

Esteve aí vários anos como Cônsul. Com isso foi ficando velho, sem que lhe aparecesse uma oportunidade de melhorar a situação. O pai tinha morrido no Rio de Janeiro Ausente anos seguidos do Brasil, Paranhos foi perdendo pouco a pouco os amigos que lá deixara. Num dado momento pensou em demitir-se do Consulado e voltar para sua terra, meter-se no interior de São Paulo e ir ser plantador de café. Talvez conseguisse com isso juntar um pouco de dinheiro para o futuro incerto e pouco promissor que o aguardava. Mas seus amigos brasileiros de Paris o dissuadiram de tão estapa-fúrdia idéia. Eduardo Prado escrevia a Joaquim Nabuco:

‘Rio Branco está em véspera de dar alguma ‘cabeçada’, cujas conseqüências, você verá, poderão ser funestíssimas. O que poderá esse homem fazer no Brasil, sobretudo na roça, como quer, senão acabar obscuramente, num meio ao qual nunca se adaptaria, e onde ficarão para sempre esterilizadas as suas grandes faculdades e os seus conhecimentos extraordinários, e entre nós únicos no gênero? Será um desastre que devemos tratar de impedir por todos os meios.’”

* * *

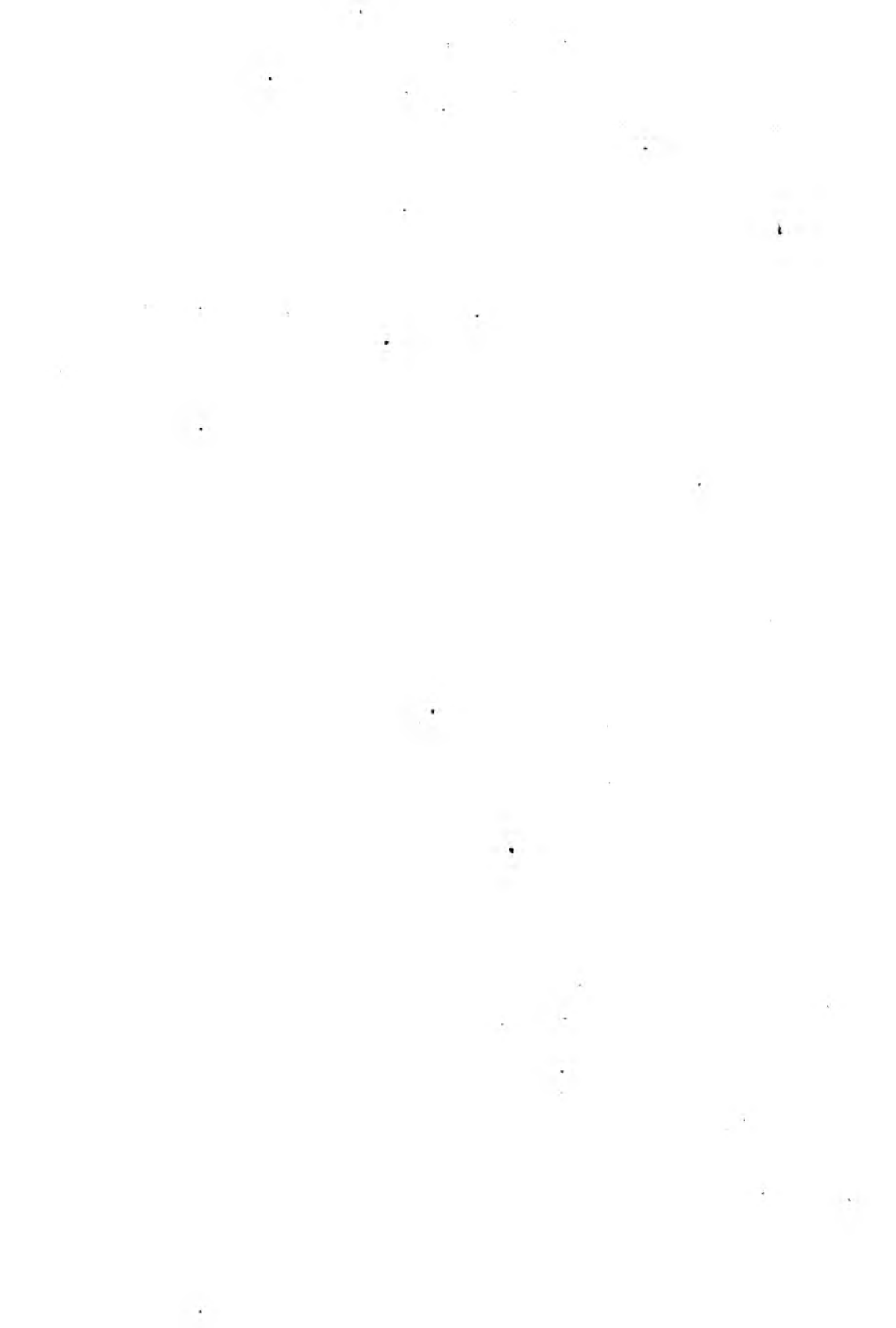
Mas felizmente para ele e para o Brasil a sua vida tomaria outras diretrizes, com a incumbência que lhe daria o governo brasileiro, de ser o defensor dos nossos direitos nas questões de limites que tínhamos, primeiro com a Argentina, e depois com a França. Absorvido com esses trabalhos, adquiriu novas forças para enfrentar o futuro. E só então é que a sorte lhe sorriu, primeiro com a recompensa alcançada por suas brilhantes vitórias; pouco depois com a sua transferência para o serviço diplomático, como nosso Ministro em Berlim; e, por fim, com o convite de Rodrigues Alves para ser o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, cargo em que iria mostrar todas as suas eminentes qualidades de diplomata e de estadista sem par, e que certamente não teria jamais a oportunidade de revelá-las se tivesse ficado na Europa, fosse no Consulado em Liverpool, fosse na Legação em Berlim, e ainda menos se tivesse ido para São Paulo ser plantador de café.

Indo para o Itamaraty, ele se tornaria o mais capaz, o mais brilhante, o mais avisado e o mais respeitado de quantos Ministros do Exterior têm passado por aquela casa desde a nossa Independência. Raramente se veria uma vida tão harmoniosa e cheia de belas ações. Raramente, também, se veria um fim de vida tão intensamente dedicado à causa pública, e que merecesse de seus contemporâneos uma tão grande e eloqüente consagração.

Antes de ele ser Ministro das Relações Exteriores, quando de suas brilhantes vitórias sobre as pretensões territoriais da Argentina e da França, e o declararem *Bene-mérito da Pátria*, não poucos o acusaram de continuar a ser um monarquista galar-dado pelo Governo da República. De fato ele foi e continuou sempre a ser um monarquista. Monarquista por convicção ou por princípio político, dizendo e reconhecendo o que ninguém de boa fé poderia negar, que se devia ao Império e ao Imperador Dom Pedro II, quarenta anos de paz, de progresso e de liberdade, defendendo o

Brasil de sofrer a mesma desintegração por que tinham passado as colônias espanholas da América Latina. Mas, se ele nunca abjurou de seus sentimentos monárquicos, isso não impedia, extinto o Império, de prestar seus serviços à República, a igual do que fizeram, entre outros, Joaquim Nabuco e o Conselheiro João Alfredo.

A este propósito, Sílvio Romero, então Deputado Federal (que seria depois meu professor na Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro), dizia na Câmara dos Deputados que não havia por que deixar de reconhecer os sentimentos monarquistas do Barão, mas que era um desses que o sabia ser, missionando a paz e a liberdade, bem diferente e bem distanciado de tantos outros que aqui mesmo neste recinto, fazem ao Império a guerra impiedosa que alguns republicanos fazem hoje à República; e aqui mesmo neste recinto injuriavam o Imperador aos brados descompassados e irritantes de *César Caricato, Príncipe nefasto e conspirador!* Rio Branco era filho de um conservador, era um titular da Monarquia, mas deixava de parte todos os seus ressentimentos e vinha pôr ao serviço da República os dotes inapreciáveis do seu espírito, exemplo igual ao que nos está dando esse outro peregrino talento, que se chama Joaquim Nabuco. Exemplos tais é que o Brasil há mister. Esses dois monarquistas de outros tempos bem compreenderam que a Pátria não pode ser *anima vilis* de experiência de formas de governos, e que para servir à República basta apenas um pouco de boa vontade, de bom-senso e de patriotismo.



A casa do Senador Azeredo

Nessa época já me uniam à família do Senador Antônio Azeredo as melhores relações de amizade. Era uma amizade que se firmara por via de Paulo Azeredo, filho do Senador, em Petrópolis, no verão de 1913. Paulo era um pouco mais moço do que eu. Pertencíamos, porém, à mesma geração, com os mesmos gostos e a mesma mentalidade. Formávamos, com alguns poucos rapazes mais ou menos de nossa idade, um grupo homogêneo, muito unido, muito igual em sua maneira de encarar a vida, de escolher os divertimentos, de sentir e compreender o *nosso tempo*. Não havia entre nós a menor sombra de desentendimento. Não medravam intrigas. Não brotavam invejas. Não se criavam despeitos.

Éramos cerca de uma dezena de rapazes. Havia os dois Teixeiras, irmãos de Gastão Teixeira, este genro do Senador — Braz e Armando. Armando não estava sempre conosco. Parava muito tempo na Europa, de onde, afinal, nos veio casado com uma encantadora moça portuguesa. Havia Benjamim Monteiro, filho de João Monteiro, o grande juriconsulto do fim do Império. A mãe de Benjamim, Dona Tatá Monteiro, era filha do Conselheiro Souza Franco, Ministro da Fazenda do Gabinete Olinda, de maio de 1857. *Noceur* incorrigível, dispendo de fortuna, conhecedor de todos os segredos dos jogos de azar, Benjamim teimava em fazer no Rio de Janeiro a vida dos *boîtes* e dos boulevards parisienses. É claro que a desproporção era grande.

Nesse tempo os jogos chamados de azar, isto é, a roleta, o bacará e o campista, só se faziam em alguns clubes da zona mal freqüentada do Rio, que era o bairro da Lapa; e eram mal vistos pela sociedade de Botafogo e das Laranjeiras (Copacabana a bem dizer ainda não existia — era uma praia de pescadores). Todo aquele que frequentava ostensivamente esses clubes, centros considerados de perdição, era taxado de *jogador*, frase que valia quase como um insulto. Depois as coisas mudaram, e o Rio de Janeiro se tomou uma verdadeira casa de jogos. Nas salas dos seus cassinos, tanto na Urca como no Palace Hotel de Copacabana, iriam-se acotovelar, debruçadas sobre o pano verde, as mais virtuosas senhoras da sociedade carioca e dos Estados quando de visita ao Rio, tanto casadas como solteiras, algumas até em idade ainda de colégio, com as mais conhecidas *cocotes* da cidade. O meu saudoso amigo Jaime Pinho, por-

tuguês, que faleceu em junho de 1969, e estava no Rio naquele tempo, dizia que uma noite, na roleta do Hotel Copacabana, viu um rapaz, filho de uma das melhores famílias do Rio, colocando as fichas em quase todos os números do pano verde — e naturalmente perdendo; a que Jaime Pinho observou: “Desse jeito você se arruína”. O rapaz respondeu: “Não importa; ou calça de veludo, ou cu de fora!”

* * *

Havia os dois irmãos Sousa Gomes — Jorge e Armando. Um, gordo e o outro, magro. Um, exuberante e falador; o outro, reservado e calado. Um desembaraçado e empreendedor; o outro, tímido e desajeitado; um, calmo e otimista, de temperamento equilibrado; o outro, triste e nervoso, cheio de tiques. Mas ambos excelentes criaturas, generosas a seu modo, cada qual com o seu jeito e os complexos de duas naturezas. Eram filhos de Arlindo Gomes, advogado e banqueiro, que eu já não mais conheci senão através da fama de ter sido um dos homens mais empreendedores do seu tempo; e, se a morte não o tivesse levado em plena mocidade, deixaria o traço marcante da sua passagem nesse mundo no setor dos empreendimentos. Morava em Petrópolis, numa casa que fizera construir na Praça Dom Afonso, esquina da Rua 7 de Abril, e que podendo ter sido, se ele tivesse vivido, um dos principais centros sociais da sociedade serana, acabou, por uma ironia da sorte, num hotel de terceira categoria.

Havia Antônio Barroso, o nosso “Barrosinho”. Tímido como uma menina de colégio, com um eterno ar de pomba assustada. Olhos de um azul profundo, maneiroso, sempre amável e muito bem vestido, era o *enfant gâté* da nossa roda. Um grande coração, mas desprovido de qualquer parcela de vontade, sem nenhum traço de personalidade, deixando-se levar por quanto aventureiro lhe falasse à imaginação. Com isso, só praticou desatinos. E foi, na vida, um marcado pela adversidade. Tudo lhe correu mal. Muito jovem, formado em Direito, o Senador Azeredo obteve-lhe o cargo de Promotor Público em Campo Grande, Estado de Mato Grosso, que poderia ser o início de uma carreira política fácil e bem sucedida. Habitado, porém, que estava à vida boêmia do Rio, não suportou o exílio naquelas terras. Voltou à ociosidade da capital. Pouco depois tentava, por conselho meu, o concurso no Itamaraty. Ajudei-o, no que pude, no preparo das provas; duas vezes por semana ele ia à minha casa, depois do jantar, com Ribeiro Couto e Antônio de Souza Bandeira, recordar as convenções de Haia e familiarizar-se com a pessoa internacional do Papa. Bem sucedido nos exames, foi despachado Secretário da nossa Embaixada em Santiago. Tudo fazia supor que enveredara, afinal, pelo caminho certo. Mas qual! A crueldade do destino espreitava-o. Pouco depois era posto em disponibilidade. Voltou para o Rio, sem ocupação. E um dia, em Copacabana, foi tragado pelo mar. Não tinha ainda trinta anos.

Havia Mauro Fernandes, que trabalhava com Gastão Teixeira no cartório da Rua do Rosário. Era, de todos, o mais distanciado da nossa mentalidade, pela esquisitice de seu feitio, suas idéias exclusivistas, seus preconceitos enraizados. Vivía resmungando contra os desmandos da alta sociedade, contra a desigualdade de classes, num sentimento socialista que ele mesmo não saberia classificar. Havia ainda Ar-

mando Monteiro, que aparecia de vez em quando na nossa roda. Eu e Paulo Azeredo o conhecemos na vida boêmia de Paris, nas vésperas da primeira Grande Guerra, quando o maxixe brasileiro vencia ali a primeira etapa sob as exibições espetaculares do dançarino Duque. Sempre caprichoso no vestir, com as suas camisas de listas de um colorido vivo e o colarinho impecavelmente engomado, Armando era o tipo do boêmio desabusado, traquejado na vida, desprovido de preconceitos, quiçá disposto a abraçar qualquer profissão desde que ela lhe desse um viver fácil e compensador. Sendo de uma geração mais velha do que a nossa, é claro que não afinava em muitas coisas com a nossa própria mentalidade. Mas sob tudo que podia parecer-nos defeitos ou deformações insanáveis, de uma educação que não a nossa, escondia-se em Armando Monteiro uma criatura sempre pronta a ser útil em alguma coisa, numa necessidade insuperável de servir.

* * *

O Senador Azeredo estava então no auge da sua carreira política. Correligionário e amigo do Pinheiro Machado, dividia com este o bastão do comando geral. Nada se fazia nos altos postos da política ou da administração pública, nada se projetava, nada se tramava, sem que fossem ouvidos os dois *leaders* da política nacional. Na verdade eram eles que ditavam as leis. Faziam e desfaziam situações políticas. Distribuíam a chuva e o bom tempo. Improvisavam Deputados e Senadores, quando não bancadas inteiras de alguns Estados.

Para todos os que lhe freqüentavam a casa, o Senador Azeredo era simplesmente o *Senador*. Não se lhe precisava declinar o nome. O “Senador” era ele, e somente ele. Só podia ser ele. Havia outros Senadores, muitos Senadores, membros como ele da chamada Câmara Alta, que eram vistos diariamente em sua casa de Botafogo. Muitos deles era gente apagada e quase desconhecida, que no Senado só fazia a política que Rui Barbosa chamava “das nádegas”, isto é, se limitavam a levantar-se ou a sentar-se, quando o Presidente chamava a votos e proferia a frase regimental: “Os srs. que aprovam, queiram se levantar”. Mas outros eram apontados e comentados nos jornais, tinham projeção nacional e seus nomes figuravam freqüentemente nos debates do Parlamento. Não importava. Era o Senador Fulano ou o Senador Sicrano. Mas o Senador, *tout court*, era Antônio Azeredo. Só podia ser ele.

Era como o Duque de Wellington, na Inglaterra, depois da vitória de Waterloo. Todo o mundo quando se referia a ele, chamava-o simplesmente o *Duque*. Havia muitos Duques na Inglaterra. Dezenas de Duques. Mas quando diziam o *Duque*, era Wellington. Só podia ser ele. Quando se discutia um assunto qualquer na Câmara dos Lordes e se queria referir a Wellington, bastava dizer o *Duque*, e todos sabiam que se tratava do herói de Waterloo.

* * *

O Senador Azeredo tinha mais defeitos como político do que como homem. Como homem era um grande coração, sempre pronto a ser útil, a ser generoso, a per-

doar. Não sabia guardar rancores. Porque não alimentava inimizades. Tinha uma inclinação natural para o bem. Para ajudar o necessitado ou amparar o fraco. Tratava a todos no mesmo pé de igualdade, sem prepotências nem cortesias. Tinha para com quem quer que fosse o mesmo sorriso aberto, o mesmo ar acolhedor, o mesmo tom de voz ou o mesmo gesto. O poderoso não valia mais, para ele, como pessoa humana, somente porque dispunha de uma posição de mando, do que a mais humilde das criaturas. Nunca o vi repelir ou evitar alguém que o procurasse para solicitar um favor ou um emprego; a esses, suas portas nunca se fechavam. Mas vi evitar um político de prestígio, que sabia ia simplesmente bajulá-lo. É que a bajulação não o comovia, não sabendo ele próprio bajular. Conheci-o no bom como no mau tempo. Nunca o vi modificar uma linha sequer no trato com os homens, fossem eles quem fossem, viessem de onde viessem. Sempre o conheci altivo para com todos, franco, por vezes mesmo desabusado em suas opiniões, dizendo abertamente o que sentia, sem o mais leve traço de covardia moral.

Esse era o homem. O político era outro. Estava deformado pelo ambiente que o cercava. De puro oportunismo. Manobrava os homens e as situações dentro dos interesses exclusivamente de classe. Como a quase totalidade de seus colegas no Parlamento, era um profissional da política, tirando dela o máximo de bem-estar e de conforto, com o mínimo de preconceitos. Sob este ponto de vista era um homem integrado perfeitamente no seu tempo. Vivendo num meio de baixa cultura política como era então o Brasil, sem eleitorado nem partidos organizados, onde os chamados representantes da Nação eram, em sua quase totalidade, produto da ata falsa, do nepotismo o mais desabusado, tinha necessariamente que pautar seus atos e todo o processo de sua vida política pelo ambiente que o cercava. Aliás, sendo ele próprio um produto desse ambiente, politicamente falando, com os defeitos e as perversões que trazia desde o início de sua vida pública, não seria possível exigir-lhe uma honestidade ou uma moral política a que era estranha toda a sua formação partidária. E que a própria clientela política da Nação, pervertida como ele, jamais compreenderia.

É certo que os políticos se culpavam mutuamente de abastardarem os ideais políticos do País, e o Senador Azeredo foi, a este propósito dos mais alvejados. Mas que valor podiam ter acaso esses ataques num ambiente por eles mesmos abastardado? A verdade é que nenhum dos então políticos do tempo (refiro-me aos chefes, porque o resto era puro lastro) podia atirar a primeira pedra, nem mesmo Rui Barbosa, transformado depois em vestal do regime, mas que durante muito tempo se fartou de obrar de parceria com os demais. No fundo, eram todos produto do próprio ambiente que haviam criado, um ambiente de tal modo absorvente que todo aquele que tentasse enfrentá-lo ou sequer contrariá-lo, seria desde logo aniquilado.

* * *

O Senador instalara-se, fazia pouco, num palacete que mandara construir na Praia de Botafogo perto da então Rua Dona Carlota, atual Visconde de Ouro Preto, e quase vizinho do grande casarão onde funcionou, durante muitos anos, o Colégio Abílio, que era, então, com o Colégio Alfredo Gomes, os dois mais reputados estabeleci-

mentos de ensino para a rapaziada do tempo. A residência do Senador era antes uma casa apalacetada do que realmente um palacete. Mais tarde seria instalada ali a Embaixada do Japão e, posteriormente, a da Bolívia, para terminar como anexo de uma casa expositora de móveis! *Sic transit gloria mundi*...

Rodeava-lhe um jardim, de dimensões relativamente pequenas. Na frente alguns canteiros com flores; à esquerda, uma estreita galeria; e à direita, uma passagem um pouco mais larga, o bastante para deixar passar o automóvel. O *chauffeur* do Senador era o Elie, ou o Elias, como lhe chamávamos, um francês que ele trouxera de Paris, excelente profissional, de resto, e ainda melhor camarada nosso. Não sei o fim que teria levado.

Madame Azeredo, ou Dona Bernardina, era para todos nós, os íntimos da casa, simplesmente a Dona Sinhá. A mais perfeita das donas de casa, a melhor das amigas e um dos mais generosos corações que tenho conhecido. Todos lhe queriam bem, pela generosidade de seu espírito, a bondade de seus sentimentos, pelo nunca acabar de seus desvelos por quantos lhe freqüentavam a casa e tinham a fortuna de desfrutar a sua amizade. Grande dama de sociedade, sabia receber com uma dignidade, com um *savoir faire* e um quê de distinção, como não havia outra no Rio de Janeiro de então.

Entrava-se em casa, depois de subir uma escada de mármore branco, com uma meia dúzia de degraus, por uma pequena antecâmara. Daí se passava para o *hall*, bastante espaçoso, do qual partia, num lance ousado, a escada principal, que dava acesso aos aposentos do andar superior. Esse *hall* era revestido de estuque branco e a escada era de madeira preta. O conjunto das duas cores dava ao conjunto da peça o mais belo efeito.

À esquerda do *hall* estava o salão nobre, o que nós chamávamos geralmente sala de visitas, com suas três varandas deitadas sobre o jardim, olhando a Baía de Botafogo. Essa sala só se abria nos grandes dias. A seu lado estava a saleta de música, que não passava, em rigor, de um prolongamento do salão, mobiliado com poltronas Luís XV, forradas com tapeçaria de Gobelin.

À direita do *hall* era a sala do bilhar, de cujas paredes pendiam vários quadros. Era aí o ponto de reunião costumeiro da família e dos íntimos, todas as noites, depois do jantar. Ligada à sala do bilhar estava a sala de banquetes. Era a peça mais rica e seguramente a mais bonita da casa, com suas paredes decoradas por Henrique Bernardelli. Ali se via, reproduzido pelo pintor, um numeroso grupo de bacantes, homens e mulheres, vestidos por assim dizer à moda do paraíso, e diziam que representavam personagens conhecidos da sociedade carioca. De fato, entre o pessoal feminino havia pelo menos uma cuja semelhança física com Nair de Tefé, filha do Almirante Barão de Tefé, era de chamar a atenção. Devo acrescentar que o trabalho de Bernardelli fora executado antes de ela se ter casado com o Marechal Hermes da Fonseca, então Presidente da República, e era ainda a caricaturista Rian. Ao lado da sala de banquetes estava a sala de almoço, que dava para o pequeno terraço de trás, e onde se faziam as refeições diárias da família e dos amigos mais chegados. A sala de banquetes era só para os grandes dias, sobretudo quando aparecia a oportunidade de homenagear algum estrangeiro de distinção de passagem pelo Rio. Ali jantou Clemenceau, entre outros.

* * *

Nessa casa dava-se *rendez-vous*, tudo o que havia então de melhor no Rio, e, possivelmente, também, um pouco do pior, ou do menos bom dessa sociedade. No fundo o que se via ali era a mistura de várias sociedades da Capital, quero dizer, de todos os círculos ou camadas sociais, desde as velhas famílias tradicionais brasileiras, remanescentes dos estadistas do Império, como as de Ouro Preto, de Paranaguá, de Pinto Lima, de Nabuco, de Nioac, de Carapebús, de Tocantins, até os novos enriquecidos da República, passando pela clientela política da Nação, pela burguesia endinheirada, pelo funcionalismo público, militares, magistrados, comerciantes, industriais e mesmo gente sem profissão definida ou sabidamente desocupada.

Não havia, quanto a isso, nada de estranhar, de vez que no Brasil e especialmente no Rio de Janeiro, não existia o que se chamava alhures *alta sociedade*, isto é, um grupo mais ou menos numeroso de pessoas da mesma condição ou extração social, vivendo exclusivamente a sua vida, com sua própria gente, seus hábitos de civilização, seus preconceitos e exclusivismos. Entre nós nunca tivemos isso, nem mesmo no tempo do Império, onde a nobiliarquia era de caráter temporário, isto é, o título só acompanhava o dono, desaparecendo com ele, dando a tudo uma condição de improvisação, de instabilidade, de movediço, sem o traço da tradição, sem o exclusivismo de classe e os preconceitos de família, que são a base de toda a sociedade fixa e organizada.

O que havia, na realidade, eram várias sociedades, se se pode dizer assim, várias *camadas* sociais ou mesmo vários indivíduos, que frequentavam, se conheciam e se confundiam independentemente de qualquer preconceito de casta, de fortuna, de origem ou de tradição. A bem dizer o único preconceito que existia ali era o da cor, mas apenas no sentido, não direi da exclusão, mas da ausência do negro em casa de certas famílias, porque o mesmo não se dava com relação aos seus derivados, mulatos, cafusos e outros que tais. Bem sei que muita gente não gosta que se diga existir no Brasil preconceito contra o negro, o que é, entretanto, uma pura verdade. Porque não basta apertar a mão a um negro, num encontro casual de rua, para dizermos que o acolhemos em nossas casas. O que há é apenas falta de coragem em confessar certa repugnância social — digo *social* — pelo negro. Bem sei que há uma lei chamada Afonso Arinos, nome do seu autor (um velho amigo meu), punindo a segregação racial. Mas é uma lei, feita sobretudo para efeitos políticos. Duvido muito que ele gostasse de ver um dos seus filhos casar-se com uma negra ou um negro, entrando para o seio de sua família.

Aliás, se geralmente não se via (como não se vê ainda hoje) um negro frequentando uma casa de branco, não era — e não é — tanto por ele não ser aí recebido, mas sobretudo por ele mesmo não se sentir à vontade visitando ou sendo recebido em casas de gente branca. Quer dizer, é ele mesmo que voluntariamente se exclui dessas casas. Sente-se constrangido e desambientado. Quando Carlos Lacerda esteve em Lisboa, em 1964 e era Governador do Estado da Guanabara, deu uma entrevista coletiva à imprensa. Cercava-o, nessa ocasião, uma dezena de jornalistas portugueses, entre os quais havia um negro, originário de Angola. Num dado momento este perguntou a Lacerda se era verdade não existir preconceito contra o negro no Brasil.

— É verdade, respondeu Lacerda.

E outro:

— Quer dizer então que se esta conferência de imprensa fosse dada no Brasil, eu estaria lá tão à vontade quanto estou aqui?

— Não, respondeu o Governador, porque no Brasil o que existe sobretudo é o preconceito do negro contra o branco; ele se afasta e se exclui das casas de famílias brancas, porque no seio delas não se sentiria à vontade. Assim que, num caso como este de agora, seria você que não viria.

* * *

A chamada vida mundana no Rio consistia, pois, em última análise, nas relações de cortesia que ligavam toda aquela gente, nos seus encontros casuais nas ruas, nos cafés, nos teatros, nos cinemas e nos cassinos (os clubes eram puramente desportivos, com exclusão do elemento feminino); nas casas de chá e nas praias; e algumas vezes em casa de um ou de outro, daqueles que recebiam, ou melhor, que *podiam receber*, isto é, que tinham casas, meios materiais e hábitos de receber, que eram, afinal, bem poucos.

Uma dessas era a do Senador Antônio Azeredo. Talvez sua casa fosse a que mais recebesse no Rio, a que mais freqüentemente recebia e maior número de convidados acolhia. Não pelo desejo de ter simplesmente gente em casa, de encher as salas, mas devido sobretudo ao grande número e à variedade de suas relações, à maneira acolhedora dos donos da casa e de seus filhos: Paulo, que era então solteiro, Nair, casada com Gastão Teixeira, e Léa, casada com Flávio da Silveira, pais do atual Embaixador Azeredo da Silveira. Para não falar no prazer que se tinha em estar naquele interior ao mesmo tempo simples e decente, despretenso, mas digno e cheio de compostura. Tudo isso, apesar da disparidade da gente que o freqüentava, da diversidade de fortuna e da posição social ou política de cada um, ninguém se sentindo ali contrafeito ou simplesmente deslocado.

Isso traduzia em parte a confiança e a simpatia que inspiravam os donos da casa e a sua família. Mas não traduzia menos a simplicidade, não só de maneira, como de trato e de educação social. Havia, de fato, uma democratização geral de costumes, sem que isso afetasse a compostura ou simplesmente a boa educação, um sentimento de igualdade social que nada tinha que ver com as condições de fortuna ou a posição de cada um; e que, reunindo espiritualmente aquela gente, dava a todos a mesma confiança e o mesmo sentimento de equilíbrio. Essa situação iria-se firmar até à vitória da revolução chamada da Aliança Liberal, em 1930. Daí para cá foi o caos social e político no Rio como em todo o Brasil.

* * *

Os íntimos da casa, esses, tinham entrada franca, e na mesa, à hora das refeições, geralmente ao jantar, quando eles apareciam, era só chegar e tomar assento. Havia os fiéis, os diários, que lá iam todas as noites, para dois dedos de prosa, para uma partida de bilhar ou de cartas, ou comentar simplesmente as novidades do dia. Desses, o mais assíduo era Pelágio Borges Carneiro, que chegava invariavelmente pelas oito horas, de-

pois do aperitivo na “Colombo”. Era o mais leal, o mais dedicado e o mais abnegado amigo do Senador Azeredo. Verdadeira amizade de cão. Tipo de boêmio. Desfrutava um emprego na Secretaria do Senado Federal, que lhe dava o bastante para viver a sua vidinha no Rio de Janeiro, a qual se limitava, no fundo, à calçada da Avenida Central, depois chamada Rio Branco, onde era visto todas as tardes, antes do aperitivo na “Confeitaria Colombo”, à Rua Gonçalves Dias; à casa do Senador, pela hora do jantar; e à noite, no “Café Lamas”, no Largo do Machado, onde se deixava ficar até altas horas da madrugada, comentando e esmiuçando a vida alheia. Solteirão, não tendo família para cuidar, vivia voltado para as dos outros. Conhecia todo o mundo e de tudo sabia. Era a crônica viva da cidade. Quando se precisava de apurar um fato, de esmiuçar um acontecimento social ou político, de desvendar uma intriga de alcova, de apurar um parentesco, não havia porque hesitar: era apelar para o Pelágio. Logo vinha ele, arrastando a perna dura, o dedo espetado no ar... E contava.

Contava coisas incríveis. Quem mais gostava de ouvi-lo era Firmo Dutra, outro íntimo da casa. Caboclo mato-grossense, mas que fizera vida no Amazonas, antigo oficial do Exército, engenheiro militar, tinha sido companheiro de Euclides da Cunha, com quem fizera a expedição ao Purus. Isso lhe dava um certo prestígio em nossa roda de rapazes. Leandro Tocantins, que o iria conhecer no Pará, salienta, no seu excelente livro *Formação Histórica do Acre*, a inteligência e o ótimo *causeur* que era Firmo Dutra. O Senador o estimava. Tinha em alta conta a sua cultura, suas qualidades de chefe, aliadas às suas boas maneiras, seu *savoir faire* e seu encanto pessoal. Era, de fato, a simpatia em pessoa. A esse tempo ele era o diretor da Estrada de Ferro de Itapura a Corumbá, onde Paulo Azeredo desempenhara, durante algum tempo, o cargo de Secretário, com o ordenado mensal de um conto de réis, para nós, uma quantia fabulosa. Mais tarde iria abandonar esse emprego para dedicar-se inteiramente ao comércio, com sociedade na firma Amaro da Silveira & Cia. Amaro era irmão de Flávio da Silveira, genro do Senador.

* * *

Outro íntimo da casa era Júlio Barbosa, o nosso popular e querido *Julinho*. Trabalhava, como Pelágio, na Secretaria do Senado, função que acumulava com a de redator do *Jornal do Comércio*, pertencente, nesse tempo, a José Carlos Rodrigues. Julinho era outro verdadeiro amigo do Senador. Amigo dos bons como dos maus dias, dos poucos que se manteriam fiéis até ao tempo duro da adversidade. Tendo outra cultura que não tinha Pelágio, suas relações com o Senador eram, conseqüentemente, de natureza diversa. Era não somente o seu confidente político, até certo ponto o seu conselheiro, um pouco o seu colaborador, como também seu secretário. Casado, com família, não era dos mais assíduos à hora do jantar; aparecia de preferência pela manhã, a fim de despachar e pôr em dia a correspondência do Senador. Fechavam-se então os dois no gabinete de trabalho do 1.º andar, uma sala ampla, mobiliada no estilo do Primeiro Império francês. No centro havia uma grande mesa, coberta de livros, de papéis e de objetos de toda a espécie. Encostados à parede, armários com livros. Espalhadas pela sala, cadeiras e poltronas. Fotografias e objetos de arte. Dentre estes, o que mais me seduzia

era um busto em mármore de Carrara de Napoleão Bonaparte, um Napoleão moço, de olhar penetrante, longa cabeleira caída sobre os ombros, face esquelética. Um Bonaparte da guerra de Itália ou da campanha do Egito. A beleza desse busto compensava a fealdade de um outro, que pretendia ser do Senador Azeredo, em bronze, que guarnecia o *hall* de baixo. Toda a vez que ali entrava causava-me um verdadeiro mal a vista de semelhante monstro.

* * *

No grupo dos diários contavam-se também alguns parlamentares, como Aníbal de Toledo, Deputado federal por Mato Grosso e cria político do Senador. Rechincho e moreninho, aparecia todas as noites, após o jantar, e era um nunca acabar de segredinhos ao ouvido do patrão sobre intrigas da politicagem. Um outro era Flávio da Silveira. Mas este era da família, pois se casara com Léa, a segunda filha do Senador. Fizera-se político no Distrito Federal, que representava na Câmara dos Deputados. Magro, cabelos crespos e em desordem, falava alto e desembaraçadamente, com o ardor das naturezas impetuosas. Tinha uma inteligência viva e saltitante, e teria conquistado uma bela posição política, mesmo sem o apoio do sogro, pois que lhe sobravam para isso qualidades, se a revolução de 1930 não ceifasse em plena mocidade essa e outras tantas belas promessas entre os melhores elementos da geração política da Nação.

Marcílio de Lacerda era outro dos jovens políticos que cercavam o Senador Azeredo. Era também íntimo da casa, por suas relações de amizade com o Senador José Murtinho, de quem era uma espécie de perfilhado. Os Murtinhos eram parentes próximos dos Azeredos. Espírito-santense eternamente em férias no Rio, Marcílio entrava na sala do bilhar e logo chamava a atenção por sua alta estatura, os óculos de vidros espessos que lhe sombreavam os olhos negros e pestanudos, os cabelos empastados sobre a testa. Era a bondade e a simpatia em pessoa. Sempre o conhecera Deputado estadual no Espírito Santo, *Deputado mirim*, como se chamava essa espécie de profissionais da política, legisladores de bitola estreita, que se faziam *eleger* nos Estados para melhor desfrutarem a vida da capital da República.

Tive um tio, oficial do Exército, que, embora nascido em Pernambuco raramente aparecia lá. Solteirão, dispondo de recursos próprios e querendo desfrutar a vida na Europa sem ter que dar contas aos seus superiores militares, obteve do Senador Rosa e Silva ser *eleito* Deputado estadual em Pernambuco, onde o Congresso só se reunia uns poucos meses no ano e o deixava assim livre e desembaraçado para o resto do tempo. Aproveitava então para ir desfrutar os *boulevards* e os cafés parisienses, tudo, aliás, que o interessava na capital francesa. Tendo ido lá repetidas vezes, nunca se abalou a atravessar o Sena, ainda que fosse por espírito de curiosidade. Toda a chamada *rive gauche*, o quarteirão Saint Germain, o quarteirão latino, os Inválidos e mesmo a Notre Dame, quer dizer, o *verdadeiro* Paris, que não estava ainda maculado pela clientela aventureira de estrangeiros, não existia para ele. Limitava sua vida à calçada do Café de la Paix, onde Eduardo Prado dizia era encontrado todo o brasileiro chegado na véspera a Paris, aos cafés-concertos dos grandes *boulevards* e às *boîtes* de Montmartre. Nesse

tempo Montparnasse não tinha ainda sido descoberto pela clientela turista sul-americana.

Marcílio de Lacerda, também solteirão, era um *Deputado mirim* mas modesto, pois se contentava com a vida pacata do Rio de Janeiro de então. Entretanto, um dia, com surpresa para todos nós, soubemos que havia sido *promovido* a Senador — e logo Senador Federal! Na política daquele tempo isso representava um salto formidável. No fundo, fora um simples capricho do General Pinheiro Machado, que se dera ao luxo de chamar aquele modesto legislador provinciano para o mais alto poder legislativo da República. Não é que Marcílio não estivesse, por sua cultura e qualidades pessoais, menos indicado de estar ali do que muito medalhão que nos era mandado por alguns Estados. Mas destoava de todo o moral político que um homem sem raízes eleitorais em seu Estado, onde quase não aparecia, pudesse passar da noite para o dia da modesta Câmara provinciana para o mais alto poder legislativo da República! O que valeu foi que Marcílio, por natureza um homem simples, despido de vaidades, não se enebriou nas alturas a que fora elevado. Durante algum tempo seria o Senador mais jovem da República. Afinal, soprou a tormenta de outubro de 1930 que o arrancou, como a tantos outros, do jardim da política profissional. Modesto, como sempre fora, se recolheu silencioso à sua cátedra da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

* * *

Havia o grupo dos jornalistas, entre os quais cumpre destacar João do Rio (Paulo Barreto), ostentando uma elegância de “alfacinha” de Lisboa, que numa coluna de um dos jornais do Rio, sob o título: *Pall Mall*, inaugurava, com Azevedo Pimentel, o que chamaríamos a crônica social mundana, a que tanto destaque iriam dar anos depois Ibraim Sued e Pomona Politis, entre outros. A este propósito lembro-me de uma crônica de João do Rio, escrita no dia comemorativo da nossa bandeira 19 de novembro, dando conta de uma recepção dada nesse mesmo dia por Madame Sousa Bandeira, que morava num palacete em Botafogo, e à qual João do Rio dera o nome de *Festa da Bandeira*. Interpretada essa crônica como um desrespeito pelos donos da casa (seu marido era membro da Academia Brasileira de Letras), o filho Gustavo quis dar uma surra de pau em João do Rio. Mas este usava um bengalão que fez recuar os propósitos belicosos do Gustavo.

Entre os jornalistas havia também Lindolfo Color, impetuoso e declamador, que não havia ainda ingressado na política. Vindo do Rio Grande do Sul, sua terra natal, fazia sua aprendizagem de jornalista no *A Notícia*, jornal sob a direção do sogro Bartolomeu, também freqüentador assíduo da casa do Senador. Havia Casper Libero, que morava então no Rio, e só mais tarde iria fundar em São Paulo o jornal *A Gazeta*. Havia João Lage, português como Bartolomeu, diretor de *O Paiz*, um dos mais bem feitos jornais do Rio, não só pela sua paginação como pelos seus colaboradores nacionais e estrangeiros, e cuja redação estava instalada num grande edifício da Avenida Rio Branco, incendiado por uma malta de arruaceiros por ocasião da Revolução de 1930. João Lage era talvez o melhor colunista da imprensa do Rio, cuja pena podia ser comparada à de Augusto de Castro, quando este era diretor do *Diário de Notícias*, de Lis-

boa. Desabusado, mas com muito talento, de uma inteligência viva e perigosa, Lage punha essas qualidades ao serviço de todas as causas, de todas as empresas, de todo o negócio, desde que tirasse deles algum lucro ou vantagem pecuniária. Não quer dizer com isso que ele e outros jornalistas daquele tempo, como de hoje, sobretudo dos países latinos, e especialmente da América Latina, fossem uns mercenários. Mas é que os jornais não podiam viver apenas dos anúncios e de sua venda ao público. Precisavam de outras fontes de receita, e iam buscá-las na generosidade dos Governos que recebiam, em paga, escrita por seus redatores, a defesa de seus atos, muitos dos quais indefensáveis, mas que os jornais faziam o que podiam para mascará-los perante o que chamamos opinião pública. Assim, que tanto Bartolomeu, diretor de *A Notícia*, como Salamonde (outro português), da *Gazeta de Notícias*, como José Carlos Rodrigues, diretor do *Jornal do Comércio*, como Edmundo Bitencourt, diretor do *Correio da Manhã*, e como João Lage, de *O Paiz*, viviam a bem dizer nas tetas dos Governos, sem as quais não lhes seria possível sobreviver.

Lage aparecia na Praia de Botafogo quase todas as noites, no fim do jantar, quando ainda encontrava o Senador à mesa. Puxava uma cadeira, sentava-se ao lado e começava a contar, com a sua inesgotável verve, os sucessos e os *potins* políticos do dia. Porque não sei de outro homem que, não sendo brasileiro, estivesse mais ao par dos acontecimentos dessa época, conhecendo melhor do que ninguém os nossos homens políticos, suas fraquezas, seus pontos vulneráveis. Chegava fumando um grande charuto de Havana, em cujo anel dourado e vermelho se lia: *Elaborado especialmente para Juan de Sousa Lage*. Esse requinte causava impressão à nossa roda de rapazes.

* * *

Havia os amigos de Gastão Teixeira, essa grande e nobre alma, um coração como poucos, tão cedo roubado aos amigos e a quantos lhe conheceram a largueza de seus sentimentos, a generosidade de seu espírito cristão, seu constante desejo de fazer o bem. João Borges Filho era de todos o mais assíduo. Milionário de ar displicente e falar arrastado, depois de dissipar fortunas, em vida do pai, sobretudo em suas estadas em Paris, nas vésperas da primeira Grande Guerra, compreendera, morto o pai, que a vida não era só gastar dinheiro, cortejar mulheres bonitas, satisfazer-lhes os desejos ou os caprichos. Acabou regenerado, casando-se com uma irmã de Jorge Sousa Gomes, montando casa, criando filhos, como qualquer burguês abastado.

O pai de João Borges era um português que tinha vindo criança para o Brasil, onde, à força de trabalho, de perseverança e vontade de vencer, acabou juntando uma considerável fortuna. A mesma história de tantos outros de seus compatriotas, essa gente empreendedora e tenaz, valente na adversidade e generosa na prosperidade, a quem devemos a preservação das melhores qualidades da nossa raça. João Borges, pai, associou-se no Rio a um seu compatriota, enriquecido como ele, e juntos formaram a firma Teixeira & Borges, à Rua do Rosário, com negócio em grosso de secos e molhados. Ali mantiveram durante muitos anos a tradição dessa espécie de comércio, quase todo na mão de portugueses, mas que está hoje, por assim dizer, desaparecido, com as novas diretrizes do comércio em geral.

João, como filho único varão, tinha as regalias de moço rico, que lhe consentia desfrutar sem trabalhar a vida fácil dos meios elegantes do Rio e da Europa. O velho Teixeira, porém, tinha família numerosa, e, apesar de rico, fazia os filhos trabalharem. Um deles estava sempre no balcão da casa da Rua do Rosário, à frente do negócio. Gastão desfrutava a renda de um cartório de títulos e documentos. Braz era o caçula e um pouco o *gatê* da família. Fazia no Rio vida de *fainéant*, e foi dos primeiros rapazes que possuíram ali uma *baratinha*, isto é, um pequeno carro de desporto, marca “Spano Suíza”, de cor amarela, que se tornou popular nas tardes de verão, quando ele assustava as meninas bonitas daquele tempo, em correrias perigosas pela Praia do Flamengo. É claro que acabou na vida séria, para o que tinha de sobra qualidades de trabalho, de inteligência e de desejo de vencer, herdadas do velho pai.

Neném Pinheiro Machado, sobrinho do famoso General, era outro dos assíduos à Praia de Botafogo. Gordo, a cara como se fosse uma nádega, era possivelmente o homem mais gordo do Rio e, quem sabe, se também do Brasil. Enchia as salas com umas largas e estrondosas gargalhadas, tão espontâneas que podiam mover um frade de pedra. Mais gordo ou tão gordo quanto ele, só o poeta Emílio de Menezes, que o vendo uma tarde sentado à calçada da Avenida Rio Branco, numa mesa, chupando uma limonada por um tubo de palha, passou e murmurou: “Está tomando o seu cristelsinho...”

* * *

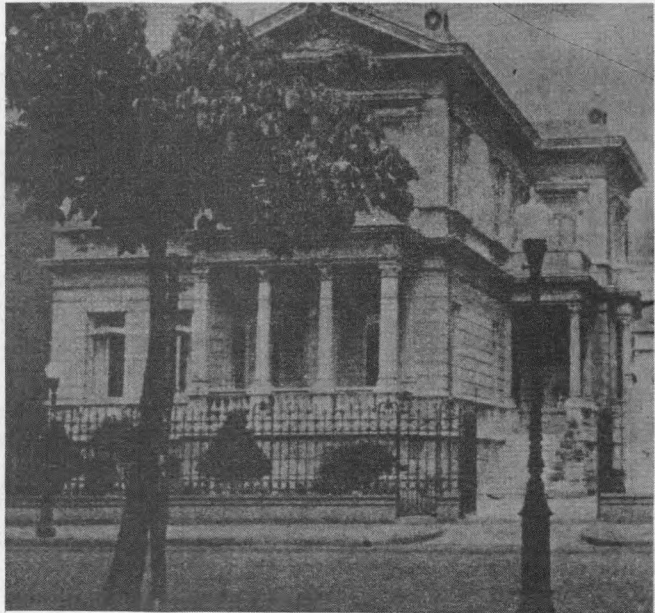
Oldemar Murtinho era mais do que íntimo da casa, porque era um pouco da família, como seus dois irmãos, Jorge e Antônio. Eram filhos do Senador José Murtinho, sobrinhos de Joaquim Murtinho. Este, sendo *apenas* um médico homeopata, fora chamado, em 1898, por Campos Sales, para concertar as finanças do país, em véspera de abrirem falência, depois do período de revoluções e golpes de Estado que havia sucedido ao longo período de paz e estabilidade política do Império. O que, aliás, obteve com o maior sucesso, provando assim que para ser um grande Ministro da Fazenda não se precisava ser banqueiro ou homem de negócios, e ainda menos político, mas ter apenas bom-senso, honestidade e desejo de acertar.

Antônio era para os íntimos o *Nhonhô*. Entrara para o serviço diplomático e via por isso no estrangeiro. Apareceu no Rio nessa época. Foi quando o conheci, na casa em que se instalara com a família, à Rua Macedo Sobrinho, no Humaitá. Sua mulher era uma costariquense, a nossa excelente *Adita*, generoso coração, um pouco excêntrica, grande jogadora de bridge e palestradora inesgotável. Era a simpatia em pessoa, e, apesar de uma gordura precoce, conservava no rosto toda a frescura da mocidade.

Seu casamento fora uma página de amor. Nhonhô era então Encarregado de Negócios do Brasil na Costa Rica, e Adita, irmã do Ministro da Guerra, General Tinoco. Pouco depois do casamento de Nhonhô rebentou uma revolução contra o Presidente do país, encabeçada justamente pelo seu Ministro da Guerra. Vitorioso este na capital, e senhor do palácio do Governo, teve que sair em seguida para o interior, a fim de enfrentar uma contra-revolução. E, como não tivesse confiança em nenhum dos seus Generais ou correligionários políticos, entregou, temporariamente, o poder ao cunhado,



Gabinete de trabalho do Barão do Rio Branco em sua casa de Petrópolis



Casa do Senador Azeredo à Praia de Botafogo



Em casa do Senador Azeredo, junho de 1918, após um banquete em homenagem ao Deputado italiano Vito Luciano, que se vê na foto, o 4.º a partir da esquerda, seguido de Lady Peel e Sir Artur Peel, Ministro da Inglaterra no Rio; Sra. Azeredo; Luigi Mercatelli, Ministro da Itália no Rio; ao fundo, Luís Guimarães Júnior, Ministro do Brasil na Rússia (nomeado); Sra. Mercatelli; Sra. Luís Guimarães; Sra. Bebê Lima Castro; senhora não identificada; Senador Azeredo; Carlos Maximiliano, Ministro da Justiça do Brasil



Senhoras da sociedade carioca no Clube dos Diários do Rio. Sentadas, da esquerda para a direita: Sras. Hermes da Fonseca, Nilo Peçanha, Eugênio de Barros, Azeredo, Eloísa de Figueiredo e Bebê Lima Castro. De pé, ao fundo, o Autor, 1.º Secretário Amaral Murtinho, Renato Lago e Adita Amaral Murtinho

o nosso Nhonhô, que passou a ser assim, inesperadamente, além de representante diplomático do Brasil, também o chefe provisório do governo da Costa Rica. Era uma situação, por sem dúvida inédita nos anais da política internacional. É preciso dizer que Nhonhô se comportou à altura de seu novo cargo, novo e difícil, e se houve com uma honestidade que nem sempre se via ali em circunstâncias iguais, restituindo o Poder ao cunhado, quando este, novamente vitorioso, voltou à capital. Essa sua atitude foi muito apreciada na Costa Rica. Quem não gostou da “brincadeira” foi o Itamaraty, que se apressou em retirá-lo dali, antes que uma outra revolução o fizesse de fato e de direito ditador, papel que lhe iria, aliás, como uma luva.

Foi em casa de Nhonhô que conheci sua irmã Judith, casada com um médico paulista, Licurgo Santos. Ela morava com o pai, à Rua Senador Vergueiro, onde nos reuníamos aos sábados à noite, para umas partidas de bridge ou de pôquer. Ali conheci as duas irmãs Fords, que se casariam, mais tarde, com dois dos meus futuros colegas, que foram depois os Embaixadores Maximiano de Figueiredo e Oscar Correia. Também conheci ali outras duas irmãs, filhas do empresário teatral Celestino, uma das quais iria casar-se com outro colega meu, Ruy Pinheiro Guimarães. O destino é deveras caprichoso, e duvido que uma *buena dicha* ou qualquer adivinhador profissional pudesse descobrir naquelas três mocinhas, que se reuniam aos sábados em casa do Senador Murtinho, minhas futuras colegas na diplomacia, quando eu mesmo não passava de um modesto e quase fracassado candidato ao Itamaraty.

* * *

O Senador Murtinho era viúvo, e Judith, sua filha única, fazia ali as honras de dona da casa. Raramente tenho conhecido uma mulher que reunisse tantas qualidades. Não era só uma mulher bonita, pelo tamanho proporcionado do porte, o moreno rosado da pele (nesse tempo não se usava o *rouge* nem se pintavam os lábios, pelo menos entre gente “decente”), pelos traços harmoniosos do rosto largo e bem traçado, pela expressão ao mesmo tempo enérgica e carinhosa do olhar, daqueles seus grandes olhos negros; também por toda a sua irradiante simpatia, pela maneira de exprimir-se, o acento original que dava às palavras, e que traía, possivelmente, um defeito qualquer de expressão; enfim, por toda a distinção de suas maneiras, cortesias mas sem intimidades, afáveis, sempre, mas nunca com excessos ou vulgaridades. Guardo dela uma lembrança que nem o tempo nem os acontecimentos posteriores da minha longa vida me fizeram esquecer, e nunca lamentei tanto a crueldade do destino quanto no dia em que soube que ela tinha falecido em plena mocidade, quando tudo na vida lhe sorria e se podia considerar integralmente feliz.

Jorge, dos três Murtinhos, era o mais moço. Pouco aparecia em casa do Senador Azeredo. Aliás, só o interessava ali a Elsa Barroso, irmã do Barrosinho, a que me referi atrás, uma criatura frágil como um *biscuit*, pequena como esta mão, que tinha uma encantadora voz de soprano. Foi depois a senhora Jorge Murtinho. Oldemar, este, era da roda dos diários. Exaltado como o irmão diplomata, falador como poucos; onde ele se encontrava estavam os debates, as discussões acaloradas, as divergências irreconciliáveis. Sobretudo quando se tratava de *foot-ball*, que era a sua paixão e quase exclusiva

preocupação. Sócio dos mais antigos, e não sei se fundador, do Botafogo Foot Ball Clube, era de ver o ardor combativo com que aparecia em casa do Senador, geralmente nas noites de domingo, depois da partida, para defender as cores do seu clube, os “Batutas”, como eram chamados os jogadores do 1.^o *team*. O Botafogo era então o “Glorioso”. Perdera já um pouco a fama que havia conquistado como campeão de 1910, mas figurava ainda na vanguarda dos clubes de futebol, com o Flamengo e o Fluminense.

Nesse tempo jogava-se um *foot-ball* limpo e cheio das melhores tradições desportivas, praticado pela fina-flor da mocidade carioca. Os jogadores desses clubes, que eram vistos à tarde sujos e enlameados, à hora da partida, de camisa rasgada e o rosto coberto de poeira, apresentavam-se à noite impecavelmente trajados em sua roupa preta e camisa de peito duro, sentados à mesa de um jantar ou dançando num salão de baile. O desporto não tinha sido ainda invadido pela erva do profissionalismo, do mercantilismo e do mercenarismo. O *foot-ball* era realmente um desporto, na expressão rigorosa do termo, quer dizer, cheio de idealismo, de abnegação, uma verdadeira escola de educação física e moral.

* * *

Além dos íntimos da casa, havia o grupo que só aparecia de vez em quando e não passava do *hall* ou da sala do bilhar, gente da sociedade, altos empregados públicos, diplomatas brasileiros ou então os políticos que iam ali fazer a corte ao chefe e cuja qualidade — e quantidade, variava conforme as mutações da política. Conheci em casa do Senador Azeredo quase todos os políticos em evidência daquele tempo: Deputados, Senadores, Governadores de Estado, quando de sua passagem pelo Rio, Ministros de Estado e muitos outros personagens dessa fauna. A começar pelo *patrão* de todos eles, o chefe temido e respeitado, embora nem sempre estimado, a quem todos prestavam cega obediência — Pinheiro Machado, o “cigano”, como lhe chamava Oliveira Lima, não sei, aliás, porquê, ou o “caudilho”, como o apelidavam seus desafetos.

Essa expressão “caudilho” nesse tempo era de fato depreciativa. Só mais tarde, com a vitória do General Franco sobre os comunistas espanhóis, é que seria reabilitado e tomado em sua exata significação, que é dada pela antiga origem castelhana da palavra — *cabillo*, que queria dizer chefe militar. Pinheiro Machado de militar só tinha os falsos bordados de General. Falsos no sentido de que os recebera por um simples decreto, ao tempo em que a República recém-criada sofria de *generalite* aguda, um pouco como sofreu de *tenentite* a de 1930. Pinheiro tinha também o espírito de mando, se bem que outros Generais (e Generais de verdade, ou pelo menos de direito, embora fossem Generais da paz, cujos feitos militares não passavam dos debates no Parlamento), como Lauro Muller, Barbosa Lima, Pires Ferreira, Vespúcio de Abreu, mandassem muito menos do que ele e se considerassem mesmo, ao lado do “General”, simples recrutas.

Pinheiro Machado não aparecia freqüentemente em casa do Senador. Mas quando lá ia, geralmente à noite, depois do jantar, deixava-se ficar numa cadeira de balanço que havia no *hall* e era o lugar preferido habitualmente pelo dono da casa. Logo se

espalhava por todas as salas a notícia de sua presença, e corria a rodeá-lo a chusma de políticos, grandes e pequenos, que acaso ali se encontrava, para receber as boas graças do poderoso chefe. Chefe no sentido partidário, porque Pinheiro Machado soubera arregimentar todo aquele mundo desconjuntado de políticos de todas as cores e de todas as seitas, ou sem cor e sem seita alguma, sob a bandeira do famoso P.R.C., isto é, Partido Republicano Conservador, que de conservador só tinha o propósito deliberado de desfrutar o poder e de se manter cada qual no conchego das posições.

Pinheiro em geral falava pouco, ao menos nunca o vi exuberante nem mesmo conversador. Preferia ouvir. E, sobretudo, observar, com aquele seu olhar penetrante e dominador, verdadeiro olhar de águia. De vez em quando lançava uma observação, citava um curto caso ou simplesmente uma frase causticante ou engraçada — porque sendo um homem seco e sisudo, de máscara pouco acolhedora, tinha um fundo irônico e mesmo brejeiro que por vezes desconcertava. Não tinha nada de um homem simpático. Sem embargo, aquele seu falar tipicamente gaúcho, o sotaque rio-grandense de suas palavras, seu fraseado de coxilha, eram para todos uma verdadeira atração.

Eu não estimava esse homem. Considerava-o maléfico ao Brasil, pernicioso a todas as manifestações do caráter nacional, verdadeiro inimigo do bem público e da felicidade da Nação. Não me movia, nessa opinião, nenhum sentimento de ordem pessoal. É certo que meu pai, pertencendo ao partido do Senador Rosa e Silva, que era o único que fazia frente a Pinheiro no chamado cenário da política nacional, não tinha motivos para estimá-lo, e em nossa casa ele não era certamente *persona grata*. Mas não foi aí que aprendi a desapreciá-lo, e minha aversão por ele não exprimia senão ou sobretudo o sentimento que era de quase toda a mocidade do Rio de então, movida por um patriotismo são e bem formado, ainda não pervertido por ambições pessoais, por interesses imediatos ou simplesmente por covardia moral. Quando Pinheiro foi assassinado à porta do Hotel dos Estrangeiros, eu passava justamente por aquele local e logo me inteirei do acontecido. Devo dizer que foi um crime que pouco me emocionou, muito embora eu não pudesse aprová-lo sob qualquer pretexto. Senti até, naquela ocasião, uma verdadeira sensação de alívio. Pareceu-me que o Brasil tinha-se livrado do pior instrumento de perversão política que já havia tido, e íamos entrar, afinal, na verdadeira democracia republicana. De fato não foi bem assim, ou não foi nada assim. *Plus cela changeait plus c'était la même chose...*

* * *

E havia, finalmente, os que eram vistos em casa do Senador somente nos dias de recepção, nos grandes dias ou dias de gala. Mas então era quase todo o Rio de Janeiro. Pelo menos todo o Rio conhecido — e um pouco do desconhecido. Todas as notabilidades nacionais, dentre as quais é forçoso não esquecer os dois irmãos siameses — Humberto Gotuzo, com sua cabeleira loura, sempre de igual tamanho, que nunca se soube se era postiça ou não, e Ataulfo de Paiva, com uma cabeleira tão preta que se via logo que era branca. Diziam que se ele mergulhasse um dia na Praia de Copacabana, deixaria na superfície das águas uma mancha preta. Citarei ainda a nata dos políticos paulistas, com os quais o Senador sempre mantivera estreitas relações — Altino Aran-

tes, Vilaboim, Eloi Chaves, Sampaio Vidal, Rodolfo Miranda, Álvaro de Carvalho, Herculano de Freitas, genro de Francisco Glicério; Galeão Carvalhal, com o seu tradicional guarda-chuva, e alguns mais, que vinham de São Paulo para as grandes recepções em casa do Senador. Por fim, os estrangeiros de distinção que passavam pelo Rio, como Clemenceau, o Senador italiano Luciano, o escritor francês Paul Adam, o historiador Guilherme Ferrero e, por fim, Paul Doumer, que iria ser assassinado em Paris quando Presidente da República.

Em suma, os 300 de Gedeão de que nos falava João do Rio (Paulo Barreto) nas suas crônicas de então. Porque não sei de outra casa que acolhesse tanta gente e de tão variados matizes como a casa do Senador Azeredo. É que ali não se fechavam as portas. Não se vedavam as passagens. Entrava quem queria. Em suas salas se misturavam todas as profissões, todas as seitas, quase direi todas as condições sociais. A circunstância era de salientar-se, porque era a casa de um dos mais poderosos senhores políticos da época. Verdadeiro senhor feudal na política nacional. De um homem cujo desejo ou simples aspiração era uma ordem para os mais graduados personagens da administração do país. Sua casa, no entanto, era a mais acessível das casas do Rio de Janeiro, e sendo das mais luxuosas era das que ofereciam a mais simples e a mais liberal das acolhidas. O ambiente, apesar de tudo, em nada perdia de sua distinção, e o bom tom e as boas maneiras, de que davam exemplo os donos da casa, eram geralmente a regra. Nunca se viam ali excessos. Não se faziam correrias ao *buffet*. Não se empurravam cadeiras. Não se quebravam copos. Não se manchavam toalhas. E, todavia, a casa continha por vezes uma multidão! Comia-se. Bebia-se. Jogava-se. Conversava-se. Tocava-se músicas. E por vezes cantava-se, quando então se ouvia a voz melodiosa da minha amiga Bebê Lima Castro. Mas não se dançava.

Como entrei para o Serviço Diplomático quando não podia ter entrado

Quatro anos depois de haver meu pai declinado o oferecimento de Rio Branco, de fazer-me Adido de Legação em Bruxelas, seria eu que iria bater às portas do Itamaraty. Foi no ano de 1913. Já tinha então completado vinte anos de idade e no ano seguinte iria terminar o meu curso de Direito. Rio Branco havia morrido no ano anterior, e o Senador por Santa Catarina, Lauro Muller, era o novo Ministro das Relações Exteriores. Sabedor das boas relações que sempre tivera com meu pai desde os primeiros anos da República, quando foram colegas na Constituinte de 1891, fui procurá-lo no Itamaraty.

Recebeu-me sem dificuldades. Referiu-se carinhosamente a meu pai, à estima em que o tinha. Não pôs nenhuma dificuldade na minha entrada para o Ministério. Apenas não podia efetuar-la desde logo. Eu tinha que esperar algum tempo. Estava cogitando de uma reforma da Secretaria de Estado, e isso feito eu seria admitido.

— E para quando, essa reforma? Indaguei.

Para breve. Lauro não podia precisar a data. Mas para muito breve. Talvez dentro de um mês; talvez um pouco mais. Perguntei-lhe o que me aconselhava fazer.

— Faça-se lembrado! respondeu prontamente. Apareça para não ficar esquecido. Venha ver-me de vez em quando. Venha daqui a um mês; daqui a dois meses, daqui a três; até lá a reforma estará pronta e você será nomeado.

Saí encantado. A cordialidade do Ministro, a bondade com que me acolhera, o tom de intimidade que dera à conversa, as referências carinhosas a meu pai e, sobretudo, a firmeza de suas promessas — tudo isso me deixara inteiramente confiante. Saí do Itamaraty, naquela tarde, convencido de que não tardaria em transpor-lhe os muros, atrás dos quais estavam toda a minha ambição e sonho da minha vida.

Um mês, precisamente, depois desse encontro com Lauro Muller, voltei a procurá-lo no Itamaraty. Não pôde receber-me. Mas mandou que eu fosse atendido por Enéas Martins, que era ali o Subsecretário de Estado. Enéas mantinha também com meu pai as melhores relações. Fora seu colega na Câmara dos Deputados. Tivera depois com ele um contato assíduo ao tempo da negociação do Tratado de Petrópolis, quando Enéas colaborava com Rio Branco na elaboração desse pacto. Assim que me recebeu

com uma marcada simpatia falhei-lhe da minha pretensão e da promessa do Ministro. Respondeu que não a ignorava; que era a mais legítima, e que Lauro Muller, justamente impedido de receber-me, mandava dizer-me que não desanimasse: que a reforma da Secretaria de Estado ainda não fora assinada, mas que eu seria certamente contemplado. Rematou a entrevista com as mesmas palavras de Lauro Muller: aparecesse para fazer-me lembrado.

Um mês após esse meu encontro com Enéas e dois, portanto, depois da entrevista com Lauro Muller, tornei a procurá-lo no Itamaraty. Pois eles não me haviam dito que aparecesse? Também dessa vez não fui recebido pelo Ministro de Estado. Tão pouco por Enéas Martins. Fui atendido por Paula Fonseca, Secretária de Lauro Muller. Comecei a sentir que a minha cotação baixava: primeiro fora recebido pelo próprio Ministro, depois pelo Subsecretário; agora por um simples Secretário.

Paula Fonseca repetiu-me mais ou menos a mesma coisa que já ouvira antes dos dois: não desanimasse, e voltasse para não ser esquecido. Fiel a tais conselhos e com uma obstinação só comparável ao meu empenho em entrar para o Itamaraty, voltei a aparecer ali um mês depois do meu encontro com Paula Fonseca, ou três meses depois que me avistara com Lauro Muller. Mas dessa última vez ninguém me recebeu. Deram-me, por um contínuo, uma desculpa qualquer e me despacharam mesmo da porta.

Só então convenci-me de que estava sendo ludibriado, e que todas as promessas e belas palavras de Lauro, de Enéas e de Paula Fonseca não passavam de uma bem tramada mistificação. A reforma, aliás, da qual o Ministro fazia depender a minha nomeação, já tinha sido assinada (mas não publicada) e feitas as nomeações para os novos cargos que ela criara — coisa que só vim a saber pouco mais tarde. Está claro que não mais voltei ao Itamaraty. Mas não desanimei. Apenas achei que devia “dar tempo ao tempo”; quando então voltaria a bater àquela porta — mas por outros caminhos. E recolhi minhas ambições diplomáticas a quartéis de inverno.

* * *

Passaram-se três anos. Lauro Muller tinha partido em visita oficial aos Estados Unidos, e Enéas Martins não era mais o subsecretário de Estado. Tinha sido substituído por Gastão da Cunha, e este, nomeado Embaixador em Lisboa, por Luís de Sousa Dantas, que, vindo de Buenos Aires, onde era Ministro, passara a dirigir o Ministério na ausência do titular da pasta. Ora, acontecia que nesse tempo eu já tinha as melhores relações de amizade com a família do Senador Antônio Azeredo, onde era recebido como uma pessoa da família, graças à amizade fraternal que me ligava a Paulo Azeredo, filho do Senador. Paulo ainda vive, Deus seja louvado! É um pouco mais moço do que eu — ou menos velho, e mora no Rio de Janeiro. Como eu moro há muitos anos em Lisboa, e ele nunca mais voltou à Europa, nem escreve cartas aos amigos, como o geral dos brasileiros, nossas relações tanto espirituais como pessoais cessaram por assim dizer de todo. Mas a minha amizade por ele continua a ser a mesma de antes, como acredito que a dele por mim seja a mesma.

Entre as muitas pessoas que freqüentavam a casa do Senador Azeredo, contava-se (quando, naturalmente, estava no Rio) o Ministro Luis de Sousa Dantas, que era ali por

todos estimado por suas maneiras cativantes, seu dom de agradar e por tudo que o fazia um verdadeiro *charmeur*. Sabedora do meu desejo de entrar para o Itamaraty, a família Azeredo — o Senador, a mulher, a boníssima Dona Sinhá, sua filha Nair com o marido Gastão Teixeira e, naturalmente o filho Paulo, fizeram um trabalho cerrado junto a Sousa Dantas, para que ele obtivesse do Presidente da República, Wenceslau Braz, a minha admissão no nosso serviço exterior, o que foi, afinal, obtido não sem algumas dificuldades. Fui admitido como Adido à Secretaria de Estado. As dificuldades não eram tanto na minha admissão. Mas é que havia um outro candidato ao Itamaraty, Afonso Barbosa de Almeida Portugal, (que graças a Deus também ainda vive), que era protegido do Deputado Antônio Carlos de Andrada, mineiro como Wenceslau, mas que na política do Estado não rezava pela mesma ladainha. E, matreiro que era o Presidente, não queria satisfazer o Senador Azeredo sem satisfazer igualmente Antônio Carlos, que, apesar da *conversa mole* e aparentemente desinteressada com que fazia os seus pedidos, sabia bem como alcançá-los. Assim que, ao mesmo tempo que Afonso Portugal era admitido no Itamaraty, o Senador Azeredo recebia, a 21 de outubro de 1916, o seguinte telegrama:

“Rogo eminente querido amigo mandar Heitor Lyra segunda-feira às 3 horas falar Dr. Sílvio Romero. Abraços. Saudades. Homenagem à Dona Bernardina. (a) Sousa Dantas”. Dona Bernardina era a mulher do Senador, para os íntimos da casa Dona Sinhá. Foi o primeiro passaporte que tive na carreira. Não servia para ir muito longe, é certo, mas era tudo que eu necessitava para transpor a fronteira do Itamaraty, a mais fechada de quantas iria encontrar na minha peregrinação por este mundo de Deus.

Sílvio Romero Filho era o chefe do Gabinete do Ministro de Estado. Seu pai, o velho Sílvio Romero, tinha sido o meu professor de Filosofia do Direito no 1^o ano da Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro. Assim que, munido do telegrama de Dantas ao Senador Azeredo e acompanhado por Gastão Teixeira, genro do Senador, que gentilmente quis prestigiar-me com a sua companhia, apresentei-me ao poderoso chefe do Gabinete do Ministro de Estado no dia 24 de outubro de 1916, data que ficou marcada como a da minha entrada na carreira. Carreira que iria ser, daí por diante, relativamente fácil e feliz para mim. Começada como Adido à Secretaria de Estado, iria terminá-la 42 anos depois, em abril de 1958, como Embaixador do Brasil junto ao Papa Pio XII.

* * *

Pouco depois da minha entrada no Itamaraty, voltava Lauro Muller dos Estados Unidos. Ao passar pela minha mesa na Secção do Arquivo, na manhã em que percorreu a Casa, pareceu surpreendido de me ver ali. Mas na sua habitual reserva, limitou-se a felicitar-me pela minha admissão no Ministério, que lhe causava, disse, real satisfação. Lamentei que não tivesse sido feita por ele, como prometera e seria agradável a meu pai. Respondeu-me que não lamentava menos; mas que era mister não dar às promessas dos políticos, um valor que nem sempre tinham.

Lauro Muller foi um dos políticos mais discutidos que tivemos na chamada Primeira República. Eleito para a Constituinte republicana de 1891, fora em seguida Gover-

nador de Santa Catarina, seu Estado natal. Era então Tenente do Exército, e como tal se havia metido na quartelada que acabara com a Monarquia no Brasil. Com as sucessivas promoções que tivera na carreira das armas, acabaria General, sendo ao mesmo tempo Senador por Santa Catarina. Era portanto um militar político, como havia e sempre houve tantos no Brasil no decorrer da República. E, também, como outros militares desse gênero, não conhecia das armas senão o seu lado, digamos estético, isto é, de como lhe iam bem, na sua silhueta germânica (era filho de alemão), o uniforme e a espada que lhe caía ao lado. Promoções no Exército as tivera todas, de Tenente a General, nos bancos do Congresso Nacional; e, se as merecera por atos de bravura, só podiam ser votando *contra* o Governo (sem o que não haveria bravura), o que não era precisamente o seu gênero, já que era conhecido por seu feitio conciliante e sua natureza simulada e retraída, querendo estar bem com todos mas não estando afinal senão com ele próprio e com os seus interesses pessoais. No fundo era um homem esperto e astucioso, manhoso como ele só e como tal era chamado de *raposa de espada à cinta*.

Não iria ficar muito tempo como Ministro do Exterior. Sobrevinda a guerra na Europa, em 1914, a chamada *Liga pelos Aliados*, com Rui Barbosa à frente, tudo fez para desalojá-lo do Itamaraty, por ele se negar a levar o Brasil à guerra, naturalmente ao lado da França e da Inglaterra. Acusavam-no de germanófilo e de ter sangue alemão nas veias, inventando-se os pretextos mais pueris para indispor-lo com a opinião pensante do País. Ora, se Lauro Muller não queria levar o Brasil à guerra era porque entendia — e entendia bem — que a luta na Europa não era senão um conflito entre a França e a Inglaterra, contra o Império Alemão, e com a qual nada tínhamos a ver: da Inglaterra, então dona dos mares, para obstar o programa naval alemão do Almirante Von Tirpitz; e da França para vingar-se da derrota de 1870 e recuperar a Alsásia-Lorena, aspiração dos *revanchistas* franceses, com Paul Deroulède e Mauricio Barrès à frente.

Nesse tempo a Inglaterra, cujo Império era o maior e o mais forte de quantos haviam existido no mundo, tinha, de fato, desde séculos, o domínio dos mares. A *Home Fleet* era o maior conjunto de navios de guerra que jamais se vira. Isolada na sua ilha, ela não tolerava que outra Nação do Continente (os Estados Unidos e o Japão não contavam como potência naval), tentasse sequer, não diremos suplantá-la, mas simplesmente ameaçá-la com um programa naval que lhe pudesse fazer sombra. Já Lorde Bolingbroke dissera no século XVII: “Não fazemos parte do Continente, mas somos seus vizinhos. Não devemos por isso consentir que uma Nação continental obtenha um poder tal, que ameace a nossa segurança. Toda a Nação que pretender construir uma grande esquadra, deve ser afastada dessa intenção; e se não for ouvida, deve ser abatida. É uma questão de vida ou de morte para uma ilha super-habitada, que só pode alimentar-se por meio de trocas, para o que tem necessidade do domínio dos mares. Quem quer que queira suplantá-la, torna-se sua inimiga. A experiência tem mostrado que toda a vez que um país procura dominar a Europa pelas armas, tenta construir uma esquadra capaz de vencer a esquadra inglesa. A Espanha, invulnerável em terra com a sua infantaria, lançou contra nós a *Invencível Armada*” e foi vencida. Napoleão, vencedor nos campos de batalha, preparou-se em Bolonha, para invadir a Inglaterra, o que não ousou por falta de meios para atravessar a Mancha. O mesmo ia dar-se em 1914, quando a Alemanha, possuidora do maior Exército europeu, procurou executar o programa

naval de Von Tirpitz para enfrentar a esquadra inglesa. Daí uma das razões pela qual a Inglaterra lhe moveu a guerra, como iria mover-lhe a segunda Grande Guerra, contra Hitler e o seu poder naval.

* * *

Natureza conciliadora, Lauro Muller ainda tentou transigir rompendo as relações do Brasil com a Alemanha, a pretexto do torpedeamento, pelos submarinos alemães, de um vapor mercante brasileiro que navegava nos mares europeus. Mas isso não bastou para os chamados adiadófilos. Eles queriam a guerra. Queriam ver o Brasil combatendo na Europa.

Não sei se o sangue germânico que corria nas veias de Lauro Muller teve alguma influência no seu modo de proceder no Itamaraty. Mas é fato que ele tinha razão quando dizia que havia no Brasil uma numerosa e laboriosa colônia de Alemães, fator de progresso e de civilização nos Estados do Sul; que as nossas relações políticas e sociais com a Alemanha se tinham sempre processado no melhor terreno — o que nem sempre se dera com a Inglaterra, e o caso da Ilha da Trindade ainda era recente; que a Alemanha tinha sido, até então, um precioso mercado para os nossos produtos, excelente pagadora e o mais fácil dos clientes, não havendo por isso motivos para lhe fazermos guerra. Mas nenhum desses argumentos bastou para conter o *furor discursandi* de Rui Barbosa e da famosa *Liga pelos Aliados*, E, como o Presidente Wenceslau Braz não teve coragem para defender o seu Ministro do Exterior, Lauro Muller foi jogado às feras, o que aceitou, como aceitava tudo em política — sem protesto e o menor gesto de defesa. Deixou-se simplesmente levar pelos ventos que lhe eram contrários, entregando-se desencantado aos caprichos do destino; e voluntariamente eclipsou-se do cenário político.

Quando entrei para o Itamaraty fui servir na Seção do Arquivo – aliás, a meu pedido, o que não deixou de surpreender Sílvio Romero Filho, Chefe do Gabinete do Ministro. É que todo aspirante ao Itamaraty, então como ainda hoje, se julgando logo um Talleyrand ou um Metternich, não compreendia outra atividade ali que não fosse na Seção dos Negócios Políticos ou na do Protocolo, depois chamada Cerimonial. Mas as minhas inclinações eram outras: eram para os papéis velhos, para as pesquisas históricas, para o nosso passado diplomático tão mal conhecido e por vezes tão mal julgado. E para isso nenhuma Seção na velha Casa me tentava mais do que a do Arquivo. Tive, assim, por tarefa, dada pelo meu chefe, Mário de Vasconcelos, separar e fichar os papéis relativos à nossa intervenção no Prata, nos anos que precederam e logo se seguiram à nossa Independência. Foi no correr desses trabalhos que consegui descobrir a cifra, ou melhor, uma das cifras que o nosso Ministério usava na correspondência com os agentes diplomáticos brasileiros no exterior, graças ao que me foi possível traduzir muitos documentos considerados até então indecifráveis. Aurélio Porto cita esse fato nos *Anais do Itamaraty*, que a esse tempo eram publicados com certa regularidade, mas que depois, como muitas outras coisas úteis que se fazia no Ministério, foi posto de lado e abandonado.

Mário de Vasconcelos andava, então, pelos seus 28 anos de idade. Mas tinha o feito e o espírito de um cinquentão. No fundo, sofria já a dose de decepção que o tornaria mais tarde um desiludido da carreira que abraçara. Talvez se considerasse um homem falhado; não tanto pelo que era ou o pouco que tinha sido, mas pelo muito que aspirara ser sem haver jamais alcançado. Tentara na primeira mocidade a carreira das armas, mas logo abandonara, penso que por motivo de saúde. Alimentara depois o sonho de ser um autor teatral, quando uma comédia sua obtivera, certa vez, um prêmio; mas também não fora adiante por aí.

Foi quando Jansen do Paço o trouxera da Biblioteca Nacional, onde ele trabalhava. Quando Rio Branco assumiu a direção do Itamaraty, em 1902, encontrou o arquivo da Casa entulhado no pavimento térreo do edifício, e onde foram outrora as cocheiras do palácio. Estava num completo abandono, espalhado na maior desordem. Era uma

massa preciosa de papéis, grande parte dos quais tinha formado o acervo que viera outrora de Portugal na bagagem do Príncipe Regente Dom João e fora depois, com os anos, aumentando progressivamente. Decidiu então Rio Branco pôr em ordem toda aquela papelada. Requisitou, para isso, um especialista da Biblioteca Nacional, que foi Jansen do Paço, que trouxe consigo, para auxiliá-lo, um outro funcionário, da Biblioteca, Mário de Vasconcelos. Ambos seriam depois incorporados aos quadros do Itamaraty. Ainda alcancei ali Jansen do Paço, sempre apressado no seu passo curto, sempre afobado, sempre suando, com o largo lenço branco atado ao colarinho, impaciente, lançando impropérios a torto e a direito. Já tinha deixado o serviço do Arquivo e estava destacado numa outra Seção, onde se ocupava sobretudo das questões de limites, das quais se fizera também grande conhecedor, havendo, creio, auxiliado um pouco o Barão nesses trabalhos. A partir de 1914 Mário de Vasconcelos ficou como diretor interino do Arquivo.

Foi assim Mário de Vasconcelos o meu primeiro chefe no Itamaraty. Devo a ele a dose de cepticismo com que iria ver depois os homens e as coisas da carreira. Foi para mim um chefe bom e leal, a quem logo me ligou uma sincera camaradagem. Tínhamos alguns traços comuns: o amor ao passado, por exemplo, o respeito pela tradição, a curiosidade pelos fatos da nossa História. E também o conhecimento deles, sem o que, é claro, não seria possível apreciá-los no seu justo valor, situá-los em suas épocas e interpretá-los em função de sua influência na formação da nossa nacionalidade. Mário de Vasconcelos era quem melhor conhecia, no seu tempo, os arquivos do Itamaraty. Era assim na direção da Seção *the right man in the right place*. Embora não muito moço para recomeçar pela terceira vez uma carreira, contou fazê-la rápida e brilhantemente, para o que não lhe faltavam qualidades. Mas não foi precisamente isso que aconteceu, menos devido às suas deficiências do que aos métodos burocráticos que prevaleciam e ainda prevalecem, em parte, ainda hoje, nos serviços do Itamaraty, onde o mérito pessoal, o devotamento ao trabalho e o amor à profissão valem menos do que as amizades políticas ou os processos de cortesia.

Era um homem modesto, de feitio retraído. E como tinha uma natureza independente, era avesso a fazer antecâmara no gabinete dos Ministros de Estado ou em casa dos poderosos do dia. Penso que no fundo lhe faltava também ambição, que, aliás, dificilmente se podia alimentar quando não se tinha o estímulo dos chefes ou se era alvo repetido das injustiças dos outros. Fosse, porém, como fosse, o fato é que vinte e cinco anos depois de entrar para o Itamaraty, ele era despachado Cônsul-Geral em Gênova. Ia assim pela primeira vez para o estrangeiro. Pensou possivelmente alcançar lá fora o que não lograra na Secretaria de Estado. Mas foi outra ilusão e outra decepção. Homem que era já de mais de cinquenta anos, compreendeu que não possuía mais nem a idade nem as condições para adaptar-se à vida no estrangeiro, adquirir novos hábitos e formas de civilização. E outra vez mais mudou de rumo, voltando ao seu ambiente natural, que era a vida monótona e burocratizada da Secretaria de Estado.

Foi quando o fui encontrar, em 1936, numa espécie de ostracismo, dirigindo interinamente o Arquivo, quer dizer, no mesmo lugar em que o havia conhecido vinte anos, antes, quando da minha entrada no Ministério. Encontrei-o amargando uma decepção que dificilmente ocultava. Isso pareceu-me uma injustiça, porque ele tinha mé-

rito, era devotado ao serviço e conhecia como poucos a engrenagem da Secretaria de Estado. Merecia, pois, por todos os motivos, uma posição melhor, sobretudo quando outros, sabidamente menos capazes e com menor soma de serviços à Casa, desfrutavam postos superiores ao seu. Mário de Pimentel Brandão, que era então Secretário-Geral do Itamaraty, meu velho amigo, que sempre se mostrou compreensivo e humano, concordou facilmente com a sugestão que lhe fiz, de confiar a Mário de Vasconcelos a Chefia do Departamento Administrativo, posto chave no Ministério. Mário esteve nele cerca de quatro anos. Penso que desempenhou esse cargo com o seu costumado zelo e dedicação ao serviço. Deixando esse cargo, tentou novamente o estrangeiro, dessa vez como Ministro em Berna; mas apenas como um estágio para melhorar uma aposentadoria que não tardou em chegar. Iria falecer no Rio em 1947.

A carreira administrativa de Mário de Vasconcelos, assim contada, se parece com qualquer outra de um funcionário público. Mas é, no fundo, um exemplo impressionante de como a burocracia do Estado, com as suas injustiças, os seus desestímulos e os seus egoísmos, é capaz de ressecar ou fossilizar os melhores elementos. Ninguém pode, evidentemente, afirmar que a carreira de Mário de Vasconcelos teria sido mais brilhante ou mais proveitosa para o serviço público se ele tivesse podido contar com o estímulo do Estado, ou este lhe tivesse dado as possibilidades e meios de sucesso. Mas é fora de dúvida que ele merecia dez vezes mais do que nada que lhe deu o Estado. É que o processo que então prevalecia e prevalece, em parte, ainda hoje no acesso dos funcionários públicos em geral e do Itamaraty em particular, pode premiar, por exceção, um bom funcionário; mas em regra geral desestimula e estiola as mais promissoras esperanças.

* * *

Na Seção do Arquivo fui encontrar dois bons amigos, que tinham sido, fazia pouco, meus colegas na Faculdade de Direito: Ronald de Carvalho e Alceu de Amoroso Lima, o futuro Tristão de Ataíde. Ronald era Terceiro Oficial da Secretaria de Estado, e Alceu era Adido, como eu. A Ronald me prendia uma amizade que datava da nossa infância, do nosso tempo de calças curtas, quando freqüentávamos o que se chamava “Colégio de Meninos”, à Rua Sorocaba, em Botafogo, dirigido pelas irmãs Ferrões, das quais me lembro até hoje da mais velha, que aparecia na aula, para dar lições, com o rosto coberto por uma espécie de pomada transparente. Isso pela entrada do século, ou seja, 1902 ou 1903. Morava eu, então, com meus pais, à Rua Voluntários da Pátria, na altura do Largo dos Leões, e Ronald pouco adiante, à Rua do Humaitá, em casa do avô Paula e Silva, que foi durante anos Guarda-Mór da Alfândega do Rio. Tínhamos o nosso grupinho de amigos, mais ou menos da mesma idade. Eram, entre outros, Bentinho Cruz, filho de Oswaldo Cruz, o grande homem de ciência que saneava naquela ocasião o Rio de Janeiro, livrando-o da febre amarela, que dizimara, durante anos seguidos, milhares de seus habitantes. Bentinho era um grande coração, homem meio excêntrico, cujo desaparecimento prematuro, anos mais tarde, num pequeno avião de sua propriedade, ficou sendo até hoje um mistério. Eram Artur e Paulo César de Andrade, este destinado a ser um dos grandes cirurgiões do Brasil, mas desaparecido também prema-

turamente num desastre de automóvel. Havia também Lauro e Benjamim Sodré, este último *Mimi*, hoje Almirante reformado, filhos de Lauro Sodré, que era então Senador pelo Estado do Pará. Lauro, Mimi e o mais velho, Emanuel, formavam, em 1910, a formidável linha de frente do primeiro *team* do Botafogo Foot-Ball Club, então campeão da cidade, ao tempo em que esse esporte era praticado pela melhor rapaziada do Rio, e não tinha ainda caído nas mãos do profissionalismo. Havia por fim Rodrigo Octávio Filho, o *Didi*, depois membro da Academia Brasileira de Letras, mas que era então um menino gorducho e corpulento, de pele rosada e cabelos louros, que denunciavam sua ascendência escandinava; e em cuja casa, à Rua das Palmeiras, em Botafogo, costumávamos nos reunir aos sábados à noite, para dançar com as meninas do bairro, cujos nomes prefiro não citar, pois algumas delas ainda vivem e não seria gentil revelar-lhes as idades, muito embora sejam hoje avós de uma geração já madura.

Rodrigo Octávio, o *Didi*, tinha sido meu colega no Colégio Alfredo Gomes, à Rua das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, e depois na Faculdade de Ciências Jurídicas, também no Rio, onde seu pai era nosso Professor de Direito Internacional Privado. *Didi* e eu mantivemos a nossa estreita e velha amizade até o dia do seu falecimento no Rio de Janeiro, há cerca de dois anos, deixando uma profunda mágoa em todos que o conheciam. Desse tempo, quero dizer, de meus colegas no colégio Alfredo Gomes, só resta vivo, que eu saiba, e continua meu amigo até hoje, o querido Mário Fontenelle, com o qual trocamos, de vez em quando, correspondência epistolar. Por tudo que sei, continua esperto e desembaraçado como sempre fora.

* * *

Ronald de Carvalho superava a nós todos por sua inteligência e sua cultura, tendo, por vezes, centelhas de gênio. Desde cedo revelara as mais brilhantes qualidades intelectuais, e ainda o lembro, na Faculdade de Direito, contraditando, com aquela facilidade de expressão que sempre teve, e uma presença de espírito insuperável, a argumentação dos mestres. A solidez de seus conhecimentos e a vasta cultura que possuía, apesar da pouca idade, o colocavam na vanguarda da sua geração. Poeta, historiador, crítico literário, ensaísta, nos muitos ramos do conhecimento humano, superava a todos. E, se a morte não o levasse tão cedo, num estúpido desastre de automóvel, iria ser, sem dúvida, um dos mais notáveis brasileiros do seu tempo.

Ainda há pouco Alceu Amoroso Lima, numa espécie de livro de memórias, lembrando os dias de mocidade de ambos, diz de Ronald: “Vivo, esperto, baixinho, gordinho, olhos fuzilantes, palavra pronta, resposta rápida, teorias literárias, recitando versos... Sempre luminoso de conversa, cheio de espírito, com uma carreira fulgurante diante de si, é fulminado como um arcanjo rebelado e cai estrondosamente em pleno espaço, deixando uma obra clássica, a despeito de sua improvisação e uma obra poética expressiva de transição parnasiano-modernista, além da memória de uma das inteligências mais facetadas e dinâmicas da nossa geração... Sua inclinação era para a prosa clássica e para os poemas bem elaborados, simbolistas e parnasianos. Mas nunca se sentiu à vontade no modernismo”.

Sua morte deixou um claro não somente no Itamaraty como em todo o Brasil

intelectual, difícil na verdade, de ser preenchido. Para a nossa Casa foi uma grande perda. Compreendeu assim o Ministro do Exterior, José Carlos de Macedo Soares, prestando uma excepcional homenagem a Ronald de Carvalho ao consentir que saísse o seu funeral do Itamaraty. Era uma homenagem que dela só haviam desfrutado os despojos do Visconde de Cabo Frio, Diretor da Casa durante dezenas de anos, e os do Barão do Rio Branco.

Houve quem estranhasse essa homenagem. O reparo teria fundamento se se procurasse comparar o funcionário que fora Ronald ao velho Diretor-Geral ou ao grande Ministro, a carreira administrativa dele aos serviços sem par que os dois últimos haviam prestado ao Brasil no campo internacional. Mas essa comparação seria um contra-senso, e a verdade é que a homenagem foi prestada menos ao funcionário do que ao que ele realmente era, uma das mais pujantes inteligências do Brasil.

Não ousaria dizer que se perdeu com sua morte um grande funcionário diplomático, porque o que sobrava nele, como intelectual e homem de letras, lhe faltava, num certo sentido, como diplomata e funcionário propriamente dito. É que o seu feitio ardente e impetuoso, sua imaginação incontrolável e as fantasias por vezes extravagantes do seu temperamento de artista dificilmente se adaptavam às regras, aos preconceitos e à tradição da carreira. Como homem de gênio, não lhe era possível enquadrar-se nos estreitos limites de uma profissão onde prevalecia, ou devia prevalecer, como dogmas, a discrição, o silêncio, a renúncia de suas próprias qualidades, e onde tudo era medido e pesado conscientemente. O fulgor da sua inteligência, as expansões de sua rica e florida imaginação precisavam de um campo largo e desimpedido para expandir-se; e esse não seria nunca o da nossa carreira, feita toda ela de abdicação e de silêncio, deixando aparecer somente o lado social e até certo ponto fútil da vida.

* * *

Alceu de Amoroso Lima pouco tempo ficaria entre nós: morrendo-lhe o pai meses depois de ele entrar para o Itamaraty, teve de deixar a carreira para cuidar dos interesses da família, já que era filho único. O pai tinha uma fábrica de tecidos, se não estou enganado em Petrópolis, chamada Companhia de Fiação e Tecidos Cometa, e Alceu teve de assumir a sua presidência, cargo que iria exercer até 1937.

Até certo ponto foi uma pena que tivesse abandonado o Ministério, porque sempre me pareceu que tinha as melhores qualidades para ser um bom diplomata, não só por sua cultura e excelentes princípios de educação, como por seu tato, sua discrição e, sobretudo, seu *savoir faire*, quer dizer, seu bom senso, sem o que não se tem nunca, verdadeiro diplomata. Tenho sempre dito e repetido: talento, cultura, dinheiro, boa educação, domínio de línguas estrangeiras, desembaraço, facilidade de expressão, tudo isso pode e deve contar para se ter um bom diplomata. Mas ele não será jamais completo, podendo mesmo ser um fracassado, se não tiver uma larga dose de bom senso. E o bom senso é, talvez, de todas essas qualidades, a mais difícil de se encontrar num homem de talento ou de larga cultura. *Rarement le savoir s'unit au savoir-faire*, dizia Lachambeaudie.

Alceu andava então pelos seus 23 anos de idade. É claro que estava longe de pos-

suir a cultura que veio a ter depois. Mas já revelava o homem sereno e estudioso de coisas sérias, afeito ao raciocínio e aos pensamentos elevados. Pessoalmente era um encanto de pessoa, de uma absoluta integridade de caráter, impondo-se facilmente ao respeito de quantos tinham a oportunidade de aproximá-lo. Tanto ele como Ronaldo haviam sido meus colegas na Faculdade de Direito, onde ambos haviam feito sua estréia nas letras e um pouco no jornalismo, como colaboradores da nossa revista *A Época*, da qual Alceu fora um dos diretores e onde eu era também colaborador.

Disse que foi pena que a morte prematura do pai tivesse obrigado Alceu a deixar o Itamaraty, porque, do contrário, faria certamente uma bela carreira. Mas neste caso talvez não tivesse sido o homem de pensamento, o escritor e o filósofo que veio a ser depois, dado o caráter dispersivo da nossa profissão, mesmo seu lado fútil, e onde se precisava ter, para desgarrar dos estudos sérios, muita força de vontade e, sobretudo, muita vocação.

* * *

O contínuo da Seção do Arquivo era Luís Esteves de Almeida e o nosso servente era Manuel Miranda, este brasileiro naturalizado, natural de Trás-os-Montes. Ambos excelentes servidores pela maneira com que desempenhavam os cargos, pela lealdade e correção de maneiras, o amor ao serviço e a exata compreensão de seus deveres. Dois modelos de funcionários, que, embora ocupando cargos subalternos, podiam bem dar lições aos mais graduados da Casa. Nós os tínhamos em grande estima. Luís Esteves possuía uma instrução mais completa do que o outro, o que lhe permitiu elevar-se e ingressar mais tarde no quadro administrativo dos funcionários da Secretaria de Estado, chegando a Conservador do Arquivo, cargo em que iria aposentar-se.

Ficaria o velho Miranda, que eu devia ainda ver no Itamaraty, durante largos anos, sempre esperto e prestativo, às voltas com os papéis velhos. Era um verdadeiro rato de arquivo, conhecedor como ninguém do que chamávamos os *maços*, isto é, aquelas pastas ou aquelas caixas onde se guardavam os papéis antigos do Ministério, quer dizer, a tradição de quase cem anos da nossa política exterior, todo o nosso passado diplomático, os famosos “precedentes”, que tanto serviam por vezes para nos firmarmos numa reclamação já antiga ou defendermos uma doutrina favorável aos nossos direitos. Hoje, todos esses velhos papéis formam o que chamamos o Arquivo Histórico.

Acabando por se tronar a encarnação do próprio Arquivo, o que melhor conhecia seus segredos, verdadeiro catálogo daqueles velhos papéis, o prestimoso Miranda tornou-se indispensável a quantos iam ali, funcionários ou estranhos, à procura de um “precedente” ou de um fato conhecido apenas por tradição, que se passara outrora em uma das nossas Missões no exterior, e que ele prontamente encontrava na antiga correspondência das nossas Legações.

Essa espécie de funcionários, velhos servidores, que, depois de anos de uma labuta diária, acabavam melhor conhecedores do serviço diplomático do que muito chefe, já se vai pouco a pouco escasseando. E talvez nem mais existam hoje, o que é uma pena, porque no serviço diplomático eles eram uma tradição. Com a soma de

conhecimentos que tinham daquilo que chamamos a “prática diplomática”, acabaram por se tornar realmente preciosos, tanto na Secretaria de Estado como no exterior. Na Secretaria de Estado podiam ser citados, além do Miranda, no Arquivo, o Horácio, na Seção Política e o Palmeiro, no Protocolo, depois chamado Cerimonial. E também o Salvador, contínuo que serviu todo o tempo com o Barão do Rio Branco, e que ainda alcancei na Secretaria de Estado.

A propósito desses funcionários subalternos vem ao caso um fato pitoresco que se passou em 1920, quando foi da visita ao Brasil do Rei Alberto da Bélgica. Um dia apareceu no Protocolo um empregado da Legação da Bélgica no Rio, com um papel na mão, pedindo que o assinassem aqueles que quisessem obter uma condecoração belga. Ao chegar ao Protocolo, como o Palmeiro estivesse à porta de entrada, foi o primeiro a assinar o tal papel, depois do que o assinaram os demais funcionários do Protocolo, inclusive eu, que trabalhava então ali. Passaram-se dias, e nas vésperas de o Rei Alberto deixar o Brasil, vem a lista dos condecorados, sendo que do Protocolo, o único condecorado foi o contínuo Palmeiro. Depois da partida do Rei, na Legação da Bélgica explicaram que sendo a lista dada pelo Itamaraty muito grande, era impossível condecorar a todos; decidiram então condecorar o primeiro nome de cada lista. Não sabiam naturalmente que se tratava de um contínuo.

* * *

Joaquim Nabuco, ao tempo em que era Ministro em Londres, dizia que mais facilmente dispensaria qualquer dos Secretários que serviam ali com ele, e eram Oliveira Lima e Graça Aranha, que se tornariam, entretanto, dois expoentes na nossa literatura, do que o velho William, contínuo da Legação, que conhecia o arquivo melhor do que ninguém. Esse William era um antigo agente de polícia, que durante anos dera guarda à Legação, ao tempo do Barão de Penedo, e fora depois por este contratado como *messenger* da Legação, passando em seguida a contínuo.

Na Embaixada em Paris tivemos aquele excelente Léon Lévy, francês de sangue israelita, que, não tendo jamais tomado lições de português, acabou, depois de muitos anos de convívio ali com brasileiros, sabendo-o melhor do que muito Secretário; a ponto de ele mesmo redigir e bater à máquina muitos ofícios de rotina destinados à Secretaria de Estado no Rio de Janeiro, limitando-se o Embaixador Sousa Dantas a assiná-los. Carlos de Ouro Preto, o nosso querido “Carlinhos” que era então um dos Secretários da Embaixada e iria morrer como Embaixador em Paris, gostava de mexer com o Lévy dizendo que Jesus Cristo, ao contrário do que dizia a História da Igreja, não tinha morrido crucificado na Palestina, mas em Roma, pacificamente, numa pensão de família.

Na Embaixada do Brasil nessa cidade tivemos o Alpi, que acabou dominando a tal ponto a língua portuguesa que se tornou tradutor para o italiano de mais de um livro de Machado de Assis. Em Buenos Aires tivemos o Lucas, argentino ou chileno, não sei bem, que se tornou ali uma tradição. Em Berlim tivemos o Kurfurst, o homem faz tudo, que Ciro de Freitas Vale trouxera de Viena como seu *valet de chambre*, e acabara contínuo da Legação depois Embaixada na capital do Reich. E, além de con-



Ronald de Carvalho, 3º oficial



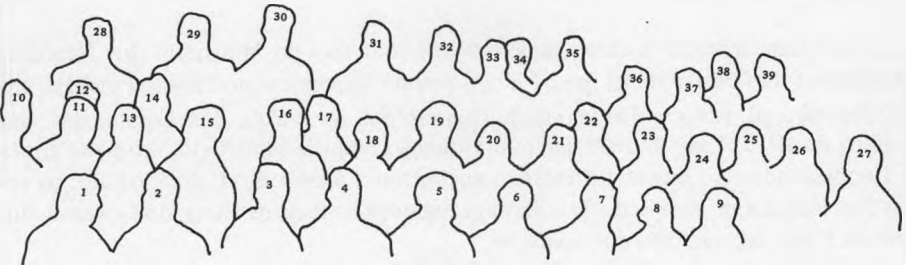
Mário de Vasconcelos, Chefe da Seção do Arquivo



Lembranças do Gastão e do Paulo



Alceu de Amoroso Lima, Adido à Secretaria de Estado



O Itamaraty em 1916. Fotografia tirada no restaurante Assyrio, no Rio de Janeiro, por ocasião do banquete em homenagem a Silvio Romero Filho, por motivo de sua promoção a chefe de Seção

- 1 – Alves da Fonseca; 2 – Cardoso de Oliveira; 3 – N. J. Debanné; 4 – General Botafogo; 5 – Sousa Dantas; 6 – Silvio Romero Filho; 7 – Régis de Oliveira; 8 – Luís Guimarães Filho; 9 – Desconhecido; 10 – Almeida Brandão; 11 – Luís de Lima e Silva; 12 – Fernandes Pinheiro; 13 – Desconhecido; 14 – Adriano Quartim; 15 – Afonso Portugal; 16 – Adolfo Konder; 17 – Maximiano de Figueiredo; 18 – Oswaldo Corrêa; 19 – Pessoa de Queiroz; 20 – Aguilar Pantoja; 21 – Pinheiro de Vasconcelos; 22 – Eusébio de Queiroz; 23 – Óscar Correia; 24 – Raul A. de Campos; 25 – Labieno Salgado; 26 – Pedro Paranaguá; 27 – Moraes Barros; 28 – Enrique Pecegueiro; 29 – Galvão Bueno; 30 – Lauro Müller Filho; 31 – Magalhães Tavares; 32 – Raul Azevedo; 33 – Luís de Faro Júnior; 34 – Braga Melo; 35 – G. Gastão do Rio Branco; 36 – O Autor; 37 – Emílio Simonsen; 38 – Desconhecido; 39 – Jorge Jobim.

tínuo da chancelaria, era um excelente cozinheiro. Na Embaixada em Lisboa temos ainda o João (Gomes da Silva), sempre prestativo e serviçal, que conheci como servente em 1937, nove anos depois de sua entrada para nosso serviço, e é hoje Chefe da Portaria da Embaixada.

Na Embaixada no Vaticano tivemos – e ainda temos – o Carmine, que a igual dos demais, começou como um simples servente, mas que anos depois, quando eu era Secretário-Geral do Itamaraty, mandei nomeá-lo Contratado da Embaixada. Acabou também conhecendo melhor as coisas ali do que muito secretário. Certa vez, quando eu era Secretário no Vaticano e estava interinamente como Encarregado de Negócios, na ausência do Embaixador Magalhães de Azeredo, morreu um Cardeal. Tive a notícia em casa, pela manhã, ao ler os jornais. Ao chegar à Embaixada, depois do almoço, chamei o Carmine e disse-lhe que fosse deixar meu cartão de visita em casa do Cardeal defunto. Ele logo objetou:

– Não é mais preciso, senhor Encarregado de Negócios. Já passei em casa do Cardeal e assinei o nome de Vossa Senhoria no livro dos visitantes. Porque em casos como esse, sendo Vossa Senhoria Encarregado de Negócios e não apenas Secretário, não se deixa cartão: assina-se o livro dos visitantes.

* * *

Isso fazia lembrar o caso daquele velho contínuo do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia, ao tempo do Tzar, quando funcionava no Palácio Porskaja, em São Petersburgo (depois Leningrado). Quando foi da vitória dos Comunistas, em outubro de 1917, Leão Trotski assumiu a direção daquele Ministério, crismado então de Commissariado. Ao entrar no Palácio, encontrou-o a bem dizer abandonado: os velhos funcionários do tempo do Tzar haviam fugido, e os mais recentes, do Governo efêmero de Kerenski, não ousavam aparecer.

A única pessoa que foi ali encontrada, indiferente aos acontecimentos que se desenvolviam então na Rússia, foi um velho contínuo, que trabalhava no Ministério há mais de vinte anos. Para ele tanto importava que o Ministro se chamasse agora Comissário ou fosse quem fosse. Havia conhecido tantos! Assim, foi ele que recebeu e acompanhou Trotski ao gabinete do Ministro. Sentou-se o revolucionário à mesa, redigiu uma nota e mandou que o velho serviçal fosse entregá-la na “Embaixada Holandesa”. Passando a vista pelo envelope, ergueu o contínuo a cabeça, e se dirigindo a Trotski, disse com submissão e modéstia:

– Senhor Comissário, se temos charuto holandês e queijo holandês, não temos Embaixador holandês. Temos é Ministro dos Países Baixos. É preciso escrever sobre o envelope: *Sua Excelência o Senhor Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciário de Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos.*

Oliveira Lima refere o caso daquele porteiro da Câmara dos Comuns, em Londres, quando ele era ali Encarregado de Negócios do Brasil (depois da morte do Ministro Sousa Corrêa), e Joaquim Nabuco, Ministro em Missão Especial junto ao Governo Britânico, para tratar do caso da Guiana Inglesa. Foram os dois um dia ao Parlamento, e, ao entrarem, Nabuco declinou as suas respectivas qualidades:

– Ministro e Encarregado de Negócios do Brasil!

A que o porteiro ponderou, revelando conhecer essas coisas melhor do que muitos candidatos a Secretário de Legação:

– Não pode ser: quando há Ministro não há Encarregado de Negócios.

Oliveira Lima teve então que explicar que ele chefiava a Legação do Brasil em Londres, no momento sem chefe, sendo assim o Encarregado de Negócios; e que Nabuco era Ministro em Missão Especial, nada tendo com a Legação propriamente dita.

No tempo de Nilo Peçanha

Saindo Lauro Müller, em 3 de maio de 1917, veio substituí-lo Nilo Peçanha, Governador do Estado do Rio de Janeiro, nomeado para o Itamaraty dois dias depois dessa data. Essa nomeação não tivera, aliás, outra significação que não fosse levar o Brasil à guerra contra a Alemanha. Nem se compreendia que Nilo houvesse deixado a Presidência do Estado do Rio, formidável reduto político para ele e seus correligionários, pelo amor a uma simples pasta ministerial.

Dentro, assim, do programa de guerra que trouxera tomava, um mês depois de assumir a pasta, “posse fiscal” dos navios alemães que se haviam refugiado em nossos portos; e revogava, ao mesmo tempo, a nossa neutralidade na guerra em favor dos Estados Unidos da América. Pouco depois estendia essa medida aos demais países aliados. E três meses mais tarde proclamava o estado de guerra.

Aliás, uma *drôle de guerre*, que ficaria, para nós, no tinteiro. Porque declarada na última fase das hostilidades, somente para dar satisfação à tal *Liga pelos Aliados*, mal tivemos tempo de preparar a nossa desconjuntada Esquadra, que singrando garbosamente os mares em direção ao *teatro naval* da Europa, sob o comando do Almirante Frontin, ali não chegou: foi colhida, de surpresa, na altura do porto de Dakar, pela gripe espanhola, que, dizimando grande parte das nossas guarnições, atrasou-lhe a marcha — o bastante para a luta terminar com a vitória das forças aliadas, sem dar tempo para nossa participação efetiva nela.

Nilo Peçanha foi Ministro apenas um ano e meio. Nem era de esperar que ficasse mais tempo no Itamaraty, pois levando o Brasil à guerra, daria por terminada sua tarefa. Foi pena, entretanto, que não tivesse continuado como Ministro, pois não lhe faltavam qualidades para o desempenho do cargo, ao contrário de tantas nulidades que viriam depois dele. Eu o conhecia de perto, pois era um velho amigo de meus pais desde o tempo em que ele estudava Direito no Recife, ainda sob a Monarquia, e, mais tarde, já político de nomeada, o tinha visto mais de uma vez em nossa casa da Praia de Botafogo. Quando uma das minhas irmãs se casou em Nice, no sul da França, onde Nilo passava umas férias com a mulher, Dona Anita, ele foi o padrinho desse casamento. Foi nesse tempo que publicou um livro intitulado *Impressões da Europa*, que a crí-

tica chamou, por causa do seu formato, de “livro quadrado”. Sobre ele escrevi, naquela ocasião, uns comentários num dos jornais do Rio de Janeiro.

Quando ele foi nomeado Ministro das Relações Exteriores, fui vê-lo em sua casa da Praia de Icaraí. Meus pais estavam naquela ocasião em Pernambuco, e eu fui só. Na calçada, fazendo os cem passos em frente a casa, encontrei Sílvio Romero Filho, que aguardava ali a chegada de Leopoldo Teixeira Leite, amigo e espécie de Secretário de Nilo Peçanha, que a argúcia de Sílvio logo percebeu que seria no Itamaraty o homem de confiança do novo Ministro. Penso que ele não conhecia ou conhecia muito pouco Nilo Peçanha, e queria assim valer-se do apoio de Teixeira Leite para garantir-se no lugar, que ocupara até a véspera com Lauro Müller, de Chefe do Gabinete do Ministro — que desempenhara, aliás, com o maior brilho, a maior eficiência, com uma capacidade de trabalho insuperável. Quando o conheci, e foi na ocasião de minha entrada para o Ministério, em outubro de 1916, ele era ali uma das mais brilhantes figuras da Casa, e em seu olhar, algo mongólico, como o do pai, aliás, havia por vezes centelhas de gênio. Seu pai fora meu professor de Filosofia do Direito na antiga Faculdade de Ciências Jurídicas, e ainda o lembro com o seu jeito displicente, de verdadeiro filósofo, algo também de matuto, as roupas mal cuidadas, a gravata atravessada no colarinho, e o cabelo caindo sobre a testa. Dava suas lições com um profundo enfado, e logo se percebia que só estava ali para receber os proventos do cargo, pois era um homem pobre — e probo — e os livros que publicava, como acontece ainda hoje no Brasil com os respectivos autores, eram antes meios de morte do que de vida.

Quando conheci o filho, nesse ano de 1916, ele andava pelos seus 27 anos de idade. Naquela ocasião fora promovido a Chefe de Seção, cargo que correspondia a Ministro Residente, ou Ministro de 2ª classe, como se diz hoje. Contava apenas oito anos de carreira! Por sinal que seus colegas do Itamaraty organizaram um banquete no restaurante Assírio, em baixo do Teatro Municipal, para festejarem essa promoção, no fundo para homenageá-lo, captar-lhe as boas graças e as simpatias. Foi a primeira manifestação de classe que assisti, para mim só tendo um problema — a obrigação de ir de casaca (*white tie*). Ora, eu só tinha *smoking*. Mas felizmente meu alfaiate, que se chamava Moreira e tinha oficina à Rua do Ouvidor, tirou-me do apuro, dizendo que tinha feito uma casaca para determinada pessoa que ia embarcar para a Europa no dia seguinte sem tê-la ainda pago e estava disposto a ir a bordo recuperá-la se ele não a quisesse pagar. Acrescentando que tendo o cavalheiro um corpo mais ou menos como o meu, a casaca devia servir-me. Ela recuperada, Moreira vendeu-ma pela metade do preço. De fato o tal cavalheiro devolveu a roupa, passando então a pertencer-me. Resta dizer que dos 39 funcionários do Itamaraty presentes nesse jantar, o único que foi de *smoking* foi Lauro Müller Filho, o *Lito*, como o chamávamos, filho do Ministro do Exterior de então. Voltarei a falar mais adiante desse jantar no Assírio.

* * *

Ao contrário do que esperava, Sílvio Romero pouco durou com Nilo Peçanha. Não chegou a ficar um ano como Chefe de Gabinete. É claro que, com a mudança de Ministro, já não podia desfrutar a mesma confiança que tinha antes com Lauro Müller.

Mas concorreu sobretudo para a sua queda a vida desorganizada que passou a levar, que, afetando suas próprias qualidades de trabalho e conhecimento dos negócios, afetou por igual o seu prestígio na casa. Abandonou, assim, ou teve que abandonar o cargo em dezembro de 1917. Foi substituído por Pedro de Moraes Barros, então simples Adido de Legação, mas logo promovido a Segundo Secretário e, menos de um ano depois, a Primeiro Secretário. Foi uma das mais rápidas carreiras que se conhece no Itamaraty, só comparável a que fez o atual Embaixador Sette Câmara, graças ao apoio que sempre lhe deu o ex-Presidente Juscelino Kubitschek.

Com a sua saída do Gabinete, começou a linha descendente da carreira de Sílvio Romero. Foi uma coisa vertiginosa e impressionante, uma verdadeira derrocada. Subira depressa demais, se inebriara com os sucessos fáceis que alcançara, pensara que tudo aquilo era eterno. Foi o seu erro. Tudo se desmoronou da noite para o dia.

La fortune est aveugle, ouvre ou ferme sa main;

Et, puissant aujourd'hui, on ne l'est pas demain.

* * *

Trabalhei na Seção do Arquivo cerca de ano e meio. Em março de 1918 Manoel Coelho Rodrigues, 1º Oficial, veio buscar-me para a Seção dos Negócios Políticos da Europa, chefiada então por Zacarias de Góes Carvalho. Coelho Rodrigues era ali o 1º Oficial. O 3º Oficial era Luiz Fernandes Pinheiro, que se transferira, fazia pouco, da Marinha de Guerra para o Itamaraty. Era ali o nosso *marujo*, o igual de Gastão do Rio Branco e de Carlos Alves de Souza, ambos ex-Tenentes de Marinha, que, deixando a carreira naval, passaram para a diplomática, encerrando-a, os três, mais tarde, como Embaixadores. Era uma tradição que já vinha de Sousa Corrêa, que, tendo sido na mocidade oficial da Marinha de Guerra francesa, embora nascido brasileiro, iria ser um dos nossos mais capazes diplomatas, falecendo inesperadamente em Londres, em 1900, como Ministro do Brasil.

Luiz Fernando Pinheiro era um homem de sete instrumentos, porque, além de ter cursado a Escola Naval, era também bacharel em Direito e doutor em Medicina. Grande colecionador, como se vê, de diplomas. Aliás em pura perda, porque na vida prática foi unicamente diplomata. Os Adidos da Seção eram Raul Braga de Azevedo, filho do antigo Ministro Plenipotenciário, Ciro de Azevedo, e Pedro de Paranaguá. Raul pouco aparecia no Itamaraty. Passava grande parte do tempo em São Paulo, onde acabou casando-se com uma filha do Senador Lacerca Franco, chamada Zalina, mas da qual depois se divorciara, para se casar novamente com uma Landsberg. Abandonou então a carreira para se fazer fazendeiro e criador de bois de raça. Penso que ainda vive.

Pedro de Paranaguá fora meu colega no colégio São Vicente de Paula, em Petrópolis. Era neto do Marquês de Paranaguá, homem político do Império, várias vezes Ministro e Presidente do Conselho em 1882. Era o Ministro da Guerra ao tempo de nossa luta com o Paraguai. Filiado ao Partido Liberal, entrara nessa ocasião em turra com Caxias, que pertencia ao Partido Conservador e comandara as forças em operações de guerra. Caxias atribuíra a Paranaguá, senão a sua autoria ao menos a sua inspiração, cer-

tos ataques que lhe fazia a imprensa do Rio e irritavam o grande soldado. Escreveu então uma carta malcriada a Paranaguá, uma outra insolente ao Presidente do Conselho, que era Zacarias de Góes, e de tudo quase resultou uma séria crise do regime, que se evitou devido unicamente à intervenção paciente e conciliadora do Imperador. Coincidência interessante: cinquenta anos depois, um dos netos de Zacarias era o Chefe da Seção Política do Itamaraty, e um dos netos de Paranaguá era Adido ali. Faltava um neto de Caxias, que não tendo deixado filhos, podiam ser seus sobrinhos netos, os dois irmãos Lima e Silva. Mas estes se encontravam então no serviço diplomático exterior, e eram Rinaldo e Sérgio de Lima e Silva.

* * *

O velho Paranaguá fora sempre bem recebido no Paço, onde acabou grangeando a amizade da família imperial. Essa amizade resultou de um fato doloroso. Estando certa vez uma das filhas de Paranaguá, brincando com a Princesa Imperial, aconteceu que esta lhe feriu, sem querer, um dos olhos com um ferro de jardim, resultando daí a outra perder a vista. Desde então a família imperial tomou-se de simpatias pelos Paranaguás, criando-se uma amizade que se manteria fiel até depois da queda do Império.

Uma outra filha de Paranaguá casou-se com Dominique de Barral, filho do Conde e da bela Condessa de Barral, por quem, diziam, o Imperador alimentava uma especial simpatia. A Condessa era filha do Visconde de Pedra Branca, Domingos Borges de Barros, um dos representantes da Bahia nas Cortes constituintes de Lisboa, e Ministro, depois, de Dom Pedro I junto ao governo francês, quando negociou ali o reconhecimento da Independência e do Império do Brasil. Borges de Barros era um homem extremamente curioso — poeta, ensaísta, filósofo, e ao mesmo tempo agricultor e capitalista. Natureza empreendedora, tinha uma visão larga e progressista das coisas, e no seu tempo foi um dos espíritos mais adiantados do Brasil. Um dos primeiros que compreenderam a necessidade de uma larga colonização estrangeira para substituir o braço escravo, que, além do mau rendimento que dava, estaria destinado a desaparecer um dia. Filósofo a seu modo, era no fundo um cético. Dizia: “Eu, que tenho dos homens, como benefício, o mal que eles deixam de fazer...” De outra vez, referindo-se à pouca propensão dos brasileiros para os problemas econômicos, dizia: “No Brasil todos sabem como se fazem Constituições, mas bem poucos como se plantam batatas”.

* * *

Como legítimo baiano, Pedra Branca estava ligado, pelo sangue, aos primos da Costa d’África. Por isso o chamavam, para amofiná-lo, em vez de Visconde de Pedra Branca, Visconde de *Pedra Parda*. Nomeado Ministro em Paris, lá fixaria residência, casando a única filha, a bela Luisa Margarida, com o Conde de Barral, diplomata francês ligado à família Beauharnais, da Imperatriz Josefina. Foi o filho, igualmente único, da Condessa de Barral que se casou com a filha do Marquês de Paranaguá. Um neto desta, também Conde de Barral, iria casar-se, muitos anos depois, com outra brasileira,

da família Monteiro de Barros.

Ainda conheci o velho Marquês, já muito idoso, com cerca de 90 anos de idade, mas forte e de ar esperto. Era Presidente do Instituto Histórico e morava não longe do edifício onde funcionava essa instituição, num *chalet* de cor verde da Praia da Lapa, com um pequeno jardim à frente, dando sobre o mar. Nesse tempo não havia ainda a Avenida Beira-Mar, e as águas da baía vinham bater a poucos metros da casa do Marquês. Essa casa, como tantas outras que pertenceram às famílias do Império, como a do Marquês de Olinda, do Marquês de Abrantes, do Visconde de Tocantins, todas à Praia de Botafogo; como a do Conselheiro Nabuco de Araujo, à Praia do Flamengo; e muitas outras, que ainda conheci ao tempo de minha primeira mocidade, acabaram por terra, para darem lugar a horríveis casas de apartamentos. No Brasil tudo se destrói, e o espírito de tradição, o amor às coisas do passado, às raras relíquias que tivemos a fortuna de possuir, são coisas a que poucos dão atenção. Talvez devido à ignorância de muitos dos nossos homens e alguns dos nossos dirigentes das coisas do nosso passado, entre estes os muitos prefeitos que temos tido no Rio de Janeiro, (hoje Governadores do Estado) verdadeiros inimigos do nosso patrimônio histórico.

Lembro-me ainda muito bem do velho Paranaguá: baixote, de tez morena, traíndo o pouco de sangue preto que lhe corria nas veias, sobranceiras grossas, bigode rapado e barba espessa a rodear-lhe o rosto, barba *cata-piolho*, como se chamava, e que ele conservava como uma tradição viva do seu tempo. O neto parecia fisicamente com ele. Era filho único do filho do Marquês, feito Conde pela Santa Sé, e de sua mulher, filha de um rico comerciante francês chamado Simonat, que tinha na Corte uma casa de louças e objetos esmaltados — o Simonat dos pinicos, como era chamado. O meu colega, *mon fils Pierre*, como o chamava a Sra. Condessa, tinha algo de afeminado e, além do serviço do Ministério seu passatempo em casa era fazer *crochet*. Mas, contrariamente ao que se pensava, acabou casando com uma moça da família Carneiro Leão, descendente do poderoso Marquês de Paraná. Selava-se, assim, a união entre duas velhas famílias da nobreza imperial brasileira, uma delas aliada também pelo casamento à nobreza francesa.

* * *

Estimei ir trabalhar nos Negócios Políticos. Pois não era a ambição de todo novato no Itamaraty? Ou ali ou na Seção do Protocolo, depois crismada do Cerimonial? Esta por causa do lado mundano de seu serviço, do contato fácil com os diplomatas estrangeiros, do lugarzinho, mesmo no fim da mesa, no dia de banquete no Itamaraty: e, *last but not least*, de uma fitinha colorida ou um emblema qualquer de condecoração estrangeira.

É verdade que eu não era mais, rigorosamente falando, um novato naquela Casa, pois tinha mais de dois anos de Adido à Secretaria de Estado. Podia, assim, ter a pretensão, indo para os Negócios Políticos, de ficar enfronhado nos altos problemas da nossa chancelaria, nas diretrizes de nossa política exterior ou nos segredos das relações internacionais. Com tão justas e esperançosas aspirações, apresentei-me a Zacarias de Góes Carvalho. E, munido de uma pena, de uma folha de papel e de um mata-borrão

– minhas armas – sentei-me à mesa que me indicaram, à espera que me dessem para redigir uma nota enérgica a uma Embaixada estrangeira defendendo os altos interesses do Brasil no chamado *concerto das Nações*, hoje mais do que nunca *desconcerto* das Nações.

Bem: tive por faxina (e foi tudo que fiz ali nos primeiros meses), encaminhar ao Ministério da Justiça as cartas rogatórias recebidas das Missões acreditadas no Rio de Janeiro. Assim que durante meses lancei no papel o cediço chavão: *Senhora Ministro – Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência a inclusa Carta rogatória expedida pela Justiça de...*

Francamente não era o que esperava! Mas, paciência. Tudo viria a seu tempo. De fato, pouco a pouco foi melhorando o nível e a qualidade do meu trabalho, à proporção que ganhava a confiança dos chefes. Mas antes precisei conhecer a nomenclatura dos documentos diplomáticos: o que era um *Ofício* (correspondência de um Ministro de Estado para outro Ministro de Estado); o que era uma *Nota* (do Ministro de Estado para o chefe de uma Missão diplomática no Rio); o que era um *Despacho* (do Ministro de Estado para o chefe de uma Missão diplomática brasileira); o que era um *Memo-randum*, que podia também chamar-se um *Aide-mémoire*; o que era uma *Nota verbal*; o que era um *Despacho verbal*; o que era um *Processo verbal – J'en passe*.

Inteirei-me depois da ciência (ou arte) dos fechos, das formas de cortesia para esses diversos documentos, conforme a categoria daqueles que os iriam receber: “Aproveito a oportunidade para apresentar (ou renovar) a Vossa Excelência os protestos do meu *mais profundo* respeito”; “... os protestos do meu *mui profundo* respeito”; “... do meu *profundo* respeito”; “... da minha *alta* estima e *mais* distinta consideração; “... da minha *perfeita* estima e consideração”; “... da minha *estima* e consideração; e, finalmente “... da minha consideração”. E ai de mim se por descuido me enganasse na minuta da Nota e não protestasse a um Embaixador estrangeiro a mais alta estima e mais distinta consideração do nosso Ministro de Estado, ainda que fosse num simples acusar recebimento! Provocaria talvez um incidente diplomático. E Zacarias, Chefe da Seção, me fecharia ainda mais a sua cara já de si sempre severa.

* * *

Grande parte de minhas atividades no Itamaraty esteve ligada à antiga Seção, depois Divisão dos Negócios Políticos. O modesto 3º Oficial, que eu era em 1918, quando pela primeira vez fui trabalhar ali, iria dirigi-la nove anos depois, em 1927, na administração Octávio Mangabeira; e em 1939, sendo Ministro Oswaldo Aranha, seria chamado novamente para chefia-la, num momento, aliás, o mais delicado para a política exterior do Brasil, quer dizer, nos meses que precederam e logo se seguiram à segunda conflagração mundial. Eu era então apenas Conselheiro de Embaixada. Abria, assim, uma exceção à longa tradição, pela qual eram chamados a dirigir a mais importante Divisão do Itamaraty unicamente Ministros Plenipotenciários. Tinham-me precedido ali Carlos de Ouro Preto e Alves de Souza, e deviam-me suceder Camilo de Oliveira e Acir Pais, todos Ministros Plenipotenciários. Aliás vem a propósito dizer, não pelos meus supostos méritos, mas puramente por obra do acaso, que todos os cargos de

direção que exerci na Secretaria de Estado estavam acima da minha categoria como funcionário diplomático. Assim, quando fui Chefe da Seção Política da América, em 1927, eu tinha apenas quatro anos de 2º Secretário, e substituía Coelho Rodrigues, então Chefe de Seção. E anos mais tarde, em 1950, quando fui Chefe do Departamento Político e em seguida Secretário-Geral do Itamaraty, era apenas Ministro de 2ª classe, quando esses cargos vinham sendo ocupados por Ministros de 1ª ou Embaixadores.

* * *

Nos meus primeiros anos do Itamaraty, a preocupação do reclame não penetrara ainda na Casa, como tão pouco a publicidade alardeada na imprensa diária, a propósito de tudo ou mesmo sem propósito algum. Também o corpo de funcionários era composto exclusivamente de profissionais do ofício, e não tinha sido ainda invadido pelo repórter ou o redator de jornal, muitos dos quais chegariam mais tarde a ser chefes de Missão diplomática ou de Repartição consular, como Sebastião Sampaio, Joaquim Eulálio, Otávio Brito, Gilberto Amado e algum mais.

Essa espécie de gente começou a infiltrar-se no Itamaraty justamente no último período do tempo de Nilo Peçanha, discreta e sorrateiramente, para aumentar com Otávio Mangabeira, e ainda mais com Félix Pacheco. Quando Nilo Peçanha entrou para o Itamaraty, a discreção e o recato eram ainda a regra que presidia aos nossos trabalhos, dos mais importantes aos mais modestos, quer nas Seções, quer nos Gabinetes do Ministro ou dos Diretores-Gerais. O fotógrafo também não invadira ainda a Casa, como depois invadiriam também a máquina cinematográfica e a televisão. Os Tratados e as Convenções internacionais eram assinados sem necessidade de os jornais, no dia seguinte, trombetarem aos quatro ventos, com elogios de antemão preparados, visando menos, muita vez, a necessidade de sua divulgação do que a propaganda dos signatários. Destes, houve, posteriormente, que não se conformavam com assinar o mais insignificante ato internacional sem a preparação adrede preparada de toda a máquina publicitária. E dizer que não se conhece (porque não existe) uma única fotografia do ato de assinatura do Tratado de Petrópolis, firmado por Rio Branco, e pelo qual o Território do Acre, hoje um dos mais ricos Estados da nossa Federação, foi anexado ao Brasil!

* * *

Bem sei que os tempos de agora são outros, e outros os processos de publicidade, a exigência do público e a feita dos órgãos de informação. Mas tudo na vida tem os seus limites e, quando esses são larga ou exageradamente ultrapassados, os fatos ou os acontecimentos em foco aparecem desvirtuados, senão em si mesmos, ao menos no significado ou alcance que têm na realidade. A publicidade exagerada é, assim, uma forma, como qualquer outra, de ludibriar o público.

Depois que se extinguiu o grande Ministro Rio Branco, o que vemos? A posse de um Ministro de Estado, de um Secretário-Geral e mesmo de um Chefe de Departamen-

to, é motivo de grandes estardalhaços, de um mundo de gente a invadir a Casa, de fotógrafos e de repórteres de jornais e, inevitavelmente, de longos discursos de quem deixa e de quem assume os cargos, objetos de toda essa encenação. Penso que tenho uma certa autoridade para criticar semelhantes processos publicitários, porque tendo tomado posse e ocupado os mais altos cargos do Itamaraty, nunca consenti que se fizesse disso motivo para tais espetáculos, que sempre me pareceram, não direi apenas ridículos, mas uma ostentação inteiramente fora de propósito; e, nas várias vezes que assumi esses cargos, o fiz sem a mínima encenação, não consentindo que se pronunciasse, a esse propósito, nem pronunciando eu uma palavra sequer a propósito do ato. Não consentindo também que se chamasse, para assisti-lo, nenhum funcionário da Casa ou se convidasse quem quer que fosse de fora. Quando João Neves da Foutoura partiu para os Estados Unidos e eu assumi seu lugar de Ministro do Exterior, vieram-me perguntar a que horas era a minha posse como Ministro de Estado. Respondi: “Já tomei posse do cargo, assinando o respectivo livro”.

— Mas ninguém soube disso!

Respondi: “Soube-o o Guimarães Rosa, Chefe do Gabinete do Ministro, que me trouxe o livro de posse, para eu o assinar. Eu o assinei e foi tudo”.

* * *

Zacarias de Góes era neto, por parte da mãe, do famoso estadista do Segundo Reinado — Zacarias de Góes e Vasconcelos, sete vezes Ministro de Estado e três vezes Presidente do Conselho de Ministros. Mas o neto nada tinha do avô, salvo na pequena estatura e no rosto fino e moreno. Nada do seu feito batalhador, de sua coragem para enfrentar adversários, de suas decisões prontas e francas, suas respostas incisivas, por vezes irônicas, prontas para desarmarem um desafeto ou enfrentarem um adversário político, como se havia dado em 1868 com o romancista José de Alencar, então Ministro da Justiça do Gabinete Itaboraí. Também nada tinha do traço sarcástico do avô.

O neto era o contrário de tudo isso. Era um homem retraído, de poucas palavras, fechado consigo mesmo, reservado em suas opiniões, frio e impassível. Cumpria escrupulosamente seu dever de funcionário. Mas não ia além. Pontual, como todos os antigos chefes da Casa, que traziam uma tradição de rigorosa disciplina, jamais se retirava antes de encerrado o expediente. Mas também não se demorava ali um minuto a mais. Egoísta a seu modo, não pedia nada a ninguém para não ser também solicitado. No fundo era um cético, e o mundo não era para ele senão um cenário limitado, dentro do qual construía a *sua* vida, independente do ambiente em que se debatia toda a humanidade. Conhecia muito bem seu ofício, os meandros burocráticos do Itamaraty, e aprendera, primeiro com o tio, o Diretor-Geral Frederico de Carvalho, depois com o substituto deste, o velho Artur Briggs, essa maneira impessoal de trabalhar, sem alardes nem publicidades. Era, aliás, o bom método, que nesse tempo prevalecia nos serviços do Itamaraty.

Pertencia à velha escola da Casa, da discreção e exata proporção das coisas. Pessoalmente era um homem bem educado, de maneiras corteses, atencioso para com todos, muito embora tivesse a preocupação de medir as palavras — as poucas que pro-

nunciava. Completamente fechado a toda expansão exterior, era insensível a tudo o que não fosse de seu próprio interesse ou de sua obrigação funcional. Sendo um homem inteligente, dava a impressão de medíocre pelo retraimento de todo o seu feitio. E em se tratando de assumir responsabilidades, procurava sempre um meio de puxar o corpo fora. Nas minutas de Notas ou Despachos que eram submetidas à sua aprovação pelos funcionários da Seção, se não estava de acordo com elas, não ousava dizer isso por escrito, mas de viva voz, para não deixar traço de sua opinião no papel; e se estava de acordo, também não o dizia por escrito: arranjava o subterfúgio de pôr apenas ao lado, à margem da minuta, a palavra *Visto*, seguida das suas iniciais.

Maurício Nabuco, referindo-se à revolução de 1930 no seu recente livro de memórias, *Reminiscências Sérias e Frívolas*, foca essa falta de coragem de Zacarias de Góes. Ao rebentar a revolução, o Itamaraty ficou sem chefe, porque o Ministro de Estado, Octávio Mangabeira, estava demitido, e Pedro Leão Veloso, Chefe do Gabinete do Ministro deposto, não quis assumir a direção da Casa, com medo de se incompatibilizar com os novos dirigentes do País. De fato não lhe faltava para isso capacidade de trabalho e conhecimento do que era diplomacia. Mas não era homem de assumir responsabilidades.

Nessas circunstâncias, Nabuco telefonou a Zacarias, pedindo que fosse assumir a direção da Casa, na sua qualidade de Diretor-Geral. A igual do outro, recusou. Mas Nabuco insistiu, dizendo que não havia nada a temer. Mandou então um automóvel buscá-lo à casa. Veio, mas para logo depois livrar-se da prebenda: passou a direção do Itamaraty a Ronald de Carvalho, Oficial de Gabinete do Ministro demissionário, e que aceitou prontamente o cargo. Mas, dias depois, Afrânio de Melo Franco, deixava o asilo na Embaixada do Peru no Rio, e era nomeado Ministro das Relações Exteriores do novo Governo. E só então o Itamaraty entrou definitivamente nos trilhos.

* * *

Por parte do pai, Zacarias estava ligado à velha tradição do Ministério do Exterior — pelos Carvalhos — que vinha desde os primeiros anos da nossa Monarquia. Era sobrinho do Comendador Frederico de Carvalho, que foi Diretor-Geral do Ministério ao tempo do Barão do Rio Branco, sucessor do velho Visconde do Cabo Frio; e entre os seus antepassados contavam-se José Sebastião, Alexandre Afonso e Pedro Afonso de Carvalho, todos funcionários do Ministério, tendo este último representado o Brasil na Dinamarca em 1829, na Suécia em 1831, na Espanha em 1835; e outra vez na Dinamarca em 1837. Quanto a José Sebastião, fora nosso representante na Suécia e na Dinamarca em 1839, e novamente neste último país em 1852. Se considerarmos que Zacarias de Góes Carvalho tinha um filho igualmente diplomata, temos aí várias gerações de uma mesma família com mais de um século de serviços prestados à diplomacia brasileira. O fato é de assinalar, sobretudo num país como o nosso, onde as antigas famílias vão pouco a pouco perdendo seus laços com o passado. E muita gente hoje não sabe quem foram e o que fizeram os seus avós, sendo que alguns nem sabem os nomes que eles tiveram. No fundo é menos indiferença do que ignorância sobre os homens e fatos da nossa História. Pois um redator de “O Globo”, jornal com uma larga

circulação no Rio, referindo-se aos mausoléus do Conde e da Condessa d'Eu a serem erguidos na Catedral de Petrópolis, não disse num artigo, publicado em fevereiro de 1970, que eles iriam ficar ao lado do Imperador Dom Pedro II e da Imperatriz *Leopoldina*, quando este nome era da mãe e não da mulher do Imperador, que se chamava Tereza Cristina? Não se diga que semelhante despautério fora um simples descuido ou erro de revisão: era pura e simplesmente uma vergonhosa ignorância do referido jornal.

Outra prova de ignorância da nossa História foi dada pela escritora Raquel de Queiróz, num artigo penso que publicado no mesmo jornal "O Globo". Mas aí foi pior, porque não se tratava de uma simples notícia de jornal, mas de umas declarações feitas por uma romancista que desfrutava de um relativo conceito nas rodas intelectuais brasileiras. Querendo exaltar o General Médiçi, Presidente da República, dizia que este, apesar do pouco tempo que estava no poder, já havia percorrido e portanto conhecido todos os Estados brasileiros, ao passo que o Imperador Dom Pedro II, tendo sido Chefe de Estado cerca de 50 anos, não conhecera senão as Províncias do Rio, de Minas Gerais, de São Paulo e do Rio Grande do Sul, onde estivera uma só vez no começo da guerra do Paraguai.

Ora, essa comparação entre o Monarca e o atual Presidente era um despautério, porque, se este dispõe para seu transporte pelos nossos Estados de avião, de automóvel, de vapores e de caminho de ferro, o Imperador só tinha, no seu tempo, os vapores, as pouquíssimas linhas de caminho de ferro e os carros puxados a burros ou a cavalos, quando não eram simplesmente puxados a bois. Fora desses limitados meios de transporte, só lhe restava andar a pé.

* * *

Mas, ainda que lhe faltassem meios de condução, a afirmativa da romancista é errada, e só prova sua ignorância sobre a presença do nosso Monarca em nossas Províncias. Ela disse que este só estivera uma vez no Rio Grande do Sul, por ocasião da guerra do Paraguai. Esquece-se ou ignora que ele percorrerá grande parte dessa Província quando ainda jovem, poucos anos depois de casado, na companhia da Imperatriz. Isso em outubro e novembro de 1845, quando do término da guerra dos Farrapos e pacificação da Província. Como estivera também nessa mesma ocasião em Santa Catarina e nas costas da futura Província do Paraná, que ainda não tinha sido criada e pertencia então à Província de São Paulo. E, quanto às Províncias do Nordeste e do extremo Norte, a romancista ignora (ou esquece) que o Monarca estivera, também com a Imperatriz, na Bahia, em Alagoas, em Pernambuco e na Paraíba, em 1859. E, quando de volta dessa viagem, fizera uma parada na capital do Espírito Santo. Só em Pernambuco, Dom Pedro II ficara cerca de um mês, visitando a capital e uma parte do interior da Província. Raquel de Queiróz diz que o Imperador não se deu sequer ao incômodo de ir ver a cachoeira de Paulo Afonso. Outro erro da romancista, porque justamente nessa viagem de 1859 ele entrara pelo interior da Bahia para conhecer essa cachoeira, da qual, aliás, fizera um desenho, estampado em mais de um livro. Mas não foi só; na viagem que fez aos Estados Unidos, em 1876, voltaria a visitar Bahia, Pernambuco e,

pela primeira vez, a cidade de Belém do Pará. Como se vê, a ignorância da romancista em Geografia e História do Brasil é total, como de resto a de muita gente que se julga ou se considera sabedora dos fatos da nossa História. Sobre esse e outros assuntos referentes ao Brasil, tanto do atual como do passado, sobretudo do passado, seriam certamente reprovados se fossem fazer exames numa escola primária.

* * *

Sempre me pareceu que havia entre Nilo Peçanha e Aristides Briand, o matreiro político francês desse tempo, muitos traços semelhantes. Não tanto no físico, pois Nilo não podia ser tido por um belo homem, mas tinha um aspecto francamente agradável; enquanto o francês era horrivelmente feio e mal encarado. Contava a Condessa de Noailles que, indo uma vez com uma amiga ao Quai d'Orsay, que precisava falar com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, justamente Briand, mas que ambas jamais tinham visto, foram mandadas esperá-lo num grande salão onde não havia mais ninguém. De repente viram atravessar o fundo da sala, com um passo lento, mas sem dar atenção às duas Senhoras que ali estavam, um homem mal encarado, todo curvado, a cabeça baixa, os cabelos caindo em desordem sobre o pescoço curto, com um bigode grosso e uns olhos empuçados.

— Se não for um salteador, disse a Noailles à amiga, só pode ser o Briand.

Era Briand. De fato, tinha todo o ar de um *brigand*. O que o salvava era a voz, sobretudo quando discursava. Uma voz realmente admirável, pela beleza da sua sonoridade. *Voz de violoncelo*, como a chamavam na Liga das Nações (onde eu o ouvira mais de uma vez), quando ele subia à tribuna e empolgava todo o auditório.

A semelhança que eu notava entre Briand e Nilo Peçanha era sobretudo na agudeza da inteligência, na sutileza e presença de espírito e na facilidade de raciocínio. E um pouco também numa certa preguiça mental para aprender por si mesmo as coisas, compensada com uma surpreendente capacidade de ouvir, de guardar e assimilar o que ouvia. Daí a facilidade de ambos em aprender — de outiva, naturalmente. De Briand se dizia: *Não sabe nada, mas compreende tudo*. Era o oposto do seu grande competidor em política, Raimundo Poincaré, que, tendo uma inteligência preguiçosa, vivia rodeado de livros, queimando as pestanas com leituras de todo o gênero. *Sabe tudo, mas não compreende nada*, diziam dele.

De Nilo Peçanha não se podia dizer o que se dizia de Briand. Seria exagerado. Mas é certo que grande parte de seus conhecimentos era fruto da sua facilidade de apreensão e segredo em saber ouvir. Certa vez encontrou-se com o velho Senador Pedro Lago, que lhe perguntou se já havia lido a obra de um sociólogo francês, publicada há pouco em Paris e recebida com um retumbante sucesso. Nilo podia ter respondido simplesmente que não, no que não havia nenhum desdouro para ele, sabendo-se que os nossos políticos, regra geral, são pouco inclinados a leituras estrangeiras. Respondeu: *ainda* não. Está claro que não tinha a menor idéia de a ler. Lago traçou-lhe então o resumo do livro, com as idéias desenvolvidas pelo autor. Nilo não precisou de mais. Dias depois Nilo encontrava-se com outro político, e foi a sua vez perguntar-lhe se conhecia a tal obra. A que seu colega respondeu humildemente que a ignorava de todo. “Pois

não a deixe de ler, voltou Nilo Peçanha, pois seria imperdoável que você, um homem público da sua estirpe, ignorasse essa obra”. E acrescentou: “Olhe, neste momento é meu livro de cabeceira!”

* * *

De outra vez foi comigo. Eu havia escrito um trabalho de pesquisa histórica para ser publicado na *Revista Americana*, dirigida então por Araújo Jorge, sobre o pan-americanismo no Brasil antes da declaração de Monroe. Revelava nesse artigo, pela primeira vez, algumas idéias políticas do Governo brasileiro de Dom João VI a respeito do Continente americano, realçando a importância da solidariedade continental e defendendo o princípio de que era em Washington e em Buenos Aires que o Brasil devia ter “Embaxadores de primeira classe”, e não nas velhas capitais européias. Isso ao tempo da residência de Dom João VI no Brasil. Como se tratasse de documentos inéditos pertencentes ao Arquivo do Itamaraty, onde eu então trabalhava, tornava-se necessária, para serem publicados, a autorização do Ministro de Estado. Levei, assim, o meu trabalho a Nilo Peçanha para que me desse a indispensável autorização.

Disse-lhe, em rápidas palavras, do que se tratava. Surpreendeu-lhe a tese que eu expunha, pois estava longe, disse-me, de pensar que já naquele tempo e antes da nossa Independência houvesse um sentimento americanista entre os conselheiros portugueses de Dom João VI. Pediu-me que lhe emprestasse por alguns dias o meu trabalho, pois gostaria de lê-lo. Depois então me daria autorização para publicá-lo.

Passaram-se dias. Passaram-se semanas. E nada de vir a autorização! Eis senão quando leio nos jornais do Rio um Despacho tido como sensacional do Ministro de Estado, pelo qual este convidava o irmão Alcebádes Peçanha para ser nosso Ministro em Buenos Aires. E, para enaltecer o significado dessa designação, reproduzia grande parte dos documentos que eu citava no meu trabalho, mostrando que, antes mesmo da nossa independência de Portugal, já o Governo brasileiro de Dom João VI salientava a importância diplomática que a América Latina tinha para nós e a nossa política exterior.

Foi só então que tive autorização de publicar meu trabalho (como de fato saiu na citada *Revista Americana*), não sem uma certa decepção minha, pois ele havia perdido o seu ineditismo, limitando-me eu a repetir o que o Ministro de Estado já havia dito a propósito da nomeação do irmão para Buenos Aires, e a imprensa do Rio de Janeiro publicara com grande estardalhaço.

A propósito desse meu trabalho, mandava-me Hélio Lobo, então Secretário da Presidência da República, estas palavras: “Vejo que vai lavrando no tesouro do passado e me contento. Há tanta coisa bonita enterrada... Seu artigo sobre o *Monroísmo*, que comecei a ler, lembrou-me também meu noviciado no Itamaraty, e trouxe-me saudades de há 12 anos. Continue assim, que sempre cá estarei para aplaudi-lo (*).”

* * *

(*) Carta de 30 de outubro de 1919.

Como já disse, meu chefe na Seção Política da Europa era Zacarias de Góes Carvalho, e Artur Briggs nosso Diretor-Geral (não havia ainda o cargo de Secretário-Geral). Briggs era um homem de uma inteireza moral como poucos. Possuía as qualidades de compostura, de seriedade e de dignidade funcional dos antigos serventuários da Casa. Ele mesmo pertencia à geração do tempo do Império, pois entrara para o Ministério, como Amanuense, em 1886. Atencioso para com todos, sempre pronto a ensinar os que precisavam de suas lições, era um prazer a convivência como ele. Conhecia como ninguém a tradição da Casa, os precedentes da chancelaria, os fastos de nossa história diplomática; e todos que recorriam a ele tinham a certeza de obter um esclarecimento certo, uma data ou um fato exatos. Era o próprio bom senso, e, diante dos casos mais difíceis, não perdia jamais a serenidade e o equilíbrio de suas faculdades. Sua opinião era a mais autorizada, e devia ser sempre a melhor, porque era a mais ponderada, a mais bem fundamentada e a mais bem exposta.

De minha parte era um prazer ouvir-lhe os conselhos e as ponderações. Grande parte do que aprendi ou suponho haver aprendido nos meus primeiros anos de Itamaraty, devo ao meu velho Diretor-Geral. Nunca o encontrei de má vontade ou sequer impaciente com uma pergunta ou um desejo meu de esclarecimento. Atencioso para com todos, quase humilde, apesar da posição de destaque que o cercava, ensinava sem constranger ou mesmo vexar os seus subordinados, dos mais graduados aos mais modestos funcionários da Casa. Em matéria de redação diplomática, coisa tão mal cuidada tanto na Secretaria de Estado como nas Missões no exterior, ele era o mestre dos mestres, e as minutas de suas Notas ou de seus Despachos hão-de ser sempre um modelo, tanto pela propriedade das expressões, pela sobriedade dos vocábulos como pela concisão das frases ou a clareza do estilo. Há documentos saídos de sua mão que podem ser comparados aos mais perfeitos despachos de Rio Branco, ou dos altos funcionários que o antecederam na antiga Repartição dos Negócios Estrangeiros ao tempo do Império, quando se tinha ali a escola da justa medida, do exato bom-senso e da verdadeira intuição diplomática.

* * *

Na nossa Seção, Coelho Rodrigues era, ao lado de Zacarias, o *brilhante segundo*. Foi quem me iniciou ali nos segredos da chancelaria. Auxiliei-o depois na elaboração do “Livro Verde”, com que Nilo Peçanha pretendeu justificar a entrada do Brasil na guerra, inclusive aquela estranha *posse fiscal* dos navios mercantes da Alemanha refugiados em portos brasileiros, somente pelo fato de os submarinos alemães haverem torpedeado alguns barcos brasileiros surpreendidos nas zonas consideradas de guerra.

Para nós, seus camaradas do Ministério, Coelho Rodrigues era simplesmente o *Coelhote*. Espírito alegre e folgazão, irreverente como o pai, o antigo Senador pelo Piauí, mas dono de uma sólida inteligência. Grande cultura também, com uma insuperável capacidade de trabalho. Faltou-lhe contudo serenidade e maior espírito de reflexão para poder produzir uma obra de vulto. No fundo era um grande boêmio, que fazia da vida simplesmente um brinquedo, tirando dela o bastante para a satisfação exterior de seu temperamento. Tinha como poucos a coragem de suas opiniões, o que era

uma exceção no Brasil, e revelava, com isso, pelo menos, firmeza e independência de caráter.

Eu o tinha em especial estima, talvez pelas afinidades que nos aproximavam. Diziam que se parecia comigo, ou melhor, que eu me parecia com ele, e de fato havia entre nós uma certa semelhança física, na pequenez da estatura, por exemplo, na calvice precoce, na expressão espantada do olhar, sob os óculos de tartaruga. Também nos parecíamos moralmente, na sinceridade e coragem de nossas atitudes, no rigor de nossos julgamentos e firmeza de nossas opiniões.

Nesse tempo, 1918, era dos poucos funcionários que ainda restavam do antigo Ministério ao tempo do Largo da Glória, quando funcionava no velho casarão que pertencera ao Visconde de Meriti, sogro do Marquês de Abrantes e um dos homens mais ricos do seu tempo. Quando o Ministério foi transferido para o Palácio Itamaraty, ao tempo do então Ministro do Exterior, Carlos de Carvalho, na antiga casa da Glória foi instalado um hotel, e ainda o lembro, sendo menino, de quando passava ali de bonde, a caminho da cidade. Lembro-me de sua fachada cor-de-rosa com uma larga porta de entrada, o que os franceses chamam uma *porte cochère*, de suas janelas baixas e quadradas, de seu telhado até a rua. Hoje, em seu lugar, ergue-se o palácio do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro.

Conhecendo-o relativamente há pouco tempo, logo me afeiçoei a Coelho Rodrigues, e foi a bem dizer o primeiro amigo que criei ali, porque Ronald de Carvalho e Amoroso Lima, já conhecia desde muitos anos antes. Boêmio à sua maneira, muito chegado a conquistas amorosas, Coelho tinha sempre uma saia em torno de si. Em 1919 obtive ir em comissão aos Estados Unidos da América. De lá me escrevia do Wardman Park Hotel de Washington: “Um capítulo bem pouco interessante a mulher americana. As tuas idéias são justas, e eu já me americanizei a respeito delas, encarando-as como criaturas iguais no físico e inferiores no moral aos homens. O americano é o homem mais bondoso que há no mundo, ao passo que a americana é o ente mais insuportável da terra. Se encontras, como já me tem sucedido, meiguice em uma *girls* ou uma *lady*, forçosamente lhes descobres o sangue latino de origem paterna ou materna, e então tens de ter sempre presente a lembrança do ditado: *on ne badine pas avec l'amour*. Na outra hipótese, encontras a *love business* tão vulgar como qualquer datilógrafa”.

Já que nos referimos a mulheres, vem ao caso dizer que foi Nilo Peçanha o primeiro Ministro do Exterior que consentiu a entrada de mulheres no nosso serviço diplomático, com a nomeação de Maria José de Castro Ribeiro Mendes, como 3º Oficial da Secretaria de Estado. Justificando seu ato, ele dizia: “Não há, na Constituição da República, um dispositivo que impeça as mulheres ao acesso aos cargos públicos. O Código Civil vigente também estabelece a mais completa igualdade entre o homem e a mulher quanto ao gozo e ao exercício das funções administrativas”. Hoje temos dezenas de mulheres na diplomacia, algumas delas, com categoria de Embaixadoras, demonstrando até, no exercício desse cargo, melhor capacidade do que muitos de seus colegas masculinos. Resta ainda dizer que no ano em que estamos, 1972, são mulheres duas Chefes de Governo, uma na Índia e outra em Israel; e três são Chefes de Estado, na Inglaterra, nos Países Baixos e na Dinamarca.



Nilo Peçanha, Ministro das Relações Exteriores, de 1917 a 1918



Rafael de Mayrink, Chefe do Protocolo.



Henrique José de Saules, Chefe do Protocolo



A bordo do "Arlanza", em viagem para Europa, em fevereiro 1923: 1.º J. E. Rodriguez; 2.º Manuel Prado; 3.º Sra. Rodriguez; 4.ª Edith de Roth; 5.º o Autor



A bordo do "Arlanza", em viagem para a Europa em 1923: Edith do Roth, o Autor e sua irmã Ofélia



No Hyde Park de Londres: o Autor com o casal Jorge Santos, 1.º Secretário da Embaixada de Portugal em Londres, com os dois filhos

Numa carta anterior, que Coelho Rodrigues escrevia também de Washington dizia-me: “Segue para aí o Ciro de Freitas Valle. Comunico-te que é um grande amigo meu e quero que te faças ótimo amigo e companheiro dele, que conhece de sobra o juízo que taço de ti”. Não foi, porém, dessa vez que iria me tornar amigo de Ciro. Nessa época, 1919, fazia apenas um ano que ele tinha entrado para o Itamaraty. Só vim a conhecê-lo de perto e travar relações de amizade com ele em 1923, quando ele, recém-casado com uma moça da família Proença, do Rio de Janeiro, era 2º Secretário da Embaixada em Paris, e eu desempenhava o mesmo cargo na Embaixada em Londres. Desde então nos tornamos amigos íntimos, formando ele de mim um conceito bem acima dos meus próprios méritos. E nas duas vezes em que, mais tarde, seria Secretário-Geral do Itamaraty, fazia empenho em me ter a seu lado, a primeira vez como Chefe da Divisão Política, e a segunda vez como Chefe do Departamento Político e Cultural.

Quando os diplomatas constituíam uma classe

Quando entrei para o Itamaraty, em 1916, vigorava ainda ali a antiga organização do Ministério, que vinha, com algumas alterações, desde o tempo de sua instalação na velha Rua do Passeio, por ocasião da declaração da Independência e do estabelecimento do Império. Quer dizer, o Ministério era constituído de três corpos distintos — o Corpo Diplomático, o Corpo Consular e a Secretaria de Estado. Os serviços desses Corpos não se confundiam, e cada um tinha seus próprios funcionários; mas embora separados podiam, entretanto, em determinados casos, se passar ou se transferir de um para o outro, obedecendo à equivalência de cargos estabelecida no regulamento do Ministério. Por exemplo, um Chefe de Seção correspondia, no Corpo Consular, a Cônsul-Geral; e no Corpo Diplomático a Ministro Residente. Eu mesmo, quando 3º Oficial da Secretaria de Estado, fui transferido, em 1922, para o Corpo Diplomático na qualidade de 2º Secretário de Legação, cargo correspondente ao que ocupava na Secretaria de Estado.

Esse era o regime que vigorava quando entrei para o Itamaraty. Mas uma reforma feita muito posteriormente iria modificar radicalmente a estrutura dos nossos quadros: as três antigas carreiras ou os três quadros, o da Secretaria de Estado, o do Corpo Diplomático e o do Corpo Consular seriam fundidos num só. Iria prevalecer nesse e em outros pontos da reforma o critério norte-americano, que não é, a meu ver, sob o ponto de vista exterior, o melhor, tanto que outros países, que o tinham experimentado, acabaram por deixá-lo, para voltarem ao sistema de antes. Entre nós ele trouxe, entre outros inconvenientes, o de criar entre os funcionários da carreira única então adotada preconceitos e rivalidades que antes não existiam, quando cada uma das três carreiras tinha seus interesses, seus fins e seus preconceitos distintos, e não se competiam entre elas. Não direi que a fusão dos quadros não tenha trazido vantagens, ou não dê mais tarde os seus frutos, porque os inconvenientes que dela resultaram entre nós foram menos dela mesma do que do processo algo precipitado e atrabiliário com que foi feita.

Referi-me a Ministro Residente. Era uma expressão que no fundo não tinha sentido, porque um Ministro de 1ª classe, seu superior imediato, era tão *residente*, à fren-

te de uma Missão diplomática ordinária, quanto o outro. Nesse tempo só tínhamos uma Embaixada — a de Washington, criada por Rio Branco para Joaquim Nabuco, que, sendo Ministro em Londres, não pudera continuar ali depois de ter perdido, em favor da Inglaterra, a questão dos limites com a Guiana Inglesa, e na qual Nabuco fora nosso advogado. Morrendo este em 1910, fora substituído em Washington por Domício da Gama, que era ainda nosso Embaixador ali quando entrei para o Itamaraty, em 1916. Iria ser depois meu chefe na Embaixada em Londres.

Assim que Embaixadores, além do que estava em Washington, só tínhamos os que eram mandados em missões especiais, geralmente para as posses de Chefes de Estado estrangeiros. Cumprida a missão, deixavam naturalmente de ser Embaixadores. Depois criou-se um pequeno quadro de Embaixadores de carreira, formado de Ministros de 1ª classe promovidos a Embaixadores permanentes. Mas esse quadro foi extinto depois da primeira Guerra Mundial, passando a ser chamados Embaixadores apenas os Ministros de 1ª ou de 2ª classes mandados ao estrangeiro com carte credencial de Embaixadores. Mas pouco depois passaram a ser chamados de Embaixadores todos os funcionários promovidos a Ministro de 1ª classe, mesmo quando nunca tivessem sido creditados como tal. Era uma vaidade tola que eles se davam, porque rigorosamente falando e sob o ponto de vista legal, não podiam ser tidos ou ser chamados de Embaixadores. Mas como não havia nenhum preceito legal que os impedisse ou os punisse por serem chamados como tais, não havia nada a fazer. Passou a haver assim uma verdadeira praga de Embaixadores, a proliferar sabe Deus com que rapidez e extensão. Pior do que os coelhos. Houve — e há verdadeira superprodução de Embaixadores. Todo o mundo passou a ser Embaixador. Mesmo aqueles que nunca o foram, como Edmundo da Luz Pinto, como José Carlos de Macedo Soares, ambos, aliás, já mortos. José Carlos, é verdade, foi nomeado Embaixador na Bélgica. Mas não chegou a apresentar credenciais. Mas faz-se sempre chamar, até a morte, de Embaixador. Jânio Quadros, no curto período que foi Presidente da República, nomeou como Embaixadores, uns efetivos, outros em missão especial, vários cavalheiros, inclusive um negro, para um país também negro da costa africana; mas que tiveram de deixar os cargos com a inesperada renúncia do Presidente. O que não impediu esses cavalheiros de serem chamados até hoje de Embaixadores. A nomeação desse negro para um país também negro da costa africana veio provar que a não discriminação racial no Brasil é um mito, e a chamada lei Afonso Arinos, que a proíbe, é uma burla, porque, de contrário, esse negro devia ter sido nomeado para um país de brancos, como a Suécia, o Líbano ou outro qualquer.

Essa quantidade enorme de Embaixadores que temos hoje, só ultrapassada pela de Marechais, fazia lembrar os napolitanos do tempo do Rei Fernando II de Nápoles, irmão da nossa Imperatriz Tereza Cristina, o chamado *Rei Bomba* quando, para acalmar o povo revoltado contra ele, gritou para a multidão concentrada defronte do Palácio Real de Nápoles: *Passam todos a ser Duques!* E o pior é que fez, de fato, uma enxurrada de Duques. Razão porque a maioria dos Duques italianos é ainda hoje de napolitana. Fazia também lembrar Portugal nos primeiros anos da República, antes de Salazar, quando os Ministérios se sucediam uns depois dos outros, às vezes dois por semana, e não havia homem de certa categoria social ou política que não fosse ou já

tivesse sido Ministro de Estado. A ponto da Polícia prender e mandar para a Esquadra (Cadeia) todo o tipo que era encontrado na rua perturbando o sossego público e confessava não ter sido ainda Ministro. Devia valer, de fato, muito pouco! Quando Luís XIV procurava acabar com o que ainda restava do poderio da nobreza francesa, não achou melhor processo para desprestigiá-la ou mesmo desmoralizá-la do que desandar a criar Duques — uma enxurrada de Duques. E teve esta frase de profunda filosofia política: *Je ferai tant de Ducs, qu'il sera honteux de l'être et honteux de ne l'être pas!* Assim os Embaixadores de hoje: são tantos, em tão grande número e de tais qualidades, que aqueles que o são se envergonham, por vezes, de o serem; mas também se envergonhariam se o não fossem.

A verdade é que já se foi o tempo em que os Embaixadores eram pessoas do mais alto gabarito, com direitos e privilégios que só eles tinham, e para os quais os rigores das leis não os atingiam. Sabemos que esse título de Embaixador, usado pela primeira vez no *De Bello Gallico*, só entrou na linguagem corrente no meado do século XVI. No princípio, é verdade, os Embaixadores não eram escolhidos entre os homens de alta qualidade como seriam depois. Luís XI, de França, por exemplo, mandou o seu barbeiro como Embaixador junto a Maria de Borgonha; Florença nomeou seu representante em Nápoles um boticário chamado Palmerius. Por seu lado, a Espanha nomeou seu Embaixador em Londres um sujeito tão sujo e tão negligente, que Henrique VII fez saber que de futuro gostaria que lhe mandassem gente de melhor qualidade. Na verdade foi a Curia romana a primeira que escolheu para seus Embaixadores pessoas altamente qualificadas, tiradas das classes dirigentes; como também recusava receber em Roma um Embaixador estrangeiro que não correspondesse à dignidade das suas funções, *quod esset dignitate legationis oscurior*. A partir de então, e durante um largo período de tempo, os países civilizados nomeavam seus Embaixadores o que havia de melhor entre seus nacionais. Esse costume iria prevalecer, com relativa continuidade, até as proximidades da Segunda Guerra Mundial, ou talvez até o fim dela. Desde então o nível dos Embaixadores iria baixar progressivamente, não somente pelo grande número deles como também pelos novos países ou paísetes, supostos independentes, que se constituíam em África e na Ásia, empenhados em se fazer representar por Embaixadores junto aos demais Estados soberanos.

* * *

Ministro Residente: o primeiro que conheci com essa categoria foi Barros Moreira, que seria mais tarde e por muitos anos Embaixador na Bélgica. Quando entrei para o Itamaraty, ele tinha sido nomeado Ministro Residente no Equador. Mas, como não quisesse ir para esse posto, fazia mil malabarismos para se deixar ficar indefinidamente no Rio, encostado aos gabinetes dos Ministros de Estado. Era por isso chamado, em vez de Ministro Residente no Equador — Ministro *Resistente* ao Equador. De fato nunca foi lá e acabaria por obter a Legação (depois Embaixada) na Bélgica, onde iria, aliás, eternizar-se até o fim de seus dias. Por sinal, que, quando morreu, seu corpo ficou exposto, num caixão, no principal salão da Embaixada. A casa já estava cheia de gente quando Luis Avelino Gurgel do Amaral, que era ali o 1º Secretário, percebeu que o

braço de Barros Moreira, por uma contração de nervos, saía um pouco das bordas do caixão. Percebendo o ocorrido, Amaral passou discretamente rente ao caixão, e deu um pequeno empurrão no cotovelo do Embaixador, voltando o braço ao seu lugar. Mas o chefe do Protocolo belga havia visto a manobra. E aproximando-se do Amaral lhe segredou ao ouvido: “O meu caro colega tem muita prática em enterrar os seus Embaixadores”. A que Amaral respondeu: “Olhe, foi o primeiro!”.

Outro *Ministro Resistente* foi Pedro de Moraes Barros, por apelido o *Peró*. Isso quando Nilo Peçanha era Ministro do Exterior. Nomeado para Bogotá, fez o que pôde para não ir para o posto. Nesse tempo a Colômbia vivia em mal termos com o Peru por causa do território chamado de Letícia, que ambos os países disputavam. E, para não ir para Bogotá, Peró fez umas declarações favoráveis à tese do Peru, incompatibilizando-se, assim, com o Governo colombiano. E não foi naturalmente para Bogotá. Escrevendo nessa ocasião um artigo num dos jornais do Rio, eu disse que, nem que Nilo Peçanha fretasse um navio do Lloyd Brasileiro, conseguiria tirar o Peró do Rio. Ele não gostou da minha pilhéria e desde então nossas relações pessoais não foram mais as mesmas. Faltou-lhe espírito de humor para considerar como tal minha frase.

Com uma nova reforma do Itamaraty, os Ministros Residentes passaram a ser chamados Ministros de 2ª classe, o que é, afinal, mais lógico muito embora uma tal denominação seja algo depreciativa para uma certa classe de gente, que desconhece essas sutilezas diplomáticas. Como foi, por exemplo, o caso da cozinheira do meu colega Luis Gurgel do Amaral, então Ministro de 2ª classe. Essa cozinheira não era má pessoa. Até que nem tinha o aspecto de cozinheira. Mas andava sempre a resmungar na cozinha, a implicar com os outros empregados. Tardava em servir o almoço, e por vezes deixava o arroz queimar no fundo da panela. Ora, ninguém gosta de arroz queimado, e o próprio gato da casa o repelia. Bem. Foi despedida. Ou melhor, despediu-se ela mesma, amuada com as repetidas queixas da patroa. Ao deixar a casa, passando pelo porteiro, este tentou ainda dissuadi-la de um tal gesto. Fez-lhe ver a bondade dos patrões, gente fina, gente de trato, de tão boas maneiras. E gente conceituada. Onde iria ela encontrar outra casa como aquela para se empregar? A casa de um Ministro?

— Ministro? — indagou ela, torcendo o nariz.

— Pois então o patrão não é um Ministro?

E ela, dirigindo-se para a porta da rua, a resmungar entre os dentes, com desprezo:

— Ora, Ministro... Um Ministro de 2ª classe!...

* * *

A primeira manifestação de classe em que tomei parte, ou seja meu primeiro contato com o pessoal do Ministério, desde os *gros bonnets*, os Ministros (depois Embaixadores), como Sousa Dantas, Régis de Oliveira, Luis Guimarães Filho, Cardoso de Oliveira, até a turma bisonha dos recrutas, os novos Adidos como eu, foi num jantar no antigo restaurante Assírio, do Teatro Municipal, em homenagem a Sílvio Romero Filho, Chefe do Gabinete do Ministro, por sua promoção a Chefe de Seção. Um jantar puxado à casaca (*white tie*) e que me custou 50 mil réis de inscrição, soma considerá-

vel para o tempo, sobretudo para um pobre Adido como eu. Mas valeu a pena, pois me pôs em contato com o pessoal superior do Ministério, Ministros e Chefes de Seção, já que, não havendo ainda o Café, depois transformado em restaurante (o chamado *Bife de Zinco*, porque tinha um teto de folhas de zinco, e o nome era uma réplica ao *Bife de Ouro* do Hotel Copacabana Palace), não existia na Casa onde nos pudéssemos encontrar para um dedo de prosa.

Porque nesse tempo vivia-se, por assim dizer, isolado nas salas das Seções. Mesmo porque a disciplina era rigorosa, sob o olhar vigilante dos velhos chefes, homens encanecidos no trabalho, com a mentalidade do seu tempo, que não consentiam se transformassem as salas de trabalho em pontos de reunião ou de palestras. O único lugar de possíveis encontros — e nem todos o freqüentavam — era a sala de leitura da Biblioteca (a antiga), sob o olhar complacente do velho Gomes Ribeiro, e onde este permitia que estivéssemos ali alguns instantes pela manhã, ao chegarmos, depois de assinado o livro do *ponto*, para uma pequena prosa ou ler rapidamente os jornais do dia. Ou então o cruzamento nos corredores do palácio, rapidamente, quando íamos ou vínhamos do “livro de saída”. Sim, porque nesse tempo não havia ainda o sistema de hoje, e éramos nós mesmos, os funcionários do quadro, geralmente os menos graduados, que dávamos entrada e saída aos papéis oficiais, num grande livro colocado num dos saguões da Casa.

Mas essas reuniões na Biblioteca acabaram por serem suprimidas, depois que Gomes Ribeiro foi aposentado e substituído por Napoleão Reis, seu diretor.

Gomes Ribeiro era um velhote de cara amarrada, homem medíocre, rabujento, mas um bom sujeito, amigo da gente, que desempenhava o cargo à espera que uma aposentadoria compensadora o mandasse para casa.

* * *

Napoleão Reis era outro homem. Um tipo à parte entre os funcionários da Casa, pelo seu físico meio estrangeirado, suas esquisitices, suas manias, seus momentos de mau humor, que era o tormento dos funcionários que trabalhavam sob suas ordens, ou apareciam na Biblioteca à procura de um livro. Detestava o fumo, e ainda o lembro, ao tempo em que não havia serviço de ônibus, vindo todas as manhãs para o Itamaraty, sentado num dos três primeiros bancos do bonde, onde era então proibido fumar. Verão e inverno, vestia sempre uns ternos de palha de seda. Não usava chapéu, e, porque transpirava muito, vivia a enxugar o rosto e a vasta careca com um grande lenço de seda branca.

Como tivesse horror ao fumo, uma das primeiras coisas que fez, ao tomar a direção da Biblioteca, foi proibir que se fumasse ali. Mandou, para isso, afixar uns cartazes na sala, dizendo — *É proibido fumar*. Deu como pretexto o perigo de propagação de um incêndio. A medida, por esse motivo, seria defensável; mas a verdade resultava unicamente de seu horror ao fumo. Uma manhã, Capistrano de Abreu, o grande mestre de nosso história colonial, foi, como de costume, consultar seus caros livros, com o cigarinho de palha de milho entre os dedos. Entrava sorrateiramente na Biblioteca, com aquele seu ar desleixado, os cabelos por cortar, a barba mal aparada e o eterno cigarrí-

nho a fumar entre os dedos. Entrava e logo reclamava a *História do Brasil* de Varnhagen, anotava por Rio Branco, que era uma espécie de seu breviário; e não se cansava de a ler, de consultar-lhe as datas e os homens. Pelo muito que a usava, já a devia saber de cor. Sem embargo, não se separava dela. Certa vez, ao entrar, deparou com um dos cartazes do Reis, dizendo que era proibido fumar ali. Voltou sobre os seus passos e nunca mais apareceu na Biblioteca.

Outros fumantes que costumavam aparecer e depois desertavam foram Alfredo Varela, ex-Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul e depois Cônsul-Geral, o homem que melhor conhecia a história das nossas intervenções no Prata, desde o tempo da Colônia do Sacramento; e Pandiá Calógeras, que as ocupações políticas não consentiram que fosse um de nossos melhores historiadores, apesar de seu estilo áspero e sem brilho. O jornalista Paulo Silveira (pai do atual diplomata Vitor Silveira), que era a esse tempo uma espécie de Adido à Secretaria de Estado, comentando esse horror que Napoleão Reis tinha pelo fogo, dizia: “Não há nada a fazer com esse homem e o seu pavor pelos incêndios: tem uma mentalidade de Corpo de Bombeiros”.

Como funcionário da Secretaria de Estado, Reis obteve, certa vez, ir ao Japão em comissão, de onde voltou grande entusiasta desse país. Dizia que falava e compreendia correntemente a língua japonesa, e conhecia alguns dos muitos dialetos falados no Japão. Que ele podia exprimir-se e até certo ponto compreendia o japonês, podia-se crer. Menos incrível era a história dos dialetos.

Teve-se a prova disso numa brincadeira que lhe armaram Araújo Jorge e Raul Adalberto de Campos, este Chefe da Seção de Contabilidade. Arranjaram uma lata vazia de chá, forjicaram um letreiro por fora, na qual desenharam uns caracteres muito parecidos com o japonês. Levaram-na ao Reis, para ele decifrar o que estava ali escrito. Reis examinou demoradamente o letreiro, refletiu, e depois declarou, com ar de grande autoridade e não menor suficiência, que os caracteres pertenciam a uma determinada ilha ao norte do Japão. Deu-lhe em seguida a tradução em português. Não se precisou de mais para Araújo Jorge soltar uma daquelas suas estridentes gargalhadas, confessando que tudo não passara de uma mistificação, deixando Reis muito confuso e possuído de uma grande irritação.

* * *

Apesar, porém, do isolamento em que se vivia na Secretaria de Estado, a verdade é que havia ali muito mais união, mais camaradagem e mais *esprit de corps* do que hoje, quando o pessoal da casa tem muito mais contato e se frequenta muito mais, no Itamaraty e fora do Itamaraty. É que o número de funcionários era então muitíssimo menor do que atualmente, não somente o pessoal dos quadros, que chamaríamos hoje de carreira, como os demais da Secretaria de Estado, não havendo ainda as classes dos extranumerários, dos contratados, dos arquivistas, dos criptógrafos, escriturários, datilógrafos, etc. Datilógrafos éramos nós mesmos, geralmente os Adidos e os Terceiros Oficiais, e as minutas dos Despachos ou dos Ofícios eram feitas geralmente à mão, pois a máquina de escrever não era ainda usual na Secretaria de Estado. Não se sabe ao certo em que ano a primeira máquina entrou no Itamaraty. Deve ter sido por volta de

1906, já ao tempo de Rio Branco. Luís do Amaral, no seu livro *O meu velho Itamaraty*, se refere à primeira dessas máquinas que ali viu, uma Underwood, “modelo grotesco se comparado aos atuais, no qual faltava a letra o, por perda do tipo na haste respectiva do abecedário”. O que não impedia que ele e seus colegas Araújo Jorge e Lucilo Bueno se revezassem no “gasto teclado” para redação das minutas completadas, “pacientes e habilmente, com os acréscimos dos os inexistentes”. O certo é que esses primeiros trabalhos à máquina foram um sucesso e uma verdadeira revolução no Itamaraty, deixando Rio Branco encantado com a novidade.

Mas voltando ao Itamaraty do tempo da minha entrada ali: formávamos, então, rigorosamente falando, uma só classe, com mais ou menos a mesma mentalidade, os mesmos princípios de educação, os mesmos interesses, mesmas aspirações e mesmos ideais, dando a todos a mesma comunhão de sentimentos. Daí a coesão, os laços de *attache* e o espírito de coleguismo que nos uniam.

Por outro lado, o regime de entrada para o Itamaraty não era ainda o do concurso, aberto a todo o mundo. O critério de admissão ali obedecia, sobretudo, às condições sociais dos candidatos, muitos dos quais descendentes das velhas famílias do Império, filhos, netos ou bisnetos de antigos Ministros ou Presidentes do Conselho da Monarquia. Talvez por isso o Itamaraty era tido como uma casa de monarquistas. De fato lá estavam descendentes de José Bonifácio, de Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo), do Duque de Caxias, do 2º Marquês de Paranaguá, do Visconde de Ouro Preto, do Conselheiro Nabuco de Araújo, do Conselheiro Silveira Martins, de Aguilar Pantoja, de Zacarias de Góes, de Euzébio de Queiróz, do Visconde do Rio Branco, de José de Alencar, de Manoel de Sousa Dantas, do Visconde de São Vicente, de Lafayette Rodrigues Pereira, do Barão de Vila-Bela (Sousa Leão), de Pedro Leão Veloso e de outros que possivelmente me escapam.

Todos esses funcionários, descendentes dos nossos estadistas do Império, formavam no Itamaraty uma espécie de seleção, um corpo com gente da mesma extração social e intelectual. Era portanto uma “elite”. Não discuto se tal critério era bom ou era mau. Constato apenas. Não devia em todo o caso ser assim tão ruim, porque nos deu diplomatas como Sousa Correia, como o Barão de Itajubá, como o Barão de Penedo, o Barão Ponte Ribeiro, como Joaquim Nabuco e, mais recentemente, como Sousa Dantas, Magalhães de Azeredo, Régis de Oliveira, pai e filho, como Rodrigues Alves e como o Barão do Rio Branco, o maior de todos. Nenhum foi produto de concurso. Dois dos mais cultos deles, que por certo venceriam qualquer prova por que passassem, Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, e Gonçalves de Magalhães, Visconde de Araguaia, foram diplomatas dos mais brilhantes da carreira, que honrariam qualquer outro país, e também não entraram no Ministério em virtude de concurso. O concurso pode ser muito bom sob certos aspectos, mas não evita a admissão de muito aventureiro ou mesmo de muito cafajeste, como já se tem dado, e que podem ser instruídos, mas não têm o mínimo exigido de educação e de bom-senso para ser, já não direi um diplomata que honre a carreira, como os já citados acima, mas simplesmente que dê no estrangeiro uma boa impressão do Brasil.

Hoje se dirá que aquele processo não era democrático. Por certo que não o era, no sentido de que o diplomata não vinha diretamente da rua. Mas também não era de-

mocrático o processo para a formação do Congresso Nacional, feito quase exclusivamente com políticos escolhidos entre a “elite” do país. Sim, não era democrático, mas por isso mesmo o nível intelectual, moral e social do Poder Legislativo de então estava bem mais acima, em média, do atual, produto de sufrágio universal e do voto secreto.

Todos estamos de acordo com que não havia, realmente, eleições verdadeiras nessa época. Mas justamente porque não havia eleições verdadeiras é que o Corpo Legislativo podia ser a expressão do mais alto nível intelectual, moral e social do país, formando uma verdadeira “elite” de homens, de alto gabarito, com uma grande prática da coisa pública, com um longo traquejo parlamentar e um largo discortínio político. Ao passo que os nossos legisladores de hoje, escolhidos (ou eleitos) pelo homem da rua (quando não é ele mesmo um homem da rua), quer dizer, por quem muitas vezes mal pode rabiscar o nome, sem um mínimo de discernimento político e o mais rudimentar conhecimento dos problemas e das necessidades do país — são o que tristemente sabemos. E não é talvez, por outra razão que o país vem passando, de 1930 para cá, com relação aos seus homens públicos, por uma verdadeira crise de capacidades.

* * *

Voltando à admissão na carreira diplomática: sabemos que pelo atual processo, são nomeados 30^{os} Secretários, quer dizer, são admitidos na carreira aqueles que, depois de cursarem o Instituto Rio Branco, e prestarem os melhores exames no final do curso. Ora, todos nos inteiramos do que valem realmente esses exames — de uma maneira geral todos os exames — tudo dependendo, para o bom sucesso do aluno na hora de prestá-los, sejam provas escritas sejam orais, de um único fator: *sorte*. Sorte ao tirar o ponto sobre o qual terá que discorrer. Se o aluno tirar um ponto sobre uma matéria que realmente souber, quer dizer, se tem sorte, não haverá para ele problemas, e terá garantida a sua entrada na carreira; mas, se a sorte lhe for adversa, estará condenado, sem salvação possível, e o seu desejo ou sonho de entrar para a carreira irá pela escada abaixo.

Mas, na hora de prestar exames, não basta que a sorte o ajude, tirando um ponto sobre matéria que já saiba: é preciso também que esteja num bom estado de espírito, sem nervosismos nem maiores receios; que tenha facilidade de exposição, tanto na prova escrita como na oral — para não falar ainda na tolerância de seus examinadores. Enfim, tudo o que concorre para o bem ou para o mal do aluno que prestar exames. Se tudo lhe correr bem, a banca examinadora entende ou conclue que ele *sabe*, isto é, que é o *mais sabido* dos seus colegas, menos felizes nos exames, e terá garantida a sua entrada na carreira.

Mas acontece que os *mais sabidos* nem sempre dão os melhores diplomatas. Muitas vezes, até, são os piores. Posso dizer isso porque, tendo ocupado, na Secretaria de Estado e no exterior, todos os postos de direção, inclusive de Ministro de Estado (interino), tive sob minhas ordens todo o pessoal diplomático do Itamaraty, direta ou indiretamente; e sei, assim, o que realmente vale sob o ponto de vista profissional. Por outro lado, tendo sido, durante dois anos (antes da criação do Instituto Rio Branco), examinador de Direito Internacional Público dos candidatos à entrada na carreira,

posso também saber o que valem os exames feitos por eles, às vezes em condições desastrosas para o candidato, em virtude da má sorte e de outros fatores em seu desfavor. Como pude ainda constatar que os mais brilhantes dos meus alunos, na hora de prestarem exames, não deram o melhor resultado no serviço diplomático. Alguns deles foram mesmo dos piores, quer no exercício da função, quer sob o ponto de vista pessoal nos países onde serviram. Quando digo “sob o ponto de vista pessoal” quero referir-me ao comportamento moral e social, dele e da mulher, se for casado, à natureza das suas relações com a gente da terra onde está, à sua capacidade ou jeito de agradar ou de ser estimado, à maneira como vive e como recebe, a casa onde mora e o seu interior doméstico. Porque tudo isso, quanto se passa como se deve passar, há-de concorrer para firmar o prestígio e o bom proveito do diplomata. E não só dele próprio: também da Missão a que pertence e do seu próprio País.

* * *

É que, para ser um bom diplomata, não basta que ele tenha vastos e profundos conhecimentos universitários e conheça línguas estrangeiras: é essencial que tenha também o que não se aprende — *um bom-senso*, além de certas virtudes que se trazem de casa, com uma dose apreciável de boa educação. Saber, por exemplo, como se conduzir no trato quotidiano dos negócios a seu cargo. Ter o que os franceses chamam *finesse*, isto é, saber agradar e ser por outro lado estimado. Certa vez um diplomata francês, em véspera de partir para seu novo posto, foi pedir instruções ao seu Diretor-Geral, perguntando-lhe qual o melhor conselho que lhe dava para o bom desempenho de suas novas funções. Ele respondeu: *Tachez de plaire*.

O diplomata italiano Daniele Varé no seu livro *Il Diplomático Sorridente*, diz que o diplomata não vale apenas pelo que faz, mas também pelo que é. E grande parte do trabalho dele consiste em criar um ambiente. O prestígio não é a ação, mas a irradiação. Diz ainda que na vida política o ódio pode ser útil, pois o ódio é fonte de energia. Mas em diplomacia basta mostrar-se hostil.

O Conde de Saint-Aulaire, que acabaria a carreira como Embaixador de França em Londres, conta-nos em suas *Memórias* o que eram e o que valiam os concursos feitos no Quai d'Orsay para a entrada dos candidatos à carreira diplomática. Cita, a este propósito, seu próprio caso. Depois de passar nas provas escritas, com eliminação da maioria dos candidatos, foi um dos vinte admitidos para ocuparem os quatro lugares disponíveis de Secretários de Embaixada. No final do concurso teve a sorte de ser o último dos quatro nomeados. Seu examinador de História foi Jusserand, depois Embaixador em Washington, que o interrogou sobre a campanha do México ao tempo de Napoleão III. Saint-Aulaire ignorava praticamente tudo sobre essa campanha. Limitou-se assim a fazer considerações de ordem geral sobre ela, falando muito para não dizer nada. Pensou que seria reprovado. Mas, com surpresa sua, ouviu Jusserand dizer para seus colegas examinadores: “É muito mais importante para um diplomata evitar discorrer sobre uma questão indiscreta e falar sem nada dizer a respeito, do que repetir a página de um manual de História. Deu-lhe nota máxima. Como se sabe, essa campanha foi uma derrota para a política francesa daquele tempo.

Quanto à Geografia, teve nota mínima, porque, sobre as duas questões que lhe deram, quase nada respondeu. Mas acontecia que o examinador ainda sabia menos do que ele. “Minha superioridade sobre ele era saber que eu não sabia nada”, diz Saint-Aulaire. Quanto ao exame sobre Economia, a pergunta que lhe fizeram sobre qual o país maior consumidor do bacalhau seco. Como Saint-Aulaire não sabia que país era esse, teve a idéia de responder ao examinador, fazendo-lhe por sua vez outra pergunta: “Perdão, o senhor quer-se referir ao bacalhau secado ao sol, quando o chamam de *merluche*, ou ao bacalhau secado ao fogo, o que os ingleses chamam *stock fish*?” Sem saber o que responder, o examinador deu-se por satisfeito, aprovando-o, e o mandou embora. Resta dizer que o Conde de Saint-Aulaire, apesar da fraca qualidade do seu concurso para entrada na carreira foi um dos mais brilhantes diplomatas franceses do fim do século passado e começo do atual.

* * *

Por falar em diplomacia, vem ao caso lembrar que, poucos anos antes da minha chegada a Londres, em fevereiro de 1923, ou, melhor dizendo, depois de terminada a primeira Grande Guerra, em 1918, havia se adotado o costume dos chefes do Governo ou Ministro das Relações Exteriores de alguns países da Europa Ocidental, notadamente da França e da Inglaterra, se encontrarem na capital de um deles, em torno de uma mesa de chá, para debaterem ou resolverem (quando possível) os problemas internacionais que os dividiam, deixando de lado, como meros assistentes, seus respectivos Embaixadores. Esse costume persiste até hoje, e, ainda agora (julho de 1972), vemos o Secretário de Estado norte-americano, Sr. Rodgers, a percorrer numerosos países discutindo e procurando resolver problemas que deviam ou podiam ser da alçada de seus Embaixadores. Penso que não passou ainda um mês seguido no seu gabinete do Departamento de Estado. O mesmo, aliás, se dá com grande parte dos Ministros do Exterior, inclusive o nosso, que anda sempre com a mala nas costas, como se fosse um caixeiro viajante.

Um tal sistema é um bem ou é um mal? Penso que é um mal, e se verá porquê. Certa vez Raimundo Poincaré, então Presidente do Conselho de Ministros de França, escreveu um artigo na revista *Illustration*, de Paris, defendendo o critério de serem as negociações diplomáticas entregues, de preferência, aos homens do Governo — notadamente aos Presidentes do Conselho e aos Ministros das Relações Exteriores. Teceu os maiores louvores a um tal sistema, que ele chamava, não sei, aliás, por que, de *progressivo*. A menos que Poincaré tivesse querido referir-se à *progressão* inquietante que esse método de se fazer diplomacia vinha e vem sendo de fato aplicado da paz de 1919 para cá...

Os que defendem o critério das conversações entre homens de Governo dizem que o contato entre esses cavalheiros facilita mais o conhecimento entre eles, bem como a melhor compreensão dos intuitos e da mentalidade de cada um, provocando assim uma atmosfera mútua de confiança entre os mesmos. Mas isso nem sempre é verdade. Antes de tudo, porque nem sempre o contato direto de duas ou mais pessoas produz, somente pelo fato de elas se comunicarem pessoalmente, uma atmosfera mais

confiante do que se essas mesmas pessoas se comunicassem de longe, pelo telefone ou por cartas, ou por meio de seus respectivos representantes diplomáticos, que afinal não existem para outra coisa. Algumas vezes, até, esse contato direto é contraproducente. Poincaré dizia que quando duas pessoas viam, reciprocamente, a cor de seus olhos e ouviam o som de suas vozes, elas se entendiam melhor do que se trocassem à distância suas mais belas fotografias.

Ora, uma tal afirmativa, além de ser discutível, tinha a prova do contrário com o próprio Poincaré, quando este era Presidente do Conselho de Ministros de França e teve o seu primeiro encontro com Lorde Curzon, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Inglaterra, e do qual resultou, segundo declarou Nicolson no livro que escreveu sobre Curzon e foi de fato amplamente sabido, uma profunda aversão de Poincaré por este último, ou melhor, entre os dois, pela má catadura de ambos.

A afirmativa de Poincaré peca assim pela base, e resta provar que surta bons efeitos. Pelo menos do fim da primeira Grande Guerra até os nossos dias, os homens responsáveis pela política internacional não se têm cansado de ver a cor de seus olhos e de ouvir o som de suas vozes, e a desunião entre os Estados é cada vez maior.

Esse sistema traz, antes de tudo, o inconveniente de não permitir que os homens de Governo — Chefes de Estado, Chefes de Governo e Ministros Exteriores — empenhados que estão nas negociações, as conduzam com a reflexão indispensável à importância dos interesses em jogo. Sendo eles, afinal, a quem cabe decidir, em última ou penúltima instância, sobre a recusa ou aceitação das propostas em discussão, não lhes resta, entretanto, o recurso do tempo, sempre precioso em diplomacia, para melhor refletirem sobre a decisão a dar. O recurso tradicional entre os diplomatas de carreira — *vou consultar o meu Governo*, que tem salvo tanta situação difícil, não caberia nunca numa reunião de Ministros das Relações Exteriores (pois eles mesmos são o Governo), quando se vissem obrigados a dar uma resposta, imediata e *sur place*, a uma questão ou uma pergunta nem sempre fácil de responder.

* * *

Pelo antigo sistema (antigo no sentido de menos usado nestes últimos anos), os homens de Governo, ou, mais precisamente, os Ministros das Relações Exteriores não somente dispunham de tempo para refletir e resolver sobre os problemas internacionais submetidos à sua decisão, isolados que estavam no ambiente sereno de seus gabinetes, como podiam usar do recurso de desautorizar seus agentes no estrangeiro, quando estes, ainda que cumprindo fielmente as instruções recebidas, eram mal sucedidos. Ao passo que, pelo novo método, os homens de Governo se vêem na necessidade de se empenharem pessoalmente na discussão em jogo, comprometendo por vezes não somente o prestígio de seus cargos como ainda a sua própria posição oficial. Foi o que se deu, por exemplo, por ocasião da Conferência da Paz em Versalhes, em 1919, quando Victor Manuel Orlando, Presidente do Conselho de Ministros da Itália, se viu na contingência de abandonar o Governo italiano por causa da posição difícil em que o puseram as negociações que entabulava com a França. O Presidente Wilson não chegou a demitir-se, depois que o Senado de Washington o desautorizou, recusando aprovar

o tratado que ele negociara e assinara em França. Mas ficou numa posição de tal forma difícil que não ousou mais voltar à Europa para empenhar-se em novas negociações, conforme prometera e muita gente esperava.

Coisa mais ou menos semelhante se daria no Rio de Janeiro em 1942, por ocasião da 3ª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores dos Países americanos, quando a Argentina se fez representar pelo seu Ministro do Exterior Ruiz Guiñánzú, e este deu assentimento à fórmula proposta por Oswaldo Aranha, nosso Ministro do Exterior, para os Estados latino-americanos declararem guerra às Potências do Eixo (Alemanha e Itália), acompanhando nesse passo os Estados Unidos da América. Guiñánzú não chegou a fazer o que havia feito Orlando em 1919. Mas ficou com a sua situação comprometida, e teve que voltar atrás ao prometido, quando o Estado-Maior do Exército argentino, mais realista do que o nosso, vetou a fórmula de Aranha, impedindo assim a Argentina de se meter numa guerra onde só teria o que perder. Eu estava nessa ocasião em Buenos Aires, como Encarregado de Negócios do Brasil, e vi as dificuldades que teve Ruiz Guiñánzú para recuperar a confiança do seu Governo.

Ora, nada disso se daria se ele tivesse ficado no seu gabinete do Palácio San Martin e confiado as negociações ao Embaixador da Argentina no Rio, ou a qualquer outra pessoa designada para representá-lo na Reunião de Consulta. Uma posição difícil em que se encontrasse esse seu representante no Rio, por exigência do Estado-Maior argentino, podia certamente afetá-lo, mas não atingiria o prestígio do Governo argentino, como de fato se deu com a presença no Rio do seu Ministro das Relações Exteriores.

* * *

Outro engano dos que defendem o método chamado direto na prática da diplomacia é dizer que há mais sinceridade nas negociações entabuladas pelos membros do Governo do que pelos diplomatas de profissão. Por que maior sinceridade? Ao contrário. Muita verdade que um Ministro do Exterior ou Chefe de Governo ou Chefe de Estado não pode dizer de viva voz, sem expor a responsabilidade do cargo, pode ser dita pelo seu Embaixador. Há mesmo certas declarações que, por sua franqueza e quando feitas por um membro de Governo, assumem uma importância e provocam consequências que poderiam dificilmente ser depois remediadas.

O que há, na verdade, nas negociações entre membros de Governo, não é mais sinceridade do que entre diplomatas de carreira: é sobretudo maior publicidade, maior reclame, feito, de um lado, pelos jornalistas que os acompanham, ávidos de notícias sensacionais, e interessados cada qual em servir melhor sua agência de publicidade; e, de outro lado, pelos próprios membros de Governo, que, sendo em geral homens políticos ou ligados a partidos políticos, precisam dessa publicidade para maior prestígio em suas terras.

Asquith, depois lorde Oxford and Asquith, que foi sem dúvida um homem de bom-senso, disse certa vez a este propósito: "Pergunto se não arriscamos perder em vez de ganhar, substituindo o antigo sistema de comunicações por intermédio de Embaixadores pelo método da mesa de chá e das estações de estradas de ferro — temperado e

completado por comunicados esporádicos e ambíguos à imprensa. Não se tem, assim, nem o segredo absoluto nem a publicidade total, mas uma falsa mistura dos dois”.

Na maioria das vezes, aliás, essa publicidade é perniciosa à própria negociação, porque falseia ou permite que se falseie a opinião pública, seja nortear-a por um excessivo otimismo, seja por um demasiado pessimismo, quer dizer, iludindo-a num e outro caso, e predispondo-a, portanto, a julgar incompletamente a finalidade das negociações. Foi o que se daria por ocasião do acordo chamado de Munique, em 1938, entre Hitler, Chanceler do Reich, Chamberlain, Primeiro-Ministro inglês, de França, quando a chamada imprensa internacional (os “meios de informação”, dizem em Portugal), sequiosa de notícias sensacionais para impressionar o público, atribuiu às negociações de Munique um alcance que nunca tiveram, levando com isso a opinião universal à mais desorientadora decepção, e preparando o ambiente de desânimo que nos levaria pouco mais tarde à segunda Guerra Mundial.

* * *

Dizer que essa publicidade em torno das negociações diplomáticas feitas por homens de Governo está mais de acordo com o conceito de *diplomacia aberta*, de que tanto se falou depois da paz de 1919, é, a meu ver, pura *blague*, unicamente para enganar os tolos. Antes de tudo: o que é diplomacia aberta? E quando ou desde quando ela vem sendo praticada? Não foi certamente na célebre paz de 1919, quando a proclamou o Presidente Wilson. Porque, se houve uma amostra de *diplomacia fechada*, foi justamente nessa ocasião, quando os três chefes de Governo, Clemenceau, Lloyd George e o próprio Wilson se trancaram nos aposentos deste do Hotel Crillon, em Paris, para *fazerem* ali toda a paz de 1919, e a imporem depois, sem maiores discussões, aos alemães derrotados. O método, escandalosamente clandestino, que aqueles três cavalheiros adotaram, para inaugurar ou firmar o que o Presidente Wilson chamava *diplomacia aberta*, foi tão rigoroso, que dele se queixou amargamente o próprio Lansing, Secretário de Estado americano, o qual tinha de recorrer, às vezes, ao Coronel House, amigo pessoal e conselheiro de Wilson, ou mesmo a repórteres mais furões, para saber o que se tramava naquele Olimpo. Ainda porque o Presidente Wilson, ou alguém por ele, mandou plantar à porta do aposento que ocupava naquele hotel uma sentinela de baioneta calada, para afastar a curiosidade dos mais ousados.

E os célebres acordos de Locarno, de 1925, negociados e firmados por Briand, Chamberlain e Stresemann, o primeiro Ministro dos Negócios Estrangeiros da França, o segundo da Inglaterra e o terceiro da Alemanha? Foram apresentados à imprensa internacional como a mais perfeita fórmula de segurança coletiva jamais idealizada, base de todo um futuro de paz e de segurança na Europa, e mesmo no Mundo. Era uma fórmula meio complicada, mas que foi definida espiritualmente, creio que por Briand — um processo pelo qual cada um garante cada um contra cada um.

A publicidade internacional, sobretudo aquela sabidamente paga pelas grandes potência europeias, não se cansou de tecer loas aos famosos acordos de Locarno, e, em artigos de imprensa, em filmes, em fotografias de todo o gênero (ainda não havia televisão), salientava a honestidade que, havia presidido às negociações, a absoluta

boa-fé dos plenipotenciários e o método liberal que tinham adotado no decurso de todos os debates.

Ora, todos nós iríamos saber o que de fato se passaria em Locarno em 1925, quando a coisa arreventou em Genebra (na Liga das Nações) no ano seguinte, com tinta de grande escândalo. Eu era nesse tempo Secretário da Delegação Permanente do Brasil naquela cidade, e fui testemunha de tudo que ali ocorreu. De fato a França e a Inglaterra, reunidas com a Alemanha em Locarno, para atraírem esta para a Liga das Nações, que relutava integrar, acenaram-lhe com toda a sorte de concessões, inclusive com o privilégio de entrar como membro permanente do Conselho da Liga, com os mesmos direitos das grandes potências. Mas, ao mesmo tempo que agiam dessa forma aparentemente cavalheiresca com a sua antiga inimiga, concertavam, clandestinamente, por suas costas, a candidatura da Polônia, que não passava então de um satélite da França, prometendo-lhe também um lugar no Conselho da Liga, para que esta pudesse, com o seu voto certamente favorável aos interesses da França e da Inglaterra, compen-sar ou anular o voto da Alemanha (desde que esta tivesse um assento no Conselho), contrário às pretensões das duas citadas grandes potências. Era uma coisa desleal e sor-rateira, e como tal a considerou a Alemanha quando apareceu em Genebra para ser recebida na Liga das Nações e tomar assento no respectivo Conselho.

Revoltada com essa suja manobra da França, sua tradicional inimiga (e que tinha sido em Locarno a inspiradora dessa traição), a reação da Alemanha não se fez esperar: não concordava em absoluto com a candidatura da Polônia a um assento permanente no Conselho da Liga; e, para ser conseqüente, também se opunha a que a Espanha e o Brasil, que eram membros temporários do Conselho, se tornassem permanentes, como desde muito desejavam. Não havia nisso, da parte da Alemanha, nenhuma má vontade ou desejo de contrariar as aspirações dessas duas Nações. Mas uma vez que a França havia traçoicamente, pelas suas costas, se servido da Polônia na reunião de Locarno, para encaixá-la no Conselho, a Alemanha não tinha outra alternativa senão pôr a questão nestes termos: ou ela entrava *sozinha* para o Conselho da Liga, ou não entraria ali mais ninguém. Foi esta, aliás, a satisfação que ela nos deu em Genebra para explicar sua oposição à entrada também do Brasil. Sem embargo, para sermos também coerentes, não tivemos outra alternativa senão vetar a entrada da Alemanha na Liga das Nações. Foi o que fizemos na chamada crise de março de 1926. E, conseqüentemente, depois disso, não tivemos outro alvitre senão arrumarmos as malas e abandonarmos a Liga. Encerrarmos a nossa Delegação ali instalada desde 1923, ou, como diria o barbeiro em Genebra ao Embaixador Muniz de Aragão, “fecharmos a nossa botica” e darmos o fora.

Não falemos, pois, em publicidade nas negociações diplomáticas, nem em *diplomacia aberta* e outras bobagens. A verdade em tudo isso é que a situação de hoje como a de ontem e a de anteontem é, com pouca diferença, a mesma de sempre, apenas agora com muito mais espetaculosidade; e que nas negociações internacionais, como em toda a negociação, mesmo de caráter comercial, há sempre uma parte que não pode deixar de ser tratada reservadamente, e outra parte que pode e é geralmente comunicada ao grande público. Quem estava com a razão nisso era o sempre avisado Embaixa-

dor Jules Cambon, com o seu largo tirocínio diplomático, quando dizia: “No dia em que não houver mais segredo nas negociações, não haverá negociação alguma”.

* * *

Outra coisa que não tem sentido, mas que é moda dizer-se hoje, é que as relações diplomáticas têm sobretudo um caráter econômico, e que o fator político deixou de ter a importância de antes no trato entre as Nações independentes. Simples jogo de palavras. A verdade é que não há como separar uma coisa de outra. Com a circunstância de que, se o interesse econômico nem sempre preside às relações entre os Estados, o elemento político, em compensação, está sempre aí presente. Mesmo numa simples troca de mercadorias.

Se amanhã, por exemplo, a Argentina nos pedir que lhe exportemos alguns milhares de pneumáticos, de que ela tem imprescindível necessidade, e nós lhe fizermos a vontade, mesmo com sacrifício de nosso consumo interno, não nos moverá nenhum interesse econômico, mas apenas uma questão política para tirarmos dessa concessão vantagens puramente políticas. Por outro lado: quando os Exércitos franceses de Luís XIV invadiram o Palatinado e tudo ali destruíram, e os Exércitos alemães invadiram a Rússia nesta última guerra, obrigando os soviéticos a tudo arrasarem na sua retirada, por certo que uns e outros procuraram antes de tudo subtrair a seus inimigos todos os recursos econômicos dessas regiões; mas, acima dessa finalidade puramente imediata, estava essa outra muito mais alta que era a razão do Estado, isto é, a busca da vitória total na guerra em que estavam empenhados. E essa vitória tinha em todos os seus aspectos um sentido puramente político, que era, antes de tudo, o domínio da Europa.

Ainda agora, por exemplo, nessa luta que a Inglaterra está travando com a Rodésia: todas as armas que está usando contra a sua ex-colônia, inclusive o embargo do petróleo, são de natureza econômica. Mas visando um fim exclusivamente político, que se resume na anulação da independência — também política — proclamada pela Rodésia sem a concordância ou aprovação do Reino Unido.

A este propósito vem ao caso citar o célebre incidente que Rui Barbosa teve com De Martens, Presidente da Conferência da Paz de Haia, em 1907, que o chamara à ordem por haver levado a política para os debates em plenário. Rui defendeu-se num magnífico improviso, mostrando que não somente a política não podia ser afastada da Conferência, como ela era ainda da sua própria essência, sua própria razão de ser. Não a política militante e mesquinha, a política dos partidos, que separa e agita os espíritos; mas a verdadeira política, compreendida na mais alta acepção do termo, a política que preside e defende os interesses das Nações.

Salientou que a política era a própria atmosfera dos Estados, que dela emanava o Direito Internacional, toda a estrutura da diplomacia, todos os preceitos e regras que uniam e davam vida aos Estados soberanos. A própria expressão — *política econômica* — provava quanto havia de inexato no separar uma coisa de outra, já que todo problema econômico entre dois Estados era antes de tudo, ou era também, um problema político. Que Rui tinha carradas de razões, os fatos de ontem como os de hoje estão aí

para prová-las. E a verdade é que, se o mundo em que vivemos está desajustado e sem rumo certo, não é porque suas economias se chocam ou se confundem – ou se guerream, mas sim porque há entre os dois mundos, que hoje se defrontam, as mais profundas e irreconciliáveis divergências políticas.

Domício da Gama no Itamaraty

Nilo Peçanha deixou o Itamaraty com a organização do novo Governo, presidido pelo Conselheiro Rodrigues Alves, em novembro de 1918. De fato presidido por Delfim Moreira, que era o Vice-Presidente da República e assumira o poder por doença do Presidente eleito. Este, aliás, viria a morrer dentro em pouco e não chegaria assim a governar. A guerra, na Europa, havia terminado com as rendições dos exércitos alemães, e ia-se agora negociar os tratados de paz. *Negociar*, não é, aliás, a expressão exata, porque a verdade é que eles seriam impostos pelos vencedores aos vencidos digo melhor, pelas quatro potências vitoriosas, os chamados *big four*, Inglaterra, França, Itália e Estados Unidos, a todas as demais potências, vencidas ou vencedoras, que tinham tomado parte, direta ou indiretamente na guerra.

Domício da Gama era o novo Ministro do Exterior. Vinha de Washington, onde desempenhava, desde 1910, quando morrera Joaquim Nabuco, o cargo de Embaixador do Brasil. Era então o único Embaixador brasileiro, circunstância que não deixava de lhe dar, entre nós, um certo relevo. Esse cargo mais tarde havia de proliferar como cogumelos, a ponto de se tornar mais fácil obter uma Embaixada do que um simples Secretariado de Legação. É verdade que perderia grande parte de sua significação numa reforma que fizeram de nossos serviços diplomáticos, copiado do figurino norte-americano.

Conheci Domício da Gama e lhe fui apresentado com os demais funcionários do Itamaraty no dia da sua posse. Nunca o tinha visto antes, a não ser em fotografias. Mais tarde iria conviver assiduamente com ele cerca de três anos, quando o teria como chefe na Embaixada em Londres, e eu mesmo iniciava ali a minha carreira diplomática no exterior. Isso em 1923. Criamos então laços de amizade que iriam durar até sua morte no Rio de Janeiro. Era um homem alto, esbelto, de uma elegância sóbria e bem cuidada. Tinha uma tez morena levemente rosada, que ainda mais se notava ao lado dos cabelos abundantes já meio grisalhos e do longo bigode que lhe guarnecia o rosto.

Eça de Queiróz, que fora seu amigo íntimo e não perdia ocasião para fazer uma *blangue*, o chamara, dizem, certa vez, de *mulatinho rosado*. Acredito que não tivesse o sangue puro; mas nem em seus cabelos e muito menos nos traços físicos do rosto de-

nunciava essa impureza. Talvez apenas na cor da pele, que era bronzeada. Ele podia dizer, como Alcebádes Peçanha, quando era nosso Ministro em Varsóvia, que, interpellado por uma senhora curiosa e indiscreta sobre a cor morena de seu rosto, respondeu que era *brulé du soleil*. O mano Nilo Peçanha tinha mais imaginação: dizia-se descendente de Mouros. Opinião, aliás, com a qual não concordava o irreverente jornalista Antônio Torres, que, num artigo intitulado *Nilo Peçanha e eu*, começava assim: “Nós, mulatos...”

No Itamaraty poucas vezes me aproximei de Domício. Modesto 3º Oficial que eu era, pouco propenso a freqüentar os gabinetes dos Ministros, apenas o avistava de quando em vez nos corredores do Palácio, geralmente na companhia de amigos mais chegados que convidava para almoçar, como Mário de Alencar, filho de José de Alencar, o romancista de *O Guarani*; ou como Tristão da Cunha, pai do meu futuro colega e amigo, hoje Embaixador Vasco Leitão da Cunha. Domício tinha por Tristão, ou melhor, por suas qualidades literárias, uma admiração sem reservas; e mais de uma vez me diria em Londres que o tinha como um dos brasileiros que melhor escreviam o português, com uma beleza de forma, com uma clareza e uma concisão só comparáveis aos velhos mestres da língua. Lamentava por isso que Tristão tivesse deixado tão cedo de escrever. Ou que preferisse escrever em francês (que manejava, aliás, com igual maestria), para o que a *Revue des Deux Mondes* lhe tinha aberto uma das suas colunas.

Eu iria conhecer Tristão da Cunha no verão de 1927 quando, tendo vindo de Berlim, estava servindo no Itamaraty como Chefe da Seção Política da América. Isso no começo da administração de Otávio Mangabeira, com Washington Luis na Presidência da República. Para fugir das noites quentes do Rio tinha tomado aposentos no Hotel das Paneiras, no Corcovado, que estando cerca de 200 metros de altura acima do nível do mar, nos dava sempre umas noites frescas e agradáveis. Tristão da Cunha, embora tivesse um bonito *chalet* na Avenida Atlântica, costumava também passar o verão nesse mesmo hotel com a mulher, uma distinta senhora inglesa. Eram ambos pessoas de convívio muito agradável, e Tristão, apesar de não ser um homem muito expansivo, primava por sua boa educação, seus dotes de inteligência e seu dom de agradar. Baixote, meio atarracado, vestia-se com uma elegância que eu poderia chamar de inglesa. Penso que nessa época já não mais escrevia em jornais ou revistas brasileiras. Mas continuava como colaborador de *Revue des Deux Mondes*.

* * *

Vindo dos Estados Unidos, Domício trouxera consigo a mulher, uma norte-americana meio exótica e bastante complicada, e com a qual passara a residir no 2º andar da ala então chamada nova do Palácio Itamaraty, construída ao tempo de Rio Branco, mas só terminada depois de sua morte, quando Lauro Müller era Ministro do Exterior. Esses aposentos foram depois transformados em salas de trabalho, e aí fui chefe da Divisão de Atos Internacionais em 1942, quando voltei de Buenos Aires e Osvaldo Aranha estava à testa do Itamaraty. Nilo Peçanha também residira no Palácio, mas na parte antiga da casa, quer dizer, no Palácio propriamente dito, em aposentos que foram depois o gabinete do Secretário-Geral — e foi também o meu gabinete, quando exerci esse

cargo, em 1951. Ali o surpreendi certa manhã, trajando ainda o pijama, com uns chinelos de cara de gato, sentado num sofá, a conversar com Paul Claudel, que era então Ministro de França no Rio.

Dona Anita Peçanha nunca gostara da residência naquele Palácio, como não gostaria tão pouco Madame da Gama (essa expressão “Madame da Gama” viera dos Estados Unidos, e era por nós usada para citar a mulher de Domício). O bairro era feio e quente, em sua quase totalidade comercial — e de mau comércio; era fora de mão, e o menos indicado, portanto, para uma residência particular. É verdade que Rio Branco também residira ali; morreria, mesmo, na sala que foi depois o gabinete do Ministro de Estado. Mas Rio Branco, viúvo nessa época, fazia vida de solteirão. E sobretudo tinha, para suavizar os inconvenientes da residência no Itamaraty, uma casa em Petrópolis, no recanto pitoresco de Westfália, onde passava grande parte do ano e tudo convidava ao repouso do espírito e aos estudos dos problemas internacionais. Sua vivenda em Petrópolis ainda existe.

Graças ao espírito culto de seu depois proprietário, o Embaixador Carlos Martins, ao lado de uma tocante fidelidade à memória de Rio Branco, que já vai faltando nas gerações modernas do Itamaraty, foi conservada tal e qual era ao tempo do grande Ministro. Martins é já falecido; mas esperemos que a viúva, minha querida amiga Maria, a conserve como sempre foi. No fundo é uma casa histórica, quando menos não fosse por ter sido assinado ali o Tratado chamado de Petrópolis, em 1903, pelo qual o Território hoje Estado do Acre foi incorporado ao Brasil.

* * *

Domício da Gama não chegou a estar um ano na pasta do Exterior. Tinha vindo dos Estados Unidos com um largo programa de governo, penso que alimentando a esperança de repetir o exemplo de Rio Branco, que dirigiu a política exterior do Brasil, sob mais de um Presidente da República, pelo espaço de dez anos. E por que não? Como diplomata de carreira, ele se conservara sempre estranho, ou melhor, afastado da política interna, sem cor que o pudesse prender a qualquer dos grupos ou partidos que disputavam o poder no Brasil. Seguiu o exemplo de seu mestre e amigo, o Barão do Rio Branco, que sempre entendera que o diplomata não serve a um determinado Governo: serve, através de Governos que se sucedem e às vezes se contradizem, unicamente ao País, entidade permanente e sagrada. Este princípio é o próprio bom-senso, muito embora em certos países não seja o mais garantido para a estabilidade do diplomata.

— A que partido o Sr. pertence? — perguntou certa vez a um deles um Ministro das Relações Exteriores.

— Sr. Ministro, não sou político nem me ocupo de política — foi a resposta seca que ele deu, com certo ar de altivez.

— Ah — retrucou o outro — neste caso a “política vai-se ocupar do Sr.”

Foi demitido. A este respeito, o exemplo dado por Rio Branco é o mais significativo: serviu ao governo constitucional e conservador de Rodrigues Alves; ao governo incolor de Afonso Pena; e ao governo anti-constitucional e anarquizante de Hermes da

Fonseca. E, tendo sentimentos confessadamente monarquistas, serviu lealmente à República.

Assim que, tendo estado a maior parte da vida no estrangeiro, servindo unicamente ao Brasil, despersonalizando-se de qualquer cor ou sentimento partidário, Domício da Gama podia bem alimentar a esperança de permanecer à testa do Itamaraty sob mais de um período presidencial, a resguardo das incertezas e dos caprichos da política interna. Neste caso teria-se tornado um continuador de Rio Branco, restaurando as bases da política exterior por este planeadas, mas que haviam sido postas de lado pela falta de tirocínio diplomático do seu sucessor Lauro Müller e da rápida passagem de Nilo Peçanha pelo Itamaraty. Não pensou, porém, assim Epitácio Pessoa, que, ao organizar seu governo, sucedendo ao Conselheiro Rodrigues Alves, e apesar da preciosa ajuda que lhe dera Domício, para maior facilidade de sua tarefa na Conferência da Paz de Versalhes, o despediu sem maiores explicações nas vésperas da posse do novo Governo.

Em vez dele preferiu um apagado professor de Direito de São Paulo, cujos títulos, para ocupar o Itamaraty, não eram senão os de ser um homem “rico e viajado” Ou melhor: rico, viajado e culto, como diz Dona Laurita Pessoa na obra que publicou sobre o pai. Faltou dizer o principal: que era também, ao lado de uma presunção tola, de uma incrível ignorância em diplomacia, para não dizer de uma ignorância total em tudo. Tinha coisas como esta: à margem de um projeto de normas de concurso para entrada no Ministério escreveu: “As provas de datilografia deverão ser feitas em máquinas de escrever”. Textual! Simplesmente delicioso, esse Azevedo Marques! Tinha na face o sorriso meio imbecilizado da famosa Gioconda, de Leonardo da Vinci. Não ousaria dizer que a retratada pelo grande mestre da pintura quinhentista fosse uma imbecil. Mas aquele sorriso era certamente de uma mulher apoucada e nada brilhante pela inteligência. Sem embargo, é uma obra-prima que imortalizou a ela como ao seu pintor.

* * *

Havendo Domício da Gama permanecido pouco tempo no Itamaraty, é claro que não pode fazer ali muita coisa. Sem embargo foi um bom Ministro. O Embaixador Rodrigues Alves, filho do Conselheiro, me diria mais tarde em Buenos Aires, quando servia com ele como Ministro Conselheiro, que a passagem de Domício pelo Itamaraty tinha sido um *desastre*; que ele não era mais o mesmo de antes (no que até certo ponto podia ter razão), e sob este sentido decepcionara o pai, que o havia conhecido quinze anos atrás, trabalhando ao lado de Rio Branco. Acrescentava que no Itamaraty só revelara falta de tato e só praticara desacertos. Tudo isso me surpreenderia pois eu sempre fizera da administração de Domício um juízo bem diferente — para melhor, é claro.

No fundo, o que parece certo, é que ele agiu no Itamaraty com uma independência de ação que possivelmente não agradou ao filho do Presidente eleito, e que era, ou pretendia ser, como diplomata e porta-voz ali do pai, o norteador da política exterior do Governo. Domício da Gama, porém, não esteve pelos autos, Não quis ser, no Itama-

raty, um simples instrumento. Decidiu agir por sua própria conta e risco, de vez que o Presidente eleito estava inválido, longe do Rio, em cima de uma cama, e o Vice-Presidente Delfim Moreira, no exercício da Presidência, apresentava já os primeiros sintomas do mal que pouco depois o poria apatetado e, por assim dizer, irresponsável. Aliás, este havia perdido já grande parte da autoridade quando se vira forçado a aceitar como Ministros seus os que haviam sido escolhidos antes pelo Conselheiro Rodrigues Alves e seus familiares. Bem que tentou, a princípio, desvencilhar-se de alguns deles, como de Afrânio de Melo Franco, Ministro da Viação, que, apesar de mineiro, como ele, ou por isso mesmo, não rezava lá pela mesma cartilha que a sua. Tentou substituí-lo por Alaor Prata, também mineiro, mas pertencente à sua panelinha em Minas Gerais. A família do Conselheiro, porém, com Álvaro de Carvalho à frente, genro do Presidente, e que era então uma espécie de *éminense grise* do Governo e amigo de Afrânio, evitou a tempo o golpe. E Delfim não teve então outro remédio senão guardar os auxiliares do Governo escolhidos pela família do Presidente, mas que não eram em nada da sua confiança.

É claro que fatos como esse não davam muita autoridade ao Presidente em exercício, que acabou sendo no Catete apenas a sombra de um Governo. Na verdade quem governava, quando não era o próprio Conselheiro Rodrigues Alves, de seu leito de inválido, a princípio em Guaratinguetá e depois de sua casa no Rio de Janeiro, à Rua Senador Vergueiro, era, em todo o caso, a sua *entourage*, na qual se destacava o filho diplomata, rapaz inteligente e mexedor, de muita lábia e mais do que sagaz nessa espécie de atividades. Eu o chamava, então, no Itamaraty, o *Regente*. Escudado na autoridade e prestígio do pai, dava ordens sem a menor cerimônia, tanto a Delfim Moreira como aos Ministros de Estado, as quais mascarava com muita habilidade, fazendo-se passar por um simples transmissor do pensamento do *Presidente*, mas que na verdade, quando não refletiam a intenção deste, era de exclusiva iniciativa do filho ou dos que o cercavam de perto. O *Presidente* era a palavra mágica de que ele mui ardidamente se servia, espécie de *Abre-te Sésamo*, para fazer prevalecer, no Catete e nas Secretarias de Estado, o seu parecer. O *Presidente pensa*, o *Presidente acha*, o *Presidente diz* — ninguém ousava pôr em dúvida ou deixava de cumprir as instruções que o filho trazia, receio de que amanhã, restabelecido o Conselheiro, pudesse vir a cair em seu desagrado. Se tivesse sido possível prever que ele iria morrer daí a meses... Mas o futuro pertence a Deus, e não aos homens.

* * *

Ora, parece que Domício da Gama não aceitou essa espécie de tutela que lhe pretendia impor o filho do Presidente eleito, nem se conformou com ser o instrumento passivo dessa espécie de Governo tripartido, triunvirato de muletas — de um lado o Presidente eleito, inválido em cima de uma cama; de outro lado o Presidente em exercício, reconhecidamente demente; e entre os dois o trêfego Regente, rapaz esperto e ambicioso, que se aproveitava da confusão do momento para exercer discrecionariamente o mando. Domício decidiu agir por sua própria conta e risco, seguindo na política exterior do Brasil e na administração do Itamaraty seu próprio critério, uma vez

que nem o Presidente eleito nem o que se encontrava no exercício do poder estavam em condições de ter o seu próprio. Foi o que não agradou ao Regente, que se viu assim posto de lado ou quase, justamente pelo seu Ministro, quero dizer, pelo seu chefe no serviço diplomático, aquele com quem ele contara poder mais de perto colaborar, ou mesmo assessorar.

Dizia-me Rodrigues Alves em Buenos Aires que a primeira falta de tato — ele dizia “falta de tato”, mas queria dizer outra coisa — de Domício revelou-se à sua chegada ao Rio, vindo de Washington, quando, sabendo que o Conselheiro estava doente em Guaratinguetá, não fora visitá-lo, como todos esperavam que o fizesse e era, aliás, até certo ponto, de seu dever. Em verdade teria sido mais atencioso da parte de Domício fazer a viagem até a terra do Presidente eleito, e nisso estou com os reparos feitos pelo filho. Dizia-me que sempre conseguira da *displícência* de Domício que este passasse um telegrama ao Conselheiro.

O filho do Presidente eleito (por apelido o *Juquinha*) dizia-me que o feitio frio e distante de Domício da Gama não caíra bem no meio político do Rio de Janeiro, dominado então pelos paulistas; e, para atenuar até certo ponto esse mal efeito, decidira levá-lo à cidade de São Paulo, em visita oficial, e festejá-lo na Faculdade de Direito, a fim de reviver ali os tempos em que Rio Branco fora acolhido com grandes manifestações dos estudantes. A emenda, porém, segundo Juquinha, saíra pior do que o soneto. Tudo por causa de um “discursinho”, meio humorístico e meio sério, que Domício pronunciara na Faculdade e destoara profundamente dos moldes oratórios que ali então se usavam. Maior desastre ainda fora um banquete que o filho do Presidente eleito lhe preparara em Guarujá, sob a presidência de Altino Arantes, Governador do Estado, e assistido pela nata do mundo político paulista. Resultara num completo fracasso, por causa do discurso que Domício pronunciara, entremeado de um *humour* mal compreendido, que chocara aquela gente sizada e pouco afeita e essa forma de se fazer espírito. A ponto de Altino observar ao filho do Presidente, quando ambos se retiravam do banquete: “Qual, seu Juquinha, você nos dá toda essa cacetada para virmos ouvir aqui esse palerma!”

* * *

Bem, essa foi a história que o Juquinha me contaria em Buenos Aires, vinte anos mais tarde. Por certo que ele a exagerava e largamente a fantasiava, para o que não lhe faltava aliás, imaginação e má língua. No fundo traía tudo o que devia haver nele de despeito contra Domício. De exato restava apenas o humorismo dos discursos deste, que eu também iria conhecer em Londres, quando servi ali sob suas ordens. Era uma veia humorística, que acredito fosse nele um sentimento um pouco forçado, imitado dos norte-americanos, que Domício achava por certo bonito e o qual gostava de usar — sem se dar conta de que no Brasil, e sobretudo entre os nossos políticos, gente em geral bisonha e carrancuda, muitos dos quais estufados acacianos, nem sempre era bem compreendido.

Oliveira Lima refere também essa preocupação de Domício de cultivar a ironia, que ele talvez tenha aprendido na convivência de seu amigo Eca de Queiróz, mas para a

qual lhe faltava certamente a bossa. Ironia que o “dengoso Domício” – como diz Oliveira Lima – gostava de mostrar em seus discursos, mas que nem sempre soube usar. “Domício queria ser humorista a todo o transe (acrescenta Lima), mesmo descabidamente, como na sessão da abertura do Congresso Científico Pan-americano de Washington, em 1915, onde essa exclusiva nota humorística contrastara com a grave oração do Delegado argentino” (*). Lima diz que Domício tinha a mania de arremedar Joaquim Nabuco, a qual também aprendera com os norte-americanos esse humorismo dos discursos de sobremesa; e lembra que Gastão da Cunha o chamava por isso de “Nabuquinho”.

Que Nabuco e Domício tivessem aprendido isso nos Estados Unidos podia bem ser, sabido que o chamado humorismo de “fim de mesa” estava, naquele país, largamente consagrado. Nem se compreendia mesmo que alguém se levantasse para falar no fim de um almoço ou de um jantar, mesmo sobre coisas sérias, sem intercalar o discurso com ironias ou piadas engraçadas, que no fundo não faziam mal a ninguém, antes facilitavam ou auxiliavam a digestão. Paul Claudel, que foi Embaixador de França em Washington, depois de ser Ministro no Brasil, refere-se a esse costume norte-americano, e fez mesmo sobre ele uns versinhos brejeiros, parodiados de Victor Hugo:

*Voyageur, connais tu le pays obstiné,
Où fleurit l'orateur de la fin du diner?*

Conviria, entretanto, descontar o que havia de exagero e sobretudo de maldade nessa referência feita por Oliveira Lima, que, associada à de Gastão da Cunha, era para deixar qualquer um em farrapos. A comparação com o argentino, por exemplo, devia ser pura perfídia de Oliveira Lima. Era sabido que este não suportava Domício por sabê-lo criatura de Rio Branco, e ainda menos quando o viu elevado a Embaixador em Washington, quando ele mesmo não passava de um obscuro Ministro em Bruxelas. Descontado o exagero de Oliveira Lima, ficava, entretanto, a crítica que me fizera em Buenos Aires o Embaixador Rodrigues Alves sobre o humorismo que Domício teimava em enxertar em seus discursos. Mas isso não provava que ele tivesse sido um mau Ministro. Provava, quando muito, que fora um desastrado humorista.

* * *

Quando se estudar, com serenidade e desejo de acertar sua curta passagem pelo Itamaraty, ver-se-á que ela foi muito mais proveitosa do que geralmente se crê. O que se deu foi que pelo feitio do homem, por seu recato, pois era, no fundo, um tímido e um retraído; por sua norma de trabalho e exato conhecimento que tinha da verdadeira escola diplomática, foi menos espalhafatosa e menos anunciada cá fora do que outras. Por isso é menos conhecida.

(*) Estanislau Zaballos, adversário rancoroso do Barão do Rio Branco, e como tal desafeto de Domício da Gama.

Uma coisa, em todo o caso, podemos afirmar: é que nenhum Ministro do Exterior se teria saído melhor do que ele nas negociações que teve de entabular por ocasião da instalação da Conferência da Paz em Paris, logo no início da sua administração. A bem dizer ele obteve então para o Brasil quase tudo o que quis ou que nós queríamos. E isso sem necessidade do recurso de publicidade, mas valendo-se apenas de seu tato diplomático, de sua exata compreensão das coisas e, sobretudo, de suas amizades pessoais.

Quando assumiu a direção do Itamaraty, Domício teve de enfrentar de imediato três problemas: 1º — o da nossa participação nas conferências preliminares da paz em Paris, onde se iriam assentar as bases do Tratado de Versalhes; 2º — o do número de delegados que caberia ao Brasil na Conferência plenária da paz; 3º — o da nossa inclusão no primeiro Conselho da Liga das Nações.

É sabido que as grandes potências europeias que ganharam a chamada primeira Grande Guerra, ou, para ser mais exato, que a França e a Inglaterra, vale dizer, Clemenceau e Lloyd George, entendiam que a participação do Brasil, tanto nas conferências preliminares como na conferência plenária, devia ser a mais limitada, de vez que nossa colaboração na guerra fora também a mais modesta. Era uma tese difícil de ser destruída, porque de fato o Brasil limitara sua colaboração militar ao envio apenas, à Europa, de alguns navios de guerra, os quais, entretanto, não chegaram a tempo de combater.

Domício teve, assim, de vencer a relutância das duas grandes potências, não com a alegação de serviços prestados em combate, como fizeram várias outras pequenas Nações que tinham estado igualmente em guerra com a Alemanha, mas valendo-se unicamente de suas relações pessoais com os homens de Governo de Washington, feitas durante sua residência nos Estados Unidos. Recurso, aliás, que valia mais do que serviços de guerra. A prova foi o pequeno Portugal, que tendo pago aos Aliados um enorme tributo de sangue — enorme para as suas limitadas possibilidades — não recebeu destes a menor recompensa, nem mesmo um “muito obrigado”. Neste particular o Brasil foi tratado em Paris com muito maior consideração, muito mais ouvido e bem melhor aquinhado do que a pequena nação lusitana. Teve, quanto à participação nas negociações de paz e a admissão do Conselho da Liga das Nações, o mesmo tratamento que dispensariam à Bélgica, por exemplo, que havia sido na guerra uma grande sacrificada. E isso graças em grande parte ou quase exclusivamente a ação pessoal de Domício da Gama junto aos seus amigos norte-americanos.

* * *

É certo que não obtivemos participar efetivamente das conferências preliminares da paz, que se faziam então às escondidas nos aposentos do Hotel Crillon, em Paris, ocupados pelo Presidente Wilson e seus colaboradores, sem audiência de quaisquer outros além dos quatro cavalheiros importantes que punham e dispunham então do destino do mundo: Clemenceau, Lloyd George, Wilson e Orlando, este representante da Itália. Na realidade unicamente os três primeiros, porque o último acabou sendo considerado ali demais, tanto que decidiram descartar-se dele, no pressupos-

to de que só servia para atrapalhar. Quer dizer, fazia ali o papel da peninha no rabo do cachorro.

Mas se não chegamos a participar das conferências preliminares da paz, sempre conseguimos fazer chegar aos ouvidos daquelas três grandes, por via de amigos americanos de Domício, nossas modestas pretensões. Foi pouco talvez o que obtivemos; mas naquelas difíceis circunstâncias foi mais do que se podia esperar. Em compensação, quanto aos dois outros problemas, obtivemos tudo quanto queríamos. Domício da Gama pôs em jogo, para tanto, seu prestígio (pode-se bem falar em prestígio seu) junto aos homens do Departamento de Estado, que dirigiam então a política exterior da União: Lansing, Secretário de Estado, e Polk, Subsecretário, que respondia então pelo Departamento na ausência do primeiro, já naquela ocasião em Paris. E mesmo junto ao Presidente Wilson, por via do seu amigo Coronel House, *alter ego* do Presidente norte-americano, ambos igualmente em França. É o que se pode saber hoje com toda a certeza.

No livro sobre Epitácio Pessoa, publicado por sua filha Laurita, não há uma só palavra sobre a atuação de Domício da Gama no Itamaraty, no sentido de ajudar e facilitar a tarefa do pai em Paris, onde era então o nosso primeiro delegado na Conferência da Paz, muito embora ela não deixe de realçar tudo o que este obteve ali para o Brasil, graças aos seus esforços, à sua inteligência e à sua simpatia pessoal. Mas, sobre a parte que coube a Domício, nem uma palavra, o que vale como um falseamento da História. Tanto mais quanto não seria difícil a ela inteirar-se de toda a atuação do Ministro do Exterior nessa questão da Conferência da Paz, pois no arquivo do Ministério estão as cópias dos telegramas sem número que Epitácio expedia de Paris para Domício, apelando para suas boas relações com os americanos a fim de tirá-lo dos embaraços em que se via envolvido. Há nesses telegramas apelos quase dramáticos, verdadeiros SOS, dos quais o próprio Epitácio entendia depender o sucesso da nossa delegação em Paris.

* * *

Na questão do número de delegados que nos caberia mandar à Conferência da Paz, o problema — digamos problema — se abriu antes mesmo da partida da nossa delegação para a Europa. O que se passava era o seguinte: as grandes nações vencedoras haviam estabelecido uma espécie de gradação, em virtude da qual o Brasil, considerado potência de “interesses limitados”, só teria direito a um delegado. Quer dizer, nos haviam colocado no último degrau da escala. Acontecia, porém, esta coisa algo desconcertante: que já tínhamos constituído nossa delegação (que se preparava para partir para Paris, sendo que um de seus membros, Pandiá Calógeras, já se achava ali), composta de três delegados — Epitácio Pessoa, Raul Fernandes e Pandiá Calógeras. Houvera, de nossa parte, uma precipitação que Domício da Gama procurava justificar a Polk, Subsecretário de Estado norte-americano, dizendo que não lhe fora possível adiar por mais tempo a constituição da nossa delegação por causa da pressão da opinião pública do país — textual, *public and political pression*; e atendendo, além do mais, à longa distância em que se estava da Europa (17 dias de viagem por mar). Como explicação era a mais pobre. Na verdade, fomos precipitados. Essa precipitação resultava das difi-

culdades em que se vira Domício, assediado por todos os lados pelos numerosos candidatos à tentadora comissão que significava, naquela ocasião, uma ida a Paris à custa dos cofres públicos. Fora para fugir a tais pedidos que ele resolveu integrar desde logo a delegação com os já citados cavalheiros. Cortava-se, assim, a vaga a todos os pretendentes.

* * *

Domício pensara a princípio em ir chefiando a delegação, na sua qualidade de Ministro das Relações Exteriores, à semelhança do que pretendiam fazer ou estavam fazendo as principais potências participantes das negociações da paz. Essa intenção ele a tinha desde Washington, isto é, desde quando aceitara o convite para ir ocupar o Itamaraty. Parecia-lhe, com justa razão, que, dado o papel preponderante que devia representar em Paris a delegação norte-americana, sua estada ali, em contato direto com seus amigos de Washington, consultaria mais aos interesses do Brasil do que se ele se deixasse ficar no seu gabinete do Itamaraty, agindo por intermédio de outro. Hoje, que se conhece exatamente a situação que teve Domício para a satisfação dos nossos interesses na Conferência da Paz, graças às suas relações americanas, não pode deixar de reconhecer quanto lhe assistia razão.

Aconteceu, porém, que, pouco depois de chegar ao Rio, vindo de Washington, ele soube que era intenção do Conselheiro Rodrigues Alves, que continuava doente em Guaratinguetá, convidar Rui Barbosa para chefiar nossa Delegação àquela Conferência. Apesar de surpreendido com essa notícia, pois até então ninguém lhe falara nisso, afastou imediatamente seu nome; e passou a empenhar-se, por todos os meios, por que o Senador baiano, aceitasse a comissão, dando-lhe desde logo a segurança da inteira colaboração sua e do Itamaraty. Rui Barbosa, porém, estomagado com a maneira pela qual fora convidado, recusou peremptoriamente a honraria com aquela teimosia que o caracterizava, não havendo meios nem modos de demovê-lo dessa decisão.

Rodrigues Alves formulara o convite numa carta endereçada a Rui, mandada de Guaratinguetá para o filho Juquinha, com a recomendação de ser entregue pessoalmente a Rui pelo Vice-Presidente em exercício da Presidência, Delfim Moreira. Seria um modo de lisonjear o Senador baiano, sempre muito susceptível nessas coisas. Mas Delfim era um finório. Apesar daquele seu ar de matuto mineiro, e Presidente apenas por empréstimo, sentia-se bem no estofo de Chefe de Estado. Não quis, assim, baratear-se, indo à casa de Rui para entregar-lhe pessoalmente a carta. — *Seu pai iria?* perguntou ele ao filho do Conselheiro. — *Iria*, respondeu este. — *É porque ele podia*, retrucou Delfim. Bem, não foi. Ele entendia que Rodrigues Alves, sendo Presidente da República em exercício, nada perderia de seu prestígio indo pessoalmente à casa de Rui fazer-lhe o convite. Podia até aparecer lá não como Chefe de Estado, mas como velho e íntimo amigo de Rui, seu companheiro dos bancos da Academia de Direito de São Paulo. Ao passo que Delfim, Presidente apenas interino, já com o prestígio meio abalado por não lhe haverem consentido ter Ministros seus, seria em casa de Rui o simples portador de uma carta-convite, mero transmissor de um recado do Presidente da República. Foi então que diante dessa recusa, Juquinha foi à Rua São Clemente levar a tal carta.

* * *

Este me contaria depois a irritação que se apoderara de Rui quando recebeu a carta do Presidente. Rui entendia que o convite lhe fora feito muito tarde, quando já era voz corrente, e os jornais governistas haviam noticiado, que o chefe da nossa delegação à Conferência da Paz seria o próprio Ministro das Relações Exteriores. Não o satisfizera, antes o irritara ainda mais, a explicação que lhe dera o filho do Presidente, de que a idéia da ida a Paris do Ministro do Exterior partira deste próprio, mas que logo a afastara quando soubera que o desejo de Rodrigues Alves era que a missão fosse confiada ao Senador baiano.

Mas tudo foi debalde: não houve argumentos que satisfizessem o amor próprio de Rui, ferido com um convite que ele interpretava mais como uma desconsideração do que como uma deferência à sua pessoa. — *Uma aparência de convite*, disse ele. Esclarecendo depois: *Eu não podia aceitá-lo. Eles tinham mostrado bem claramente que não desejavam que eu fosse a Versalhes.* “Eles”, é bem de ver, eram Delfim Moreira, que não se dignara ir à sua casa levar-lhe o convite do Presidente, e Domício da Gama, sobretudo este último, que se havia apressado em se intitular ele mesmo chefe da nossa delegação. Entendia que o convite lhe chegara tarde demais. — *Chega tarde em demasia*, disse em carta de resposta a Rodrigues Alves. *Se V. Ex^a me queria para tão séria empreitada, porque não me deu suas ordens há mais tempo?*

Toda a questão de Rui estava portanto em que, antes de ele ser convidado, já os jornais haviam noticiado (de fato o *Jornal do Comércio*, órgão noticioso do Governo, dera essa notícia em seu número de 24 de novembro, isto é, nove dias depois da posse do novo Governo) a ida de Domício, o que fazia supor que, pelo menos, até aquele momento, o nome de Rui não entrara nas cogitações dos novos dirigentes do País. Isso devera tanto mais decepcioná-lo quanto ele ambicionava a comissão, se considerava mesmo indicado para ela, dado o papel que tivera na participação do Brasil na guerra, ao lado dos Aliados. — *Confesso ter-me sorrido a esperança de ser em mim que recaísse a indicação de falar pelo Brasil na grande assemblêia*, confessou ele. Feriu-o, assim, profundamente o fato de não ter sido o primeiro falado, mas somente depois que o Ministro do Exterior, que se havia intitulado antes chefe da delegação, se afastara do caminho para dar-lhe passagem.

Na verdade, a carta (a tal que Delfim Moreira não quis entregar) formulando o convite a Rui tinha a data de 3 de dezembro de 1918, uma semana depois, portanto, de haver o *Jornal do Comércio*, órgão oficioso, declarado que o indicado seria Domício da Gama; o que fizera supor que o nome de Rui não fora, de fato, desde logo cogitado. Não importava que em sua carta-convite Rodrigues Alves tivesse dito que a escolha do nome de Rui *ficara assentada em meu espírito desde que fui reconhecido Presidente*. Porque se essa fora, em verdade, a sua intenção, o certo é que o convite só aparecera em casa do convidado vinte dias depois da posse do novo Governo, quando já era de todos sabido que o nome primeiro falado para a comissão fora o do Ministro do Exterior.

Rui Barbosa tinha, assim, razão em queixar-se da tardança do convite, que, se exprimisse de fato uma intenção do Presidente, já assentada desde o seu reconheci-

to, como este dissera, nada o impedia, antes tudo o aconselhava, mesmo para afastar possíveis futuros candidatos, que tivesse sido formulada antes da posse do novo Governo. *Não era forçoso que aguardasse o começo do seu governo* – dizia Rui Barbosa em carta a Rodrigues Alves; *de muito antes se me poderia ter dado aviso desta sua vontade. Mas, quando não fosse antes, era pelo menos razoável que, uma vez assinado o armistício* (em 18 de novembro), *me notificasse V. Ex^a logo de seu intento, pois desde então se anunciou que não tardaria a Conferência da Paz.*

* * *

Que o convite a Rui Barbosa fora feito tardiamente, é coisa, pois, fora de dúvida; e que significava, senão um esquecimento de seu nome, pelo menos pouco *empressement* em formulá-lo. Tinha ele, portanto, inteira razão em queixar-se da maneira pela qual haviam cogitado de seu nome para ir a Paris, o que, se não significava a intenção de afastá-lo da comissão, como ele o compreendera, não exprimia também um grande interesse em que o aceitasse.

Não estaria longe da verdade quem atribuísse esse pouco entusiasmo do Presidente eleito em ver Rui Barbosa à frente da nossa delegação à Conferência da Paz à surda rivalidade que existia entre os dois, rivalidade que não era de agora, mas vinha de longe, isto é, desde quando Rui fora afastado da sucessão de Campos Sales na Presidência da República, com esquecimento senão de seu título de “republicano histórico”, que de fato não tinha, pelo menos de seus serviços à República na fase mais difícil da sua organização. Fora então preterido por esse mesmo Rodrigues Alves, um antigo Ministro da Coroa, filiado ao partido conservador até a manhã de 15 de novembro de 1889, quando aderiu, como tantos outros, às novas instituições, convencido, aliás com razão, de que Império e Imperador eram coisas liquidadas, que não valiam o esforço de um simples gesto.

No que, entretanto, Rui Barbosa não tinha razão era em atribuir o fracasso de sua ida a Paris em 1918 ou o pouco interesse em que ele fosse, a Domício da Gama. Por tudo o que se sabe hoje do assunto e se conclue dos documentos publicados; pelo que ouvi em Buenos Aires do filho de Rodrigues Alves e portador da carta-convite; e sobretudo pelo que me contou em Londres, Domício da Gama, pode-se concluir, sem sombra de dúvida, que o procedimento deste foi, em tudo, o mais correto.

É certo que desde Washington se candidatara a ir a Paris, como Ministro das Relações Exteriores, à frente da nossa Delegação à Conferência da Paz, persuadido, naturalmente, que era isso do interesse do Brasil. Mas não é menos certo que, quando chegou ao Rio com essa intenção, nas vésperas da posse do novo Governo, ninguém com autoridade para tanto o dissuadiu disso. Mais ainda: empossada em 15 de novembro a nova administração, com ele no Itamaraty, nem o Vice-Presidente em exercício, nem o Presidente eleito, de seu leito de doente em Guaratinguetá, nem seus colegas de Ministério, como ninguém da família Rodrigues Alves, que tudo vigiava e decidia, o desaconselhou desse seu propósito. Antes o secundaram nele, colaborando até na organização da delegação que teria de ir a Paris, e que para todos seria, pelo menos até aquele momento, presidida por Domício da Gama. Ninguém tão pouco lhe falou no

nome de Rui Barbosa.

Foi somente cerca de vinte dias depois que apareceu no Itamaraty o filho do Presidente eleito, com a notícia de que o pai desejava que ela fosse presidida por Rui Barbosa, para o que trazia de Guaratinguetá a tal carta-convite, datada de 3 de dezembro. Surpreendido com tão tardia resolução, quando já se tinha como definitivamente organizada a delegação que iria a Paris, mesmo já estava ela em preparativos de partida, nada objetou, entretanto, Domício da Gama, e ainda menos levantou embaraços. Pelo contrario, fez tudo o que podia para facilitar a aceitação de Rui, a ponto de ir pessoalmente à casa deste, insistir por que não recusasse o seu concurso, dando-lhe nessa ocasião todas as explicações que pudessem satisfazer o amor-próprio do Senador baiano. Não foi, assim, por culpa sua que este se manteve irredutível, quase intratável, considerando-se até ofendido com um convite que ele qualificava de “afrontoso” para ele. E muito menos culpa de se ter tornado o alvo da malquerença e dos ataques impiedosos de Rui Barbosa.

* * *

Afastado definitivamente o nome de Rui, foi convidado para ir em seu lugar Epitácio Pessoa, Senador pela Paraíba, e que logo aceitou. Os outros dois delegados já tinham sido anteriormente escolhidos, e eram, como dissemos, Raul Fernandes e Pandiá Calógeras, Deputados, respectivamente, pelo Estado do Rio e por Minas Gerais.

Quanto ao último, aceitou-o de bom grado Epitácio Pessoa, já que o tinha em grande estima. Tanto que o faria pouco depois seu Ministro da Guerra. Embora pertencesse à representação mineira da Câmara dos Deputados, Pandiá não era, a bem dizer, um homem político. Engenheiro de Minas, ocupava-se sobretudo de coisas sérias, de problemas sociais e históricos, de assuntos econômicos. Pertencia a uma família de tradição monárquica, com ligações de amizade com a família imperial brasileira, e ele mesmo não escondia, senão a sua dedicação, pelo menos sua simpatia pelo antigo regime e constante fidelidade à memória do último Imperador.

Seu irmão Miguel, que residia há muitos anos em Paris, era um dos assíduos frequentadores do Castelo d'Eu, em França, então residência da Princesa Isabel e de seu marido, com os três filhos do casal. Destes, o mais velho, Dom Pedro, era amigo pessoal de Calógeras, que morava a esse tempo na Avenida de La Bourdonnais, perto da Escola Militar, casa onde eu seria convidado mais de uma vez, em 1931 e 1932, quando fazia pesquisas no arquivo do Castelo d'Eu para elaboração do livro que iria escrever sobre a vida de Dom Pedro II. Cheia de reminiscências do tempo do Império, a casa de Calógeras era então um dos centros da colônia monarquista brasileira de Paris. Deve-se a ele e a Alberto Rangel, o tombamento do arquivo da família imperial existente em Eu, depositado atualmente, em sua grande parte, no Museu Imperial de Petrópolis, sendo que outra parte está no Palácio Grão-Pará, também em Petrópolis, residência do Príncipe Dom Pedro Gastão, neto da Princesa Isabel. É um arquivo precioso para o estudo do Segundo Reinado brasileiro, sobretudo da última fase da guerra do Paraguai, quando a política se havia infiltrado entre os nossos Generais, já cansados de combaterem as últimas forças de Lopez, o que obrigaria Dom Pedro II a

recorrer ao genro, o Conde d'Eu, para terminar a campanha com honra e glória para as armas brasileiras.

Tendo em conta as ligações de amizade dos irmãos Calógeras com a família imperial brasileira, não duvido que eles tenham influído no espírito de Eptácio Pessoa para obter-lhe a renovação do banimento que pesava ainda sobre ela e a transladação para o Brasil dos despojos do Imperador Dom Pedro II e da Imperatriz Dona Tereza Cristina, depositados até então na igreja de São Vicente de Fora, em Lisboa. Foi um dos primeiros atos de Eptácio depois de assumir a presidência da República. Esses despojos estão hoje, como se sabe, na Catedral da cidade de Petrópolis. Ainda lembro de os ter visto naquela igreja de Lisboa quando da minha primeira estada nesta cidade, em fevereiro de 1910. Quer dizer, o corpo da Imperatriz não estava mais exposto ao público, certamente devido às precárias condições de conservação. Mas o do Imperador era bem visível sob o vidro embaciado do seu caixão, a face ainda bem conservada e a longa barba branca empastada sobre os dourados do uniforme.

* * *

Com relação, a Raul Fernandes, não o aceitou facilmente Eptácio Pessoa como seu companheiro de delegação. Por certo nada tinha pessoalmente contra ele. Mas se tratava de um homem político, e como tal criatura de Nilo Peçanha, com quem Eptácio positivamente não ia. Opôs-se, assim, a princípio, a levá-lo para Paris. Fez-lhe ver, porém, Domicio da Gama que se tratava de uma indicação do próprio Conselheiro Rodrigues Alves, que não podia assim ser desfeita.

Raul Fernandes não era ainda o grande advogado que veio a ser depois, nem tinha na política a projeção que iria ter mais tarde como Ministro do Exterior. Em parte porque não havia aparecido ainda a sua oportunidade, e em parte por seu feitio retraído, um pouco por sua desambição, sua pouca inclinação para enfrentar dificuldades ou atropelar amigos na disputa de posições de destaque ou situações lucrativas. Também por seu caráter independente, quase agressivo, suas franquezas desconcertantes, que numa terra de abraços e de pancadinhas nas costas, de pouca coragem para contrariar os que estão de cima, raramente podiam facilitar a carreira de um homem público.

Não tirando, assim, da política outros proventos materiais além do modesto subsídio parlamentar, e necessitando ir naquela ocasião à Europa tratar a saúde de uma pessoa da família, manifestou ao filho do Presidente eleito o desejo de ser incorporado como Secretário à delegação que se cogitava de mandar a Paris. Rodrigues Alves o conhecia pouco. Mas o bastante para fazer justiça ao seu talento e à cultura privilegiada que tinha. Logo compreendeu que não seria o caso de nomeá-lo um simples Secretário, de mistura com alguns rapazes do Itamaraty. Poderia talvez ir como Secretário-Geral da delegação. Mas para este lugar já estava escolhido Hélio Lobo. Mandou então que o nomeassem delegado.

Inteirado de tais precedentes, Eptácio não teve outro remédio senão aceitar a inclusão do político fluminense, muito embora inconformado com ela. Não tardaria, porém, em reconhecer quanto andara acertado o Conselheiro. Ainda a bordo, no navio

que os levaria à França, quando se estudava os temas que iriam ser debatidos em Paris, Epitácio viu o precioso auxílio que poderia dar-lhe Raul Fernandes. De fato, ele seria em França o seu braço direito, sobretudo nas questões do café brasileiro depositado em Hamburgo quando sobreveio a guerra, e dos navios alemães ancorados nos portos brasileiros, dos quais havíamos tomado aquela original “posse fiscal”, que não sendo nem carne nem peixe, só serviria para nos dar depois repetidas dores de cabeça, com os múltiplos pretextos dos nossos *queridos* aliados, ingleses e franceses, para contrariarem os nossos interesses, senão mesmo os nossos direitos de Nação beligerante.

* * *

Organizada que já tinha sido a nossa delegação, composta dos três citados cavaleiros, seria um desaire para o Governo brasileiro ter de reduzi-la a um só, conforme haviam decidido as grandes potências vencedoras. Foi para sairmos dessa delicada situação que Domício da Gama se valeu de toda a sua influência junto aos norte-americanos, alegando que na classificação dos países participantes da Conferência (onde nos tinham colocado na última categoria), devia ter-se em conta não só a contribuição dada aos Aliados como também os fatores econômicos e os interesses políticos futuros; e que neste caso não se poderia deixar de dar ao Brasil uma categoria mais elevada entre os países participantes da Conferência da Paz.

A alegação era, até certo ponto, pueril. Mas não havia outra. Foi, em todo o caso, à que recorreu Domício para evitar o vexame de termos que reduzir a um, apenas, a nossa delegação já desde muito constituída de três delegados. Disse francamente aos norte-americanos que qualquer diminuição que tivéssemos de fazer seria para nós profundamente humilhante, além de prejudicial à harmonia dos povos e ideais naquele momento particularmente difícil — textual: *reducement would be humiliating and produce resentment prejudicial to the harmony of people and ideas in this particularly difficult moment*. Argumentos, como se diz vulgarmente, *esfarrapados*, na falta, evidentemente, de melhores. Mas o valor dos argumentos naquele momento quase não contava; o que contava era o apoio que pudéssemos ter dos Estados Unidos. E, de fato, transmitido o nosso apelo a Polk, este os mandou imediatamente para Lansing, em Paris, que não tardou em obter que a Inglaterra e a França concordassem em que o Brasil tivesse três delegados na Conferência, a igual da Bélgica e de outros países que haviam dado à guerra uma contribuição considerada enorme, ao lado da modesta parte que havia dado o Brasil.

* * *

Mais tarde, quando foi da assinatura do Tratado de Paz de Versalhes, e tendo Epitácio Pessoa, já eleito Presidente da República, se ausentado de Paris para fazer uma *tournee* pelas cortes européias, ele foi substituído, na composição da nossa Delegação, por Rodrigo Octávio. Eis porque este aparece no quadro horrível que o mau gosto não sei de quem pendurou numa das paredes do Itamaraty, e representa justamente a assinatura do Tratado de Paz pela delegação brasileira. Ninguém dirá, fitando aqueles

três cavalheiros de triste figura, colocados em fila, um depois do outro, como numa parada de ônibus — Calógeras em atitude de guerreiro vencido, Raul Fernandes com as calças sem passar a ferro e Rodrigo Octávio com ar de missa de sétimo dia — ninguém dirá que aquele monstrego representa uma das mais bonitas vitórias diplomáticas de Domício da Gama.

A batalha pelo Conselho da Liga das Nações não foi menos custosa. Num dado momento, nossas pretensões estiveram em risco de naufragar em Paris, apesar de todo o esforço de Epiácio Pessoa. Foi quando este, cheio de apreensões, telegrafou uma vez mais para Domício, dizendo que era urgente e indispensável sua intervenção pessoal junto à Delegação norte-americana, sem o que nada conseguiríamos. Domício apelou novamente para seus amigos, colocando a questão já agora em termos de um favor pessoal a ele. Pediu que Lansing falasse em seu nome com o Presidente Wilson, fazendo-lhe ver quanto seria desairoso para ele, Domício, para sua posição no Governo, se o Brasil não obtivesse ser uma das pequenas Nações no Conselho da futura Liga das Nações, mesmo com um mandato de um ano ou dois apenas. E uma vez mais fomos satisfeitos — com um mandato de três anos!

A atuação de Domício da Gama nessa fase digamos histórica da nossa diplomacia, não foi até hoje contada, pelo menos como deveria ter sido, isto é, à vista da vasta documentação existente nos arquivos do Itamaraty. E não só não foi contada, como vem sendo propositadamente esquecida, como se deu com a Sra. Laurita Pessoa, no livro já citado sobre a vida do pai. Pelas proporções dessa obra (dois volumes), ela tinha obrigação de se referir a Domício da Gama quando se ocupou da atuação de Epiácio na Conferência da Paz de Versalhes; e, no entanto, não há sobre isso a menor referência a ele. É certo que ela fala na *ação diplomática* do pai, ao *granjear o apoio norte-americano* e a *simpatia pessoal* do Presidente Wilson; mas não confessa que tanto uma como outra coisa se deviam a Domício, ao prestígio, à confiança e aos laços de amizade pessoal que ele desfrutava no mundo oficial dos Estados Unidos e, sobretudo, no Departamento de Estado americano, graças aos quais Epiácio Pessoa pode *granjear*, como ela diz, o apoio e a simpatia dos norte-americanos em Paris.

Por tudo o que ficou dito acima, quanto ao valioso apoio que Epiácio Pessoa teve de Domício da Gama na Conferência da Paz em Versalhes, era de esperar que o novo Presidente da República o conservasse à frente do Itamaraty. E tenho razões para crer que o próprio Domício também pensava assim. No entanto tal não se deu. Epiácio não somente não o conservou como seu Ministro do Exterior, como o dispensou desse cargo nas vésperas de constituir seu Ministério, com surpresa e grande decepção de Domício, que se viu assim despachado sem maiores explicações, como se fosse um criado desonesto.

E substituído no Itamaraty por quem? Por Azevedo Marques, uma nulidade em tudo o que se referia a negócios exteriores. A tal ponto que passou a ser, pelos desacertos que fazia ou dizia como Ministro, objeto de ditos ridículos de quantos se inteiravam de suas *gafes* e despropósitos. E o próprio Epiácio Pessoa acabaria por reconhecer seu erro ou seu engano confiando a pasta do Exterior a um homem o menos indicado para isso. Numa entrevista que tive com ele em Petrópolis, no Palácio Rio Negro inteirado por mim dos desacertos que Azevedo Marques praticava no Itamaraty, ele respon-

deu-me: “Que quer o Sr.? Na verdade não tenho Ministro do Exterior!” Acrescentando depois: “Não tenho praticamente ninguém; e se não contasse comigo próprio, nos assuntos do Governo, a coisa não iria por diante. O Sr. viu quando entrou o que eu estava fazendo?”. Respondi-lhe: “O Sr. estava abrindo uns envelopes”. E ele: “Pois é, até sou eu que me ocupo disso!” Ao deixar o palácio, passando pela sala dos oficiais de Gabinete do Presidente, disse para meu amigo e colega Orlando Guerreiro de Castro, que ali trabalhava: “Olha, o teu patrão disse-me que vocês não servem nem para abrir os envelopes das cartas que recebe”.

* * *

Voltando a Domício da Gama. Por tudo que deixei dito de sua ação no Itamaraty, pode-se ter a prova de que o seu prestígio junto aos homens de Governo norte-americanos era uma realidade. O que provava também que a sua missão de Embaixador em Washington não foi apagada e improdutiva como se disse depois para diminuí-lo. Comparou-se o que se pretendeu taxar de estéril, de sua Embaixada em Washington, com os benefícios sem números, que também se pretendeu tirar, da missão ali de seu antecessor, Joaquim Nabuco. Ora, a verdade nisso, como em tudo o mais, está no meio termo: nem a missão de Domício foi estéril para o Brasil, e a prova é que graças a ela iríamos obter o que queríamos na Conferência da Paz em Paris, nem a missão de Nabuco, embora brilhante e produtiva, rendeu a soma de benefícios que se quis fazer crer. No fundo, ambos cumpriram com seu dever, trabalhando cada qual com o seu jeito, com os elementos que tinha, com o seu ponto de vista pessoal e as qualidades que possuíam, em prol dos interesses do Brasil.

Eu arriscaria fazer entre os dois apenas uma espécie de comparação, e seria para concluir que Domício da Gama, apesar de haver residido em Washington mais tempo do que Nabuco, e de se ter casado ali com uma senhora norte-americana, não sofreu, como o outro, uma tão grande influência do meio em que viveu. Oliveira Lima diz que Nabuco se tornou nos Estados Unidos *too American*. Apesar de Oliveira Lima ser um homem apaixonado e da rivalidade que o separava de Nabuco, o que o torna, até certo ponto, suspeito em suas referências a este último, ele não deixa de ter aí uma certa razão, como o tem igualmente quando chama a Elihu Root, então Secretário de Estado, e a Teodoro Roosevelt, Presidente da União, os dois *fetiches norte-americanos* de Nabuco.

De fato, o entusiasmo de Nabuco pelos Americanos era muito devido à admiração sem reservas que ele tinha por esses dois homens, à impressão algo perturbadora que ele lhes causava, e à espécie de deslumbramento em que vivia diante dos dois. “Mr. Root, escrevia Nabuco de Washington, é um desses homens de quem se ouve no dia seguinte, sob novas formas e maiores vãos, a idéia que se lhes feriu a imaginação. Cada vez mais o admiro, e tenho como uma das maiores fortunas de minha missão aqui ser ele o Secretário de Estado”.

Com relação a Teodoro Roosevelt sua admiração talvez fosse de outra natureza, embora não menos entusiasta, a ponto de achar que o Presidente dos Estados Unidos tinha para o Brasil maiores aspirações do que os próprios brasileiros... É possível

que a admiração de Nabuco por Roosevelt fosse devida, em grande parte, à maneira astuciosa com que o Presidente soubera lisonjear-lhe a vaidade, quer o exaltando à queima-roupa, como se diz, sob o olhar comovido de Nabuco, quer lhe fazendo elogios diante de terceiros, que os iam depois repetir-lhe. “Honra-me com a sua confiança, dizia Nabuco de Roosevelt, não cessando de expressar a meu respeito, como ainda há pouco ao Senador d’Estournelles de Constant, os mais elevados conceitos”

Pouco antes, tendo estado com o Presidente dos Estados Unidos tratando da ida de Root ao Brasil para a Segunda Conferência Pan-americana, Roosevelt lhe dissera que a viagem do Secretário de Estado norte-americano ao Rio se devia unicamente a ele, Nabuco, o que bastou para este escrever a Rio Branco, com um açodamento de mulher bonita: “Disse-me que, se eu não tivesse vindo para Washington, Mr. Root não iria ao Brasil, porque a resolução dele de ir proveio da impressão que eu causei nele”. De outra vez o astuto Roosevelt chamava-o a um canto da Casa Branca para dizer-lhe que sua presença em Washington marcava não só uma época nas relações do Brasil com os Estados Unidos como também nas relações destes últimos com *todas* as Nações do continente americano. E logo Nabuco, muito comovido, mandava a Rio Branco: “Quis dizer com isso que eu muito concorri para fazer a América Latina adotar outra atitude para com os Estados Unidos”.

* * *

Esse Roosevelt foi o primeiro do nome no Governo dos Estados Unidos. Depois houve um outro, Franklín Delano, seu sobrinho, por quem o primeiro não tinha, aliás, grande entusiasmo. Não o levava mesmo muito a sério, o que provava, pelo menos, falta de psicologia, pois que o sobrinho iria até certo ponto monopolizar quase toda a glória do nome da família. É verdade que teve uma *chance* a seu favor, a Segunda Guerra Mundial, que lhe ofereceu a oportunidade de representar o papel que todos nós conhecemos. Sem ela, a projeção histórica de Franklin Roosevelt seria hoje bem mais modesta. O tio teve que contentar-se, no campo internacional, com a guerra russo-japonesa, da qual se fez o árbitro e até certo ponto o negociador, não da guerra, mas da paz que lhe pôs um termo.

Ainda conheci Teodoro Roosevelt. Avistei-o duas vezes. A primeira em Bruxelas, em 1910, quando ele fazia uma excursão pela Europa, ou melhor, uma exibição de sua personalidade (contratada por um empresário), pouco depois de deixar o Governo dos Estados Unidos. E a segunda vez no Rio de Janeiro, em 1921, quando foi ao Brasil caçar bichos selvagens, e não tendo descoberto leões no nosso sertão, descobriu um rio, que hoje tem, penso, o seu nome. Em ambas as vezes ouvi-o fazer conferências. Fisicamente impressionava por sua volumosa estatura, a expressão enérgica do olhar, os gestos largos e bruscos. Era mais tribuno do que conferencista, pois falava num tom acalorado, com uma voz áspera, muitos gestos, fazendo um grande barulho. Devia haver em tudo isso muito de estudado, de artificial, feito sobretudo para a galeria, *pour épater les bourgeois*. Um dos *bourgeois* era eu, que lá estava a ouvi-lo, e de fato me impressionou, quase direi me amedrontou, esse homem com um ar de zangado e ameaçador, que dizia as coisas com modos de desafio para a assistência. Oliveira Lima, que

assistiu comigo à conferência de Bruxelas e o tinha conhecido antes em Washington, dizia que “como orador berrava demais, gesticulava demais, dava demasiados murros com a mão direita sobre a esquerda espalmada (de fato seu gesto costumeiro), mostrava demasiado a possante dentadura, fazia demasiados trejeitos, armava demasiado efeito”

* * *

Era essa absorção pelo meio americano que distanciava Joaquim Nabuco de Domício da Gama, com o qual não se dera isso, apesar dos motivos que tinha para sofrer mais profundamente a influência norte-americana. A explicação dessa diversidade de sentimento estará talvez em que Nabuco era, sobretudo, um homem de imaginação, que se deixava levar por tudo que lhe feria o espírito; ao passo que Domício era antes do mais um homem de raciocínio e de sentimentos frios, inacessível e, portanto, a resguardo das influências exteriores. Seria um despropósito dizer que tinha maior personalidade do que Joaquim Nabuco, mas tinha, seguramente, sobre este, uma maior autonomia de pensamento, maior independência interior e um discernimento mais livre das coisas.

A prova disso dá-nos um fato, que certamente não se conhece, mas que marca a perfeita independência de Domício em Washington com relação ao meio americano, e que depõe, por outro lado, como nenhum outro, a favor de seus sentimentos profundamente brasileiros, quase direi de sua mentalidade jagunça, apesar de uma longa residência no estrangeiro. O fato se deu quando Lauro Müller assumiu a direção do Itamaraty, por morte de Rio Branco, em fevereiro de 1912. Declarou-se naquela ocasião uma revolução no Paraguai, e Lauro Müller, calouro em assuntos de política externa, não sabia precisamente como se haver; receava dar qualquer passo em Assunção sem conhecer previamente a opinião do Departamento de Estado de Washington, com quem desejava *marchar de acordo*, segundo suas próprias expressões. Nesse sentido pediu que Domício, que era então ali nosso Embaixador, conversasse a respeito com o Secretário de Estado norte-americano.

Domício nem sequer refletiu: respondeu-lhe imediatamente, dizendo que o Secretário de Estado estava fora de Washington; mas, ainda que não o estivesse, ele pedia licença para nada dizer-lhe sobre o que lhe mandara Lauro Müller, E traçava para o novo Ministro das Relações Exteriores o que lhe parecia dever ser nossa linha de conduta na política com os Estados Unidos. Sua tese, sobre a qual mais de uma vez insistiria comigo em Londres, anos depois, quando os fatos de cada dia lhe davam plenamente razão, era em suma, a seguinte: não devíamos fazer depender nossa atuação política na América do Sul de audiência e ainda menos de aprovação do Governo norte-americano; nossa atitude, nesse particular, devia ser concertada unicamente com as nações vizinhas. Ele achava que não devíamos pedir aos Estados Unidos nenhum conselho sobre o que nos cabia fazer na América do Sul, nem aprovação para as resoluções que acaso tomássemos a respeito, porque receava que isso abrisse caminho para o que ele chamava *pretensões inadmissíveis nesse e noutra terreno*, como ia sendo a tendência — acrescentava.

Escrevendo nessa mesma ocasião ao Presidente Hermes da Fonseca, Domício abundava nas mesmas razões, acrescentando que, sempre que resistíssemos às pretensões dos Estados Unidos que nos parecessem excessivas, lhes prestaríamos o serviço de indicar o limite além do qual seria inconveniente que eles se adiantassem. Como se vê, nada mais altivo nem mais independente — nem mais claro! Domício achava que o Brasil não devia dar aos Estados Unidos mais provas de consideração do que as que deles recebêssemos; que nos devíamos colocar mesmo em postura de retribuir e não de nos adiantar — já que, acrescentava. “O açodamento só serviria para nos desprestigiar”.

Essa independência de julgamento, essa quase arrogância ao traçar os limites da política do Brasil com a poderosa Nação do Norte, era de surpreender naquele modesto filho de Macaé, o *mulatinho* rosado que Eça de Queiróz conhecera em Paris no fim do século, a vagar sem ocupação pelos *boulevards*, sem eira nem beira, sem família, sem protetores, quase sem amigos, simples correspondente de jornal, sem outras aspirações que não fossem a conquista de um obscuro título literário. Mas é que, depois disso, ele teria a fortuna de se aproximar de Rio Branco e de aprender, na escola do grande Ministro, como assumir uma atitude, como repelir uma insinuação mal cabida ou uma impertinência, como colocar os poderosos em seu lugar. Haja em vista o seu gesto em Buenos Aires, no período mais crítico das nossas relações com a Argentina, negando publicamente a mão a Zeballos em casa da senhora de Uriburu.

* * *

Discípulo de Rio Branco, Domício da Gama pensou em ser, no Itamaraty, um continuador de sua obra. Uma das principais preocupações do Barão foi, como se sabe, resolver as questões de limites que o Brasil ainda tinha com seus vizinhos. Já ele se ocupara disso antes de ir para o Itamaraty, quando atuara, como nosso advogado, nas questões do Amapá e das Missões, duas grandes e brilhantes vitórias da nossa diplomacia. Nomeado Ministro das Relações Exteriores do primeiro Governo Rodrigues Alves, logo tomou a peito cumprir essa parte do seu programa de administração. Mas, se de fato resolveu algumas das principais questões de limites do Brasil, a começar pela do Acre, faltou-lhe tempo para liquidá-las todas. Rui Barbosa chamou-o certa vez, e ainda hoje se repete isso sem maior reflexão, o *deus terminus* das nossas fronteiras. Foi um dos costumados exageros de Rui, pois a verdade é que duas, pelo menos, dessas questões, e das mais importantes, uma com a Colômbia e a outra com o Paraguai, só seriam resolvidas mais tarde, a primeira por Félix Pacheco, com a ata de Washington, e a segunda por Octávio Mangabeira, com o tratado de 1928. Foram dois grandes e inestimáveis serviços prestados ao Brasil, que se não deve calar para bem da administração desses dois Ministros das Relações Exteriores.

Procurando pautar sua ação no Itamaraty pela de Rio Branco, Domício teve sua atenção voltada para essas questões sem solução. E, com o fim de facilitar-lhes os estudos para uma rápida solução, decidiu criar, na Secretaria de Estado, uma Seção destinada exclusivamente a tratar desses assuntos. Foi a Seção de Limites e Atos Internacionais, atualmente desdobrada em duas divisões, a de Fronteiras e a dos Atos Internacionais. Designou, para instalá-la, Mário de Vasconcellos, Hildebrando Accioly, mais

tarde Embaixador na Santa Sé, Oswaldo Corrêa, depois Embaixador em São Domingos, e a mim mesmo. Cheios de entusiasmo, criamos a nova Seção, cabendo a cada um de nós o estudo de um determinado trecho de nossa fronteira onde os limites ainda estavam por assentar. Tive a meu cargo a fronteira com a Colômbia, na região da reta Tabatinga-Apaporis, sobre a qual elaborei uma longa e exaustiva memória, reivindicando para o Brasil os direitos que nos dava a ocupação quase centenária do território disputado. Reconhecido que fosse ali o princípio do *uti-possidetis*, como havia sido nas anteriores questões de limites negociadas pelo Barão, toda a argumentação da Colômbia para reivindicar o território ficaria praticamente inválida. Foi, afinal, o que veio a prevalecer mais tarde nas negociações que se faziam ao tempo de Félix Pacheco, resultantes da chamada Ata de Washington.

Falecendo o Conselheiro Rodrigues Alves, e não sendo Domício conservado no Itamaraty pela nova administração, presidida por Epitácio Pessoa, tudo quanto havíamos feito na Seção de Limites ficou esquecido ou abandonado nas gavetas da Secretaria de Estado, porque com o novo Ministro, Azevedo Marques, foi impossível fazer qualquer coisa de produtivo: o homem não tinha a menor noção do que eram as questões de limites do Brasil, as quais iriam assim ficar por alguns anos em completo abandono. Chamei por isso a atenção de Epitácio Pessoa, dizendo-lhe francamente o que pensava, quando me interpelou a respeito no encontro já referido que tive com ele no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, e Azevedo Marques era ainda o Ministro do Exterior. O Presidente concordou comigo, aparentando grande desconsolo, que de fato não tinha Ministro do Exterior. Sem embargo, teimou em conservar o dito Azevedo Marques até o fim do Governo, penso que unicamente para satisfação de uma vaidade ou de um amor próprio mal compreendidos. Não queria confessar que errara na escolha de seu auxiliar.

A memória que eu havia preparado sobre nossa fronteira com a Colômbia seria depois ampliada e apresentada, por conselho de Afrânio de Mello Franco, então Ministro do Exterior, à Assembléia do Instituto Pan-americano de Geografia e História, realizada no Rio, em dezembro de 1932, e na qual eu era um dos delegados do Brasil. "Primoroso elemento de contribuição para o estudo das nossas relações diplomáticas com os países vizinhos", disse-me Mello Franco em carta que então me dirigiu. Esse meu trabalho foi depois estampado num volume, que publiquei em 1941, intitulado *História diplomática e política internacional*.

* * *

Epitácio Pessoa foi eleito, como se sabe, Presidente da República, quando se encontrava em Paris, como delegado do Brasil à Conferência da Paz. Domício da Gama sempre esperou continuar no Itamaraty com o novo Presidente, e quando este lhe disse, quase na véspera da posse do novo Governo, estar resolvido a dar-lhe substituto, sua decepção foi a maior. Esperava continuar no Itamaraty por dois motivos: Primeiro porque fora o Ministro do Exterior que nomeara Epitácio para a Conferência da Paz e o secundara durante toda sua missão em Paris. Já vimos que a vitória que Epitácio alcançou ali, com a inclusão do Brasil no primeiro Conselho da Liga das Nações, foi

devida sobretudo, para não dizer unicamente, ao apoio que nos deu a delegação norte-americana, obtido com a intervenção pessoal de Domício junto a seu amigo Lansing, Secretário de Estado e companheiro do presidente Wilson em Paris. Parecia-lhe depois que era o interesse do Brasil e, portanto, do próprio Governo de Epitácio Pessoa, sua conservação à testa do Itamaraty na ocasião em que se ia aplicar no mundo a nova ordem de coisas estabelecida pelo tratado de Versalhes; interesse não só pelas relações de amizade que Domício entretinha com um dos principais responsáveis por essa nova ordem, que eram os americanos do norte, como pelo conhecimento que ele tinha das coisas, dos homens e de todos os problemas que se iam resolver.

Contudo, Domício da Gama não foi conservado. Recebeu como consolo a Embaixada em Londres. Ele me diria mais tarde que nunca soubera exatamente o motivo que levava Epitácio Pessoa a dispensá-lo do Itamaraty. A razão que este lhe dera, de querer reorganizar todo o Ministério, de ter Ministros novos, nunca a aceitara. Sempre preferira acreditar que o Epitácio se aborrecera com ele desde quando, convidado para chefiar a nossa delegação à Conferência da Paz, não lhe fora consentido escolher todos os seus colaboradores, antes o obrigaram a aceitar nomes que não tinham sua simpatia ou sua confiança. No que aliás Epitácio não tinha razão, ao menos em culpar disso a Domício, de vez que aqueles nomes tinham sido escolhidos antes de ele ser convidado para chefiar a delegação. Esquecia-se de que seu nome só fora lembrado para ir a Paris depois de haverem sido afastados os de Domício da Gama e de Rui Barbosa, portanto à última hora, quando já se havia organizado quase toda a delegação e não era mais possível modificá-la para satisfazer às exigências do novo chefe.

Essa explicação era muito plausível. Mas não o era menos uma outra; o feito extremamente susceptível de Epitácio, não querendo ter como Ministro das Relações Exteriores o homem do qual dependera fazer pouco, quando estava na Europa à frente da delegação do Brasil. E não só dependera hierarquicamente como dele também dependera em grande parte na sua atuação em Paris, e sem o concurso do qual não lhe teria sido possível obter os resultados que alcançou.

Seja, porém, como for, Domício da Gama não foi conservado no Itamaraty. O que ele entretanto mais sentiu, como me diria mais de uma vez em Londres, não foi a perda do cargo de Ministro ou a decepção de deixar apenas no início todo o largo programa de trabalho que se propusera desenvolver; mas sobretudo a desatenção de Epitácio Pessoa, prevenindo-os de que não aproveitaria seus serviços no Governo somente nas vésperas da posse da nova administração.

As despedidas do Domício, ao deixar o Itamaraty, foram as mais comovedoras. Tinha sido Ministro apenas alguns meses. Não tivera tempo, assim, de conviver assiduamente com o pessoal da Casa. Sem embargo, saiu rodeado da simpatia geral. "Toda a Secretaria tem o Embaixador Gama em grande conta, escrevia-me do Rio, em junho de 1923, o meu colega Edgardo Barbedo, porque não contestando, durante os nove meses de duração, os interesses da Casa, deixou bem patente o seu bom coração e qualidades de espírito, tato e fina educação"

É que ele fora um Ministro justo. Conquistara a todos por sua bondade, pela simplicidade de maneiras, cordialidade do trato, e profunda honestidade de caráter. Dispensara sempre toda a atenção aos interesses da classe, revelando uma maneira justa e

humana com que compreendera a sua missão no Itamaraty, o papel que lhe coubera de chefiar seus antigos colegas e colaboradores. Isso era de salientar-se, porque, nem sempre foi assim depois, quando outros funcionários de carreira seriam chamados a dirigir o Itamaraty.

O Ministro do Sr. Epitácio

O Ministro do Exterior de Epitácio Pessoa foi José Manuel de Azevedo Marques. Era um homem desconhecido no país, e sua entrada para o Itamaraty, em substituição a Domício da Gama, causou, por isso, a todos, a maior surpresa. Ninguém podia explicar porque foram buscar esse apagado professor de Direito de Província para colocá-lo à frente da política exterior do Brasil, num lugar até então ocupado, salvo as exceções no período turvo da consolidação da República, por homens os mais eminentes. Não fazia dez anos que Rio Branco tinha morrido, e o cargo de Ministro das Relações Exteriores, que ele soubera tanto elevar no conceito internacional, tinha ainda a marca de sua grande personalidade. Depois de Rio Branco, haviam ocupado o seu gabinete no Itamaraty Lauro Müller, Nilo Peçanha e Domício da Gama, os dois primeiros com uma longa tradição política, e o último um dos mais hábeis e consumados dos nossos diplomatas de carreira. Um verdadeiro abismo separava qualquer um dos três do Ministro de Epitácio Pessoa. Que este não tivesse querido conservar Domício da Gama admitia-se, embora nada o justificasse; o que não procedia era sua substituição por Azevedo Marques, professor de Direito em São Paulo, penso que de Direito Processual ou Administrativo, que nunca se ocupara dos problemas internacionais e vivera até então absorvido pelos seus interesses na sua Província. A que título vinha ele agora para o Itamaraty, dirigir a política exterior do Brasil, num momento particularmente delicado da situação internacional, quando se ia instituir no mundo de após guerra toda a nova ordem de coisas que resultaria do Tratado de Versalhes?

A razão que se dava para isso era que Epitácio Pessoa o havia conhecido outrora, quando ambos eram Deputados Federais, e guardava dele a melhor das impressões. Como explicação era pouco. Parecia mais plausível uma outra, que também se dava, e era que, pretendendo o novo Presidente dirigir, ele mesmo, a política exterior do Brasil, colocara no Itamaraty um homem sabidamente medíocre e apagado, que lhe não pudesse fazer sombra e fosse, ao mesmo tempo, em suas mãos voluntariosas e absorventes, um acomodado e fiel cumpridor de suas ordens.

De fato Azevedo Marques era a mediocridade em pessoa. Podia-se defini-lo com as palavras de Copefique a respeito do Duque de Damas, Ministro dos Negócios Estran-

geiros de Luis XVIII: “Sem antecedentes, com a mais medíocre das capacidades políticas, não sabia sequer o que era um Despacho”. Isso com relação à sua aptidão para o cargo. E, quanto a obedecer a Epiácio, nenhum outro, de seus Ministros de Estado, o excedia em zelo e submissão. Nem mesmo aquele seu colega de Ministério, que, tendo ido um dia ao palácio participar ao Presidente que pretendia contrair um segundo casamento, levou um desses pitos que a gente nunca mais esquece. Epiácio não só o proibiu de casar-se, como o ameaçou de despedi-lo do Governo se acaso ousasse fazê-lo. É verdade que o casamento era desses que se podiam chamar de imorais, porque o Ministro era um pobre velho em ruínas, mais do que sexagenário, e a moça uma pimpante e sacudida rapariga, que não tinha ainda alcançado a casa dos trinta. Epiácio Pessoa tinha muitos defeitos. Mas nessas coisas de moralidade em família nenhum outro o superava, e o seu próprio lar podia ser para todos o melhor exemplo de compostura, de dignidade e de esmerada educação.

* * *

Penso que a mediocridade de Azevedo Marques, como Ministro do Exterior, foi além da expectativa de Epiácio, e que este acabou arrependido de o ter chamado para o Governo. Foi esta, pelo menos, a impressão que me deu num encontro que tive com o então Presidente no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, no verão de 1921, quando ele se lamentou da desordem que andava pelo Itamaraty e confessou que na realidade não tinha “Ministro do Exterior”.

É verdade também que Epiácio Pessoa era um homem absorvente, que entendia poder fazer, ou melhor, que queria tudo fazer por si mesmo, tudo resolver, o mais importante como o mais insignificante problema de administração pública. No Itamaraty o Ministro não tinha autoridade para admitir nem mesmo um servente, para remover um simples auxiliar de Consulado: tudo era levado à decisão e aprovação do Catete. “Se eu não lhe mostrar ele zanga comigo”, disse-me uma vez Azevedo Marques a propósito da remoção do auxiliar do Consulado meu amigo, Adolfo Camargo Neves, da Argentina, para a França, medida a mais simples, que podia ser resolvida com uma portaria, sem necessidade de dar conhecimento ou obter autorização do Presidente. Esse meu amigo seria de fato removido para o Havre, mas precisou para isso que o Ministro obtivesse a autorização do Presidente.

Penso que dos Ministros de Epiácio, o único que tinha uma relativa autonomia era Pandiá Calógeras, que por seu feito também um pouco prepotente, por sua grande autoridade, a personalidade que o marcava e o respeito em que o tinha o Presidente, por certo não se acomodaria com a situação deprimente em que se encontravam seus demais colegas. Estes não ousariam nunca decidir uma questão sem obterem antes o indispensável *placet* de Epiácio. E, como nem sempre era possível, mesmo por falta de tempo, sobretudo por falta de tempo, ficar este inteirado de *tudo* que se passava nos Ministérios, o resultado é que os assuntos iam enalando nas gavetas à espera de uma solução do Catete.

Essa situação resultava do feito absorvente do Presidente da República. Mas não resultava menos do próprio regime presidencial que nos governava. Epiácio Pessoa po-

dia ser tido como um homem mandão, um quase ditador da coisa pública. Mas, se usava ou mesmo abusava desses predicados de mandonismo, não fazia senão colocar-se dentro da mentalidade do regime vigente, onde o Chefe do Governo é, por assim dizer, a única verdadeira fonte de autoridade, e seus Ministros não passavam de meros e inofensivos Secretários. É o grande inconveniente desses regimes, que pouco ficam a dever aos chamados totalitários: dão ao Chefe do Governo uma autoridade tal, uma tão grande soma de poder, que o tornam um verdadeiro ditador, tão truculento e tão irresponsável como qualquer outro. Sim, porque não havia de ser o Poder Legislativo, que a própria Constituição desprestigiava e colocava à discreção do Poder Executivo, que iria ousar chamar algum dia o Presidente à responsabilidade.

* * *

No Itamaraty tínhamos que contar não só com a falta de autoridade e a passividade do Ministro de Estado como ainda com a sua falta de capacidade para o cargo. Ignorava a tal ponto a nossa organização diplomática e consular que teimou certa vez em criar um Consulado brasileiro na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso, sob o pretexto de evitar o contrabando naquele trecho da nossa fronteira com a Bolívia. E estava tão enraizado nessa sua esquisita idéia, que deu um trabalho dos diabos ao depois embaixador Araújo Jorge, então Chefe da Seção Comercial ou Consular, para convencê-lo de que não era sequer concebível um Consulado brasileiro em território brasileiro!

Tinha um espírito confuso e trapalhão. Embaralhava as menores coisas. Confundia o Ministro do Peru com o Ministro do Chile, o que naquela ocasião era uma coisa delicada, porque esses dois países andavam às turras por causa da questão de Tacna e Arica, que depois se veio a resolver pacificamente. Por causa de uma dessas confusões quase que se criou um caso entre o Brasil e o Chile, o que felizmente se evitou graças ao espírito desprendido e à *bonne grâce* de Cruchaga, Ministro desse último País no Rio.

Confundia também Rubens de Melo com Raul de Azevedo, ambos então 3^{os} Oficiais da Secretaria. Mas a coisa aí era altamente pitoresca, porque os dois “confundidos” se divertiam a custa do Ministro. Raul de Azevedo era casado e Rubens de Mello era solteiro. Mas, sempre que encontrava este último num dos corredores do Itamaraty, não se furtava Azevedo Marques de perguntar-lhe: “Como vai a senhora?” Ao que o outro, brejeiro, respondia: “Assim, assim, Sr. Ministro; parece que temos *novidades*”

A esse tempo, eu trabalhava na Seção de Limites e Atos Internacionais, criada ao tempo de Domício da Gama e chefiada por Mário de Vasconcelos, que tinha sido transferido da Seção do Arquivo. Foi nessa ocasião que por inspiração de Mário de Vasconcelos, constituímos uma comissão, formada por ele, Zacarias de Góes, Accioly, Oswaldo Correia e por mim, para elaboração de uma obra em seis volumes intitulada *Arquivo Diplomático da Independência*. Essa obra está hoje esgotada e para muita gente esquecida ou ignorada. Mas agora, que se vai comemorar os 150 anos da Independência do Brasil, o atual Ministro do Exterior, Mário Gibson, tomou a iniciativa de mandar tirar uma nova edição. Nessa obra relacionamos a correspondência recebida e expedida com

as nossas Missões no exterior ao tempo da nossa Independência. Cada um de nós se ocupou de determinados setores, sendo os meus a França e a então Confederação Argentina.

A Seção Limites e Atos Internacionais seria mais tarde subdividida em duas, as atuais Divisões de Fronteiras e a dos Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Iria dirigir ambas quando Ministro de 2ª classe, em 1942 e 1944.

Trabalhei também, durante algum tempo, na Seção do Protocolo, hoje chamada do Cerimonial, que era o sonho de todo rapazola que entrava para o Ministério, já com fumaças a Talleyrand. Ainda é o sonho dos atuais, mesmo que não tenham fumaças. Sabem que ali é a antecâmara dos jantares e almoços do Itamaraty, onde se organizam as festas do palácio e para ali que afluem os convites das Missões estrangeiras acreditadas no Brasil. Que melhor tentativa pode oferecer a quantos só compreendem a diplomacia por esse lado, até certo ponto fútil, da profissão?

Dirigia a seção Rafael de Mayrink.

Quando o conheci, nessa época, já ele estava na fase de adversidade da vida, que afinal foi a última. Pertencia a uma das melhores famílias brasileiras. Era filho do Visconde de Mayrink e sobrinho neto da Marquesa de Itamaraty. Quer dizer, o Ministério das Relações Exteriores era um pouco sua própria casa. Tivera uma mocidade fácil e opulenta, havendo feito os estudos de humanidades na Áustria, França e Alemanha. Tinha assim uma excelente base de conhecimentos gerais, o que não era comum, mesmo naquele tempo. Graduara-se em Direito pela Universidade de Paris, e entrara, pouco depois, moço ainda, com dinheiro, saúde e todas as possibilidades de sucesso, para a carreira diplomática. Fora Secretário em Caracas e em Bogotá, e Encarregado de Negócios em Bruxelas.

Foi quando a família baqueou no Brasil, como tinham baqueado a de Nova Friburgo, a de Mauá, como baquearam tantas outras. Isso ao tempo do chamado “Encilhamento”, produto da péssima política de Rui Barbosa quando Ministro da Fazenda nos primeiros anos da República. Mayrink viu-se então obrigado a deixar o serviço exterior e vir fazer a vida burocrática da Secretaria de Estado. Aí o conheci. Casado, já, com família para sustentar, passava por dificuldades financeiras, que procurava vencer numa luta de todos os dias. Residia todo o ano em Petrópolis e descia diariamente ao Rio, para a labuta no Ministério. Dava ainda lições de línguas estrangeiras. Esse sistema de vida arruinou-lhe a saúde, e penso mesmo que lhe apressou a morte.

Era um homem probo, extremamente cortês para com todos e educado nos melhores princípios de sociabilidade. Se tivesse herdado a fortuna dos pais e vivido num meio de alta civilização, poderia ter sido um homem brilhante, perfeitamente integrado na sociedade de seu tempo. Mas era pobre, lidava com toda a sorte de dificuldades e vivia num meio acanhado e burocratizado. Além disso, era obrigado a privar com pessoas que não tinham, nem todas, a mesma origem social que a sua, nem seus hábitos de educação, que eram de outra extração. Homem de uma grande sensibilidade, pareceu sempre deslocado e constrangido.

Foi contudo, um excelente Chefe do Protocolo. Talvez o melhor de quanto tive, interinos e efetivos. Possuía, para isso, a boa origem social, que conta sempre, uma perfeita educação, maneiras corteses e insinuantes, o dom das principais línguas estrangei-

ras, que falava e escrevia com absoluta correção. E conhecia perfeitamente o *metier*. Exercia o cargo dentro dos melhores moldes de sua verdadeira tradição, sem falhas ou excessos, sempre com inteligência e *savoir faire*. Sabia como lidar com os representantes diplomáticos estrangeiros acreditados no Brasil. Acolhia a todos com a melhor *bonne grâce*, facilitando-lhes em tudo o exercício de suas funções e aturando mesmo por vezes algumas impertinências. Mas não os deixava nunca ir além. Sabia colocar a todos em seus lugares, sem perder para isso sua impecável linha de compostura. Conquistava assim o respeito dos diplomatas estrangeiros. Mesmo porque não descia jamais a familiaridades com ninguém, nem se fazia um serviçal deles para obtenção de favores nem sempre confessáveis; mesmo uma simples condecoração.

* * *

Outro chefe que tive no Protocolo, foi Henrique José de Saules. Também já o conheci na fase descendente da vida. Tivera, como Mayrink, uma mocidade farta nos meios refinados de Paris do fim do século, e sofrera depois o peso da adversidade. Era visto no Itamaraty arrastando-se penosamente pelos corredores, sempre cortês para com todo o mundo, com uma palavra amável para cada um. Tinha uma maneira de andar na ponta dos calcanhares. Ao contrário do Conde de Afonso Celso, que tinha um modo de andar especial, apoiando todo o pé fortemente no chão, o que lhe dava esse movimento de navios no alto mar, que os franceses chamam de *tangage*. Domício da Gama dizia que ele andava “aproveitando todo o pé”.

Saules era a boa educação em pessoa. De uma correção de maneiras exemplar, tratava com a mais atenciosa cortesia os mais graduados como os mais modestos funcionários da casa. Nunca o vi exaltar-se com ninguém, ou ter sequer uma palavra mais áspera com quem quer que fosse. Sentia-se nele a tradição das boas maneiras que fora, durante tantos anos, apanágio do Itamaraty, mas que já vai desertando dali como um pouco em toda a parte no Brasil, sobretudo depois da revolução de 1930, quando todos os fatores sociais foram resolvidos no mais profundo de suas águas, trazendo à tona tudo quanto vivia estagnado nos recantos mais obscuros da Nação.

Saules tinha um fundo de ingenuidade que por vezes desconcertava. Certa vez, embargando os passos de Renato Lago, na galeria superior do Ministério, perguntou-lhe com aquela sua voz branda e pausada:

— Quem era aquela senhora que estava no Alvear, sentada numa mesa perto da sua, do lado do espelho, e tinha um chapéu enfeitado com flores vermelhas?

O Alvear era uma confeitaria na Avenida Rio Branco, que estava então em moda no Rio. “Quando, isso, Sr. Saules?”, indagou Renato. E ele:

— Oh!... Há cerca de dois meses.

* * *

Com a entrada do novo Governo, presidido por Artur Bernardes, a 15 de novembro de 1922, o Itamaraty ficou livre do Azevedo Marques. Veio Félix Pacheco, Senador pelo Estado do Piauí e diretor do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro. Dez dias

depois da posse deste no Itamaraty, era assinado o decreto da minha transferência para o Corpo Diplomático, como 2.º Secretário de Embaixada. Foi o primeiro ato dessa natureza referendado pelo novo Ministro.

Eu não conhecia Félix Pacheco, e Artur Bernardes só o veria pela primeira vez doze anos mais tarde, num jantar em casa do meu sogro. A minha transferência para o Corpo Diplomático sem a exigência de qualquer outra formalidade que não fosse o cumprimento do artigo do regulamento do Ministério, que me dava esse direito, não foi portanto senão a consagração de uma tradição que sempre prevaleceu no Itamaraty, mas que a Perronice e ignorância de Azevedo Marques teimaram em não respeitar em todo o curso de sua administração.

Sendo, no fundo, um ato de pura rotina administrativa, não deixou, entretanto, de levantar uma certa celeuma na imprensa do Rio, pelos interesses pessoais que ele feria. É que, sendo eu transferido para um cargo de 2.º Secretário de Embaixada, que vagara, todos quantos, fora do Itamaraty, que eram candidatos aos lugares, se julgaram prejudicados. *O Brasil*, uma folha meio clandestina, qualificava a minha transferência de “excessivo favorecimento”, não só porque “contemplava um apagado 3.º Oficial como porque, o que é admirável, promovia-o ao posto imediatamente superior”. Escândalo seria promover-me a um posto que não fosse *imediatamente* superior, ora essa! *O Correio da Manhã*, órgão de melhor conceito, atacava o ato do Ministro porque, dizia, ia contra o regulamento do Itamaraty — o que não era de forma alguma verdade. Fazia-me, porém, a concessão de não me considerar um *apagado* 3.º Oficial (aliás nunca me tive na conta de *aceso*), mas um “bom elemento para a *carrière*”, o que muito me sensibilizou, sobretudo o francês de *carrière*, que me dava umas pretensões a Talleyrand. *O Jornal* dizia que o novo Ministro tinha sido “iludido”, chamando com solenidade a atenção do Presidente da República para esses fatos do Itamaraty, “que se carecem de importância, por outro lado são altamente nocivos, desmoralizando, perante o público, os propósitos do Governo, de economia e probidade administrativa”. Era o caso de repetir aquela frase do personagem do Eça: muito grave, excessivamente grave!

* * *

No fundo, tudo isso me deixava indiferente. É que eu não ignorava os motivos inconfessáveis que encobriam tais ataques. Sabia, por outro lado, como se fazia essa espécie de imprensa no Brasil (e um pouco em toda a parte), que, aparentando um suposto interesse pelo serviço público, não visava senão casos personalíssimos. Sem embargo, sempre escrevi uma carta ao *Correio da Manhã*, o único desses jornais que me merecia atenção por ser de propriedade e direção de Paulo Bittencourt, meu velho amigo de infância. Paulo deu então um suelto, com a verdadeira interpretação do ato do Ministério. Este, aceitando embora a minha intervenção pessoal no caso, achou-a dispensável, atendendo a que a responsabilidade da decisão que tomara cabia inteira ao Itamaraty, a quem cabia também defendê-la, se fosse o caso. Ora, o silêncio deste provava justamente que não era o caso.

Minha transferência para o serviço diplomático no exterior foi, no fundo, um ato de simples rotina. Sem embargo, recebi numerosas cartas de colegas e de amigos, felici-

tando-me. Talvez por terem sabido da recusa de Azevedo Marques em efetivá-la apesar de ser um ato previsto no regulamento do Itamaraty. De todas essas cartas recebidas por essa ocasião, desejo destacar e reproduzir apenas uma, do meu colega e amigo Rubens de Melo, que era então 2^o Secretário da nossa Legação em Cristiania (hoje Oslo), e seria depois um dos nossos mais brilhantes Embaixadores em Madrid, que o despeito do então Presidente Juscelino Kubitschek iria tirá-lo desse posto para colocá-lo num outro secundário nos confins da Ásia. Eis a carta de Rubens de Melo, que graças a Deus ainda vive, aposentado, no Brasil, com sua encantadora mulher dinamarquesa:

“Meu caro Heitor Lyra. Li, há dias, nos jornais do Rio, a notícia da tua transferência para o Corpo Diplomático, bem como a da tua designação para Londres. Está, pois, de parabéns a nossa diplomacia. Eu, que sempre me recordo, com saudade, dos bons tempos da Seção de *Paleontologia* (*), onde nasceu a nossa amizade, confesso que senti verdadeiro prazer com essa notícia.

“Realmente, já era tempo que o teu formoso talento saísse daquele simpático mas rotineiro ambiente do Itamaraty, em busca de novos e mais elevados campos de estudo e de investigação. Aliás, tu soubeste tirar os maiores proveitos do teu estágio naquela Casa pois, segundo me consta, acabas de publicar um precioso livro — *Ensaios Diplomáticos* — no qual estudas, com proficiência, vários capítulos importantes da nossa quase desconhecida história diplomática. Oxalá que eu algum dia tenha a ventura de ler tão interessante livro!

“Por essas duas vitórias, que eu aplaudo e compartilho com prazer, abraço-te muito cordialmente, e faço sinceros votos pela tua prosperidade nessa deliciosa carreira que é a nossa diplomacia.

“Do teu colega, amigo e admirador — *Rubens de Melo*”.

Se minha transferência para o Corpo Diplomático se fez sem nenhuma dificuldade, graças à boa vontade e espírito de compreensão de Félix Pacheco, minha designação para a Embaixada em Londres foi também facilmente obtida. Transferido para o serviço diplomático no exterior, fui ter com o Ministro Frederico Clark, Chefe do Gabinete do Ministro, e saber para onde ia. Ele me disse que só havia duas vagas de 2^o Secretário no exterior, em Praga e em Peking.

— Mas, disse eu, há uma vaga em Londres, deixada pelo Gastão do Rio Branco, removido para o Paraguai.

Nessa altura Sebastião Sampaio, que estava ali presente e me ouvia, objetou que a vaga do Gastão tinha sido preenchida por Joaquim de Sousa Leão, que já estava em Londres.

— Não, disse eu, o posto do Sousa Leão é em Berna, e ele está em Londres inteiramente, à espera que chegue um colega que vá ocupar o posto efetivamente.

— E o Sr. gostaria de ir para Londres? — perguntou-me Clark.

— Claro que sim — respondi.

E assim se fez minha designação sem maiores dificuldades.

(*) Como ele chamava a Seção do Arquivo.

Na Embaixada
em Londres

A caminho da Europa

Designado para a Embaixada em Londres, segui para a Europa a 7 de fevereiro de 1923. Ia na companhia de minha irmã Ofélia. Partimos no *Arlanza*, o velho paquete da Mala Real Inglesa. Em 1910, por ocasião de minha primeira viagem à Europa, tinha seguido no *Aragon*, o mais antigo, quer dizer, o primeiro lançado à água dos navios da classe A dessa empresa. Fazia treze anos. A vida, entretanto, a bordo pouco mudara. Os mesmos jogos. A mesma espécie de passatempo. Na biblioteca, salvo raras exceções, os mesmos livros. No salão de refeições, o mesmo *menu*. A orquestra de bordo tocava as mesmas músicas. No entanto, tinha havido, entre 1910 e 1923, uma das maiores guerras da humanidade. Mas tal era a força de tradição dos ingleses, que nem assim se haviam alterado substancialmente seus hábitos. Só mais tarde, depois da Segunda Guerra, é que a Inglaterra iria evoluir no sentido de adaptar-se a novas condições de vida. Mas teria, para isso, que sofrer, pela primeira vez nos últimos séculos, em sua própria casa, os horrores da guerra.

Três dias depois de deixarmos o Rio, fazíamos escala no Recife. O *Arlanza* não entrou no porto: ficou do lado de fora dos arrecifes. Não foi possível, assim, ir à terra. Tive que guardar a curiosidade de rever o torrão natal, que não pisava havia treze anos. Em 1923 meus pais passavam uma temporada em Maceió. De lá veio meu pai ao Recife, aguardar nossa passagem. Como não pudésemos ir à terra, foi ele que veio a bordo, para abraçar-nos. Foi a última vez que o vi. Três anos depois o Todo Poderoso o chamaria para a sua companhia. Quando ele nos veio despedir a bordo, ia completar sessenta e seis anos de idade. Na aparência era um homem forte. De espírito também, e ninguém diria que estivesse em seus últimos anos de vida.

A bordo éramos cerca de duzentos passageiros de 1.^a classe, em sua grande parte espano-americanos. O de maior destaque, senão por ele mesmo, ao menos pelo cargo que ocupava, era Henrique Villegas, Ministro do Chile em Roma, um homem de barbiça à d'Annunzio, amável, mas de poucos sorrisos, reservado demais para um latino-americano, mesmo para um chileno. Tinha consigo a mulher, que era espanhola, penso, e compensava, por sua inteligência e dom de agradar, o que faltava ao marido. Havia os dois rapazes Anchorena, Estêvão e Tomás, *fainéants* como o geral dos filhos de boa

família argentina, que iam fazer a aprendizagem dos *bars* e das *boîtes* parisienses. Em Paris estaríamos juntos umas poucas de vezes, e uma noite em que fomos jantar no Grand Vatel impressionou-me a insistência com que um deles chamava o *maitre d'hôtel* simplesmente de *maitre*, como se se tratasse de um Anatole France ou de um Saint-Saens. Penso que isso escandalizava os franceses. Havia Juan Torterolo, *vieux garçon*, que residia em Paris, onde se ocupava de cavalos de corrida, seus e do velho Unzué, com excelentes estrebarias em Maisons Laffitte. Torterolo iria iniciar-me em Paris nesse esporte; mas não chegaria a fazer-me um afeiçoado dele. Era um excelente homem, de largo coração; e, como dispusesse de fortuna, entendia que o melhor meio de gastá-la era obsequiar os amigos. Entre os poucos peruanos de bordo contava-se um jovem Deputado, que, em virtude de uma recente revolução em Lima, seguia exilado para a Europa. Por ser todo concentrado, seu feitio reservado, parecia um homem precocemente envelhecido, o que não denunciava senão a madureza de seu espírito, a convicção de suas qualidades e talvez o papel que lhe estaria reservado a desempenhar em seu país. Chamava-se Manuel Prado. Seria um futuro Presidente da República do Peru.

And last bu not least, Alberto e Edith de Roth, um casal de argentinos, casados de pouco. Ele era formado em medicina, mas de profissão um estancieiro. Pesadão, de poucas palavras, o que formava um grande contraste com a mulher, sempre cheia de vida e de alegria, de uma atividade de cansar o mais resistente. Apesar da desigualdade de temperamentos, formavam, como se diz na Argentina, *uma parrelha* muito unida. E, naquilo que fazia o essencial na vida, nunca vi casal que se completasse melhor. Alberto era sensivelmente mais velho do que a mulher, o que permitia a esta assumir, ao lado dele, ares de filha emancipada, com seus caprichos e suas fantasias, a que o marido acolhia com a mais paternal bonomia, pondo à prova uma paciência e um bom humor inalterados.

As amizades de bordo são geralmente efêmeras, sobretudo quando travadas com estrangeiros, que as mais das vezes a gente nunca mais encontra, mesmo quando somos diplomatas e passamos a vida a viajar, a conhecer novas terras e encontrar novas gentes. Mas toda a regra tem exceção. E a exceção, no caso, para nós, foi esse excelente casal de argentinos, que nunca mais iríamos perder de vista, criando-se entre nós uma amizade que os anos se encarregariam de cimentar. Quando fui residir em Buenos Aires, vinte anos depois de conhecê-los a bordo do *Arlanza*, eu, já casado, eles seriam ali o que sempre foram, isto é, desses amigos que a gente se habitua a querer bem, a guardá-los como uma jóia preciosa, porque se vão fazendo raros à proporção que os anos correm, e que os outros, os mais velhos, vão pouco a pouco partindo para o outro mundo.

* * *

Desembarcamos em França no porto de Cherburgo, de onde um trem, formado exclusivamente para os passageiros do *Arlanza*, nos deixou, seis horas depois, na estação de Saint Lazare, em pleno coração de Paris. Naquele tempo só se viajava por mar, pois não havia os serviços aéreos transatlânticos, o que permitia a formação desses trens especiais, destinados aos passageiros dos grandes paquetes que aportavam ou largavam de França.

Chegamos a Paris numa tarde fria e cinzenta de fevereiro. Era ainda o inverno. As árvores das avenidas agitavam seus galhos nus ao sabor da brisa fria que soprava do Norte. Pelas largas calçadas dos *boulevards* desfilava, sem cessar, uma multidão envolta em pesados agasalhos. No interior das casas de negócio, dos cafés e dos restaurantes, desde cedo iluminados, sentia-se o calor reconfortante do aquecimento central. *Camelots*, apesar do frio, exibiam suas curiosidades nas esquinas das ruas, interceptando ou dificultando por vezes o trânsito. Garotos percorriam as ruas, apregoando os últimos jornais da tarde, *La Presse*, *Paris-Soir*, *L'Intran*. No asfalto enlameado dos *boulevards* desfilava uma quantidade enorme de veículos de toda a espécie: carros, ônibus, táxis, automóveis, e, de vez em quando, um outro fiacre, remanescente de um tempo que já se fora.

Revia eu Paris depois de treze anos de ausência! O espaço de tempo não era grande, mesmo para a vida de um homem, mas parecia enorme por causa da guerra que assolara o mundo durante quatro anos. Mas a Paris que eu revia agora não era mais a mesma que eu conhecera em 1910. É verdade que eu não era também mais o mesmo daquele tempo, quero dizer, não via as coisas pelo mesmo prisma com que as apreciara em 1910, e isso não podia deixar de influir nas impressões que recebia agora da grande cidade.

Mas não só eu mudara, também a vida da cidade, o aspecto de seus habitantes, a fisionomia das ruas, o movimento das avenidas e os preços! Já não era mais o tempo em que eu pagava dez francos diários por um quarto com pensão no *Nouvel Hotel*, à Rua Lafayette. Esse quarto com pensão custava agora quatro vezes mais. Também já não se almoçava nos estabelecimentos Duval por pouco mais de um franco. Um franco! Bem pouca utilidade tinha agora essa moedinha dourada!

A fisionomia urbana da cidade podia não ter mudado sensivelmente, salvo em alguns quarteirões da *rive-gauche* ou para os lados das antigas fortificações, que tinham sido destruídas e davam lugar agora a grandes e novos quarteirões. Também pouca mudança apresentavam as perspectivas das ruas centrais de Paris, dos Campos Elísios, por exemplo, ou dos grandes *boulevards*. Mas onde estavam aqueles ônibus puxados a dois ou quatro cavalos, que se arrastavam barulhentos pelo calçamento de pedras das ruas? Onde estavam os numerosos *sapins* (fiacres) que enchiam os Campos Elísios, com os seus cocheiros de cartola de oleado, sempre resmungando e mal contentes? Onde estavam aquelas suntuosas carruagens (*équipages*) puxadas por reluzentes parelhas de raça, que desfilavam à tarde pela Avenida dos Bois de Boulogne, agora crismada de Avenida Foch? Tudo isso passara. Tudo isso desaparecera ou se transformara. E agora os ônibus, os táxis, os carros de luxo eram todos movidos a gasolina, a qual empestava, com o seu cheiro e o escapamento dos carros, o ambiente das ruas.

As modificações trazidas pela guerra, tanto nos costumes como na mentalidade dos parisienses, na maneira de sentir as coisas, nos utensílios de uso diário, nos meios de transporte, em tanta coisa, em suma, eram tão grandes, que abriam um fosso profundo entre a geração que eu havia conhecido em França, em 1910, e à qual eu mesmo pertencera, e a que fui encontrar ali em 1923. Parecia que entre as duas datas havia a distância de cinquenta anos. E a verdade é que eu me sentira em Paris, em 1910, muito mais perto de Napoleão III, que reinara cinquenta anos atrás do que me sentia, em

1923, de Armand Fallières, Presidente da República dez anos antes. É que a Paris que eu conhecera em 1910, com os seus *sapins*, seus ônibus de tração animal, iluminados alguns a querosene, com suas casas sem ascensores e sem telefones, com os mesmos cafés, os mesmos nomes e as mesmas fachadas dos cafés onde brilhara a geração de 1860, era uma Paris que pouca diferença fazia da Paris do Segundo Império.

Lembro-me ainda da vez que encontrei, ou melhor, que vi a Imperatriz Eugênia saindo do Hotel Meurice, à Rua de Rivoli. Isso em 1911, quando eu fui àquele Hotel, com um amigo, para ele me apresentar a Edmond Rostand, que tinha vindo um dia antes, de Cambo, nos Pirineus, para passar umas semanas em Paris. A Imperatriz já era nesse tempo muito idosa, e não foi sem grande pena que a vi atravessar o *hall* do Hotel para ir aquecer-se ao sol num banco do Jardim das Tulherias, do outro lado da Rua de Rivoli. A sua presença ali não foi, para mim, uma aparição que eu acaso estranhasse, porque, afinal, a Paris de 1911 ainda era em grande parte a do seu tempo de soberana, e muitos dos personagens que ainda viviam tinham frequentado suas festas das *Tulherias ou de Compiègne*.

* * *

Já em 1923 tudo mudara: os meios de transporte, a maneira de sentir as coisas, os processos de viver, os divertimentos, as vestimentas, até a iluminação da cidade. Não podia mais encontrar a Imperatriz Eugênia saindo de um Hotel à Rua de Rivoli, porque a boa velhinha não era mais deste mundo. Também já eram mortos os homens que tinham vindo do Segundo Império e viviam ainda ao tempo de minha primeira estada em Paris: como Henri Rochefort, o panfletário da *Lanterna*, que eu avistara mais de uma vez à mesa dos restaurantes parisienses, com a sua tradicional barbicha branca; como Emile Ollivier, o último Presidente do Conselho de Napoleão III, casado com uma filha de Liszt, irmã da mulher de Wagner. Por uma fatalidade do destino, coubera a Ollivier a trágica responsabilidade de declarar guerra à Alemanha, em 1870. Uma vez, encontrando-o na Academia Francesa, da qual era membro, pedi-lhe que me desse um autógrafa, no que ele não pôs dificuldade, escrevendo o nome, traçado com uma mão trêmula e indecisa.

Anatole France era dos raros que ainda viviam em 1923. Morava no seu retiro da Vila Said. Eu o tinha conhecido no Brasil em 1909, por ocasião da sua visita ao Rio de Janeiro. Nesse tempo eu tinha 16 anos e cursava o 1^o ano jurídico, mas já era apaixonado pelos livros de France. Tinha-lhe lido a bem dizer quase toda a obra, e via no cetismo de Monsieur Bergerac a própria sabedoria de viver. Nessa ocasião, e a pedido do Barão do Rio Branco, a Academia Brasileira de Letras, alojada então no edifício do Silogeu, a Praia da Lapa, hoje Avenida Augusto Severo, preparou-lhe uma recepção, à qual fui assistir com numerosas outras pessoas. Machado de Assis tinha morrido no ano anterior, e o presidente da Academia era Rui Barbosa. Este saudou-o com um admirável estudo da vida e da obra do grande escritor, no mais puro francês de Rabelais. Foi tirada depois uma fotografia no pátio interior do Silogeu, onde se vêem o romancista francês, com os acadêmicos brasileiros presentes, e parte do numeroso público que assistiu à recepção, entre os quais figura a minha modesta pessoa. Dentre os acadêmi-

cos brasileiros podem ser vistos, além de Rui Barbosa — Afonso Celso, Filinto de Almeida (marido da romancista D. Júlia Lopes de Almeida), José Veríssimo, Silva Ramos, Rodrigo Otávio (pai), Alberto de Oliveira, Medeiros e Albuquerque, o Almirante Jaceguai, Sousa Bandeira (tio do poeta Manuel Bandeira), Coelho Neto e Guimarães Passos. Tenho ainda essa fotografia no meu gabinete de trabalho.

Por falar dessa fotografia, cabe dizer que tanto Rui Barbosa como os demais acadêmicos presentes, inclusive Anatole France, trazem todos nas mãos a sua bengala. Rui está sentado ao lado de France, e tem nas mãos sua cartola e uma bengala, o que desmente uma afirmativa de Gilberto Amado, quando diz nas suas *Memórias* que nessa época Rui e Quintino Bocaiúva eram os únicos políticos em evidência no Brasil que não usavam bengalas.

Ainda me lembro de José Veríssimo nessa recepção, quando, terminado o discurso de Rui, tentava aproximar-se de Anatole France, chamando-o mais de uma vez por *Monsieur Anatole*. Este ou não o ouvia ou fingia não o ouvir. Foi quando Rodrigo Otávio, que se entendia nessas coisas, segredou a Veríssimo: “Não chame o homem de *Monsieur Anatole*; assim se chamam em Paris aos *maitres d’hôtel*. Chame-o simplesmente de *Maitre*, ou então de *Monsieur France*”.

Se um europeu é formado por Grécia, Roma e a Cristianidade, como queria Paul Valery, nenhum homem era mais europeu do que Anatole France — e no entanto ignorava a Europa.

Alguém que morava numa casa ao lado da Vila Said, onde ele vivia, dizia a um amigo: “Saímos todas as tardes às cinco horas”. E o amigo: “Ah, vocês, se conhecem?”

— Não, responde o outro.

— E como é que saem juntos?

— Eu não disse que saímos juntos. De fato saímos sempre às cinco horas. Mas cada um de sua casa para o seu lado.

* * *

Em 1923, a Embaixada do Brasil estava instalada, havia um ano, num rés-do-chão da Avenida Montaigne. Entrava-se pela porta de um largo corredor (não havia *hall*), no fundo do qual havia uma pequena mesa de pinho, coberta com um mata-borrão verde, onde sentava o Guerri, arvorado em porteiro, e ao lado da qual havia um sacovão, com o telefone e uma coleção empoeirada do nosso *Diário Oficial*, que pelo visto não interessava a ninguém. Esse corredor de entrada era ao mesmo tempo portaria, sala de espera, vestiário e depósito de toda a espécie de objetos.

À direita desse corredor havia um largo salão, onde o Embaixador Sousa Dantas, e o pessoal da Embaixada recebiam toda a gente que os procurava, numa promiscuidade de praça pública, gente de todas as profissões, de todas as condições, desde o Presidente da República Francesa até o mais reles dos visitantes. Para além desse corredor, havia as salas de trabalho do Conselheiro e dos Secretários de Embaixada, bem como dos Adidos militar e naval (não tínhamos Adido do Ar). Ficavam no fundo do prédio, abertas a quantas pessoas estranhas quisessem ali penetrar, interrompendo e atrapa-

lhando qualquer trabalho útil dos Secretários — se acaso eles fizessem algum trabalho útil. Porque grande parte do expediente da Embaixada, pelo menos o chamado de rotina, era quase todo da alçada do arquivista, o excelente Léon Lévy. E fora disso ninguém mais fazia nada, inclusive o Embaixador (que não tinha sala de trabalho), homem pessoalmente encantador, mas que em matéria de trabalho limitava-se a... dar abraços.

À esquerda do corredor de entrada estava o *soit disant* quarto de dormir do Embaixador, que se resumia num leito e num armário de roupas. O resto desse quarto era um entulhado de caixotes, de caixas, de embrulhos, de pacotes e não sei mais o que, pertencentes em grande parte a políticos brasileiros que mandavam depositar ali, para serem depois mandados para o Brasil sob franquia diplomática, evidentemente, para se furtarem a qualquer pagamento em França e sobretudo na Alfândega do Rio. Eram toneladas de bagagens. Um dia Paulo de Frontin, Prefeito do Rio, mandou para o Brasil dois pianos. Outro político mandou uma mobília completa de sala de visitas.

Quando Sousa Dantas veio de Roma, onde era Ministro, para ser Embaixador em Paris, em 1922, sob a proteção de Epitácio Pessoa, então Presidente da República, encontrou a Embaixada do Brasil instalada num *petit-hôtel* da Rua Quentin Bouchard, alugado por seu antecessor Gastão da Cunha. Mas logo a transferira para esse andar térreo da Avenida Montaigne. O quarteirão era bem habitado, vizinho da Avenida dos Campos Elísios, mas esse rés-do-chão jamais tinha condições para ser a casa de uma Embaixada, ainda que modesta, como era então a do Brasil. Disponha de um único salão, e não tinha sala de jantar. Podia, quando muito, servir para uma chancelaria. Mas para Sousa Dantas, solteirão, boêmio como sempre fora, pouco se lhe dava morar onde quer que fosse ou como quer que fosse. E ali se foi ficando, anos e anos seguidos, sem mexer uma palha para ter uma melhor instalação.

Todo o mundo ou todo brasileiro, inclusive os muitos políticos que apareciam em Paris, achavam que chamar de “Embaixada do Brasil” um simples rés-do-chão nas condições daquele, sem um mínimo de acomodações, mesmo para uma modesta família burguesa, era simplesmente uma vergonha. Mas ninguém se mexia para acabar com esse estado de coisas. Os Governos se sucediam no Brasil (e até as Revoluções!), sucediam-se os Ministros do Exterior, e ninguém tomava uma providência a respeito. *Plus cela changeait, plus c'était la même chose.*

Lembro-me de que um dia, estando em Paris com o Embaixador Afrânio de Melo Franco que vinha de Genebra, e como todo o mundo, achava uma vergonha o Brasil ter como “casa” da Embaixada o rés-no-chão da Avenida Montaigne, convidou-me para ir ver com ele um palacete da Rua Monceau, perto da residência do Príncipe Lucien Murat, e que, segundo lhe haviam dito, estava para vender. Mas, quando lá chegamos, o porteiro ou guarda da casa nos disse que já tinha sido vendida. Nesse tempo Melo Franco era o Chefe da nossa Delegação Permanente na Liga das Nações, em Genebra. Mas, pouco depois, em 1930, seria, por três anos, Ministro do Exterior; e não consta que tivesse tomado qualquer providência — e podia fazê-lo — para termos outra instalação em Paris.

Nos governos chamados constitucionais, dizia-se que nada se podia fazer por não se contar com a boa vontade do Congresso. Mas o receio dessa oposição não existia ou não existiu, salvo no curto período que se seguiu a 1934, porque o Brasil estava sob o

regime de ditadura, e o Congresso não valia nada. Como esteve igualmente ao tempo em que Pedro Leão Veloso foi Ministro do Exterior. No entanto ele havia sido Conselheiro da Embaixada em Paris, e sabia muito bem das críticas condições da nossa instalação ali. Mas não fez nada; não quis dar-se ao trabalho de tomar qualquer iniciativa.

* * *

Essa situação só iria modificar-se em 1934, quando Sousa Dantas, já no fim da carreira, se casaria com uma judia norte-americana chamada Elisa Stern, que tinha uma casa, espécie de *petit-hôtel*, na margem esquerda do Sena, à Rua Constantine n.º 31, que passou então a ser a Embaixada do Brasil. No rés-do-chão da Avenida Montaigne ficou unicamente a chancelaria, contra o que não havia nada a dizer, muito embora com o aumento progressivo do pessoal da Embaixada esse rés-do-chão se tenha tornado inaproveitável.

O casamento de Dantas foi para todos uma surpresa. Não pela idade que tinha, pois não passava ainda dos sessenta anos. Mas porque, tendo sido toda a vida um solteiro, boêmio à sua maneira, não parecia ser um homem moldado para marido. Em Paris eram citadas suas aventuras amorosas, muitas das quais, aliás, eram só de nome. A última dessas aventuras fora com uma conhecida artista de teatro parisiense, mas qual, ele mesmo confessava, só conhecia desnuda do pescoço para cima, e assim mesmo unicamente para ver como lhe ficavam os colares que lhe dava de presente. De tudo podia concluir-se que esse casamento fora apenas de conveniência para a judia, a fim de ela ter em França um estatuto diplomático, que isentasse suas propriedades dos pesados impostos franceses; e para Dantas, que sempre fora um perdulário, para ter um fim de vida mais brilhante, financeiramente falando.

Com sua aposentadoria, Carlos Martins, seu sucessor, instalou a Embaixada num bonito palacete pertencente ao Conde d'Aremberg. Depois disso, o Embaixador Alves de Sousa comprou (finalmente!) uma casa para a Embaixada, na Rua de l'Amiral d'Esseing. E com a chegada ultimamente do meu velho amigo Lyra Tavares para Embaixador do Brasil em Paris, este comprou um prédio para instalar a chancelaria da Embaixada, abandonando definitivamente, depois de cinquenta anos, o rés-do-chão da Avenida Montaigne.

* * *

Ficamos em Paris cerca de duas semanas. E na manhã de 8 de março de 1923 tomávamos, na Estação do Norte, o trem que nos levaria em direção a Londres.

Quando chegamos a Londres, nesse mês de março de 1923, a Embaixada do Brasil estava instalada numa casa de Upper Brook Street nº 19, no aristocrático bairro de Mayfair, onde moravam numerosas famílias da nobreza inglesa e estavam algumas das principais Embaixadas estrangeiras. A casa da Embaixada do Brasil ficava entre Grosvenor Square e Park Lane, em frente do qual estava o Hyde Park. Na esquina de Park Lane e de Upper Brook ficava *Brook House*, onde morava o então Capitão-Tenente e depois Almirante Mountbatten, primo do Rei Jorge V. A mulher, nessa época, muito bonita, e a maior herdeira da Inglaterra, era grande amiga do então Príncipe de Gales, hoje Duque de Windsor, e mais de uma vez o vi entrar e sair daquela casa. *Honni soit qui mal y pense...* Nesse tempo. Mountbatten não desfrutava o prestígio que iria ter depois. O *Daily Worker* o acusava de ser alemão. De fato seu pai, o Príncipe de Battenberg, era nascido na Alemanha, e de lá tinha vindo para ser *aide de camp* da Rainha Vitória e, depois, de Eduardo VII. Nomeado, em 1911, Primeiro Lorde de Almirantado, fora exonerado desse cargo, em 1914, quando da primeira Grande Guerra, o que o levou, em 1917, a anglicizar o seu nome, passando, desde então, a chamar-se Mountbatten.

Quando Domício da Gama chegou a Londres, para assumir a direção da Embaixada, em 1919, esta estava instalada nessa mesma rua, mas num prédio do lado oposto, de propriedade da segunda esposa do grande estadista grego Venizelos. Aí residira o antecessor de Domício, Fontoura Xavier. Mas, como o contrato da casa estivesse a terminar, e a proprietária não quisesse renová-lo, Domício da Gama mudou a Embaixada para o número 19 da mesma rua, onde a encontrei em março de 1923.

Essa casa nada tinha de suntuosa, e mesmo para uma Legação seria tida por modesta. Mas era decente e, se não tinha luxo, estava instalada com todo conforto. O Embaixador Sousa Leão, que a conheceu muito bem, pois serviu por duas vezes na Embaixada em Londres, diz que era “uma casa modesta, única que Domício pudera arrendar. Mobiliada com supremo gosto, sem dúvida, contudo acanhada”. A chancelaria, como na maioria de nossas Missões diplomáticas, é que deixava muito a desejar. Em geral os nossos Chefes de Missão se preocupavam muito com as partes de recepção e de dor-

mitórios, sem darem grande atenção à chancelaria. Estas eram geralmente acanhadas, desconfortáveis, por vezes sem luz e quase sempre mal instaladas, com todo móvel velho ou cacareco que se conseguia arranjar. Para fazer uma exceção a essa regra é que tive a maior preocupação pela chancelaria, quando comprei em Copenhague uma casa para a Legação do Brasil (hoje Embaixada), preocupação não só quanto à sua localização, acessível tanto aos Secretários como ao pessoal de fora, como no que diz respeito ao espaço, distribuição de salas e mobiliário propriamente dito — além do problema da luz, primordial nos países pouco ensolados ou de curto verão, como a Dinamarca.

A mesma preocupação eu teria quando cheguei a Lisboa, em fevereiro de 1955, para assumir a direção da nossa Embaixada, à Rua Antônio Maria Cardoso. Estávamos nesse prédio havia mais de meio século; tinham passado por ela dezenas de Embaixadores, e nenhum deles se ocupara de afastar a chancelaria, que estava mal instalada e onde não cabia mais o pessoal da Missão, que já extravasava pelas salas de recepção. Assim que meu primeiro cuidado foi transferir a chancelaria para todo o andar de um prédio acabado de se construir na Rua Tomaz Ribeiro, sem cuidar de pedir consentimento à Secretaria de Estado, como em princípio devia fazer, limitando-me, apenas, a comunicar-lhe o endereço da nova chancelaria. Quer dizer, apresentei o caso como consumado, sem esperar por uma autorização, que possivelmente nunca viria.

* * *

O principal inconveniente da Embaixada em Londres estava no fato de ter as salas distribuídas pelos dois primeiros pavimentos, inconveniente sobretudo para os dias de recepção, quando dispersava os convidados e tirava, assim, ao ambiente a unidade indispensável para o sucesso da festa. No andar térreo estavam o gabinete de trabalho do Embaixador, com duas janelas sobre a rua, e, imediatamente atrás, com uma larga porta aberta para o pequeno pátio interno, a sala de jantar, que era pequena e estava longe de poder ser tida como um salão de banquetes.

Uma escadaria, que partia do *hall* de entrada, com os degraus forrados com uma larga passadeira de veludo azul, dava acesso ao primeiro andar, onde estava o salão principal, bastante grande, com três janelas sobre a rua. E atrás desse salão, outro de dimensões menores. Um arco dividia as duas peças. O salão principal só se abria para os grandes dias. Por ocasião das pequenas recepções, ou depois de um almoço ou de um jantar geralmente *en petit comité*, a sala não comportando mais, os convidados, depois da refeição, ficavam sempre em baixo, no gabinete de trabalho do Embaixador.

Durante quase três anos em que servi com Domício da Gama assisti a uma única recepção no salão principal. Aí Carlos Martins ofereceu um baile aos brasileiros residentes em Londres, quando assumiu a direção da Embaixada, como encarregado de Negócios, depois da aposentadoria de Domício. Convidou também alguns ingleses mais chegados à Embaixada. O salão, apesar de grande, quase se encheu, e dançamos até alta madrugada. Fazia então muito sucesso um fox-trot, *Tea for two*, da revista *No, no, Nanette*, que acabava de aparecer em Londres e causava furor para toda a parte.

No segundo e terceiro pavimentos ficavam os aposentos privados do Embaixador e da Embaixatriz, onde nos instalamos, Carlos Martins e eu, quando, depois da partida

de Domício para o Brasil, Martins assumiu a direção da Embaixada. Dispúnhamos cada qual de um apartamento completo. Aí residimos cerca de quatro meses, isto é, até a chegada a Londres do novo Embaixador Régis de Oliveira, em abril de 1925. Convivemos a princípio, Martins e eu, na maior camaradagem. Saíamos todas as manhãs para o almoço no Café Royal, onde nos esperava Camilo de Oliveira, 2.º Secretário da Embaixada. Voltávamos depois os três para o trabalho diário na chancelaria. À noite, Martins e eu saímos novamente para o jantar, após o que recolhíamos à Embaixada, num de cujos salões transformado em *living room* (A casa da Embaixada era alugada sem móveis, e os que lá haviam, todos de Domício da Gama, tinham sido naturalmente retirados) nos deixávamos ficar largas horas aconchegados à lareira, enquanto lá fora fustigava o frio cortante do inverno.

Eu era então um novato na carreira, com seis anos apenas de Secretaria de Estado, e Londres era meu primeiro posto. Martins, porém, era um veterano, pois entrara para o Itamaraty em 1906, em pleno fastígio de Rio Branco, penso que por indicação de Assis Brasil, gaúcho como ele. Gostava de ouvir-lhe as reminiscências dos vários postos por onde já tinha passado, a que a vivacidade de seu espírito e uma memória fresca dava um sabor especial. No Paraguai a princípio, e logo depois na Rússia, no ambiente requintado de São Petersburgo, ao tempo do Tzar Nicoláo II. Ali o avistara várias vezes nas recepções do Palácio de Inverno, e num baile de Primavera em Tzarskoié-Selo fora *vis-à-vis*, numa quadrilha, da infeliz Princesa Tatiana, filha mais velha do Tzar, que devia ser assassinada covardemente, com toda a família imperial russa, pelo *soviet* de Eka-terinburgo, na aurora do regime bolchevista. Passara depois Martins a residir em Viena, a velha Viena do Prater, dos cafés de Singerstrasse, das valsas e das mazurkas. Ali assistira ao desmoronar da Monarquia dual, uma das muitas burrices dos fazedores da paz de Versalhes, vale dizer, do Presidente Wilson e de seus dois acólitos, Clemenceau e Lloyd George. Burrice porque o Império Austro-Húngaro era um fator de equilíbrio e de segurança para a Europa, sobretudo para a Europa Central. Dividindo-o, como o fizeram os homens de Versalhes, em cinco pequenos Estados supostamente soberanos, tornaram-se estes satélites da França, como passariam depois a sê-lo da Rússia Soviética após a segunda Grande Guerra.

Carlos Martins assistiu em Viena a essa obra de destruição, como iria assistir à queda do desventurado Imperador Carlos e conseqüente implantação da República Austríaca. Promovido a 1.º Secretário, foi pouco depois elevado a Conselheiro de Embaixada por serviços oficialmente reconhecidos por Nilo Peçanha, então Ministro do Exterior.

* * *

Nossa boa camaradagem terminou no dia em que se abriu um desentendido entre nós, na chancelaria da Embaixada. Tudo se originou de um momento de mau humor de Carlos Martins, que não encontrou em mim ambiente que pudesse amortecer-lhe ou anular-lhe o impulso. Certamente que seu feitio impetuoso foi a causa de tudo. Oswaldo Aranha me diria, anos depois, que se precisava ter cuidado com Martins, porque este era, segundo sua expressão —*coiceiro*—, como o próprio Aranha, aliás, segundo ele

próprio reconhecia. Eu não me considero coiceiro, mas é certo que para o desentendi-do que se abriu entre Carlos Martins e eu concorreu igualmente meu feito impulsivo e independente. Qualquer outro mais sereno e mais acomodado teria, possivelmente, senão evitado ao menos atenuado o incidente, que no fundo se resumiu numa troca de palavras, o bastante, porém, para separar por muitos anos duas criaturas que no fundo se estimavam e reciprocamente se respeitavam.

Não deixa de ser arriscado fazer um julgamento do caráter alheio, quando raros se conhecem a si próprios. Depois não basta, para isso, apreciar ou pesar certos fatores externos, mas penetrar fundo na consciência ou no pensamento do outro. E quantos têm esse dom? Um julgamento dessa ordem se torna ainda mais difícil quando se trata de uma personalidade complexa e cheia de contornos como Carlos Martins. Nenhum traço, em todo o caso, podia definir-lhe melhor o caráter do que seu gesto, quando Ministro no Equador, em 1927, e se viu ali envolvido em dificuldades que por pouco não lhe custaram o sacrifício da carreira. Foi quando indicou a Octávio Mangabeira, então Ministro do Exterior, o nome de um seu desafeto, que no caso era eu, para ir, como “Secretário que merece a minha confiança”, a Quito receber-lhe a sucessão, podendo assim “desagravar a ofensa sofrida pelo Brasil na pessoa de seu Ministro”. Não fui mandado a Quito nessa ocasião, nem foi necessário, aliás, que eu partisse, porque o próprio Carlos Martins soube desagravar, não direi a ofensa porque o incidente não chegou a tanto, mas o vexame por que passou nossa Legação ali, com a dignidade com que se houve em tão difíceis circunstâncias.

Afinal, em 1934, numa estação de águas em Lindóia, no Estado de São Paulo, a oportunidade nos aproximou de novo e trocamos cordialmente um aperto de mão. O tempo, como um emplastro emoliente, se encarregara de abrandar nossas naturezas. Anos depois, sendo eu Conselheiro da Embaixada em Buenos Aires e ele Embaixador em Washington, escrevi-lhe a propósito de sua propalada remoção para a Argentina, que afinal não se verificou. Dizia-lhe do prazer que me daria a sua companhia, e por troca sugeri-lhe que antes de sua ida para Buenos Aires assinássemos os dois um “pacto de não agressão”. Respondeu-me: “Cria que só teria prazer em tê-lo como companheiro e colaborador em qualquer Missão. De antemão, porém, asseguro-lhe que se não faria mister de pacto prévio de não agressão: a maturidade dá-nos uma melhor compreensão da vida, e dois entes que se traçaram como norma de conduta na vida a lealdade e a honestidade sempre se entendem”.

☆ * ☆

No quarto andar da Embaixada, enfim, que era uma espécie de mansarda ou só tão, *top* como diziam os ingleses (nós chamávamos o “poleiro”), ficava a chancelaria: uma grande sala nos fundos, dando sobre o pátio, para os Secretários e o Adido; uma pequena sala interior para o arquivo; e duas outras na frente, dando sobre a rua, uma para o Embaixador e outra para o Conselheiro. O Adido Naval trabalhava fora. Não tínhamos Adido Militar. O Exército inglês, apesar da vitória alcançada sobre as forças alemãs, na guerra que findara, não interessava, parece, ao nosso Estado-Maior. Tão-pouco tínhamos em Londres Adido do Ar. De resto a aviação militar inglesa, como as

dos demais países, praticamente não existia. Foi uma arma, pode dizer-se, que se criou realmente por ocasião da Segunda Guerra.

Na chancelaria estávamos mal instalados. Era acanhada, de teto baixo; e como ficasse no sótão, fria no inverno e quente no verão. Mas o principal defeito estava no fato de ter acesso pelas dependências da Embaixada propriamente ditas, ou melhor, pelas dependências privativas do Embaixador e da Embaixatriz. Fazia-se por um pequeno elevador, que partia de trás da escadaria principal e era utilizado tanto pelo pessoal da Embaixada como pelo Embaixador, pela Embaixatriz, pelos criados, por todos quantos, em suma, tinham negócios a tratar na Embaixada, na residência do Embaixador ou na chancelaria. O mesmo inconveniente que eu iria encontrar, anos depois, na nossa Embaixada da Calle Calláo, em Buenos Aires.

Quando Régis de Oliveira chegou a Londres para assumir o posto, em abril de 1925, pareceu disposto a instalar a Embaixada em outra casa, em condições de conforto melhores do que em Upper Brook Street. Pôs Camilo de Oliveira e eu em campo, à procura de um prédio. Mas logo arrefeceu. E, durante os quinze anos que estive em Londres, conservou a Embaixada onde estava. Só mais tarde, com o Embaixador Muniz de Aragão, é que ela seria removida para outro local.

Com relação à instalação da Missão diplomática estávamos, em Londres, nas mesmas precárias condições de quase todas as demais capitais onde o Governo brasileiro não possuía prédio próprio – vale dizer todas, com exceção de Buenos Aires. Pagávamos caro pelos aluguéis dos prédios e estávamos mal instalados. Essa situação durou muito tempo. E só nesses últimos anos é que nos decidimos a comprar alguns prédios, uns muito bons, outros simplesmente bons e outros menos bons, para instalação de nossas Embaixadas – em Buenos Aires, em Santiago do Chile, em Lima e em Washington; em Londres, em Copenhague, em Haia, em Bruxelas, em Paris, em Berna, em Madrid e em Roma (para a Embaixada junto ao Quirinal). Mas isso se devia não à iniciativa do nosso Governo, mas sobretudo aos chefes dessas nossas Missões, como foi o meu caso quando Ministro em Copenhague.

* * *

A primeira dessas casas que compramos foi a de Buenos Aires, em 1922, quando era Embaixador ali Pedro de Toledo. Era na Calle Callao, 1555. Depois vendemos essa casa e compramos outra muito melhor, o chamado Palácio Pereda, à Calle Arroyo, 1130, onde estamos até hoje. Para a compra da casa em Copenhague, em Ryvangs Allé, 24, também não tive o apoio do Governo, ou melhor do Itamaraty. Antes pelo contrário, porque naquela ocasião, 1945, era Ministro das Relações Exteriores o Embaixador Pedro de Leão Veloso, que, medroso como era, não quis assumir a responsabilidade de autorizar-me a compra da casa – apesar da amizade que nos unia, a ele e à sua mulher, minha amiga Germaine. Assim que realizei a compra com o dinheiro que pedi diretamente e obtive do meu amigo e antigo médico, Dr. Guilherme da Silveira, então Presidente do Banco do Brasil. Em vista disso, Leão Veloso não pôs obstáculos à compra da casa. Deu-me inteira liberdade de ação, sem eu ter necessidade de lhe mandar antes

para sua aprovação, as plantas e fotografias do prédio — uma bela mansão de estilo Tudor, no meio de um amplo e bonito parque.

Os muitos governantes que tem tido o Brasil, a igual dos Ministros do Exterior, nunca compreenderam as vantagens que há para o País, em possuir instalações diplomáticas próprias, ao menos nas principais capitais da Europa e da América — e hoje diríamos do Mundo. Sobretudo se tivéssemos sabido aproveitar as ocasiões favoráveis para essas compras, como foi a da Alemanha em 1921, com a desvalorização do marco alemão, quando as propriedades ali custavam aos estrangeiros, que dispunham de moeda internacional, uma verdadeira ninharia. Oportunidades semelhantes houve em França, na Itália e em outros países, sem que tivéssemos querido aproveitá-las. A este respeito a mentalidade dos nossos homens públicos é singular. Vejamos este exemplo: quando foi da queda da lira na Itália, Magalhães de Azeredo, Embaixador na Santa Sé, passou um telegrama ao Itamaraty (precisamente de uma página), sugerindo a compra, em condições grandemente vantajosas para o Brasil, de um dos bons palácios de Roma para a sede da Embaixada no Vaticano, que estava instalada numa pequena casa de aluguel da Via Pô. Que lhe respondeu o Ministro, que era então Azevedo Marques? Passou-lhe um pito, quer dizer, mandou que ele observasse o disposto no artigo tal do regulamento do Ministério. Esse artigo proibia o uso do telégrafo para os assuntos “sem importância”. Sem comentários!

O pessoal da Embaixada

Quando cheguei a Londres, nesse mês de março de 1923, fui recebido na Embaixada da melhor maneira que podia esperar. Nesse tempo, o pessoal da Embaixada do Brasil se compunha, além do Embaixador Domício da Gama, do 1º Secretário Luís Avelino Gurgel do Amaral, do 2º Secretário Camilo de Oliveira, do Adido Naval Comandante Américo Pimentel e do Adido Comercial Barbosa Carneiro. Mas este, a pretexto de que não se dava bem com o clima de Londres, residia habitualmente em Paris. Assim que a bem dizer não tínhamos em Londres um Adido Comercial! Tínhamos ainda um datilógrafo, com a categoria de Arquivista, que era um antigo Tenente de Marinha chamado Olavo de Araújo. Tendo sofrido um desastre de aviação na Inglaterra, ali se fixara. Morava fora de Londres, numa praia do sul da Inglaterra, Eastbourne, e vinha todos os dias a Londres por caminho de ferro. Aí se casara com uma jovem e bonita rapariga inglesa. Araújo iria reverter, anos depois, à atividade, tendo-se reformado com o posto de Almirante. Simpático, sempre sorridente e prestativo, era uma excelente pessoa, um amigo de todos nós. Muitos anos mais tarde, em 1957, quando eu era Embaixador junto à Santa Sé, ele dar-me-ia o prazer de aparecer em Roma, sempre amável e sorridente. Não o via desde Londres, quer dizer, desde cerca de trinta e tantos anos! Conhecera-me na Inglaterra quando eu estava no meu primeiro posto, e iria rever-me quando me encontraria no último da minha longa carreira diplomática. Penso que ainda vive.

Carlos Martins (Pereira e Souza), que iria ser o Conselheiro da Embaixada em Londres, só chegaria a esta cidade em novembro de 1924, transferido de Viena. Quer dizer, chegaria a Londres pouco antes de Domício da Gama ser aposentado.

Quando cheguei a Londres, em 1923, Domício andava pelos seus sessenta anos. Não se podia dizer que fosse um velho, e de fato ainda estava forte de corpo e de espírito. Pouco depois, porém, uma moléstia o deixaria fisicamente abalado, com a vista grandemente afetada; mas o espírito se manteria lúcido e esperto até o dia de sua retirada de Londres. Eu não o havia conhecido ao tempo de Rio Branco, quer dizer, na fase mais movimentada de sua vida; nem pouco mais tarde, quando de sua residência em Washington. Também não conheci o homem de letras, o autor de *Contos à Meia*

Tinta e das Histórias Curtas. Em Londres, no meu tempo, ele não escrevia mais — salvo os ofícios para o Itamaraty, que não são, evidentemente, o meio mais indicado para a expansão de nosso pensamento, a fantasia de nossas idéias ou os caprichos de nossa imaginação. Mesmo porque, quando ultrapassam um certo número de páginas, ninguém os lê.

Certa vez Daniele Varè, diplomata italiano, tendo sido mandado para a China contra sua vontade, apostou com um colega que mandaria um longo ofício ao Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália, a esse tempo no Palácio Chigi, um ofício de cerca de 30 páginas, sob um título pouco atraente, “A cultura das borboletas”, por exemplo, no qual passaria, a certa altura, uma tremenda descompostura no Secretário-Geral do Ministério, que o tinha mandado para a China, e que ninguém se aperceberia disso. Porque ninguém se daria ao trabalho de o ler, pelo menos na íntegra, a começar pelo próprio Secretário-Geral. Bem. Ganhou naturalmente a aposta. Varè deixou um livro de memória dos mais interessantes sob o título *Il diplomático sorridente*, onde conta as histórias divertidas, às quais voltarei no correr destas minhas próprias *Memórias*.

Mas a propósito do relatório que ele mandou da China, conheço um caso mais ou menos parecido que se passou conosco, ou melhor, no Itamaraty. Foi quando Gastão da Cunha era Embaixador em Lisboa. Indo em férias ao Rio, teve a curiosidade de procurar na Seção do Arquivo uns ofícios que mandara de Portugal e dos quais nunca tivera resposta. Procurou por esses papéis cerca de uma semana, em todos os cantos, em todas as gavetas, por toda a parte, enfim. Afinal um dia o contínuo Miranda acabou por descobri-los discretamente guardados numa pasta de papelão, por fora da qual haviam escrito: “Papéis sem importância”

* * *

Quando Domício da Gama foi Ministro do Exterior quase não tive oportunidade de me aproximar dele. Avistei-o apenas uma vez ou outra nos corredores do Ministério. Não o tendo assim conhecido anteriormente à minha ida para Londres, não saberei dizer se ele era ainda o mesmo de antes, quer dizer, de sua missão em Washington, dos tempos idos de Rio Branco ou da roda luso-brasileira de Paris do fim do século. Os que o tinham conhecido nessas épocas diziam, porém, que ele mudara radicalmente, e que pouco ou nada tinha daquele feitio acolhedor e cheio de chiste, sempre pronto a fazer uma pilhéria, a colocar uma frase de espírito, sem perder contudo o traço austero que havia no fundo de seu temperamento. Em todo o caso, o homem que conheci em Londres era um cético, que parecia alimentar-se apenas da dose de melancolia que o envolvia. Tinha pelo presente uma indiferença quase instintiva. Não o interessavam nem os debates no Parlamento nem as intrigas das chancelarias. Tão pouco o seduziam os divertimentos sociais, as cerimônias na Corte, as corridas em Ascot, as partidas esportivas, os teatros, os cinemas. Se freqüentava ou tomava parte em alguns deles, fazia-o com uma marcada displicência. E tenho a impressão de que, se não fosse a mulher, que o arrastava para a vida social, ele teria preferido deixar-se ficar tranqüilamente em casa, na companhia de seu gato ou entregue às suas leituras prediletas.

Sentia-se que era um homem que já tinha vivido sua vida e dado como encerrado seu papel neste mundo. E, se acaso ainda o interessava um assunto ou outro ligado ao expediente da Embaixada, era, sobretudo, para deixar correr o tempo, para esperar, com uma ocupação qualquer que chegasse enfim o dia da partida definitiva. Já o passado tinha para ele outro sabor, despertava-lhe interesse, outra animação, a ponto de torná-lo um homem loquaz, alegre e comunicativo. Eu gostava de provocar-lhe as reminiscências, porque sabia que isso lhe dava prazer. Não de um passado recente, como, por exemplo, de sua passagem pelo Itamaraty, que lhe deixara, penso, um grande dissabor, mas do passado mais distante, do tempo de Rio Branco, da época das Missões Especiais e, sobretudo, dos anos já distantes de sua estada em Paris, como correspondente da *Gazeta de Notícias* do Rio, aí por volta da Exposição Universal de 1889. Era esse o passado que o seduzia, quando, jovem ainda e cheio das mais fagueiras esperanças, vivia na roda de Rio Branco, de Eduardo Prado, de Eça de Queiroz, de Ramalho Ortigão, de Afonso Arinos e de outros intelectuais portugueses e brasileiros, que faziam de Paris o centro de suas atividades na Europa.

* * *

Quando cheguei a Londres, ele estava só. A Embaixatriz tinha ido passar uma temporada de inverno no Egito, e só voltaria em fins de março, num dia em que, ao chegar à Embaixada, encontrei Domício da Gama contrariado com o incidente que ela tivera ao desembarcar na Inglaterra. Madame da Gama tinha trazido de Paris uns frascos de perfume e se opusera, como devera, aliás, a pagar-lhes os respectivos direitos, que lhe exigiam as autoridades da Alfândega de Dover. Tinham sido eles então confiscados. Era uma violência dos ingleses, como eles sabem fazer às vezes, e Madame da Gama tinha toda a razão quando pedia, quase exigia do marido uma reclamação ao Foreign Office. Mas Domício preferia dar o caso por terminado. Por natureza ele tendia sempre para as soluções mais cômodas, e evitava por princípio todo o aborrecimento ou discussão.

Sempre que Madame da Gama chegava do estrangeiro, o ambiente na Embaixada mudava. Acabavam o silêncio e o recolhimento que reinavam em sua ausência. Domício saía da vida tranqüila habitual, na companhia do gato favorito, para ser envolvido, como todos nós, na agitação febril que aquela mulher trazia sempre consigo. Ela chegava, e logo nos inteirávamos de sua presença na Embaixada. Bastava transpor-lhe a porta da rua: eram os criados em grande agitação, uns varrendo as escadas, outros lavando os vidros ou encerando o chão, limpando os móveis, ariando as pratas; operários azeitando o ascensor, pintando ou concertando as paredes, endireitando as fechaduras das portas; portadores que entravam e saíam, fornecedores que batiam à porta, e o telefone a tilintar a todo o instante. Domício, que tinha horror a toda essa lufa-lufa, refugiava-se lá em cima na Chancelaria, onde nos acolhia com aquele seu leve sorriso de ironia: “Já deve ter visto que minha mulher chegou; a agitação anda pela casa”.

Nunca compreendi a natureza dos sentimentos que uniam Madame da Gama ao marido. Não direi que este a amasse; mas a tinha certamente em grande estima. Uma estima ao mesmo tempo carinhosa e respeitosa. Domício respeitava o feito truculento,

por vezes áspero e até mesmo agressivo da mulher; mas tinha-lhe, ao mesmo tempo, um certo carinho, movido talvez pelo fundo de bondade que havia no coração daquela mulher tão desigual.

Eu considerava que o casamento fora infeliz para ele. Em muito casamento, a oposição de gênios é, no fundo, um fator de aproximação para o casal. No caso de Domício da Gama havia essa oposição de gênios, mas que não operava como fator de aproximação. Antes os distanciava. A natureza integralmente pacífica de Domício da Gama, chocava-se com o feitio arrebatador, impulsivo, quase guerreiro da mulher. Acrescia que ele era um dos homens mais equilibrados que tenho conhecido, enquanto Madame da Gama tinha desigualdades que chocavam a mais indiferente e mais fria das criaturas. Havia dias que ela estava toda presurosa conosco na Embaixada, cheia de sorrisos e de delicadezas; outros dias que não correspondia sequer aos nossos cumprimentos. Para uma natureza profundamente acolhedora como Domício, cheio de atenções para com todos, embora sob um exterior frio e impassível, essas contradições da mulher deviam ser o maior dos suplícios.

Talvez por isso, quero dizer, porque temesse esse feitio inconseqüente e não soubesse nunca quando ela estava ou não de boa paz, é conhecendo, por outro lado, nossa sensibilidade, é que ele evitava o encontro da mulher com os brasileiros que iam a Londres. Sabia que, fazendo assim, sacrificava sua situação no Brasil e provocava, da parte desses brasileiros, críticas que dificilmente poderiam ser desfeitas. Mas preferia que assim fosse a fazê-los passar pelo vexame de sofrerem as ventoinhas da mulher.

Conhecendo as qualidades de ponderação que ele tinha, seu bom-senso, seu espírito equilibrado, dificilmente compreendia porque aceitara o casamento com Elisabeth da Gama, estando ele já na maturidade dos anos, quando se não tem mais os impulsos da mocidade. Sabia que esse casamento fora concertado ao tempo de sua Embaixada em Washington. Digo concertado porque de fato quem o fizera fora seu amigo o juiz Garry. Garry era sobretudo amigo de Madame da Gama, e, casando-a com o Embaixador do Brasil, ele visara, antes de tudo, dar a ela uma posição na sociedade de Washington, posição que dificilmente conquistaria sem o título do marido. Impressionou, para isso, quanto pode a Domício da Gama, não direi com a fortuna daquela que lhe destinava para mulher, porque Domício tinha desprezo pelo dinheiro, mas possivelmente com as doçuras de um lar, coisa que ele nunca conhecera; com a estabilidade da vida de casal e as vantagens, que a condição de marido traz sempre, para a representação social. O mais foi com Madame da Gama: saber conquistar, com suas expansões às vezes desabusadas, a natureza pacífica do Embaixador do Brasil.

* * *

Madame da Gama não era somente contraditória em suas expansões com os estranhos ou com os amigos do marido — também com este, o que até certo ponto se explicava menos pela natureza de seus sentimentos para com Domício do que por uma necessidade orgânica de contrastes. Assim, ao mesmo tempo que cercava o marido de cuidados e de atenções, abandonava-o, no outro dia, a si próprio, às suas mágoas, à sua infelicidade interior, quase direi à sua miséria física.

Tenho disso um exemplo edificante. Foi nos últimos tempos da residência de Domício em Londres. Já a doença o invadira, e ele andava alquebrado, desanimado, numa melancolia de fazer dó. A moléstia afetara-lhe profundamente os olhos, a ponto de se achar, a bem dizer, quase cego. Recuperaria depois a vista; mas naquele momento mal reconhecia as pessoas. Sua ida a Viena, pouco antes, para consultar um especialista em moléstias de olhos, não adiantara grande coisa, e ele voltara para Londres grandemente decepcionado, quase sem esperança de uma breve cura, ou mesmo de uma grande melhora. Afinal, a moléstia o levou para a cama, e ele teve que recolher ao pequeno quarto de solteiro onde dormia.

Foi quando eu soube, uma tarde, que Madame da Gama ia dar um jantar. Custei acreditar que ela fosse banquetear-se no salão da Embaixada quando o marido jazia doente, quase cego, no leito de seu pequeno quarto. E só dei conta do que se passara quando, no dia seguinte, me encontrei com Jorge Santos, 1^o Secretário da Legação de Portugal e um dos convivas da Madame da Gama. Contou-me que houvera de fato o jantar — jantar oficial, com as armas do Brasil gravadas a ouro nos *menus* — mas no qual não figurara um só brasileiro, e muito menos alguém da Embaixada. Tanto que mais de um convidado se havia dirigido a ele, indagando se era um dos Secretários brasileiros.

Assim era essa mulher, original e complicada. Eu não lhe estimava o feitio, e mais de uma vez me perguntei a mim próprio o que seria do pobre Domício, quando uma aposentadoria lhe tirasse as honras e os apanágios de Embaixador. “Que fará o Gama na disponibilidade” perguntava-me do Rio, Maurício Nabuco, quando se começou a ter a certeza de que ele seria afastado do serviço ativo. “Não sei, respondia-lhe. Ele também não sabe. Essa disponibilidade se lhe apresenta como um *impasse*: continuar a residir no estrangeiro não lhe será possível, porque lhe faltam recursos para tanto: e voltar para o Brasil é impraticável. A menos que se dê uma mudança radical em sua vida doméstica, o que por certo irá aumentar ainda mais o seu infortúnio”. É que sempre acreditou que nesse dia Madame da Gama lhe virasse para sempre as costas, e fosse viver sua vida de milionária americana nos hotéis e transatlânticos de grande luxo.

No entanto assim não foi. Ela não abandonou o marido. Não lhe virou as costas. Aceitou, talvez até mais conformada do que ele próprio, a aposentadoria com que o afastaram do serviço ativo. Foi-lhe fiel e dedicada até o último dia de vida. E morto ele, não o esqueceu, como o fizeram tantos brasileiros, mesmo os que se diziam seus amigos. Mais de uma vez voltaria ao Rio de Janeiro para visitar-lhe o túmulo, para render-lhe a homenagem de sua fidelidade. Pobre Madame da Gama! Também já não pertence ao número dos vivos. Que a paz a acompanhe no além-túmulo!

* * *

Luís Avelino Gurgel do Amaral (Luís Avelino para os antigos funcionários do Itamaraty, Amaral para os mais modernos) era em Londres o 1^o Secretário. Ali chegara em novembro de 1921, recentemente promovido. Era filho de José Avelino (Gurgel do Amaral), um jornalista do fim do Segundo Reinado, que convivera na roda boêmia do então Juca Paranhos, futuro Barão do Rio Branco, quando este, jovem Deputado por

Mato Grosso, defendia, na imprensa da Corte e no Parlamento, o projeto da Lei do Ventre-livre, elaborado por seu pai, o velho Visconde, então Presidente do Conselho de Ministros, com o mesmo entusiasmo com que ia aplaudir à noite as francesas do Alzar ou da Guarda Velha. José Avelino se fizera depois freqüentador do Palácio Isabel (hoje Palácio Guanabara), onde moravam o Conde e a Condessa d'Eu, e era naquele tempo o centro social e mundano da Corte. Abolicionista já de todo convertido, fizera-se também um pouco republicano, como a grande parte da mocidade do tempo. Isso não o impedia entretanto, de continuar a freqüentar o Palácio Isabel e de dispensar aos donos da casa o respeito e o acatamento de que eram merecedores. É que os tempos eram outros. O espírito de tolerância, cujo grande exemplo era dado pelo Imperador, presidia então os destinos do país, e dava a todos e a cada um a garantia de suas crenças políticas. Proclamada a República, José Avelino seria eleito Deputado federal. Faleceu pouco depois prematuramente.

Da amizade fraternal que o ligara ao então Juca Paranhos, este jamais esqueceria. Ao ser nomeado Ministro das Relações Exteriores, Rio Branco fez-se protetor dos dois filhos de José Avelino, do mais velho, Silvino Gurgel do Amaral, que já era 2^o Secretário de Legação, e do mais moço, Luís Avelino, que nomeara Amanuense da Secretaria de Estado. Este nos contaria tudo isso num delicioso livro de memórias que publicou, intitulado *O Meu Velho Itamaraty*.

Silvino iniciara a carreira como auxiliar da Missão Especial em Londres, presidida por Joaquim Nabuco, encarregada de defender nossos direitos sobre os limites com a Guiana Inglesa. Tinha ali por colegas Domício da Gama, Oliveira Lima e Graça Aranha. No meu tempo de Londres Silvino era Embaixador em Santiago do Chile, mas pouco depois seria removido para a Embaixada em Washington. Foi quando o conheci pessoalmente, ao passar ele por Londres a caminho dos Estados Unidos, num jantar que Carlos Martins, então Encarregado de Negócios, deu em sua honra no Hotel Claridge. Mais tarde iria ser removido para Tóquio, onde seria aposentado.

Ouvi dizer que ficara muito ressentido com essa aposentadoria, e que, para marcar seu desgosto, decidira queimar o uniforme de Embaixador, espécie de *auto-da-fê*, e para assistir ao ato convidara seus colegas estrangeiros acreditados no Japão. A história seria de todo original, com um saboroso cunho de Idade Média, e teria pelo menos muito pitoresco. Mas não é verdadeira. Tenho disso o testemunho do então Secretário da Legação do Uruguai no Japão, depois Ministro em Bruxelas e hoje aposentado, Eduardo de Arteaga, que me disse que toda a reação de Silvino, ao ser aposentado, foi desfazer um jantar que já tinha organizado. O que foi, no meu parecer, de mau gosto, sendo melhor que desse, apesar de tudo, o seu jantar, como bom diplomata que era, fazendo *bonne mine à mauvais jeu*.

Quando no início da carreira, Silvino publicara um grosso volume sobre a vida de Grotius, o internacionalista flamengo, com o qual o Professor Sá Viana nos chateava nas aulas de Direito Internacional Público na Faculdade de Direito. O livro de Silvino, compilação de vários autores, era sobretudo importante pela sua espessura. Publicando-o, logo entendeu de se candidatar a uma vaga na Academia Brasileira de Letras, em competição com Euclides da Cunha, que já era autor de *Os Sertões*. Escreveu ao seu colega e amigo Graça Aranha, pedindo-lhe o voto. Graça Aranha era sócio fundador da Acade-

mia, por interferência de Machado de Assis e de Joaquim Nabuco, pais da Academia, e dos quais Graça era escudeiro. Mas este negou-lhe o voto, dando-lhe ao mesmo tempo uma espécie de reprimenda, por querer candidatar-se à imortalidade acadêmica com um só livro publicado. Publicasse outros, dizia, firmasse a sua reputação literária, e voltasse então candidato à Academia. O engraçado no caso, era que Graça Aranha, quando Machado e Nabuco o puseram na Academia, não tinha um só livro publicado, pois sua primeira obra *Canaãn*, só mais tarde seria dada ao público, justificando, assim, a sua imortalidade acadêmica. Quer dizer que antes de o ser já era. Como o peixe chamado “pescado”. Com relação à candidatura acadêmica de Silvino, é o caso de dizer como Alain — ‘É mais fácil *enfrentar* um acontecimento, do que o receio de enfrentá-lo”.

* * *

Apesar de irmãos, esses dois Amarais nada tinham de comum. Eram mesmo a antítese um do outro. O que faltava ao mais moço de vontade, de espírito de decisão, de desejo de aparecer, de arrogância e de autoritarismo, sobrava largamente no mais velho. Em compensação este não tinha a doçura de caráter, a tolerância e a desambição que tinha o mais moço. Luís Avelino se casara, quando Secretário da então Legação do Brasil em Santiago do Chile, com a filha do nosso Ministro ali, Lorena Ferreira. Ela se chamava Daisy, e era a mais suave das criaturas, dessas que não sabem o que é ficar irritada. Podia ter, por vezes, a pretensão de estar zangada, mas, como lhe faltava essa reserva interior de explosivos, de que se alimentam os que os franceses chamam *mauvais caractères*, essas irritações eram de pura superfície. Irritações que se dissolviam por si mesmas, como a brisa que fazia tremular as flores que desabrochavam no velho parque de Kensington.

Quando cheguei a Londres, Lorena Ferreira morava com a filha e o gênro em Lancaster Gate. Era um velhinho vivo e muito esperto, dono de uma memória que faria inveja a muito *jovencito*. Eu gostava de ouvir-lhe as reminiscências que guardava da carreira. Eram o encanto de alguns de meus serões londrinos. No tempo do Império fora Adido à nossa então Legação em Londres, quando conhecera o velho Gladstone, pelo qual conservava ainda toda a admiração. Mais de uma vez o encontrara nas ruas da cidade, e não era sem uma certa emoção que me referia, passados tantos anos, esses famosos encontros com o *great old man*.

Tinha Lorena por chefe, naquela ocasião, o Visconde de Arinos, com Araújo Beltrão (cunhado de Oliveira Lima) 1^o Secretário, Lorena, Eduardo Lisboa e Graco de Sá Vale, como Adidos. Este cargo, naquele tempo, correspondia a 2^o Secretário de hoje. Arinos foi o último chefe da nossa Legação em Londres ao tempo do Império, e a maneira pela qual deixou o cargo vale ser contada. Quando menos não seja para se julgar o caráter dos nossos homens naquela época — no caso os nossos diplomatas. Conheço esses fatos por tê-los ouvido em Londres do próprio Lorena Ferreira.

Assim que foi na tarde de 23 de novembro de 1889 que se recebeu naquela cidade um telegrama do Governo Provisório brasileiro, comunicando a queda do regime imperial e subsequente proclamação da República. Sabedor do que se passava no Brasil, o Visconde de Arinos, que estava em Paris, dali telegrafou para Londres, pedindo que os

funcionários da Legação o fossem esperar na Victoria Station, onde ele contava desembarcar.

Ali chegando, virou-se para Araujo Beltrão e perguntou:

– Então, Sr. Beltrão, que me diz o Sr. com relação aos tristes acontecimentos que se estão passando em nossa terra?

Como Beltrão nada dissesse, ele acrescentou:

– Não cumprirei as ordens desse Governo revolucionário! O governo legal no Brasil é o Governo do Imperador. Só a ele devo respeito e acatamento.

A essa altura interveio Lorena Ferreira, para dizer que no caso de o Visconde de Arinos agir com o propósito de desprezitar as ordens do Governo Provisório, ele seria forçado a não mais reconhecê-lo como Chefe da Legação. Entendia que se devia acatar o Governo da República, que naquele momento era o único que existia no Brasil. Outra atitude seria impatriótica, e só serviria para entregar o Brasil às aventuras de uma guerra civil.

Diante dessa declaração de Lorena, Sá Vale declarou que acompanharia o proceder do seu colega. O mesmo disse Eduardo Lisboa, confessando, entretanto, que era e continuara a ser monarquista, mas era um homem pobre que precisava do cargo para o seu sustento. Beltrão continuava a guardar silêncio. Voltou a falar o Visconde de Arinos, para dizer:

– Bem, conversaremos amanhã cedo na Legação. Os senhores podem se retirar.

No dia seguinte, Lorena Ferreira foi o último a chegar à Legação, que funcionava então no Piccadilly. Ao perguntar a seus colegas pelo Visconde, teve como resposta do Beltrão: “Já não é mais Ministro. Partiu hoje cedo para Paris”. A Legação passou assim a prestar obediência ao Governo da República. E três meses depois chegava a Londres, para ser ali o novo Ministro, Sousa Corrêa, transferido da Legação em Haia.

Resta dizer que Lorena Ferreira já era republicano sob o Império. Beltrão, se não era republicano, aceitou e serviu a República até 1912, quando pediu aposentadoria, indo morrer em 1924. Quanto a Grato de Sá Vale, também serviria a República, falecendo em 1926 como Ministro Residente aposentado. Tinha um irmão, Raimundo (ambos filhos do Visconde do Desterro, todos maranhenses), “republicano histórico” no Rio, e como tal foi nomeado Cônsul nos primeiros anos da República. Iria morrer em Barcelona, como Cônsul Geral, em 1914. Se os conheci, não me lembro deles. Mas conheci muito bem sua filha, Ritinha, já viúva de um espanhol chamado Porta, e falecida poucos anos atrás. No Rio, poucos meses depois de proclamada a República, ela me teve mais de uma vez ao colo. Dizia-me sempre isso, e era verdade, pois minha mãe sempre confirmara.

* * *

Não tendo filhos, nem um cachorrinho para distraí-los, o casal Amaral era muito -unido, o que nem sempre acontece, muito amigo um do outro. E naquilo que fazia o essencial na vida, se entendiam com a mais perfeita compreensão. Tinham na companhia deles a Ruth, uma inglesa que era a mais perfeita das *house-keepers*. Tão perfeita que valia a pena ser mostrada como modelo dessa espécie de empregadas, que infeliz-

mente vai hoje desaparecendo, se não desapareceu de todo. Porque os criados de hoje, desta era socialista e quase comunista, não querem mais ser dirigidos, e quando muito, apenas aturam os patrões — que se chamam hoje empregadores.

Os criados de antigamente podiam ter os seus defeitos. Mas sabiam servir, ou antes, *queriam* servir. Tinham de seus deveres uma concepção que acredito não se adaptaria hoje ao espírito do tempo, mas que correspondia em todo o caso à verdadeira profissão que exerciam. De fato eram profissionais. Os de hoje não querem sequer ser *criados*, e, quando muito, aceitam ser chamados de *empregados*. Mas tirando do emprego o máximo de proveito com o mínimo de obrigações. Faz-me lembrar a frase que o grande escritor português Fialho de Almeida escreveu-me quando lhe pedi um autógrafa: “Vive aproveitadamente a tua vida, dela sacando o máximo de benefícios no mínimo de esforços”. Eu não era ainda diplomata. Mas, se o fui depois, de nada me serviu esse conselho, pois, se acaso vivi aproveitadamente a minha vida e dela tirei o máximo de benefícios, foi tudo a custo de muitos esforços. Não direi de *máximos esforços*. Ainda por que a estrela da boa sorte sempre me ajudou em toda a minha longa carreira.

* * *

Bem. Os criados de antiguidade. A Duquesa de Clermont-Tonnerre se admirava de os do pai, o Duque de Gramont, ficarem acordados, esperando que os patrões voltassem da Ópera ou de um jantar, até altas horas da noite. De fato assim era, e esse estado de coisas ainda duraria alguns anos. Em Lisboa, quando eu era aqui Conselheiro da Embaixada do Brasil, por volta de 1938, nossos empregados se sujeitavam voluntariamente a isso sempre que saíamos a visitas. É verdade que Portugal, nessa como noutras coisas, era considerado *atrasado* de cinqüenta anos. O que se considera adiantado é o que se sabe. Tínhamos uma arrumadeira que era uma jóia de pessoa. E que, depois que deixei Lisboa, passou a servir com Ribeiro do Couto, meu substituto na Embaixada. Chamava-se Maria. Escrevendo-me de Lisboa em dezembro de 1945 dizia Ribeiro do Couto: “A vantagem aqui é ter como criada de mesa a Maria (foi sua criada e fala com ternura do casal Lyra), sempre como um espeto e diligentíssima: atende aos telefones, compra-me coisas, só lhe falta fazer-me versos”. A boa Maria ainda vive, Deus louvado! Casou. Engordou. E de vez em quando aparece em nossa casa.

O velho Duque de Doudeauville era conhecido em Paris pelos seus carros, seus cavalos de puro sangue, que todas as manhãs eram arreados e colocados nos varais das carruagens, saísse ou não saísse o Duque. Não se esperava que ele desse ordens: tinham que ser atrelados todas as manhãs. Se ele acaso ficava em casa, limitava-se a chamar o mordomo à noite, antes de deitar-se, e dizer: “Mande desatrelar os cavalos”. Mas isso era no começo do século. E hoje?

Doudeauville se casara em primeiras núpcias com uma Princesa Polignac, neta do célebre Ministro de Carlos X e autor das funestas *Ordonnances*, de julho de 1830, dissolvendo a Câmara dos deputados e atacando o clero francês. E que provocaram a queda da Monarquia legítima e prepararam a subida do ramo Orléans ao trono francês. Polignac, mais tarde, penitenciando-se desse erro e à guisa de justificação, dizia

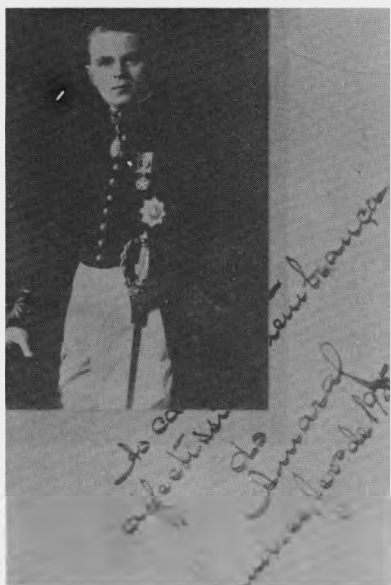
que as *Ordonnances* lhe tinham sido ditadas pela Virgem Maria, que o inspirava todas as noites em seu quarto de dormir. A que Doudeauville, sempre malicioso, ponderava: “Então tem mais sorte do que São José”. O velho Duque tinha tantos netos e sobrinhos-netos que não podia sequer reconhecê-los, quando lhe traziam em bando, no dia do seu aniversário natalício, à sua casa da Rua de Varenne. Uma vez mandaram-lhe por troça o filho de uma *cocotte*, a quem ele abraçou e deu um brinquedo, na convicção de que fosse um dos netos.

* * *

Voltando a Londres do meu tempo. Amaral tinha vindo removido de Washington, que ele detestara — Washington e os Estados Unidos. Sobretudo a vida ali, a multidão tumultuada das ruas americanas, os empurrões no *sub-way* de Nova Iorque, o calor asfixiante de Washington no verão, as velhas *leaders* sociais de Massachusetts Avenue, desfrutáveis e metidças. Em Londres sentia-se outro. Era um desafogo para ele viver no meio ordeiro e seguro de Londres, no ambiente aristocrático de Mayfair. Se ia ao teatro, se ia ao cinema ou a um restaurante, se saía de um grande armazém, do Selfridge ou do Harrods, não se sentia empurrado, espremido, quase esmagado contra as paredes ou os ombros largos do seu vizinho, como lhe acontecia em Washington e sobretudo em Nova Iorque. “Aqui há lugar para todo o mundo, seu Lyra”, me dizia ele com ar de profundo alívio. É claro que exagerava um pouco com relação à vida das grandes cidades americanas. Mas em verdade não havia comparação entre a vida tumultuosa que se levava ali e a que tínhamos em Londres, onde tudo corria como devia ser, sem maiores riscos nem tropeços para quem quer que fosse.

Costumávamos sair juntos da Embaixada todas as tardes, terminado o expediente na chancelaria. Gostávamos de andar. Subíamos a pé Oxford Street, Regent Street, até o Piccadilly. Por vezes prolongávamos a caminhada até perto do Green Park. Um acidente de rua, uma vitrina mais vistosa, um raro conhecido, e parávamos um instante, para prosseguir os depois, lentamente, com aquela segurança que nos dava a disciplina das ruas de Londres. Às vezes entrávamos no Selfridge, o grande armazém do West-End, situado em Oxford Street, para compra de um objeto qualquer. Amaral era um grande curioso e gostava de percorrer as amplas salas do armazém, atraído por qualquer coisa nova que ele ainda não conhecia, galgando-lhe as escadas, tudo vendo, tudo esmiuçando, com aquele seu olhar agudo e penetrante.

Achava as empregadinhas do Selfridge, uns amores, sobretudo as de cabelos chamados de *fogo*, isto é, de cor amarelo dourado, e pele cheia de sardas. Achava-as irresistíveis. Era o seu fraco. E nessas ocasiões era prudente puxá-lo pelo braço e tocar para diante... Está claro que o entusiasmo que elas lhe inspiravam sumia-se logo que deixávamos o armazém. Caindo de novo na realidade, que era a multidão de mulheres horríveis que enchiam as ruas da cidade. suas expansões se diluíam como nuvens de vapor d’água. E voltávamos ambos para as nossas casas. A princípio morávamos os dois em Lancaster Gate. Ele numa casa de apartamentos, e eu num dos muitos hotéis que havia por ali. Depois tomaríamos outros rumos. Passei algum tempo no Hotel Piccadilly, que era um dos grandes hotéis de Londres, meio sofisticado. De-



Luís Gurgel do Amaral, 1º Secretário da Embaixada do Brasil em Londres



Camilo de Oliveira, 2º Secretário da Embaixada



Helena de Castro Barbosa, vestida para ir a uma *court* em Buckingham Palace



O Rei Eduardo VII



Joaquim Nabuco



Barão de Penedo



Sousa Corrêa

pois passei a morar num *bachelor flat*, em Baldeston Street, e Amaral, voltando Lorena Ferreira para o Brasil, em *Peter Pan House*, em Bayswater Road, em frente ao Hyde Park, numa casinha de puro estilo Luís XV, que era uma jóia e única, talvez, quanto ao gênero, em toda a cidade de Londres. Antes do Amaral havia morado ali o 1.º Secretário da Embaixada de Portugal, Jorge Santos, com a mulher e os dois filhos menores. Divorciando-se depois dessa mulher, iria casar-se com uma filha do Marechal Carmona, então Presidente da República Portuguesa, Maria Inês, que ainda hoje vive e é uma das nossas boas amigas. Jorge Santos terminou sua carreira como Embaixador em Buenos Aires. Iria depois aposentar-se e falecer em Lisboa. Era um tipo que tinha muito espírito, e gostava de contar histórias. Uma dessas era esta: ele ia descendo uma rua de Lisboa, quando viu um homem que vinha em sentido contrário, sorrindo e olhando para ele. E, quando ambos se cruzaram, o tipo o fez parar, abraçou-o efusivamente e exclamou: “Seu Marcondes, há quanto tempo não o vejo!” Santos afasta-o, olha para o outro, novos abraços, e diz: “Nascimento, você por aqui, quanto prazer!” A que o outro respondeu muito sério, dizendo: “Mas eu não me chamo Nascimento.” E Santos: “Nem eu me chamo Marcondes!...”

* * *

Quando Camilo de Oliveira, voltou das férias no Brasil, em maio de 1923, e chegou o novo Adido Naval, Comandante Américo Pimentel, mais Armindo de Melo Franco, irmão de Afranio, como Ministro Adido à Embaixada (não tínhamos ainda Ministros Conselheiros), transferido pouco depois para Ministro em Haia, onde iria falecer — ficou completa a nossa família diplomática de Londres. Armínio era solteiro, mas Américo Pimentel era casado. Chegou com a mulher e os filhos, rapazes e raparigas, gente simpática e acolhedora. Instalaram-se num apartamento do nº 38 em West Cromwell Road, casa aberta a todos os brasileiros de Londres. Ali passei um alegre Natal em 1924. Pimentel era um homem simples, pouco afeito a coisas diplomáticas e, além do mais, algo distraído. Assim que, ao chegar a Londres, quando ia à chancelaria, chamava Domício da Gama, por vezes, de “Desembargador”, no que não havia mal nenhum. Ainda porque, dizia Domício, rima com “Embaixador”. Mas o pior era que chamava Madame da Gama de “Imperatriz”, no que Domício não gostava, achando, talvez, que Pimentel divertia-se à custa dele ou à custa da mulher. E um dia disse: “Olhe, Comandante, o sr. precisa aprender a chamar-nos; eu não sou *Desembargador*, nem minha mulher é *Imperatriz*. Eu ainda podia passar como o Sr. me chama. Mas minha mulher não gosta nem tem a mínima pretensão de passar por *Imperatriz*”.

Eu considerava Camilo de Oliveira um mineiro civilizado, quero dizer, com todas as formas de processos da civilização ocidental, perfeitamente à vontade no mundo cosmopolita da capital inglesa. O fato era de assinalar-se em quem nascera na longínqua Itabira do Mato, quer dizer, em pleno sertão mineiro, e fora educado no meio provinciano de Belo Horizonte, quando a capital mineira não passava de uma cidadezinha pacata, onde toda a vida social e política se fazia à porta das farmácias ou no clube local. O mineiro é em geral muito esperto, ou melhor, muito sabido, mas tem sempre um todo provinciano. E era justamente o que não tinha Camilo. Além

dele só conheci um outro mineiro integrado na civilização européia — Afrânio de Melo Franco. Mas, se não era um provinciano, tinha, em todo o caso, um quê de latino-americano.

Camilo gostava de Londres. Só que não tolerava o fumo que saía dos tubos de escape dos automóveis, evitando passar pelas ruas de maior movimento. “Esse fumo provoca o câncer”, dizia-nos. Foi a primeira vez que ouvi falar em poluição do ar, isso há quase cinquenta anos! Hoje essa poluição é um flagelo público.

Camilo fora meu colega de turma no Itamaraty, quer dizer, entramos ali no mesmo ano, 1916, como Adidos à Secretaria de Estado. Era, pois, um velho conhecido e bom amigo meu, como continua a ser até hoje. Já somos velhos de idade, é verdade. Mas a amizade que nos une, há mais de cinquenta anos, ainda tem toda a força de nossa juventude. De todos nós na Embaixada, ele era o mais “inglesado”. Inglesado no vestir, na apreciação geral das coisas, mesmo nos preconceitos. “Inglês até os ossos”, como dizia José Liberato do Marquês do Funchal. Era um grande admirador da Inglaterra, dos ingleses, dos costumes e da educação inglesa. De tudo que era inglês, em suma. Sofria, naturalmente, a influência do meio, como uns poucos brasileiros que por ali passaram, no que não havia nenhum mal. Antes pelo contrário.

Porque, para o geral dos brasileiros, de caráter inflamado, de paixões ardentes, de sentimentos exaltados, a influência inglesa só podia ser um bem. Se tivesse sido possível fazer passar pela Inglaterra, num estágio mais ou menos prolongado, todo brasileiro com responsabilidades no destino do país ter-se-ia, possivelmente, evitado muito erro ou muita decisão precipitada dos nossos governantes, quiçá mesmo muita revolução ou golpe de Estado. Com todos os seus defeitos, o inglês sempre foi um exemplo de bom-senso, de equilíbrio e exata compreensão das coisas. No caso de Camilo, ele sofria, é certo, a influência inglesa; mas era certo também ser o brasileiro menos necessitado dela, pois já trazia consigo todas essas qualidades. Por sua cultura geral, por seu tato, pela habilidade com que mascarava o fundo autoritário de seu temperamento, por suas qualidades de educação e de sociabilidade, podia sentir-se perfeitamente integrado no meio inglês — inclusive no perfeito conhecimento que tinha do idioma do país.

Para ser completo, só lhe faltava uma bela estampa, um porte alto. Porque ele era da minha raça, quero dizer, enfezado e pequeno, e isso destoava naturalmente no meio inglês, muito embora o londrino não fosse geralmente de grande estatura, como eram, por exemplo, os escoceses. Se fôssemos Secretários com o Barão de Penedo, por certo que não seríamos do agrado do chefe, que, sendo um homem alto e corpulento, não estimava os Secretários enfezados. Como acontecesse certa vez que os Secretários e Adidos da Missão fossem todos os de pequena estatura, Penedo recusou peremptoriamente levá-los consigo a uma recepção na Corte, porque não estava, disse, para se apresentar ali com um colégio de meninos.

Nossa sala de trabalho na Embaixada ficava, como já disse, nos fundos, com uma larga janela dando sobre o pátio. Era um aposento relativamente grande, de paredes sombrias, com um tapete avermelhando cobrindo-lhe o chão. Numa pequena chaminé ardia, no inverno, um fogo esperto e acolhedor. Camilo de Oliveira e eu ocupávamos os dois lados de uma grande mesa, em *tête-à-tête*; e numa outra mesa, à pouca distância, trabalhava o 1º Secretário Luís do Amaral. Ao lado de nossa mesa havia uma menor, com uma máquina de escrever: eram os domínios do Adido Olavo de Araújo.

Das paredes da sala pendiam três grandes retratos, ou antes, três grandes fotografias, fartamente ampliadas, de antigos chefes da nossa Missão em Londres: Barão de Penedo, Sousa Corrêa e Joaquim Nabuco. Todos três ostentavam seus uniformes de Ministro — porque no tempo deles não tínhamos ainda Embaixadores; essa fauna só muito mais tarde é que iria brotar entre nós, e sabe Deus com que vigor e capacidade de reprodução! Os uniformes de Penedo de Sousa Corrêa ostentavam várias condecorações, enquanto o de Joaquim Nabuco chamava a atenção pela absoluta ausência desses objetos. É que Nabuco fora Ministro em Londres poucos anos depois de implantada a República, quando a nova Constituição proibia a aceitação e o uso de condecorações e de títulos nobiliárquicos estrangeiros. Lembro-me de que meu pai, quando morava em Bruxelas, em 1910, fora um dia surpreendido com a condecoração da Ordem Leopoldo, que lhe mandaria o Governo Belga. Não podendo, porém, aceitá-la, em virtude do texto constitucional, limitou-se a guardá-la numa gaveta, sem lhe acusar sequer o recebimento. Devolvê-la, seria de sua parte uma indelicadeza. Ainda tenho hoje, como lembrança, essa condecoração belga.

Mais tarde, depois da guerra de 1914, quando os Aliados de então entenderam premiar com suas cruces todos quantos haviam concorrido para a entrada do Brasil na luta, é que se achou mais cômodo pôr de lado os escrúpulos constitucionais e aceitar-se publicamente toda e qualquer condecoração. Por sinal que o iniciador ou um dos iniciadores dessa pequena infração da Carta Magna foi precisamente o principal de seus autores, ou inspiradores, Rui Barbosa, que, graças à sua sofística, elástica e ilimi-

tada, encontrou um nunca acabar de razões para aceitar o Grande Oficialato da Legião de Honra, que lhe foi dado solenemente por Paul Claudel, Ministro de França no Rio.

* * *

Dos três chefes da antiga Legação em Londres, que nos inspiravam, com suas austeras e frias efígies, em nossa sala de trabalho, um, o Barão de Penedo, deixou, no serviço diplomático brasileiro, a lembrança, que perdura até hoje, de seus dotes de inteligência, de caráter e de todas as qualidades que fazem um bom diplomata. Não era de carreira: Deputado Geral, fora despachado Ministro do Império em Washington, de onde se passaria mais tarde para Londres, onde iria representar o Brasil até quase o fim da nossa Monarquia. Por ocasião de desavença que tivemos com a Santa Sé, por causa da desastrada questão com os Bispos do Norte, ele foi mandado em missão especial a Roma, a fim de obter do Santo Padre, que era então Pio IX, a condenação espiritual dos dois prelados que se tinham oposto às leis do Império. Nada obteve, entretanto, menos por sua culpa do que pela inabilidade do Gabinete Imperial do Rio. E também pelos subterfúgios sofisticados em que a política do Vaticano é mestra.

Sua longa residência em Londres, pode ser citada como uma das páginas mais brilhantes de nossa diplomacia. É verdade que foi também, até certo ponto, das mais favorecidas, no sentido de que Penedo teve por si uma série de circunstâncias, inclusive seus dotes de homem do mundo, feitos, por assim dizer, sob medida, para a Inglaterra; e sobretudo as excelentes possibilidades de exercê-los. Sim, porque não bastava possuir esses dotes, sobretudo num país de corte e de vida cara como era a Inglaterra: era mister também ter os meios materiais de os pôr em prática.

Penedo não era homem de fortuna. Mas tinha, para gastar, além dos vencimentos de Ministro, as percentagens ou gratificações que recebia pelos empréstimos brasileiros feitos em Londres. Com isso ele se permitia levar na capital inglesa uma vida de verdadeiro fausto. Em seus salões de Grosvenor Gardens, isto é, no coração do bairro aristocrático da cidade, recebia o que havia de melhor na sociedade inglesa, a começar pelo então Príncipe de Gales, depois Rei Eduardo VII, cuja simpatia soubera conquistar.

* * *

Criticou-se muito nesse tempo o fato de ele receber as comissões dos nossos empréstimos, pagas geralmente pela Casa Rothschild. À primeira vista, podia parecer que o negócio fosse pouco limpo. Mas é preciso dizer que o pagamento dessas percentagens era uma praxe nos meios financeiros europeus, e se fazia indistintamente a todo aquele que estivesse encarregado por um Governo estrangeiro de levantar um empréstimo. Se o Barão de Penedo, por escrúpulo ou outro qualquer motivo, não as recebesse, não beneficiaria com isso o Brasil, mas unicamente os banqueiros, que guardariam a comissão para si.

Era, portanto, mais do que lícito a Penedo recebê-la, já que era ele o encarregado de negociar os empréstimos, na sua qualidade de Ministro do Brasil. E com tanto me-

nos acanhamento quanto se sabia que não tirava dessas gratificações nenhum proveito próprio, mas as empregava todas na representação de seu cargo de Ministro do Império. Quer dizer que, em última análise, quem se beneficiava de fato com elas era mesmo o Brasil.

Para o futuro, as negociações sobre os empréstimos brasileiros em Londres deixariam de ser confiadas ao chefe de nossa representação diplomática ali, que ficaria encarregado apenas de assinar, todos os anos, os títulos desses empréstimos. Recebia então da Casa Rothschild, como retribuição pelo serviço, às vezes um convite para almoçar, outras vezes uma lembrança qualquer. Quando, em 1925, coube a Carlos Martins assinar esses “coupons”, na qualidade de Encarregado de Negócios, ele recebeu, como lembrança, uma caixa de charutos. Mas de tão ruim qualidade que se apressou em devolvê-los aos Rothschilds, com a declaração de que não costumava fumar charutos daquela espécie. Martins era um grande fumador de charutos, e prezava tanto a boa qualidade deles quanto o decoro do cargo.

* * *

Muita fantasia se tem escrito sobre as relações de Penedo com o então Príncipe de Gales, que não chegaram nunca ao grau de intimidade que se disse depois, com o nosso péssimo costume de afirmar o que não se sabe. Mas é um fato, em todo o caso, que o herdeiro da coroa britânica freqüentava a Legação do Brasil. E isso era já uma exceção num meio de rigorosa etiqueta como era o de Londres ao tempo da Rainha Vitória. Possivelmente as relações pessoais entre ambos não passaram dessas visitas. É certo, entretanto, que a estima ou espécie de simpatia que existiu entre os dois ficaria como uma tradição nos meios diplomáticos chegados à Legação do Brasil, e dela beneficiaram não só Sousa Corrêa, que foi Secretário com Penedo e seria depois um de seus sucessores na Legação, como sobretudo o Marquês de Soveral, Secretário e depois Ministro de Portugal ali. Tudo faz crer que Soveral se aproximou do Príncipe de Gales em casa de Penedo, ali o conheceu de perto, conquistou sua simpatia, e tudo o mais que favoreceu uma amizade que o deveria unir mais tarde não só ao herdeiro do trono como a toda a família real britânica. Uma amizade que continuaria depois da morte de Eduardo VII e da entronização do filho, Jorge V, como Rei da Inglaterra. O escritor português Luís de Magalhães, seu amigo, num artigo que escreveu por ocasião do 1º aniversário da morte de Soveral (em 5 de outubro de 1920), refere-se a uma fotografia estampada na revista londrina *Sketch*, em 1912, de um *party* no castelo do Duque de Richmond, e na qual se via um grupo de hóspedes do Duque. Sentado, no primeiro plano, ladeado por várias personagens, no centro da fila, se via Soveral. E atrás da cadeira deste, de pé, à direita do Duque de Richmond, o próprio Rei da Inglaterra, Jorge V. “O Rei de pé, atrás e Soveral adiante, sentado!”, comenta Luís de Magalhães, que acrescenta: “Esta familiaridade com o próprio Soberano inglês, derogando toda a etiqueta, exibida em público e assim revelada a um país inteiro por um jornal de larga tiragem, era bem de molde para cercar esse homem da popularidade e consideração geral que o tornavam uma figura londrina, em toda a parte acolhida e saudada com simpatia e respeito”.

Antes de ir para Londres, Soveral era Secretário em Madrid, onde se “esboçava, diz Joaquim Paço d’Arcos em *Pedras à Beira da Estrada*, o projeto de casamento do futuro Rei Dom Carlos com a Infanta Eulália de Espanha. Mas a fogorosa Princesa, que ficara, por esquecimento do tempo, fora das telas do Velásquez e do Goya, não quis ouvir falar do futuro Monarca que lhe destinavam para marido, de tal forma se perdera de amores pelo diplomata moço e brejeito que se aperfeiçoava no trato das personalidades realengas, em que seria mestre, que, divulgado o escândalo, Soveral recebeu ordem de transferência de Madrid em 24 horas”.

Transferido para Londres, iria encontrar aí a sua sorte na carreira, por que teria oportunidade de desempenhar na Inglaterra um papel que dificilmente alcançaria em outro posto. Secretário e depois Ministro de Portugal, obteria em Londres e outras capitais européias, um sucesso que nenhum outro diplomata português teria igual.

Ficaria em Londres até a queda da Monarquia em Portugal, quando, então, inconformado com a República instalada em seu país, deixaria o serviço diplomático. Sua residência em Londres, como Ministro de Portugal, só teria uma interrupção de dois anos, 1895 a 1897, quando Hintz Ribeiro o chamou para gerir a pasta dos Negócios Estrangeiros. Nesse tempo ele era apenas Luís de Soveral. Podia usar o título do pai — Visconde de São Luís. Mas nunca o reivindicou. E foi somente depois da queda do Gabinete Hintz que, sendo feito Par do Reino, ele receberia do Rei Dom Carlos o título que o iria imortalizar — de Marquês de Soveral.

* * *

Soveral mais tarde se tornaria um homem relativamente rico, graças às sucessivas heranças que iria receber. Mas grande parte da carreira viveu sempre em aperturas financeiras, com sua tendência a levar vida de grão-senhor, gastando sem medida nem discernimento. Quando Secretário em Viena quase chegou a passar fome, e mais de uma vez se viu reduzido a chá com torradas. Em Berlim, suas desordens financeiras acabaram numa reclamação do Ministério de Estrangeiros, provocada pelos repetidos protestos de credores. Foi nessa ocasião que, sem receber resposta às muitas cartas que escrevia para a família, pedindo dinheiro, resolveu vir pessoalmente a Portugal, tentar o recurso de um empréstimo junto a um dos seus muitos parentes ricos.

Foi procurar um tio solteirão que morava no Porto. Aconteceu que no dia que ali apareceu, esse tio morria repentinamente de um ataque de coração. Soveral não teve muito tempo de lamentar-se de sua pouca sorte, porque logo viu que o tio lhe deixava em testamento toda a fortuna. Comentava Alberto de Oliveira, que fora seu amigo: “E Soveral, que viera de Berlim para obter um empréstimo de uns centos de libras, levava de volta uma fortuna.” Desde então a sorte não o deixaria esquecido. Anos depois recebia a herança de outro tio, diplomata como ele, o Visconde de Soveral. E quando morreu Artur de Rothschild, um de seus grandes amigos de Londres, lá estava o nome dele entre os contemplados no testamento.

Artur era irmão de Lorde Rothschild, o chefe da casa. Era amigo fraternal de Soveral, e mais de uma vez o tirara de apuros. Como na ocasião em que Eduardo VII veio em visita oficial a Portugal e Soveral se viu na obrigação de homenageá-lo antes

da Legação. Aconteceu, porém, que ele acabava, nessa ocasião, de mudar de casa, e a nova residência que alugara não tinha como móveis senão umas poucas peças avulsas. De sua propriedade Soveral possuía apenas a mobília do quarto de dormir. Embarrado, apelou para o amigo Artur, que depressa fez transportar seus móveis, tapetes, quadros, pratas e louças para a Legação de Portugal, dando assim ao ambiente o luxo e o conforto indispensáveis para a recepção ao Rei.

Mas este soube da manobra, por indiscrição de alguém. E, para pôr em apuros Soveral, crivou-o de perguntas indiscretas ao apreciar o mobiliário da Legação, sobre a origem de tanta coisa bonita, de tanto objeto de arte, de tanto móvel de valor. Premido, Soveral acabou confessando que tudo aquilo pertencia a Artur de Rothschild, que o cedera para melhor receber o Rei. Mas, como homem educado e com a presença de espírito que nunca lhe faltou, pediu desculpa à Sua Majestade por ousar recebê-lo num ambiente emprestado, assegurando-lhe, em todo o caso, que as paredes da casa eram bem da Legação, e que ele, Soveral, pertencia inteiramente a si próprio, muito embora, de vez em quando, ficasse empenhado a um credor mais impaciente.

* * *

Sousa Corrêa foi Ministro em Londres nos primeiros anos da República. Fora mandado para lá a fim de pleitear o reconhecimento do novo regime pelo Governo Britânico, coisa que obteria cerca de um ano depois da proclamação da República no Brasil. Neste particular, o Governo Provisório foi inteligente: compreendendo que não lhe seria fácil ser aceito pelas grandes potências européias se a missão do reconhecimento fosse confiada a diplomatas improvisados, tirados das fileiras republicanas, gente em geral bisonha e sem traquejo internacional confiou essa tarefa aos experimentados diplomatas do Império que, não sendo obrigados a abjurar suas crenças políticas, aceitaram esse encargo por patriotismo, em benefício da ordem, da paz e do bom nome do Brasil no estrangeiro. Despachou, assim, entre outros, Sousa Corrêa para Londres e o Barão de Itajubá para Berlim.

Sousa Corrêa era diplomata de carreira. Percorrera todas as etapas do serviço, desde o cargo inicial de Adido, que correspondia ao atual de 3^o Secretário de Legação, até o de Ministro Plenipotenciário, função que desempenhou em Madrid, Washington, Santa Sé, Haia e, finalmente, Londres, onde devia morrer subitamente em 1900. Nessa ocasião negociava com o Governo britânico um acordo direto sobre os nossos limites com a Guiana Inglesa, pelo qual o gabinete de Londres reconhecia o direito do Brasil à grande parte do território que um laudo injusto do Rei da Itália nos iria depois arrebatar. A morte prematura de Corrêa foi para nós, sob esse sentido, uma perda irreparável. Pouco antes, ele conseguira levar a bom termo o caso da Ilha da Trindade, que a tradicional cobiça do Leão britânico nos tentaria roubar, sob o falso pretexto de que a Ilha estava abandonada, quando na realidade ela estava apenas desabitada. Mas, graças à atuação de Corrêa, preparatória da mediação do Rei Dom Carlos de Portugal, a Ilha voltaria à soberania brasileira.

A brilhante ação de Corrêa na Inglaterra não teria sido possível sem suas qualidades pessoais. Pode ele não ter sido um homem de grande inteligência, como Pe-

nedo, e estava longe de possuir a mesma cultura, o brilho e o encanto pessoal de Joaquim Nabuco. Mas tinha muito bom-senso, e esse predicado, ao menos na Inglaterra e com os ingleses, era essencial para qualquer atuação de relevo. Tinha qualidades de compostura, de sociabilidade e de discrição que inspiravam a confiança de todo inglês, o que, somado à excelente situação que se soubera criar na corte de Windsor, lhe dava a garantia antecipada do sucesso.

Quando Secretário da Legação, ao tempo de Penedo, pudera aproximar-se do então Príncipe de Gales, que ele conhecera em casa do Barão Fernando de Rothschild, no Picadilly, um dos centros mais freqüentados pela alta sociedade do tempo. Desde então se criara entre os dois uma simpatia que o futuro só faria ampliar e solidificar. Mais do que Penedo, ele foi um amigo do Príncipe de Gales, o que se explica não só pela semelhança de idade, que facilitava a aproximação entre os dois, como porque Sousa Corrêa, solteirão e de feitio boêmio, como o próprio Príncipe, tinha maiores oportunidades de freqüentá-lo do que o Barão de Penedo, bem mais velho do que o futuro Eduardo VII, chefe de família, e forçado, pela categoria do cargo que ocupava em Londres, a guardar certas reservas a que não estava necessariamente obrigado Sousa Corrêa, simples Secretário de Legação.

De fato este entrou desde cedo para a *roda* do herdeiro do trono, honra que coube apenas a dois outros membros do Corpo Diplomático estrangeiro acreditado em Londres, Soveral, solteirão como Corrêa, e Mensdorff-Pouillt, Conselheiro da Embaixada austríaca e aparentado, pela mãe, com a família real inglesa. Eram os três *habitués* dos fins de semana no castelo real de Sandringham, e à noite eram vistos no camarote chamado vulgarmente *o ônibus*, do Covent Garden, na companhia do Príncipe e de uma meia dúzia de seus amigos ingleses.

* * *

Apesar de tudo, e em contrário também do que se disse com relação a Penedo, as relações de Sousa Corrêa com o então Príncipe de Gales não chegaram a revestir-se de um grau de intimidade que seria em todos os sentidos inadmissível. Em toda a relação com um Soberano, ou mesmo com um Príncipe herdeiro, por mais acessível que seja este, por mais simples e despido de *realeza*, por maior que seja o grau de simpatia que lhe possamos inspirar, é preciso considerar ou ter em conta a natureza mesma do seu cargo, da sua posição, que o coloca por assim dizer, e mau grado ele, acima do geral dos mortais, impedindo, conseqüentemente, que seu trato com outras pessoas ultrapasse uma linha convencional, onde acaba o cerimonioso e começa a intimidade.

É possível que o caráter aberto, o feitio generoso e a educação liberal do futuro Eduardo VII, seu modo de vida e concepção geral das coisas tivessem facilitado o trato com Corrêa, o acesso à sua pessoa e a conquista de sua simpatia. Mas daí a entrar em sua intimidade, sobretudo num meio severo e cheio de etiqueta como era a corte de Inglaterra ao tempo da Rainha Vitória, vai uma enorme diferença. Todos sabemos que o então Príncipe de Gales era um afeiçoado das *boîtes* de Montmartre, dos bastidores dos teatros parisienses e da vida livre e despreocupada dos *boulevards*. Mas isso era em Paris.

Em Londres tudo mudava. O ambiente era outro. A gente era outra. Os costumes eram outros. E ele próprio era outro! Tinha que ser outro! Não era um simples nobre inglês em vilegiatura, disfarçado sob um título qualquer, mas o filho mais velho da Rainha, o herdeiro do trono e responsável por todos os deveres e atribuições que lhe impunha a alta categoria desse cargo. Não estava mais no meio cosmopolita e tolerante de Paris, onde gozava, senão de uma inteira, ao menos de uma relativa liberdade, mas no ambiente rigorista de Londres, cercado por uma sociedade essencialmente conservadora e tradicionalista, sob as vistas severas da Rainha sua mãe, de sua mulher, da fiscalização constitucional do Gabinete e da crítica e livre arbítrio do Parlamento.

Apesar de tudo, ele tributou a Corrêa uma sincera estima. Naquilo que lhe foi possível ceder para estreitar os laços de amizade, que acredito fossem sinceros e desinteressados de parte a parte, ele cedeu. Possivelmente abriu mão de muito preconceito que lhe impunha a realeza para se aproximar o mais possível de seu amigo. Chamou-o para seu parceiro ao *whist*; levou-o como seu companheiro às corridas de Ascot e do Derby; admitiu-o nos jantares privados de Saint James ou no seu camarote do Covent Garden. Fez mais: possivelmente abriu-se uma vez que outra com ele, fazendo-lhe confidências de ordem pessoal que por certo não transmitiria a um amigo inglês. Não porque este pudesse ser indiscreto ou trair-lhe os segredos; mas, como seu súdito, ligado ao seu meio, com seus preconceitos de raça e de educação, não o compreenderia pelo mesmo prisma impessoal e desprevenido por onde deveria observá-lo seu amigo brasileiro.

Corrêa devia morrer subitamente em Londres, em março de 1900. No ano seguinte se extinguiria a Rainha Vitória, e Eduardo, Príncipe de Gales, entraria para a galeria dos Reis de Inglaterra. Não teve, portanto, Corrêa a emoção de ver seu amigo cingir a mais poderosa coroa da terra. Foi melhor assim? Talvez. Não direi que a elevação de seu parceiro de *whist* ao trono de Henrique VIII lhe teria trazido decepções que antes não sofrera. Mas não resta dúvida em que suas futuras relações pessoais com o Soberano teriam que sofrer restrições, ou pelo menos, diretrizes diferentes de antes. Não que a coroa teria podido modificar os sentimentos do Rei a seu respeito, mas porque a distância entre os dois iria ser necessariamente maior do que fora antes. Entre o Secretário brasileiro e o Príncipe de Gales devia ter havido um grau, digamos assim, de camaradagem, que seria impossível entre o Rei de Inglaterra e o Ministro do Brasil. A dignidade mesma do cargo real ou, se dignidade está mau dito, a compostura e o decoro dessa posição obrigariam o amigo de Corrêa a ser mais comedido em suas expansões, mais discreto em suas atitudes e, quiçá, mais fechado em seus sentimentos; e isso não haveria de processar-se sem uma natural reflexão de melancolia por parte de Corrêa. A morte foi-lhe assim, oportuna. E, mais do que oportuna, foi-lhe benfazeja, porque o levou justamente quando ele devia partir.

* * *

Joaquim Nabuco foi Ministro em Londres quatro anos, de 1900 a 1904. Substituiu ali Sousa Corrêa. Foi o último chefe de Missão estrangeiro a apresentar cre-

denciais à Rainha Vitória, falecida em 1901. A verdade, porém, é que ele quase não desempenhou ali o cargo de Ministro. Como estivesse sempre ocupado com os trabalhos da Missão Especial, encarregada de preparar a defesa na nossa questão com a Guiana Inglesa, que devia ser submetida à decisão arbitral do Rei da Itália, não teve tempo de cuidar dos negócios da Legação. Tanto assim que nosso Governo decidiu dispensá-lo da chefia da Missão ordinária, e acreditar o 1º Secretário da Legação, que era Oliveira Lima, como Encarregado de Negócios.

Absorvido com os trabalhos dessa Missão, Nabuco pouco parou em Londres. Durante os quatro anos em que esteve oficialmente acreditado, quer como Chefe da Missão Especial, quer como Ministro em missão ordinária, viveu grande parte do tempo no Continente, em Paris, em Toulouse, em Marselha, em Monte Carlo, nos Pirineus — e sobretudo em Roma, cidade que ele adorava. Foi nessa época que lhe apareceram os primeiros sintomas da surdez, que o obrigou a ir consultar os médicos de ouvido em Haia e em Viena, mas que ambos nada puderam fazer, já que a surdez provinha do começo de uma arteriosclerose que o iria matar em Washington sete anos mais tarde. “O surdo, queixava-se ele à mulher, tem a tendência para se afastar de todos, igual a que todos têm para deixá-lo só. Assim tenho muita solidão diante de mim”. Nos seus jantares em Roma, diz a filha, conversava bem com a vizinha da direita, mas dificilmente com a da esquerda”.

Esses jantares de Roma ficaram famosos. Magalhães de Azeredo, que era ali 2º Secretário da nossa Legação junto à Santa Sé, me falaria deles vinte e cinco anos depois. Lembrava um grande banquete que ele dera no Grande Hotel de Roma, o mais luxuoso da capital italiana, com os convidados distribuídos por doze mesas, formando todas um oval, no centro das quais havia um lago, com pedras, juncos e verduras, e uma gôndola veneziana iluminada a *giorno*. “Um espetáculo lindíssimo”, escrevia Nabuco à mulher, que se deixara ficar em Paris na companhia dos filhos.

Como Ministro em Missão ordinária, sua atuação na Inglaterra foi assim limitada, e só depois de resolvida a questão da Guiana é que seria lícito esperar que ela produzisse os frutos que podiam dar as grandes qualidades de Nabuco. Infelizmente, porém, com o fracasso daquela questão, sua posição em Londres se tornou praticamente insustentável. Foi o que logo compreendeu Rio Branco, transferindo-o para Washington com a categoria de Embaixador, o primeiro desses cargos criados entre nós.

Admitindo, entretanto, que Nabuco tivesse ficado em Londres sem as preocupações da Missão Especial, resta saber se ele se adaptaria às condições particulares do posto, por vezes tão difíceis de se assimilar e quase sempre pouco acessíveis ao geral dos estrangeiros, e ainda menos a nós, latinos. Nabuco, no fundo, não gostava de Londres. Tudo que ele disse depois em louvor da cidade, de suas condições de vida, da gente e das instituições inglesas, deve levar-se em conta de sua rica e florida imaginação. Não gostou nem podia ter gostado de Londres. Antes de tudo, o clima ali, condição essencial de adaptação em toda a parte e sobretudo em Inglaterra, lhe era francamente hostil. Em suas cartas de Roma, dirigidas à mulher em França, ele louvava sem cessar o céu e a luz da Itália. Mostrava-se temeroso de ter que voltar à Inglaterra, sobretudo no inverno, quando o nevoeiro, a luz escassa dos candelabros, a tristeza e o desconforto

das ruas, as paredes cor de tijolos das grandes casas eram o oposto de tudo que o cercava e o acolhia no ambiente de luz, de alegria e de encantamento de Roma.

* * *

Por outro lado, não tendo oportunidade de conhecer ou privar de perto com a sociedade inglesa, absorvido que estava com os trabalhos da Missão Especial ou afastado de Londres com as suas andanças pelo Continente, faltou a Nabuco, para prendê-lo às margens do Tâmisa, um dos melhores atrativos de toda a residência em Inglaterra. E quanto ao pessoal do Governo Britânico, a não ser em seus contatos oficiais com o Foreign Office e uma ou outra personalidade que encontrou em casa dos Rothschilds, poucas oportunidades teve de se aproximar dos políticos ingleses. Suas relações de intimidade se limitaram, assim, em grande parte, ao pessoal da Legação, Secretários e Adidos, Graça Aranha sobretudo, que lhe servia de *chevalier servant*, Domício da Gama, Oliveira Lima e Silvino Gurgel do Amaral; ou então aos poucos brasileiros que viviam em Londres nesse tempo, como José Carlos Rodrigues, diretor do *Jornal do Comércio* do Rio. Costumava sair quase todas as tardes com Oliveira Lima, a percorrer antiquários e velhos livreiros, Guarich, Maggs, Edwards, mesmo os sebos do Soho, à procura de objetos antigos ou de raridades bibliográficas.

Sua vida tornou-se, assim, monótona e retraída. “Teve que pôr de lado quaisquer ambições de realce mundano”, diz a filha. Acresce que, por motivos financeiros, foi morar em Cornwall Gardens, South Kensington, lugar afastado e fora de mão; e o fato de não residir em Mayfair, o bairro aristocrático da capital, contava muito num país como a Inglaterra, onde o *endereço* era condição primordial de sucesso mundano.

Nabuco podia ser tido por um homem pobre, subretudo num país de vida cara e dispendiosa como a Inglaterra. O pai ganhara muito dinheiro na advocacia. Mas, com a imprevidência do geral dos brasileiros, deixara a família praticamente sem recursos. O filho ainda desfrutou por algum tempo a herança recebida do padrinho Joaquim Aurélio, senhor do engenho Massangana, e com a qual empreendeu, em 1880, uma segunda viagem à Europa. Mas ficou em Londres apenas uns dias, pois, estando o Barão de Penedo passando férias em Nice (que era o refúgio, no inverno, da nobreza inglesa, inclusive a Rainha Vitória), não quis abusar da hospedagem que lhe dera o filho de Penedo, Artur de Carvalho Moreira (que Gastão da Cunha dizia ter “o ar distinto de fidalgo inglês convalescente”), na mansão de Grosvenor Gardens. Por outro lado, tendo sido aprovada a reforma eleitoral no Brasil, teve que apressar a volta à Pátria, na esperança de poder eleger-se novamente para o Parlamento. E, além do mais, a herança do padrinho se havia esgotado com essa viagem, não lhe sendo assim possível continuar na Europa. Mas voltando ao Brasil como não tivesse mais a influência do pai, morto em 1878, nem do Barão de Vila Bela, falecido no ano seguinte, foi derrotado nas eleições pernambucanas para a Câmara dos Deputados. Diante desse insucesso, retomou sua campanha abolicionista, a princípio nos *a pedidos*, do *Jornal do Comércio*, sob o amparo de Gusmão Lobo, passando-se depois para o *País*, recentemente criado. Formaram aí “*Os Ingleses do Sr. Dantas*”, como os chamavam ao tempo do Conselheiro Dantas, Presidente do Conselho, sendo Lobo, *Clarkson*; Rui Barbosa, *Grey*; e Nabuco,

Garrison. Em 1886, Nabuco voltou a candidatar-se a deputado por Pernambuco, vencendo dessa vez, com grande sucesso, a eleição. Foi a última realizada na monarquia, porque três anos depois implantava-se no Brasil a República.

Desorientado com a queda do Império e deportação da família imperial para a Europa, e sem outros meios materiais para viver desde que não tinha mais o subsídio de Deputado; e não querendo, por outro lado, aceitar emprego público para não transigir com seus sentimentos monárquicos, foi mister arranjar uma solução para suas finanças. No seu caso foi um casamento rico. Mas também por aí não lhe foi possível sacar indefinidamente, com os seus hábitos de grão-senhor, de homem que se acostumara a gastar sem preocupações de poupança. E quando lhe vieram os filhos, com os encargos aumentados e toda a sorte de obrigações, foi preciso, como se diz, apertar os cordões da bolsa.

* * *

Com quatro filhos para manter, sem outras rendas, que não fosse seu ordenado de Ministro, Nabuco teve que fazer em Londres uma vida relativamente modesta. É certo que o Governo lhe pagava para a sua representação. Mas que podia isso valer comparado com as verdadeiras fortunas que Penedo recebera dos empréstimos brasileiros, e com os recursos próprios de Sousa Corrêa, que sendo, além do mais, solteiro, se bastava largamente a si próprio?

Por certo que sobravam em Nabuco qualidades de inteligência, de cultura e de sedução pessoal. Mas, num meio difícil como o inglês, numa sociedade fechada e cheia de preconceitos como a de Londres, aquelas qualidades não bastavam para uma garantia de sucesso, muito embora Nabuco tivesse chegado a Londres muito confiante em si mesmo, em seus dotes físicos e intelectuais, com os quais contava facilmente vencer nos meios políticos, sociais e financeiros da capital inglesa. “Seria muito popular, não só *socially*, mas *financially*”, mandava dizer à mulher, referindo-se a si próprio e repetindo a frase amável de um obsequioso comensal dos Rothschilds. Contava muito, para isso, com a boa pronúncia de seus inglês: “Admira-se do meu inglês”, acrescentava, citando o mesmo comensal.

No fundo, julgava-se já um inglês. Por suas maneiras discretas, pelo tamanho do porte, por sua elegância no vestir e certos requintes de educação, que imitava dos ingleses, considerava-se um verdadeiro londrino. Certa tarde, fazendo seu costumado passeio no Piccadilly com o escudeiro Graça Aranha, resolveu trocar por outra a corrente do relógio. E logo escreveu à mulher: “Perdi assim o único sinal exterior de estrangeiro que tinha”. Não é delicioso isso? Nabuco não se julgava um inglês apenas pelo lado externo de sua pessoa: também por suas afinidades espirituais, por sua educação, pelas facetas de seu temperamento, por toda a influência — todas as influências — que dizia ter sofrido no meio inglês.

* * *

Pura imaginação! Pura fantasia desse espírito caprichoso e sedutor! Bem sei que

em seu livro *Minha Formação* ele reservou todo um capítulo para falar da influência inglesa, ou melhor, das *influências inglesas* em sua educação. Tudo imaginação! Antes do mais: porque *influência inglesa*? E quando terá ele sofrido essa influência, se tão pouco parou em Inglaterra? Nabuco residiu em Londres, como Secretário da nossa Legação ali, apenas *seis meses*. Exatamente: de outubro de 1877 a abril de 1878. Nesse último ano, tendo sido eleito Deputado por Pernambuco por influência do Barão de Vila Bela (Sousa Leão), Ministro dos Negócios Estrangeiros e Chefe do Partido Liberal da Província, voltou para o Brasil, de onde novamente se afastaria, em 1880, para uma segunda viagem à Europa, graças, como dissemos, à herança do padrinho de Massangana. Anos depois, com cerca de 40 anos, portanto já homem feito, passou rapidamente por Londres, em viagem de núpcias. E, depois de proclamada a República no Brasil, voltaria uma vez mais ao Velho Mundo, num ostracismo voluntário, fazendo novamente uma parada na capital inglesa, o tempo necessário para o nascimento do primeiro filho, Maurício, em 10 de maio de 1891, que iria ser meu colega no serviço diplomático e grande amigo até hoje. Completou ultimamente 80 anos de idade, o que todos os seus amigos festejaram com muita satisfação.

* * *

Depois de uns poucos dias em Londres, e afastada a idéia de ser ali correspondente do *Jornal do Comércio*, do Rio, ou uma espécie de conselheiro jurídico das casas comerciais inglesas que tinham interesses no Brasil, Nabuco transferiu-se para a França. Foi primeiro passar uns dias em Biarritz, para convalescença de uma filha, depois para Saint Germain, onde teria a companhia da família Eça de Queiroz, da qual se tornaria amigo. Mas em agosto de 1892, voltariam todos para o Brasil.

Depois disso, já reconciliado com a República, Nabuco retornaria à Inglaterra em 1900, designado para chefiar a Missão Especial encarregada de defender nossos direitos nos limites com a Guiana Inglesa. Pouco depois, morrendo subitamente Sousa Corrêa, o Governo nomeou-o para substituí-lo à frente da nossa Legação em Londres, acumulando assim os dois cargos. Mas por muito pouco tempo, dada a impossibilidade de Nabuco arcar com as duas chefias, dado o acúmulo de trabalho.

De modo que, antes de ser Ministro na capital inglesa, Nabuco só *residiria* em Londres (se se pode chamar isso de *residência*) seis meses apenas, como Secretário da nossa Legação ao tempo do Barão de Penedo.

Ora, por mais insignificante que seja a personalidade de uma criatura, e Nabuco era uma grande personalidade, por mais amoldável e influenciável que ela possa ser, não é possível que *seis meses apenas* de permanência num país estrangeiro possam de qualquer modo formar-lhe o espírito ou a educação, a menos que entre nisso uma grande dose de snobismo. Nabuco pode ter ficado *impressionado* nessa ocasião pela Inglaterra, pelos costumes ingleses, pelo liberalismo inglês, pela Monarquia parlamentar inglesa, como ele confessa em *Minha Formação*, mesmo pela sociedade inglesa, com a qual, aliás, pouco privou; porque não havia de ser no curto espaço de seis meses e no ambiente brasileiro da Legação, no conchego da família Penedo, que ele podia de qualquer modo sofrer-lhe as impressões. Mas entre impressão e *influência*

há um mundo de distância. Todos nós estamos sujeitos a nos deixar “impressionar” por um meio estrangeiro, pelo cenário de um país, pelos costumes de seus habitantes, por suas riquezas naturais, seu progresso ou o pitoresco de suas cidades. Mas em que pode isso acaso “influir” em nossa educação, em nossa maneira de ser, em nosso temperamento, na cultura de nosso espírito ou nas diretrizes morais e sociais de nossa vida?

* * *

Educação inglesa... Se se entende por isso a soma de determinados predicados sociais ou morais, a expressão de um temperamento, certos dogmas e preconceitos, tudo isso, em Joaquim Nabuco, nada tinha de inglês. Podia admitir-se, até certo ponto, que Penedo, por exemplo, tivesse um *temperamento* de inglês, apesar de ser um homem originário do norte do Brasil (como Nabuco, aliás), por seu caráter frio e reservado, por suas maneiras discretas, pelo concentrado de todo o seu feitio. Pode-se igualmente, e com maior razão, concordar que Corrêa tivesse uma *educação* inglesa, sabido que fora, de fato, educado na Inglaterra, ou pelo menos fizera ali uma grande parte de sua educação; servira, mesmo, como aspirante a oficial na Marinha de Guerra francesa (então aliada à inglesa), e nessa qualidade combatera pela Inglaterra na campanha da Crimeia.

Com Nabuco, porém, não se dera ou não se dava nem uma nem outra coisa. Nem temperamento, nem educação ingleses. De temperamento era antes de tudo um latino. E latino dos mais legítimos, isto é, da bacia do Mediterrâneo, com o sentimento, o entusiasmo e o ardor de um verdadeiro romano. E por educação um francês, com o sentimentalismo, o idealismo e o senso de equilíbrio de um legítimo filho das Gálias. Sua primeira obra literária foi um livro de pensamentos *em francês*. E tão profundamente francês que Emile Faguet, ao percorrer-lhe as páginas, pensou tratar-se de um autor dessa nacionalidade, oculto atrás do que lhe parecera ser, no nome de Joaquim Nabuco, um simples pseudônimo.

Eis aí. Tudo o mais que se queira dizer do *inglesismo* de Nabuco é pura fantasia. Se, entretanto e apesar de tudo, podia haver nele qualquer coisa de nórdico ou de anglo-saxão, não passava isso de um simples aspecto exterior de sua educação, de puro artificialismo, quase direi de puro snobismo, entendido esse termo no sentido estritamente inglês, e que Nabuco se dava insensivelmente a si próprio, levado pelas exigências irresistíveis de seu temperamento de artista.

* * *

Domício da Gama, que servira como Secretário em Londres com Joaquim Nabuco, gostava de contar-me casos pitorescos que se passara com este. Como, por exemplo, o do usineiro pernambucano que o fora ver em Londres. Foi o caso que um dia, bate à porta da casa de Nabuco, um brasileiro. Nabuco mandou que o fizesse entrar. Era um homem simples, pernambucano, dono de uma usina em Pernambuco, que co-

nhecera outrora Nabuco no Recife, e do qual se mostrara sempre amigo. Ia à Europa pela primeira vez, e resolveu ir procurar Nabuco em Londres.

Este perguntou-lhe se falava inglês. E como o homem dissesse que não, Nabuco quis saber como ele fizera para chegar à casa dele. Respondeu o outro com grande simplicidade que ao descer do trem em Londres, com sua maleta na mão, perguntara a um moço que estava parado na calçada, se sabia onde morava o “Dr. Nabuco”. Ele então lhe indicou o caminho.

— Mas em que língua você falou com esse moço, e ele lhe respondeu?

Disse o outro: “Ué, em português!”

Foi o caso extraordinário que se tratava de um inglês amigo de Nabuco, que por uma dessas circunstâncias ocasionais estava naquela ocasião em frente à Victoria Station. E como tivesse vivido alguns anos no Brasil, falava mais ou menos bem o português. Quanto ao usineiro, ouvindo dizer que o seu amigo “Dr. Nabuco” era um homem importante em Londres, achara natural que todo o mundo o conhecesse. E quanto à língua, não se deu conta de que, *por acaso*, esse inglês falava também o português.

Mrs. Taylor e outras mulheres

Quando cheguei a Londres fui morar em hotel, a princípio um hotel gênero *boarding house*, em Lancaster Gate, que Armínio de Melo Franco me recomendara no Rio. Mas não gostei do hotel. Asseado, como todos os estabelecimentos desse gênero, era antiquado em suas instalações, com pouco conforto material, de iluminação escassa e com a mais escolhida coleção de *old Ladies* que se possa imaginar, mesmo em Inglaterra, verdadeiro viveiro de velhas corocas — *viejas cucarachas*, como diria em Buenos Aires nossa amiga Lucy de Colombres Marmol — femininas em alguns de seus atributos, mas não em suas maneiras ou modos de ser, mesmo no trajar, espécie humana muito comum naquele país e a qual já foi classificada como pertencendo a um terceiro sexo.

Não se veja nisso nenhum desrespeito pelas senhoras idosas. Longe disso. Tenho, mesmo de modo geral, a maior consideração e até especial simpatia pelas senhoras já entradas em anos, simpatia que vai, naturalmente, aumentando, com o peso da minha própria idade. E gosto também de frequentá-las, no sentido de ouvir-lhes as reminiscências cheias quase sempre de pitoresco e muitas vezes de grandes ensinamentos.

É claro que se aprende muito também com as crianças, sobretudo na maneira *atual* de compreender as coisas da vida. Mas aprende-se mais com as velhas. As crianças, é verdade, nos ensinam todos os dias. Contava-me o Embaixador Magalhães de Azeredo que, numa das suas estadas no Rio, fora visitar o poeta seu amigo Ronald de Carvalho. Recebeu-o o filho no jardim da casa, criança de seus quatro anos de idade. Estava mastigando um biscoito.

— Está gostando do seu biscoitinho? perguntou-lhe Azeredo.

E o menino, muito sério e muito compenetrado:

— Não é biscoito, é bolacha.

Veja o Sr., ponderou-me o Embaixador, *só então é que soube distinguir, biscoito de bolacha...*

Deixei, pois, o hotel das *cucarachas*, e passei-me para o Hotel Piccadilly, mais alegre e mais central. Eu, no fundo, nunca gostei de morar em hotéis. Sempre pre-

feri residir em casas ou apartamentos. Mesmo quando solteiro. Os *flats* em Londres eram caros. Os apartamentos ou *garçonnières*, chamados bachelor's flats, custavam geralmente seis a dez guinéias por semana. Guinéia era uma moeda que não existia mais em Inglaterra, apesar de servir ainda de base para todas as transações naquele país. É como a Constituição inglesa, que também não existe, mas que é, apesar disso, a base de todas as liberdades da Inglaterra. Um guinéio, ou uma guinéia, como dizem os ingleses, é um bilhete de uma libra ao lado de uma moeda de um shilling, ou sejam 21 shillings. Hoje, na Inglaterra, foi adotado o sistema monetário decimal, e não sei dizer se existe alguma moeda valendo um guinéio.

Passei-me, assim, para o Hotel Piccadilly, na Regent Street, a dois passos de Piccadilly Circus, quer dizer, em pleno centro do comércio elegante da cidade. Era um dos principais hotéis de Londres: casa grande, salas amplas, um belo *hall*, sala de chá, com música todas as tardes. E, naturalmente, um bar franqueado ao público masculino, e onde se admitiam senhoras que fossem hóspedes ou estivessem acompanhadas de um hóspede do hotel, para prova do que era obrigatória a exibição da chave do quarto. Isso para salvar a *respectability* inglesa.

* * *

Quando me cansei do hotel, decidi, enfim, instalar-me. Fui então morar num apartamento em Balderton Street, onde já residia Camilo de Oliveira e iria também residir por algum tempo Carlos Martins. Era uma casa de *flats* para solteiros. Balderton Street ficava perto de Upper Brook Street, a um pulo, portanto, da nossa Embaixada. Uma rua pequena e sossegada, que saía em Oxford Street, em frente aos grandes armazéns Selfridge. Era um local, portanto, o mais acessível.

Mrs. Taylor era a governanta da casa. Os apartamentos — quarto, sala e banheiro — eram alugados mobiliados, incluindo o café da manhã, que, como todos sabem é variado e copioso. Por exceção, podia obter-se também a refeição da uma hora. O regime, em suma, de todas as casas desse gênero em Londres, com as severas restrições que a lei inglesa estabelecia. Restrições, aliás, que não passavam, em certos casos de meras hipocrisias para disfarçar ou ocultar a verdade, o manto diáfano da fantasia, de que nos fala Eça de Queiroz, para ocultar a nudez forte da verdade... De fato, sendo os apartamentos para solteiros, estes não podiam receber ali visitas femininas, senão até ao cair da tarde, quer dizer, à luz do dia; depois do que elas eram obrigadas a sair. Como se nas horas do dia que passavam ali não pudessem ter o mesmo comportamento que teriam se ficassem também durante a noite...

Mrs. Taylor era uma mulher tagarela e metidica; e, além do mais, indiscreta. “Galinha irrequieta e confusa”, como me diria Camilo numa carta de Cannes, de março de 1924. Já se vê que era a menos indicada para governar uma casa de rapazes solteiros. No andar abaixo do meu morava um jovem norte-americano, cujo apartamento Mrs. Taylor fez-me ver um dia em que ele estava ausente de Londres com o propósito de mostrar-me umas fotografias da Rainha da Rumânia, a bela Maria, mãe do futuro Rei Carol II. As fotografias traziam dedicatórias que podiam bem ser comprometedo-

ras. Era uma leviandade de Mrs. Taylor. Mas, como se tratava da Rainha Maria da Ru-mânia, sua imprudência podia ter atenuantes...

* * *

Tive ocasião de conhecer a Rainha Maria, quer dizer, de viajar no mesmo vapor em que se encontrava, numa travessia da Mancha, entre Dover e Calais. Ela ia muitas vezes à Inglaterra, o que era natural, sendo inglesa, e aparentada com a corte de Windsor. Era neta da Rainha Vitória da Inglaterra, uma das várias testas coroadas, filhas ou netas desta Rainha. Como a Rainha da Espanha, por exemplo; como o Imperador Guilherme II da Alemanha; como a Rainha Maud da Noruega; para não falar da Imperatriz Vitória da Alemanha, sua filha, mãe de Guilherme II.

O velho Rei Cristiano IX da Dinamarca fora conhecido como o “pai da Europa”, por ser pai, tio e avô de vários soberanos europeus. A Rainha Vitória da Inglaterra podia então chamar-se “a avó da Europa”, se bem que o Rei Cristiano IX, nesse particular, levasse vantagem sobre ela, pois fora pai de nada menos de quatro testas coroadas: o Rei Jorge I da Grécia, a Rainha Alexandra da Inglaterra, a Imperatriz Maria Feodorovna da Rússia e de seu sucessor o Rei Frederico VIII da Dinamarca; e avô do Rei Haakon da Noruega. De todos esses soberanos, só conheci pessoalmente o último, quando eu era Ministro do Brasil na Dinamarca e ele apareceu em Copenhague. Guilherme II, Imperador da Alemanha, eu tinha visto em Bruxelas, em 1910, quando ele fora ali visitar o Rei Alberto, recentemente entronizado.

Viajei, dizia eu, no mesmo vapor que a bela Rainha Maria, quando ela fazia a travessia da Mancha, alojada num dos pequenos camarotes do primeiro *deck*, por cuja porta, propositadamente aberta, penso eu, podia ser vista recostada negligentemente num divã, à maneira de Paulina Bonaparte no célebre mármore de Canova, hoje exposto no museu da Vila Borghese, em Roma. Com a diferença de que a Rainha Maria, quando a vi nessa travessia, estava evidentemente vestida, ao passo que a Princesa Paulina estava nua. A alguém que admirava a escultura pouco depois de terminada e indagava a Paulina, ali presente, se ela pousara de fato nua para o artista, ela respondeu, muito séria: “Sim, mas a sala estava aquecida”

No camarote da Rainha Maria viam-se algumas cestas com flores. E ao seu lado, sentados, dois jovens admiradores. Quando desceu em Calais para tomar o trem real, que a esperava no cais, e se despediu desses cavalheiros percebi, pelo sotaque do inglês, que se tratavam de norte-americanos. Era sabido, aliás, a predileção que ela tinha pela mocidade em geral e pelos americanos em particular, a qual crescia a proporção que se ia tornando menos jovem. Digo “menos jovem” porque nunca chegou a envelhecer, apesar dos anos que lhe corriam. Tinha, de fato, o segredo da mocidade, na alma como no corpo, e mesmo em seu leito de morte, rodeada de flores com a cabeça envolta num daqueles mantos brancos que tanto adorara em vida, deixando de fora apenas o rosto alvo e bem torneado, de linhas harmoniosas, parecia uma virgem, cedo roubada à vida deste mundo de pecadores.

Na ocasião em que a vi, ainda era uma mulher bonita. Mais do que uma mulher bonita: uma bela mulher. Podia assim se dar ao luxo (ou ao capricho) de cercar-se de

jovens admiradores. Contava-se que, numa de suas viagens aos Estados Unidos, virara a cabeça a muitos alunos da Escola Militar de West Point — aqueles rapazes “vestidos a Fly Tox”, como me observou, certa vez, num cinema do Rio, o meu prezado colega e amigo Alencastro Guimarães, ao ver na tela o desfilar da célebre Escola.

* * *

Por associação de idéias estou lembrado de uma senhora que tinha especial queda pelos alunos da Escola Naval do Rio de Janeiro, da qual o marido era Comandante. As más línguas diziam que ela havia iniciado a muitos deles no que se poderia chamar “a arte do amor”. Fora por isso crismada de “Navio Escola” para a pratica dessa arte.

Ainda por associação de idéias, vem ao caso citar a bela Cordélia Greffulhe, que foi casada com o Marechal de Castellane e ficou célebre pela habilidade com que sabia desviar dos deveres da caserna os jovens tenentes que serviam sob o comando do marido. Contavam que uma vez este passava uma terrível reprimenda num desses tenentes, culpado de um ato de indisciplina, a que tudo ouvira calado. Mas, apenas Castellane virara-lhe as costas, ele resmungara, à guisa de vingança: *Cocu comme 35 mille hommes!* A que o marechal, que ouvira a frase, voltando-se para o tenente, replicara muito calmo: *C'est très exagéré!*

Sim, era exagero. Nem a célebre Lady Oxford. Não me refiro a Lady Oxford and Arquith, viúva do célebre Primeiro Ministro, Chefe do Partido Conservador, uma das mulheres mais feias, mas em compensação das mais inteligentes e espirituosas de Londres do meu tempo; falo da outra Lady Oxford, a do começo do século, conhecida sobretudo por ter sido a última amante de Lorde Byron — uma das muitas que ele teve e cuja conta ainda hoje não é fácil apurar. Ainda porque cada dia aparece uma nova. Eram como as amantes de Chateaubriand, que alguém comparou às estrelas, porque quanto mais a gente procurava, mais as encontrava. Lady Oxford fora casada com Edward Harley, homem erudito e grande bibliógrafo. Tendo editado, certa vez, a coleção dos panfletos raros da sua biblioteca, deu-lhes o título de *Misturas Harleysianas*, nome de que logo se utilizou a sociedade inglesa do tempo para chamar os numerosos filhos de Lady Oxford, parecidos todos com os seus amigos. Homem complacente com os “desvios” da mulher e, além do mais, homem de espírito, Harley comparava a mulher a uma invenção: fora ele que a descobrira, mas eram os outros que se aproveitavam dela. E a alguém que lamentava não se interessar ela pelos livros do marido, este observava que ela só se interessava, em matéria de livros, pelos almanaques.

— Por que os almanaques?

— Porque muda todos os anos, respondia ele, referindo-se à idade da mulher.

Entre nós, houve, a este respeito, coisa melhor. Foi o caso de uma bela senhora, casada com um Senador, que, se tendo dado ao capricho de ter vários filhos e filhas com os amigos do marido (que era mais do que tolerante nessas coisas), decidiu dar a cada um deles o nome de família dos respectivos pais. Não havia, assim, perigo de misturas. Essa conhecia, ao menos quais eram os pais de seus filhos, o que era louvável. No governo de Campos Sales foi emitida uma das nossas notas, não me lembro se de 100 ou 50 mil réis, cuja figura da República reproduzia as feições dessa mulher. E quando eu

estava em Londres, estudava num colégio dessa cidade uma de suas filhas, já mocinha, chamada Pérola Paranaguá, filha de um Paranaguá de São Paulo. Era de uma beleza fora do comum.

Outra mulher que vem ao caso citar era a Rainha Hortência, enteada e cunhada de Napoleão I, filha da Imperatriz Josefina e mulher do irmão de Napoleão, Luís que foi Rei da Holanda. Hortência ficava sempre embaraçada quando precisava identificar a paternidade dos filhos. Não se contentando com os que lhe dava o marido (se este, acaso, lhe dera algum), foi buscá-los também em outras fontes. O resultado foi uma grande confusão de pais. Haja visto Napoleão III, um de seus filhos, cuja paternidade ainda hoje se discute. “Não peça à Hortência que diga quais são os pais de seus filhos, dizia o Cardeal Bonaparte; como poderia sabê-los?”.

Gentlemen, the King!

No meu tempo de Londres a família real inglesa compunha-se do Rei George V, “O Rei Marinheiro”, como o chamavam, por ter feito toda a carreira na Marinha, quando ainda Príncipe Jorge; da Rainha Mary, de seus quatro filhos e da Princesa Mary, casada com o Visconde Lascelles. O segundo filho, Duque de York, se casaria naquela ocasião com Elisabeth Bowes-Lyon, uma encantadora filha dos Condes de Strathmore, antiga família da nobreza escocesa. Fora um casamento de amor, concertado entre os dois, e que, por todos os predicados da jovem Princesa, logo mereceu a aprovação do País. Iriam ter, para diante, duas filhas, uma das quais viria a ser a atual Rainha Elisabeth II.

Os reis moravam grande parte do ano em Londres, no Palácio de Buckingham, grande edifício no centro da cidade, comprado por Jorge III, no século XVIII, mas usado como residência oficial dos soberanos somente do reinado da Rainha Vitória para cá. Tinha todo o esplendor de um verdadeiro palácio real, com vastos salões de cores vivas e variadas, o mobiliário luxuoso, os quadros e as tapeçarias de alto valor que lhe guarneciam as paredes, a beleza dos espelhos e a variedade e bom gosto nas esculturas. E, ao contrário do que geralmente se dá em tais casos, oferecia todo o conforto para ser habitado, todo o calor e conchego de um lar.

Além de Buckingham, em Londres, os reis de Inglaterra possuíam mais quatro palácios ou castelos: Windsor, Sandringham, Balmoral e Holyrood, os dois últimos na Escócia. Holyrood, mandado construir por Jaime IV, em 1501, foi incendiado em 1544 e reconstruído três anos depois. Novamente incendiado em 1650 pelos soldados de Cromwell, fora mais uma vez reconstruído ao tempo de Carlos II. Ali fora decapitada a infeliz Maria Stuart a mando de sua rival e irmã, a Rainha Elisabeth. Ao tempo da Revolução Francesa, o castelo servira de residência ao Conde de Artois, depois Rei de França sob o nome de Luís XVIII, como seria também residência de Carlos X, quando da queda dos Bourbons em França em 1830. Balmoral era uma construção da Rainha Vitória, de 1885, tornando-se, no verão, sua residência preferida. No parque podia ser visto o monumento que ela mandara construir em 1887 em memória do seu cão favorito. Sandringham era um castelo no condado de Norfolk, de estilo Tudor. Ali

passara a lua de mel o futuro Rei Jorge VI, então Duque de York, pai da atual Rainha. Finalmente Windsor: era o mais antigo dos palácios reais, construído por Guilherme o Conquistador e ampliado por Eduardo III, no século XVI, só restando, porém, dessa época, a sua famosa torre redonda. As demais partes do castelo foram construídas ou reconstruídas por seus sucessores, com as suas mil salas e quartos. É a residência preferida pela atual Rainha. Osborne, perto de Cowes, na Ilha de Wight, rodeado de um grande parque, era uma das residências preferidas pela Rainha Vitória. Mas nestes últimos anos não pertencia mais à família real inglesa: fora dada à Nação por Eduardo VII, por ocasião da sua coroação; como lembrança de sua mãe.

Além dos cinco palácios reais acima citados, a família real inglesa tinha ainda o yacht *Victoria-and-Albert*, nome dado em homenagem à Rainha Vitória e ao seu querido Príncipe Alberto. Era um yacht de cor preta com ornamentos de ouro. *Yacht de la famille royale*, nos conta Luis Gillet, *laqué comme une carrosserie de luxe, avec ses flancs soulignés d'un sobre filet d'or, a réellement très grand air. Comme il repose bien sur la mer, ce navire est aujourd'hui le trône de l'Angleterre. Le Roi, qui est comme on sait le premier marin de son Royaume, y est sans doute plus à l'aise, plus véritablement chez lui que dans ses palais de Windsor et de Buckingham. Ce serait le moment de nous rappeler les récits que m'a faits si souvent Kipling sur les quinze ans de mer, les quinze ans de service, où le jeune Prince a appris la discipline, les bourrasques et l'art de commander aux choses et aux hommes. Pas de tout un marin pour rire, un Amiral de mascarade, comme était son cousin Guillaume* (Guilherme II da Alemanha); *non, le premier officier de la marine anglaise, et toujours l'homme de barre, le pilote de l'Angleterre.*

O Príncipe de Gales (hoje Duque de Windsor), morou a princípio no Palácio de Saint James, num apartamento de solteiro que ali fizera preparar. Depois passou-se para Marlborough House, que fora também residência do pai antes de subir ao trono, e da avó, a velha Rainha Alexandra, de 1911 até sua morte em 1925. O Duque de York depois Jorge VI, instalara-se com a jovem esposa, no nº 145 de Piccadilly, rua que, apesar de já invadida por estabelecimentos comerciais, conservava ainda todo o prestígio residencial do século passado. Ali haviam morado alguns dos maiores nomes da Inglaterra — Byron, Canning, Mecauley, Salisbury, Fox, Palmerston, e se erguiam duas das mais faustosas mansões particulares de Londres: Devonshire House, residência dos Duques desse nome, depois demolida, e Apsley House, onde morou Wellington.

* * *

Ao lado da residência do Duque de York, no nº 143, estava a casa que pertenceria ao Barão Fernando de Rothschild. Nos últimos anos do século XIX fora um dos salões mais célebres do tempo, e as festas que ali se deram conservaram, durante muitos anos, a fama do luxo e da elegância que caracterizaram a época vitoriana na Inglaterra. O então Príncipe de Gales, depois Rei Eduardo VII, fora um dos seus mais assíduos comensais. Ali o encontrara repetidas vezes nosso Sousa Corrêa, nessa época Secretário da Legação do Brasil. Era um dos amigos do Barão Fernando. Pode dizer-se que foi ali que Corrêa estreitou os laços que deviam uni-lo ao herdeiro do trono britânico, e tanto

concorreram para dar-lhe em Londres uma situação social que bem poucos, do Corpo Diplomático estrangeiro ali acreditado, desfrutaram igual. A Princesa Mary e o marido, Visconde de Lascelles, viviam em Chesterfield House, na South Audley Street, não longe da nossa Embaixada.

Ao falar da família real inglesa, cabe dizer que ela era originária da Alemanha. Pertencia à Casa de Hanover, e não foi senão por ocasião da primeira Grande Guerra contra a Alemanha que passaria a chamar-se Windsor. A igual da família alemã dos Battemberg, que, aliando-se por casamentos com a família real inglesa, traduziu o nome para Mountbatten. Assim que o atual Almirante Mountbatten, tio da Rainha Elisabeth II, tinha antes o nome de Battemberg.

O primeiro soberano inglês da Casa de Hanover foi George II, nascido nessa cidade em 1683. Feito Rei de Inglaterra em 1760, foi sempre mais alemão do que inglês. Tendo sido um mau soldado, era contudo dotado de um espírito sarcástico. Uma vez perguntaram-lhe o que achava do Embaixador francês acreditado junto à sua corte, homem de uma bonita estampa, altura fora do comum, mas apocado de espírito. Pertencia a uma das mais nobres famílias francesas. George II respondeu:

— Sim, é um bonito homem. Mas nas grandes casas, o último andar é sempre o pior mobiliado.

Numa outra vez vieram-lhe dizer que a Irlanda se tinha levantado contra a Inglaterra. Ele perguntou:

— A que horas?

— Senhor, às dez horas.

— Ah, às dez horas? Está bem. Todo homem que se respeita deve estar levantado a essa hora.

A origem alemã da família real inglesa, com os sucessivos e numerosos casamentos entre príncipes e princesas inglesas com alemães, explicava a simpatia que a Rainha Vitória sempre tivera pela Alemanha, bem como seu bisneto, o Príncipe de Gales, hoje Duque de Windsor. A mãe da Rainha Vitória pertencia à família alemã Saxe-Saafeld-Coburgo, e seu marido, o sempre chorado Príncipe Alberto, era um Saxe-Coburgo e Gotha, tendo o título de Duque de Saxe. Naturalizara-se inglês por ocasião do casamento com a Rainha. Os filhos do casal tinham todos os títulos de Duques de Saxe, sendo que a mais velha, de nome Vitória, como a mãe, se casaria com o Príncipe Frederico Guilherme da Prússia, depois Imperador da Alemanha sob o nome de Frederico III. Assim que o filho deste, depois Imperador Guilherme II da Alemanha, era neto da Rainha Vitória e sobrinho do Rei Eduardo VII.

* * *

Jorge V era um Rei bom e justo. Nada tinha do pai Eduardo VII, de seu gênio político, de suas maneiras cativantes, de seu traquejo mundano — e também da sua boêmia. Era antes um homem medíocre. Como deviam ser, aliás, os Reis da Inglaterra, para não alimentarem o desejo de mando, com risco de entrarem em conflito com o Gabinete e a Constituição inglesa, como se daria em 1936, quando Eduardo VIII, apenas instalado no trono, e nem sequer ainda coroado, logo tentou sobrepor seus

propósitos de mando e pendores sentimentais — sobretudo seus propósitos de mando — aos preconceitos do povo e aos interesses do Governo Britânico.

Jorge V havia tido uma mocidade algum tanto irregular, e a justificativa que se dava para isso era que naquele tempo, quero dizer, na primeira mocidade, ele era o segundo filho do então Príncipe de Gales. Quando lhe morreu o irmão mais velho, o Duque de Clarence, e ele passou a ser o herdeiro presuntivo da coroa, a Rainha Alexandra, sua mãe, num gesto político de grande alcance, casou-o com a noiva do irmão falecido. Realizou com isso o grande desejo de fazer de sua amiga a Princesa Mary de Teck, a futura Rainha da Inglaterra; e obteve, por outro lado, que o filho entrasse na vida regular de um casamento à altura de sua condição social e política. Casado, com filhos, Jorge V tornou-se um marido e um pai exemplares, e toda a sua ambição passou a ser a felicidade da família e a grandeza do Império Britânico. Pense que alcançou em vida uma e outra coisa.

Diziam que ele gostava e por vezes abusava do *whisky*, e talvez fosse este o único vício que lhe atribuíam, o que, para um Rei inglês, nada significava em seu desabono. Que ele gostasse de beber era natural, pois estava isso na educação inglesa. Agora, que abusasse da bebida, devia fazê-lo muito discretamente na vida privada, pois nunca cá fora revelou o mínimo sequer desse vício. E, se o tinha na vida privada, estava isso também na tradição inglesa. Beber, mesmo um pouco mais do que o costume, era quase uma condição de boa educação na Inglaterra, uma prova de sociabilidade e de bom tom. Contava a Duquesa de Clermont Tonnerre que uma vez foram queixar-se ao pai do célebre pintor Lautrec, o velho Visconde de Toulouse Lautrec, da vida desregrada que levava o filho, a embriagar-se todas as noites nos *cabarets* de Montmartre “Por que não se muda ele para a Inglaterra, foi toda a resposta do Visconde, onde os bêbados passam geralmente despercebidos”. Nos Estados Unidos costuma-se dizer de um homem que bebe muito: “Bebe como um peixe”. Ora, apesar de viver dentro de água é sabido que o peixe não bebe.

“Se a bebida atrapalha os teus negócios, deixe... os teus negócios”. Essa máxima, que eu saiba, não é inglesa. Mas é a maior apologia da bebida que se conhece. Deve ter sido um conselho dado por um grande bebedor, como Júlio Mandel, a quem uma senhora em Lisboa disse um dia:

— Oh, Júlio, faz hoje um ano que tomaste uma grande bebedeira!

A que ele respondeu, com desembaraço:

— Olhe, minha senhora, faz um ano todos os dias.

Não sei se quando esse Júnio Mandel morreu tiveram com ele a mesma precaução com um outro grande bebedor, quando foi preciso, por prudência, colocar o corpo longe das velas, com receio de uma possível explosão.

* * *

A Rainha Mary era sobretudo uma boa mãe de família. Era uma mulher de ânimo forte e resoluto; e, ao contrário do Rei, tinha grande personalidade. Ela mesmo educara os cinco filhos e tinha orgulho disso. E os educara com a severidade de uma antiga romana. Nos cinco caselos reais, Buckingham, Windsor, Sandringham, Balmoral

e Osborne, nada se fazia, não se arredava um móvel, não se mudava uma cortina ou se removia um quadro sem ordem sua, sem que ela desse sua autorização, sem que emitisse antes seu parecer. Sua severidade era conhecida — e temida por quantos frequentavam a corte, a começar por seus próprios filhos, mesmo pelo mais velho, o Príncipe de Gales, apesar do seu feitio independente e algo desabusado, de sua irreverência e espírito *frondeur*.

Contavam que certa vez o Príncipe de Gales desejava que se convidasse para uma cerimônia que ia haver, primeiro na abadia de Westminster, e depois no palácio de Buckingham, duas senhores suas amigas, conhecidas na sociedade londrina por certas coisas que não as recomendavam. Inteirada do que se passava, a Rainha Mary disse ao filho: “Em Westminster pode ser, é a casa de Deus e está aberta a todo o mundo; mas aqui, em Buckingham, de modo algum”.

Numa outra vez Domício da Gama conversava em Buckingham com o Príncipe que tinha justamente regressado de uma de suas muitas viagens ao estrangeiro. Lamentava o Embaixador que Sua Alteza não tivesse tido ainda tempo de ir ao Brasil (o que faria depois). Respondeu o Príncipe que tinha um grande interesse em visitar o Brasil e outros países da América do Sul, e que talvez ainda naquele ano pudesse realizar esse desejo. Neste momento aproximava-se a rainha, a quem Domício manifestou sua satisfação pelo que acabava de ouvir de Sua Alteza. Fitando então severamente o filho, ela respondeu: “O que ele precisa agora é sossegar um pouco em Londres, onde tem muitos deveres a cumprir. A vida não é só correr o mundo, apesar do muito que se aprende com essas viagens. Há de visitar o Brasil quando chegar a ocasião, e eu mesmo ponho nisso o maior empenho. Mas este ano ele precisa é ficar na Inglaterra.”

Havia então em Londres uma sociedade chamada São Jorge, que reunia tudo o que havia de melhor na velha nobreza da Inglaterra, e da qual era presidente o Príncipe de Gales. Era composta só de ingleses, digamos de ingleses puro-sangue, com exclusão de irlandeses, de escoceses e de gauleses. Únicamente de ingleses da *Old England*. Essa sociedade promovia, de vez em quando, um grande jantar, geralmente na sala de Connaught-Rooms, ao lado do Covent Garden (a Ópera de Londres), quando então um grande nome da intelectualidade inglesa proferia o discurso de saudação ao herdeiro do trono. Por vezes era Rudyard Kipling, o chamado poeta do Império, outras vezes Sir John Mansfield, o poeta laureado. Era das poucas cerimônias sociais ou puramente mundanas que o Príncipe de Gales honrava com sua presença. Por que, fora daí, ele preferia ter os movimentos livres e ir onde bem lhe aprouvesse, sem dar conta a ninguém, mais ou menos com a mesma liberdade que tinha o avô Eduardo VII, sobretudo quando estava em França.

* * *

Contavam que uma tarde, estando a Rainha Vitória no jardim de Kensington, apontara para o bisneto (futuro Eduardo VIII), que passava acompanhado da *nurse*: “Vai ali o último Rei da Inglaterra”. O prognóstico da Rainha falhou como todos sabemos, pois Eduardo VIII foi sucedido por seu irmão o Rei Jorge VI, e este por sua filha, a atual Rainha Elizabeth II. Estará esta destinada a encerrar a lista dos sobera-

nos ingleses? Seria arriscado fazer qualquer prognóstico, mesmo depois da atual desagregação do Império Britânico. Em todo o caso estou persuadido de que, se os atuais soberanos reinantes na Europa tiverem que perder suas coroas, com a era de socialização em que estamos, o rei da Inglaterra será o último a cair. Nada mais expressivo a este respeito do que a pequena história que ouvi certa vez em Londres: que daqui a cem anos só haverá cinco reis no mundo — o rei de Copas, o rei de Ouros, o rei de Espadas, o rei de Paus e... o Rei de Inglaterra. Esta história, já se vê, só pode ser inglesa.

O segredo ou um dos segredos da estabilidade do poder real na Inglaterra está sobretudo na sabedoria com que os soberanos ali têm sabido compreender e aceitar esse poder, na concepção impessoal que se lhe dá, não confundindo nunca sua pessoa física com a do Rei. Este deve ter uma identidade algo abstrata, resguardada das paixões populares, dos erros dos governantes (o Rei da Inglaterra não governa, apenas reina), dos debates do Parlamento, dos revezes militares e das revoluções políticas.

Salientando essa concepção impessoal de que se reveste o Rei em Inglaterra, a distinção que se faz ali entre o papel do Soberano e o indivíduo que eventualmente o desempenha, Luis Gillet nos conta um fato significativo. Quando o Rei Jorge V e a Rainha Mary estavam em Windsor formavam ali, como sempre, o modelo dos casais. À noite, depois do jantar, não havendo cerimônias nem visitas a fazer, deixavam-se ficar numa das salas privativas do palácio, onde a conversa, por vezes, escasseava. Instalava-se então a Rainha numa poltrona, com o seu *crochet* nas mãos, enquanto o Rei fazia girar na vitrola os discos de sua predileção. E, chegando as onze horas da noite, ele fazia tocar o *God save the King* (o hino britânico, “Deus salve o Rei”), que os dois, de pé, imóveis e silenciosos, ouviam com o mais concentrado respeito — como se não se tratasse deles, acrescenta Gillet. Depois do que, cada um voltava aos seus afazeres.

A que Kipling, que ouvira esta história, exclamou: “Mas é a pura verdade! Não eram eles, não! Era alguma coisa de mais transcendental e superior às suas pessoas físicas, alguma coisa da qual eles não eram senão meros símbolos! Alguma coisa eterna, que nada tinha com as suas pessoas, que não nascera com eles, que vinha de séculos atrás, que não desaparecia com eles, mas vivia eternamente unida à glória e à sorte do Império Britânico!”.

Esse desapego do Rei às suas prerrogativas soberanas, as quais eram, aliás, bem limitadas pela Constituição inglesa — Reina mas não governa —, essa sua simplicidade e natural modéstia, eram uma coisa que impressionava a quantos tinham oportunidade de serem recebidos por ele. Encontravam, então, não o Soberano estampado nos retratos oficiais do Rei, com a coroa pousada no alto da cabeça, o manto de arminho a envolver-lhe o busto, o uniforme de Almirante com suas numerosas condecorações e os tradicionais atributos da realeza — mas um homem igual a qualquer outro do seu país, vestido como um burguês, simples e acessível, sem o mínimo de ostentação.

Sir James Frazer nos conta, a este propósito, a impressão que o Rei e a Rainha causaram a um grupo de norte-americanos por eles recebidos em Sandringham. “Eles sabem que nós somos uma República, dizia um deles, e que seria inútil aparecerem com etiquetas e ostentações monarquistas. Apresentaram-se, assim, bem ao contrário. O Rei nos falou de filatelia, e a própria Rainha foi quem nos serviu o chá”. Jorge V

tinha, como se sabe, uma das mais ricas coleções de selos postais e, àqueles que o visitavam e se interessavam por selos, não se furtava de mostrar alguns dos mais raros da sua coleção. Nessas ocasiões ele não era o Rei. E, se consentia que o chamassem de Majestade, não se importaria que o tratassem por *Mister King*, como um ou outro norte-americano o fazia.

Contavam que um norte-americano perguntara-lhe, poucos meses depois de ele subir ao trono, se estava contente com seu novo *job* (emprego), e se ser o Rei era melhor do que Príncipe de Gales. A que Jorge V respondera, achando graça na pergunta, que seu novo emprego não era mau, não lhe dava muito trabalho e era bem remunerado. *Mas o pior, sabe, é que não tem promoção.*

* * *

Como Rei, ele sabia que não tinha nem devia ter personalidade. Não era ele mesmo, como dizia Kipling. Era apenas e unicamente o Rei. E, como tal, não tinha defeitos nem tinha qualidades. Tão pouco tinha paixões. E menos ainda preconceitos. Entidade algo abstrata, não lhe era permitido errar, segundo a concepção constitucional inglesa. *The King cannot be wrong*. Como não podia igualmente acertar. Porque, ainda constitucionalmente, ele não fazia nada. *Because he does nothing*. Como Rei era infalível e estava acima de todas as leis. Tinha todos os direitos e desfrutava de todos os privilégios. Mas com a condição de não poder usá-los. E se era a primeira personalidade no governo do Império, não lhe era permitido governar. Reinava, mas não governava. O Governo era o Ministério, era o Parlamento, era o povo que elegia este, era o homem da rua, eram todos quantos, dispendo de uma parcela de direito público, traziam para o debate as suas paixões, seus pendores pessoais, seus preconceitos, tudo, enfim, que era humano neles. Mas nada disso atingia ou tocava sequer o Rei.

O Rei, pois, não era ninguém. Mas era todo o mundo! Não existia, humanamente falando. Mas estava em toda a parte. Eram todos os cidadãos do Império *The King!* Quando se ouvia, todas as noites, no território britânico, antes de se ir para a cama, o som do *God save the King*, ninguém tinha o pensamento voltado para o indivíduo que morava num dos palácios reais, que dormia e comia como todo o mundo, que falava e se agitava naqueles aposentos — mas unicamente para o símbolo que ele eventualmente encarnava, isto é, o Rei, *the King*, que significava, no fundo, o próprio Império.

Quando, num banquete, no Reino Unido ou em qualquer parte do Império Britânico, o presidente da mesa ou o dono da casa, finda a refeição, levantava sua taça aos demais convidados e pronunciava as palavras tradicionais — *Gentlemen, the King*, não passava pelo espírito de ninguém que a pessoa do Soberano, isto é, daquele que acidentalmente ocupava o trono, podia estar presente na sala. Porque quem estava de fato, ali, era certamente o Rei, mas unicamente em espírito. Não era nenhum daqueles senhores. Mas eram todos eles. Os que ali se encontravam e os que estavam dispersos pela vastidão do Império Britânico, na Austrália, na África do Sul, no Canadá e em outras partes da Comunidade.

O Rei George V diante
do Palácio de Buckingham



Os quatro filhos do Rei George V da Inglaterra: Duque de Kent, depois falecido; Príncipe de Gales, futuro Rei Eduardo VIII e atual Duque de Windsor; Duque de York, depois Rei George VI e Duque de Gloucester



Teixeira Gomes, Ministro de Portugal em Londres



Marquês de Soveral



Baldwin, entre dois companheiros da Ordem da Jarreteira



MacDonald, Primeiro Ministro, vestido para ir a uma levée do Rei

Muita gente, em Inglaterra, estava de acordo com que o Rei, sob o ponto de vista de seus direitos dinásticos, não podendo nem devendo fazer nada, era de uma absoluta inutilidade. E custava, além do mais, à Nação, uma grande soma de dinheiro. Mas apesar disso, se acaso se fizesse um plebiscito para acabar com ele e a realeza, talvez não houvesse cinco por cento da população que fosse favorável. Porque, se o Rei, como Governo, era uma inutilidade, ele era também um dos pilares da estabilidade do povo inglês, ou melhor, do Império Britânico, que se compunha então da quinta parte do Mundo. Alguns dos Reis franceses tinham sido mortos ou subido ao cadafalso. Vários Príncipes Regentes e um Rei italiano tinham sido assassinados. Como o foram igualmente cinco ou seis Presidentes dos Estados Unidos da América. Mas na Inglaterra apenas um Rei, Carlos I, tinha sofrido a pena de morte, em consequência da *única* revolução que tinha havido ali no correr dos últimos séculos.

* * *

Quando cheguei a Londres, em março de 1923, estava no Governo, como Primeiro Ministro, desde o ano anterior, Stanley Baldwin, Chefe do Partido Conservador. Seu antecessor tinha sido Bonar Law, nascido no Canadá em 1855, de uma velha família escocesa. Tinha-se afastado do Governo, por doente, em 1922. Aliás, iria morrer poucos meses depois da minha chegada a Londres. Durante a guerra, a Inglaterra tinha sido governada por um Ministério de coalizão, formado por três partidos constitucionais, conservadores, trabalhistas e liberais, e presidido por Lloyd George. Mas em outubro de 1922 essa coligação ministerial se desfazia, com a retirada dos conservadores. Foram estes então encarregados de formar o novo Governo, sob a presidência de Bonar Law, que, adoecendo pouco depois, teve de passá-lo ao seu correligionário Baldwin.

Stanley Baldwin era um homem de meia idade. Tinha pouco mais de cinquenta anos. Iria ser chamado a presidir o Governo Britânico três outras vezes, em 1924, 1929 e 1935, revezando com os trabalhistas, o que demonstrava o valor que tinha como político e homem de Governo. Só outro homem, na história da Inglaterra, seria mais vezes Primeiro-Ministro, Gladstone, que chefiara cinco gabinetes no correr do século XIX. Retirando-se da política depois do seu último ministério, Baldwin iria morrer poucos anos depois, em 1947, com cerca de oitenta anos de idade. Eu era então Ministro do Brasil na Dinamarca.

O Conde de Saint Aulaire, que o conheceu de perto quando Embaixador de França em Londres, dizia que Baldwin, grande industrial antes de entrar na política, era o mais visado entre os seus correligionários. Homem por natureza modesto, não tinha a vaidade nem os sonhos de grandeza de Lorde Curzon; nem tão pouco a ingenuidade de Neville Chamberlain, que o iria suceder como Primeiro Ministro em 1937. Para Saint Aulaire, Baldwin tinha as qualidades do inglês médio, com um alto sentimento de seus deveres para com a Pátria, para com Deus e para consigo mesmo. Era “um oportunista com uma consciência”, como se disse de Gladstone.

Winston Churchill achava que, sendo um homem avisado e compreensivo, Baldwin não tinha qualidades práticas de execução. Desinteressava-se dos negócios externos. Conhecia mal a Europa e não gostava do pouco que conhecia — o que era verdade. Tanto que nas relações entre a França e a Inglaterra, primordiais para uma boa execução da *Entente Cordiale*, obra de Eduardo VII e do Embaixador Paul Cambon, Baldwin hesitava entre o “imperialismo” de Lorde Curzon, seu Ministro de Negócios Estrangeiros, simpático a uma política de compreensão com a Alemanha derrotada, e a “francofilia” de Lorde Derby, seu Ministro da Guerra e depois Embaixador em Paris. Tendo o dom precioso de saber aguardar os acontecimentos e não se incomodar com as críticas que se lhe faziam, deixava, como o geral dos políticos ingleses, que os fatos se precisassem por si mesmos, para em seguida aproveitá-los quando a ocasião se apresentasse. Churchill dizia que ele fazia lembrar o tempo de Sir Robert Walpole, salvo, bem entendido, a corrupção que reinava na Inglaterra do século XVIII.

No último Gabinete que iria presidir, em 1935, já era um homem velho — tinha cerca de 70 anos — e era mais respeitado por sua idade do que por seu tino político. André Maurois dizia, referindo-se à velhice de Disraeli que, se em todos os países a velhice era uma virtude para um homem público, essa verdade era sagrada na Inglaterra; que nenhum povo era mais sensível do que o inglês às belezas com que o tempo sabia ornar os objetos. Amava os homens de Estado velhos como amava os couros e os velhos móveis. Churchill, no fim da vida, tinha-se sagrado, com a segunda Guerra Mundial, o salvador da Pátria. Mas respeitavam-no menos por isso do que pela sua avançada idade.

* * *

Harold Nicolson, que conheceu de perto Baldwin, dizia que este encarnava todas as qualidades e alguns dos defeitos do inglês médio. Era moderado, paciente, modesto, honrado e humano. Agradável como companheiro, se expressava com muita compreensão sobre os assuntos britânicos; mas tinha poucos conhecimentos sobre a Europa em geral. Recusou levar a sério os conselhos que lhe dera Churchill sobre os armamentos alemães, o que valeu à Inglaterra não estar preparada no momento do perigo. Foi um de seus grandes erros. Mas em compensação deu provas de grande habilidade quando da abdicação de Eduardo VIII, depois Duque de Windsor.

Não levava muito a sério os conselhos de Churchill. No decurso de dez anos nunca o quis ter como Ministro, e isso, naturalmente, feria o amor próprio de Churchill. Este, tinha portanto, todo o direito de não gostar dele. No entanto, já depois de Baldwin se retirar da vida política, Churchill, sabendo que ele estava em Londres, telefonou-lhe pessoalmente convidando-o para almoçar. Não tendo motivos para recusar, Baldwin aceitou o convite. Depois do almoço, Churchill o levou ao gabinete, e durante três horas explicou-lhe a situação militar da Europa e especialmente da Alemanha. Mostrou-lhe tudo. “Que magnanimidade, dizia Baldwin, que grandeza de alma! Podia ter-me enganado tragicamente sobre a Alemanha. Mas a minha opinião sobre a natureza humana era lógica!” Ele acreditava que os homens, em geral, agiam por motivos generosos. Mas sob o ponto de vista de filosofia da vida, encara-

vam as coisas, por vezes, sob um ângulo demasiado otimista. Assim que nas questões da Inglaterra com a Alemanha, confessava que tinha errado, e que Churchill é que tinha razão.

O Rei Reina, mas não Governa

Considerava-se, de fato, o então Príncipe de Gales, destinado a ser o último Rei de Inglaterra como previra (erradamente) a Rainha Vitória? Não sei. O que é que não mostrava grande entusiasmo pela instituição real, pelo menos, como a compreendiam em Inglaterra; e parecia fazer dos Reis, em geral, dentro da concepção irreal que os cercava, em conceito que estava longe de ser lisonjeiro. Não se descuidando, embora, das obrigações do cargo de herdeiro da coroa, que desempenhava com uma boa vontade, uma espontaneidade e um sorriso verdadeiramente esportivos, é certo que não havia, talvez, nobre inglês menos preocupado com a realeza do que ele. Diziam que mãe, sempre severa, estranhara certa vez esse pouco interesse seu pela sucessão da coroa. A que ele ponderara não dar para “essas coisas”; acrescentando que o destino errara quando o fizera preceder ao irmão Alberto, quando este é quem tinha, realmente, na família, todos os predicados para ser um bom Rei de Inglaterra.

Alberto era o irmão, o Duque de York, na intimidade *Bertie*, a quem o destino iria, de fato, chamar ao trono, confirmando-se, assim, a tradição segundo a qual os filhos mais velhos do Rei não chegariam nunca ser coroados, a mesma tradição que se verificara na casa portuguesa dos Braganças. Em verdade, York era já muito compenetrado em tudo o que fazia, apesar da sua pouca idade. Andava sempre às voltas com a etiqueta e a vida da Corte. Sóbrio de gestos e de palavras, tinha uma acentuada predileção pelo decoro real. Seria difícil saber se o provo inglês o estimava mais do que ao irmão. Em todo o caso, a velha gente da nobreza inglesa, as *Ladies* e os *Lordes*, que vinham do reinado da Rainha Vitória, mais exigentes e tradicionalistas do que as novas gerações, tinham realmente, uma grande simpatia pelo então Duque de York. O fato de este se ter casado cedo, escolhendo para mulher, não uma Princesa estrangeira, mas uma encantadora moça da nobreza escocesa, enquanto o Príncipe de Gales, chamado *David* em família, insistia em se conservar celibatário, criava-lhe, nos salões da velha *gentry*, uma marcada e indisfarçável simpatia.

Outro aspecto do Príncipe de Gales que não agradava muito ao formalismo da velha aristocracia era o *sans-façon* que se observava, às vezes em suas maneiras, seus gestos e, mesmo, em suas palavras. Para uma nobreza compenetrada e rigorosa, como era a inglesa desse tempo, cheia de preconceitos, tradicionalista ao exagero, bem se vê que tais atitudes do herdeiro da coroa não passavam sem uma discreta, mas severa censura.

No entanto, esse lado do príncipe era, para a mocidade inglesa, um dos maiores encantos da sua personalidade; e que mais concorria para grangear-lhe a popularidade que incontestavelmente gozava nessas rodas. Quem o via percorrendo os *clubes* de Londres, dançando com quem entendia, bebendo quando bem lhe aprouvesse; quem o encontrava nas calçadas do Mayfair, só e desprevenido como qualquer cidadão do Império, parado por vezes diante de uma vitrina ou escolhendo artigos num camiseiro de Bond Street; e quem o sabia depois fazendo proezas esportivas, sobretudo em seus exercícios hípicas, pulando cercas, ladeando riachos, galgando montes, — não podia deixar de considerar com extrema simpatia esse rapaz bonito e elegante, espirituoso e cheio de vida, que vivia e se apresentava em toda a parte como um simples inglês de boa família.

Como o avô Eduardo VII, ele ia muitas vezes à França, onde tinha vários amigos franceses, tendo mesmo acabado, depois de abdicar a coroa, por se instalar definitivamente nesse país, em companhia da mulher, a Duquesa de Windsor. Falava correntemente a língua francesa, que, depois de uma aprendizagem na Inglaterra, ao tempo de seus estudos colegiais, tivera ocasião de praticar e de falar quando o pai o mandou passar uma temporada em França. Tinha então 18 anos, e foi passar uns meses em casa do Marquês de Breteuil, amigo da família real inglesa. Nessa ocasião era visto mais de uma vez no Bois de Boulogne ou nas ruas de Paris, passeando com os filhos do Marquês. “Todas as donas de casa, diz André de Fouquières que o conheceu nessa época, sonhavam organizar recepções em sua honra, mas ele estava em França para estudar e não para dançar”.

Suas quedas de cavalo ficaram célebres, e se concorriam, em certas rodas, para aumentar-lhe a popularidade, não deixavam, por outro lado, de inquietar os responsáveis pela sorte da coroa, vendo a temeridade com que ele se entregava a seu esporte favorito. Certa vez uma senhora o interpelou, indagando quantas vezes já caíra do cavalo. *Nenhuma*, foi a sua resposta, tanto mais surpreendente quando era rara a semana em que os jornais não davam notícia desses acidentes. “Como assim, insistiu a senhora, pois ainda ontem deram notícia de uma de suas quedas?”. Ele: *Minha senhora, eu nunca caí do cavalo; os meus cavalos, estes sim, têm caído várias vezes.*

Em suas respostas ele chegava, por vezes, a desconcertar os presentes. Jogava uma noite em St. James, sua residência oficial antes de se mudar para Marlborough House, quando, cabendo-lhe apostar e não tendo mais fichas, disse: *Não tenho mais fichas. Aposto a minha avó.* E atirou sobre a mesa uma moeda de uma libra com a efígie da Rainha Vitória.

Esse seu espírito *frondeur*, essa rebeldia a tudo que parecesse convencionalismo ou preconceito, seu quase desprezo pela tradição ou pela coisa estabelecida, ele iria revelar mais tarde, com surpresa, apesar de tudo, mesmo com escândalo e quase com

indignação de uma grande parte da Nação, quando, morrendo-lhe o pai, iria ser chamado a subir ao trono. Pretendendo entrar em luta contra a tradição e o preconceito estabelecido, colunas mestras da Inglaterra e do poder real, lançava um desafio ao próprio bom senso de seus súditos, aos sentimentos mais sagrados de sua raça. Foi como era de esperar, vencido.

* * *

Esse doloroso capítulo da história da Inglaterra ainda está certamente para ser contado em seus verdadeiros termos. Num livro de memórias que o atual Duque de Windsor publicou, esse assunto foi por ele referido, através, naturalmente, de seu ponto de vista pessoal. Mas não basta. Para completá-lo, e dar-lhe até certo ponto o cunho da verdade histórica, precisaria que falasse também o Primeiro Ministro de então, Stanley Baldrin, que foi, mais do que o Príncipe, o fator decisivo da abdicação. Baldrin já morreu, mas é possível que venham ainda à luz os papéis escritos que tenha acaso deido sobre esse doloroso episódio.

Em todo o caso, pode-se, desde logo, dizer que a abdicação de Eduardo VIII, em dezembro de 1936, não foi apenas o drama sentimental que ele provocou, querendo casar-se com uma senhor norte-americana, divorciada já se dois maridos. Sem dúvida que o coração do jovem Soberano teve nesse ato parte considerável. Mas não foi só isso que contou. A razão mesma do drama, a causa principal do desentendimento que se abriu entre o Rei e seus Ministros, teve origem sobretudo, ou melhor, antes de tudo, no feitiço rebelde do primeiro, no desejo seu — mais do que desejo, seu propósito — de se libertar dos laços que o prendiam à realeza, dos preconceitos que a cercavam que lhe estorvavam e por vezes lhe prendiam os sentimentos. E não só os sentimentos: seus próprios movimentos, suas idéias, seus planos de Governo, sua concepção do papel que lhe estava reservado na História; sobretudo sua ambição de ser ali um pouco mais do que um Rei decorativo, um mero símbolo, um fantoche humano dentro das exigências, quase tirânicas, da Constituição inglesa. Teve a veleidade de querer ser, de fato, Governo, e não um simulacro de Governo, uma ficção apenas do poder.

Não foram tanto os pendores sentimentais que o levaram a rebelar-se contra os preconceitos de seus Ministros e de todo um povo conservador e tradicionalista. Não foram apenas os laços de um grande amor, com que aquela mulher soubera prender-lhe o coração até então considerado insensível. Mais do que isso, foi sua ânsia de libertar-se de todas as correntes que o prendiam à ficção constitucional do poder real, sua vontade de ser ele mesmo, sua ambição de poder imprimir no governo do país, no *seu* governo, o cunho de sua personalidade, o traço de suas idéias, as inclinações de seu temperamento, tudo, enfim, que exprimia o ser humano que ele queria ser.

Se tivesse podido, naquela ocasião, convencer seus conselheiros constitucionais da necessidade de entregar-lhe o Governo de fato da Nação, ou pelo menos de dividir com ele as responsabilidades do poder; de libertá-lo, para isso, do papel puramente decorativo do Rei que reina mas não governa e chocava tanto sua mentalidade de homem moderno e progressista, de homem de ação — é possível que tivesse transigido com sua paixão, que houvesse posto de lado o que era sentimental nesse grande drama

de sua existência. Porque, acima de tudo, naquele momento, mesmo de suas preferências sentimentais, ele colocava a força e a grandeza do Império Britânico.

* * *

Foi, porém, vencido. Não foi compreendido por seus Ministros e conselheiros constitucionais. Tão pouco pela maioria da opinião pública do país. Imbuída do espírito tradicionalista da raça do sentimento conservador que a dominava, pusera-se essa maioria abertamente contra ele, contra suas veleidades de liberdade política, contra seus propósitos de governo pessoal, num sentimento unânime de defesa da tradição do poder real de Inglaterra. Como se pusera igualmente contra essa outra valeidade sua, essa outra espécie de liberdade, de escolher uma companheira estranha à família inglesa e à aristocracia do país.

Podia ser, entretanto, que seus Ministros acabassem transigindo com o seu desejo de unir-se a uma mulher de origem burguesa, ainda que estrangeira e divorciada, coisa que podia ser considerada simplesmente como uma fraqueza sentimental do Rei. Teriam, talvez, fechado os olhos a essa fraqueza, como haviam feito os seus predecessores com relação a Jorge IV, quando este teimou em casar-se com Mrs. Fitzherbert. O que, porém, chocou o espírito dos Ministros, ou melhor do Primeiro Ministro Stanley Baldrin, o que o alarmou, não foi essa fraqueza do Rei deixando-se levar pelos pendores do coração, mas, ao contrário, a sua força, o seu querer, sua aspiração de ser Rei e Governo ao mesmo tempo, violando a máxima fundamental da Constituição inglesa, verdadeiro dogma político, segundo o qual o Rei reina mas não governa. Quis sobrepor-se à vontade da Nação e às instituições estabelecidas. André Maurois dizia, referindo-se à Inglaterra, que uma Nação sendo obra do tempo, era também uma obra de arte, que tinha um temperamento como um indivíduo, que não era uma coisa abstrata, da qual se podiam tirar os direitos por uma simples operação do espírito. E que a grandeza da Inglaterra vinha, não de suas riquezas naturais, que os direitos dos ingleses eram cinco séculos mais antigos do que os direitos do Homem.

A este propósito vem ao caso contar o que se passou em Londres com Fontoura Xavier, nosso Ministro ali acreditado (não tínhamos ainda Embaixada, que só foi criada em março de 1920, com a chegada de Domicio da Gama) e o Rei Jorge V. Tendo o Ministro sido recebido pelo Rei, teve a leviandade (ou ingenuidade) de pedir a este que desse uma palavra ao então chefe do Foreign Office, Sir Edward Grey, no sentido de dar solução a um negócio que tínhamos com a Inglaterra, e que não ia por diante. O Rei prometeu que falaria a respeito com Sir Edward, e Fontoura Xavier se apressou em mandar dizer ao Itamaraty o que ouvira de Sua Majestade.

Sabedor disso, Sir Edward mandou chamar o Ministro do Brasil ao Foreign Office e lhe fez saber que o Rei não podia ter-lhe dito o que ele mandara contar para o Rio de Janeiro; que o Reino Unido era um país regido por um sistema parlamentar, onde o Rei não governava, mas apenas reinava, ficando toda a apreciação e julgamento dos atos do Governo sob a exclusiva responsabilidade do Gabinete e do Parlamento. Fontoura ainda insistiu que o Rei de fato lhe dissera o que ele mandara dizer ao Itamaraty.

– Bem sei, lhe contestara Sir Edward Grey, que V. Ex^a ouviu isso de Sua Majestade; mas, como ao Rei não é permitido opinar sobre nenhuma questão do Governo, temos que partir do princípio que Sua Majestade não lhe disse o que V. Ex^a ouviu. Precisamos, portanto, chegar a um acordo (um *compromisso*, como dizem os ingleses), que não desmentindo o Rei, não desminta também V. Exa.

E o recurso encontrado, ou a explicação, perfeitamente diplomática, foi que Fontoura Xavier, conhecendo mal o idioma inglês, não compreendera o que lhe dissera o Rei.

É escusado dizer que ele sabia perfeitamente bem esse idioma...

Suas Excelências

Entre as missões diplomáticas estrangeiras acreditadas em Londres, a Embaixada de França ocupava, socialmente, o primeiro lugar. Estava instalada no velho palácio de Albert Gate, onde Paul Cambon, fora, durante cerca de vinte anos, um legítimo representante da inteligência e da diplomacia francesas. É de assinalar que, apesar de sua longa residência em Londres, Cambon nunca conseguiu exprimir-se na língua inglesa, muito embora a compreendesse facilmente. Era, aliás, o mesmo caso do seu colega Barère, que, depois de residir dezenas de anos em Roma, como Embaixador de França, não falava o italiano.

É verdade que nesse tempo a língua francesa era a língua diplomática, como fora o latim na Idade Média e um pouco o italiano no Renascimento. E era em francês que as Missões diplomáticas estrangeiras se correspondiam com os governos junto aos quais estavam acreditadas. Direi mais, que algumas Missões diplomáticas, como, por exemplo, a austríaca, se correspondiam em francês com o seu próprio governo, e não como seria o caso, em alemão. A bem dizer, somente depois da segunda Guerra Mundial é que a língua inglesa suplantou a francesa como língua diplomática. Eu mesmo, nos primeiros vinte anos da minha carreira, trabalhei, digamos assim, com a língua francesa, tanto na redação das notas como no convívio com os colegas estrangeiros.

Mas voltando a Paul Cambon: ele foi, nos primeiros anos deste século, um dos inspiradores da *Entente Cordiale* entre a França e a Inglaterra (ao tempo de Eduardo VII), pondo um fim à tradicional rivalidade política e militar que durante séculos dividira as duas Nações da Mancha. Em Albert Gate guardava-se ainda via a tradição dos grandes nomes que haviam representado em Londres a diplomacia gaulesa, de Talleyrand a Montmorency, passando por Guizot e Chateaubriand. Chateaubriand foi Embaixador em Londres sob a Restauração, ao tempo do Rei Carlos X. Ainda estava na força da idade. Depois, com a subida ao trono francês do Rei Luís Filipe, voltou à vida privada e embora ainda escrevesse, foi ficando velho, com um começo de surdez. Como alguém perguntasse a Balzac se este ainda o via, Balzac respondeu: “De vez em quando. Está velho, sempre de mau humor, porque vê que o público não se ocupa mais dele, e a popularidade lhe é necessária”.

- Ele queixa-se de um começo de surdez – disse esse amigo de Balzac.
- É natural – respondeu este, – pois não ouve mais falar dele.

* * *

Quando cheguei a Londres, em 1923, Paul Cambon já não estava mais ali: havia deixado a Embaixada em 1920, aposentado, e iria morrer quatro anos depois. Tinha sido substituído pelo Conde de Saint-Aulaire, que aliás pouco tempo ficou em Londres. Tendo entrado em divergência com o Gabinete Herriot, que governava então a França com o chamado *Cartel de Gauches*, onde figuravam os comunistas, Saint-Aulaire foi retirado da Embaixada em Londres sem maiores explicações, *chassé comme un laquais infidèle*, como ele próprio diz em seu livro de memórias, *uniquement pour avoir dit ce que tout le monde, savait à Londres, mais que tout le monde à Paris, dans les milieux officels, voulait ignorer. On ne me donnait même pas mes huit jours. J'étais littéralement "cassé aux gages", ne touchant plus un sou"*. Na verdade ele foi posto fora de Londres por pressão dos comunistas, colaboradores de Herriot no *Cartel de Gauches*. Nem lhe deram tempo de apresentar ao Rei suas Cartas Revocatórias, tudo se limitando, a título de despedida, a um pequeno almoço, estritamente pessoal, que o Rei Jorge V e a Rainha Mary lhe ofereceram, e no qual o soberano britânico, lamentando a descortesia do gabinete francês para com Saint-Aulaire, se permitiu chamar Herriot *a quite uneducated man*, secundado pela Rainha, que acrescentou *quite, indeed*. A que Saint-Aulaire, ouvindo essa opinião dos Soberanos desairosa para Herriot, se absteve de contrariá-la, sob o pretexto de que a etiqueta da Corte, não permitindo contradizer os Soberanos, não podia cometer a inconveniência de infringir essa regra. Mas era claro que essa opinião dos Soberanos sob o homem que o havia tirado da Embaixada em Londres só podia satisfazer sua vaidade ferida.

Com a retirada de Saint-Aulaire, veio substituí-lo, à frente da Embaixada, Aymé de Fleuriou, removido da Legação em Pequim. Assim que foi este que encontrei como Embaixador de França, quando da minha chegada a Londres em 1923. Era um homem de cerca de 55 anos, baixote mirrado, de barbicha branca, e que se entregava, nas horas disponíveis, a estudos shakesperianos. Havia feito quase toda a carreira em Londres, para onde fora, em 1899, como 3.^o Secretário, já então sob as ordens de Paul Cambon, conquistando depois, sucessivamente, neste posto, todas as promoções, até chegar a Embaixador, com apenas um curto intervalo na Legação em Pequim. Fazia lembrar o caso do nosso Magalhaães de Azaredo, que fizera toda a carreira na então Legação, depois Embaixada na Santa Sé, de 2.^o Secretário a Embaixador, com apenas um pequeno intervalo como Ministro em Atenas. No Corpo Diplomático brasileiro era um caso único.

Fleuriou iria ficar em Londres até 1933, quando seria aposentado por limite de idade. Viúvo, fazia as honras da Embaixada sua filha, Yvonne de Fleuriou.

A assinalar que era Adido à Embaixada de França, nesse tempo, Jacques Dumaine, que servindo, anos mais tarde, na Embaixada de França no Rio, se casaria com Cordélia Sousa Queiroz, uma jovem brasileira de São Paulo. Dumaine seria depois, pelos anos de 1945 a 1951, Chefe do Protocolo do Quai d'Orsay, tendo-nos dado, sobre esse

tempo, um interessante livro de *Memórias*. Seria depois Embaixador de França em Lisboa, e a morte o iria colher ainda na força da idade. Viúva, Cordélia voltaria a casar-se, poucos anos depois, com um diplomata italiano chamado Remigio Grillo, que seria também, como Dumaine, Embaixador em Lisboa. Assim que, Cordélia iria ser o caso único de uma mulher duas vezes Embaixatriz em Lisboa, mas casada com maridos diferentes.

Outra missão que emparelhava com a França em prestígio social era a Embaixada da Espanha, instalada em Grosvenor Gardens, quer dizer, no centro do bairro aristocrático de Mayfair. À sua frente estava o Marquês Merry del Val, um verdadeiro grão-senhor, que tinha pare reforçar-lhe a posição social, a circunstância de ser então o decano do Corpo Diplomático, cargo que desempenhava com todo o tato e exato conhecimento de seus verdadeiros deveres, o que nem sempre é assim. Era um homem de uma bela estampa: alto, bem proporcionado em linhas, de feições regulares e de uma elegância discreta e bem cuidada. Tinha, pessoalmente, tanto na Corte como na sociedade e nos meios governamentais, a melhor das situações. Isso se devia em parte ao seu próprio valor, suas qualidades de distinção, de equilíbrio e de sobriedade que lhe marcavam a personalidade. Mas também à aliança de família, que ligava o seu Soberano à casa real de Windsor, sendo Afonso XIII, Rei de Espanha, casado, como se sabe, com uma Princesa inglesa, Ena de Battenberg, neta da Rainha Vitória. O Embaixador era irmão do Cardeal Merry del Val, outro grão-senhor, que fora Secretário de Estado de Pio X, e que eu iria conhecer pessoalmente em Roma, cinco anos mais tarde, no seu retiro do Vaticano.

* * *

Dos Chefes de missão acreditados em Londres só um outro, o Conde Ahlefeldt-Laurvig, Ministro da Dinamarca, tinha, como Merry del Val, suas “entradas” em Buckingham Palace e na alta sociedade de Mayfair. O caso deste explicava-se também pela aliança de família que unia as duas coroas, sendo a mãe do Rei Jorge V uma Princesa dinamarquesa, filha do velho Rei Cristiano IX, fornecedor de Rainhas, de Reis e de Imperatrizes, e chamado por isso de “pai da Europa”. Ahlefeldt era casado com Maria de Gohr, filha de um Almirante russo. Anos mais tarde iria encontrar o casal em Copenhague, ele já aposentado e ela com a mesma vivacidade de espírito e o mesmo *entrain* social dos bons tempos de Londres. Fugindo do inverno em Copenhague, Ahlefeldt tinha o costume de ir passar todos os anos uns meses na Madeira. Em 1946 lá ficou, vítima de um ataque de coração.

Fora esses poucos, raros eram os diplomatas estrangeiros, mesmo os Embaixadores, que conseguiam criar uma situação na Corte e na alta sociedade inglesa, inclusive o Embaixador dos Estados Unidos, com todo o poderio de seu país e os laços de sangue que o prendiam à Inglaterra. Naturalmente que ele tinha em Londres uma situação de destaque. Bastava ser Embaixador americano. Pois já não se dizia, ao tempo que os Estados Unidos tinham uma simples Legação em Londres, que o primeiro dos “Embaixadores” acreditados na Corte de Saint James era o “Ministro” dos Estados Unidos?

Mas fora de um círculo limitado de relações sobretudo nos meios financeiros da City e na alta burguesia, o Embaixador dos Estados Unidos, não tinha maiores privilégios nas grandes casas residenciais inglesas. Isso, aliás, era fácil de verificar-se. Bastava ler os nomes das pessoas que costumavam ser convidadas nessas casas, e figuravam diariamente na seção social do *Times*. Podia aparecer aí o nome de um ou outro diplomata estrangeiro, freqüentando essa ou aquela casa de pequena nobreza ou da alta burguesia; mas nunca na lista social do Duque de Nolfolk, por exemplo, do Duque de Northumberland, do Duque de Devonshire, do Duque de Portland ou do Duque de Somerset.

* * *

Como já disse, a alta sociedade inglesa era geralmente inacessível ao Corpo Diplomático estrangeiro acreditado em Londres, fossem Embaixadores, Ministros ou simples Secretários. Domício da Gama podia ser incluído nesse número. Salvo algumas exceções, ele só conhecia a alta granfinagem da aristocracia inglesa ou de rápidos encontros em cerimônias da Corte, ou simplesmente pelo noticiário dos jornais. Aliás, não creio que pessoalmente tivesse maior interesse em conhecê-la. Doente, já desiludido ou desencantado da vida, a bem dizer não gostava de receber, ou recebia muito pouco. Madame da Gama, por outro lado, passava a maior parte do tempo no estrangeiro, não sei se por não gostar do clima ou do meio inglês ou por necessidade orgânica de sair, de viajar, de agitar-se; e, quando voltava a Londres, no inverno, para a estação social, a chamada *season*, limitava-se a dar um ou outro jantar em *petit comité*, quando não se distraía unicamente com sua roda norte-americana.

Quando Régis de Oliveira chegou para substituir Domício, essa situação mudou. Porque tanto o novo Embaixador como sua mulher Dona Gina tinham hábitos de sociabilidade e de vida mundana, que não possuíam seus antecessores; além de um desejo de aparecer, de serem vistos, de conhecerem e de serem conhecidos. Ouvi dizer que Régis de Oliveira acabou por ter uma situação em Londres verdadeiramente excepcional. Não posso dar sobre isso o meu testemunho, porque servi com ele apenas nos sete primeiros meses de sua missão em Londres, quando Régis não tinha sequer chegado a instalar-se. Mas, tanto quanto o conhecia, acredito que tenha alcançado em Londres uma situação social sob todos os pontos de vista excepcional.

* * *

Compreende-se e até certo ponto se justifica que a alta sociedade inglesa não convidasse os diplomatas estrangeiros para suas casas. Ninguém convida em sociedade — digo “em sociedade” — somente pelo prazer ou pelo dever de convidar. Convida-se também ou simplesmente para se ter gente em casa, quero dizer, para encher as salas, ou pela situação social (em Inglaterra também pelo título de nobreza), política ou financeira do convidado. Ora, a alta sociedade inglesa não necessitava convidar os diplomatas estrangeiros, fossem eles quem fossem, unicamente para encher suas salas, porque essa mesma sociedade já era formada por um grande número de pessoas, que se

bastavam largamente a si próprias. Não necessitava tão pouco convidar esses diplomatas por seus títulos nobiliárquicos, sua condição política ou situação financeira, porque a própria era formada de nobres, de políticos ou de ricos.

Não sendo assim fácil ao Corpo Diplomático estrangeiro ser recebido na alta sociedade, restava-lhe, como principal distração social, as cerimônias na Corte. Cinco vezes no ano o Rei nos recebia em Buckingham, em duas recepções pela manhã e duas recepções à noite, além do *garden-party* nos jardins do palácio. As recepções pela manhã chamavam-se *levées*, penso por uma tradição da antiga Corte, quando os Reis de Inglaterra se intitulavam também Reis de França, e tinham por divisas, nas armas do Reino, as divisas em francês — *Dieu et mon droit*, e na Ordem da Jarreteira — *Honny soit qui mal y pense*, divisas que até hoje se conservam. Henrique VI, Rei da Inglaterra, tinha sido coroado em Paris depois que os ingleses haviam derrotado os Exércitos franceses na batalha de Azincourt, em 1415. Esse mesmo Rei fora fundador do *King's College*, ainda hoje existente, dando-lhe por divisa, ao lado das rosas de Lancaster, os lírios da coroa de França.

Nas recepções da manhã eram convidados unicamente os homens, estando presentes o Rei e seus quatro filhos. Para os diplomatas, uniforme e calças compridas e, para aqueles que não os tinham, casaca e gravata branca. Nas recepções à noite, as chamadas *courts*, era convidado o Corpo Diplomático *au grand complet*, quer dizer, também as senhoras e as filhas dos diplomatas, estando então presente toda a família real, como as principais famílias da nobreza e das classes privilegiadas na Inglaterra. Nessas ocasiões os diplomatas usavam o dolman do uniforme com um calção curto, até o joelho, de flanela creme claro, meias de seda branca e sapatos pretos de entrada baixa, também chamados *escarpins* no linguajar dos franceses, expressão, aliás, de origem italiana, *escarpino*, com a respectiva fivela de metal, que só ela custava um guinéu. No tempo da Rainha Vitória, ela aconselhava aos homens que eram recebidos na Corte que metessem, por baixo da meia de seda branca, uma meia de algodão, para que não se vissem os pelos de algumas pernas mas cabeludas. Esse costume mantinha-se ainda no meu tempo, e o Lord Chambelain, chefe do Protocolo da Corte, não deixava de dar essa recomendação aos homens. As senhoras convidadas para as *courts* deviam apresentar-se com vestidos de baile, de cores claras, pluma na cabeça e longas caudas. Tanto as *levées* como as *courts* consistiam num simples desfilar diante da *Royal Family*. Havia depois um *buffet*.

O único chefe de Missão que não ia às *courts* de calção curto era o Embaixador norte-americano. A igual, aliás, de seu colega Sanford, Ministro norte-americano em Paris ao tempo de Napoleão III, onde o calção curto nas recepções das Tulherias era também de rigor. Convidado para uma dessas recepções, Mr. Sanford fez saber que pretendia ir “com o simples casaco preto de cidadão americano”. Mandou dizer-lhe Drouyn de Lhuys, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Imperador: “Venha como quiser. É sua pessoa, e não a sua roupa que Sua Majestade deseja ver”.

Aos Chefes de Missão era consentido levarem, por ocasião das *courts*, senhoras e senhoritas suas compatriotas, de passagem ou residentes em Londres, para serem apresentadas à família real. O Embaixador norte-americano, Mr. Houghton era, de todos, o que se fazia acompanhar de um maior número de apresentadas, às vezes dez ou mais. Algumas dessas senhoras e moças norte-americanas vinham dos Estados Unidos especialmente para as recepções na Corte da Inglaterra, pelas quais elas tinham uma grande predileção; e punham todo o empenho e prestígio social. Naturalmente nem todas possuíam o traquejo, nem se davam, como as inglesas, ao trabalho de ensaiarem, dias e dias, a cerimônia da apresentação. De modo que, no momento de passarem diante dos Soberanos e dos Príncipes da casa real, cada uma fazia a seu modo a reverência protocolar. Algumas eram sumamente grotescas, e davam aos diplomatas estrangeiros o melhor espetáculo da noite.

Era nessas ocasiões que as moças faziam sua estréia na vida social, as chamadas *debutantes*. Para uma rapariga inglesa, o casamento e a apresentação na Corte era os dias mais importantes em sua vida de solteira. Era costume, na semana que precedia à *court*, elas ensaiarem, durante alguns dias, a cerimônia de apresentação em palácio, sobretudo a genuflexão que deviam fazer diante dos membros da família real, gesto que tinha suas regras, sua maneira tradicional de executar, nos moldes da rigorosa etiqueta da Corte. Havia para isso professores especializados, que iam à casa das *débutantes* ou tinham suas próprias escolas. Depois de apresentadas em palácio, iam todas fotografar-se num dos principais fotógrafos de Londres os intitulados *By appointment*, quer dizer, os patenteados pelo Rei, como o Lafaytte, por exemplo, em Bond Street. Essas fotografias ficavam depois expostas em seus quartos ou suas salas de estar, com o belo vestido de seda clara, a longa e vistosa cauda e as tradicionais plumas na cabeça, fazendo inveja a todas quantas não tinham possibilidade de ser convidadas na Corte.

Além das *levées* e das *courts*, havia ainda uma vez no ano, o *garden party* nos amplos jardins de Buckingham, quando os homens iam de fraque e cartola cinzenta (como era de costume usar nas corridas de Ascot, onde estava sempre presente a família real). Para as senhoras, vestidos de tarde, de cores claras; e era de bom tom trazerem um guarda-sol, também de cores claras, ainda que o tempo estivesse encoberto ou ameaçasse chuva, objeto indispensável a todo inglês, qualquer que fosse sua condição social.

* * *

Os *garden parties* eram mais interessantes e mais alegres do que as recepções nos salões de Buckingham. Ofereciam um espetáculo movimentado e mais variado, ao contrário das recepções, que eram sempre monótonas, sobretudo as da manhã, quando não havia senhoras. Ao passo que as festas nos jardins do palácio quando as tardes eram bonitas e o sol brilhava, davam uma bela vista do conjunto, com a variedade dos vestidos das senhoras, seus grandes chapéus de plumas, seus guarda-sóis coloridos e as belas jóias de algumas delas. Mas os *parties* nos jardins nunca tinham a mesma distinção que as recepções em palácio, porque para as primeiras convidava-se um numeroso grupo de pessoas das várias camadas sociais da capital inglesa, enquanto as *levées* e as *courts* eram

reservadas exclusivamente aos membros do Corpo Diplomático, aos Oficiais superiores do Exército e da Marinha, ao alto mundo oficial e à aristocracia do país. Tinham assim maior destaque e mais distinção, sobretudo à noite, com o brilho dos uniformes, a beleza das jóias trazidas pelas grandes damas do tempo e naturalmente, a profusão das luzes e a beleza dos salões de Buckingham.

Não sendo propriamente uma festa, mas apenas uma solenidade, para a qual eram convidados os Chefes de Missão estrangeiros, falta citar a abertura do Parlamento, quando o Rei deixava Buckingham Palace numa carruagem para Westminster. Formava-se então a “procissão”, à frente da qual se punha o *speaker* (Presidente da Câmara), que ia de seus próprios apartamentos, na torre de Westminster, à sala das sessões, para ele e todos quantos eram ali convidados, ouvirem o Rei ler o discurso chamado da Coroa. O *speaker* trazia na cabeça uma longa cabeleira, que lhe caía sobre o pescoço, de um cinzento claro, já meio sujo, e era precedido de um personagem obeso, parecido com o *maestro* da casa de um Cardeal, seguido de um outro que trazia ao ombro a grande *massa* adornada com os símbolos reais, exprimindo o poder legislativo inglês. Para essa cerimônia no Parlamento só eram convidados, do Corpo Diplomático, os Chefes de Missão.

* * *

O Corpo Diplomático estrangeiro acreditado em Londres era, no meu tempo, o mais numeroso do mundo. Pode dizer-se que todos os Estados independentes estavam ali representados. Hoje esse privilégio — como tantos outros — passou para os Estados Unidos. Naturalmente que não é possível falar de todos os Chefes de Missão que conheci em Londres, mais ou menos de perto ou mais ou menos de longe. Ainda porque uma grande porção deles não daria assunto para duas linhas. Importantes insignificâncias. Outros, porém, merecem referência.

Já falei do Embaixador de França — M. de Fleuriau, que, pelo prestígio social, menos dele, talvez, do que da sua Embaixada, tradicional em Londres, desde séculos, se colocava na primeira linha de seus colegas. Também já referi o Embaixador de Espanha, Marquês Merry del Val, e o Ministro da Dinamarca, Conde Ahlefeldt, que, devido aos laços de parentesco de seus Soberanos com a família real inglesa, tinham privilégios, que nenhum outro desfrutava, na Corte e na alta sociedade inglesa. Vejamos alguns mais.

O Embaixador de Itália era a muito alta e muito suficiente excelência o Sr. Marquês Della Torretta (dei Principi di Lampedusa), grão-senhor de suma categoria e de suma importância, que dispensava a nós outros, pobres diabos de Secretários, bem pobres e bem diabos, sua benevolente, paternal e absoluta indiferença. Tinha-nos sem dúvida na conta de uma chusma de vermes que se remexiam na terra, e que só existiam porque era preciso que a terra comesse vermes ou que os vermes comessem a terra. Embaixador cem por cento. Desses que se dizem Embaixadores ainda mesmo sentados na retreta, em fraldas de camisa. Carlos Martins, Conselheiro da Embaixada do Brasil em Londres, o tinha conhecido em 1910, quando ambos eram Segundos Secretários em São Petesburgo (hoje Leningrado). De então para cá a roda da fortuna

havia girado diferentemente para os dois. Assim treze anos mais tarde iriam encontrar-se em Londres, Martins Conselheiro de Embaixada e Della Toretta investido das honras do mais alto posto da carreira. Isso punha entre os dois uma distância que o Embaixador, com sua suficiência, timbrava ostensivamente em acentuar.

Mas a roda da fortuna é caprichosa, como as mulheres bonitas. Não gira só num sentido e por vezes dá volta atrás. Victor Hugo dizia que nossa vida era uma roda, que não podia mover-se sem esmagar alguém. O vento do Fascismo, que era então uma leve brisa (Mussolini estava no poder havia apenas dois anos (*)), iria pouco depois soprar violento e devastador, e o nosso Della Torretta, com toda a sua suficiência, foi afastado da Embaixada em Londres, dando-se-lhe como consolação um lugar decorativo de Senador do Reino. Retirou-se para sua Província, num lugarejo qualquer de Itália, bem diferente do ambiente aristocrático de Grosvenor Square, a meditar sobre a precariedade das posições neste mundo. *Nessun maggior dolore...*

Em Londres ele se preocupava muito com questões de precedência, sobretudo com a sua própria, entre os Embaixadores estrangeiros, que defendia com um ardor e um zelo nunca excedidos, dando não poucas dores de cabeça, quando se tratava de recepções na Corte, a Sir John Hambury, Marechal do Corpo Diplomático, (Introdutor diplomático). Os menores cochilos do protocolo eram para o Embaixador de Itália um motivo de escárnio. Não conseguia que os colegas desfrutassem uma parcela a mais pequena que fosse, das regalias que lhe eram devidas, e isso acarretasse para ele na obrigação de recuar na famosa precedência, recuar ainda que um pé, uma polegada, um centímetro, mesmo a simples ponta do nariz. Para Della Torretta, todos tinham de ficar arrumados numa fila absolutamente alinhada, sob o mais rigoroso critério geométrico. Nesse tempo não havia ainda o aparelho: do contrário, seria bem o caso de Sir John adotar o olho mágico, quando se precisasse alinhar Suas Excelências num dos salões de Buckingham. Bem. Tudo isso era uma maçada, e não se fazia sem provocar incidentes, alguns dos quais não deixavam de ter seu ridículo.

* * *

Fazia lembrar aquele Embaixador de Espanha acreditado junto à Santa Sé, que vivia preocupado com que nenhum de seus colegas tivesse ali prerrogativas mais largas do que as que ele próprio desfrutava. Sobretudo o Embaixador de França, com quem ele vivia sempre às turras por questões de protocolo. Um dia o Papa, que era Pio IX, homem espirituoso e mordaz, aproximando-se de uma das janelas de seus aposentos, que dava sobre o pátio de São Damaso, vira lá em baixo o Embaixador de França que,

(*) A marcha sobre Roma, a que se seguiu a entrega do Governo Italiano a Mussolini, se fez em outubro de 1922. Quando se abriu a Conferência de Lausanne, em 20 de novembro desse ano, com a presença de Mussolini, Poincaré, Presidente do Conselho de Ministros de França, partiu para a Suíça dizendo que o fascismo na Itália, não duraria dez meses. Durou vinte anos.

antes de subir para a audiência que havia solicitado, ia discretamente fazer uma pequena necessidade fisiológica num canto do pátio. Quando ele apareceu pouco depois no gabinete do Papa, este lhe disse num tom de grande candura: “Senhor Embaixador, peço-lhe que não faça mais aquela coisa que Vossa Excelência fez no meu pátio antes de subir; porque, se o embaixador de Itália vier a saber disso, há-de querer, por uma questão de precedência, fazer o mesmo na minha antecâmara”.

Ou a história daquele outro Embaixador, mas esse do grande Carlos V, que, numa cerimônia na Corte do Imperador turco, não encontrando o lugar que entendia dever corresponder à sua alta hierarquia, teve a fantasia de estender no chão, diante de todos, a sua capa, e sentar-se depois em cima dela, com grande espanto e não menor curiosidade dos presentes. Terminada a cerimônia, levantou-se e retirou-se com toda a dignidade, deixando a capa no chão. Pensou-se que por esquecimento, e alguém chamou por isso sua atenção. Ele respondeu com solenidade: “Os Embaixadores do Rei meu senhor não têm o costume de levar consigo os seus assentos”. E retirou-se cheio de dignidade.

Essas questões de protocolo, de precedências, de lugares na mesa por ocasião de um almoço de um jantar numa Embaixada ou no Ministério do Exterior de um país, são por vezes um quebra-cabeça para o Chefe do Protocolo. Daniele Varé conta um caso que não deixa de ter o seu pitoresco, passado por ocasião de um banquete no Palácio da Consulta, em Roma, residência então dos Reis da Itália. Alguns minutos antes do início do banquete, o Chefe do Protocolo dirigiu-se ao Barão de Bildt, Ministro da Suécia junto ao Rei e disse:

— Excelência, o seu lugar é ao centro, a esquerda, ao entrar. Terá a bondade de dar o braço à Marquesa Calabrini, dama de honra da Rainha.

— Sinto muito, é impossível — respondeu o Barão de Bildt.

— Impossível?

— Impossível.

— Mas impossível porquê?

— Porque ela é morta.

Era verdade. tudo resultava de a lista oficial dos convidados do Palácio da Consulta não estar atualizada. A Condessa Calabrini tinha, de fato, morrido dois dias antes do banquete.

». * *

O Ministro da Rumânia em Londres era Titulesco. Um dos homens mais feios que tenho conhecido, só podendo concorrer nesse terreno com o nosso Mateus de Albuquerque, que foi Cônsul geral em Lisboa quando eu seria aqui Conselheiro da Embaixada. Misto de macaco velho e de *clown*. Mais do que os dois, só mesmo Alberto Wolf, que foi durante muitos anos diretor do *Figaro*, de Paris. Tinha o rosto tão desfigurado, os traços tão deformados e uma tão estranha maneira de andar, que até parecia pertencer a uma raça que não a humana.

Contavam que certa vez, um confrade seu desafeto, que os há sempre, e terríveis, na classe dos jornalistas, começou uma conferência, ele presente com estas palavras: “Minhas senhoras, meus senhores! Sr. Alberto Wolf” — colocando-o assim à parte do gênero humano.

Que faz Titulesco por aqui? perguntou alguém em Genebra, ao vê-lo nos corredores da Liga das Nações, vindo de Paris, onde ele era então o Ministro da Rumânia. *Que faz por aqui? Ora essa, faz, medo a todo o mundo.* Podia Titulesco ser muito feio. Mas, era um grande diplomata. Grande político também e profundo conhecedor daquilo que os franceses chamam *les affaires*. Durante muitos anos representaria em Paris e em Londres, mais em Paris do que em Londres, a cultura, a sutileza, e a extrema habilidade desses latinos meio slavos que são so rumenos. Mas quando, mais tarde, a guerra iria soprar de novo sobre os campos da velha Europa e o vento das novas idéias varrer as planícies do baixo Danúbio, Titulesco, que era um homem de outra época, seria também levado pela tormenta. Velho, pobre, esquecido, abandonado, iria ter uma morte inglória num lugarejo qualquer da França. E em lugar de funerais magníficos, que lhe fariam certamente se tivesse falecido em pleno fastígio, não teve senão um modesto cortejo que o levou ao cemitério da aldeia, enquanto se ouvia o som rouco e longínquo da artilharia alemã, que uma brisa ligeira trazia dos campos da Normândia.

Desaparecido e quase ignorado entre o pessoal que cercava Titulesco na Legação Rumânia em Londres, havia um predestinado: era o Adido Militar, um Coronel que parecia apenas de parada. Chamava-se Ion Antonesco e seria, quinze anos mais tarde, o ditador da Rumânia nazista. Desfrutou os fastos do poder. Conheceu a glória. Pôs e dispôs da Rumânia. Mas toda a medalha tem o seu reverso. A roda da fortuna, em seu contínuo movimento, não elevava somente os predestinados: também os esmagava. Um dia o vento mudou, e era um vento mau, que anunciava a vinda do inimido, uns cossacos de pele endurecida pelo frio. A Rumânia foi invadida e destroçada. Seus campos devastados. Suas cidades bombardeadas. Antonesco tentou fugir. Não lhe deram tempo. Teve que se render. Foi preso. Um julgamento sumário, e acabou, como um malfeitor, enconstado a um muro, com cinco balas no coração. Eu estava nessa ocasião em Copenhague e bem me lembrava do meu Coronel de Londres, que eu sempre vira elegante e bem apumado em sua farda de bordados reluzentes, e me parecera simplesmente de parada...

* * *

Se os diplomatas europeus acreditados em Londres tinham dificuldades em se criar uma situação na alta sociedade do país, maior dificuldade tinham os seus colegas asiáticos e latino-americanos, pela pouca atenção que lhes dispensavam. É verdade que não se estava mais no tempo da Rainha Vitória e dos primeiros tempos do Rei Jorge V, quando eles eram excluídos sistematicamente dos banquetes na Corte, a ponto de Joaquim Nabuco, nosso Ministro ali, ter que lançar por escrito um protesto, em nome dos latino-americanos, a Lorde Landsdowne, Ministro dos Negócios Estrangeiros. E fizera, a propósito, aqueles versos brejeiros:

*Eu Palais Buckingham, diner diplomatique.
On n'attend que le Roi. Sir Thomas, liste en main,
S'approche... du Lorde Chamberlain
Et lui dit: "Vous avez oublié l'Amérique".
L'Amérique? On pâlit, on va se trouver mal.
On cesse de Manger... Mais Sir Thomas, continuant sa phrase:
"Du Sud"... Eclat de rire, appétit général!*

* * *

O Embaixador do Japão era o Barão Hayashi, que, apesar de estar à frente da mais numerosa das Embaixadas ali acreditadas, com cerca de 25 pessoas, e das qualidades que o distinguiam, como diplomata e homem do Estado, limitava suas relações aos círculos puramente governamentais, o que acredito fosse mais útil ao governo de Tóquio do que os sorrisos ou os salamaleques das *ladies* do Mayfair. Entre os numerosos Secretários da Embaixada havia o Sr. Shu Tomii, que eu devia voltar a encontrar, em 1941, Como Embaixador em Buenos Aires.

O Ministro da China era Wellington Koo, homem notável por todas as suas qualidades, educado nos Estados Unidos, que teria tido a maior projeção se outra tivesse sido a evolução política de seu infelizmente país. Sem embargo, iria representar no estrangeiro, ainda durante muitos anos, o que havia de melhor em cultura e civilização chinesas.

Nesse tempo a China não era ainda o país comunista de hoje. Daniele Varé, que foi por algum tempo Cônsul Geral da Itália em Changai, contava essa história pitoresca que ele presenciara, certa vez, no Círculo Esportivo da cidade. Estava no Círculo, quando ouviu uma voz que dizia: *Boy, traga-me um milhão de dólares!* Pouco depois era outra voz: *Boy, dois milhões de dólares aqui no terraço.* Intrigado, Varé levantou-se e foi ver quem no terraço pedia esses milhões de dólares e onde os metia: um milhão de dólares era o nome de um *cocktail!*

O Ministro da Agricultura era José Evaristo Urriburu, homem culto, um pouco historiador, escritor e financista, casado com uma filha do ex-Presidente Júlio Roca, Dona Agostina, e que eu iria encontrar em Buenos Aires, em 1940, como Vice-Presidente do Banco Central Argentino. Como o pai, que fora Ministro no Peru, (José Evaristo nascera na Legação da Argentina em Lima), e como a maioria dos chefes de Missão da Argentina, também este não era diplomata de carreira. Tinha a Legação em Londres, elevada mais tarde a Embaixada, apenas como uma diversão em sua vida de homem de letras, de sociedade, de *gentleman* e de milionário.

O Ministro do Chile era Don Augustin Edwards, cavalheiro demasiado importante por tudo que queria ou pensava representar. Essa importância estava sobretudo no tamanho do corpo, que era realmente grande, com suas pernas longas e grossas, suas mãos enormes. E, como bom israelita, na grossura dos lábios e na espessura do nariz, que lhe saltava do rosto, largo e aberto. Passava por ser muito rico. Não sei. O que sei é que era muito mexedor, e na Liga das Nações, onde representava igualmente o Chile,

havia de nos dar um pouco de trabalho para contê-lo em seu canto, cortar-lhe as tranças que tentaria tecer pelos corredores do Secretariado e nas imediações do Conselho, e que nem sempre correspondiam aos interesses do Brasil. Edwards iria falecer em Santiago em 1941, e sua casa ali foi depois comprada pelo Governo Brasileiro para sede da nossa Embaixada.

Figurava como Consultor Jurídico da Embaixada Alejandro Alvarez, conhecido como inspirador do Direito Internacional Americano, que no fundo ninguém sabia, afinal, o que era, já que só havia um Direito Internacional. Alvarez era, em todo o caso, um jurista de renome internacional, membro da Corte de Arbitragem, fundador, com Fauchille e Lapradelle, duas sumidades jurídicas francesas, do Instituto de Altos Estudos Internacionais de Paris e membro do Instituto de Direito Internacional. Era nesse tempo um homem de cerca de 50 anos de idade.

* * *

Portugal, apesar de país europeu e velho aliado de Inglaterra, podia ser incluído no rol dos Estados latino-americanos pela situação de modéstia e de retraimento em que se encontravam seus representantes nos salões da gratinagem do Mayfair. Não porque fossem insignificantes, pois eram homens de real mérito. Mas pela pouca atenção que lhes dispensavam na alta sociedade inglesa. E um pouco também nas esferas governamentais. A Inglaterra depois há de ter mudado certamente de opinião. Nesse tempo, porém, Portugal era para ela um país em liquidação, que tendo expulsado do seu solo a única coisa que tinha algum valor, isto é o Rei, entregara-se a uma chusma de aventureiros de má catadura, que exploravam a miséria do país, e de vez em quando se injuriavam, se tiroteavam e se jogavam bombas de péssima qualidade. Era o tempo em que havia em Coimbra um modesto professor de Direito, um tal Dr. Salazar, algo lunático, com planos de salvamento do país sem necessidade de discursos no Parlamento e dos rapazes da artilharia 5 postados todas as manhãs na Rotunda.

Durante meus primeiros tempos de Londres o Ministro de Portugal foi Teixeira Gomes, um dos homens mais interessantes que tenho conhecido, português pequeno e de olho vivo, muito viajado e inteligente, que falava de tudo e entendia de tudo. *Quand on sait bien les choses, on aime a en parler* dizem os franceses. Homem de letras, romancista, ensaísta, autor dramático, era também um pouco filósofo e historiador.

Tinha a Legação instalada em Gloucester Place, Portman Square. Mas a Legação era antes de tudo um pretexto para ele arrumar suas coleções de arte, suas preciosidades, suas porcelanas, as lembranças que trouxera de toda a parte por onde andara sua pessoa curiosa do mundo e das sensações da vida. Grande parte desses objetos ele daria mais tarde ao Museu de Arte Antiga de Lisboa, magnificamente instalado no velho Palácio das Janelas Verdes e um dos mais bem arrumados do mundo.

Numa tarde de agosto de 1923 fui ver Teixeira Gomes na companhia de Domício da Gama, que o tinha em grande e sincera estima. Grande palestrador, como eram o geral dos portugueses do seu tempo, da geração de Eça, Ramalho e Fialho, Domício tinha especial predileção em conversar com ele sobre esses anos passados, que tinham sido também os de sua mocidade em Paris.

Eu gostava de ouvir Teixeira Gomes referir sua designação para Ministro em Londres, que provocara quase um escândalo político em Portugal, tanto fora a celeuma que levantara nas rodas do Parlamento, nos cafés do Rossio e nos velhos salões do Castelo. Bernardino Machado, que era então o Presidente da República, não o queria nomear, e nisto era acompanhado por grande parte dos republicanos chamados históricos, que tinham feito a Rotunda e trabalhado nas conspirações anteriores a 1912. E não só os republicanos lhe faziam guerra. Também os monarquistas, ou monárquicos, como aqui se diz. É que essa gente não o estimava. Não o estimava por sua tradicional independência, seu espírito *frondeur*, seu desprezo por tudo quanto era preconceito ou regra estabelecida, por sua indomável rebeldia. “Há muita gente que embirra comigo”, dizia.

* * *

O Marquês de Soveral era um deles. Fora o último Ministro da Monarquia lusitana em Londres, e ali se deixara ficar depois de proclamada a República em Portugal, indo morrer em Paris, vítima de um cancro, em outubro de 1920. Foi dos que mais hostilizaram Teixeira Gomes, e, pondo em jogo suas excelentes relações na Corte de Saint James, fez tudo para evitar a sua nomeação. Diziam que um dia fora ao Palácio de Buckingham levar uns livros de Teixeira Gomes, com certas passagens mais livres anotadas — “para demonstrar que eu era um escritor depravado, sem moral alguma” explicava Teixeira Gomes, que acrescentava: “Quando Jorge V leu os trechos anotados, e Soveral lá voltou, limitou-se a perguntar-lhe: “Não tens mais livros desses que me tragas?””.

Eu estava ainda em Londres quando Teixeira Gomes foi eleito Presidente da República Portuguesa, e o Governo inglês decidiu transportá-lo para Portugal no couraçado *Carysford*. Pouco depois, Domício da Gama foi aposentado e deixou Londres. Quando passou por Lisboa a bordo do *Arlanza*, Teixeira Gomes, rompendo todas as regras do protocolo da Presidência, fez questão de ir a bordo cumprimentar seu amigo e ex-colega. Na Embaixada do Brasil de Lisboa foi um Deus nos acuda! Domício tinha caído no ostracismo, e nosso Embaixador Cardoso de Oliveira, apesar de velho colega e amigo de Domício, não via com bons olhos uma tal homenagem, com medo de que isso o pudesse comprometer com o Governo brasileiro. E, uma vez convencido de que a decisão de Teixeira Gomes era inabalável, achou mais prudente ausentar-se naquele dia de Lisboa, para não ter que o acompanhar a bordo...

Essa atitude de Teixeira Gomes revelava um dos aspectos de seu caráter altivo e independente. Está claro que com semelhante feito não podia manter-se muito tempo à frente do Governo. De fato, na primeira divergência que se abriu entre ele e os seus Ministros abandonou o cargo, tomou passagens num barco de carga que partia para o norte de África e desapareceu de Portugal. E nunca mais pôs os pés ali.

Anos depois ele explicava ao jornalista que o fora procurar no exílio voluntário: “Que podia eu fazer? Dentro de meu papel de Presidente constitucional não podia fazer mais do que aquilo que fiz. E, quando vi que não podia fazer nada, vim embora. Respirei, quando me vi cá fora. O barco de carga em que fiz a viagem demorou-se três

dias em Setúbal. Cheguei a ter receio de que não fosse ainda dessa vez. Mas afinal partiu”.

Teixeira Gomes, foi substituído pelo General Norton de Matos, que mal cheguei a conhecer. O Conselheiro da Legação era Jorge Santos, de monóculo e ar jovial, gracejador incorrigível e contador de anedotas. Fazia-nos excelente companhia e era casado com uma encantadora senhora portuguesa, que nos deliciava com canções da sua terra ao som de uma genuína guitarra de Coimbra. Santos iria mais tarde divorciar-se e casar-se de novo com Maria Inês Carmona, filha do General Carmona, Presidente da República, o que iria ser para ele um acesso fácil na carreira. De fato foi pouco depois designado Ministro em Buenos Aires, e mais tarde na Suíça, onde iria, penso, morrer. Maria Inês ainda vive, e é uma das nossas boas amigas em Portugal.

O Secretário da Legação portuguesa era Gabriel da Silva, que à força de imaginação se fazia íntimo das Duquesas e Marquesas do Mayfair, comensal dos velhos castelos de Yorkshire e quase familiar em Buckingham Palace. Mas a realidade era outra. Vivia como nós outros Secretários, perdido na multidão desconhecida de Oxford Street; e em vez de jantares em Devonshire House, à luz de candelabros de genuína prata antiga da Inglaterra, contentava-se com o modesto *menu* do Criterion ou do Trocadero, e até por vezes num dos muitos Lyons de Londres.

Ingleses

Uma das características do inglês era a sua pouca propensão para planos pré-estabelecidos ou preconcebidos, traçados de ante-mão. Nisto é que estava, talvez, sua principal diferença do alemão, que não fazia nada de improviso, mas somente depois de longa meditação, de largos e refletidos estudos. Sob este ponto de vista pode dizer-se que o inglês era um oportunista, na concepção, naturalmente, honesta desta palavra. A verdade é que ele se deixava levar pela inspiração de momento, pela necessidade da ocasião. Tinha mesmo uma verdadeira repugnância, uma repugnância quase instintiva, em traçar planos ou fazer projetos baseados em coisas ou em fatos ainda não existentes ou que apenas se desenhavam.

– Não sei, depende da decisão do Gabinete -- respondeu Sir Edward Grey ao Governo francês, quando este lhe perguntou, em 1914, que fariam os ingleses num caso de guerra com a Alemanha.

– Não seria possível interpelar o Gabinete?

-- Impossível -- replicou Sir Edward, -- não estamos em guerra com a Alemanha, e não podemos assim deliberar sobre simples hipóteses.

A mesma coisa se daria vinte e cinco anos depois, isto é, em 1938, quando o Governo francês, admitindo a possibilidade de a Alemanha invadir a Checoslováquia, indagou do Governo inglês se, neste caso, e reagindo imediatamente a França, podia esta contar com o concurso da Inglaterra. A resposta de Lorde Halifax, Ministro dos Negócios Estrangeiros, foi que não era possível ao Governo Britânico assumir compromissos com relação a fatos que não se podiam prever, circunstâncias que eram completamente hipotéticas – textual. Quando três anos antes, um Deputado havia interpelado Sir John Simon sobre a falta de planos do Governo inglês, ele respondeu: “Não é costume anglo-saxão assumir compromissos definidos sobre circunstâncias indefinidas”. André Maurois, um dos franceses que melhor conheciam a Inglaterra – e os ingleses, dizia que não ter princípios era uma das sabedorias britânicas; que na Inglaterra a lógica ofendia e os planos muito precisos eram suspeitos, sendo a decisão tomada no momento da ação.

Essa repugnância, quase direi essa incapacidade do inglês de estabelecer planos sobre fatos ainda inexistentes ou não concretizados, lhe tinha trazido não poucos dissabores, e a surpresa com que mais de uma vez se tinha visto atacado por seus inimigos se devia sobretudo à falta desses planos, ou pelo menos à maneira tardia e incompleta, portanto precipitada, com que haviam sido traçados. Mas as coisas são como elas são. O inglês pensava geralmente que toda a decisão, para ser realmente eficaz ou eficiente, teria que ser *atual* quer dizer, tomada quando os fatos mesmos a reclamassem. Primeiro, porque permitia compreender e julgar melhor esses fatos e as suas possíveis conseqüências, adotando-se então uma decisão mais adequada ou mais realista do que se ela fosse tomada sobre simples hipóteses; e segundo, porque dava àqueles que tomavam a decisão, a oportunidade e a responsabilidade de executá-la, e não a uma terceira pessoa, o que redundaria possivelmente em prejuízo para a fiel execução do plano estabelecido. É que ele partia do pressuposto de que TODA a responsabilidade devia caber ao homem que tomava a direção da coisa, ao *man of the spot*.

* * *

A este respeito vou contar uma pequena história. Passava eu uma manhã pela Regent Street quando, ao chegar ao cruzamento de ruas que se chamava Oxford Circus, vi que havia nesse lugar um engarrafamento de tráfego, isto é, uma grande confusão entre táxis, carroças, carros, ônibus, toda a sorte, enfim, de veículos que ali habitualmente se cruzavam. Ninguém mais se entendia e o tráfego ficou virtualmente interrompido. Notei a ausência do guarda que costumava estar ali.

Foi quando vi descer do *top* de um ônibus um homem, um simples civil, de paletó saco e chapéu coco, que logo se pôs no meio da rua e começou a fazer sinais com os braços levantados para os condutores dos veículos, indicando a cada um a sua direção. Todos imediatamente lhe obedeceram, como se ele fosse realmente um inspetor de tráfego. E, graças a tão oportuna intervenção, o movimento se foi pouco a pouco restabelecendo, até sua completa normalização. Foi quando o homem de chapéu de coco subiu num outro ônibus, e desapareceu.

Bem. Eis aí um simples episódio de rua, no fundo de um grande pitoresco, mas que na sua simplicidade nos revelava várias características do inglês. Antes de tudo, sua capacidade de improvisação. E com tanto maior surpresa quanto era tido por um povo de pouca imaginação, de raciocínio difícil e demorado. Mas é que ele tinha, mais do que qualquer outro, um verdadeiro instinto de inspiração. Podia ser lento e por natureza refratário para fazer ou traçar planos preconcebidos. Mas uma vez diante do perigo, do fato consumado, nenhum era mais rápido ou mais decidido para adotar medidas de defesa. O homem do chapéu de coco, quando descera do ônibus e se dirigira para o meio da rua, naquela grande confusão de veículos, não sabia por certo o que ia realmente fazer. Mas, uma vez ali, seu poder de inspiração logo lhe ditou o plano de emergência que se fazia mister para a normalização do tráfego. E não tardou um minuto em o pôr em execução. Outro detalhe a assinalar foi o fato de todos logo lhe obedecerem, o concurso que todos lhe prestaram para fiel execução do seu plano.

Ninguém pretendeu discutir com ele ou pôr em dúvida a vantagem de suas medidas. Aí prevalecia o sentimento de respeito que o inglês devotava ao mais capaz, ao homem que se punha na direção, que tomava assim a responsabilidade da execução. Por certo que o homem de chapéu coco não era inspetor de tráfego, e todos sabiam disso. Mas se ele se pusera no meio da rua, disposto a restabelecer a ordem, era porque devia ser, entre todos que estavam naquele local, o mais capaz para essa empresa. E, como seu propósito era o melhor, em benefício da coletividade, não havia por que deixar de obedecer-lhe. Em qualquer país latino ninguém reconheceria nesse desconhecido o direito de se arvorar em diretor de tráfego, apesar de sua boa-vontade e possível habilidade para a empresa. Não lhe teriam certamente obedecido. Pior: tê-lo-iam levado em chalaça, acabando por cobri-lo de apupos. E a desordem na rua continuaria no mesmo até que aparecesse um inspetor de veículos, isto é, o que nós chamamos a “autoridade”. Só então a ordem seria restabelecida. Possivelmente essa “autoridade” sabia menos dirigir o tráfego do que o homem da rua. Não importava. Era a “autoridade” e para nós bastava.

Maurois, que conhecia tão bem a Inglaterra, salientava o espírito de *equipe* peculiar aos ingleses, e que consistia, antes de tudo, na lealdade e obediência ao chefe, ao *captain*. E acrescentava: “Uma equipe é leal para com o capitão porque sem a lealdade a ação comum se torna impossível. A ação comum exige que as decisões sejam tomadas rapidamente, e elas não podem ser tomadas rapidamente se não se tem a confiança no capitão”. Só na Inglaterra é que isso seria possível. Primeiro, porque o homem do chapéu de coco se pusera voluntariamente na direção do movimento, e, não sendo lícito supor que sua intenção não fosse a melhor, ninguém ousaria afastá-lo ou ridicularizá-lo, dado que ele visava o benefício de todos; e segundo, já que se pusera à frente do tráfego com o propósito de normalizá-lo, era porque se julgara capaz disso, o mais apto, e o espírito de *team* ou de *equipe* como dizem os franceses, uma das qualidades do inglês, mandava que suas decisões fossem por todos acatadas.

* * *

Em tudo isso prevalecia também uma das grandes virtudes do povo inglês — a honestidade. Havia sobretudo honestidade nesse homem simples, que, se julgando capaz de prestar um serviço em benefício de todos aqueles veículos engarrafados em Oxford Circus, saíra de suas comodidades para dar-se esse penoso trabalho. Como havia igualmente honestidade nos condutores desses veículos, obedecendo e prestigiando esse abnegado homem do povo, fazendo assim justiça à nobreza dos seus sentimentos.

O inglês, em suas intenções ou seus propósitos, podia muitas vezes errar, ou mesmo praticar uma injustiça. Mas ninguém podia negar sua boa-fé. Era essa boa-fé que lhe dava aquele largo espírito de confiança, que chegava a torná-lo, sobretudo para nós latinos, um ingênuo. Na Inglaterra havia certamente ladrões, como em toda a parte, e se praticavam por vezes as mais ardilosas escroquerias. Mas o fundo da raça era honesto. O inglês acreditava geralmente em tudo o que se lhe diziam. Não por estreiteza de espírito ou por inocência, mas unicamente por honestidade. É que ele partia do princípio

de que todo o homem era honesto, ou pelo menos bem intencionado, e ninguém tinha o propósito de enganar ou prejudicar o outro.

Daí, por exemplo, a desnecessidade que se tinha em Inglaterra de registrar ou segurar as malas nas estradas de ferro. Bastava despachá-las, e ao chegar à estação do destino indicá-las com a mão a qualquer carregador e se retirar com elas. É que não se admitia a possibilidade de alguém se apropriar de malas que não lhe pertenciam. Ramalho Ortigão, quando esteve pela primeira vez na Inglaterra, acentuou essa particularidade. Diz ele: “Quem é que manda aqui? Ninguém. Entre a multidão enorme despejada em Londres por um comboio das 9 da manhã, não se vê um homem armado, nem um único representante da força pública ou da autoridade constituída. As malas procedentes do lugar de onde eu venho acham-se no chão, perto da carruagem que me trouxe. Não há peso, não há registro, não há bilhete de bagagem. Cada um escolhe o que lhe pertence. Não se ouve uma palavra. Não há um encontrão. O público dirige-se e fiscaliza-se a si mesmo. Cheguei, apeei-me, tomei conta do que é meu e acho-me dentro de um *coupé* com minha bagagem no tombadilho. Dispendi em tudo isso três a quatro minutos. Ninguém me disse uma palavra.”

Esse sentimento de honestidade explicava também porque a instituição do cheque estava ali tão enraizada nos hábitos da população, a ponto de qualquer desconhecido poder pagar com um desses documentos toda e qualquer despesa que fizesse num restaurante ou numa casa comercial. Toda a vez que me apresentava num banco para receber a importância de um cheque, nunca se deu o caso de o empregado mandar verificar, antes de efetuar o pagamento, se eu dispunha de fundos. Duvido que isso se dê em qualquer banco de outro país. Por certo a lei inglesa de cheques era a mais rigorosa, e aí daquele que ousasse emitir um cheque sem fundos! Mas a confiança repousava mais na honestidade do povo do que no rigor ou na excelência da lei.

* * *

Não creio que em qualquer parte do mundo se pudesse entrar no recinto de um Parlamento com a facilidade com que se fazia na Câmara dos Lordes de Inglaterra. Não se precisava para isso nem de convite especial nem de qualquer outra formalidade. Bastava exhibir qualquer documento de identidade ou, na falta dele, declinar simplesmente o nome e a profissão. E entrar. Se se fazia parte do público, ia-se para a tribuna do público. Se era um diplomata, para a tribuna dos diplomatas. Se se tratasse de um membro da Câmara, era ir diretamente para um dos assentos reservados para os Lordes, ainda que não fosse ali conhecido, coisa bem possível, dado que existiam cerca de 750 Lordes e apenas pouco mais de uma centena deles costumava frequentar a Câmara. Uns havia que nunca haviam entrado naquela Casa.

Todos conhecemos a história do *Homem que Ri* de Victor Hugo, aquele saltimbanco, que, tendo herdado o Pariato de um tio ignorado, dirigiu-se à Câmara dos Lordes, ali penetrou, entrou na sala das sessões, sentou-se num dos bancos reservados aos Lordes, pediu a palavra e pronunciou um terrível discurso contra a própria instituição para a qual acabava de entrar. Ninguém o tinha jamais visto e sabido quem ele era. No entanto não houve um só Lord que pusesse em dúvida sua qualidade de Par do Reino,

uma vez que ali se achava. Um fato como esse seria em qualquer outro país pura e simplesmente uma fantasia — como era, aliás, em verdade, produto exclusivo da imaginação do poeta. Na Inglaterra não: podia bem ser real.

Em certa ocasião um rapaz brasileiro, oficial da Marinha de Guerra, que costumava aparecer de vez em quando em Londres, quis dar-se à fantasia de saltar na Inglaterra, em Dover, vindo da França, sem apresentar o documento de identidade que TODO O MUNDO que desembarca ali era obrigado a exibir ao guarda da alfândega, que para isso ficava postado à porta da estação marítima. Queria “experimentar os ingleses”, dizia ele. E quando o guarda lhe perguntou pelo documento, limitou-se a responder: “Não o tenho”. Não foi, entretanto, molestado, nem teve os passos embargados. Ao contrário, seguiu tranqüilamente para diante. Sentiu apenas que o guarda o acompanhava de longe, com o olhar, num ar quase apatetado, sem compreender nada do que ouvira.

É claro que não podia compreender. Como todo o mundo que saltava em Inglaterra e passava por ele TINHA que apresentar o documento de identidade, o guarda da alfândega não podia compreender, excedia a força de seu raciocínio que alguém deixasse de cumprir essa formalidade, que, mais do que uma obrigação legal ou medida de polícia, era uma tradição na alfândega de Dover. Seguramente em sua carreira de empregado, jamais vira coisa semelhante. o que, porém, o surpreendera, e ultrapassava a força de seu raciocínio, não fora tanto o rapaz estar desprovido de um documento de identidade, mas sobretudo o fato de ele lhe haver confessado isso com o maior desembaraço, como se fosse a coisa mais natural deste mundo. Para que o guarda pudesse compreender semelhante despropósito, precisaria que ele tivesse sido educado no princípio de que alguém podia deixar de fazer aquilo que todo o mundo tinha obrigação de fazer. E nenhum guarda inglês fora educado nesse princípio.

Outra virtude do inglês é a discreção. Evita quase sempre perguntar sobre coisas que possam suscetibilizar ou pôr em situação difícil o seu interlocutor. André Maurois nos conta aquela deliciosa história do rapaz, que tendo sido convidado em casa de amigos nos arredores de Londres, para um baile à fantasia, tinha que ir vestido à moda do tempo de Henrique VIII. Assim que mandou fazer um traje com gibão, chapéu de plumas, botas de cano alto e espada. Vestido, tomou um táxi e partiu. Chegando à casa dos amigos, o *butler* (mordomo) veio-lhe abrir a porta. Surpreendê-lo ver o *hall* mal iluminado. Introduzido na sala de visitas, encontrou o dono da casa, a mulher e o único filho. Notou que todos se vestiam como de costume. Era claro que não ia haver, naquela noite, nenhum baile. Entretanto, nenhum dos três deu uma palavra ou o interpelou sobre a extravagância do seu traje. Limitaram-se a dizer-lhe: “Você teve a gentileza de vir ver-nos. Muito amável de sua parte”.

Conversa geral na sala até cerca de meia-noite, quando o dono da casa lhe disse: ‘Soube pelo criado que você despachou o táxi que o trouxera. E como não encontrará mais a esta hora condução para lhe voltar para Londres, meu filho vai emprestar-lhe um pijama e você dormirá aqui. E assim foi feito.

No dia seguinte, pela manhã, o rapaz levantou-se, fez a *toilette*, e vestindo a sua complicada indumentária, desceu para tomar, com a família, o *breakfast* de todos os dias. Também ninguém o interpelou sobre o traje que trazia. Foi só no momento em que, chamado um táxi, ele voltava para Londres, que o dono da casa, levando-o até à

porta de saída, se aproximou dele e lhe disse à meia voz: “Você sabe, o baile a fantasia... é na próxima semana”.

Essa história, assim, contada só podia dar-se em Inglaterra. Essa discrição, esse pudor em vexar quem quer que seja, fosse porque fosse, era uma das principais virtudes dos ingleses.

Castelos e Castelões

Minha vida social em Londres era modesta. Simples 2^o Secretário da Embaixada num Corpo Diplomático que era então o mais numeroso do mundo, nada mais natural que passasse despercebido entre os chefes de Missão ali acreditados. Sendo a posição do Brasil no mundo internacional relativamente modesta, não bastava para dar prestígio aos seus representantes na Inglaterra, a quem interessavam mais, por exemplo, os pequenos países da Europa ou mesmo da Ásia, muito mais ligados a ela pelos laços políticos ou comerciais. Por outro lado nossa Embaixada não era muito festiva – nem festeira: o Embaixador era um homem retraído e cheio de achaques, que sabia encerrava ali a carreira; e por natureza nunca fora inclinado a coisas mundanas. E a Embaixatriz vivia ou no estrangeiro ou distraída com a roda dos seus patícios norte-americanos. Aliás, mesmo que ela quisesse criar ali uma situação social não sei até que ponto lhe seria possível, não facilitando em nada, para isso, antes pelo contrário, sua própria condição de americana, e sobretudo o meio social americano de onde ela era originária. É preciso não esquecer que me estou referindo a uma Inglaterra pouco depois da primeira Grande Guerra, dominada por uma situação política conservadora e em cuja sociedade prevalecia ainda uns últimos preconceitos da época vitoriana. Era, portanto, difícil para mim freqüentar o meio social inglês e raras as ocasiões de estreitar relações com os colegas estrangeiros. Limitava-me a encontrá-los, de vez em quando, geralmente nas cerimônias oficiais – na Corte, por exemplo – nos lugares públicos ou numa ou outra recepção das principais Embaixadas, coisa geralmente pouco freqüente.

A alta sociedade inglesa, que vivia no inverno em seus palácios de Londres (por ocasião da chamada *season*) e no verão em seus castelos, era ainda tão fechada quanto o fora no reinado da Rainha Vitória. Poderia mesmo afirmar, sem sombra de dúvida, que era mais fechada do que a alta sociedade de Paris ou de Roma. Talvez, sob esse sentido, só uma outra se assemelhava à alta sociedade inglesa: a de Buenos Aires. Quando digo que a alta sociedade inglesa (ou britânica, se quiserem) era rigorosamente fechada, quero referir-me a não aceitação em seu seio de pessoas (fossem elas inglesas ou estrangeiras) que não pertencessem ao nível social que ela mesma desfrutava, ao seu *meio*, à espécie de gente de que ela se compunha, e entre a qual se contavam as melho-

res e mais conceituadas casas da nobreza britânica — como os Norfolks, os Buckinghans, os Beauforts, os Berwicks, os Townshends, os Roseberies, e muitos outros mais.

Cito estes nomes por assim dizer ao acaso, poque se fosse referir todas as casas da nobreza britânica que abriam seus salões em Londres ou recebiam em seus castelos, seria toda uma página de nomes. Enquanto que em Paris, por exemplo, havia cerca de uma dúzia de casas da nobreza francesa que recebiam, em Londres havia pelo menos cinqüenta. Isso por volta de 1923, porque no fim do século XIX e começos deste século a proporção era outra, já que a nobreza francesa, que residia em Paris e recebia contava-se numa proporção muitíssimo maior.

Contava a Duquesa de Clermont Tonnerre que seu pai, o 11^o Duque de Gramont, havia recebido em sua casa, à Rua de Chaillot, cerca de 90 mil pessoas. Era, como diz a filha, uma *usine à réception*. Quando ele morreu, em 1925, teve 5 mil pessoas no enterro. Mas quando foi da missa do sétimo dia não teve senão dez pessoas. *Sic transit gloria mundi...* E no entanto o Duque de Gramont conhecia e tinha laços de família com grande número de casas da nobreza francesa e estrangeira. Fora casado três vezes: a primeira com uma Beauvou Craon; a segunda com uma Rothschild; e a terceira com uma Ruspoli. Sua filha Elisabeth era filha única do primeiro casamento do pai. Casara em 1896 com o Duque de Clermont Tonnerre. Quando a conheci em Paris, em 1924, já estava divorciada do marido há quatro anos. Mas conservava o título nobiliárquico do esposo. Mulher inteligente, dotada de um espírito de humor como poucas, tinha uma grande vivacidade e conhecia um mundo de gente, tanto em França como em Inglaterra. Fisicamente podia ser tida como uma mulher bonita, com os olhos cor de ostra e seus belos cabelos louros. Mas quando da primeira mocidade era magra como um bacalhau seco, com um corpo inteiramente chato. Vendo-a, ao tempo da sua primeira comunhão, alguém perguntou: *De que lado são as costas?* Uma prima sua, Diana, filha do Conde Antônio de Gramont e de uma filha dos Barões de Brincard, havia se casado, em 1911, com o português Nuno Alvares Pereira de Melo, Duque de Cadaval, casamento que seria dissolvido em 1932.

* * *

Voltemos, porém, a Londres do meu tempo. A casa onde melhor se recebia era talvez a dos Duques de Sommerset (Seymour); ou a dos Duques de Devonshire (Cavendish). A Duquesa de Devonshire era a pessoa mais representativa da aristocracia inglesa. Casada duas vezes, desfrutava o prestígio que havia cercado seus dois maridos. Sua casa em Londres, em 2, Carlton Gardens, era um verdadeiro museu de preciosidades, espalhado por sucessivos salões. Tinha uma famosa galeria de quadros, entre os quais se contava o retrato de uma Duquesa de Devonshire pintado por Gainsborough, que hoje figura no Museu de South Kensington. Enviuvando pela segunda vez, a Duquesa iria repartir por seus herdeiros tudo o que tinha. Seu palácio de Londres seria destruído para dar lugar a imóveis de apartamentos. E ela iria isolar-se num modesto Hotel em Cimiez, no sul da França, onde terminaria os seus dias.

Outra casa faustosa cujas portas eram repetidamente abertas era a dos Rothschilds, no Piccadilly, e cujo chefe, no fim do século XIX e no começo do atual, era o

banqueiro Nataniel, feito Lorde, em 1885, graças ao seu amigo e então Príncipe de Gales, depois Rei Eduardo VII. Nataniel era também o chefe da conhecida casa bancária, cujos laços financeiros com o Brasil se mantiveram por todo o século passado. Hoje os nossos emprestadores de dinheiro são os americanos do norte. Mas os títulos dos empréstimos feitos ao Brasil pela casa Rothschild ainda eram válidos no meu tempo de Londres.

Esses Rothschilds dividiam-se em três ramos, o austríaco, o francês e o inglês, todos três com grandes recursos financeiros, sobretudo o último. Uma das particularidades dessa família era que os casamentos, entre eles, se faziam geralmente com primos e primas. A igual da família Sousa-Leão, antigamente, em Pernambuco. No tempo de Lorde Nataniel, este costumava receber, nas tardes de primavera, num relvado encataador que tinha ao lado da casa de Piccadilly, resguardado da rua por um muro alto. Ali se tomava chá ou bebidas. Era um dos centros preferidos da nobreza britânica. No meu tempo de Londres o chefe da casa era o Barão Leonel, filho e sucessor do pai na Câmara dos Lordes. Era um homem com pouco mais de cinquenta anos. Mas, apesar do nome e da grande fortuna que tinha, estava longe de possuir a mesma situação social que desfrutara o pai. Sendo sobretudo um homem de negócios, não creio que tivesse pretensões a ser também um homem de sociedade. Mas vivia ainda na mesma casa da família, no número 148 de Piccadilly.

Conhece-se a origem da fortuna desses Rothschilds, que datava da derrota dos franceses em Waterloo, em 1815. Foi quando um dos Rothschilds que estava em Bruxelas, sabendo da derrota de Napoleão, correu imediatamente para Londres, comprou quanto pôde de títulos ingleses, que se cotavam na Bolsa por um preço vil, visto como não se acreditava na vitória de Wellington, e esperou que esses títulos se valorizassem com a chegada a Londres da notícia da vitória dos ingleses. E foi o que se deu, ganhando esse Rothschild, em poucos dias, uma grande fortuna.

Por falar em Wellington, vem-me à lembrança o seu contemporâneo Almirante Nelson, as duas glórias militares da Inglaterra do século XIX. Nelson, como se sabe, foi morto por uma bala na tabalha de Trafalgar, lutando, como Wellington, contra as forças de Napoleão. Caiu morto no tombadilho da fragata *Victory*, que ele comandava. Para perpetuar-lhe a glória os ingleses ergueram na praça a que deram o nome de Trafalgar, uma alta coluna de bronze, no alto da qual está a estátua, também de bronze, de Nelson; e em baixo, em torno da coluna, quatro leões igualmente de bronze. A propósito desses leões, contavam em Londres esta pequena história: quando Teodoro Roosevelt, tio do outro Roosevelt, Franklin, deixou a Presidência da República dos Estados Unidos, foi caçar leões na Africa, um dos seus esportes favoritos. Depois apareceu em Londres para visitar o Rei Eduardo VII. Nessa ocasião um espirituoso colocou em cima dos leões de bronze, que ornamentavam a coluna de Nelson, o seguinte cartaz: *Estes leões não podem ser mortos*.

A fragata *Victory* ainda existe ou existia no meu tempo de Londres. Era uma relíquia histórica. Estava conservada num estaleiro seco de Portsmouth, franqueada todo o ano aos visitantes. No local onde Nelson caiu morto havia uma pequena chapa, de meio centímetro de altura, assinalando o fato. Um dia, quando um grupo de visitantes percorria a fragata, o guia que os levava mostrou a pequena chapa e disse: "Foi aqui que

o Almirante Nelson caiu morto”. A que um dos visitantes comentou: *Não me admira nada. Com certeza tropeçou nessa chapa e a queda foi-lhe fatal.*

* * *

A alta sociedade de Londres do meu tempo, e na qual davam o *tom* os grandes nomes da nobreza britânica, tinha uma vida considerada por muitos cheia de frivolidade; o que não impedia de gozar ainda foros de grandeza e de ser considerada um dos sustentáculos do Império Britânico, desfrutando quase que o mesmo prestígio que a cercava ao tempo da Rainha Vitória, quando Lorde Manners dizia num arranjo poético:

*Que périssent l'argent,
Le commerce et la loi;
Mais laissez, laissez-nous
Notre vieille noblesse.*

Começava pela manhã, com as cavalgadas no Hyde Park e terminava pela madrugada com bailes e recepções. Por vezes ia-se cear, geralmente depois do teatro, no restaurante do Savoy (onde também se dançava) ou no *Princess*, do Piccadilly, que tinha as portas abertas até duas horas da madrugada. Depois do que, se alguns iam dormir, outros continuavam a noite em casa de um dos amigos, geralmente às escondidas do público, até o levantar do dia.

Já a vida nos castelos era outra: passeios a pé ou a cavalo, caçadas, jogos de pólo, jogos de tênis e banhos nos lagos ou nas piscinas. Se essa vida não era mais a mesma dos últimos anos da Rainha Vitória ou do curto reinado de Eduardo VII, podia, até certo ponto e sob certos aspectos, ser comparada com ela. Já que a primeira Grande Guerra não afetara grandemente a Inglaterra, como se iria dar por ocasião da segunda guerra, prevalecia ainda ali mais ou menos o mesmo *trem de vida*, como talvez não existisse mais em Paris, muito embora essa cidade continuasse a ser uma atração para o turismo chamado de luxo.

Como se estivesse ainda em plena *Entente Cordiale* consolidada depois com a aliança da França e da Inglaterra na guerra contra a Alemanha, os grandes nomes das famílias francesas iam muito a Londres, onde eram sempre bem recebidos, muito embora nem todos os ingleses falassem o francês, e nem todos os franceses falassem o inglês. Quando a Condessa de Beaumanoir, *a charming french woman* foi a Londres para ser apresentada à alta aristocracia britânica, conta-nos a Duquesa de Clermont Tonnerre que *elle ne savait pas langlais, les anglais ne savaient pas le français – ce qui permit à tout le monde d s'entendre*. Depois de voltar para Paris, perguntaram à Condessa o que ela achava dos ingleses. Ela respondera que se fartara de dançar *avec des inconnus forts dignes, que me proposaient des indécences avec cérémonie*.

Dentre as casas de campo (castelos), a mais famosa era certamente Bleinheim, pertencente aos Duques de Marlborough (Spencer), com os seus catorze salões, onde se viam uma série de famosas tapeçarias flamengas do século XVII, feitas para comemorar as vitórias do 1º Duque de Marlborough contra os Exércitos de Luís XIV. A Duquesa de Clermont Tonnerre, escrevendo uma vez à Duquesa de Marlborough (norte-americana era mãe de Winston Churchill) pôs sobre o envelope: *Palácio Bleinheim, Woods-*

tock. Respondeu-lhe a Duquesa de Marlborough: “É inútil por Woodstock, porque só há dois palácios em Inglaterra — Bleinhem e Buckingham”. De fato, não seria fácil dizer quais dos outros muitos palácios ou castelos da Inglaterra ou da Escócia podiam ser comparados a esses dois, quer nas proporções, quer nas riquezas que continham, com seus quadros, suas tapeçarias, seus móveis e todos os demais ornamentos, para não falar na extensão de seus parques. Talvez só um outro podia, até certo ponto, comparar-se com eles, Woburn Abbey, pertencente ao Duque de Bedford.

* * *

Perguntaram uma vez ao Duque de Marlborough, que, depois de ser Ministro da Agricultura nos últimos anos da primeira Grande Guerra, se limitava a ir de vez em quando à Câmara dos Lordes, onde tinha assento por direito hereditário: “Qual é, afinal, a sua profissão?” Ele respondeu: *Minha profissão é ser Duque*. Fazia lembrar a resposta que a célebre escritora francesa Gyp dera no período agudo da questão Dreyfus, quando lhe perguntaram no Tribunal de Justiça de Paris qual era sua profissão. Era respondera: *Antisemita*. O Capitão Dreyfus, processado e condenado à prisão perpétua (depois agraciado), era de raça israelita. Gyp, em todo o caso, confessava ter uma profissão. Não era como Piron, de quem diziam: *Il ne fût rien, pas même académicien*.

Gyp era, como se sabe, o pseudônimo literário da Condessa de Martel, descendente de Mirabeau. Era prima do Conde de Sabran, um oficial de cavalaria conhecido, sobretudo, por certas farças que costumava fazer para divertimento seu e dos outros. Numa certa ocasião pertencia à guarnição militar de Nancy. Tendo cometido uma falta, o Coronel seu comandante o pôs em prisão domiciliar, recomendando-lhe que ficasse quieto em sua casa, proibido de receber quem quer que fosse. O que fez ele para enganar e troçar do seu comandante? Mandou buscar todos os fiacres de Nancy, iluminou toda a sua casa e ficou esperando o resultado dessa sua brincadeira. Prevenido do que se passava em casa de Sabran, o Coronel fez-se transportar indignado para ali, na certeza de encontrar a casa do seu subordinado cheia de amigos. Ora, penetrando na casa, foi encontrá-lo sozinho, metido numa *robe de chambre* sentado tranqüilamente em sua poltrona, a ler um livro em frente ao fogo que ardia na chaminé da sala. Pode-se bem imaginar a decepção do Coronel.

De outra vez ele servia na guarnição de Marselha, onde corria notícia de que, sendo um sedutor de mulheres, tinha em casa um verdadeiro *harem*. Que fez ele? Para vingar-se, aproveitou-se de uma representação do *Fausto*, no Grande Teatro de Marselha, comprou todas as poltronas da primeira fila e distribuiu esses lugares por todas as negras que encontrou na cidade.

* * *

Ah, esses famosos castelos da Inglaterra! Famosos não só pela extensão das terras que os cercavam, mas sobretudo pelas riquezas em obras de arte que guardavam entre seus muros. Não era exagerado o que se dizia, isto é, que, se todos os museus europeus fossem destruídos por um grande cataclisma, as obras de arte guardadas nos castelos e

nas casas da nobreza inglesa bastariam para um crítico ou historiador escrever a história geral das artes. Desde séculos os seus proprietários se fartaram de comprar na Itália, na Espanha, na França e na Holanda o que havia de melhor em pintura e estatuária. Muitos desses castelos tinham sido construídos com os mármorees tirados dos monumentos e das casas romanas, já meio arruinados depois da queda do Império dos Césares, e mandados diretamente da Itália para a Inglaterra.

No meu tempo de Londres, os grandes nomes da nobreza inglesa, os Londoderries, os Devonshires, os Lansdownes, já começavam a abandonar seus palácios da cidade para se refugiarem em seus castelos. Se suas casas de Londres eram sucessivamente destruídas, para darem lugar às casas de apartamentos, (“onde todos dormem uns sobre os outros é comum uns sobre os outros”, no dizer de um desses grãos-senhores), refugiando-se em seus castelos eles salvavam ao menos, esse patrimônio precioso para a riqueza e a grandeza da Inglaterra.

A vida que se levava nos castelos britânicos não era mais a mesma do tempo da Rainha Vitória — *cela va sans dire*, quando a nobreza britânica era praticamente a dona de uma parte considerável do País. O Duque de Westminster, por exemplo, era proprietário do centro comercial de Londres, quer dizer, a parte mais valiosa da cidade. Disraeli, feito pela Rainha Vitória Conde de Beaconsfield, dizia que a nobreza britânica tinha três origens: espoliação da Igreja, venda de títulos pelos primeiros Stuarts e venda das circunscrições nos tempos modernos, e que a grande maioria dos Pares era de origem recente. Esta última afirmativa não correspondia, porém, à verdade. Para ele, homem do século XIX, os Pares criados no século XVIII podiam ser tidos como “recentes”. Eram cerca de 106, entre os quais se contavam os Duques de Rutland, de Portland, de Atholl, de Malborough, de Newcastle; e os Condes de Stamhope, de Portsmouth, de Clarendon, de Glasgow, de Ashburn, e ele mesmo, Beaconsfield, entre outros. Mas havia dezenas de Pariatos criados nos séculos anteriores, que não podiam ser tidos como “recentes”.

No meu tempo, os Pariatos mais antigos, cujos descendentes tinham ainda o assento na Câmara dos Lordes, eram os Barões de Hasting, criado em 1264, de Mowbray, criado em 1283, e de Cliton, criado em 1299; seguiam-se os Barões Grey de Ruthyn, de 1324; de Camoys, de 1383; e de Crawford, de 1389.

No século XV tinham sido criados 9 Pares; 27 no século XVI, e 55 no século XVII, inclusive o Conde de Dundonald, criado em 1669, ascendente do nosso conhecido Almirante Cochrane. Ora, todos esses Pariatos anteriores ao século XVIII, não podiam ser tidos, no século XIX, por “recentes”, não correspondendo portanto à verdade a afirmativa de Disraeli. O que se passava, no meu tempo como nos anos anteriores, é que uma grande maioria desses Pares não aparecia na Câmara dos Lordes. Deixava-se ficar em suas casas ou nas suas terras. A Câmara dos Lordes tinha então cerca de 750 Pares, e não era possível ter ali assento para toda essa gente. Talvez não aparecessem mais de uns 100. Se tanto.

* * *

O número de turistas que os castelos britânicos recebiam para visitá-los contavam-se

largamente por milhares. No meu tempo já eram numerosos, e cada ano aumentavam mais. Tenho sob as vistas uma estatística relativamente recente pela qual se vê que Woburn Abbey, pertencente ao Duque de Bedford recebeu num só ano a soma de 750 mil turistas. Esse castelo, que ficava a 72 quilômetros de Londres, tinha 32 salas de visitas, e era famoso pelas telas de Rembrandt que possuía. Tinha a maior coleção de Canalettos da Inglaterra. Pagava ali, cada visitante, por uma noite, a soma de 10 libras esterlinas — “preço cobrado por um quarto num dos grandes hotéis de Londres, dizia Bedford — mas sem Duque”. O castelo do Duque de Montague recebia por ano cerca de 502 mil turistas; o do Duque de Warwick, 270 mil; o do Marquês de Bath, 267 mil; e o do Conde de Harewood, primo da Rainha, 131 mil. Para não falar no castelo de Bleinhein, onde se via, entre outras curiosidades, a cama onde nasceu Sir Wiston Churchill. Esse castelo só ultimamente foi aberto ao público, mas logo recebeu, no primeiro ano, 200 mil visitantes. Admitindo que cada visitante pagasse a módica quantia de 5 libras esterlinas, pode-se bem ver a soma de dinheiro que recolhia em benefício do patrimônio artístico do Reino Unido — e, não esqueçamos do Tesouro Britânico.

Para sustento e conservação desses castelos, criou-se uma “Liga das Casas Senhorias”, espécie dos castelos visitáveis, realçando seu valor histórico, o rico recheio e tudo o mais que fosse necessário para atração do mundo turístico. Em França havia qualquer coisa desse gênero na “Associação Sindical de Castelos e de Casas Antigas”, fundada em 1924 por um Dr. François Carvallo, cujo nome devia ser de origem portuguesa, corruptela de “Carvalho”. O Presidente dessa associação em 1951 era o Duque de Noailles. Graças a essa Associação, grande parte dos castelos de França tem sido conservada, livrando-os da destruição pelo tempo e do abandono pelos seus antigos proprietários. Na Itália penso que é o Governo que se ocupa da preservação dos antigos palácios, fornecendo para isso um subsídio aos respectivos proprietários mais necessitados. Não sei se na Espanha há qualquer coisa desse gênero. Mas em Portugal não há nem nunca houve nada semelhante, e faz pena ver como os antigos palácios vão sendo destruídos e desaparecendo por falta de recursos de seus proprietários, a indiferença dos Governos, sobretudo depois de extinção dos morgadios, com o esfacelamento das fortunas entre os numerosos herdeiros. No Brasil, durante muitos anos, nada fizemos para defesa de nossos antigos solares, tanto nas cidades como no interior, e tenho citado como exemplo o chamado palacete Abrantes, no Rio de Janeiro, na esquina das atuais Ruas Marquês de Abrantes e Praia de Botafogo. Palacete que era um verdadeiro palácio, uma jóia de arquitetura, com grandes salões decorados pelos mestres da pintura do tempo de Dom João VI, época em que fora construído para residência da Rainha Carlota Joaquina e depois, por muito tempo, do Marquês de Abrantes. Deram-se ali as mais brilhantes festas do Segundo Reinado. Um dia, um dos muitos péssimos Prefeitos do Rio, querendo alargar a Rua Marquês de Abrantes, tentou destruir o antigo palacete, e precisou, para salvá-lo desse vandalismo, que o Barão do Rio Branco, então Ministro do Exterior, declarasse que precisava dele para hospedar o Secretário de Estado norte-americano, Eliuh Root, que vinha ao Rio de Janeiro para a Conferência Americana de 1906. Salvou com isso o palácio. Mas depois da morte do Barão, em 1912, outro Prefeito deixou que uma empresa de construção o comprasse para destruí-lo e erguer em seu lugar uma casa de apartamentos, como de fato se deu. Ato como este

provavam a falta de cultura dos nossos Prefeitos, com um completo desamor pelas obras de arte e riquezas do nosso patrimônio. É verdade que criamos depois um Departamento para a defesa desse patrimônio artístico, dirigido por Rodrigo de Melo Franco Andrade, que fez o que pôde para salvar o que era digno de ser salvo. Mas, este morrendo, pouco ou nada mais se tem feito nesse sentido.

Seguíamos, uma tarde, Luís do Amaral e eu, por Oxford Street, quando topamos com Almeida Brandão, nosso Ministro na Suécia. Passava clandestinamente uns dias em Londres. Foi logo dizendo: “Vocês sabem, cheguei ontem para experimentar um terno de roupa (um fato, como dizem em Portugal) mas já volto amanhã para Stockholmo”. Sorríamos, é claro, pois já conhecíamos o truque: como os nossos outros diplomatas, quando eram surpreendidos numa rua de Paris, vindos de outros postos e evitando aparecerem na Embaixada da Avenida Montaigne, que logo diziam: “Cheguei hoje e parto amanhã”.

Almeida Brandão era conhecido no Itamaraty por “Pai Brandão”. Nunca soube por quê. Solteirão já idoso, não havia de ser por sua generosidade, pois era antes tido por um misantropo. Aliás, não tinha na carreira o que os franceses chamam de uma *bonne presse*; em parte, a meu ver, injustificada, pois sempre o tive por um homem estimável e não creio fosse um funcionário menos capaz do que muito colega seu. Era acusado de ser português. Muito embora nascido na Bahia estava, de fato, ligado pelo sangue e pelo sentimento à velha terra lusitana, o que se explicava por ser filho de português e em Portugal vivera sua mocidade e fizera todos os estudos. É certo que falava um português com sotaque lusitano. Mas isso não era prova de nacionalidade. Tanto que Oliveira Lima e Luís Guimarães Filho também falava “português de Portugal”: porque tinham vivido e feito seus estudos neste país.

Outro diplomata nosso que também falava “português de Portugal” era (e é, porque ainda vive, aposentado) José Júlio de Moraes, neto do conhecido capitalista português do começo deste século, o Visconde de Moraes. José Júlio diz que nasceu em Niterói, Estado do Rio. Pode ser, mas sempre o tive como português. Lembro-me de tê-lo visto, ainda menino, desfilando nas ruas de Lisboa com o uniforme da Mocidade Portuguesa. Isso em 1938. Soube depois que tinha entrado para o Itamaraty. Tinha (e tem) uma quinta nas proximidades de Guimarães, chamada Casa de Caneiros. Andava sempre a pleitear postos nas proximidades de Portugal, em Espanha e em Marrocos, para estar perto da sua quinta e saber como iam os seus negócios. Aposentando-se, vive

hoje nela. Certa vez apareceu em Lisboa, vindo do Brasil, numa Missão brasileira que visitava Portugal. Alguém perguntou: “Que vem fazer o Morais nessa Missão?”

– O Morais? Veio como intérprete.

Mas português ou brasileiro, é uma excelente pessoa e não faz mal a ninguém.

Português de Portugal... É uma expressão que usamos para significar o português que se fala em Portugal. Mas não é esse, afinal, o verdadeiro português? Certa vez, em Copenhague, minha mulher, referindo-se a um estrangeiro que vivera muito tempo em Lisboa, dissera que ele falava o português “com acento de Portugal”. A que o Embaixador de França, Charbonnière, que ouviu a frase, objetou, não sem propósito, que esse português não era senão o verdadeiro português. E acrescentou: “É como se eu dissesse de alguém: fala francês com acento de França”. É certo que a língua que falamos no Brasil difere por vezes do português de Portugal. Na pronúncia, por exemplo, ou emprego de alguns vocábulos. Certa vez um inglês, que estivera alguns anos no Brasil e passara a viver em Lisboa, quis provar-me que nosso português era *inteiramente* diferente do que se falava em Portugal. E para prova disso citou-me uma frase que, significando o mesmo conceito, se pronunciava no Brasil e em Portugal com palavras completamente diferentes. Assim que no Brasil dizíamos: “Uma moça que mora aqui”; e em Portugal se dizia: “Uma rapariga que vive cá”. Com a circunstância, acrescentava ele, de que “rapariga”, no Brasil, não tinha o mesmo significado que em Portugal. Talvez por isso é que o poeta Eça Leal, sobrinho de Eça de Queirós, me tenha uma vez indagado se as obras do tio tinham sido traduzidas no Brasil...

Os portugueses dizem que nós falamos um português “adocicado” português com açúcar, como dizia o Eça. Mas isso se dá com as duas outras línguas européias que passaram a ser faladas na América, o espanhol e o inglês, mais doces, menos guturais do que o espanhol de Espanha e o inglês de Inglaterra. Quanto ao português, dá-se ainda o caso de que certas expressões usadas no Brasil particularmente no Nordeste, só existem no Norte de Portugal, expressões que não são mais faladas no resto do país. Não poucos procuram explicar essa particularidade dizendo que são expressões antigas, do século das descobertas, que o português levou para o Brasil e aí ficaram até hoje, mas que não são mais usadas em Portugal. É a mesma explicação que se tem querido dar ao francês falado no Canadá, onde algumas palavras são as mesmas do antigo francês dos séculos XVI e XVII mas que hoje não se empregam mais em França. São explicações possivelmente aceitáveis, mas sobre as quais não há provas convincentes.

Enquanto isso fiquemos na verdadeira, e é que a língua falada tanto no Brasil como em Portugal é uma só e mesma língua. Pode variar num país ou no outro, como de fato varia, no emprego de alguns vocábulos ou na maneira de acentuá-los; mas o idioma é um só. E aqueles que preconizam a denominação de *língua brasileira* para a que se fala entre nós defendem uma tese absurda e insustentável.

* * *

Bem. O *Pai Brandão* e o seu lusitanismo. Diziam que ele confessava ter entrado para o serviço diplomático brasileiro porque este pagava a seus diplomatas melhor do que Portugal pagava aos seus. Pura perfídia dos seus desafetos. Porque ainda que fosse

verdade, ele era bastante inteligente para não confessar. E certo que tinha estreitas ligações com Portugal e aqui possuía, para as bandas do Minho uma magnífica Quinta, chamada “Casa da Herdade”, louvada por todos que a conheciam, sobretudo pelas preciosidades que continha. Porque Almeida Brandão era um grande colecionador, sobretudo de porcelanas. Aliás, todo diplomata é um pouco colecionador, ainda que seja quanto aos postos na carreira, como Ciro de Freitas Vale e Maximiano de Figueiredo. Outros colecionavam paliteiros de prata, como Araújo Jorge. Houve um Cônsul-Geral que colecionava anedotas, muitas aliás já sabidas, e, quando nos vinha contá-las, dizíamos: essa você já nos contou. Jose Fabrino dizia-me uma vez: tome cuidado com essa espécie de gente; é o primeiro sinal de gagueio precoce. Alcebiades Peçanha colecionava espadas medievais, que expunha numa das salas do Palácio Dória-Panfilo, em Roma, onde era Embaixador. Apontando uma delas, dizia ter pertencido a Carlos Magno – ao Pascoal Carlos Magno? perguntaram-lhe. Porém, o mais original desses colecionadores era Labieno Salgado, que colecionava... banhos de mar. Podia colecionar bacias, como Nestor Roqueplan, ou chinelos de lã trançados com cara de gato, como Rui Barbosa. Mas não: colecionava banhos de mar, quer dizer, tinha a mania de tomar banho em todo mar por onde passava em sua peregrinação pelo mundo; no mar da China, no Mediterrâneo, no golfo do México e em outros mares. O mar Vermelho era na sua coleção, uma verdadeira raridade.

Também eu fui um pouco colecionador. Colecionava autógrafos. Um dia, comprei em Londres um punhal antigo, de bronze, trabalho alemão do século XVIII, magnificamente cinzelado – “cinzelado à mão”, como Gustavo Barroso escreveu no Catálogo para a Exposição Portuguesa dos Centenários portugueses, em Lisboa, em 1940, com relação a um clarim dos arqueiros do Paço, a que o Esteves Brandão, o chamado “Brandão dos Colarinhos”, também colecionador em Lisboa, perguntava: “Como é que ele queria; que fosse cinzelado, com os pés?”. O meu punhal era pois cinzelado – à mão. Depois comprei outro, pequenino, este, espanhol, de aço de Toledo, muito curto e afiado, um verdadeiro estilete, desses com que os príncipes do Renascimento gostavam de mandar seus inimigos para o outro mundo. Luís do Amaral, que me acompanhava nessa ocasião, vendo eu comprar esse segundo punhal, foi logo dizendo. “Agora você coleciona punhais”. E se apressou em espalhar a notícia, a ponto de uma vez, quando era apresentado a um inglês que freqüentava nossa Embaixada, este perguntou: “Ah, o senhor é o que coleciona punhais?”

Não, colecionava autógrafos. Comprava, vendia e trocava autógrafos. Fazia minhas compras geralmente nas casas em Paris que vendiam autógrafos – a Charavay, na Rua de Furstemberg nº 5, na Degrange, na Rua Serpente 28 e na Gambar, na Rua Danton nº 7. E tinha surpresas como esta: Leão Tolstoy mandava-me do seu retiro de Iasnaia-Poliana, sua larga assinatura numa folha de papel; como Maximo Gorki mandava-me, de seu retiro na ilha de Capri, um cartão postal com algumas palavras e sua assinatura escritas por sua mão. De Vicente Blasco Ibañes, o grande romancista espanhol autor de *A Catedral*, recebi certa vez seu retrato no qual assinava *Vicente Blasco* em cima, numa linha, e *Ibañez*, abaixo, noutra linha. Muito original essa forma de assinar o nome, aliás também usada pelo nosso Embaixador José Bonifácio, que costumava assinar *José Bonifácio de Andrada*, numa linha, e na linha abaixo – e Silva. Isso nos ofi-

cios de Lisboa para o Itamaraty. Porque nos telegramas de serviço assinava simplesmente *O Embaixador*, à maneira do Marquês de Marialva, que em vez de assinar seu próprio nome, ilustre, aliás, por todos os títulos, assinava o do cargo que exercia na corte de Dom José I — *O Estribeiro Mor*; como o Príncipe então Regente, futuro Dom João VI, que assinava os papéis do Estado — *O Príncipe*. Ou como Filipe II de Espanha, que assinava — *Yo El Rey*. José Bonifácio seguia, pois, a tradição ibérica. Mas o Itamaraty, que em matéria de tradição só tinha a sua, chamou-o à ordem e mandou que ele assinasse seu próprio nome, o que ele passou então a fazer — *Andrada*, muito mais ilustre, aliás, do que qualquer outro, pelo significado histórico que tinha.

* * *

Bem. Em matéria de colecionadores havia ainda os que colecionavam condecorações. Octávio de Brito era um deles. Quando vestia o uniforme diplomático, era uma inundação de medalhas sobre o peito. Outro era Gustavo Barroso que, não sendo diplomata, se apresentava com seu fardão da Academia de Letras, coberto com uma infinidade de medalhas e condecorações. A ponto de Agripino Grieco, vendo-o entrar assim numa sala onde havia muita gente, exclamar: “Olhem o Gustavo, com vem cheio de medalhas!... Parece um ciclista!” Compreendo que para aqueles que vestem um uniforme, seja civil seja militar, uma ou mais condecorações se tornem necessárias como objeto de adorno. Mas numa justa medida. Nem de mais nem de menos. Se não traz nenhuma, passa por pobre diabo, desmerecedor de qualquer consideração. Mas se traz de mais, torna-se simplesmente ridículo, alvo de chacotas, como foi o caso de Gustavo Barroso.

Estou justamente, a este respeito, no meio termo. Não tenho nem de mais nem de menos. Tenho justamente nove condecorações. Mas o que importa é que são todas de pais conhecidos. Não são filhas naturais. Tenho razões para justificar suas concessões. Não foram dadas a meu pedido nem de barganha com condecorações de outros países, como se dá com tantos outros diplomatas. Assim que sou cavalheiro de São Gregório Magno por ter sido Secretário da nossa Embaixada junto à Santa Sé. Sou Grande Oficial da Águia Alemã por ter sido Conselheiro da nossa Embaixada em Berlim, e também Grande Oficial da Ordem de Cristo de Portugal por ter desempenhado o mesmo cargo na Embaixada em Lisboa. Fui condecorado com as Ordens do Sol, do Perú, e de Boiacá, da Colômbia, por ter sido Secretário da Comissão chamada de Letícia, encarregada de resolver a questão de limites entre os dois países. Tenho a Grã Cruz da Ordem de Danebrog por ter sido Ministro em Copenhague. Fui condecorado com a Grã Cruz do Mérito Italiano pelos serviços que prestei à Itália quando era Secretário-Geral do Itamaraty, como tenho também a Grã Cruz da Ordem de Malta, obtida quando, no desempenho do mesmo cargo, negocieei o estabelecimento das relações diplomáticas entre o Brasil e aquela Ordem. Recebi a Medalha comemorativa do casamento da Rainha Elisabeth da Inglaterra quando desempenhava, naquela ocasião, o cargo de Embaixador no Canadá. Finalmente, recebi a Grã Cruz da Ordem de Cristo quando da visita do Presidente Café Filho a Portugal, e eu era nessa ocasião Embaixador em Lisboa.

* * *

A maneira de usar-se as condecorações é uma arte. E nem todos a têm. É sabido que o costume é trazê-las no lado esquerdo do uniforme ou da casaca, sejam placas ou miniaturas. Mas há quem tenha o mau gosto de colocá-las de um lado e do outro, cobrindo todo o peito, como fazem os soviéticos. Já vi a fotografia de um General brasileiro com numerosas medalhas e condecorações que vinham espalhadas desse jeito. Como diria Agripino Grieco – parecia um ciclista.

A Condessa de Chambrun dizia que os diplomatas, ao vestirem o vistoso fardão, hesitavam sempre sobre a escolha de uma Grã Cruz, a igual de uma velha *cocotte* sobre a escolha de uma jóia que melhor lhe apagasse os estragos dos anos. “Eles – os diplomatas – se exibem com satisfação, se admiram em todos os espelhos, para se verem com essas placas – *leurs bijoux*, que trazem sobre o coração ou sobre o baço”.

Quanto a ela, confessava nunca ter podido distinguir uma condecoração de outra. Confundia a Legião de Honra com a Ordem Leopoldo. Um dia seu marido, que era o Embaixador de França em Roma, pediu-lhe para coser no uniforme uma condecoração romena. Ela, na sua ignorância, coseu-a de cabeça para baixo!

O Imperador Dom Pedro II não gostava de usar condecorações, dizia ele – e tinha uma porção delas – “porque eram coisas que se despiam com a casaca”. Sem embargo, raramente deixava de trazer, discretamente ao lado da gola da casaca, o Tosão de Ouro, uma das mais cobiçadas.

O escritor e jornalista Medeiros e Albuquerque, – mais jornalista do que escritor – não possuindo ainda uniforme da Academia Brasileira de Letras, da qual era membro, apareceu certa vez em Paris, numa das paradas de 14 de julho, no palanque oficial, com o uniforme de Coronel da nossa antiga Guarda Nacional, a célebre *Briosa* da República velha, deixando-se passar por oficial do nosso Exército. E, naturalmente, trazendo várias medalhas e condecorações. Penso que foi por indicação sua que a Academia de Letras acabou por adotar um uniforme para seus membros, misto de fardão acadêmico copiado da sua congênera francesa e de fardão diplomático brasileiro. A princípio, o espírito democrático que ali imperava reagiu contra a adoção do uniforme, o que era um contra-senso, pois nada tinha uma coisa com outra, de vez que não é o hábito que faz o monge. Mas acabou por aceitá-lo, e não tardou que a maioria de seus membros acabasse usando o fardão.

* * *

Foi nessa altura ou pouco depois que Oswaldo Aranha, Ministro do Exterior, decidiu proibir que nossos diplomatas usassem uniformes. Aranha tinha sido Embaixador em Washington, e no Itamaraty deixava-se levar pela influência que sofreu do meio americano, muito maior do que a que marcou Joaquim Nabuco quando era também ali o nosso Embaixador. Para justificar a medida que tomou, Aranha referiu-se a uma fotografia estampada nos jornais, da apresentação das credenciais de nosso Embaixador em Washington, Mário Pimentel Brandão, ao Presidente Roosevelt, na qual se via este vestido com um simples paletó preto, e Mário empertigado num vistoso fardão com

bordados a ouro e várias condecorações ao peito. Aranha salientava o contraste entre os dois personagens sob o ponto de vista da indumentária, e a impressão de ridículo que ele provocava. Dizia isso numa mesa redonda onde estavam vários chefes de serviço do Itamaraty, inclusive eu, que dirigia nesse tempo a Divisão Política. Ponderei que o contraste era deveras grande, mas que o Embaixador do Brasil trazia, como devia, o seu fardão diplomático, próprio para a cerimônia e usado no Brasil desde os primeiros dias de nossa Independência, enquanto o Presidente norte-americano era o que estava vestido inadequadamente.

Dizer-se, como dizia Oswaldo Aranha, que o uso do uniforme era uma prática anti-democrática não me parecia um argumento defensável. E o exemplo norte-americano não convencia. Ainda porque outros países, como a Suíça ou os países escandinavos, que podiam dar lições de democracia aos Estados Unidos, adotavam o uso do uniforme diplomático. Aliás, os únicos países que naquela ocasião não os tinham eram, além dos Estados Unidos, os comunistas, sendo que a Rússia soviética acabaria por criá-lo. Até com o exagero de obrigar seus diplomatas a trazê-lo inclusive nas cerimônias mais simples, como nos simples *cocktails*, o que contrastava e chocava com as roupas das demais pessoas presentes, uns de fraque, outros de paletó-saco e outros de blusas de operários. Era um uniforme horrível, de um péssimo mau gosto, de fazenda preta com galões dourados, o que dava aos seus diplomatas o aspecto de empregados de agências funerárias.

Quanto à impressão de ridículo que pudesse provocar o contraste entre nosso Embaixador de uniforme e o Presidente Roosevelt de paletó-saco, caberia dizer que seria muito mais ridícula a fotografia do Embaixador inglês apresentando suas credenciais ao Presidente norte-americano, este com seu paletó-saco e o diplomata inglês com seu uniforme, que era — e é — muito mais coberto de bordados do que o nosso, e com isso muitíssimo mais vistoso.

O certo é que não havia nenhum ridículo no fato de o Embaixador brasileiro aparecer numa cerimônia oficial (o que havia de mais cerimonioso) vestido com seu uniforme, que era afinal o da sua profissão e de uso estabelecido em lei. Mesmo porque não fora feito para outra coisa. E, se havia qualquer coisa de chocante nessa cerimônia, era ver Roosevelt com seu paletó de todos os dias. É verdade que este era um homem fisicamente inválido. Mas vestir uma casaca para receber as credenciais de um Embaixador estrangeiro era-lhe tão penoso como vestir um paletó-saco, com colarinho e gravata. A menos que ele simplificasse ainda mais a coisa, recebendo nosso Embaixador com o seu pijama de todas as noites.

Maurício Nabuco, que é em tudo uma pessoa de bom senso, comenta, no seu livro de memórias *Reminiscências Sérias e Frívolas*, essa decisão de Oswaldo Aranha proibindo o uniforme diplomático com palavras que não quero deixar de reproduzir. Diz ele:

“Com a revolução de 1930, José Roberto de Macedo Soares desembrenhou do Arquivo os figurinos e conseguiu sua aprovação pelo Ministro de Estado, Afrânio de Mello Franco. Assim, mal ou bem, ficou fortalecido o regime do uniforme diplomático. Mas eis que vem, como Ministro do Exterior Oswaldo Aranha e manda, de chofre, suprimi-lo. Os argumentos que apresentava eram parcos: alegava que nem a Alemanha

nem os Estados Unidos tinham uniforme. Como vimos, as Missões germânicas usavam indumentária de corte ou a militar. Depois da derrota de 1918, viram-se obrigadas a abandonar o uniforme por falta de fardamento diplomático próprio. A decisão de Oswaldo Aranha coincidiu com a criação pelo Reich de um uniforme diplomático. Os Estados Unidos, por outro lado, nunca haviam tido uniforme. Se o tivessem tido, seguramente o teriam conservado, tradicionalistas como são. Mesmo sem o terem oficialmente, alguns dos seus agentes sentiram a necessidade, como exigências de certas Cortes, de vestir uniforme tirado da sua cachola. Existe uma fotografia de Edwin Morgan de uniforme feita em São Petersburgo, hoje Leningrado, e é notório que mais de um Embaixador americano em Londres adotava providência parecida”.

Resta dizer que Pedro Leão Veloso, quando Ministro do Exterior, restabeleceu-o, mas tornando-o facultativo. Quer dizer, nem carne nem peixe. E, como o feitiço de um uniforme diplomático custa hoje quase uma fortuna, os nossos atuais diplomatas não mais o usam.

Brasileiros em Londres

O brasileiro, quando ia à Europa, raramente procurava a Inglaterra. Preferia ficar em Paris, viver a vida dos teatros, dos restaurantes e dos *cabarets* parisienses. E as mulheres brasileiras só se interessavam pelas costureiras e casas de modas. Alguns brasileiros iam tratar do fígado em Vichy. Outros iam até à Suíça ver o lago de Genebra e o castelo de Chillon. Outros à Itália, por causa do Papa em Roma e do Vesúvio em Nápoles. O Papa que nesse tempo era Pio XI, era para muitos brasileiros uma mera curiosidade. Certa vez apareceu em nossa Embaixada na Santa Sé um médico brasileiro do Paraná, à procura do Embaixador Magalhães de Azeredo, que no momento não estava em casa. Deixou-lhe este bilhete: “Dr. Embaixador. Senti não encontrá-lo. Vim a Roma apenas por um dia, para ver o Coliseu, o Papa e outras curiosidades locais”. Eis aí: o Papa uma “curiosidade” – e apenas local! *Este ainda se interessava* pelo Coliseu. Não era como aquela brasileira que apareceria na Embaixada, quando eu servia como Secretário, e a quem eu perguntaria, por mera cortesia, se estava gostando de Roma. Ela tinha vindo de Paris. Se estava gostando de Roma? Daria um muchoxo e resmungaria entre os dentes, com ar de enfado: “Não tem *Boulevards...*”. Sim, eu lhe responderia, não era certamente Paris. Mas tinha ruínas de vários antigos monumentos romanos, que valiam a pena ver: o Foro, o Coliseu... Ela não me deixaria acabar: “Tudo em pedaços, tudo quebrado...”. Inútil insistir. Era um caso perdido.

Tenho um amigo que já havia estado várias vezes na Itália. Mas nunca fora a Veneza. E explicava que reservava essa cidade para lá aparecer em pleno romance de amor, com uma jovem e linda rapariga (que ele teria naturalmente raptado). Bem. Acabou, anos mais tarde, indo de fato à Veneza. Mas casado com uma mulher vulgar, abundante de carnes, com três filhos irrequietos e uma sogra metidicha e ignorante. E em vez de gôndola em que pretendia deslizar com sua amada através do Grande Canal, teve que se contentar com um barco a motor, velho, desconfortável e barulhento.

Raramente os brasileiros iam à Espanha, porque não os atraíam as touradas. Tão pouco iam a Portugal, terra, entretanto, dos nossos avós, tão cara e tão ligada ao Brasil. Limitavam-se a fazer escala em Lisboa, descer rapidamente à terra para o almoço no Tavares, visitar os Jerônimos, ver de longe a Torre de Belém e abalar de volta ao vapor em que viajavam. Davam-se com isso por satisfeitos e consideravam que tinham “conhecido” Portugal. Outros eram piores: deixavam o vapor que os trouxera do Brasil, saltaram em Lisboa no Cais do Sordré e seguiam diretamente para a Estação de Santa Apolónia para tomarem o “Sud Expresso” em direção a Paris, encurtando assim de um dia a viagem para a França e evitando o golfo de Biscaia, cuja travessia se fazia às vezes com um mar agitado. Não tinham a curiosidade de ficar vinte e quatro horas na capital portuguesa, apesar de tão pitoresca e tão cheia de coisas dignas de serem vistas; e levavam de Portugal apenas a vaga noção que lhes ofereciam os campos portugueses através das janelas do carro do trem que os conduzia a Paris.

Bem. É verdade que eu me refiro a Portugal dos anos 20, quando a República, ali implantada em 1910, vivia num estado de repetidas revoluções e de golpes de Estado. E o país estava, podia dizer-se, em plena liquidação, sem ordem, sem crédito e sem conceito no chamado concerto das Nações. A Lisboa desse tempo era, positivamente, uma cidade suja e mal cheirosa. “Uma choldra”, como dissera dela, anos antes, Eça de Queiroz. Depois veio Salazar e tudo mudou para o melhor, já se vê. Portugal se tornou um dos países mais bem governados do mundo, onde se podia viver com segurança e sem ter problemas a enfrentar, ficando Lisboa uma bela e limpa cidade. Mas isso é outra história.

* * *

À Inglaterra só iam quando os chamava ali um interesse qualquer. Compreendese até certo ponto esse desapego à velha Albion. O país não era acolhedor para o geral dos latinos por causa do clima, ou melhor, do tempo (o inglês dizia que o clima de Londres era bom e que o tempo é que era mau); do feitio pouco comunicativo do povo e sobretudo no idioma inglês, que apesar de fácil no falar comum dos ingleses, era pouco familiar aos brasileiros. Só ultimamente, com a intensa propaganda do cinema norte-americano, com as nossas relações mais estreitas com os Estados Unidos e o grande número de brasileiros que visitam esse país, é que começamos a nos familiarizar com o idioma inglês. Por outro lado, a História e as coisas da Inglaterra pouco interessavam o geral dos brasileiros, que, conhecendo mal a História do seu próprio país, menos ainda conheciam a dos outros. Apenas as meninas que cursavam os colégios franceses, como Sion e Assunção, adquiriam uma noção didática da história da França. Da história da Inglaterra, porém, da guerra das Duas Rosas, da Revolução inglesa e do consulado de Cromwell; de Henrique VIII e seu tempo, do reinado da grande Elisabeth e até mesmo da época vitoriana, que afinal foi de ontem — mal tinham uma vaga noção.

Em agosto de 1924 chegou-nos a Londres Raul Fernandes, que tendo sido apeado do Governo do Estado do Rio pelo Presidente Artur Bernardes recebera, a título de compensação, o encargo de vir à Europa coordenar o trabalho das nossas Missões diplo-

máticas em prol de um assento permanente do Conselho da Liga das Nações, que era a grande aspiração de Bernardes e de seu Ministro do Exterior, Félix Pacheco. Apareceu-nos muito animado com uma fórmula sugerida por Afrânio de Melo Franco, nosso representante permanente em Genebra, e que lhe parecia a melhor solução naquele momento para transformar em permanente nosso assento temporário do dito Conselho da Sociedade das Nações — a SDN.

* * *

Consistia essa fórmula em ficarmos no lugar que de direito pertencia aos Estados Unidos, mas que estes não ocupavam por não ter o Senado norte-americano aprovado o Tratado de Versalhes, do qual fazia parte o estatuto da SDN. Pretendíamos então substituí-los, ou melhor, sentarmos em seu lugar até que os Estados Unidos se decidissem a vir para Genebra. Eu achava que isso era uma solução que nada resolvia. Primeiro, porque nossa “permanência” no Conselho da Liga estaria dependendo da ida ou não ida dos Estados Unidos para o organismo de Genebra. No dia em que eles se decidissem a ocupar o lugar que lhes pertencia seríamos muito simplesmente desalojados de lá. Depois, era uma fórmula até certo ponto humilhante para nós, pois nos emprestava, desse jeito, o papel de tomadores de conta do lugar que de direito não nos pertencia, mas à grande nação do norte da América. Iríamos fazer no Conselho o papel de simples lenço amarrado à cadeira dos Estados Unidos, até que estes viessem ocupá-lo.

As senhoras do Quarteirão Saint Germain, em Paris, costumavam mandar seus criados sentarem-se nas cadeiras da Academia Francesa, reservadas ao público, nos dias de recepção de um novo acadêmico, a fim de lhes garantirem os lugares até que, terminadas as suas “toilettes”, elas pudessem ir ocupá-los. A prevalecer a fórmula que nos trazia Raul Fernandes, iríamos desempenhar no Conselho da Liga das Nações o papel dos criados das senhoras do quarteirão Saint-Germain. Não era, como se vê, nada animador.

Sem embargo, Raul Fernandes apareceu-nos muito confiante nessa fórmula. Contava, naturalmente, para o bom sucesso de sua missão junto ao Governo de Sua Majestade, com a força de seu raciocínio, a agudeza de sua inteligência e os recursos de sua rica imaginação. Mas o pior era que ia a Londres numa péssima ocasião, quer dizer, em pleno verão, quando todas as atividades oficiais estavam praticamente suspensas, e os políticos ingleses haviam deixado a Capital para gozarem suas férias no campo ou nas praias. De fato, o Rei estava em Balmoral, o Primeiro-Ministro e Chefe também do Foreign Office, Ramsey MacDonald, jogava golfe num Condado do norte e o Sub-secretário Permanente, Sir Eyre Crow descansava na propriedade de um amigo. De modo que

(*) Conhecedor, mais tarde, da minha opinião sobre este assunto, quando estampej no *O Jornal*, do Rio de Janeiro, em novembro de 1951, Raul Fernandes escreveu-me uma longa carta, defendendo-se, carta que não cabendo aqui, me reservo para estampá-la no 2º volume destas minhas Memórias, quando tratarei da nossa posição na Liga das Nações.

Raul Fernandes só pôde avistar-se com as duas únicas pessoas do Governo que se encontravam em Londres, e pouco ou nada lhe puderam prometer, “Sir” William Tyrrel, Sub-secretário Assistente do Foreign Office, e Lorde Parmoor, representante da Inglaterra na Sociedade das Nações.

* * *

Esse incrível Lorde Parmoor... De nome Charles A. Cripps, antigo Deputado aos Comuns, que o Ministério Trabalhista, agora no poder, havia enobrecido para colocar como seu representante e porta-voz na Câmara dos Lordes. MacDonald era Deputado, bem como seus colegas de Gabinete, e não havendo nesse tempo nenhum Lorde trabalhista foi necessário criá-lo, em o que o Governo não teria representante na Câmara Alta, e ninguém ali para defendê-lo. Como se sabe, os Ministros, sendo apenas Deputados, não eram ali admitidos. Foi escolhido então esse Charles A. Cripps, a quem se deu o título de Lorde Parmoor. Foi o primeiro Par trabalhista que se sentou na Câmara dos Lordes. Era pai de Stafford Cripps, que seria depois Embaixador de Sua Majestade em Moscou, Lorde do Seu Privado com Winston Churchill, em 1942, e, figura destacada na política de guerra da Grã-Bretanha. Hoje já não mais existe.

Seu pai era um velho baixote, de cabelos brancos e ar de poucos amigos. Devia ser um neurastênico. Em todo o caso era um homem do *contra*, intransigente em tudo, de difícil aproximação e positivamente desagradável. Louvavam sua grande cultura, que acreditou fosse variada e complexa, sabido que além dos estudos matemáticos feitos em Oxford, fizera também cursos especializados de História, formara-se em Direito e acabara teologista — homem, portanto, de sete instrumentos. Durante muitos anos desempenhara ainda o cargo de Vigário-Geral de Canterbury.

Podia ser que Lorde Parmoor tivesse prometido qualquer coisa a Raul Fernandes. Mas o certo é que em Genebra ele seria para nós um homem imprestável. E intratável. Dificultou quanto pôde nossa aspiração a um lugar permanente no Conselho da Liga. Se fôssemos contar com ele, ou com seu partido trabalhista para a realização dessa aspiração, seria pura ilusão. O que valeu foi que os trabalhistas pouco se agüentaram nessa ocasião no Governo. MacDonald, quando chefe da oposição, havia prometido as mais desejadas reformas ao povo inglês, e não foi precisamente isso que realizou quando se viu elevado ao Poder. A primeira coisa que fez foi paramentar-se, como qualquer conservador, com o fardão da Corte, calções curtos, meias de seda e sapatos de entrada baixa, e ir fazer curvaturas em Buckingham Palace diante da família real. Esqueceu de pressa os ônibus populares e os táxis desconjuntados de Londres, para aceitar de presente um luxuoso “Rolls Royce”. E passou a freqüentar os salões do Mayfair (o bairro da aristocracia inglesa) que sua filha adorava. Ora, era a primeira vez que a Inglaterra era governada pelos trabalhistas, e tudo isso só servia para desprestigiá-los. Resultado: nas primeiras eleições que se seguiram eles foram apeados do Governo. Entendiam os ingleses — e entendiam bem — que, a serem governados por um trabalhista vestido de conservador, mais valia um verdadeiro conservador. Assim que voltaram estes ao Poder, com Stanley Baldwin outra vez Primeiro-Ministro.

* * *

Em junho de 1925 aparecia em Londres a família Vital Ramos de Castro, na companhia de Madame Sayão, com sua filha Bidú, e Maria Antônia, filha de Vital. Iam ali para darem dois concertos, a primeira de canto e a segunda de piano. Pouco antes eu me havia interessado por que elas se exibissem no Queen's Hall, com a orquestra dirigida por Sir Henry Wood, que era o maior maestro da Inglaterra desse tempo e um dos mais conhecidos do mundo. Mas nada consegui, e elas deram seus concertos no Aeolium Hall. Foram muito aplaudidas, sobretudo Maria Antônia, que tocou ao piano como sempre — magistralmente. Eu já a havia ouvido tocar mais de uma vez nas salas de concerto em Paris, como a ouvira também em casa dos pais nessa cidade, à Rua de Prony. Poucos anos depois iria casar-se. Não deixando por isso de tocar piano, não iria ter, entretanto, uma vida longa, pois, atacada por uma moléstia traiçoeira, entregaria, pouco depois, sua alma ao criador.

Bidú Sayão começava então a cantar em público. Andava pelos seus 23 anos de idade. Era ainda muito tímida, e sua voz estava longe de ter a extensão e o volume que iria ter mais tarde. Mas já possuía a mesma sonoridade incomparável. Muito jovem e graciosa, não se diria, entretanto, que iria ser uma das mais encantadoras artistas de palco que tenho conhecido. Num jantar com dança que Regis de Oliveira, que substituíra Domício da Gama como nosso Embaixador em Londres, deu no Hotel Savoy em honra das duas artistas brasileiras, coube sentar-me ao lado de Bidú. Tinha uma grande meiguice, ao lado de uma modéstia que estava longe de corresponder ao seu talento artístico. Alguns anos mais tarde iria ouvi-la na Ópera de Roma, já então consagrada grande cantora e grande artista, tanto na Europa como na América. Como estava longe da mocinha tímida que fora meu par no Hotel Savoy! Iria casar-se com o empresário Mocchi, cuja primeira mulher fora também uma artista, Ema Carelli. Esse casamento de Bidú fora para todos uma surpresa, pela diferença em tudo dos dois cônjuges, e só se justificava pelo desejo de ela fazer com sucesso sua carreira teatral. Tudo na vida tem seus “porquês”. Aceitava por isso a explicação. Mesmo porque não havia outra. O casamento — admitindo que fora ele — proporcionara de fato a Bidú uma carreira rápida e gloriosa, e sob esse sentido satisfizera amplamente seus sentimentos de artista. Mas teria satisfeito também seus sentimentos de mulher?

* * *

O Hotel Savoy era um dos principais hotéis de Londres. O primeiro deles, em categoria e qualidade de seus clientes, era o Claridges. Depois podia ser o Carlton, onde o Governo inglês hospedara Epitácio Pessoa quando ali estivera como Presidente eleito da República em visita a Londres. Em seguida vinha o Savoy, que era dos três o mais alegre e movimentado, pois havia ali, aos sábados, no subsolo, o que os ingleses chamavam uma *extension night*, com música e danças até alta madrugada. No meu tempo, Londres não tinha o que se chama *cabarets* ou *night clubs*, como Paris e Nova Iorque. E o único digno desse nome era um pequeno clube no Piccadilly Circus, conhecido sobretudo por ser um lugar preferido pelo então Príncipe de Gales. Hoje, nessa

como em muitas outras coisas, Londres mudou completamente, algumas vezes para pior.

No local do Hotel Savoy havia antigamente o Palácio dos Duques de Sabóia, ao tempo da guerra dos Cem Anos. Daí o nome do hotel. Era uma espécie de castelo, com jardins e pomares à margem do Tâmisia, ao lado de outros castelos, pertencentes aos Sommersets, aos Bedfords, aos Arundels e outros poderosos senhores ingleses. A Abadia de Westminster, naquele tempo, ficava em pleno campo. No castelo de Sabóia ficou prisioneiro Jean-le-Bon, Rei de França no século XIV, depois que os ingleses o derrotaram na batalha de Poitiers, levando-o em seguida para Londres e encarcerando-o nesse castelo onde iria morrer.

* * *

Em abril de 1925 apareceu-nos Silvino Gurgel do Amaral, transferido da Embaixada em Santiago para a de Washington. Aparecia em Londres a fim de fazer ali o seu novo uniforme de Embaixador. O mesmo que, segundo se disse, ele teria queimado em Tóquio, num auto-da-fé espetacular, com a assistência de seus colegas estrangeiros, à guisa de represália por uma aposentadoria que não desejava nem esperava, e que por isso muito o mortificara. Essa história, porém, não é verdadeira, como já disse, e não foi senão inventada por quem tinha interesse em deixá-lo mal.

Carlos Martins, que estava de Encarregado de Negócios, ofereceu no Beckerley um jantar a Silvino, com a presença do pessoal da Embaixada do Consulado Geral e das Delegacias do Tesouro e do Tribunal de Contas. Por sinal que Antônio de Castro Barbosa, logo no começo do jantar, por um mal jeito que não sei explicar, derramou sobre as pernas o prato de sopa. Como éramos muitos na mesa, tudo se passou com muita discrição. Ninguém se levantou nem se precipitou em seu auxílio. Carlos Martins apenas ergueu um pouco a cabeça, para inteirar-se do que se passava; e Silvino, este nem pestanejou. Afinal, o *garçon*, também com muita discrição, recompoz a situação em frente do Antônio, trazedo-lhe depois um novo guardanapo. E o jantar prosseguiu como se nada tivesse acontecido.

Um incidente dessa natureza teria provocado, em qualquer outro país, pelo menos uma pequena confusão. Em Inglaterra, não, tudo se passou como *devia* se passar, isto é, com prudência e, sobretudo com muita discrição. Não porque o inglês fosse um homem indiferente ou lhe faltasse o espírito de observação ou mesmo de curiosidade; mas é que ele tinha a discrição como um dos principais preceitos de uma boa educação, e o praticava, pode dizer-se, integralmente.

* * *

O Cônsul-Geral do Brasil em Londres era o velho Sarmento Brandão, meio português e meio brasileiro, em cuja casa de Queens Gardens era sempre agradável passar algumas horas, sobretudo aos domingos, quando ele nos reunia para jantar, seguido de bridge e de uma boa prosa luso-brasileira. Dona Lídia, sua mulher, era a bondade personificada. Fazia-se incansável nas atenções que dispensava aos hóspedes. E punha to-

das as energias no preparo desses serões, no arranjo da mesa lauta e variada, onde fumegava a verdadeira canja portuguesa ao lado do genuíno peru à brasileira, com farofa e recheio de castanhas, e que tão bom falava ao paladar naquelas noites frias de inverno, quando a grande cidade era envolvida silenciosamente pelo nevoeiro e a brisa gelada que soprava da Escócia, fustigava impiedosa os últimos retardatários. Ajudavam ao casal Brandão as duas filhas, já meio solteironas, incansáveis como os pais em fazer daquele ambiente a nossa própria casa; e o filho, rapaz de saúde frágil, magricela e quase transparente, sempre esquivo, de uma timidez de menina, que parecia ser naquela casa a *jeune fille*. Sarmiento Brandão iria ser removido, já no fim da minha estada em Londres, para o Consulado Geral em Chang-Hai, sendo substituído por Garcia Leão, que pouco conheci. Era casado com uma inglesa, e gostava de jogar Mahjong.

À frente da Delegacia do Tesouro estava Oscar Bormann. Era o nosso pagador-mór. O nosso *argentier*. Durante muitos anos assessorara, como Chefe de Gabinete, os vários Ministros da Fazenda que se haviam sucedido no velho casarão da antiga Rua do Sacramento hoje Avenida Passos. Fora ali uma espécie de *éminence grise* das finanças nacionais, o elemento estabilizador e controlador, quando os problemas do erário não eram os que são hoje, ou os que se pretende que sejam, onde todos opinam e poucos entendem, mas obedeciam às regras clássicas da economia política, que serão sempre as verdadeiras, sem necessidade de improvisações ou simples fantasias de supostos ou preciosos sabedores. Despachado para Londres, Bormann iria manter ali, durante mais de vinte anos, a tradição de honradez, de capacidade e de amor ao serviço público deixada pelo velho Conselheiro Azevedo Castro, e conservar a Delegacia do Tesouro Brasileiro o que sempre foi, isto é, um modelo de repartição pública; e para todos que se encontravam no estrangeiro, a soldo do Brasil, a certeza de que podiam contar com ela em todas as situações. O que aliás se daria no curso das duas guerras quando, apesar de todos os embaraços, de todos os tropeços, de todas as impossibilidades e, numa palavra, de toda a tragédia, a Delegacia jamais deixou, um dia sequer, ao desamparo, os nossos funcionários, jamais lhe faltou com os seus pagamentos, com uma pontualidade quase absoluta, usando para isso de todos os recursos, de todos os meios, num esforço de compreensão e de boa vontade como raramente se poderá ver em qualquer repartição pagadora de qualquer país do mundo.

Na Delegacia do Tesouro, Bormann tinha, como principais auxiliares, Flávio Pena e José Augusto Garcia de Sousa. Moravam os dois fora de Londres, no subúrbio de Ealing, um recanto de casas pitorescas, com seus parques floridos, suas avenidas amplas e bonitas. Era um prazer passar ali algumas tardes de domingo, no verão, longe do borborinho de Londres, respirando o ar puro do campo, jogando *croket* ou tomando chá sobre a relva, aquela relva macia como um tapete do Oriente, de um verde todo especial, que era o privilégio das campinas de Kent ou de Oxford.

Minhas relações com Flávio Pena eram recentes, pois só então o conheci pessoalmente. Era casado, e sua mulher, Dona Lucília, prendia a nós todos pelo seu ar de bondade e a beleza suave dos traços do rosto, podendo ser tida, sem nenhum favor, por uma mulher bonita. Iria sobreviver longo tempo depois do falecimento do marido, em 1947, falecendo ela, já muito idosa poucos anos atrás. Em Londres o casal tinha três filhas, já mocinhas, mas ainda solteiras — Flavita, Maria e Ângela. Iriam casar-se

mais tarde, no Brasil, sendo que Maria — a doce Maria, como eu a chamo hoje — é casada com meu excelente e bom amigo Francisco Soares Brandão Neto, autor de um precioso livro intitulado *Documento Histórico*, publicado em 1967, onde ele descreve toda a vida de seus antepassados. Francisco Brandão é neto, por parte do pai do Conselheiro Soares Brandão, Senador ao tempo do Império e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Gabinete do Conselheiro Lafayete, em 1883; e por parte da mãe do Conde de Pinhal, um dos mais prósperos fazendeiros de São Paulo no século passado.

* * *

A Garcia de Sousa me prendiam laços de amizade que vinham, por assim dizer, do meu tempo de menino. Era para mim simplesmente *seu Juca*. Nosso pais tinham sido colegas na Câmara dos Deputados, onde ambos representaram, durante muitos anos, o Estado de Pernambuco e a política do Senador Rosa e Silva. O pai de *seu Juca* chamava-se Celso de Sousa, e ainda me lembro, sendo eu um rapazola, de um projeto que apresentara na Câmara dos Deputados, suprimindo da bandeira nacional o lema positivista, que os implantadores da República, a começar por Benjamim Constant, adeptos das idéias de Augusto Comte, não nos podendo impingir uma nova bandeira, dada a oposição do Marechal Deodoro, se contentaram em colocar nela o lema “Ordem e Progresso”.

Esse projeto do Dr. Celso (como o chamávamos em casa), deu motivo a que o caricaturassem trepado numa escada, querendo modificar a bandeira de uma porta. Chamava-se “bandeira” de uma porta, a parte que lhe ficava em cima, guarnecida de vidros, e que servia para deixar passar a luz de um aposento para outro. As casas antigas, do século passado ou dos anteriores, que ainda existem no Brasil e em Portugal, trazem todas essas “bandeiras”. Hoje não se vê mais isso, porque na construção dos apartamentos as portas são todas inteiriças, e suas salas e quartos recebem diretamente a luz de fora. O projeto do Dr. Celso não foi aprovado pela Câmara, o que não era de surpreender, pois havia ainda, naquele tempo, muitos legisladores da Constituinte republicana — inclusive meu pai, que não tendo idéias positivistas, entendiam que não se devia modificar a bandeira nacional. O que surpreende é que ainda hoje, setenta e poucos anos depois de instituída a República, não se tenha ainda suprimido esse lema positivista da nossa bandeira.

* * *

Conheci seu Juca quando andava pelos meus oito ou dez anos de idade, e bem me lembro a primeira vez que minha mãe me levou a casa dos pais, à Rua S. Salvador, perto da Praça José de Alencar, no Catete, aí pelo começo do século. Como todo menino daquela época, também eu colecionava cartões postais, coisa que estava então em moda e fazia furor por toda a parte. Havia uma grande variedade desses cartões, com desenhos, com vistas de cidades, com retratos de artistas de teatro ou de café-concerto (o cinema não existia), com paisagens, com retratos de homens célebres, que nesse tem-

po eram Ibsen, Tolstói, Zola, o General Kruger a Rainha Vitória, Maximo Gorki, o Imperador Guilherme II, o Papa Leão XIII e outros.

Quanto aos cartões postais, havia-os em preto e branco, em cores vivas, cobertos de vidrinhos, com penas de passarinhos e toda sorte de fantasias. Eles eram arrumados em albuns especiais, que se compravam nas papelarias ou se recebiam de presente no Natal ou nos dias de aniversário natalício, com um cartãozinho adequado – “Colhe hoje mais uma flor no jardim de sua preciosa existência...” Alguns destes álbuns ficavam expostos numa mesa da sala de visitas, ao lado dos albuns com fotografias da família, e eram mostrados aos amigos e aos visitantes, com troca de impressões e de comentários sobre a originalidade, a raridade ou a beleza de alguns cartões. Salvo quando se tratava de postais com cenas mais livres ou mais íntimas, ou francamente imorais, com mulheres nuas, colóquios amorosos ou mesmo atitudes inconfessáveis. Mas estes pertenciam aos rapazes mais crescidos da família ou aos celibatários já maduros, e eram mostrados apenas entre eles, às escondidas. Eram vendidos clandestinamente, fora da vigilância da Polícia. Isso no Rio. Porque em Paris eram objeto de um ativo comércio nos *boulevards*, mais ou menos às claras, e eram a tentação de todo viajante bisonho que chegava à capital francesa.

Colecionador novato, era natural que andasse por toda a parte à procura de correspondentes, para a troca dos cartões postais. Quanto aos estrangeiros, havia o recurso de um pequeno anúncio na *Lectures pour Tous*, a primeira das revistas desse gênero aparecida em França e nesse tempo talvez a mais espalhada e com certeza a mais popular no mundo – num mundo que AINDA falava francês. Bastava mandar pelo correio os dizeres do anúncio, com um vale postal em francos franceses, para pagamento de sua inserção.

Bons tempos esses, quando toda a gente podia mandar o seu dinheiro para onde bem quisesse, sem necessidade de qualquer formalidade além do preenchimento de um talão no Correio ou no Banco de sua escolha. Nada de pedidos de câmbios. Nada de termos de responsabilidades. Nada de empenhos ou de peditórios a amigos. E quando se precisava de dinheiro para viajar, era só procurar uma casa de câmbio, com a importância em mil réis, e receber em troca o correspondente em moedas estrangeiras, geralmente em libras esterlinas, libras ouro, porque o dólar americano, nesse tempo, só interessava aos colecionadores de moedas.

Também era o tempo em que se não precisava, para ir ao estrangeiro, senão comprar uma passagem na companhia de vapores, reunir algumas libras no bolso e embarcar num dos barcos da Mala Real Inglesa ou da Messageries Maritimes. Nenhuma formalidade. Nenhuma licença de quem quer que fosse. E nada de passaporte! Passaporte, aliás, era um documento praticamente inexistente, que ninguém jamais havia visto, salvo através de reproduções em livros sobre a Revolução Francesa.

E se era fácil sair do território nacional, não era menos fácil entrar-se nele, com todos os seus bens e haveres, sem arriscar ser recebido no cais da alfândega por um pelotão de guardas aduaneiros ansiosos por descobrir em cada viajante que chegava, um possível contrabandista. Trazia-se o que era seu ou se destinava a presentes para os amigos. Pagava-se, quando era o caso, uma módica taxa de entrada. Era tudo. Não se tinha ainda inventado o que se chama hoje “conceito de bagagem”, como se

pudesse haver duas interpretações sobre isso, e não bastasse, para saber-se o que é, afinal bagagem, consultar simplesmente um bom dicionário de português.

Tudo isso refletia naturalmente o ambiente do tempo, quando o mundo era amável e sorridente. Se não havia de fato um sentimento universal de fraternidade, havia, em todo o caso, um largo espírito de tolerância e de compreensão, que as gerações atuais estão longe de poder compreender. Não há nisso nenhum “saudosismo”. Certo, saberemos que à proporção que vamos avançando em idade, as lembranças dos anos passados vão-se tornando mais doces e mais sensíveis às nossas cordas sentimentais. Ainda porque os homens se esquecem facilmente dos maus momentos que os atormentaram no passado, para se recordarem apenas ou sobretudo das horas de felicidade.



Resta dizer, ao falar no Consulado Geral em Londres, que trabalhava ali, nesse tempo, o historiador Alberto Rangel, autor de vários livros, entre os quais *D. Pedro I e a Marquesa de Santos*, publicado em 1916, e de muitos outros aparecidos depois dessa data. Rangel trabalhava como Auxiliar do Consulado, e nas horas disponíveis fazia pesquisas nos arquivos ingleses e franceses, para o que, de vez em quando, tinha curtas temporadas em Paris. Era amigo ou correspondente na Europa, de Tobias Monteiro, também meu amigo, para elaboração, por este último, da *História do Império*, obra que seria magistral e única nos fatos históricos do Brasil, se não tivesse ficado apenas nos dois primeiros volumes, deixados os outros por fazer em virtude da morte de Tobias Monteiro. Em seu tempo ainda citavam o seu livro *Pesquisas e Depoimentos*, que teve, de fato, larga repercussão. Mas depois de morto é hoje em dia um homem quase completamente esquecido e ninguém ou quase ninguém mais o cita. Assim é a vida.

De Alberto Rangel, tenho uma carta no meu arquivo, que ele me escreveu em 29 de outubro de 1924 (eu estava então em Genebra, onde tinha ido para a Assembléia da Liga das Nações, de setembro daquele ano). Vale a pena transcrever, pelo menos, uma parte dessa carta. Dizia assim:

“Recebi sua amável cartinha, acompanhada de uma outra do Sr. Tobias Monteiro. Recebi-as ontem e hoje mesmo estive no Record Office a examinar a correspondência de Lorde Strangford relativa a 1808, para verificar as afirmações de Eunápio Deiró. Que inventaria o jornalista de bambo critério em achegas ao abstruso de sua tese, fazendo-se de sabido das ganas e tramoias da Chancelaria britânica? Percorri o volume 59, correspondente aos meses de abril a setembro daquele ano, e nada encontrei a respeito. Folharei o tomo anterior e posterior. E para cerco mais completo, certo volume de relatórios consulares. Do que resultar comunicarei imediatamente ao amigo Monteiro.

“A sua hipótese, de que Strangford houvesse trabalhado pela abertura dos portos no Brasil seria naturalmente a favor dos seus patrícios, tem a sua graça, e corresponde justamente à realidade. As instruções de Canning, por ocasião da transmigração de D. João VI, batem nessa tecla. Não seria, aliás, o Bretão tão

guloso de seus monopólios marítimos, que aconselhasse o largo gesto da Carta Régia baiana. Para remover os embaraços da concorrência na liberdade ampla, que lhe seria um raio na cumieira do exclusivismo da raça, Strangford tratou logo de estabelecer no Rio de Janeiro a judicatura excepcional do Juiz Conservador, e de preparar esse Tratado de 1810, com cujas percentagens o *poor Brazil, bled and galled*, descontaria os serviços do famoso Sidney Smith, comboieiro do trono português e as façanhas peninsulares de Napier e Wellington, cutucando o Corso e lhe preparando por longe o épico trambolhão.

“Descobrem-se planetas por simples indução. Na História, a filiação dispensa até consultar a prova do papel velho. Cairu à sombra da rabada de Strangford, é um crasso disparate do mulado velho, que andava pelas trevas do passado com lapia de repórter apressado e meio tonto. *Un imbécile peut voir juste, mais s’il réfléchit il est perdu*. Não seria o caso desse que conheci, arrastando a sua orquite e decrepitude de um gorilha, invariavelmente vestido de cinza pelos portais da Rua Gonçalves Dias, do Rio...”.

Toda essa lenga-lenga de Rangel era para dar elementos a Tobias Monteiro, a fim de este destruir as afirmações de Eunápio Deiró nuns escritos publicados no *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro, em 1908, negando que a abertura dos portos brasileiros às Nações amigas fosse feita pelo Príncipe Dom João, ao chegar à Bahia, a conselho do futuro Marquês de Belas, este por sugestão do seu amigo José da Silva. Deiró dizia que a abertura de nossos portos resultara de uma sugestão feita por Lorde Strangford em Lisboa, ao Príncipe Dom João, antes da partida da família real para o Brasil. De posse dos elementos colhidos por Rangel em Londres, Tobias Monteiro destrói essa lenda na sua *História do Império*. A mesma lenda, aliás que se continha — “sem nada provar”, diz Tobias, na *História de Portugal* de Oliveira Martins.

* * *

Havia ainda em Londres, uma Delegacia do Tribunal de Contas, a cuja frente estava Francisco Thompson Flores, e como escriturário Antônio de Castro Barbosa. Moravam ambos, com suas famílias, num hotel em Lancaster Gate. Mais tarde Thompson iria mudar-se para Paris. Quer dizer, sua família, porque ele ficaria em Londres, vindo fazer-me companhia no White Hall Hotel, onde eu então residia, em Bayswater Road, em frente ao Hyde Park. Ali estreitamos uma camaradagem que se tornaria mais tarde numa amizade sincera e bem plantada. Thompson era o melhor dos companheiros, alegre e expansivo, de uma franqueza por vezes um pouco rude, mas que não refletia senão a honestidade de seus sentimentos. Sua mulher era a Dona Célia, irmã do nosso Conselheiro Carlos Martins. Era uma pessoa que só sabia fazer o bem, sem malícia e sem segundas intenções. Gostava que o mundo fosse construído sem maldades, sem hipocrisias, sem pensamentos maus. Beatriz era a filha mais velha, já uma mocinha, que a crueldade do destino iria ceifar em Paris pouco mais tarde. Depois vinha o Carlinhos, ainda rapazola, no qual estava longe de prever que seria um dia meu colega na carreira diplomática. É hoje o nosso Embaixador em Roma, junto ao Governo

Italiano. Depois dele era a Celinha, a caçula, miudinha, de voz fraquinha, com os cabelos cor de milho. Hoje é uma senhora casada e cercada de filhos.

Eu gostava de ouvir Thompson Flores. Era um homem impetuoso, mordaz, por vezes irônico, mas quase sempre brincalhão e alegre, gostando de fazer troça, com ditos espirituosos. Nas tardes de verão deixávamos o hotel e fazíamos longas caminhadas pelas alamedas do Hyde Park, para terminá-las sentados num banco, sob os galhos de um castanheiro, conversando sobre coisas do Brasil, que atenuava um pouco a nostalgia da sua terra gaúcha.

A Antônio de Castro Barbosa eu já conhecia do Rio, de casa de seus pais, à Avenida Atlântica. Sua mulher era para mim simplesmente a Helena. Conheci-a ao meu tempo de estudante, quando eu era colega de seu irmão na Faculdade de Ciências Jurídicas, e ela, por sua vez, era colega de minha irmã Ofélia no colégio da Imaculada Conceição, à Praia de Botafogo. Helena passava por ser, com toda a justiça, aliás, uma das moças mais bonitas de Botafogo, e era certo que seus olhos negros e profundos, sua cor moreno-rosada (não se usava ainda *rouge*), seus belos cabelos pretos e brilhantes (também não se cortavam os cabelos), chamavam por toda a parte a atenção. Filha do Engenheiro Mello Barreto, que a esse tempo era um homem de fortuna, morava num palacete da Rua Dona Mariana, no centro de um grande jardim. Ali assisti a várias festas, inclusive a de seu casamento, arranjado um pouco em família, sendo os pais dela e de Antônio velhos amigos e colegas da antiga Escola de Engenharia. Em Londres eles moraram quase todo o tempo em hotel, e tinham consigo os dois filhos, Paulo e Jorge, dois irmãos muito unidos, muito amigos do outro, e que embora ainda umas crianças revelavam já as qualidades de caráter e de educação que lhes vinham dando os pais. Hoje são ambos médicos, casados e com filhos.

E para acabar com os brasileiros que residiam nesse tempo em Londres, resta acrescentar os nomes de Dona Pequeninha de Moraes, casada com Vicente de Moraes, um amigo de Nilo Peçanha que aparecia pouco em Londres, e mãe da nossa amiga Elsa, que na Inglaterra era uma menina bonita, e que viria depois casar-se com o nosso amigo Átila Soares. Vivem hoje no Rio de Janeiro. Sim, havia também Ernesto Fontes, irmão de A. G. Fontes. Uma irmã de Ernesto era a mãe da depois célebre bailarina Margot Fonteyn. Resta citar também Mme. Festa, embora esta passasse apenas alguns meses de verão em Londres, pois tinha sua residência em Paris, à Avenida Victor Hugo, nº 6. E finalmente os poucos brasileiros que passaram por Londres, como Custódio de Almeida, diretor ou coisa parecida do Banco do Brasil, e o Deputado Ascendino Cunha, sendo que o primeiro era hóspede em Queens Anne Mansions, St. James Park; e o segundo tinha como endereço Lancaster Gate Hotel, 72, Lancaster Gate.

Um passeio, em Paris, com Domício da Gama

Sempre que Domício da Gama ia a Paris, hospedava-se no Hotel Ritz. Era um dos traços de seu feitio, quase direi de sua honestidade profissional: compreendia tão conscienciosamente os deveres de representação do cargo, que não deixava nunca de hospedar-se nos melhores hotéis da Europa. Entendia, diferentemente de outros colegas seus, que se esquivavam em hospedarias de terceira ou quarta ordem, que era esse um dever de todo o Embaixador do Brasil. Fazia para isso um sacrifício, porque só dispunha do dinheiro que a Nação lhe pagava, e era intransigente no propósito de não gastar consigo um centil que fosse da fortuna da mulher.

Levava seu requinte de representação ao ponto de viajar sempre acompanhado de um *valet de chambre*. Domício passava por ter sangue preto nas veias. “O mulatinho rosado...” como diziam se referira a ele, certa vez, Eça de Queiroz. Podia ter sangue africano; mas é certo que nenhum mulato, embora claro e disfarçado como Domício, se adaptara melhor e parecia mais à vontade do que ele no meio civilizado da Europa. Quem diria, por exemplo, vendo-o saltar de seu automóvel “Rolls Royce” à porta do Ritz de Paris, acompanhado de um *valet*, embuçado numa espessa peliça, que era o mesmo mulatinho que corraera outrora descalço pelas ruas barrentas da velha cidade de Macaé?

Em novembro de 1924 eu contava passar por Paris, de volta de Genebra, onde fora, mais uma vez, para os trabalhos da Assembléia da Liga das Nações. Domício da Gama pensava também estar em Paris na mesma ocasião. Propôs então que nos encontrássemos na capital francesa para revivermos, dizia ele, numa longa caminhada, o Paris de seu tempo, que era o Paris do fim do século passado, com os ônibus de tração animal, os fiacres de conheiros rabujentos, e toda a vida tranqüila e patriarcal daqueles dias realmente venturosos. Era, em suma, um Paris que eu mesmo tinha conhecido alguns anos mais tarde, em 1910, quando cheguei pela primeira vez à grande capital. O convite era, portanto, para mim, o mais tentador. Combinamos assim nosso encontro no Hotel Ritz, à Praça Vendôme.

Ali cheguei à hora aprazada — 11 da manhã. Domício me dissera: “Apareça às 11 horas; assim teremos tempo de fazer um longo passeio antes de irmos almoçar”.

Encontrei-o embaixo, no salão de leitura do hotel, lendo a seção internacional do *Times*.

Saímos. Um sol fraco banhava o asfalto enegrecido das ruas, projetando longe a sombra da coluna de bronze encimada pelo Napoleão romano. Tomamos a Rua de Castiglione, Domício caminhava ligeiro, com desembaraço, agitanto no ar sua bengala fina. Dir-se-ia que sua alma se rejuvenescia com o contato do Paris que lhe encantara outrora a mocidade. Na esquina da Rua de Rivoli ele me deteve pelo braço. “Atravessamos, disse; do outro lado se verá melhor”. E, de costas para o gradil das Tulherias, apontou-me uma casa de esquina, em frente:

— Ali morava Eduardo Prado. Um belo apartamento. Passava nele todo o ano. Rio Branco fazia-lhe geralmente companhia. Era raro o dia que não vinha vê-lo. Dois amigos inseparáveis. Dia e noite juntos. Nunca vi duas pessoas entenderem-se melhor...

Revivendo esse passado, Domício reconstruía um pouco sua vida, um passado que era também em grande parte o seu passado, de que ele tanto se lembrava, de que tanto gostava de falar e que era, talvez, a única seiva que ainda o alimentava em vida. É que ele vivera em grande tempo, o seu melhor tempo, à sombra do Barão do Rio Branco. Desde quando chegara pela primeira vez a Paris, rapazola obscuro, pobre e sem horizontes, simples correspondente da *Gazeta de Notícias* do Rio, e conhecera o Barão, nunca mais se afastara do grande homem. Só a morte de Rio Branco, em 1912, os iria separar. Mas então Domício fora já guindado da água furtada do Quarteirão Latino para a Embaixada do Brasil em Washington...

— Foi ali que conheci o Barão — disse. — Sabe que ele, no primeiro momento, fugiu de mim? Evitou conhecer-me.

Prosseguimos através do jardim das Tulherias.

— Foi numa noite do verão de 1889. Eu chegava pela primeira vez à Europa. Tinha estado antes uns dias em Londres, e vinha a Paris aguardar a abertura da Exposição Universal, sobre a qual devia mandar correspondências para a *Gazeta de Notícias*. Trazia de Ferreira de Araújo, diretor do jornal, uma carta de apresentação para Eduardo Prado. Fui procurá-lo naquele apartamento.

— Não vinha então recomendado ao Barão? indaguei.

— Não. Trazia apenas a carta de Araújo ao Prado. Aliás, não conhecia nem um nem outro. Bem. Bati à porta do apartamento do Prado, dizendo ao criado que me veio abri-la, que trazia uma carta de Ferreira de Araújo para Eduardo Prado. Fui introduzido numa grande sala, com janelas abertas sobre as Tulherias. Ali encontrei Prado estirado numa *chaise longue*. Fazia muito calor e ele estava sem paletó. A seu lado, sobre uma mesa, dois copos. Compreendi que uma segunda pessoa se esquivara com a minha chegada. Receei que tivesse sido inoportuno.

Domício fitou-me sorrindo. E disse, adivinhando meu pensamento:

— Também foi o que pensei. Mas não se tratava de elemento faminino. Lida, rapidamente, a carta que eu trouxera, Prado gritou para a sala ao lado: “Juca, não tenhas medo: é um rapaz amigo do Araújo que chega do Rio”. Apareceu o Barão. Foi entrando e foi resmungando, meio contrafeito: “Pensei que fosse algum cacete...”

Atravessamos o Sena. Sob a ponte passava, repleto de passageiros, um daqueles vaporesinhos que os parisienses chamavam *bateau-mouche*. Perguntei a Domício se desde então ele e o Barão ficaram amigos. Que não, respondeu-me. Sua visita naquela tarde fora rápida e cerimoniosa. Prado oferecera-lhe os préstimos em Paris. Não via em que poderia ser-lhe útil, sendo a missão de Domício sobretudo de estudo e observação. Mas estava eu seu inteiro dispor. Desejou-lhe êxito e disse-lhe que aparecesse de vez em quando “para dar notícias”. O Barão pouco falou. Indagou apenas de dois ou três de seus amigos do Rio. Domício sentiu, porém, que o tinha observado atentamente.

Indaguei se datavam de então suas relações com Rio Branco. Que não, disse ainda. Datavam de pouco mais tarde. De muito pouco tempo depois. Nasceram de uma noite de camaradagem. Graças a Sadi Carnot.

– Que Sadi Carnot.

– Sadi Carnot, o que foi Presidente.

Domício notou o meu espanto.

– Eu lhe explico, disse. Descia eu uma tarde os Campos Elísios. Havia muita gente e muita tropa. Aguardava-se a passagem do Presidente da República, que vinha de Longchamps. Eu estava só e me dirigia para a Praça da Concórdia, abrindo passagem através da multidão que enchia as calçadas. Apareceu, afinal, Sadi Carnot, sob vivas palmas e toques de clarim. Foi quando avistei, de pé, numa vitória que passava aberta, Eduardo Prado e o Barão. Davam vivas ao Brasil e agitavam ao ar bandeirinhas brasileiras. Eu estava à beira do passeio. Prado avistou-me, e logo me chamou para que subisse para o carro, dizendo para o Barão: “É o rapaz amigo do Araújo”. Nessa noite jantamos juntos os três e logo ficamos amigos.

* * *

Domício reconstituía esses fatos com a precisão e os detalhes que lhe fornecia sua extraordinária memória. Estávamos agora do outro lado do rio, no quarteirão Saint Germain. Andamos um longo tempo em direção a Passy e à Rua Crevaux, apontando para uma casa que tinha o número 5, em cuja fachada se abriam cinco janelas, disse-me ele:

– Ali era a casa de Eça de Queiroz.

Pronunciou essas palavras com um sentimento de profunda emoção. Os olhos ligeiramente umedecidos. Percebi que fazia sobre si mesmo um grande esforço para dominar-se. *Nessum maggior dolore...*

– A casa do Eça? – indaguei. – Sempre pensei que fosse em Neuilly.

Ele refletiu um momento. Depois disse:

– Sim, mais tarde seria de fato em Neuilly, primeiro na Rua Charles Laffitte, depois na Avenida du Roule, onde ele passaria os últimos anos de vida. Mas quando o conheci morava ali.

* * *

Contou-me então como o conhecera, como se fizera amigo desse português magnífico, dele e de sua roda, que seria também e pouco depois a sua própria roda de

Paris. Ali, em casa de Eça e em casa do Barão, à rua de Rennes — por vezes no apartamento do Prado — era rara a semana que eles não se encontravam para uma reunião alegre e buliçosa, que se prolongava quase sempre até altas horas da madrugada. Eça, Prado, Rio Branco (Paranhos, como então o chamavam), Bulhão Pato, Ramalho Ortigão, por vezes Batalha Reis, eram os mais íntimos. Eça, com muita *verve* e incedível vivacidade de espírito, ora sentado, ora de pé, novamente sentado e novamente de pé, falava horas a fio, mordaz, irônico, contudente, numa inquietação que não tinha fim. O Barão falava pouco. Preferia ouvir. Prado, elegante moral e fisicamente, não perdia seus ares de grão-senhor. Seu gosto era pilheriar com Eça e Ramalho, que, gordo, grande, barulhento, estabanado, falava alto e com estrondo.

— Era um bom tempo, esse — murmurou Domício, fitando com melancolia a casa agora vazia e silenciosa. As três janelas à direita eram do salão principal. Ali é que nos reuníamos à noite, após o jantar. As duas outras, do quarto de Queiroz. A sala de jantar era aos fundos, dando sobre o pátio. Às vezes eu vinha almoçar aos domingos. Na mesa havia muita alegria. Queiroz, brincalhão troçava e divertia-se com todos. Dona Emília era aquela grande dama que sempre fora. Os meninos faziam-me muita festa, e eu caçoava com eles porque só falavam francês. Queiroz era muito vaidoso de seu talento, do qual tinha uma exata consciência. Perguntei-lhe uma vez se achava que eu podia algum dia escrever como ele. Respondeu-me muito sério: “Sim, pode ser, com muita perseverança”.

Certa noite estavam todos ali reunidos. Eça anunciou a visita de um português que chegava de Lisboa, um titular, homem que ele ainda não conhecia, mas que todos diziam tratar-se de uma alta notabilidade, grande talento, profundo de pensamentos, que tinha do mundo e das coisas uma visão absolutamente original, como ninguém até então soubera formular. Havia chegado há dias a Paris. Eça e, naturalmente, os seus amigos estavam ansiosos por ouvi-lo sobre as impressões que lhe causara Paris, o seu espírito, seus homens de pensamento, seus centros de cultura. Todos esperavam ouvir apreciações as mais originais.

Afinal, a horas tantas chegou o homem tão ansiosamente esperado. Era um tipo já maduro, gordo, corpulento, de espessos bigodes pretos a cobrirem-lhe o beijo grosso, ventre largo sob um colete de cores vivas. Eça o recebeu com grandes atenções. Apresentou-o aos presentes e fê-lo sentar-se na melhor poltrona da sala. E logo lançou-lhe a pergunta já preparada:

— Então, sr. Conde, que impressão teve V. Ex^a de Paris?

Todos se fizeram atentos, com os olhares fixos no titular. Silêncio absoluto. Aguardava-se com ansiedade a frase que ele iria pronunciar, resumindo, com grande elevação de espírito, suas profundas impressões. O homem circunvagou com um olhar os presentes, remexeu-se na poltrona, cofiou o bigode espesso e disse, depois, num tom de voz definitivo:

— Olhe lá, querem que lhes diga? Pois tem cá *cocotes* de primeira ordem!

A história fazia lembrar uma outra, que Araújo Jorge me contaria em Lisboa. Tratava-se de uma exposição de gados de raça. Havia um touro, campeão dos reprodutores, que fazia um enorme sucesso. Cada qual que desse sua opinião sobre o animal. Anunciou-se a chegada de um criador famoso, *expert* em touros de raça, que sabia

como ninguém julgar das qualidades de um animal com apenas um simples lançar de olhos. Foi solicitado com grande deferência a vir examinar o campeão, dar sua opinião, qualificá-lo em poucas palavras.

Chegou o homem. Aproximou-se do touro. Passou a examiná-lo com grande atenção. Fez-lhe a volta ao corpo. Apalpou-lhe os beíços. Tocou-lhe as orelhas. Abaixou-se, depois, para examinar-lhe as patas. Ergueu-se. Afastou-se alguns metros do animal, apreciando-o à distância. Ia falar. Todos concentraram a atenção. Um dos presentes adiantou-se, ousou perguntar-lhe com humildade:

– Então, que acha do animal?

E ele:

– Muito simpático!

Muito simpático: foi tudo que soube dizer sobre o touro. Lembrava o General Dantas Barreto quando lhe mostraram pela primeira vez o encouraçado “Minas Gerais”, e lhe perguntaram o que achava do poderoso vaso de guerra. *Elegante*, disse ele. Ou então o português, que vendo o couraçado “Adamastor” no Rio, disse para um seu compatriota: *Por fora é muito grande!*

* * *

– Bem – disse Domício, – vamos almoçar. Conhece o *Foyot*?

Não conhecia.

– Pois vamos almoçar no *Foyot*. É um dos restaurantes mais antigos de Paris. Data do século XVIII, como o *Café de la Régence* ou o *Boeaf à la Mode*, este no Palais Royal. No *Café de la Régence* Bonaparte aparecia todas as noites para jogar xadrez, quando era um modesto general em disponibilidade. E, pouco mais tarde, quando já glorioso se instalou no palácio do Luxemburgo, o *Foyot*, que lhe ficava em frente, se tornou um dos restaurantes mais em voga de Paris. Almocei ali muitas vezes com o Barão. Tínhamos o nosso *garçon* preferido. Coitado, já morreu. Também faz tanto tempo!

Fomos, pois, almoçar ao *Foyot*. Eu compreendia que esse almoço, como tudo no nosso passeio, não era senão um pretexto que Domício procurava para melhor reviver os dias do seu passado feliz. O cenário do local, quero dizer, o interior da sala, a disposição das mesas, tudo que ali se continha era ainda o mesmo de seu tempo de Paris. Provocava-lhe, assim, as mais gratas recordações, essa mágoa suave que nos dá a lembrança das coisas felizes em tempos de adversidade. Esse passeio não era senão um ressuscitar do seu passado, os dias felizes que vivera em Paris, depois sua estada em Washington, por ocasião da questão de limites com a Argentina, a finalmente em Berna, ao tempo do Amapá. O Barão, quase exclusivamente o Barão, era seu assunto preferido. Eu achava impressionante, e ao mesmo tempo tocante, ver esse homem dominado pela personalidade do amigo que não estava mais neste mundo havia tantos anos... e portanto vivia tão lucidamente no seu espírito.

Don Ramon Carcano, que foi Embaixador da Argentina no Brasil e conheceu de perto Domício quando este era Ministro do Brasil em Buenos Aires, chamava, a atenção, numa conferência que fez em 1937, na Academia Brasileira de Letras, para a afei-

ção que Domício tinha pelo Barão do Rio Branco. “Uma afeição que chegava à veneração. Via nele, diz Carcano, um espírito superior, uma vontade imediata e tenaz. Serviu-lhe com talento e fervor a política, contando com sua inteira confiança. Um dia disse-me o Barão: *É um dos jovens diplomatas mais bem dotados de que dispõe o Brasil.*”

Domício referia-me os meses passados em Washington, o dia talvez mais feliz na vida do grande amigo, quando este soubera, por indiscrição de um funcionário da Casa Branca, do resultado favorável ao Brasil a que chegara o laudo do Presidente Cleveland, e devia ser lido no dia seguinte diante dos dois advogados. Reconstituía com facilidade a cena hoje histórica: Zeballos de um lado, Rio Branco de outro, o árbitro no centro. O Barão, certo já da vitória, sereno e impassível. Zeballos pelo contrário, nervoso, agitado, não escondendo uma grande preocupação. Finda a leitura do laudo e constatada oficialmente a vitória das razões do Brasil, Zeballos adiantou-se e estendeu a mão ao Rio Branco, cumprimentando-o pelo êxito que acabara de obter; a que o Barão respondeu, com simplicidade e modéstia: “A vitória não é minha, nem do Brasil: é dos mapas”.

* * *

Já agora Domício da Gama discorria sobre tempos mais recentes e mais agitados, quando o Barão, o famoso *El Baron* da América espanhola, pontificava no Itamaraty, velho e esquecido casarão, que ele elevava à altura de uma escola de civismo. Recordou-me os dias trabalhosos da questão do Acre, essas horas para sempre históricas, certamente as mais gloriosas da carreira do grande Ministro; as noites de vigília, passadas nas salas do Itamaraty ou na vivenda da Westfalia, em Petrópolis. Em seguida o grave incidente com a canhoneira *Panther*, quando o Barão, para desagrar a ofensa feita à nossa soberania, agiu com um desassombro até hoje ignorado.

— Dir-se-ia que dispunha, para obrigar a Alemanha e nos dar satisfação, de uma marinha de guerra como a inglesa. Sabe que chegou a ameaçar pôr a pique a *Panther*?

— Ouvi referir o fato — disse eu — mas não conheço a fonte.

— Pois foi. Está num telegrama do Barão para Joaquim Nabuco em Washington: “Se não nos derem satisfação, meteremos a pique a *Panther*; depois aconteça o que acontecer.”

Referindo-se à sua volta da missão ao Peru, contou-me as incertezas ao tempo do telegrama nº 9, dias de fortes emoções para todos os brasileiros, com o espectro da guerra pairando sobre o país, só afastado pouco depois.

Falou-me em seguida de sua missão a Buenos Aires, a mais difícil talvez de todas elas, desempenhada num ambiente de suspeições a mal-estar; referiu-me o gesto que teve, tão contrário a sua índole, ao seu feitio cheio de condescendência, mas necessário, no momento, para se poder impor num meio hostil — negando publicamente a mão a Zeballos num baile em casa da senhora de Uriburu. Enfim, Washington, com a sucessão de Joaquim Nabuco, honra que Domício, na sua modéstia, estava longe de pensar alcançar.

Se a Embaixada em Washington lhe proporcionara, no início de sua missão, dias felizes em sua carreira, também ali começou, pode dizer-se o declínio moral que o foi

ganhando pouco a pouco, aquele véu de tristeza, que o veio lentamente envolvendo, isolando-o cada vez mais da realidade da vida e da atualidade que o cercava.

Falou-me ainda de dias mais recentes, como os da conferência de Niagara Falls, de sua curta passagem pelo Ministério do Exterior. Mas eu sentia que nada disso o interessava, e que o Domício dessa época não era mais o mesmo dos dias floridos de outra, quando a idade, a saúde, as ambições e a amizade tutelar do grande Ministro — tudo enfim concorria para a alegria alvoroçada de sua alma e o eterno encantamento de seu espírito.

O conceito inglês da tradição

Havia dois sentimentos caracteristicamente ingleses, que, aliás, se completavam: amor à tradição e espírito conservador. O inglês vivia, por assim dizer, em função desses dois sentimentos. Poder-se-iam citar, a este propósito, numerosos exemplos. Como o passado lhe fora sempre favorável, apesar dos erros cometidos, ele achava que não havia necessidade de mudar. Daí seu espírito conservador, reforçado por um acentuado amor, um amor quase romântico, às coisas estabelecidas. *Mudar*, aliás, era um verbo bem pouco popular na Inglaterra.

– Que pôr no discurso do rei? – perguntaram a Lorde Salisbury quando foi da coroação de Eduardo VII, em 1901, depois da morte de sua mãe a Rainha Vitória.

– Muito simples, – respondeu Salisbury. – Basta copiar o que está no discurso de coroação da Rainha.

– Mas... – ponderaram-lhe, – esse discurso é de 1835, isto é, de quase setenta anos atrás, e a situação atual é um pouco diferente; talvez fosse o caso de se mudar ao menos algumas frases.

– Mudar? voltou Salisbury, quase escandalizado; – mudar para quê?

Lorde Balfour dizia que era melhor fazer uma coisa ainda que estúpida, mas que tivesse sido sempre feita com sucesso, do que uma coisa inteligente, mas que ninguém havia visto ainda fazer-se. André Sigfried salientava que o povo inglês estava de tal forma habituado a vencer na vida, apesar de todas as vicissitudes e dos erros cometidos, que chegava a achar que esses próprios erros eram fatores de sucesso. E citava a expressão corrente na Inglaterra – *I'll muddle through*, que significava mais ou menos “de erro em erro alcançarei o sucesso”.

O apego do inglês às coisas estabelecidas, sua propensão em conservar o que já existia, fosse o que fosse, valesse o que valesse, chegava às vezes a surpreender o estrangeiro menos acostumado com a mentalidade inglesa. Quando voltei a Londres em 1923, depois de uma ausência de onze anos e com a primeira Grande Guerra de perreio, surpreendeu-me ver trafegando nas ruas da cidade os mesmos táxis de outrora, quero dizer, com o mesmo aspecto que tinham em 1911, quando por toda a parte na

Europa eles se haviam modernizado completamente. Chamou, sobretudo, minha atenção a altura fora do comum de seus tetos, coisa que não se via mais em parte alguma.

Manifestando sobre isso a minha surpresa a um amigo inglês, este explicou-me que antigamente, quando começaram a trafegar os táxis em Londres, todo o mundo de certa condição social na Inglaterra usava cartola. E, como os ingleses eram geralmente homens altos, foi preciso fazer os táxis com o teto bastante elevado, mais elevado do que no Continente (na Inglaterra, “Continente” significava a Europa continental), onde o uso da cartola estava limitado a uma pequena classe de pessoas e só era habitual nos dias de cerimônia. De então para cá alguns costumes na Inglaterra se têm modernizado, com os sofrimentos e as privações da guerra, e a cartola foi passando de moda. Só a usavam os empregados de Bancos da City, assim mesmo por um costume que não era inglês, mas importado de Hamburgo, embora enraizado nos meios financeiros das duas grandes cidades. Pois, apesar de quase toda a gente usar geralmente chapéu coco ou de feltro, os tetos altos dos táxis foram ali mantidos, unicamente por espírito de tradição e sentimento conservador.

Era como o uso da gravata preta dos oficiais de Marinha, adotados na Inglaterra em 1805, em sinal de luto pela morte do Almirante Nelson na batalha de Trafalgar, e conservado até hoje, nas Marinhas de Guerra dos demais países do mundo. Os alunos de Eton estão igualmente até hoje de luto, mas por um acontecimento um pouco mais antigo: a morte de Henrique VII, o primeiro Rei da dinastia dos Tudors, morto em... 1509.

* * *

Sobre o espírito conservador do inglês há um fato deveras ilustrativo, que me foi contado em Londres. Indo certa vez Paul Cambon, Embaixador de França, visitar o Ministro dos Negócios Estrangeiros, que era Sir Edward Grey, perguntou-lhe, apontando para um biombo que se encontrava atrás de sua mesa de trabalho, no Foreign Office:

— Diga-me uma coisa, meu caro Ministro. É certo que atrás desse biombo se esconde uma estenógrafa, tomando conta de nossas conversas? No Corpo Diplomático de Londres corre que esse biombo não tem outra finalidade.

Sir Edward achou graça na pergunta do Embaixador de França. E respondeu:

— Olhe, meu caro Embaixador, vou contar-lhe a história desse biombo, que nada tem com o que diz. É muito simples. No começo do século XVIII, quando reinava a Rainha Ana, havia atrás desta minha cadeira um grande globo terrestre, montado sobre um tripé de metal. Como muitos anos depois o globo se tivesse estragado e ficasse feia a sua aparência, preferiu-se, em vez de retirá-lo, escondê-lo por trás do biombo que aqui está. Com o correr dos anos, entretanto, o globo acabou por se estragar de todo, e foi preciso assim jogá-lo fora. Mas ficou o biombo, que embora não tendo mais nenhuma utilidade, ninguém ousou retirá-lo daqui. Vai ver que atrás dele não se esconde ninguém.

E, levantando-se, mostrou a Calmon a verdade do que dizia.

Outra prova do espírito tradicionalista do inglês foi o pequeno fato que se passou com o escritor francês André Maurois, quando este foi feito doutor pela Universidade de Oxford, e o foram buscar no hotel às 11 horas da manhã, pouco antes da cerimônia, “para comer pêssegos”.

– Comer pêssegos? – indagou Maurois meio intrigado – por que comer pêssegos?

Explicaram-lhe então que antigamente um certo *fellow* da Universidade de Oxford legara uma determinada quantia para que os respectivos juros fossem aplicados na compra de pêssegos, que deviam ser dados a comer a todo aquele que fosse recebido doutor na Universidade. E era em cumprimento desse legado, sempre observado, desde cerca de dois séculos, que lhe iam dar agora pêssegos para comer. Maurois conta que se submeteu de bom grado à inocente tradição, com tanto maior prazer quanto os pêssegos eram deliciosos.

* * *

Era conhecido o costume tradicional na Câmara dos Comuns de todo Deputado fazer, ao entrar e ao sair da sala das sessões, uma reverência diante do *Speaker*, isto é, do Presidente da Câmara ou, se ele não estivesse ali, diante de sua mesa. O mesmo Maurois, que refere o fato, estranhou certa vez a um Deputado trabalhista essa reverência diante do *Speaker*, que afinal não era um seu correligionário político.

Teve como explicação que o gesto não se dirigia, em rigor, ao *Speaker* ou à sua mesa, mas ao altar de Santo Estêvão.

– Como – perguntou Maurois, ainda mais intrigado – se a Câmara não funciona mais, há muitos anos, na Capela de Santo Estêvão, onde, aliás, só funcionou no começo de sua existência?

– Perfeitamente – respondeu o Deputado trabalhista, – mas nós continuamos a inclinar-nos diante do lugar onde devia ter existido o altar de Santo Estêvão. E tanto mais voluntariamente quanto: 1º não existe mais o altar; 2º, não estamos mais na Capela de Santo Estêvão; 3º não somos mais da religião de Santo Estêvão.

Essa pequena história do Deputado trabalhista e o altar de Santo Estêvão não exprime somente o enraizado espírito de tradição dos ingleses; também o seu amor ao compromisso, isto é, às soluções conciliatórias, que satisfazendo mais ou menos a todos, não satisfaziam plenamente a ninguém. O acordo estava em que o Deputado trabalhista não se recusava a fazer a reverência diante do altar, simbolicamente, de Santo Estêvão, apesar de suas convicções políticas e religiosas, respeitando assim a tradição; mas com a condição de que não estivesse mais ali o altar. Essa solução nem era plenamente satisfatória para ele, porque sempre fazia a reverência, nem plenamente satisfatória para o Santo, que não estava mais no seu altar. Mas era mais ou menos satisfatória para ambos, e nisso é que estava o compromisso.

Luis Gillet, que conhecia muito bem a Inglaterra e os ingleses, dizia que estes eram por índole e por educação inimigos de todos os extremos, procurando sempre uma solução de compromisso; e citava o caso, a título evidentemente de pilhéria, do homem que ia ser queimado vivo. A que um inglês exclamou horrorizado: “Queimar

esse homem vivo, que horror!”. Depois, refletindo melhor; “Não se poderia procurar uma outra solução, queimar-lhe, por exemplo, apenas a metade?”.

Outro caso de compromisso foi a polícia londrina ao tempo da Rainha Vitória, quando os republicanos franceses, exilados na Inglaterra, ao tempo de Napoleão III, andavam pelas ruas da cidade a gritar — *morra o Imperador!*, o que sobremodo desgostava o Governo de Sua Majestade, que queria estar bem com o Imperador dos franceses. Além de que, aqueles gritos, altas horas da noite, perturbavam o sono dos súditos da Rainha. Um dia um grupo desses manifestantes se encontrou com um pelotão de polícia, cujo chefe se dirigiu ao chefe dos franceses e lhe disse:

— Olhe aqui, meu amigo: vocês têm necessidade de gritar — *morra o Imperador!* Muito bem. Mas nós temos ordem de não deixar que o façam repetidamente, incomodando os moradores. Se teirmos uns e outros, vamos acabar não nos entendendo, o que seria desagradável para todos. Proponho então o seguinte: vocês vão gritar *morra o Imperador!* durante dez minutos, e eu os deixarei fazer. Depois do que se irão embora, porque de contrário serão todos presos.

Em qualquer outro país a solução proposta pelo chefe dos polícias seria motivo de chacota, e ninguém, por certo, a levaria a sério. Na Inglaterra, não. Porque o inglês, em princípio, levava tudo a sério. Era um povo que tendo como nenhum outro o sentimento do verdadeiro *humour*, levava a sério as coisas mais extravagantes deste mundo, mesmo as mais ridículas e infantis. E nada ilustrava melhor esse sentimento do que a história daquela *vieille fille*, positivamente uma desequilibrada ou uma estérica, que tendo sonhado uma noite que se casara com Lorde Nelson, interpelara o bibliotecário do Museu Britânico, ao encher o boletim de requisição de um livro, se devia assinar-se com o seu nome de solteira ou simplesmente *Lady Nelson*. Era isso, para ela, um caso de consciência, dizia, com o qual se sentia torturada.

Bem. Qualquer outra pessoa que não fosse um inglês, telefonaria imediatamente para a polícia ou para o hospício. O bibliotecário do Museu Britânico limitou-se, porém, a levantar os olhos do papel onde escrevia, sem sequer fitar a mulher que o interpelava, refletir dois minutos e responder com o ar mais compenetrado do mundo:

— Se o seu casamento com Lorde Nelson foi puramente espiritual, talvez seja o caso de a senhora assinar seu nome de solteira.

Essa pequena e divertida história era muito ilustrativa. Porque mostrava três características do inglês: levava tudo a sério, não tinha o sentimento do ridículo e era um puritano. Como bom puritano, o bibliotecário não ousara sequer fitar a mulher que lhe fora confessar ter-se casado com Lorde Nelson, dando a entender que se tinha entregue a este naquela noite de sonhos. Assim que, em vez de mandá-la simplesmente embora, pois não estava ali para ouvir *nonsenses* desse quilate, levava-a a sério, dizendo, com um misto de cortesia e timidez, *que talvez fosse o caso de a senhora...*

* * *

Outro exemplo de puritanismo foi o caso contado por Julian Huxley — o grande sábio e escritor inglês, diretor do Jardim Zoológico de Londres — daquela senhora que se aproximando do cercado onde estava um hipopótamo, começou a examinar o

animal por todos os lados e em todas as direções, sob o olhar curioso e indagativo do guarda do hipopótamo. Até que, aproximando-se deste, perguntou:

– Poderia fazer-lhe uma pergunta?

– Com certeza, minha senhora – respondeu-lhe o guarda.

E ela:

– Esse animal é macho ou fêmea?

Aí o guarda ficou meio embaraçado para responder, sem saber ao certo o que dizer. Tratava-se de uma mulher, e a educação inglesa mandava que se evitasse tratar com uma mulher, e ainda mais com uma mulher desconhecida, questões de sexo; já a palavra *sexo* era, na Inglaterra, uma coisa *shocking*, isto é, indecorosa. Por outro lado, a educação inglesa mandava não deixar ninguém sem resposta. Como fazer, então? Não podia deixá-la sem resposta; não podia, por uma questão de decoro, dar-lhe o sexo do animal; não podia tão pouco dizer-lhe que não sabia, porque seria faltar com a verdade, o que também não estava na educação inglesa. No meio de tantos escrúpulos e incertezas, acabou saindo-se, como costuma sair-se nessas ocasiões todo inglês, recorrendo a um “compromisso”. Respondeu:

– Minha senhora, a resposta à sua pergunta só pode interessar a outro hipopótamo.

Ela agradeceu e retirou-se. Satisfeita? Sim, por ter sido respondida, muito embora de uma forma evasiva, que a deixava sem saber, afinal, o que ela queria, isto é, qual o sexo do animal. Mas, como boa inglesa, compreendeu que era tudo o que o guarda podia dizer-lhe. Ainda porque lhe dissera uma verdade. Pois, de fato, o sexo do hipopótamo só podia mesmo interessar a outro hipopótamo; e, fazendo a pergunta que fez, fora, ao mesmo tempo, importuna e indiscreta. O “compromisso”, portanto, estava nisso: nem o guarda ficara *inteiramente* satisfeito, por não ter podido satisfazer àquela senhora, dizendo-lhe qual era o sexo do animal; nem esta saía também *inteiramente* satisfeita, por não ter sabido o que queria.

Posso ter todos os pecados, menos o da gula. A mesa nunca me tentou. Sei apreciar um bom *menu* ou saborear um prato caprichosamente apresentado. Mas não me deixarei tentar por ele. Durante mais de cinco anos cursei o colégio Alfredo Gomes, no Rio de Janeiro, e todas as manhãs, antes de sair de casa, almoçava invariavelmente um bife com dois ovos fritos. E nunca me queixei disso. Não sou como aquele cavalheiro, a quem a mulher, durante vinte anos de casados, não deu outra coisa para almoçar senão um bife com batatas. Afinal, certo dia o pobre homem estourou: “Bife com batatas! Que o diabo leve esse bife com batatas! Há vinte anos que não como senão bife com batatas! Estou farto!” Atirou, depois o prato para o lado, com o guardanapo e o talher, e saiu de casa batendo violentamente com as portas: “Vou comer num restaurante!”. Ali o *garçon* apresentou-lhe um *menu* enorme, uma lista de pratos que nunca mais acabava. O nosso homem ficou embaraçado. Diabo, nunca tinha vista tanta variedade de comida! E pratos cujos nomes jamais tinha ouvido falar. Sabia lá o que eram! Ganhou-lhe uma indecisão indescritível. Afinal decidiu-se voltando-se para o *garçon*: “Olhe, traga-me um bife com batatas”.

Não sou assim *gourmand*. E sem pretender ser um Lucullus, talvez seja apenas um pouco *gourmet*, no sentido exato dessa expressão, isto é, que se conhece em vinhos e em bons pratos; e gosta da *bonne chère*. A ciência dos vinhos não é certamente uma coisa transcendental. Mas é preciso conhecê-la. Certa vez estava hospedado no Hotel Carlton, de Vichy. Como conversasse, ao almoço, com o *garçon* encarregado de servir os vinhos (*sommelier*, dizem os franceses), e demonstrasse certo conhecimento na matéria, o homem observou: “O sr. com certeza é comerciante de vinhos”. Fiquei embaraçado. Mas confesso que tive acanhamento em confessar-lhe que era simplesmente o Ministro do Brasil na Dinamarca.

O inglês, em geral, não se pode dizer que seja um comilão. Como o francês, por exemplo. Ou como o português, que come ainda mais do que o francês. Laura Junot, mulher do General Junot, depois Duque de Abrantes, que foi Embaixador de França em Lisboa ao tempo de Bonaparte, nos conta em suas *Memórias* o quanto se comia em Portugal no seu tempo, quer dizer, no começo do século XIX. Refere-se, entre os comi-

lões que lhe freqüentavam a Embaixada, a Dom Diogo de Noronha, Conde de Vila-Verde, que foi Embaixador de Portugal em Roma e em Madrid. “Era fabuloso, diz ela, o que este tragava;” Naquele tempo os jantares na Embaixada de França, como no geral das casas nobres portuguesas, se compunham, sem contar com os entremeses, de doze a quinze pratos. Pois Vila-Verde fazia as honras a todos, repetindo alguns duas e três vezes! Laura Junot dizia que só conhecera outro homem com um estômago tão vasto como o de Vila-Verde, que podia servir de receptáculo a tanta comida, o do Príncipe Koslowski.

Artur Maciel, comentando estes fatos, nos fala dos jantares do Conde de Farrobo, no meado do século passado, em cujo palácio da Rua do Alecrim (pertencente hoje à minha amiga a Marquesa de Pombal), funcionavam nada menos do que três cozinhas, com o triplo de cozinheiros e de ajudantes de cozinha. Outro português de quem Maciel fala foi Domingos Peres, em cuja casa, na Armeixoeira, recebia para jantares e ceias pantagruelicos, as bailarinas e prima-donas do Teatro São Carlos, confiando por vezes a feitura dos pratos a homens de letras já célebres naquele tempo, que não só faziam livros como faziam também pratos os mais saborosos. E cita, entre esses, Ramalho Ortigão, especialista em batatas empoladas; Bulhão Pato e o processo que inventara de assar lebre no espeto; Teixeira de Vasconcelos, que recheava sardinhas; e a salada de lagosta de Luciano Cordeiro. Havia ainda Fialho de Almeida, cujo bacalhau guisado à espanhola se tornou tão célebre como seus livros.

* * *

Bem. A comida de Londres acabou por cansar-me. Refiro-me à comida dos hotéis, das Boarding Houses e da maioria dos restaurantes da cidade. Em alguns deles, é verdade, comia-se bem, e mesmo muito bem. Mas eram raros. E caríssimo. Como na *Maison Basque*, por exemplo, onde Óscar Bormann, chefe da Delegacia do Tesouro Brasileiro em Londres, ofereceu, a Carlos Martins, Camilo de Oliveira e a mim, em fevereiro de 1925, um jantar à altura das melhores cozinhas de Paris. Ou num restaurante tipicamente inglês, como o *Simpson*, no Strand, onde se comia um *roast beef* sem igual em qualquer outra parte do mundo. Ah, o *roast beef of old England* do *Simpson*!... que era exibido pela vasta sala do restaurante num carro de metal, empurrado por um cozinheiro vestido de branco, que trazia na cabeça um barrete que parecia a tiara do Papa! Era muito freqüentado, ao almoço, por grandes nomes da nobreza do país, e mais de uma vez vi ali a Duquesa de Atholl, que apesar de se alojar no Hotel Claridges costumava almoçar no *Simpson*. Escocesa, era tida como a maior latifundiária da Escócia, onde tinha o direito de ter um Regimento na sua propriedade. Distraía-se fazendo comunismo nos salões da nobreza inglesa, e era por isso chamada a *Red Kitty*. Uma outra grande dama, que vi mais de uma vez nos almoços do *Simpson*, foi Violeta Lindsay, Duquesa de Rutland. Já sexagenária nessa época (iria morrer em 1938), conservava toda a frescura da mocidade. Nascida na família dos Duques de Rutland, tinha seus castelo, Belvoir, no Condado de Leicestershire, famoso pelo grande número de objetos de arte que nele se continha.

* * *

Carlos Martins, Camilo de Oliveira e eu almoçávamos geralmente no *Café Royal*, em Regent Street, perto de Piccadilly Circus. Era uma espécie de *brasserie*, com café e bar na parte da frente, e restaurante nos fundos. O chefe cozinheiro era um francês, e o *garçon* que nos servia um belga chamado Afonso. E como todo o *garçon* de restaurante em Londres, entendia mais de cavalos de corridas do que dos pratos que servia. Conhecia de nome todos os jóqueis e tinha um prazer especial em dar palpites. Não a mim, que pouco entendi ou pretendi entender do assunto. Mas a Martins e a Camilo. E à hora da sobremesa era um nunca acabar de combinações sobre as prováveis montarias. Os palpites do Afonso podiam ser os melhores e as combinações de Martins e Camilo as mais engenhosas. Mas, o certo é que geralmente perdiam. Havia contudo um consolo: é que “podiam” ter ganhado. Ser jóquei de corridas é naturalmente uma profissão, por vezes muito rendosa, tanto em França como na Inglaterra, quando se dispõe de bons cavalos — e quando ganham. Nessas vezes eles tornam-se personalidades importantes em todos os meios populares. Vi isso em 1924, quando o cavalo *Sansovino*, pertencente a Lorde Oerby, ganhou o Derby d’Epson. O jóquei que montava esse cavalo chamava-se Donoghue, e bem me lembro da grande popularidade e real sucesso que obteve com essa vitória, sem falar na enorme soma de dinheiro que ela lhe rendeu. Tornou-se, por assim dizer, da noite para o dia, um homem rico.

Nesse tempo, como sempre, eu tinha uma baixa estatura, mais baixa do que o normal. E pesava apenas 48 quilos. Um amigo meu, que tinha cavalos de corrida, quis muito que eu abandonasse a diplomacia e me tornasse jóquei, onde eu teria vantagens, inclusive materiais, que não me dariam nunca a diplomacia. Dar-me-ia logo de entrada, além de uma casa para morar, um automóvel e um ordenado muito superior ao que ganhava como Secretário de Embaixada. E se fosse feliz como jóquei, seria dentro em breve um homem rico. Além de outras muitas vantagens, inclusive pelo lado feminino, com as belas e sedutoras *girls* de que eu me veria cercado. Confesso que pensei muito nessa generosa oferta. Mas não tive coragem de abandonar a diplomacia, que se não me dava as vantagens que eu teria como jóquei, satisfazia as minhas limitadas ambições. Continuei assim pagando o aluguel do meu apartamento e andando a pé.

* * *

No *Café Royal*, se os cavalos do Afonso eram maus, os pratos que nos dava eram possivelmente bons — para Londres, já se vê. O ambiente, em todo o caso, era ali muito agradável. Tinha todo um ar acolhedor, com a sua grande sala de cores alegres, suas mesas próximas às banquetas, como nos restaurantes parisienses, seu pequeno mundo cosmopolita, sua freguesia de artistas e homens de letras. Na crônica literária de Londres o *Café Royal* ganhou fama desde quando passaram a freqüentá-lo Oscar Wilde e seu grupo, que ali se deixavam ficar até alta madrugada, entretidos com intermináveis debates. Naquele tempo Wilde era já conhecido pelo seu homossexualismo. Mas, apesar disso, as casas da velha nobreza britânica o acolhiam em seus salões, tecendo os maiores louvores às suas peças teatrais. Mas no dia em que ele foi denunciado, proces-

sado e metido na cadeia por seus vícios (que era coisa muito espalhada e aceita entre os rapazes de Oxford e de Cambridge), viraram-lhe todos as costas e passaram a acusá-lo dos piores pecados desta mundo. E Wilde, que se havia recusado a fugir da Inglaterra antes de iniciar-se o seu processo, para não ser acusado de poltrão, foi encarcerado na prisão de Reading. Cumprida a pena, era claro que não havia mais ambiente para ele viver na sua terra. Viu-se então obrigado a ir morar em Paris num hotel de terceira ordem, numa vida de misérias e de sofrimentos, para acabar entregando sua alma ao Criador. Pouco antes de morrer, referindo-se ao rigor com que passaram a tratá-lo na Inglaterra depois da sua condenação, ele diria ao seu amigo Frank Harris que esse rigor era “simples hipocrisia puritana, estreiteza de vistas e fatuidade racial”. Hoje, na Inglaterra, as coisas são diferentes. Por certo que a hipocrisia e o puritanismo ainda ali existem. Mas o crime pelo qual Wilde foi condenado já não é mais tido como tal. É tolerado tanto nos círculos universitários como em várias camadas do país; e tem agora, ainda por cima, o amparo da lei.

Uma lei que pode ser tida como imoral. Mas fora da Inglaterra. Porque ali, e desde muitos anos, o que chamamos de imoral, não o é no conceito inglês. A este respeito vem ao caso o que contam do primeiro diplomata chinês ali acreditado. Chamava-se Kuosung-tao. Era um homem de letras, e sua missão durou três anos, de 1876 a 1879. Quando foi apresentar as despedidas a Lorde Salisbury, Ministro dos Negócios Estrangeiros, este perguntou-se se levava boas impressões da Inglaterra e dos ingleses. O Chinês respondeu que gostara de Londres, e tinha apreciado muito as qualidades dos ingleses — salvo a sua escandalosa imoralidade, *your shocking immorality*.

* * *

No meu tempo o *Café Royal* tinha já perdido grande parte da fama que havia tido antes dos meios da boémia inglesa, com a dispersão ou a morte das suas principais figuras. Um dos últimos que ainda vivia era Bernard Shaw, que costumava ir tomar banhos, em pleno inverno, numa das serpentinas (lagos) do Hyde Park. Tinha então perto de 70 anos de idade e havia publicado, não fazia muito tempo, *The Apple Cart*, peça satírica e violenta, pondo em ridículo a Monarquia, o Rei Jorge V, os Príncipes e os Pares. Colhera com esse livro um grande sucesso, inclusive em certos salões da nobreza, que por esnobismo ostentavam então um espírito revolucionário. Mas Shaw raramente era visto no *Café Royal* do meu tempo. Eu só o vi ali uma vez. Além do mais, a velhice o tornara rabujento, se bem que nada perdera de seu espírito satírico. Naquela ocasião ou pouco depois, reunia-se em Genebra a Comissão do Desarmamento, que perdia dias e dias a discutir sobre o calibre das armas de guerra, não chegando nunca a um acordo. Perguntaram a Bernard Shaw o que ele achava sobre os trabalhos dessa Comissão. Respondeu: “Para mim tanto me faz ser morto por um canhão com um calibre de 4 centímetros ou por um outro de 5 centímetros e meio”

De todo aquele grupo de boémia literária e artística que frequentava, no fim do século, o *Café Royal*, o único que foi fiel à casa foi o adiposo Epstein, considerado no meu tempo o maior escultor vivo da Inglaterra. Víamos frequentemente ali à hora do almoço. Suas esculturas tidas então como ultra-modernas, ao lado das quais Rodin era

um clássico, faziam furor em Londres, muito embora consideradas por alguns como verdadeiros monstros. Bem. Mas, ao lado das esculturas que nos dá a minha excelente amiga Maria Martins, era um classicismo de fazer bocejar o mais exaltado dos entusiastas.

* * *

Às vezes, para variar, íamos almoçar em outros restaurantes. No *Martinez*, por exemplo, situado numa pequena rua ao lado do Piccadilly Circus, com pratos tipicamente espanhóis. Fomos os primeiros de seus freqüentadores e ainda me lembro do “arroz à la Valenciana” que nos deram ali no dia da inauguração da casa — e de graça! pois éramos convidados do espanhol dono do restaurante. O *Keteners*, no Soho, era de outro gênero, com suas mesas floridas, suas paredes guarnecidas de espelhos, sua decoração a Luís XV. Era frequentado, sobretudo à hora do almoço, por uma clientela moça e elegante, raparigas bonitas, artistas de teatro e de cinema. O que se comia ali pouco importava.

No Soho, que era o bairro dos estrangeiros, vindos quase todos da bacia do Mediterrâneo, um pouco o *ghetto* de Londres, havia os restaurantes italianos, como o *Isolabella* e o *Genaro*, entre outros. No *Genaro* comia-se talvez o melhor *spaghetti a la bolognese* que se fazia na Inglaterra, e direi talvez fora da Itália. Lá estava, invariavelmente, à porta de entrada, o seu dono, que não era outro senão o próprio Genaro, derramado e sorridente, cheio de curvaturas, a oferecer uma flor às suas clientes. E como bom italiano, sempre pronto a fazer-lhes um elogio de *galantuomo*. O *Isolabella* era mais modesto, e fazia lembrar um pouco as *trattorias* de Nápoles, com suas paredes decoradas em cores vivas e alegres, representando cenas dos lagos italianos.

O *Imperial* ficava a dois passos de Piccadilly Circus, ao lado do *Café Royal*. Era um restaurante tipicamente inglês, na cozinha como no aspecto da sala. Também na clientela, formada geralmente de homens de negócios, de políticos desgarrados do restaurante do Parlamento ou de Britânicos dos Domínios. Vi ali mais de uma vez a Viscondessa de Astor, a primeira e no meu tempo a única mulher eleita para a Câmara dos Comuns. Para a Inglaterra e naquela época era quase um escândalo. Fora eleita em novembro de 1919. Escândalo tanto maior quanto ela tinha então cerca de 40 anos de idade e era nascida nos Estados Unidos, filha de um empreiteiro de Danville, no Estado de Virgínia, e os norte-americanos não eram então bem recebidos na sociedade londrina. Quando a vi pela primeira vez, em 1923, a Viscondessa tinha cerca de 44 anos. Quando jovem, fora uma mulher bonita; ao conhecê-la, apesar da idade guardava ainda os traços de uma certa beleza. Divorçada do primeiro marido, casara-se com o 2º Visconde de Astor, que lhe daria o título de Viscondessa. Quando foi eleita para a Câmara dos Comuns da Inglaterra, sofreu uma grande campanha. Lorde Cromer dizia; “As mulheres terão a mesma utilidade no Parlamento que um crocodilo numa sala de visitas”. Perguntando certa vez a Winston Churchill por que este fingia que a ignorava, Winston respondeu-lhe que ela era uma “intrometida” e que no Parlamento causava o mesmo embaraço que se invadisse o banheiro no momento em que ele só tinha a

esponja para se cobrir”. A que Lady Astor replicou: “O Sr. não é nenhum Adonis para ter preocupações dessa espécie”.

* * *

Seu primeiro discurso foi contra o abuso do álcool na Grã-Bretanha, campanha para a qual, dizia, feita por uma mulher, se precisava de uma grande coragem. Mas que ela tinha essa audácia. Reeleita sete vezes para o Parlamento, nem sempre era recebida com agrado por seus próprios correligionários políticos, os conservadores, por causa da campanha que fazia contra o uso e abuso do álcool, num país onde esse abuso sempre fora tolerado. Sir Aubrey Herbet, membro como ela dos Comuns, dizia: “Quando Lady Astor inicia uma campanha para fechar os *pubs*, chamam-na de idealista. Quando eu pleiteio que os *pubs* (bar para gente modesta) fiquem abertos até meia-noite, faço propaganda dos fabricantes de cerveja”. Em 1923, quando cheguei a Londres, ela conseguia, afinal, que a Câmara dos Comuns aprovasse o seu projeto que proibia aos menores de 18 anos de beberem nos *pubs*.

Bernard Shaw, seu amigo, dizia: “Ela não possui uma filosofia política, e lança-se a toda sugestão caridosa de serviço social que se apresente, quer se trate de uma amostra de socialismo, quer se trate de uma relíquia do feudalismo. Na Câmara dos Comuns era a figura mais importante”. Lady Astor iria falecer em maio de 1964, com 85 anos de idade. Eu já estava aposentado do serviço diplomático e vivia aqui em Lisboa.

Apesar de tudo o que diziam contra ela, a verdade era que tinha na Inglaterra um prestígio difícil de negar-se. Sobretudo num país onde o papel da mulher contava em grande parte no terreno político, social e financeiro, quando menos não fosse pelo grande número que elas eram na população da Inglaterra, cerca de um milhão e meio mais do que a população masculina. Hilaire Belloc, um jornalista inglês de origem francesa, dizia que as mulheres na Inglaterra seriam as responsáveis pela próxima guerra mundial. Segundo eles, “essas vestais são de um pacifismo idiota, e, se os trabalhistas vencerem, a Inglaterra ficará mais do que nunca subordinada a elas”.

* * *

Outro membro do Parlamento que aparecia de vez em quando para almoçar no restaurante *Imperial*, era Artur Grosvenor, 2º Duque de Westminster, membro da Câmara dos Lordes e possuidor de uma das maiores fortunas do país, dono de um quarto da cidade de Londres. Ele e Lorde Hawar eram, nesse tempo, os dois maiores latifundiários da Inglaterra. Grande caçador, não bastavam a Westminster as terras que possuía na Grã-Bretanha: arrendara, para caçadas, todas as florestas do Departamento do Sena-Inferior, em França. Divorciara-se, fazia quatro anos da sua primeira mulher, e se casara, pela segunda vez, em 1920, casamento que seria novamente desfeito para se casar com uma terceira mulher. Católico, iria obter que a Santa Sé anulasse, sucessivamente, esses dois primeiros casamentos, o que provava que a Igreja de Roma não era assim tão intransigente nessas coisas, como fazia crer. Bem, mas é preciso dizer que

pelo Direito Canônico a Santa Sé não *anula* um casamento: considera-o simplesmente como não existente. São sutilezas do Vaticano. Para tanto basta que o interessado tenha um bom advogado em Roma, com acesso fácil junto à curia romana, e se dispoña a gastar não pouco dinheiro. Quando eu era Embaixador junto a Santa Sé, em 1957, todos se admiraram da facilidade com que o meu colega Hugo Gouthier iria obter a anulação do seu primeiro casamento. De fato não houve, por assim dizer, maiores dificuldades. Mas é preciso explicar que ele escolhera, para seu advogado, um irmão do Cardeal Ottaviani, que desfrutava nessa época do maior prestígio no Vaticano.

Ottaviani já morreu, com cerca de 80 anos. Mas já não tinha mais, com Paulo VI, a mesma autoridade de antes, ao tempo de Pio XII, porque não afinava com as idéias socialistas do atual Papa. Ainda há pouco, quando este decidiu que os Cardeais com oitenta ou mais anos não podiam ter voto no Conclave para a eleição de um novo Papa, Ottaviani levantou seu protesto dizendo, com toda a razão, que nem todos os Cardeais com oitenta ou mais anos (como ele e poucos mais, inclusive o Cardeal português Cerejeira, que tem o espírito, a vivacidade e o discernimento de um homem de cinquenta anos) estão incapacitados de votarem no Conclave. E que houve Papas, com essa e muito mais idades, tão inteligentes e capazes como o atual Pontífice, que aliás anda já beirando os oitenta anos. Não citou nomes, mas podia citar, entre outros, Leão XIII, grande Papa, que morreu com 93 anos e tinha em boa forma todas as suas qualidades mentais. E, entre grandes escritores, estadistas, soberanos e homens de Estado do século passado e do atual, podia citar-se Goethe, Guerra Junqueiro, Tolstoi, Hindenburg, o Rei Gustavo V da Suécia, Churchill, além de outros, que no momento não me ocorrem. Na verdade, a razão pela qual Paulo VI afastou dos Conclaves os Cardeais Ottaviani, Tisserand, Cerejeira e poucos mais, não foi porque estivessem já muito idosos: foi porque formavam a ala conservadora da Igreja, que se opunha à política socialista do atual Pontífice.

Conheci muito bem Ottaviani, então Monsenhor, quando ele e o depois Cardeal Pizzardo, eram Sub-secretários no Vaticano, a princípio sob as ordens do Cardeal Gasparri e depois do Cardeal Pacelli, eleito Papa sob o nome de Pio XII, depois da morte de Pio XI. Eu era então Secretário da Embaixada do Brasil na Santa Sé.

Conheci também nessa ocasião, 1928, o atual Papa, então Monsenhor João Batista Montini. Tinha cerca de 30 anos de idade, tendo nascido em 1897. Era então Minutante (Amanuense) da Secretaria de Estado. Foi quando Monsenhor Pizzardo, levando em conta suas qualidades de inteligência, de cultura e habilidade no trato dos assuntos que tinha o seu cargo, tomou a si encaminhá-lo e apadrinhá-lo na carreira eclesiástica, apesar de já ter tendências socialísticas, das quais, aliás, não fazia mistério.

* * *

Outro restaurante, onde eu aparecia de vez em quando, era o *Scotts*, na Regent Street, no trecho de Haymarket. De preços elevados, tinha a sua principal clientela no turismo de luxo, vale dizer, norte-americano, que aparecia em Londres no inverno, para a *season*.

Para o jantar costumávamo-nos dispersar, e cada qual escolhia o restaurante do seu agrado: o *Trocadero*, por exemplo, com as suas salas amplas, fartamente iluminadas; o *Criterion*, que tinha a preferência de Camilo de Oliveira; o *Café Marguerite*, uma pequena e discreta sala com seus *abat-jours* coloridos, onde eu costumava ir muitas vezes com minha amiga Marquerite de Paiva, uma inglesinha de origem italiana, que nada tinha, aliás, com o *Café*, a não ser na coincidência dos nomes. Ou então os restaurantes dos grandes hotéis, como o Savoy, o Carlton e o Claridges, este o de maior distinção em Londres, mas triste como ele só.

Se era o caso de ir comer e dançar, havia o *Café de Paris*, no Piccadilly Circus, destruído anos depois por uma bomba, ao tempo da *blitz*. Ali era visto frequentemente o Príncipe de Galles, atual Duque de Windsor, numa roda que gostava de divertir-se e na qual tinha privilégios a jovem e bela Edwina Ashley, casada fazia pouco com um dos primos do Rei, o Tenente de Marinha Mountbatten, no qual ninguém podia adivinhar o futuro Almirante, herói da Segunda Guerra Mundial. O casal morava perto da nossa Embaixada, em Brook House. Mas o Tenente raramente parava em Londres, e naquela ocasião estava embarcado no couraçado *Revenge*, da esquadra do Mediterrâneo. O *Princes*, no Piccadilly, era de uma grande distinção. E naturalmente muito caro. *Menu* do jantar: uma libra. Enfim os clubes que aceitavam diplomatas estrangeiros como sócios, o Saint James, o Embassy e pouco mais.



Aos domingos havia o almoço no Hyde Park Hotel, na grande sala do restaurante, aberta sobre o parque. Ambiente elegante e esportivo, depois dos passeios a cavalo em Rothen Row, no Hyde Park, ou da *church parade*, em Park Lane, desfile que a sociedade aristocrática do Mayfair costumava fazer ali depois da missa ou do ofício religioso. As senhoras com os últimos modelos e os homens de paletó preto e cartola, rigorosamente à inglesa.

Na primavera ou no verão, se o tempo o permitia, Camilo e eu costumávamos por vezes ir almoçar ou tomar chá fora de Londres, à margem do Tâmsa, lá para os lados de Hampton Court ou de Maidenhead, verdadeiro jardim florido margeando o rio, com seus pequenos pavilhões de chá, seus restaurantes instalados em casinhas todas brancas e alegres. Por vezes levávamos nossas amigas Jean Tonkins e Sarah Wood, duas encatadoras inglesinhas. Jean morava no número 2 de Edwards Terrace, em Kensington, e Sarah no 204 de Great Portland Street. Nós íamos geralmente buscá-las em suas casas para sairmos depois a passeio.

Em Hampton Court estava o célebre castelo que fôra residência preferida do volúvel Rei Henrique VIII, o marido de seis mulheres, com suas largas janelas e vitrais coloridos, suas salas enormes, suas chaminés colossais. Um pouco antes de Hampton Court estava Richmond, com seu belo parque, e, ao lado, a aldeia de Twickenham, em cujo castelo passava os últimos anos de exílio e de vida o infeliz Rei Manuel de Portugal, cercado de um pequeno grupo de fiéis e enchendo seus tristes dias com a elaboração do precioso catálogo da sua biblioteca, hoje guardada no Palácio de Vila Viçosa, em Portugal, antiga residência dos Duques de Bragança. Dom Manuel ia raramente a

Londres e uma vez que outra aparecia na nossa Embaixada, para avistar-se com Domício da Gama, que o estimava. Para alargar o horizonte de sua casa de Twickenham, largava-se com a mulher para a Côte d'Azur, no sul da França. Ali o avistou Camilo de Oliveria em 1924, que me escrevendo de Cannes em 6 de abril desse ano, dizia: "Dom Manuel cá está com a Rainha, e não há noite em que o homenzinho não faça sua fé ao bacará".

* * *

Falei muito dos restaurantes de Londres. Mas não falei da comida que nos dava Oscar Bormann em sua casa de Hanover Terrace 10, em Holland Park, uma das melhores que se comia em Londres. Comida brasileira, é claro. Bormann era um cozinheiro de grande classe, de forno e fogão, como se dizia antigamente. Se não tivesse dado conta do seu recado à frente da Delegacia do Tesouro Brasileiro, poderia bem empregar-se como chefe das cozinhas de Buckingham Palace. Ele mesmo saía à rua à procura dos ingredientes, dos temperos raros, de tudo que fosse necessário para apresentar-nos aquelas deliciosas fritadas de camarão, aqueles vatapás saborosos, aquelas feijoadas que marcavam um dia. Nunca soube dos recursos de imaginação que empregava para encontrar em Londres com que fazer esses pratos. Bem, um dia, o surpreendi numa loja de sementes raras: estava comprando feijão...

E não só se comia bem ali: também se bebia o melhor Bordeaux, o melhor Borgonha, o melhor Porto. Naturalmente que o melhor Champanhe e ainda a melhor aguardente, uma caninha de cor azulada e transparente. O dono da casa tinha um prazer especial em nos dar os seus vinhos, acentuar-lhes os predicados, o sabor do *bouquet*, os anos de boa colheita. Era, em suma, um grande conhecedor de vinhos. Ele diria como Tomaz Morgan, o grande biólogo, prémio Nobel de 1933: "Um bom vinho é como uma mulher, ou vale um dólar ou vale um milhão". Em sua casa de Copacabana Bormann mantinha sempre bem fornecida uma das melhores adegas particulares do Rio, e sob esse sentido era uma ave rara entre nós. Porque o brasileiro em geral não gosta de vinhos. Não gosta nem entende. Contenta-se em mandar comprar no vendeiro da esquina uma garrafa de Colares Viúva Gomes, toda vez que tem um convidado de maior cerimônia para comer. E ainda por cima põe água no vinho tinto — para atenuar-lhe a dose de álcool. Quando não gela a garrafa.

Tivemos um chefe de Missão, Luís de Faro Júnior, que Ministro em Caracas e pretendendo dar um banquete, mandou buscar, para seus convidados, vinho do Rio Grande do Sul. Podia e devia tê-lo importado da França, ou mesmo da Espanha, da Itália ou de Portugal, países sabiamente produtores de vinhos de alta qualidade. Mas não. Preferia mandar buscar vinho do Brasil. Não creio que o tivesse feito por patriotismo, que não vinha, aliás, ao caso. Porque então devia servir, aos seus convidados, churrasco em vez de *chateaubriand*, e feijão preto em vez de *petit-pois*. Não sou contra o churrasco ou o feijão preto, que podem bem figurar na mesa de uma Legação ou de uma Embaixada, a título de curiosidade, para um pequeno grupo de pessoas. Mas não para compor o *menu* de um banquete. E quanto a vinhos, não direi que não se beba os do Rio Grande, se se tem para eles um paladar especial. Mas não haverá patriotismo

que me leve a assegurar que eles valem mais, em sabor, em perfume ou simplesmente em qualidade, do que os velhos e quase direi aristocráticos vinhos de França, que sinceramente falando, só um outro país, o Chile, os possui dignos de comparação.

Do outro lado da Mancha

A atração por Paris. Bem, é um mal universal. É ou era. Pelo menos no correr dos últimos séculos. É possível que Nova Iorque, hoje, seja preferida por muita gente. Em todo o caso Paris está voltando a ser novamente um polo de atração, sobretudo para os sul-americanos, e não duvido que volte a ter a preferência de antigamente.

Quando digo que a atração por Paris era um “mal”, refiro-me ao sentido empregado pelo Príncipe Henrique da Prússia, que, tendo ido pela primeira vez a Paris, já maduro em anos, respondeu a alguém que lhe pedia as impressões: “Senhor passei a maior parte da minha vida desejando ver Paris; vou passar a outra parte lamentando tê-la visto”. Porque não podia voltar lá. E a verdade é que Paris ainda guardava, apesar de tudo, os seus encantos. Não só pela beleza da cidade, por suas largas Avenidas, suas Praças e Monumentos, suas perspectivas incomparáveis; seus teatros, seus restaurantes, suas *boîtes*; seus museus, suas exposições, suas salas de concertos e de conferências; e sobretudo por todo o ambiente que a cercava, a atmosfera tolerante e acolhedora que se encontrava ali.

Não conheço, e penso que não há no mundo outra cidade onde todo o estrangeiro se sinta tão à-vontade, quase como em sua própria terra, seja ele brasileiro, chinês ou marroquino, quanto se sente em Paris. É a cidade de todo o mundo. E não é de ninguém. Quem é que, estando ali, pensa que existe um Prefeito, um Chefe da Polícia, que é onde mora o Presidente da República, o Chefe do Governo, se oitenta por cento dos seus turistas não são capazes de declinar os respectivos nomes, já não direi de todos, mas de uns, apenas, desses importantes cavalheiros? Os napolitanos, ciosos das belezas da sua cidade, inventaram o provérbio: *Vedere Napoli e puoi morire*. Ver Nápoles e depois morrer. É um provérbio sentimental e entreguista. Impregnado de um romantismo à moda de 1830. Os parisienses são mais realistas e utilitários. Poderão dizer: *Ver Paris e depois ficar*. Já não dizia o Rei de Navarra no século XVI, que “Paris valia bem uma missa”?

Estar em Paris era o desejo de todo o diplomata. Não direi apenas dos nossos. De todas as nações. Alguém dizia que era o “único” posto onde eles não se queixavam do clima. Nem da vida cara. Voltaire dizia:

*Vive Paris pour avoir sur-le-champ
Tout ce qu'ont veu quand on a de l'argent.*

* * *

Paris era como uma praça assediada: os que lá se achavam não queriam sair, e os que estavam de fora faziam tudo para ali penetrar. E a verdade é que era mais fácil manter-se naquela praça do que conquistá-la. Houve chefes de Missão que se eternizaram em Paris. Como, por exemplo, Quiñones de Leon, Embaixador de Espanha. Tornou-se ali uma figura tradicional, e só deixou o posto com a queda da Monarquia espanhola, sendo ele amigo pessoal e súdito fiel de Afonso XIII. Quanto a nós, pode dizer-se que nos primeiros sessenta anos de regime republicano, a representação diplomática do Brasil em França esteve quase todo o tempo nas mãos de dois diplomatas: Gabriel de Piza e Luís de Sousa Dantas. Piza esteve cerca de vinte e um anos como nosso Ministro em França, tendo assumido o posto logo depois de instituída a República no Brasil. Era um republicano histórico, positivista de quatro costados, que o Governo Provisório “bombardeou”, como dizem os franceses, chefe da nossa representação em França, onde criou raízes tão sólidas que não houve Ministro do Exterior da República (e houve tantos, sobretudo nos primeiros anos do novo regime) que pudesse arrancá-lo de lá. Somente Rio Branco conseguiu isso, o que provocou em Gabriel de Piza um furor verdadeiramente satânico, exprimido num violento panfleto que publicou contra o Barão, produto de um cérebro sob todos os sentidos desequilibrado.

Esse panfleto, impresso em Paris, tem por título *Incidente Piza-Rio Branco*, e abre, à guisa de prefácio, com uma carta de Oliveira Lima, então Ministro do Brasil em Bruxelas, escrita ao jornal de Júlio de Mesquita, *O Estado de São Paulo*, de 13 de julho de 1911. Está claro que defendendo e elogiando Gabriel de Piza, Lima fazia veladas censuras a Rio Branco (que iria morrer no ano seguinte), sem citar-lhe contudo o nome. Esse panfleto foi impresso em Paris com um limitado número de exemplares, assim que se tornaria depois uma raridade bibliográfica, hoje quase impossível obter-se um exemplar. Eu tenho o meu, comprado no Rio em setembro de 1913.

Em sua carta, Oliveira Lima diz que o “predicado fundamental” de Piza era a *seriedade*. Pergunta de que o acusavam? De ser positivista e de ser econômico. Ora, acrescenta Lima, “a economia do Sr. Piza consistia simplesmente em não ser perdulário. Não penso que a prodigalidade seja um dos requisitos do bom diplomata, seja qual for o critério por que se julgue essa bondade”. Diga-se entre parênteses, que Oliveira Lima, pelo menos no seu tempo de Bruxelas, era também acusado de ser econômico, e eu próprio vi, quando passei ali uma temporada, em 1910, que ele e a mulher Dona Flora, tinham uma vida das mais retraídas, pouco freqüentando as casas belgas e dando raramente uma recepção ou um jantar. De resto não tinham a Legação instalada numa casa. Moravam num hotel, que sendo decente não era dos melhores em Bruxelas.

Para Oliveira Lima o único defeito de Piza era a sua intransigência: “intransigên-

cia de convicções, de máximas e de atos” Não era um homem maleável. Ainda bem, segundo Lima, que aliás não era também maleável. “A maleabilidade diplomática é conhecida a que extremos leva”, dizia este, que acrescentava: “Quando se diz que Talleyrand foi o modelo dos diplomatas, entende-se que para se ser bom diplomata, há que ser cínico, venal e dissoluto” E ia aí por diante, enaltecendo as virtudes de Piza, o que valia criticar o ato de Rio Branco afastando-o da Legação do Brasil em Paris.

* * *

Sousa Dantas foi Embaixador em Paris também cerca de vinte anos. No tempo em que eu estava em Londres e ia muito a Paris, eram seus colaboradores, o Conselheiro Pedro Leão Veloso, para nós o *Pedrito*; Carlos Taylor 1º Secretário; e os 2ºs Secretários Carlos de Ouro Preto (o *Carlinhos*) e Trajano Medeiros do Paço, este filho do Cônsul Geral do Brasil em Berlim. Isso pelos anos de 1923 e 24. Depois viriam mais dois 2ºs Secretários, Caio de Melo Franco e João Rui Barbosa, dos quais falaremos mais adiante. De todo esses, o único casado era o Carlinhos. Pedrito vivia com uma amiga francesa e Taylor com uma prima, também francesa. Porque ele era filho de uma francesa, que morava num palacete na Praia de Botafogo. Como era muito rica, seu filho Carlos era chamado o “menino de ouro”. Trajano do Paço era solteiro. Chegara a Paris, vindo de Tóquio, seu primeiro posto, em 1922. Era um sujeito esquisito, mal ajambrado, com um ar desconfiado, e além do mais muito econômico. Morava num modesto hotel de família, gênero *boarding house* de Londres, onde tinha um quarto sem banho. E para não pagar o banho, ia tomá-lo no banheiro da Embaixada. Por sinal que certa vez, não encontrando ou não trazendo toalha, enxugou-se com uma ceroula do Embaixador Sousa Dantas, que estava pendurada no cabide. Quando este soube do ocorrido, foi um escarceu dos diabos: proibiu Trajano de entrar na Embaixada durante três dias.

Nos seus primeiros anos de Paris, Trajano andou arrastando a asa por uma filha do Dr. Melo Vieira, um rico brasileiro que morava à Avenida de Sena. Mas a coisa não foi por diante.

Falhado esse casamento, Trajano foi casar-se no Brasil com uma moça chamada Olímpia Caminha. Casado, mandou-lhe imprimir os cartões de visita: “Olímpia Caminha Paço”. Alguém comentou: “Se ele, como diplomata, ainda na carreira, e ela caminha a passo, não vão dar certo; é casamento gorado”. Mas aconteceu que deu certo. Isso faz-me lembrar os cartões de visita de um dentista em Petrópolis, que se chamava José Maria da Costa Bento. Mandou imprimir seus cartões: “José Maria C. Bento”. Devo dizer, que ao menos como dentista não tinha nada de sebento. Era, ao contrário, muito asseiado. Por falar em dentista: havia nesse tempo em Paris um dentista chamado Ferry, do qual Trajano era cliente. Um dia fui vê-lo em seu consultório à Rua Vignon, nº 32, para tratar-me de um dente. Ele me disse: “Muito curioso o seu colega “do Paço”. Veio-me um dia para arrancar-lhe um dente, perguntando-me por quanto lhe faria o trabalho. Disse-lhe: para arrancar-lhe esse dente cobro-lhe 15 francos. Ele mostrou-me um outro que não estava também em muito bom estado, e perguntou-me se arrancado os dois eu lhe fazia um abatimento”.

* * *

Depois de ser Embaixador do Brasil em França, Dantas foi aposentado por limite de idade, isto é, ao completar 65 anos. Contudo, continuou nos quadros da Embaixada com a categoria de Adido, uma concessão que lhe fez o Governo Brasileiro, o que para mim era um contra-senso — passar do mais graduado cargo, Embaixador, para o último, simples Adido. É verdade que na qualidade de Adido, não desfrutava senão do estatuto diplomático que lhe dava o cargo. Porque como Embaixador aposentado, não tinha, como têm em Portugal os Embaixadores estrangeiros que vêm morar neste país, o estatuto diplomático que lhes concede o Governo Português. Mas nisso Portugal é, penso, o único país no mundo.

Contudo, o caso de Sousa Dantas em Paris, passando de Embaixador a simples Adido, na mesma Embaixada onde fora chefe, era um disparate. No fundo, o que ele queria, não propriamente para si, pois não se importava com essas coisas, mas para a judia norte-americana com a qual se havia casado já no fim da carreira: era desfrutar do estatuto diplomático para livrar-se de certos impostos e ter regalias que não lhe dariam se Dantas ficasse em Paris simplesmente como Embaixador aposentado.

O fato de Sousa Dantas, uma vez aposentado, passar a ser um simples Adido da Embaixada do Brasil em França, faz-me lembrar uma reflexão do Embaixador Araújo Jorge, quando Getúlio Vargas o convidou para ser Secretário da Presidência da República, que ele aceitou apenas para acompanhar o Presidente numa viagem já programada a Buenos Aires, mas para se demitir logo que voltaram ao Rio de Janeiro, com uma independência de atitude que bem poucos teriam igual. E como eu, seu velho amigo, lhe perguntasse a razão de um tal desprendimento, ele me respondeu: “Não lhe parece coisa algo desajustada, um *Embaixador Secretário?*”

* * *

Tudo em Paris me seduzia: o movimento cosmopolita dos *boulevards*; as calçadas dos cafés, com suas mesas arrumadas umas ao lado das outras, cheias de um público variado e original; a perspectiva da Avenida dos Campos Elíseos, que podia ser tida como a mais bela do mundo, sobretudo vista, nas tardes de outono, vista da Praça da Concórdia com o Arco do Triunfo ao longe, como que suspenso no ar; os cais do Sena, com as caixas dos “bouquinistas”; as velhas ruas da *rive gauche*, tão pitorescas e tão pessoais; o bucolismo do Bois de Boulogne, nos dias silenciosos de verão; o quarteirão aristocrático de Saint Germain, cuja clientela ia aos poucos atravessando o Sena para se instalar nas imediações do Parque Monceau. E não só me encantava a cidade propriamente dita, também seu espírito, também sua cultura — os teatros, as conferências, os museus, as exposições, os cursos de aperfeiçoamento. E, *last but not least*, seus restaurantes, seus bares, suas casas de chá, suas casas de dança.

Tudo isso oferecia, no meu tempo de residência em Inglaterra, distrações que não seria possível obter em Londres, com a austeridade de suas ruas, sua névoa, seu clima

áspero, sua população reservada e silenciosa. Em Paris era outra coisa, tudo convidava à agitação, ao bulfício, às partidas alegres e joviais. Numa tarde de junho de 1924, quando a cidade regorgitava de vida, formava-se um grande grupo e iam todos jantar ao ar livre na Praça du Tertre, em pleno Montmartre, em torno de toscas mesas de pinho, sob os galhos acolhedores dos velhos castanheiros. Terminado o jantar, fomos já noite alta, dançar ao Grelot; e pela madrugada rumava-se para o Mercado Central para tomar a sopa de cebolas do Père Tranquille. Divertimentos como este só era possível em Paris.

De outra feita foi Ciro de Freitas Vale, que era então jovem Secretário da Embaixada em Paris e recém-casado com uma moça da família Proença, do Rio de Janeiro, que nos dava um almoço, dos melhores que já tinha saboreado em Paris, num modesto restaurante do Cais de Anjou – o *Rendez-vous des Mariniers*. Era um estabelecimento freqüentado habitualmente pela gente humilde de barcos que faziam o serviço do Sena, embarcações, moços do tombadilho, carregadores do cais. Mas o almoço valia o melhor *menu* do Laperouse ou do Voisin, dois restaurantes dos mais sofisticados de Paris. Podia acaso encontrar-se coisa igual em Londres, à margem do Tâmis?

* * *

Aliás, era sabido que em Paris comia-se bem em toda a parte – em Paris e de uma maneira geral em toda a França, e por vezes tanto melhor quanto mais modesto e menos ostensivo era o restaurante, menos conhecido e menos freqüentado pela clientela internacional. Sobretudo pela clientela internacional. Havia em França, para prestigiar e valorizar a cozinha francesa, vários grupos ou sociedades que se ocupavam dela, formados de homens conhecidos e qualificados. À frente desses grupos estava a Academia dos Gastrônomos, presidida pelo escritor o Príncipe Cumonski, autor de um livro que tivera a sua voga, o *Café du Commerce*. Em torno dele via-se Maurício Maeterlinck, Pierre Mille, A. Tardieu, o Marquês de Polignac, Filipe Berthelot, Eduardo de Pomiane e outros. Pomiane era professor no Instituto de higiene alimentar e do Instituto Pasteur. Uma vez deu uma série de *causeries* sobre a “Cozinha em smoking”. Sem sujar o seu casaco com gravata preta, mostrava como se fazia um bom *tournedos*, uma carpa com o molho bearnese e muitos outros pratos. Porque, além de *gourmet*, era também um bom cozinheiro.

Outro grupo era o Clube dos Cem, que fiscalizava e num certo sentido animava em toda a França a feitura de uma boa cozinha. A gastronomia francesa era famosa desde séculos, e um dos seus grandes mestres foi o famoso Brillat Savarin, que, prestes a terminar seu último jantar na vida, virou-se para a empregada que o servia e disse: “Traga-me depressa a sobremesa, que eu sinto que vou morrer!”. Depois do que deu, de fato, o último suspiro. Um outro entendido nessas coisas era o Conde de Bradford, que, já, muito idoso foi interpelado sobre quantas coxas tinha um carneiro. Ele perguntou: “Um carneiro vivo ou um carneiro morto?” “Porque essa pergunta? Não é a mesma coisa?” “Não senhor, respondeu Bradford, há uma diferença de metade: um carneiro vivo tem quatro coxas, e um carneiro morto só tem duas, que se chamam *gigots*”. Rabelais, outro *gourmet*, conhecia sessenta maneiras de cozinhar um ovo.

O Rei Henrique IV inventou o que ele chamava *Poule au Pot*, que hoje tem o nome de *Petite Marmite*. Montaigne inventou uma arte de saber comer. A moda dos grandes jantares, como aquele célebre dado por Fouquet no Castelo de Vaux, com seis mil lugares, veio do tempo de Luís XIV. Nesse jantar havia dezessete pratos. Luís XV considerava-se, a justo título um perfeito cozinheiro.

Por fim, em 1930 constituiu-se uma nova associação de gastrônomos franceses, chamada Academia dos Vinte, mais preocupados em manter ou realçar o valor dos vinhos do que propriamente dos pratos da cozinha francesa. Entre seus membros se contavam o Duque de Guiche, o Duque de Luynes, Hennessy, o Marquês de Polignac, Charbonnel, de Jouvenel e muitos outros.

* * *

Para citar os muitos restaurantes conhecidos no meu tempo, começo por me referir à *Veuve Coconnier*, à Rua de Castelanne, atrás da Igreja da Madalena, de chão lavado e toalhas de algodão enxadrezado. Eu costumava almoçar ali sob as vistas da proprietária e de seus filhos. Era um restaurante tipicamente francês, freqüentado quase exclusivamente por franceses, o que valia como recomendação da sua cozinha e modicidade dos preços. Comia-se ali um excelente pé de porco assado às quintas-feiras, e uma *bouillabaisse* às sextas-feiras; uma *bouillabaisse* que não se obteria melhor em Cahors. Um pouco desse gênero era o *Chez Marianne*, nos *Boulevards* exteriores, com a sua pequena sala, seus muros artisticamente decorados. Tinha uma clientela preferida de artistas.

Já com melhor apresentação e freguesia mais escolhida eram os dois *Sebillons*, o da Porta Maillot para as ostras, e o da rua Bayen para o *cassoulet*, essa espécie de feijoada do meio-dia de França, servida em pequenos potes de barro. Ali se reuniam, para o almoço, as mais belas senhoras do bairro. Havia ainda, nessa classe de restaurantes, o *Bon Vigneron*, à Rua Blanche, na subida para Montmartre, muito do gosto de Carlos Martins, com vinho de graça às quartas-feiras; o *Clou*, à Avenida Trudaine; o *Chez Radelé*, à Rua de Hauterive; e o *Ramponneau*, à Avenida Marceau, com um *menu* digno, por suas dimensões e variedade de pratos, de interessar ou menos entusiasmar o insaciável Pantagruel. Era da preferência de Mário de Pimentel Brandão, Conselheiro da Embaixada do Brasil.

Chez Weber, à Rua Royale. Bem. Era um restaurante do gênero do *Café de la Paix*, com a sua ampla calçada ocupada por mesinhas, e onde os desocupados não se cansavam de observar o movimento da rua; com suas salas interiores fartamente iluminadas à noite. Cozinha simplesmente cuidada, sem maiores pretensões, feita para todos os gostos. Eu costumava ir almoçar ali sob os cuidados de um *maitre d'hôtel* que se tornaria, para o fim, velho camarada meu. Treze anos depois, isto é, em 1936, já casado, voltaria com Yolanda para comer no *Weber*. Lá encontrei ainda no seu posto o meu *maitre d'hôtel*, os cabelos encanecidos, menos ágil, de fisionomia envelhecida, mas sempre solícito e obsequioso. E dez anos mais tarde, retornando uma vez mais a Paris, quando fomos vê-lo não mais o encontramos. Ninguém sabia dele. Havia

desaparecido, talvez morrido, como tanta gente em França, com a segunda Grande Guerra, que assolara e desorganizara a França durante cinco ano.

O *Prunier* era de outro gênero. Muito bem freqüentado. Grande clientela estrangeira, sobretudo norte e sul-americanas. Especialidades: pescados, ostras, mariscos, lagostas, peixes de todo o gênero. Também bem freqüentado era o *Fouquet's*, nos Campos Elísios, onde se podia comer as melhores *entrecôtes* de Paris, bem chatas e bem batidas, *tout-à-fait à la minute*. Mas era preciso explicar ao *maitre d'hôtel*, dizer como fazê-la. Porque o segredo de um bom prato depende menos, talvez, da arte culinária, do cozinheiro ou das indicações do *maitre hôtel* do que do conhecimento do próprio freguês, de suas recomendações ou preferências.

* * *

No *Cigogne*, à Rua Duphot, obtinha-se pratos e vinhos alsacianos. E no *Caneton*, à Rua da Bolsa, comida tipicamente russa. Muito caro e muito seletivo. Para um bom *chateaubriand* era preciso ir ao *Couchon d'Or*, à Avenida Jean Jaurés, em frente ao Matadouro e fora assim de Paris. Fui ali pela primeira vez com Carlos Martins. O *Chez Maxim's* da Rua Royale, havia já perdido a fama de outrora, e só mais tarde, depois da segunda Grande Guerra, é que iria novamente recuperá-la. Antes de 1914 desfrutara um grande prestígio social, e eu ainda o conheci nessa época, por ocasião de minha primeira estada em Paris, em 1910 e 1911. Para dizer ao certo apenas o conheci de nome, porque não tinha recursos — nem talvez idade para freqüentá-lo. Era o tempo em que não se ia ali à noite senão de casaca e chapéu alto, e eu, rapaz de meus dezessete anos, já me dava por satisfeito com ter o meu *smoking*. Meus jantares de então eram mais modestos, e no fim do mês tinham mesmo que ser num dos restaurantes Duval, os chamados *Bouillons Duval*, espalhados por muitos bairros de Paris, tipo de restaurantes populares, é onde se comia por dois francos!

Essa cadeia, como se diz hoje, de restaurante pertencia — naturalmente — a um homem apelidado Duval, pessoa simples, de origem modesta, mas que enriquecera com os seus estabelecimentos culinários. E, como sempre acontece com os homens que vêm de baixo e se fazem por si próprios, tinha um filho, Alexandre Duval, rapaz alegre e folgazão, bem falante, tipo de galante vagabundo, e cuja principal ocupação na vida era desperdiçar a fortuna do pai. Era muito popular na roda da boémia elegante de Paris desse tempo, onde era chamado pitorescamente de *Duque de Bouillon*, trocadilho bem a propósito com o nome dos estabelecimentos do pai e a célebre família dos Duques de Bouillon, partidários do Rei Henrique IV.

Mas se esse título não passava de uma invenção de seus numerosos amigos, tinha de fato e parece de direito o título de Príncipe de Páranos, obtido ou comprado na Itália, possivelmente em Nápoles. Fizera até gravar as armas desse Principado na prataria da sua casa, onde costumava receber suntuosamente. Já nessa altura o pai lhe havia falecido, e ele tomara a direção dos *Bouillons Duval*. Pouco antes, rapaz de 25 anos, tivera uma ligação amorosa com uma célebre mundana, Cora Pearl, com a qual gastara uma fortuna. Mas como esta o deixara, Alexandre Duval tentara

suicidar-se com um tiro de revólver, que falhara. Fora ele então para a Argélia, de onde voltou passados dois anos.

De novo em Paris, *boulevardier* incorrigível voltou à sua vida de sempre. Encontrando-se com o proprietário do *Café de Paris*, um dos mais elegantes restaurantes da cidade, à Avenida da Ópera, chamado Mourier, que de cozinheiro passara a arquimilionário, ele disse: “Por que não te enobreces, como eu?” Não sabendo o outro o que dizer, Duval passou a chamá-lo de “Sr. d’Armenonville”, título de um favorito do Regente filho de Luís XIV. Espirituoso, chamava os seus estabelecimentos culinários *Beaucoup de brie pour rien*, alusão à conhecida peça de Shakespeare e ao célebre queijo francês. Numa outra vez apareceu para jantar no restaurante *Maxim’s*, com a sua impecável casaca e a tradicional camélia no peito. Foi dizendo: “Venho hoje aqui porque não encontrei mais lugar desocupado nos meus estabelecimentos”.

* * *

O *Maxim’s* ainda é hoje, apesar dos anos decorridos e de todos os acontecimentos por que tem passado a história de Paris, um restaurante que desfruta de uma fama e de uma tradição de elegância e bom gosto, como não há outro igual. Ele fica, como se sabe, no nº 3 da Rua Royale, não longe da Praça da Concórdia. Havia antigamente nesse número, aí pelos fins do século passado, um *glacier* (casa de gelados) de um italiano com o nome de Imoda. Ora, aconteceu que no dia 14 de julho de 1891, esse italiano teve a má idéia de arvorar no seu estabelecimento uma bandeira alemã, sabe-se lá por que? A idéia foi tida como uma provocação, e antes que o povo, na sua indignação, saqueasse o tal *glacier*, a polícia interveio e o *Imoda* foi fechado.

Poucos dias depois, porém, reabria-se o restaurante com o nome de Maxime, prenome de um criado de café, que dispendo de algumas economias comprara o estabelecimento ao italiano, instalando ali um café-restaurant destinado à clientela dos cocheiros de Paris. Mas o negócio não foi por diante, e ele teve de vender a um tal Benoit, que tendo maiores ambições do que Imoda reabriu a casa não mais para cocheiros, mas para os seus patrões. Todavia ele precisava ter um bom *maître d’hôtel*. Foi então buscar o do famoso restaurante *Durand*, que por sua vez trouxe consigo o cozinheiro do mesmo restaurante, de nome Chauveau. Com tudo isso, Benoit não quis mudar o nome do restaurante, para não ter de pagar um novo imposto. Conservou, assim, o nome primitivo de Maxime, alterando apenas a sua grafia, que passou a ser *Maxim’s*.

No começo, o novo restaurante era um *rendez-vous da jeunesse dorée* do princípio do século, uns dando “Vivas ao Rei”, outros “Vivas ao Imperador”. Era o tempo em que a República Francesa, apesar de já ter mais de trinta anos de vida, não tinha ainda assentado seus alicerces. Ora, um dia, um milionário muito conhecido em Paris, chamado Max Lebaudy, relacionado com a alta sociedade parisiense, resolveu fazer do *Maxim’s* o centro de suas andanças noturnas, convidando o que havia de melhor entre as suas numerosas relações.

Não sei se as instalações do *Maxim’s* foram depois modificadas. Penso que não. Mas a princípio elas constavam de um bar, logo à entrada, de uma antecâmara, de uma

galeria a que chamavam o “ônibus”, por causa da sua forma, e finalmente do grande salão de jantar, que o Duque de Morny tinha batizado de “As santas dos seios”, alusão às belas mulheres exageradamente decotadas pintadas nas paredes. Naquele tempo essa exposição de seios causava uma certa impressão e não poucos achavam que era uma indecência. Já Tartufo dissera, muitos anos antes:

*Couvrez ce sein que je ne saurais voir;
Par de pareils objets mes âmes sont blessées,
Et cela fait venir de coupables pensées.*

Mas isso era antigamente. Hoje é diferente. Ninguém liga quando as mulheres mostram os seios; e, quanto mais elas se desnudam, menos atraem os homens.

– É pecado me deixar ver toda nua? – perguntou certa vez uma rapariga, que nada tinha de bonita, ao seu confessor.

– Não, senhorita, mas é puro mau gosto.

* * *

Esse Duque de Morny era filho natural do General Flahaut e da Rainha Hortêncina, irmão, portanto, uterino, de Napoleão III. Teve na mocidade uma *jeunesse dorée*, depois do que, tomando juízo, desempenhou um brilhante papel na política do seu tempo. Quando rapaz, era de uma magreza fora do comum, a ponto de chamar a atenção. Quando sua futura mulher disputava com outra a posse desse homem, alguém comentou: “Como é curioso ver essas duas mulheres a brigarem pela posse desse feiche de ossos!”.

Flahaut, pai de Morny, era por sua vez filho natural de Talleyrand e da Condessa de Flahaut Souza (*), a qual, era filha, também natural de Luís XV e de Mme de Longpré. Por ilegítimos que fossem os ascendentes do Duque de Morny, nada o impedia de este se considerar descendente da Imperatriz Josefina e do Rei Luís XV.

Por volta das onze horas, terminado o jantar, o *Maxim's* fechava as portas para limpeza gera, e cerca da meia-noite eram novamente abertas para a ceia, cujos clientes se deixavam ficar, em grande parte, até as primeiras horas da madrugada. Um deles, deixando a casa por volta das cinco e meia da madrugada, quando o dia começava a nascer, virou-se para um homem que varria a calçada, o que os franceses chamavam um *balayeur*, e perguntou: “Já é a aurora?”. E o outro.

– *Je ne sais pas, monsieur, je ne suis par du quartier.*

No começo do século todos os clientes do *Maxim's* apareciam ali, para jantar ou ceiar, vestidos de casaca. Era o costume do tempo. Depois, e ainda até a pouco tempo, a vestimenta era o *smoking*. Havia até quem se deixasse ficar em casa, só ou com a fa-

(*) Flahaut Souza por se ter casado com o diplomata português Dom José Maria de Sousa Botelho, homem de grandes recursos financeiros e admirador de Camões. Mandou imprimir dois exemplares de *Os Luzíadas*, um de grande luxo e belas estampas, e outro mais modesto, impresso em Paris em 1819, do qual possui um exemplar, comprado em Londres em 1923, por 15 libras esterlinas. Hoje deve valer pelo menos cinco vezes mais.

mília, vestindo todas as noites, para jantar, o *smoking*. Era um costume inglês que se adotara em França. No Brasil, que eu saiba, a única pessoa que fazia isso (e não sei se ainda o faz) era o meu amigo Maurício Nabuco, que encerrara a carreira diplomática como Embaixador em Washington.

* * *

À tarde, no verão ou na primavera, ia-se tomar chá no Bois de Boulogne — no *Armenonville*, no *Pré-Catelan*, no *Chateau de Madrid* ou no *Ermitage*, onde também se podia comer e dançar à sombra dos velhos castanheiros. Nas tardes de inverno, os mais procurados, para o chá ou para as danças, era o *Ermitage* dos Campos Elísios e o *Washington Palace*, à Rua Magelan, do qual era assíduo freqüentador o Marajá de Kapurtala. Ali o vi várias vezes. Não dançava. Mas gostava de ver os outros dançarem. Não era uma figura simpática. Mais de uma vez sentei-me ao seu lado no *Washington Palace*, e nunca pensei puxar conversa com ele. A cara do homem não me agradava. Em 1925 ele estivera no Brasil, e Brito Broca, que o vira então em São Paulo, dizia que ele não passava de um gozador da vida mundana de Paris. Broca tentara uma entrevista com ele, mas nada conseguiria. Corpulento, o rosto muito moreno, de uma cor indefinida, Kapurtala usava uns óculos de lentes escuras e aros mais grossos do que o comum. Era, dentre os vários Príncipes do Oriente que visitavam ou moravam nessa época em Paris, o mais conhecido e o que mais freqüentava a alta sociedade parisiense. As festas que ele dava em sua casa do Bois de Boulogne deixaram uma tradição que durou até às vésperas da segunda Guerra Mundial. André de Fouquières, seu grande amigo refere-se a uma *garden-party* que o Marajá deu, em 1930, na antiga dependência da *Folie d.Artois*, com imensos tapetes do Oriente estendidos sobre o relvado. Kapurtala recebeu seus convidados de cartola cinzenta, como era então de uso nessas festas, e Fouquières se divertia em observar a variedade e a forma de cumprimentos que os convidados do Marajá lhe faziam ao chegarem. “Às genuflexões sucediam as reverências, diz ele, e às inclinações de cabeça as genuflexões; e para todos o Príncipe tinha o mesmo sorriso algo distante... Estava ali Todo-Paris e Todo-Cosmopolis, e à sombra de uma grande árvore podia ser vista a Maraami de Baroda sentada numa cadeira, pensativa e discreta, parecendo ignorar os fotógrafos indiscretos”. Baroda era outro Marajá também muito conhecido em Paris, como era igualmente conhecido o Marajá de Patiala, Chanceler da Câmara dos Príncipes Indianos, que eu iria conhecer pessoalmente em Genebra, como representante da Índia na Liga das Nações, e do qual voltarei a falar quando da minha presença nessa cidade suíça.

Como se sabe, os Príncipes indianos tinham o direito de ter quantas mulheres quisessem — ou pudessem. O Marajá de Jaipur, por exemplo, tinha 300. Não sei quantas tinha Kapurtala, ou melhor quantas mães tiveram os seus cinco filhos. Numa certa época já tinha desfeito sua casa do Bois de Boulogne e hospedava-se no Hotel George V, onde dava almoços de 20 a 30 talheres, preparados pelo seu cozinheiro indu. Encarregava seu amigo Fouquières de distribuir os lugares na mesa, encargo por vezes difícil, dizia este, porque o Marajá preferia ter a seu lado jovens desconhecidas (naturalmente bonitas), de preferência a senhoras tituladas da alta sociedade parisiense. Kapurtala iria

morrer em 1949. Eu era então Ministro em Copenhague. Nessa época os ingleses já haviam perdido a Índia, e com a subida de Nehru ao poder, seguido de Indira, filha de Gandhi, os privilégios e as riquezas dos Marajás foram sendo pouco a pouco confiscados pelo Governo da Índia. E com isso foi-se acabando a época de esplendor que reinara ali dezenas de anos seguidos.

* * *

Eu gostava, evidentemente, de ir a Paris. A cidade era acolhedora e amável. A vida fácil e acessível. Os divertimentos muitos e variados. E com a diferença de custo da vida, me saía mais barato estar em Paris do que em Londres. A verdade é que eu me sentia tão à vontade ali quanto em minha própria casa, o que não era de admirar, pois que conhecia a cidade posso dizer que desde a minha primeira mocidade. E já falava a língua francesa quase tão bem quanto a minha própria língua.

Não ia a Paris somente pelo desejo de passear, de sair um pouco da vida monótona que levava em Londres. Ia porque me sentia bem ali, familiarizado que estava com a vida da capital francesa. Em Paris eu tinha uma liberdade de movimentos que estava longe de ter igual em Londres. Sentia-me à vontade naquele ambiente acolhedor, onde tudo era sorriso e alegria onde um canto de rua, um detalhe de fachada, uma perspectiva no Sena era uma distração para o meu espírito, uma satisfação para a minha mentalidade já amoldada ao sentimento francês.

Assim que, sempre que podia, não deixava de atravessar a Mancha e dar um pulo a Paris. A travessia era fácil, o caminho já por demais conhecido: era tomar o trem que partia ao meio-dia da Vitória Station, em Londres, com carros Pulmann, onde era servido o almoço, e chegar às cinco horas da tarde à Gare du Nord, em Paris, com tempo de sobra para o jantar. Nessa ocasião já se havia estabelecido a comunicação aérea entre as duas capitais, mas o serviço era precário e não isento de perigos, sobretudo no inverno. Um dia caiu na Mancha um dos aparelhos que faziam esse serviço, morrendo todos os seus passageiros, inclusive um brasileiro, de nome Barbosa Lima.

Paris passava por ser o quartel-general dos diplomatas estrangeiros acreditados na Europa. E a verdade é que não havia quem não desse ali, podendo, o seu pulo, às vezes por um dia apenas, se residia num país vizinho; outras vezes por dois ou três dias, por uma semana e mesmo um mês. Os nossos diplomatas não escapavam à regra. Quando não iam no gozo de férias regulamentares ou em trânsito para outros postos, apareciam em Paris clandestinamente, sorrateiramente, em curtas escapadas, evitando, naturalmente, para não se comprometerem, a Embaixada da Avenida Montaigne ou os lugares geralmente freqüentados por brasileiros, como os grandes *boulevards*, o quarteirão dos Champs Elysées ou à noite as *boîtes* de Montmartre. E, quando eram pilhados em flagrante por algum colega indiscreto, defendiam-se com aquela frase que se tornou de pois proverbial: “Cheguei ontem e parto amanhã.”

* * *

A atração por Paris criava problemas que estavam para ser resolvidos, um dos quais era a impossibilidade de manter em seus postos na Europa Ministros e Secretários

de Legação que tinham suas sedes em países do Continente. Alguns viviam sabidamente em Paris, como Graça Aranha quando era Ministro na Haia, e cuja família morava no Hotel de la Trémouille; ou Mário de Pimentel Brandão, que sendo Conselheiro em Bruxelas, tinha a família, a Isabelita e o filho, hoje Embaixador em Lima, morando num apartamento da Rua Galilé, 56, também em Paris. Ou mesmo alguns dos nossos diplomatas sediados em Legações mais distantes, que por condescendência dos respectivos chefes preferiam vê-los longe. Era o caso de Argeu Guimarães, Secretário em Copenhague, quando Carlos Martins era ali nosso Ministro, e Argeu, com a mulher, vivia sabidamente em Paris. Nós mesmos, em Londres, quero dizer, Carlos Martins, Camilo de Oliveira e eu passávamos uma parte do nosso tempo na capital francesa. Com o consentimento, já se vê, do nosso chefe o Embaixador.

Quanto a Camilo, para falar a verdade, devo dizer que nas suas saídas de Londres, em vez de ficar em Paris, como Martins e eu próprio, preferia ir para o sul da França, Cannes ou St. Cergue, ou para uma estação de águas como Evian. Muito cuidadoso com a saúde, embora fosse um homem são, ele preferia, em vez de sair da atmosfera empestada de gases de Londres para cair em outra igual de Paris, ir respirar o ar mais puro das cidades pequenas ou cuidar do fígado envenenado pelas comidas dos restaurantes londrinos.

Assim que em 1923 foi para Evian, à margem do Lago Lemano. No ano seguinte passava uma temporada em Cannes. De lá me escrevia a 24 de março: “A estação continua ainda *in full swing*, com todos os medalhões a postos, e não creio que o êxodo comece antes dos fins de abril. Ontem apareceu no bacará, ente outros, Lorde Balfour, que fez uma fesinha”. Em julho ele ia para St. Cergue, perto de Nyon, na Suíça. Carta do dia 24: “Apesar do frio — 11 graus — há aqui meninas bastantes para danças, *flirts* e *bridges* — *planfond*, é claro. Já me inscrevi com confiança num torneio que vou disputar esta tarde na companhia graciosa de uma senhorita, uma sobrinha do Victor Cambon”, irmão de Jules Cambon e Embaixador em Berlim. No mesmo ano, carta de Cannes de 6 de abril: Anteontem, por exceção, foi um dia lindo. Aproveitei a oportunidade para ir a Grasse, que fica a uma hora daqui, e é a cabeça de Comarca dos Alpes Marítimos. Para dar-lhe uma idéia de quão interessante é Grasse, basta dizer-lhe que há um Museu Fragonard (o pintor era *grassois*), uma igreja do século XII, onde há uma linda tela do artista, e diversas fábricas de perfume. Aquilo que V. compra caro à Rua de la Paix, em frascos confusos, vai quase tudo daqui; e é apenas a alma de toda esta floração que perfume o caminho de quem vai de Cannes a Grasse, com dia de sol, pelos verdores de Roquevignon”.

* * *

O caso dos diplomatas brasileiros, que se deixavam ficar em Paris semanas e mais semanas, tornava-se de fato sério. Carlinhos de Ouro Preto, Secretário da nossa Embaixada em França, dizia que a única solução para resolvê-lo, seria o Itamaraty alugar ali um andar num grande prédio, e instalar nele todas as nossas missões na Europa. Cada uma teria o seu apartamento, na porta do qual se colocaria um letreiro: “Legação (ou Embaixada) do Brasil em...”. No fundo do corredor estava a *toilette*, com pia, banhei-

ro e o mais, comum a todas as Missões ali instaladas: era a Liga das Nações. Acrescentava Ouro Preto que seria o único meio dos nossos diplomatas ficarem em seus postos, enviarem regularmente os seus relatórios anuais e... não se queixarem do clima. A sugestão pareceu a muitos a melhor: mas nosso Ministério não a tomou em consideração.

Houve casos de recalcitrantes, na teimosia de se deixarem ficar em Paris, que acabaram por figurar nos anais do nosso serviço diplomático. Como o de Félix Bocayuva, por exemplo, filho de Quintino Bocayuva. Félix era 1.^o Secretário. Foi designado para o Japão. Partiu do Rio *via Paris* (é claro). Mas aí chegando parou. Foi ficando. Não arredava mais o pé da cidade. Esqueceu, possivelmente, que tinha de seguir para o Japão. E não houve jeito nem modo de o Itamaraty obrigá-lo a prosseguir viagem. Afinal, ameaçado de punição, alegou que havia gasto o resto da ajuda de custo, e lhe faltava assim dinheiro para comprar os bilhetes de transporte para o Japão. Condescendente, o Itamaraty mandou-lhe reforços. Quer dizer, pediu ao Embaixador Sousa Dantas que ele mesmo fosse comprar os bilhetes, mas só os entregasse a Félix quando este se encontrasse no trem de Marselha, devendo Dantas para isso acompanhá-lo até a gare de Lyon, o que este fez. Mas não foi sem grande surpresa que três dias depois Bocayuva aparecia novamente na Avenida Montaigne, dizendo que não tivera coragem de embarcar para o Japão. *É tão longe!*, dizia; *terra tão estranha!* Bem, dessa vez o Itamaraty não teve complacência: foi posto em disponibilidade. E ainda recebeu uns cobres para voltar para o Brasil.

* * *

Voltando aos restaurantes parisienses ao tempo em que eu era Secretário em Londres: faltava citar o *Laurent*, à Avenida Gabriel, onde também se dançava. Por falar nesse restante lembro-me de uma *gaffe* que cometi nessa ocasião. Foi o caso que tinha convidado para jantar no *Laurent* ao Major Leitão de Carvalho (que faleceu no Rio há pouco tempo, nonagenário, com o posto de Marechal) e à mulher, a boa e simpática Dona Laura, a sobrinha de Machado de Assis. Eu os conhecia, fazia pouco tempo, de Genebra, onde ele era assessor militar da nossa Delegação na Liga das Nações. Marcado por ele a noite do jantar, esqueci totalmente o compromisso. Uma semana depois encontrei o Major Leitão na Embaixada do Brasil, e ele perguntou-me o que havia feito na noite do jantar combinado. Respondi-lhe, sem saber porque ele me fazia uma tal pergunta: “Nessa noite? Deixe-me ver. Olhe, não fiz nada, fiquei tranqüilamente no Hotel”. E ele: “Então não se lembrou que me havia convidado e a Laura para jantar-mos consigo no *Laurent*? Nós lá estivemos à hora combinada, esperando inutilmente por si, que afinal não apareceu. E não foi nada agradável estarmos sós ali, num restaurante de preços caros, e ainda por cima obrigado a dançar com minha mulher, porque todo o mundo ali dançava, e nunca fomos amigos de danças”. Foi de fato uma terrível *gaffe*, para a qual não tive uma explicação, coisa que nunca tinha feito, como nunca mais o faria de novo com ninguém.

Havia ainda um pequeno restaurante que muita gente ignorava, ou melhor, que só era conhecido dos interessados em corridas de cavalos: o *Luigi*, à Rua Eduardo VII, onde podiam ser encontrados, ao almoço, os mais famosos jóqueis de Paris, homens de

um prestígio e de uma popularidade que só podiam calcular aqueles que eram afeiçoados às corridas de cavalos. Ou o *bar* do Hotel Chatam, à Rua Dounou, onde, pela manhã, sobretudo aos domingos, não se conversava nem se discutia outra coisa que não fossem corridas de cavalos. Criava-se uma espécie de familiaridade entre todos os presentes. Por vezes não precisava ser-se conhecido para se ver interpelado, por um cavaleiro sentado numa mesa ao lado, sobre as qualidades desse ou daquele cavalo, ou sobre as possibilidades de determinados jóqueis. Quase todos os presentes eram criadores, proprietários, jóqueis, treinadores, apostadores, quantos, em suma, estavam ligados a esse esporte. Os palpiteiros passava de mesa a mesa, os programas das corridas de mão a mão, e todo aquele que não estivesse iniciado em coisas do turf sentia-se ali um desajustado, verdadeiro peixe fora de água.

* * *

Na verdade eu nunca fui afeiçoado a corridas de cavalos. Mas nessa época tinha em Paris um amigo de quem já falei, Juan Torterolo, um uruguaio, que cuidava em Maisons Laffitte, nos arredores dessa cidade (onde havia um campo de corridas), dos cavalos de seus amigos Saturno Unzuê e Aarão de Anchorena, uns ricos argentinos (“tão rico quanto Anchorena”, diziam deste último em Buenos Aires), que faziam concorrer seus cavalos em Paris, em Deauville em Londres e em Bruxelas. E como eu era também amigo de Vital Ramos de Castro e de Elpídio Pereira (auxiliar do Consulado-Geral do Brasil em Paris), ambos apaixonados por corridas, vi-me muitas vezes levado ao *Luigi* ou ao bar do *Chatam*, como também às corridas em Longchamps, em Auteuil ou em Maisons Laffitte, onde fazia as minhas apostas.

Que me lembre, só ganhei um grande prêmio, o apostando num cavalo chamado *Sens*, pertencente, creio, a Unzuê ou a Anchorena. Apostei nesse cavalo a conselho de Torterolo, que me dissera — “Pode jogar, esse cavalo corre para ganhar”. Sim, porque — coisas do turf — havia vezes que os cavalos corriam apenas para treinar, tendo seus jóqueis ordem para não se esforçarem pela conquista de um primeiro lugar. São coisas que o público em geral não sabe, e muita gente aposta num cavalo, mesmo tido como favorito, que não corre para ganhar. Dentre os sul-americanos que tinham cavalos de corridas em Paris, só havia, creio, esses dois argentinos e Lineu de Paula Machado, este a essa tempo Presidente do Jóquei Clube do Rio de Janeiro.

Eu nunca fui, a bem dizer, um esportista. As corridas de cavalos, já disse, não me seduziam. E se me fiz membro do Jóquei Clube do Rio, foi mais por motivo social. Na minha mocidade, no Rio de Janeiro, só havia, como esporte, o remo e o futebol. Quanto ao remo, pertenci, por algum tempo, ao Clube do Flamengo, saindo muitas vezes de barco, geralmente como patrão. E quanto ao futebol, entrei para o Botafogo Football Club por volta de 1909, e quando jogava era apenas nos times dos novatos. E jogava positivamente mal. Mas gostava de ver os mais velhos jogarem. Assim que quando estava em Londres e ia frequentemente a Paris, nunca deixei de ir ver, quando podia, um jogo de futebol, sobretudo quando jogavam brasileiros. A 9 de junho de 1924 fui assistir no Estádio Colombes, com Armando Monteiro, à vitória do time uruguaio, sagrado nessa ocasião campeão do mundo. No dia 5 de julho seguinte, no mesmo

Estádio, foi a parada olímpica, isto é o desfile de todos quantos haviam disputado os jogos olímpicos daquele ano, realizados em Paris, o Brasil inclusive. Em 14 de março de 1925, um domingo, eu assisti à vitória por 7 a 2 do *team* paulista de futebol no Estádio de Búfalo; e no domingo seguinte, também em Búfalo, outra vitória dos brasileiros contra os franceses, dessa vez por 3 a 1. Era o tempo em que o profissionalismo não havia ainda invadido o futebol brasileiro, o qual conquistava, seguida e brilhantemente, os louros da vitória. Depois tudo mudou. E nos jogos olímpicos posteriores brilhamos com nossa ausência, por se ter o futebol entre nós transformado em puro instrumento de se fazer dinheiro, quase direi, de mercantilismo. Os jogadores defendem então, não as cores do *seu* país ou a glória do *seu* clube, mas unicamente o dinheiro, seu e de seus empresários.

Esse estado de coisas, entretanto, iria mudar, porque transformado o futebolismo brasileiro num bem organizado e bem estruturado profissionalismo, voltaríamos a tomar parte nas Olimpíadas; e o Brasil é hoje, nesse terreno, e sem favor, o campeão mundial de futebol.

* * *

Referi-me, páginas atrás, aos dois argentinos que tinham em Paris cavalos de corridas. Vem a propósito dizer que os argentinos formavam uma das colônias mais ricas, se não a mais rica da capital francesa. Era gente que pertencia às melhores famílias de Buenos Aires, aos Quintanas, aos Bembergs, aos Alcortas, aos Le Bretons. Enrique Larreta, o festejado autor de *A Glória de Don Ramiro*, foi durante algum tempo Ministro da Argentina em França. Depois veio substituí-lo Dom Marcelo de Alvear, com a categoria de Embaixador, cargo que exerceu até 1922, quando foi eleito Presidente da República Argentina. Pertencia, como vários outros argentinos que apareciam em Paris, à chamada aristocracia portenha, descendentes daqueles patriotas que se haviam batido pela independência do país. Marcelo de Alvear descendia do General Alvear, que combatera as forças brasileiras, comandadas pelo Marquês de Barbacena, na batalha de Itusaingó. Quando Marcelo de Alvear era Embaixador em Paris, tentou reunir todas as sedes das missões diplomáticas (cerca de umas vinte) latino-americanas no Palais Royal, sob as arcadas das galerias de Orléans e de Montpensier. Mas tendo sido eleito Presidente da República e deixado Paris, sua idéia não teve seguimento.

* * *

Para terminar com esse *tournee des Grands Ducs* pelos restaurantes e casas de chá de Paris, resta-nos citar o *Sirdar*, uma pequena casa de chá na Avenida dos Campos Elísios, perto do Rond Point, onde eu costumava ir freqüentemente, às vezes só, outras vezes com o mau saudoso amigo Mário de Pimentel Brandão, Ministro Conselheiro, primeiro da nossa Embaixada em Bruxelas, depois da nossa Embaixada em Paris; e outras vezes com os meus amigos Chicós — o General Francisco de Andrade Neves, Adido Militar em Paris, e Francisco Thompson Flores, Chefe da Delegacia do Tribunal de Contas em Londres, mas cuja família, depois de um curto tempo na capital inglesa, passara a residir em Paris, à Rua Coronel Moll.

O *Sirdar* era um ambiente tranqüilo e muito elegante, onde se podia encontrar, nas tardes de inverno, algumas das mais bonitas e mais bem vestidas mulheres de Paris. Foi onde conheci, e depois me fiz amigo, de Madame Hélène de Villeroy, que morava não longe dali, num belo apartamento do nº 29 da Rua François 1^{er}. Mulher ainda relativamente jovem, tinha-se divorciado dois anos depois de casada, recuperando então seu apelido de solteira. Não tendo filhos, morava só no apartamento da Rua François 1^{er}. Dizia-se descendente do Duque de Villeroy, Marechal de França ao tempo de Luís XIV, do qual se fizera muito amigo, apesar das sucessivas derrotas que sofrera à frente dos Exércitos do Rei. Quando este redigiu o testamento, o indicou para educador do seu bisneto, que foi o Rei Luís XV, cargo que ele desempenharia com mais eficiência do que quando comandava os seus soldados. Eu nunca acreditei muito nessa história dos antepassados da minha amiga. Mas é fato que ela tinha em casa, pendentes de uma parede, não só o retrato do Marechal como do pai deste, Nicolau de Villeroy, também Marechal de França ao tempo de Luís XIII.

Bonita e inteligente, M.^{me} de Villeroy tinha muita vivacidade no falar, e suas conversas eram sempre salpicadas de ironias, o que a tornava ainda mais atraente do que os traços corretos do rosto ou o dourado dos cabelos. Nas minhas idas e vindas a Paris nunca deixei de ir vê-la. Como me hospedasse sempre no mesmo hotel, no Boulevard des Batignolles, e lhe anunciasse a minha chegada a Paris, não lhe era difícil fazer saber-me que me esperava no seu apartamento. Mas não gostava de telefonar-me, preferindo sempre usar os *petit-bleus*, correspondência mais rápida do que os telegramas. E mais discreta.

A última vez que a vi foi em fevereiro de 1927, quando eu passava por Paris, vindo de Berlim, para embarcar em Bolonha, no vapor *Cabo Polônio*, em direção ao Brasil. Depois disso ainda me mandou duas cartas para o Rio. Passado o que, *un grand silence règna dans cette histoire*. Dado o tempo decorrido, tudo faz crer que ela já tenha há muito falecido.

Helena de Villeroy, dispondo de fortuna e tendo um belo apartamento, gostava de dar, de vez em quando, jantares e recepções às suas amigas, que iam geralmente acompanhadas de seus maridos. Tinha um grande círculo de relações, a maioria das quais na alta sociedade da Capital, muitas delas possuidoras de antigos títulos e nobiliarquia francesa. Tive o prazer de ir a um de seus jantares e a duas de suas grandes recepções, onde me foi dado identificar e me aproximar de pessoas que eu só conhecia de nome. através das colunas sociais do jornal *Le Figaro*. A memória nem sempre me ajuda. Mas posso citar algumas dessas senhoras que conheci no círculo de relações de Madame de Villeroy: a Duquesa Elisabeth de Clermont Tonnerre, por exemplo, cujas deliciosas *Memórias*, repartidas em três volumes, e publicadas em 1928, iria ter o prazer de ler pouco depois de minha chegada a Roma. Seu pai, falecido três anos antes, era o 11^o Duque de Gramont, que se casara três vezes sendo a Duquesa de Clermont Tonnerre, filha única do primeiro casamento do pai com a Princesa de Beauvau Craon. Conheci também em casa de Helena de Villeroy, a Duquesa de Doudeauville, nascida Princesa Radziwill; a Princesa Jacques de Broglie e a Condessa de Polignac. Mas dentre as muitas amigas ou conhecidas de M.^{me} de Villeroy, desejo destacar apenas uma, a qual me foi dado privar de perto não somente em Paris como depois em Genebra, e de

ser objeto de atenções que, na minha modéstia, talvez fossem imerecidas: Ana de Brancovan, Condessa de Noailles.

* * *

Filha da Princesa de Brancovan, Ana Bibesco tinha-se casado, em 1897, com o Conde de Noailles, um Capitão da cavalaria francesa. Rumena pelos Bibescos e pelos Brancovans, descendentes dos antigos Soberanos da Rumânia, Ana era de fato grega pela mãe e toda a escendência materna do pai. Mas nascera em Paris e se considerava francesa. Vivia nessa cidade, onde fizera toda a sua formação cultural e espiritual. Sua casa, ao nº 13 da Rua Scheffer, era ainda citada no meu tempo como um dos salões literários e artísticos mais afamados da capital francesa. Era onde recebia ou iam vê-la seus numerosos amigos e admiradores.

Sem querer tornar-se uma original, costumava receber, mesmo para jantar, estirada numa espécie de *chaise longue*, com os cabelos espalhados sobre os ombros. Dizia sempre que estava a morrer: chamava médicos, neurologistas e especialistas em moléstias do coração. Seu quarto parecia o de Marcel Proust, cheio de frascos de remédios, de caixas com pastilhas, de comprimidos, tudo exalando um cheiro de farmácia.

Com os seus eternos queixumes, não se sabia nunca como seria o seu dia, se ao cair da noite estaria ainda viva ou já estaria morta. Assim que era impossível contar com ela para um almoço ou um jantar. Se a convidavam, ficava-se sempre sem saber se viria ou não viria. Mas quando vinha, era exuberante de vivacidade e de espírito, falando sem cessar, ora num tom sério, ora a brincar, contando anedotas, fazendo rir ou dizendo coisas desconcertantes sobre seus amigos e admiradores, naquele tom de voz doce e arrastado, e que sabia ser um de seus encantos.

Tendo as melhores relações nos meios políticos e aristocráticos de Londres, divertia-se ponto à prova a serenidade e o conformismo dos ingleses. Muito amiga de Lorde Balfour, fazia-lhe longos discursos pondo em ridículo os pilares conservadores da Inglaterra. Um dia ela lhe disse:

– Vejamos, meu caro amigo (todos os políticos, em evidência em França como na Inglaterra, eram seus “caros amigos”), você que é um Tory com certo critério, proque não convence Lorde Lansdowne e seus colegas do Parlamento de que os Duques e os Pares ingleses são uns perfeitos e bem acabados idiotas?

Lansdowne era nesse tempo Ministro dos Negócios Estrangeiros. Aliás, tinha nas veias sangue francês, pois era neto do General de Flahaut, e bisneto de Talleyrand. Quanto a Lorde Balfour, no meu tempo de Londres já se tinha afastado da política. Nascido em 1848, andava beirando os 80 anos. Fora Primeiro Ministro, de 1902 a 1905, e Ministro de Estrangeiros, de 1916 a 1919. Figurara como tal quando da assinatura, na célebre Galeria dos Espelhos do Palácio de Versalhes, do tratado de paz com a Alemanha. Nessa ocasião, o primeiro delegado alemão, Conde Brockdorf Rantzau, respondeu a Clemenceau, Chefe do Governo Francês, sentado no seu lugar. Alguns dos presentes se mostraram revoltados contra a “insolência” do delegado alemão. Depois da cerimônia Harold Nicolson perguntou a Lorde Balfour se Rantzau devia ter-se levantado. Balfour respondeu: “Não sei”.

— Como não sabe, se o Sr. estava presente?

“Sim, disse ele, mas tenho como um dever não olhar nunca para um homem que se acha preso de um grande sofrimento mental. Era uma cortesia que fazia naquele momento, quando tudo parecia calculado para ofender e humilhar os vencidos”.

Era evidente que com essas palavras, Balfour queira referir-se a Clemenceau, que depois da vitória sobre os alemães, tudo fez para humilhar e desprestigiar a Alemanha.



Não sendo, fisicamente, uma mulher bonita, a Condessa de Noailles causava indiscutível sucesso e era bem acolhida onde quer que se achasse. Criatura fascinante, conquistava a todos por sua fina inteligência, sua vivacidade e a cultura do seu espírito. Para não falar na graça feminina da sua pequenina pessoa. Antes de tudo por seus grandes olhos, que, não sendo rigorosamente belos, tinham um poder de sedução quase irresistível. Eram uns olhos enormes, cheios de luz e de inteligência, ovais, em forma de amêndoas, de uma cor e uma luminosidade incomparáveis. Faziam lembrar os olhos da Condessa Armando de Polignac, que Elisabeth de Gramont dizia serem *plus grande*, que *œux de l'innocence*. Suas mãos eram pequeninas, e às narinas Maurice Barrès chamava de *imperiais*, por fazerem lembrar as de Bonaparte ao tempo do Consulado. Tocava violino e fazia versos, que ela mesma gostava de recitar. Tinha nos lábios e no olhar um sorriso que a todos conquistava.

Quando recebia, gostava de falar. Falava muito. Falava mesmo demais. Mas, como dizia coisas bonitas e agradáveis de se ouvir, até nisso ela encantava. Maurice Rostand, tão seu amigo quanto o fora seu pai Edmundo, dizia que era inimitável nela o tom, a virtuosidade, o extraordinário dom verbal de sua voz. E Elisabeth de Gramont contava que era admirável a volubilidade dos assuntos que tratava, o seu vocabulário e as *étourdissantes associations* de suas idéias.

Falava a propósito de nada, vale dizer, a propósito de tudo, de seus amigos e daqueles que não o eram, dos livros que se publicavam, das peças que se representavam nos teatros de Paris e de seus autores, de seus poemas, dos vestidos, dos mais variados fatos históricos, dos Ministros de Estado e dos Embaixadores, da política, — numa palavra de tudo que lhe vinha à cabeça. Como era muito instruída e sabia exprimir sua opinião, quando começava a falar nada a podia parar. E talvez, fosse este o traço marcante da sua personalidade. Porque há muita gente faladora, nas mais das vezes dizendo banalidades. Mas Ana de Noailles, sendo uma mulher inteligente, dotada de grande cultura, que conhecia em França e fora de França um infundável número de pessoas, que tinha espírito e um fundo irônico em muitas de suas apreciações, com uma máscara bonita e aqueles olhos simplesmente deslumbrantes, seu falar era diferente do falar de outras mulheres, como ela própria era diferente no seu modo de viver. Materialista, tinha um certo orgulho em se confessar livre pensadora, a ponto de dizer numa discussão com Cocteau que, se Deus existisse, ela seria certamente informada.

A vida que se levava em Paris nesses anos de vinte e poucos não era certamente a mesma que eu conhecera ali antes da primeira Grande Guerra. Paris não tinha a mesma *douceur de vivre* de 1910 e 1911, com os quarenta e poucos anos de paz que reina-

ra na Europa Ocidental entre a guerra franco-alemã de 1870 e o começo da guerra de 1914. Contudo e apesar de tudo, ainda se vivia ali muito bem, sem maiores problemas para quantos moravam ou iam simplesmente a passeio. Os preços eram ainda acessíveis. Não era difícil encontrar alojamentos nos hotéis. A situação política da França era mais ou menos estável. E as diversões não faltavam, fossem nos teatros, nas salas de concertos, nas conferências (dentre as quais cumpre citar as dos *Annales*, orientadas por Madame Brisson) e nas *boîtes* ou *cabarets* parisienses. O mais famoso e melhor freqüentado desses era o *Perroquet*, uma pequena sala num primeiro andar da Rua Blanche, onde se encontrava o que havia de melhor entre as colônias estrangeiras de Paris, sobretudo as brasileira e argentina. No capítulo das revistas, fazia então furor *Pas sur la bouche*, no *Nouveautés*, onde se cantava:

Un baiser, un baiser, un baiser!

– *Pas sur la bouche!*

Un baiser, un baiser, un baiser!

– *Ça me farouche!*

Mistinguette brilhava no *Casino de Paris*, na revista *Boujour, Paris*, e Maurice Chevalier, com Raquel Meller no *Palace* do Faubourg Montmante. Fazia furor *La Violette*, que Raquel Meller cantava todas as noites nesse teatro, com aquela sua inigualável graça de meridional.

* . . *

Indo repetidamente a Paris, nas minhas fugas de Londres, nas idas e vindas de Genebra (de 1926, data da nossa retirada da Liga das Nações), como ainda no decurso dos quatro anos em que residi em Roma, era natural que me aproveitasse de muitas dessas diversões, sem desprezar, bem entendido, os amigos e colegas que tinha ali. Os teatros, tanto quanto às peças que encenavam como pelo valor delas e dos autores dramáticos daquele tempo, atravessavam um dos mais destacados períodos da sua história. Ousaria até dizer que naquela época tinham um brilho como jamais teria igual.

Era o tempo em que brilhavam, na cena e nas letras francesas, entre muitos outros, Maurice Donnay, que na história do teatro francês fôra o primeiro a estabelecer a *découpage* das peças em quatro atos; Hebray Bernstein, cuja peça, *La Galerie des Glaces*, levada nessa época, em 1924, tinha um grande sucesso; Paul Claudel (que eu havia conhecido pessoalmente no Rio, como Ministro de França), com *L'Annonce faite à Marie*; Caillavet e Robert de Flers, associados no começo do século, nos dariam uma série de peças cheias de vida e de bom humor, que, apesar da morte de Caillavet em 1915, estavam ainda nos cartazes parisienses; Paul Bourget, embora Eça de Queiroz tenha dito que não passava de um revelador de segredos que todo o mundo sabia, num estilo que todo o mundo tinha, nos dava, entre muitos outros, um romance, *Le Disciple*, que, publicado em 1889, desfrutava ainda de grande sucesso; psicólogo de uma rara penetração, foi ele que iniciou a reação contra o naturalismo no romance francês; René Bazin, com *La Terre qui meurt*; André Gide, com sua fantasia humorística *Les Caves du Vatican*; Jean Richepin, o poeta de *Manasahib*; e Henry Bataille, que tendo morrido no ano anterior à minha chegada a Paris, tinha duas das suas peças, *Marche Nuptiale* e *La Veine*, levadas com grande êxito nos teatros parisienses.

Outro autor dramático, aliás também romancista que tinha muita voga nesse tempo, era Tristan Bernard, que iria morrer muito idoso em 1947. Sua peça de maior sucesso era *Triplepatte*, apesar de estreada havia mais de vinte e poucos anos. Bernard era conhecido por seus *mots d'esprit*. Um dia saía com um escritor seu amigo, e passando diante da casa onde havia uma placa dizendo que ali morrera Hysmans, o autor de *A Rebours*, perguntou a Bernard que placa ele achava poriam, depois da sua morte, na casa onde vivia. Bernard, que não tinha uma opinião lisongeira sobre a obra literária do amigo, respondeu: “Uma placa dizendo – *apartamento para alugar*.” Bernard era nascido em Besançon, na mesma rua onde nascera também Victor Hugo, em 1802, em cuja casa havia uma placa assinalando o fato. Perguntaram a Bernard se achava que poriam também uma placa na casa onde ele nascera. Respondeu: “Não precisa, já tem uma placa, a da proprietária da casa – *Companhia de Gás de Besançon*”. Um dia entrou num bar cheio de gente e procurava um lugar para sentar-se. *Vous n'avez pas de quois vous asseoir?* Perguntou-lhe uma mulher ali presente. *De quoi m'asseoir*, respondeu ele, *j'en suis largement pourvu, mais la difficulté présentement est de pouvoir en user*.

* * *

Henri de Régnier era outro autor que estava ainda em pleno sucesso. Poeta simbolista, usava de vez em quando umas calças de xadrez, então em moda. Encontrando certa vez um confrade, este lhe disse: *Oh, cher ami quel joli pantalon vous avez là; d'où vient-il?*

– Do tintureiro, respondeu Henri de Régnier.

Seu sucesso em Paris era em parte compartilhado pela mulher, que tinha o nome de Maria. Era colaboradora do *Figaro*. A princípio usava o pseudônimo de Titania, mas depois passou a chamar-se Gerard d'Houville, com o qual ficou conhecida em todo Paris. Era filha do grande poeta simbolista José Maria de Herédia. Este tinha três filhas, todas famosas por sua beleza. Outra filha se casara com o poeta Pierre Louys; e a mais velha, Helena, se havia casado com Maurice Maindron, arqueólogo e naturalista, que havia percorrido grande parte da Ásia. Tendo este morrido em 1911, Helena iria casar-se novamente com o crítico René Doumic, Secretário perpétuo da Academia Francesa.

Maria de Heredia era muito amiga de André de Fouquières, e os dois, por brincadeira, faziam por vezes versos. Um dia Maria rimou um pequeno poema, intitulado *L'amour a-t-il des ailes?*, que começava assim:

Dis-moi, l'amour a-t-il des ailes?

Demandait un jour Rose à son fiancé.

Mais oui, petite fleur éclore,

L'amour dans un cœur se repose,

Et puis s'envole dans un autre.

Ah, lui dit Rose en souriant,

Si l'amour a des ailes,

Le mien n'en a que pour s'enfuir

Des lieux où tu ne sera pas.

Querendo mostrar à sua amiga que também sabia fazer versos, Fouquères compôs para ela uns alexandrinos, que começavam assim:

*Efforce-toi, Gygès, de me voir toute nue,
C'est bien autrement beau qu'en toilette de rue...*

Outro autor que ainda representavam em Paris era Paul Adam, eleito príncipe dos poetas franceses. Sua principal peça, *La Force*, continuava nos cartazes. Eu o tinha conhecido pessoalmente, assim como a mulher, Jeanne Meyer, no Rio, hóspedes do Governo Brasileiro. Tinham ficado no Hotel dos Estrangeiros, à Praça José de Alencar considerado o melhor da cidade. Quando cheguei a Paris, em 1923, Paul Adam já tinha morrido havia três anos. Em sua casa de Paris costumava receber jornalistas, poetas, escritores, políticos, industriais, críticos de arte e toda a sorte de gente. Elisabeth de Gramont, lembrando-se das recepções do Duque de Doudeville, diria que a casa de Paul Adam era outra *usine à réception*.

Quem também já não mais existia era Paul Hervieu, morto em 1915. Grande amigo de Edmond Rostand (este falecido no ano do armistício, 1918), era ainda representado em Paris com *L'Enigme* et *Le Dédale*. A igual, aliás do seu amigo Rostand, cujas peças, *L'Aiglon* et *Cirano de Bergerac*, eu voltaria a ver no Teatro da Porte Saint-Martin.

* * *

Falei até agora nos autores dramáticos. Mas que dizer dos atores que interpretavam essas peças nos diversos teatros parisienses? O grande Lucien Guitry, que eu vira em cena tantas vezes, era ainda o maior comediante da sua época. Morto em 1925, seu filho Sacha nos deliciava com *Jacqueline* e sobretudo com *Mozart*, levada à cena no ano da morte do pai, tendo como parceiro aquela doce e sedutora figura de Yvonne Printemps. Havia *Le Bargy*, havia *Francen*, havia *Charles Boyer*, que iria desertar para o cinema, mas que em 1925 colhia grande sucesso em *La Galerie des Glaces*, no Teatro Ginásio. Havia *Monnet-Sully*, havia *Le Gallo*, que representava *Monsieur de 5 Heures*, no Palais Royal; *Echeparne*, que interpretava *Mon Vieux*, no Potinière; e *Victor Boucher*, que representava no Athenée em *Ces Nouveaux Messieurs*.

Entre as mulheres havia a grande Simone, que eu havia visto antes da primeira Grande Guerra no *Chantecler*, de Edmond Rostand. Para não falar da célebre Cécile Sorel, que iria ter uma vida longa, e que depois da morte de Simone passaria a ser a grande vedete do teatro francês. Durante muito tempo iria morar no Quai Voltaire, na casa que pertencera à Duquesa de Mazarin, entre *boiseries* antigas e *lambris* dourados — *qui convenaient si bien à son style*, no dizer de seu amigo André de Fouquères. Quando deixou essa casa, pensou instalar-se em Versalhes, próprio, aliás à personagem de Célímène, que ela tão bem encarnava. Mas acabou por ficar mesmo em Paris. Instalou-se então num apartamento no *Rond-point* dos Campos Elísios, mandando forrar as paredes com folhas de ouro e com espelhos, e onde se podiam admirar um torso em mármore, belo exemplar do período helenístico, e um baixo-relevo descoberto em Roma. Era um ambiente faustoso, bem no seu gosto de riquezas e de coisas bonitas, que

chamava a atenção dos numerosos amigos e admiradores de sua arte, para não dizer também das suas extravagâncias.

Contavam ainda nesse tempo, entre as principais artistas de Paris, Gabrielle Dorziat, Yvonne de Bray, Huguette Duflos e Gaby Morlay (que teve um romance de amor com o Rei Dom Manuel de Portugal, antes de ele ser destronado). Para não falar também de Alice Cocea, um perfeito *biscuit* de Sèvres pela delicadeza e beleza dos traços, que ao lado de Margueritte Moreno, dava ao teatro francês desses anos de vinte e poucos, uma atração que jamais teria igual.

Simone fora casada com Charles Le Bargy, do qual iria separar-se para novamente se casar com Claude Perier, filho do antigo Presidente da República e morto nas trincheiras em 1915. Le Bargy era muito amigo da família de Edmond Rostand, que por vezes o hospedara em sua casa dos Pirineus. Maurice Rostand recordava sua impertinência, sua elegância, a variedade de suas gravatas; mas também a sua avareza, inclusive nas gorjetas que dava aos empregados das casas que freqüentava. Um dia, em Paris, ele convidara Rostand para almoçar, e quando este esperava ter um almoço que valesse a pena, Le Bargy o levou a um dos muitos restaurantes Duval, onde se comia, naquele tempo, por menos de dois francos.

* * *

Se o teatro francês atravessava uma das suas mais brilhantes épocas nos dez primeiros anos em que eu era 2^o Secretário de Embaixada, em Londres, em Genebra, em Berlim e em Roma (de 1922 a 1932), no campo propriamente literário a França não ficava atrás. É verdade que já não viviam Catule Mendès, Ludovic Halevy, Victorien Sardou e Gaston Boissier, o delicioso contador da vida dos romanos, todos mortos, em 1908; como também já não mais existia Jules Claretie, que fôra longos anos Administrador da Comédia Francesa, falecido em 1913. E se Marcel Proust iria extinguir-se em 1922 e Pierre Loti em 1923, estavam ainda vivos François Mauriac e Anatole France, que eu havia conhecido quando passara pelo Rio de Janeiro, em 1909.

Viviam também em Paris nesses anos de vinte e tantos, Henri Bergson, François Carco, Maeterlink, que embora nascido na Bélgica se tornara, por assim dizer, um escritor francês; era casado com Georgette Leblanc, que o chamava de *Momo*. Como vivia igualmente Frédéric Masson, que derrotado em 1901 por Edmond Rostand na eleição para a Academia Francesa, seria depois um dos quarenta; vivia também André Maurois, que eu iria conhecer pessoalmente no Rio de Janeiro em 1939, bem como a mulher, filha de Madame de Caillavet, grande amiga de Anatole France. Conheci o casal quando foi visitar-me no meu gabinete do Itamaraty. Eu era então chefe da Divisão Política e Cultural.

* * *

Muitos desses escritores eu já conhecia de vista ou pessoalmente desde a minha primeira estada em Paris, nos anos de 1910 e 1911. Naquele tempo costumava assistir às recepções dos novos membros da Academia Francesa, não me sendo assim difícil

identificá-los. E, como colecionasse autógrafos, mais de uma vez aproximei-me de um ou de outro, com um papel na mão, pedindo-lhes que me escrevessem umas palavras ou a simples assinatura, a que muitos deles acediam muito amavelmente. E, daqueles que ainda viviam nos anos de vinte e tantos, ainda lembro de Henri Bataille, de Paul Heriveu, de Pierre Loti e de outros. Paul Valéry eu conheci quando da sua posse na Academia Francesa, em 1926. Por sinal que perdi muito do que ele disse no seu discurso de recepção, não só por estar colocado longe do novo acadêmico, como porque tinha uma voz que Elisabeth de Gramont chamava espiritualmente de “mata-borrão”, por absorver grande parte das palavras.

Outro escritor francês que conheci pessoalmente antes da primeira Grande Guerra, foi Maurice Barrès, mas que iria morrer meses depois da minha chegada a Paris, em 1923. Loreno, fizera, anos seguidos, com Paul Deroulède, uma tenaz campanha pela recuperação da Alsácia-Lorena, que a França havia perdido com a derrota de 1870, na guerra franco-prussiana, mas que voltaria a ser incorporada ao seu território com a paz de Versalhes, de 1918. Barrès era um tipo esquisito. Esquisito por suas maneiras e modo de viver. Tendo muitos amigos e outros tantos admiradores, não tratava nenhum deles por *tu*, como o geral dos franceses. “Porque, perguntou ele uma vez a Emile Blanche, tantos homens se tratam por *tu*? Renan e Berthelot, apesar de amigos, se tratavam por *Monsieurs*”. Costumava fazer grandes caminhadas pelo Bosque de Boulogne, muitas vezes acompanhado por Roberto de Montesquiou, cujo dandismo não combinava em nada com a simplicidade de Barrès. “Ele me diz coisas gentis, coisas *cocases*”, dizia Barrès.

Certa vez, tendo estado alguns dias doente, a primeira saída, ainda convalescente, foi, como de costume, para dar seu passeio no Bosque de Bolonha, onde passou quase toda a manhã.

– Mas nesse dia, meu amigo – dizia-lhe Madame de Caillavet, – choveu toda a manhã, e a água não deixou de cair. Que fez você ali durante todo esse tempo?

– Nada – respondeu Barrès – deixei-me ficar sentado num banco.

– Que imprudência! – disse ela.

De outra vez, convidado para jantar em casa da Condessa de Montesquiou, esta teve de colocá-lo, por força do protocolo, quase no fim da mesa. “Será que servirão todos os pratos até onde vou ser colocado?”, indagou ele à dona da casa. Nessa mesma noite chamou sua atenção o retrato de um personagem pendurado numa das paredes do salão. Um personagem que ele não conhecia. Perguntou à Condessa de Montesquiou:

– De quem é esse retrato?

– De Henrique IV – disse ela.

E Barrès:

– Realmente? Não o teria reconhecido.

– Bem, não é do Rei, mas de Henrique IV de La Rochefoucaud.

Era porque os La Rochefoucauds, tendo quase todos o nome de Henrique, eram conhecidos pelos seus nomes, mas acrescidos do número que tinha cada um. O mesmo que se dava na Alemanha com os Reuss, quase todos também com os mesmos nomes de Heinrich. Um deles, não me lembro se o 4º ou o 5º, eu iria conhecer pessoalmente, em 1926, quando da minha primeira estada em Berlim.

* * *

Não sei se ainda hoje continua a haver em Paris os chamados salões literários, pelo menos como os havia no século passado e no começo deste século. No fim do século passado um desses salões era o do poeta Leconte de Lisle, no boulevard Saint-Michel, num prédio dependente do Senado, nas proximidades do Jardim do Luxemburgo. Porque sendo Leconte de Lisle segundo adjunto do bibliotecário do Senado (Anatole France era o primeiro adjunto), o apartamento por ele ocupado era-lhe cedido de graça. Frequentavam-no geralmente aos sábados à noite, além de José Maria de Herédia, com as três filhas, Henri de Régnier e Pierre Louys, que iriam tornar-se seus genros, Henri Houssaye, Rosemonde Gérard, com seu futuro marido Edmond Rostand; Edmond Haraucourt e Maurice Barrès e duas poetisas rumenas, Helena Vacaresco (que eu mesmo iria conhecer na Liga das Nações, em Genebra), grande amiga da então Rainha da Romênia, literata como ela, que tinha o nome literário de Carmen Silva; e Ana, Princesa de Brancovan, ainda muito jovem, e mais tarde conhecida como Condessa de Noailles, da qual já falei páginas atrás.

Edmond Haraucourt nos deixou, no seu livro de *Memórias*, a descrição desse pequeno grupo literário, que se reunia todos os sábados em casa de Leconte de Lisle. “Imagine, disse este um dia a Haraucourt, que eu tive, ontem de manhã, a visita de um singular rapaz, acabado de sair do Liceu de Nancy. Disse-me que se destina à carreira das Letras, que é cheio de talento, que vem a Paris para conquistá-la; e que, descendo do trem, sua primeira visita seria para mim. Você o verá sábado. Eu o convidei”.

Por sua vez conta Haraucourt: “No sábado seguinte, vimos com efeito aparecer esse Lorenzo *mâtiné*, d’Auvergnat, magro e moreno como um *cadet de Gascogne*, cheio de paradoxos e nada intimidado. Uma mecha de cabelos pretos lhe caía sobre a sobrancelha direita, e todos os cinco minutos ele a punha em seu lugar. Atacamos uma discussão que nos interessava, e cerca de meia-noite ele me levava à minha casa, 34 Rua Gay-Lussac, de onde eu o reconduzia até o Châtelet, de onde ele novamente me levava à minha casa. Às duas horas da manhã, Barrès decidiu tomar um fiacre, para subir a Montmartre, onde ele morava”. E o curioso é que no fim dessa madrugada os dois rapazes ficaram amigos íntimos. Por vezes, os dois, à força de discussões, se injuriavam. Mas acabavam sempre bons amigos. *Nous ne lui avons jamais conny de maîtresse*, dizia Haraucourt, *mais en revanche il courtoisait celles des amis, qu’ill trouvait d’abord plus facile. Il en profitait et ne s’en cachait pas*.

Na noite em que morreu Victor Hugo, e Haraucourt foi velar o corpo colocado sob o Arco do Triunfo da Estrela, Barrès pediu ao amigo que lhe confiasse a chave do seu apartamento, a fim de receber, em seu lugar, uma amável *petite voisine*, que lhe prometera fazer uma visita. No dia seguinte ele pedia a Haraucourt que lhe desse o relato de tudo o que se passara nos funerais do poeta, e com o qual iria redigir um artigo para o *Figaro* que seria para Barrès um triunfo jornalístico. De outra vez ele pedia a Barrès para velar por sua amante nos dois meses de férias que iria passar fora de Paris com a família. “Vele bem sobre ela, disse-lhe, *elle est si légère!*” Barrès velou naturalmente por ela todas as noites em que o amigo esteve ausente, e pode-se bem saber de que maneira. Quando Haraucourt voltou e soube do que se passara, ficou furioso

e quis matar o traidor. Desafiou-o para um duelo à morte, e não foi sem custo que os amigos de ambos o dissuadiram disso. “Um duelo entre dois amigos por causa de uma *poupée Montmartroise*? Perfeitamente ridículo!”, disseram.

* * *

Mas minhas andanças em Paris, nessa década de 1922 a 1932, não se limitavam às peças de teatro. Vez por outra ia também a um concerto, a uma conferência ou assistir a um bailado. O grande Nijinski eu o havia visto dançar *L'après-midi d'un Faune* na minha primeira estada em Paris, antes da primeira Grande Guerra, com a célebre bailarina Karsávina. Fora ao tempo dos famosos bailados russos, lançados por Sérgio de Diaghilew, quando a Rússia estava em plena moda em França, com a visita a Paris do Tsar Nicolau II. Eram bailados, eram concertos, era música russa por toda a parte. Na Ópera representava-se *Boris Godounow*, com Chaliapine. Tocava-se o poema lírico *Sheherazade*, de Rimski-Korsakow. Dançava-se o bailado *Petrouchka*, de Stravinsky. As grandes orquestras tocavam Tchaikowsky, tocavam Noussorgsky.

Nijinski, triunfava com os seus prodigiosos saltos, dando a ilusão de estar mais à vontade no ar do que no chão do palco. A duração de seus saltos era tal que nenhum outro grande bailarino conseguiria dar iguais. Platéias inteiras se levantavam para o aplaudir. Mas a sua glória durou pouco. Em 1918 ele iria aparecer em Nova Iorque pela última vez na cena. Já não era mais o mesmo de antes, e tudo fazia crer que estivesse próximo do fim. Assim que entrando no palco meio cambaleante, diria para o público: “Vou dançar a minha morte”. E ao dar um dos seus saltos, caiu redondamente no chão. Foi de fato o fim. Atacado pouco depois de uma demência cerebral e recolhido a um sanatório, teve longos anos de sofrimento até chegar o seu último dia de vida.

Mas se não vi mais dançar Nijinski, em compensação iria ver, mais de uma vez, em Paris, a grande dançarina espanhola Antónia Mercê Argentina — mais conhecida por *La Argentina*. Em Paris fui vê-la dançar no palco do Olimpiá, com o crepitar das castanholas, o bater dos saltos no solo, os envoltimentos das saias, o que tudo fazia dela, nesse tempo, com a beleza do rosto e as linhas harmoniosas do corpo, a primeira dançarina na Europa nessa espécie de danças. E não creio que depois dela tenha aparecido outra que a igualasse. Gozando de uma fama que nenhuma outra jamais alcançou, também nenhuma foi tão simples, tão despida de vaidade e cheia de sensibilidade. Firmado o seu sucesso no palco do Olimpiá, ela passaria a dançar no Trianon-Lyrique, para terminar sua carreira (e a vida) na Ópera-Comique. Iria morrer em plena glória em julho de 1936, sendo enterrada no pequeno cemitério de Neuilly. Eu servia então na Embaixada do Brasil em Berlim.

* * *

No que se refere a concertos, não quero deixar de falar do que assisti na Sala Erard, a 15 de novembro de 1924, em benefício de Maria do Carmo Monteiro da Silva (a Carminha), primeiro prêmio do Conservatório de Paris, que se casaria mais tarde

com o tenor Cândido Botelho, sacrificando um grande talento musical que apenas desabrochava. Na mesma sala, a 23 de março do ano seguinte, ia ouvir os cinco concertos de Saint-Saens, cabendo a Maria Antônia Castro interpretar magistralmente o 4º concerto, sob os aplausos de uma sala entusiasta e consciente. Já dias antes, a 15 desse mês, eu a tinha ouvido tocar com o mesmo sucesso de sempre na Sala dos Agricultores, e pouco menos de um ano antes, a 23 de maio de 1924, tínhamos festejado em casa de seus pais, à Rua de Prony, o primeiro prêmio que ela tirara, com Maria do Carmo, no Conservatório de Paris. Tocara então ao piano sob o olhar benévolo e satisfeito de seu professor, o grande mestre J. Philipp.

Ela era então uma menina. Não tinha mais de 13 anos de idade. Mas já era muito senhora de si, pela precocidade do raciocínio, por seu bom-senso e a concepção de suas responsabilidades de artista. Sobre todos esses sentimentos prevalecia uma grande bondade de coração, um desejo de fazer o bem, e de criar, como criava, em torno de si, um ambiente de acolhimento e de compreensão. O sentimento musical era nela como uma segunda natureza, e estaria destinada, sem dúvida, a ser uma grande e insuperável artista, superior talvez a Guiomar Novais, se o destino não lhe tivesse tirado a vida em plena mocidade. Iria falecer na Suíça, vítima de uma traiçoeira tuberculose. Quem ainda se lembra dela é Marie Antoinette Levêqqe, uma francesa que eu conheci nesse tempo em Paris, que tirou igualmente um primeiro prêmio no Conservatório dessa cidade com as duas brasileiras acima citadas. Era também aluna de J. Philipp. Muitos anos depois eu iria reencontrar Marie Antoinette Levêque em Lisboa, casada com o famoso maestro Pedro de Freitas Branco, que a conheceu em Paris e onde se casaram. Freitas Branco era tio do atual Diretor do Teatro São Carlos. Morreu em Lisboa há poucos anos, mas sua viúva ainda vive e, Deus louvado!, está aqui sempre ativa e bem disposta. Mas já desde muito, que eu saiba, não toca mais piano.

* * *

O pai de Maria Antônia, Vital Ramos de Castro, era conhecido no Rio de Janeiro como *Rei do Cinema*, pelo grande número de cinemas que tinha.

Passava uma parte do ano em Paris, onde possuía casa própria e era um grande amador de corridas de cavalos. Conhecia como ninguém os *craks* favoritos, e jogando neles grandes somas, não lhe era difícil ganhar dinheiro. Era um homem simples e bonachão, bom coração e amigo dos seus amigos. A fortuna considerável que acumulara, tornando-o um novo rico, não lhe tirara suas primitivas qualidades. Começara a trabalhar no campo, de enxada na mão, em São Paulo, a soldo de um fazendeiro. E, graças ao seu esforço, à sua tenacidade e vontade de vencer, fôra sempre para diante. E quando, juntando um pouco de dinheiro, foi para o Rio de Janeiro e se meteu em negócios de cinema, enriqueceu rapidamente.

Ficara independente com um pequeno cinema de terceira classe à rua Marechal Floriano, penso que na esquina da Avenida Passos, crismado pelo povo de "Cinema Poeira" por causa de suas precárias condições. Como fosse proibido naquele tempo, en-

trar nos cinemas sem paletó, Vital teve a idéia genial de emprestar paletós leves de algodão aos humildes freqüentadores do seu cinema, que recebiam ao comprar os bilhetes de entrada, e devolviam ao sair. Nada mais simples. Mas o bastante para Vital acumular uma pequena fortuna, que, à proporção que ia instalando outros cinemas, crescia rapidamente.

Conheci-o em Paris através do meu velho amigo Elpídio Pereira, Auxiliar do Consulado-Geral do Brasil. Elpídio era íntimo e muito estimado pela família de Vital. Este às vezes me convidava para almoçar ou jantar em sua casa da Rua de Prony, onde vivia com a mulher, Dona Nhanhan e seus quatro filhos, sendo Maria Antônia a única mulher. Depois que deixei Londres e espasei minhas idas a Paris, fui me afastando da casa de Vital. E hoje, depois de tantos anos decorridos, não sei mais daquela gente, a não ser um dos filhos de Vital, Ari de Castro, cujo nome aparece entre os assíduos freqüentadores do chamado *Cafê Society* do Rio.

Elpídio Pereira, compositor de talento, mas constantemente em férias líricas, era o fiel companheiro de Vital de Castro nas corridas de cavalos. Apenas Vital era rico e ganhava quase sempre, e Elpídio era pobre e perdia quase sempre. Cada um tem a sua sorte e é inútil estar querendo contrariar a vontade do destino. Elpídio era muito querido entre os brasileiros de Paris, aliás de todo merecido, porque era a bondade personificada. Alguns o chamavam o “Calabar”, por ser autor de uma ópera com esse nome, na qual procurava reabilitar a figura do guerreiro que combatera em Pernambuco ao lado dos holandeses. A tese não era nova. Podia ser defendida com sucesso, se se aceitasse a conquista holandesa de Pernambuco como um benefício para o Brasil, o que restava a provar. Mas, se ele nunca conseguiu levar essa sua ópera em cena, sempre obteve que a Gaité Lyrique de Paris representasse em 1926 um dos seus bailados, *Yan y Nadine*, que teve um relativo sucesso, pois foi levado nessa ocasião setenta e seis vezes seguidas. Quanto a *Calabar*, o mais que conseguiu foi apresentar passagens da respectiva partitura na sala de concertos do Hotel Majestic, com o concurso da brasileira Maria do Carmo (a Carminha) e três artistas da Ópera Cômica.

Elpídio vivia desde muito em Paris, e quase podia ser tido como um velho parisiense. Aluno laureado do Conservatório de Música do Pará, fora mandado completar seus estudos em Paris com uma subvenção que obtivera do intendente Antônio Lemos. Suprimida essa mais tarde, por questão de economia para os cofres da Intendência da cidade de Belém, obteve o lugar de Auxiliar do Consulado-Geral. E passou a integrar o grupo daqueles brasileiros que se tornaram crônicos em Paris, para os quais não havia guerra ou revolução que os tirasse das calçadas dos *boulevards*, com o Shaw, por algum tempo correspondente do *Correio da Manhã*, do Rio; como Severiano de Rezende, ex-padre, poeta nas horas vagas, tipo completo do boêmio, que era visto todas as noites sorvendo o seu absinto no *Cafê de Versailles* ou na *Coupole* de Montparnasse. Era um tipo estranho, esse Severiano de Rezende. Nessa época, tinha já publicado, em 1920, um pequeno livro de poemas, intitulado *Mistérios*, editado em Lisboa, mas que passara desapercibido tanto em Portugal como no Brasil. Antes havia cursado o Seminário de Mariana, onde se ordenara padre em 1887. Nessa ocasião redigira um pequeno jornal, *Dom Viçoso*, espécie de panfleto anti-republicano, provocando uma reação que ele por certo não esperava. Chegaram até a fazer explodir uma bomba em frente de sua resi-

dência. Inconformado, julgando-se traído, abandonou a batina, e pouco depois se expatriava, indo morar em Paris, numa vida irregular, cheia de privações e de misérias. Para ter um ganha-pão, escreveu certa vez uma série de artigos sobre literatura brasileira, publicados na revista *Mercure de France*. Casado com uma francesa, andava pelas ruas de Montparnasse com um crucifixo pendurado ao pescoço. Iria morrer em Paris em 1931.

Outros dois brasileiros que eu encontrava à noite em Montparnasse eram os jovens Di Cavalcanti e Heitor Vila Lobos. O primeiro estudava desenho e o segundo música. Ambos abriram o seu caminho. Vila Lobos alcançou a notoriedade ainda em vida, tendo morrido em 1959. Di Cavalcanti ainda brilha com o seu talento e a beleza de sua obra.

* * *

Elpídio residia em Paris num apartamento da rua Lauriston 129. Ali nos reuníamos, de vez em quando, para as partidas de pôquer com seus amigos Berthelot e Fin, e as respectivas mulheres. Fin nem sempre estava em Paris. Ocupava-se, creio, de negócios de automóveis e viajava constantemente. Em compensação deixava-nos a mulher, que não tendo a beleza de Madame Berthelot, ganhava-lhe a palma em inteligência e na arte de agradar. Era muito minha amiga e por vezes saíamos a jantar ou dançar em qualquer parte. Tínhamos também ali a companhia de Magalhães Tavares, então Cônsul Adjunto do Brasil em Paris. Tinha o apelido de Biju, que os pais lhe deram ao nascer e ele carregou a vida inteira. Apelido que para um Cônsul, era perfeitamente ridículo. Era casado com uma irmã do meu colega Américo Galvão Bueno. Nelson Rodrigues dizia que o brasileiro não vivia sem diminutivos, afirmação em parte verdadeira, e todo filho que nasce e recebe o nome do pai, fica sendo *inho* – Joaquinzinho, Oscarzinho, carregando-o pela vida inteira. Foi pensando nisso que não dei aos meus dois filhos o meu nome, nem nenhum dos meus recentes antepassados.

A propósito de apelidos, cabe dizer que alguns brasileiros tinham e têm a péssima idéia de dar aos filhos os mais extravagantes nome, inclusive de homens célebres estrangeiros que, mais tarde, quando eles se tornam crescidos, os põem em situações ridículas, e por vezes até o envergonham. No Colégio Alfredo Gomes, onde fiz meus estudos de liceu, tinha dois colegas pernambucanos que se chamavam, o mais velho Carnot, e o mais moço Lamartine, ambos Pessoa de Melo. Tinha dois outros irmãos que se chamavam Franklin e Nelson de Almeida. No Corpo Diplomático temos um Mozart e um Wagner; temos um Napoleão e um Lafayette. E fora da diplomacia temos Washington, Lincoln, Gladstone, Thiers, Mirabeau, etc.

Tivemos um Adido Militar em Paris, um General que se chamava Napoleão – Napoleão Aché. Certa vez, numa recepção no Palácio do Eliseu, dada ao Corpo Diplomático estrangeiro pelo Presidente da República Francesa, o empregado que estava à porta, à entrada do salão onde se encontravam os convidados, ao anunciar a chegada destes, ia declinando-lhes os nomes. Assim, quando chegou o nosso Adido Militar, exclamou. *Le Général Napoléon...* A esse nome, todo mundo ali presente virou-se para a porta de entrada, para ver quem era esse General Napoleão. ...*Napoléon Aché!* concluiu o empregado. Foi uma risada geral de todos os presentes! Porque Aché, que se

escreve em francês com H, *Haché*, significa mastigado. Assim que o nosso Adido Militar era para os presentes um Napoleão Mastigado. Um General com esse nome, para um Governo que tivesse um mínimo de bom senso, não devia jamais ser mandado para a França fosse qual fosse o pretexto.

* * *

Nesse tempo eu jogava freqüentemente o bridge. Sem me ter na conta de grande jogador, podia sentar-me nas mesas consideradas de 1^a classe. Nas rodas brasileiras de Paris jogava-se muito o bridge. Jogava-se em casa de João Lopes, que era nosso Cônsul Geral ali. Fazia pouco fora removido de Genebra, onde eu o conhecera. Residia num belo apartamento em La Muette, arrumado com muito gosto, cheio de coisas bonitas, o que traduzia os excelentes dotes da dona de casa, Dona Laura, sua mulher, a melhor das amigas, também uma legítima representante de todas as qualidades da mulher brasileira. Era neta do Visconde de Mauá e irmã da Sra. Franklin Sampaio (Pequetita), uma das *leaders* da sociedade do Rio, cuja beleza, elegância de maneiras e todo o ar de grande dama faziam lembrar a Rainha Dona Amélia de Portugal.

Jogava-se em casa de Luís de Magalhães Tavares, o nosso Biju, um grande coração, *enfant gaté* do sexo então chamado frágil (hoje isso não diria nada), que tinha nele, quero dizer, em seus traços físicos, na sua elegância discreta, em todo o seu jeito, o tipo ideal do que as francesas chamam *un homme à femmes*. Sob esse sentido, fazia uma excelente dupla com Jaime Brito, que sendo Cônsul no Havre morava todo o ano em Paris, no n^o 4 da Avenida Afonso XIII. A mulher de Biju não jogava. Mas em compensação preparava-nos a melhor cozinha brasileira de Paris.

Jogava-se também em casa de Lourival Souto um médico do Rio de Janeiro que vivia nesse tempo em Paris, onde acabou fixando residência num apartamento da Rua St. Senoch. O casal não tinha filhos. Sua mulher era da família Juca Rocha, do Rio, e irmã de Carlitos Rocha, 100% Botafogo Foot-Ball Club. Para os íntimos ela era a “Rolinha”, um apelido que lhe ia, como se diz, como uma luva, pelo seu ar de timidez, por sua meiguice, a doçura de suas maneiras. Era muito bonita, uma beleza talvez um pouco morta, mas de traços impecáveis. Bem mais moça do que o marido, este era, como dizem os espanhóis, *mui celoso*. Era um original, ou se fazia de original. Morreu em Paris, brigado com um dos cunhados, a quem deixou, por testamento, como única lembrança um fio de seus cabelos. É verdade que os tinha em abundância. Sim, porque maior ironia seria um legado desses se ele fosse careca...

Jogava-se ainda em casa de João Fonseca Hermes, que servia então, provisoriamente, como 1^o Secretário na Embaixada em Paris e seria depois meu colega na Embaixada junto à Santa Sé, em Roma. Morava com a mulher, que era para nós a Fernanda, uma francesa de quem todo bem que se possa dizer será pouco, num amor de apartamento, no n^o 95 da Avenida de Villiers. Eram ambos jogadores de 1^a classe. João era possivelmente o melhor jogador da carreira, emparelhando nisso com Luís de Lima e Silva. Não seria exagero dizer que eram esses dois últimos de fama internacional, pelo menos entre os membros do Corpo Diplomático estrangeiro.

Sim, jogava-se também em casa de Adita Murtinho, a nossa excelente, sempre jovial e exuberante Adita, que se instalara num apartamento do nº 7 da Rua Henri Martin, enquanto o marido, Nhonhõ Murtinho, residia em Viena como 1º Secretário. Felipe de Oliveira era então um dos parceiros habituais em casa dela, e seria difícil dizer se ele manejava as cartas de bridge com menos maestria do que sua pena de poeta. Iria morrer em França num desastre de automóvel. Em casa de Murtinho conheci seu filho, Vlademir, então com 3 anos de idade. É hoje o nosso Embaixador na Índia. Jogava-se em casa de Otávio Tarquínio de Sousa, que fazia uma larga temporada em Paris. Morava no nº 72 da Rua Cardinet, um sítio quase bucólico nas imediações da Avenida de Clichy. Ainda não era o historiador consumado que veio a ser depois. Mas era já o homem culto e inteligente, que seduzia pela vivacidade do espírito, manejando a ironia com a prontidão de um esgrimista e possuidor de recursos inesgotáveis de argumentos quando queria defender uma causa, mesmo perdida ou sabidamente indefensável.

Sua mulher, Maria, que seria depois minha amiga, era filha de João Luís Alves, Ministro da Justiça. Ela iria separar-se de Otávio Tarquínio e casar-se com meu colega de Londres, Carlos Martins. A beleza de seus olhos negros, cintilantes, inteligentes, era o reflexo de seus pensamentos, de sua cultura, e de tudo que fazia dela uma mulher privilegiada. Casando-se com Carlos Martins e nos entreatos da vida diplomática, Maria se tornaria uma escultora, e suas obras ultra modernas obteriam um renome internacional

Aliás, nesse tempo, quero dizer, no fim da estada em Paris de Otávio Tarquínio, ela já estava separada do marido. Vivia num hotel. E nas vezes que Martins vinha a Paris, não se esquecia de levar-lhe flores. Um dia aconteceu-lhe o que não esperava. Subia a Avenida Wagram com suas flores, quando encontrou casualmente com Carlinhos Ouro Preto.

Onde vai você com essas flores? — perguntou-lhe este.

Não podendo confessar a verdade, surpreendido com o encontro, não teve outra saída senão esta:

Bem, é o pagamento de uma promessa. Vou levar estas flores ao Arco do Triunfo, para depositá-las no túmulo do soldado desconhecido.

— Eu o acompanho então até lá.

E o soldado desconhecido passou a ter naquele dia novas flores.

Por falar no soldado desconhecido, vem-me à lembrança o que se passou nessa época em Paris com Renado Almeida, que se ocupava do serviço de imprensa do Itamaraty. Arranjando uma comissão para vir à Europa, apareceu em Paris. E como vinha em viagem oficial, o Governo Francês o recebeu também oficialmente, muito embora fosse para todos os franceses, um “ilustre desconhecido”. Renato entendeu de ir depositar umas flores no túmulo do soldado desconhecido. Ao saber disso, inventaram na Embaixada do Brasil esta pilhéria: Renato abaixando-se rente ao túmulo, para colocar as flores que levava, quando ouviu o soldado desconhecido dizer-lhe em voz baixa — “Se me disseres quem tu és, eu te direi quem eu sou”.

Em casa de Carlinhos Ouro Preto, primeiro à Rua Belloni, depois na Avenida Afonso XIII, jogava-se também o bridge, o pôquer, o cun-can-play, penso que a belote e até o burro em pé. E, para dizer como o outro, só não se jogava ali pedra em Santo, o que, além de ser uma profanação, não ia bem em casa de um Conde da Santa Sé. Não Conde de Afonso Celso, título do pai, mas de Ouro Preto, que o Vaticano lhe concedera para perpetuar o nome do avô, incorporado hoje à História do Brasil. Apesar de pertencer a uma família tradicionalmente monarquista e de sentimentos católicos nunca desmentidos, Carlinhos era a pessoa que menos se preocupava com títulos. E seus amigos nem sequer se lembrariam dele se não estivesse ali a Marta a dizer *Monsieur le Comte* toda vez que se referia ao patrão. Essa Marta era um modelo de empregada, uma alsaciana, que era tudo naquela casa: porteira quando nos abria a porta, arrumadeira, copeira, quando necessário, cozinheira, e antes de tudo ama-seca do Bubú, menino então de uns dez anos e terceiro na família na ordem da sucessão hereditária do título de Conde, circunstância de que ele talvez nunca se tenha dado conta, como o pai, mas que era para a Marta, quase um padrão de glória. Imagine, governanta de um Conde!

A casa de Carlinhos era em Paris o quartel-general dos brasileiros, ou de quantos, estando na Europa, iam a Paris. Centro da colônia e quase a casa de todos nós, diplomatas residentes na Europa, em nossas fugas rápidas ou prolongadas na capital francesa. Muitos iam a Paris clandestinamente, por um ou dois dias, às vezes por uma semana ou quinze dias, quando não por todo um mês. Evitavam aparecer na Embaixada da Avenida Montaigne ou nos lugares mais freqüentados. Mas era certo que iam parar em casa de Carlinhos. Para quem os quisesse surpreender, era ali a melhor ratoeira para apanhar esses camundongos. Sousa Dantas era nesse tempo solteiro. Solteiro também Leão Veloso, Conselheiro da Embaixada. Carlos Taylor, 1.º Secretário, viúvo. João Rui Barbosa e Caio de Melo Franco, solteiros. Iriam casar-se depois. Caio vivia com a tia Antonieta na Rua Bassano e João Rui na Rua Teodoro de Bainville, 21. Nenhum desses tinha, portanto, em Paris um lar, propriamente dito. Era, pois, para a casa de Carlinhos que todos se dirigiam, na certeza de que se tinha ali o acolhimento brasileiro que aspiravam para diminuir a nostalgia da terra, com abraços efusivos, boas gargalhadas, discussões intermináveis, e, na mesa, à hora do almoço, feijão preto e farinha de mandioca. O tédio naquela casa era uma planta que não brotava. A alegria exuberante e desordenada de Carlinhos era capaz de abalar até um frade de pedra. E Silvia, sua mulher, tendo o monopólio da bondade, desarmava a todos com sua grande simpatia. Uma palavra sua, que numa outra mulher seria banalmente amável, traía logo nela o que havia de humano e de compreensível no seu generoso coração. O casal só tinha um filho esse *Bubú* que entraria também na carreira diplomática. Nomeado, em 1937, Cônsul de 3.ª classe, iria ser, anos mais tarde, Embaixador em Lisboa. No Itamaraty eu seria o seu primeiro chefe na antiga Divisão Política. Hoje *Bubu* (apelido que o acompanhou toda a vida), é nosso Embaixador em Caracas.

* * *

Os jogos de cartas, em casa de Carlinhos, eram sempre divertidos, com a alegria contagiante do dono da casa. “Ontem à noite, mandava-me dizer para Londres Elpídio

Pereira, em novembro de 1924, jogávamos o pôquer em casa do Carlinhos, primeiro numa mesa comigo, Carlinhos, Jaime Brito e Caio de Melo Franco, até uma hora da manhã; depois numa outra, com um hóspede de Carlinhos em lugar do Caio – Paulo Guimarães. Estava com muita sorte, ganhando em ambas as mesas. E se não fosse a minha complacência com os infelizes – Caio, Paulo e Carlinhos, teria ganhado muito mais”.

Jogava-se também em casa de Ciro de Freitas Vale, então jovem 2.º Secretário, como será, no futuro, jovem 1.º Secretário, jovem Ministro e jovem Embaixador. Conheci-o de perto nessa ocasião. Mas só mais tarde, numa convivência mais chegada e em circunstâncias diferentes, é que iria ver quanto havia, atrás daquele exterior irreverente, de uma franqueza por vezes desabusada, de ponderação e de equilíbrio. No correr da minha carreira, que não seria das menos movimentadas, iríamos encontrarmo-nos mais de uma vez juntos, de mãos dadas, numa afinidade de sentimentos que seria a melhor argamassa com que iríamos selar uma amizade onde não contava somente o afeto, mas também uma concepção igual do que era bom e do que era mal, do útil e do inútil, de tudo em suma que fazia a necessidade de viver.

Jogava-se ainda em casa de Eduardo Ramos, este casado com uma filha de Antônio Prado Júnior, que seria, depois, Prefeito do Rio de Janeiro; em casa do Coronel Andrade Neves, o Adido Militar, o qual se iniciava nessa época num jogo em que seria mais tarde um mestre. E, *last but not least*, em casa de Estêvão Leitão de Carvalho, então Major, depois que se transferira de Genebra e instalara a família num belo apartamento da Avenida Friedland. Ele e Dona Laura eram como os dois Fonseca Hermes, grandes mestres no bridge, jogo que Leitão manobrava com a ciência perfeita de um verdadeiro oficial do Estado-Maior.

A colônia brasileira de Paris, não sendo mais tão numerosa quanto fôra antes da primeira Grande Guerra, contava ainda muita gente, entre as quais citarei Fernando Nobre; Henrique Martins Ribeiro e a mulher; Luísa Rocha, com suas duas filhas, Inocência e Valerie; Francisco Guimarães, Adido Comercial da Embaixada; era sogro de Mme. Santos Lobo, uma das *leaders* sociais do Rio, a querida Dona Laurinda, em cuja casa de Santa Tereza, à Rua Murtinho Nobre 41, tive o prazer de estar mais de uma vez, nos chás que ela costumava dar uma vez em cada mês. Outros brasileiros que viviam nesse tempo em Paris, eram Ranulfo Bocaiúva Cunha e a mulher, esta irmã da mulher de Octávio Tarquínio de Sousa e ambas filhas do Ministro da Justiça João Luís Alves, Mme. Koenig, casada com um médico desse nome e irmã de Dona Gina, mulher do Embaixador Régis de Oliveira e a família Chermont, do Pará, que morava à Rua Marceau nº 41, e da qual citarei apenas a Flávia, que era nessa época uma moça de 20 anos de idade, e podia ser tida como a mais bonita das brasileiras de Paris. Anos depois iria casar-se com um oficial da aeronáutica brasileira, passando desde então a viver na cidade de São Paulo.

Havia ainda Eliseu de Montarroyos, positivista, como seu amigo Demétrio Ribeiro, ex-Ministro do Governo Provisório da República, que viviam em Paris, Montarroyos nos arredores da cidade, em Chapel, desde os primeiros tempos do novo regime brasileiro. Havia também os brasileiros, alguns com casa em Paris, como Paulo Bittencourt, à Rua Gustavo Flaubert nº 10, que apareciam em Paris em curtas estadas, como Ar-

mando Monteiro, Afonso Bandeira de Melo, com casa na Avenida Victor Hugo, 81; Moutinho Doria, Félix Pacheco com a mulher e as filhas; o Almirante Sousa e Silva, casado com uma Sousa Ribeiro, que vivia na Avenida Kleber. E poucos mais, cujos nomes me escapam. Mas sempre me lembro do Senador Azeredo e a mulher, hospedados no Hotel George V, à Avenida da Ópera.

* * *

Solteiro, nesse tempo, e num certo sentido sociável, era natural que minhas relações em Paris, não se limitassem aos brasileiros e suas famílias. Conheci assim, e frequentei, algumas casas de estrangeiros. De argentinos, por exemplo, é justo que fale dos amigos Alberto e Edith de Roth, que tinham casa na Rua Villaret de Joyeuse nº 6. Amigos também da minha irmã Ofélia, saíamos repetidamente juntos, sendo que Edith adorava ir passar, depois do jantar, algumas horas da noite no *Perroquet*, o *cabaret* mais em moda em Paris. Entre os ingleses, quero citar Mr. Leigh-Hunt, que vivia na Avenida Bugeaud, 55. E entre os franceses Mme. Dufour, no Boulevard St. Georges, Mlle. Gaby Ismérie, que tinha casa na Rua de l'Obligado, nº 13, e sobretudo Mme. Rodrigue, que morava em Neuilly, no Boulevard Inkermann, e Mlle. Guillaume, à Rua de Theeran, 26, companheiras sempre fiéis à amizade que nos unia. E se citar ainda Germaine Daniel, outra boa companheira, que adorava corridas de cavalos, e Ella Cleronova, uma russa que morava na Rua Marignan, nº 18, posso dar por encerrados os meus amigos ou conhecidos em Paris.

Para terminar, quero ainda citar o velho livreiro Chadenat, no Cais de Grands Augustins 17, que foi longos anos o preferido pelo Barão do Rio Branco quando este morava em Paris, e pelo qual guardava uma amizade e uma admiração jamais desmentida. Eu ia ali repetidas vezes, uma vez com Caio de Melo Franco, e era com certo orgulho que nos mostrava uma poltrona forrada de couro, que guardava como uma relíquia, e na qual costumava sentar-se o Barão.

Mas não poderia encerrar essas reminiscências de Paris, sem citar ainda meu alfaiate Drandakis et Meccas, na Rua Mogador, 29, meu sapateiro Sparks Hall (indicado por Ciro de Freitas Valle), na Avenida Friedlan, nº 4, e a Papelaria, também indicada por Ciro, que tinha o nome de Shakespeare, e ficava no Boulevard Haussmann, 109.

* * *

Morreu, não faz muito tempo, em Paris, com perto de 90 anos, a célebre costureira Gabrielle Chanel, geralmente conhecida por *Cocô Chanel* (por ter o hábito de se levantar muito cedo, quando os galos, *coqs*, em francês, começavam a cantar). Conheci-a em Paris em circunstâncias meramente ocasionais. Isso no ano de 1923. O Embaixador Sousa Dantas tinha-me convidado para tomar chá com ele no Hotel Ritz, onde teríamos a companhia da Princesa Bibesco. Dizia-me que era amigo dela, e, como se tratasse de uma inglesa, filha de Lorde Asquith, antigo Primeiro-Ministro da Inglaterra, gostaria que eu a conhecesse. “Foi muito amiga de Marcel Proust”, acrescentava Dantas. Ora, eu não tinha interesse especial em conhecer a Princesa Bibesco e pouco me

importava que ela tivesse sido amiga de Proust, de quem, embora estivesse nessa época em plena moda (tinha falecido no ano anterior, em 1923), eu nunca tinha lido um só livro. Aceitei entretanto, o convite, que era afinal mais uma prova da amizade que Sousa Dantas sempre me dispensou. Nunca esquecera o que eu lhe dissera quando o encontrei pela primeira vez em Paris, isto é, que devia em parte a ele minha entrada no Itamaraty, em 1916, quando era Ministro interino do Exterior, e Lauro Müller, o efetivo, estava em visita aos Estados Unidos. Fomos, assim, ao chá do Ritz.

Ao entrarmos no hotel, pela porta de trás que dava sobre a Rua Cambon, Dantas topou com uma senhora de boa aparência, aparentando cerca de 40 anos de idade, possivelmente bonita e vestida como muitas outras que eu encontrava em Paris. Ao ver Sousa Dantas, ela lhe abriu um largo sorriso e perguntou o que o trazia ao Ritz. Seria para visitá-la? Dantas respondeu que não, mas que ia apenas tomar chá com a Princesa Bibesco. E apresentou-me como “seu colega, Secretário da Embaixada do Brasil em Londres”, dizendo-me depois que aquela senhora era “Madame Chanel, mas que para todos fôra sempre a Cocô Chanel”. Evidentemente que já a conhecia de nome, como conhecia Worth, Wanvin e outras grandes costureiras de Paris. Mas não cheguei a dizer palavra, porque Cocô Chanel voltou-se para Dantas e disse: “Está você a chamar-me como muita gente de *Madame*, quando sabe que sou solteira, que nunca me casei e já rejeitei dezenas de partidos; continuo a ser o que sempre fui — *Mademoiselle*”. E sumiu-se pelo elevador do hotel. Dantas limitou-se a dizer-me: “Ela mora aqui, mas tem seu *atelier* perto do Ritz, na Rua Combou. Faz questão de ser chamada de *Mademoiselle*. Não me custaria nada chamá-la assim, mas é fato sabido que já teve vários amantes”. Prosseguimos então pelo corredor até a sala de chá, que dava para a Praça Vendôme. E aí ficamos à espera da Princesa Bibesco.

* * *

Enquanto isso, o tempo corria. Dantas começou a falar-me da Cocô Chanel. Dizia-me que era uma mulher extraordinária, que se fizera por si, e acabara por ser a mais famosa costureira de Paris. Abrira sua casa de modas pouco depois da primeira Grande Guerra, com processos e modos que não eram ainda conhecidos. Devia-se a ela a libertação da mulher dos entraves que lhe constrangiam o corpo. Acabou, por exemplo, com o uso do espartilho, que era feito com barbas de baleia, comprimindo o mais possível o ventre e a cintura; simplificou os enfeites dos vestidos, demonstrando que a verdadeira elegância consistia na simplicidade no à-vontade das mulheres. Aboliu os folhos, as *ruches*, todos os excessos da moda que imperavam antes dela. Encurtou os vestidos, ou melhor, as saias, não a ponto de chegar às atuais *mini-saias*, com os exageros de hoje, deixando à mostra quase a totalidade das coxas. Moda que não direi seja *indecente*, porque, afinal, nas praias e nas piscinas, com o uso de biquínis os mais reduzidos todos nós podemos ver, nas mulheres, com a exposição das coxas, do ventre, do umbigo e tudo, muito mais do que nas mini-saias e nas *hot-pants*, usadas hoje nas salas particulares e nas ruas das cidades.

Além de encurtar as saias, Cocô Chanel libertou a cintura da sua gargantilha, criando modelos que libertavam o corpo da estrutura em que viviam. Lançou a moda

dos cabelos curtos, ao lado das jóias de fantasia, com enormes colares no pescoço. Devia-se a ela o belo e simples vestido negro, que teve logo um grande sucesso, sobretudo depois que ela mesma passou a usá-lo. Jean Cocteau chamava-a por isso de “cisne negro”. E Picasso achava que era a mulher de mais bom-senso da Europa.

Cocô Chanel costumava dizer que os novos costureiros não amavam bastante as mulheres, porque não acreditavam que se podia embelezá-las. Ela mesma escolhia os tecidos, as lãs, as cores, de cujas misturas ela também se ocupava. Por volta de 1932, a casa Chanel — *chez Chanel* — atingia o apogeu. Não se tratava mais apenas de vestidos, mas também de tecidos, de jóias, de *tricot*s, de perfumes. Ficaram célebres, a propósito de perfumes, o *Cuir de Russie*, o *Gardenia*, *Le 5 de Chanel*. Sua casa executava 32 mil vestidos por ano, e tinha ao seu serviço cerca de 2400 pessoas, entre homens e mulheres. Quando veio a segunda Guerra Mundial, fechou a casa de costura e retirou-se para a Suíça. Terminada a guerra, voltou para Paris e reabriu a casa, readquirindo facilmente a antiga e grande fama que a cercara antes. A alta costura recebeu novamente sua influência. Mostrou-se contra a mini, contra a maxi, contra todos os exagêros, contra tudo que não fosse decente, tudo que fosse ridículo, tudo que fosse disfarce.

Mulher pequenina, morreu sem sentir, como um passarinho. Sua vida foi um romance maravilhoso. Não tendo querido nunca casar-se, ficou sendo a *grande mademoiselle*. O Duque de Westminster fazia-lhe certa vez a corte. Ela observou-lhe: “Pares há muitos na Inglaterra; mas só há uma Cocô Chanel no mundo”. Tornou-se uma personagem no cinema moderno. Katherine Hepburn incarnou-a numa peça de teatro, em 1969, papel que no ano atrasado, 1970, foi desempenhado por Danielle Darieux.

Sousa Dantas estava contando-me o que sabia da vida de Cocô Chanel, quando irrompe pela sala de chá, como um furacão, a nossa esperada Princesa Bibesco, pedindo mil desculpas pelo atraso e, pior, por não poder tomar o chá já combinado, dizendo: *Je suis désolée, mais je dois me rendre tout de suite chez moi, où m'attend Antoine*. E sumiu tão depressa quanto havia aparecido. Dantas, desorientado, não soube o que dizer. Eu limitei-me a perguntar-lhe: “Mas, afinal, quem é esse Antoine?” Dantas respondeu-me, visivelmente decepcionado: “É o seu marido”.

* * *

A Princesa Bibesco era uma das grandes amigas de Marcel Proust. Infelizmente não tive ocasião de conhecer Proust, como tanto desejava, porque, ao chegar dessa vez a Paris, em fevereiro de 1923, ele tinha morrido fazia poucos meses. Já tendo publicado em vida grande parte de sua obra, *A la recherche du temps perdu*, espécie de “memórias” à maneira de Saint Simon, ou de “ensaios” como os de Montaigne, sua glória literária só se firmaria depois da sua morte. *Du côté de chez Swann* foi publicado em 1913 a 1917; *A l'ombre des jeunes filles en fleurs* saiu em 1918; *Le côté de Guermantes* e *Sodomie et Gamorrhe* em 1921, quer dizer um ano antes de seu falecimento. Seus demais livros foram obras póstumas.

Nascido em 1871, um ano crucial para a França, depois da derrota de Sedan e da queda de Napoleão III, comemorou-se este ano o primeiro centenário desta data. A este propósito Antônio Olinto dizia que, para grande parte do mundo literário francês,

Proust não passava de um *snob* e de um amador, que jamais escreveria coisa que valesse a pena. Os editores recusavam seus livros, apesar dos muitos protetores que ele tinha. Tendo confiado os originais de *Du Côté de chez Swann* a André Gide, que dirigia então a *Nouvelle Revue Française*, este limitou-se a folhear a obra, não achando porém, digna de ser editada. Os editores Fasquelle e Ollendorff recusaram igualmente editá-la. Finalmente o editor Gasset, decidiu imprimi-la, mas com a condição de Proust pagar a impressão.

A filosofia de *A la recherche du temps perdu* é que o tempo que ele havia *perdido* a observar os costumes mundanos de seus contemporâneos, iria *reencontrá-lo* nas suas observações e contemplações artísticas. Foi somente depois da publicação de *Du côté de chez Swann*, que se iria firmar sua reputação literária, muito além, aliás, do que ele próprio previa. Elizabeth de Gramont, sua amiga, dizia que ele trazia a germinação de um mundo, e tinha a intuição de haver encontrado os instrumentos aperfeiçoados para observar os homens; mas não acreditava que sua obra se tornasse uma estrela brilhante no firmamento literário. Asmático desde os nove anos de idade, e sabendo-se doente, levava uma vida parcimoniosa, apesar das desavenças que tivera por causa de seus livros, dos duelos que travara com seus críticos e da campanha em que se metera por ocasião da questão Dreyfus, arrastado sobretudo pelo sangue judeu que lhe corria nas veias. Foi ele que levou Anatole France a assinar a petição revisionista, que provocou a reabertura do processo condenando o Capitão Dreyfus e iria levar à reabilitação deste.

Tendo herdado dos israelitas a tenacidade da raça, nada o detinha na descoberta de um documento ou de um detalhe para elaboração de suas obras literárias. Como não houvesse remédio para sua asma, Proust defendia-se da umidade de Paris saindo sempre, no verão como no inverno, envolvido numa capa e com uma *écharpe* no pescoço. Um dia apareceu assim em casa do Conde Greffulhe, dizendo que precisava de um detalhe ou de um traço para o seu *Swann*. André de Fouquières, presente a esse encontro, diz: “Assisti à minuciosa auscultação psicológica de que seria vítima o Conde Greffulhe. Proust, sentado numa poltrona, parecia um maravilhoso inseto. A entrevista foi longa, e seria ainda mais longa se não fosse uma chamada do Hotel Ritz, lembrando a Proust um encontro que ali marcara”. Ele saindo, Greffulhe disse calmamente para Fouquières: “Ele saiu contente, mas não me pegou. Bem vi onde queria chegar, mas não sou uma criança...”

Contando o que se passara nessa cena ao seu amigo Ferdinand Bac, este comentou: “Que idéia de Proust, querer auscultar um couraçado com um estetoscópio!”

No inverno de 1922 sua asma havia piorado muito. Em outubro sobreveio-lhe uma pneumonia. E na tarde de 18 de novembro morria. Tinha apenas completado 51 anos de idade. Deixou uma obra que deverá sobreviver por muitos anos à sua existência neste mundo.



Em fevereiro de 1924, fui a Nice para assistir ao Carnaval. Essa viagem, que deveria ter sido um passeio alegre e proveitoso, resultou numa verdadeira desventura. Não

sou supersticioso. Mas acredito naquilo que chamamos o Destino. Penso que todos nós temos mais ou menos nossos tropeços na vida antecipadamente marcados, sem que isso implique na fatalidade de não se poder sempre evitá-los ou atenuá-los, tudo dependendo de circunstâncias ocasionais. Hoffmann dizia que o destino nos indica o caminho que devemos percorrer e que depende unicamente de nós compreendermos o sentido de suas indicações.

Nessa minha viagem à Côte d'Azur a adversidade preparou de tal forma e com tanto engenho os incidentes em que eu devia tropeçar que, ainda que o quisesse, seria muito difícil fugir a eles. A verdade é que tudo conspirou contra mim, ou, mais precisamente, contra a minha mala, uma mala que nós chamávamos de *cabine*, que afinal acabou sendo roubada em frente do Hotel de Genève, em Marselha, deixando-me de um momento para outro reduzido unicamente à roupa do corpo. Só quem terá passado por uma situação igual pode compreender o que representa isso de angustioso. Era já tarde da noite, e eu não tinha nem ao menos um colarinho para mudar, depois de todo um dia de viagem de estrada de ferro. Um colarinho? Sequer um pijama para dormir! Fui forçado a aceitar uma espécie de camisa de noite, que me emprestou o gerente do hotel. O que não impediu de no dia seguinte eu lhe iniciar uma ação no fôro de Marselha, responsabilizando o hotel pelo roubo da minha mala. E foi deveras uma coisa inédita eu estar processando o dono da camisa com que dormia.

Constituí para isso um advogado, chamado *maitre* Risoli. Era um marselhês falacioso e saliente, de longas barbas pretas, que prometia este mundo e o outro, e afinal perdeu, penso, o meu processo. Pelo menos este se arrastou meses seguidos na justiça de Marselha, cara e complicada (como no Brasil), e nunca mais tive notícia de seu desenlace. E ainda desembolsei, para as primeiras custas, algumas centenas de francos. Uma vez mais ficou provado, em França como na Inglaterra, que o estrangeiro, em princípio, não tem razão contra o nacional.

No fundo, *maitre* Risoli era um advogado de poucos escrúpulos, que lidava com juízes políticos, não sei se menos escrupulosos do que ele. O caso é um pouco de *vau-deville* e retrata uma situação que talvez não fosse exclusiva da França. *Maitre* Risoli dizia-me que eu podia propor a ação contra o hotel ou no Tribunal do Comércio ou no Tribunal Civil; que o último era mais expedito e mais barato, mas os juízes eram filiados ao partido do Sr. Poincaré, então chefe da oposição parlamentar, enquanto no Tribunal do Comércio, o processo sendo mais caro, havia maior possibilidade de vitória, por serem os juízes aí correligionários do Sr. Herriot, chefe do Governo Francês. *Maitre* Risoli pertencia ao partido deste último. Como homem prático, não hesitei: vamos para o Tribunal do Comércio, disse a *maitre* Risoli. Aconteceu, porém (eis aí o destino!), que pouco tempo depois o Sr. Herriot era obrigado a deixar o poder, e veio justamente substituí-lo Monsieur Poincaré! Resultado: meus juízes, com o meu processo, *maitre* Risoli e eu fomos todos para a oposição!

— E a minha mala?

— Sua mala? — disse-me o chefe da Sureté Générale quando me fui ali queixar de haver sido roubado — deve andar a estas horas em algum barco, no alto mar. Porque, o Sr. sabe, temos aqui a melhor organização em França de roubo de malas, aparelhada

com barcos novos e rápidos, que levam o produto para os pequenos portos do Mediterrâneo, onde a ação da autoridade é quase nenhuma.

* * *

Quando voltei a Paris para refazer o meu guarda-roupa, quem se ria com tudo isso era Carlinhos de Ouro Preto. Não de mim, mas dos ladrões, porque, dizia ele, foram estes os verdadeiros roubados: porque ao abrirem a minha mala depararam com roupas que só serviriam para rapazes de 15 anos, dado o meu pequeno porte e minha pouca altura!

Como o *Morning Post* de Londres dera notícia do roubo da minha mala, ela logo se espalhou entre quantos liam esse jornal. Foram muitas as cartas que recebi lamentando e se solidarizando com a minha desventura. Entre essas, destaco apenas duas de meus colegas da Embaixada: de Camilo de Oliveira e de Carlos Martins. O primeiro, em carta de 8 de fevereiro de 1924, dizia: “Cá nos chegou ontem, pela via do *Morning Post*, a notícia do furto de sua mala. Solidarizo-me com você no seu protesto contra a ladroeira, que o põe, tão de repente, na contingência desagradável de refazer um enxoval complicado”. Por seu lado me escrevia Martins na mesma data: “Entristeceu-me de veras a notícia que me deu o Amaral, de que lhe haviam roubado uma mala, quando em viagem, ultimamente, para Nice. Faço votos para que a Polícia francesa se mostre na altura da fama de que se orgulha, e que você volte a entrar na posse de suas ricas vestes. Que isso se dê e já será grande o seu prejuízo com essa viagem interrompida, gastos de pesquisas, afora o susto. Ter, porém, que refazer o seu guarda-roupa, nos tempos que correm, é um desastre. Lastimo, de coração, esse contratempo que veio entristecer a sua estada nesse *beau pays de France*”.

Nice, durante o Carnaval, era uma cidade suja e vulgar. Vulgarizada, sobretudo, pela clientela de baixa extração que ali se acotovelava nas ruas, vinda de toda a parte da Europa, sobretudo de Inglaterra. A aristocracia inglesa que passava o inverno na Côte d’Azur, se reunia de preferência em Cannes ou nas vilas de seus arredores. A clientela que ia para Nice, pelo Carnaval, saía das ruas de Londres, das *boarding houses*, dos quarteirões baratos, do comércio israelita do Soho, dos pequenos escritórios da City. Essa turma enchia as ruas da cidade, os cafés, os restaurantes, os bares, os cassinos, os hotéis. Um quarto com cama ali, nessas ocasiões, era coisa quase impossível de obter-se. Quanto a mim, tive que contentar-me com a sala de banhos do primeiro andar do Hotel Continental. Foi tudo que consegui obter, e sabe Deus com que empenho. *Le Monsieur de la salle de bain du premier* – era como fui chamado por alguns dias na portaria do hotel.

A Baronesa de Itajubá

Nesses tempos, que se seguiram à primeira Grande Guerra, a colônia brasileira em Paris era ainda numerosa. Digo “ainda” porque uma parte dela havia voltado para o Brasil no início das hostilidades e não mais retornara a França, salvo em curtas viagens de recreio. Grande número de seus membros era formado de monarquistas, remanescentes dos que se haviam exilado voluntariamente por ocasião da proclamação da República, num gesto de fidelidade à família imperial: os Nioacs, os Loretos, os Calógeras, os Hermanos Ramos, os Monteiros de Barros, os Paes de Carvalho, os Araújo Limas, os Prados e outros mais. Viviam e se freqüentavam em torno da Princesa Isabel e do Conde d’Eu, que residiam uma parte do ano no Castelo d’Eu e outra parte numa casa que possuíam em Boulogne-sur-Seine.

Como é sabido, a Princesa Isabel era filha do Imperador do Brasil, Dom Pedro II, e da Imperatriz Dona Tereza Cristina, esta do ramo Bourbons de Nápoles. O Conde d’Eu era filho do Duque de Nemours, neto, portanto, do Rei Luís Filipe de França. O Conde e a Princesa costumavam dar nas segundas-feiras um almoço em sua casa de Boulogne, na companhia de seus três filhos, Pedro, Luís e Antônio. Às vezes esse almoço se realizava no Castelo d’Eu, no Sena Inferior, não longe portanto de Paris nem das costas da Mancha. André de Fouquières, convidado mais de uma vez pelos Príncipes, nos fala deles em suas *Memórias*. O Conde d’Eu, diz ele, era de “uma surdez quase total, mas um agradável *causeur*. Gostava de narrar a viagem que fizera em volta do mundo, acompanhado de um de seus filhos, viagem que havia durado cento e dezoito dias, pouco mais que a de Phileas Fogg”.

Quando eu estava em Londres e ia constantemente a Paris, já não viviam mais o Conde nem a Condessa d’Eu. Como tinham também falecido seus filhos Luís e Antônio, este vítima de um acidente de aviação. Só restava, portanto, o mais velho, Dom Pedro, que eu iria conhecer pessoalmente em Roma, quando ele passaria por ali, com a mulher e a filha mais velha, Isabel, para casá-la em Palermo com o Conde de Paris. Em Palermo porque os Orleans possuíam ali um Palácio, que seria destruído por italianos e alemães por ocasião da Segunda Guerra. Foi quando da passagem de Dom Pedro por Roma, num almoço que deu em sua honra o meu Embaixador Magalhães de

Azeredo, na casa da Embaixada do Brasil na Santa Sé, à Via Po, que eu, dizendo ao Príncipe que Dom Pedro II era um homem desconhecido ou mal julgado no Brasil, apesar de ter reinado cerca de cinqüenta anos, me perguntou se aceitaria escrever qualquer obra substancial a respeito do avô; porque neste caso ele poria à minha disposição o arquivo da família imperial, então depositada no Castelo d'Eu (depois transferido para o Museu Imperial de Petrópolis). Aceitando a generosa oferta de Dom Pedro, fui por duas vezes de Roma a Paris, em 1931 e 1932, especialmente para fazer pesquisas no arquivo imperial, das quais resultaria a obra em três volumes que eu escreveria sobre a vida de Dom Pedro II e o seu Reinado, publicada pela Editora Nacional de São Paulo, em 1939, sob o título *História de Dom Pedro II*, com uma larga documentação inédita e tida até hoje como a mais completa que se escreveu sobre o Imperador e o seu tempo. Há muito que está completamente esgotada e absolutamente *introuvable*. Agora estou cuidando de revê-la, de aumentá-la com novas achegas e de atualizá-la.

Foi nessas duas estadas no Castelo d'Eu que eu iria conhecer os outros filhos de Dom Pedro e da Princesa Elisabeth — Dom Pedro Gastão, geralmente tratado por Dom Pedrinho, Dom João, Dona Francisca, que se casaria mais tarde com Dom Duarte de Bragança, pretendente ao trono de Portugal e neto do Rei Dom Miguel, e Dona Tereza Maria, minha amiga até hoje, que vive numa bela casa do Estoril. Quando a conheci em Eu ela tinha cerca de doze anos. Sua irmã Dona Francisca faleceu em Portugal há cerca de quatro anos, e seu filho mais velho, o Príncipe da Beira, conheci há poucos meses num jantar em casa de Dona Tereza, dado em homenagem ao atual Embaixador do Brasil em Portugal, o Professor Gama e Silva. Dom Pedro e família passavam geralmente o verão no Castelo d'Eu. No inverno vinham para Paris, e hospedavam-se no Palácio Lambert, ao nº 2 da Rua St. Louis en Ile, esquina do Cais d'Anjou, casa centenária, construída por Le Vau em 1640.

* * *

Mas voltando à colônia brasileira de Paris nos anos vinte e poucos. A figura mais respeitável da colônia era a minha veneranda amiga a Baronesa de Itajubá, pela mãe uma Monteiro de Barros. Era a decana da colônia. Duplamente decana, aliás, como a mais antiga residente em Paris e a mais velha em idade. Devia andar pelos seus setenta e muitos anos. Claro, não se podia dizer que fosse demasiado idosa. Mas tinha uma idade que começava já a contar. Quando a Princesa de Metternich completou 75 anos, um seu admirador, para lhe ser agradável, ponderou: *Après tout, Princesse, cela ne fait que trois fois 25 ans*. Ela respondeu, com a presença de espírito que nunca lhe faltou: *Oh! évidemment ce n'est pas beaucoup pour une cathédrale; mais cela commence à compter pour une femme!* Em matéria de idade das mulheres, o mais prudente é não querer apurar, e deixar que elas tenham a que entenderem, o que de resto não faz mal a ninguém. Perguntaram um dia à Madame Eduardo André que idade ela tinha. Respondeu: “Como é possível que eu saiba uma coisa que se muda todos os dias?” Ao menos esta era sincera. Certa vez uma amiga da Baronesa de Itajubá se lamentava que as duas estivessem envelhecendo — “nossa triste velhice”, disse. Mas a Baronesa, que era o bom-senso em pessoa, ponderou muito a propósito que para se viver muito era

preciso envelhecer. “Você deve estar muito velho”, observaram um dia a Leautaud. “Felizmente, respondeu ele, porque de contrário já estaria morto”.

Um indiscreto perguntou um dia à Duquesa de Clermont Tonnerre que idade ela tinha. “Minha idade? Respondeu ela: Entre trinta e cinco e quarenta e cinco anos.”

— Como trinta e cinco e quarenta e cinco anos? São números tão distantes um do outro! Será que a Duquesa não sabe a idade que tem?

Ela respondeu:

— Caro amigo, eu conto as minhas jóias e sei quantas elas são, porque posso perdê-las ou alguém roubá-las. Mas como não posso perder nenhum dos meus anos, nem ninguém pode roubá-los, estou tranqüila e nunca os conto.

* * *

A Baronesa de Itajubá residia todo o ano num grande apartamento da Avenida Friedland, na pequena praça onde se erguia a estátua do rotundo Honoré de Balzac. Era ali, na espaçosa sala de frente, que costumava receber as visitas aos domingos, para o chá. Sentada numa poltrona à direita do sofá e trajando uma roupa à moda do século passado, toda sua pessoa, suas maneiras, seu modo de exprimir-se, suas idéias e sentimentos faziam lembrar as damas dos tempos idos, essas senhoras do nosso Segundo Reinado ou do Segundo Império francês, uma época que, embora não muito distante de nós pelos anos decorridos, nos parecia, entretanto, quase dos tempos imemoriais. Nesses domingos era uma verdadeira romaria em sua casa; gente que saía e gente que entrava, um nunca acabar de visitas, que se prolongavam até as primeiras horas da noite. Aliada, por parentesco, às melhores famílias brasileiras, francesas, belgas e alemãs, seu salão tinha uma nota de cosmopolitismo que encantava. Pelo marido, estava ligada aos Bulows, a célebre família alemã-dinamarquesa, que havia dado tantos diplomatas ao Império, inclusive o célebre Príncipe de Bulow, Chanceler e homem de confiança de Guilherme II, herdeiro e continuador da política de Bismarck, e que eu iria conhecer mais tarde, em Roma, já ele retirado de toda atividade, desfrutando os últimos dias de vida na bela Vila Malta, também chamada Casa das Rosas, vizinha à Vila Borghese.

* * *

Toda a velha colônia brasileira de Paris se dava *rendez-vous* em casa da Baronesa: os Pais de Carvalho, os Chermonts Lisboa, os Nioacs, os Calógeras, os Siqueiras, os Hermano Ramos, e outros cujos nomes me escapam. Stela Ramos, a filha mais moça de Hermano Ramos, chamava a atenção por sua beleza. Diziam que tinha acentuada simpatia pelo Embaixador Sousa Dantas, e foi pena que este não a tivesse feito Embaixatriz do Brasil, em lugar da judia norte-americana com quem iria depois casar-se, uma mulher já maltratada pelos anos e a vida agitada que levava. Havia uns tipos interessantes, como esse A. de Siqueira (Antônio de Siqueira), que eu havia conhecido na minha primeira viagem à Europa, em 1910. Oliveira Lima, sempre malicioso, contava que ele gostava de dizer aos jovens Secretários de Legação que encontrava perambulando nas

ruas de Paris: “O senhor é um felizardo, conseguiu viver fora da Pátria e a custa dela”. Siqueira fora, ao tempo do Império, Deputado Geral por Pernambuco, eleito pelo partido liberal. Pelo Pai, era um Cavalcanti, isto é, pertencia a uma das mais poderosas oligarquias do Nordeste. “Em Pernambuco, quem não é Cavalcanti, é cavalgado”. E pelo casamento se aliara a uma filha do Barão de Vila Bela, Domingos de Sousa Leão, um potentado da Província, chefe ali do partido liberal. O pai deste, também Domingos, segundo nos conta o meu colega e amigo Joaquim de Sousa Leão Filho, num belo e erudito perfil do Barão de Vila Bela, fora um dos mais adiantados usineiros do tempo, o primeiro a possuir uma máquina a vapor, a primeira existente na América do Sul, fundida no Recife em 1836. Teve treze filhos, dez dos quais se casariam com primas ou primos. Isso provava a que ponto estavam entrelaçadas as grandes famílias pernambucanas, a força dessas oligarquias ou desses patriciados, a riqueza econômica e o prestígio político que eles significavam. Quase toda a grande propriedade, vale dizer, a fortuna da Província, assentada na exploração da cana-de-açúcar, estava nas mãos dessas famílias, e passava de pai a filho, de tio a sobrinho, geralmente por via de casamento, concertado entre elas de engenho a engenho, de vizinho a vizinho, pois grande parte dessas propriedades se limitavam e por vezes se confundiam. Só a família Sousa Leão, segundo nos diz o meu colega acima citado, possuía, no correr do século passado, 47 desses engenhos. Engenhos ou grupos de engenhos que eram verdadeiros feudos, tanto por suas extensões, suas populações, como pelo sistema social que ali prevalecia, emanado da vontade dos respectivos donos. Um feudalismo patriarcal, pacífico e tolerante, onde os senhores usavam a bengala em vez da espada e o chinelo de algodão em vez da bota de cano alto. Hoje em dia tornou-se um pouco moda atacar e criticar esse feudalismo rural como um dos fatores que mais entorpeceram o progresso e o desenvolvimento material do Brasil. Mas a verdade é que se deve sobretudo a ele o que temos ainda de são nas famílias brasileiras, e que foi esse patriarcado quem, trabalhando possivelmente em prol de seus interesses, defendeu por igual, a unidade e a integridade do Brasil.

* * *

Outra figura do tempo do Império que freqüentava o salão da Baronesa de Itajubá, mas que não alcancei mais ali, foi a sedutora Baronesa da Estrela. Passava por ter sido uma das mulheres mais bonitas do seu tempo, quer dizer, dos últimos anos do Império e primeiros da República. Para o fim da vida, porém, toda essa beleza havia passado, e dela se podia dizer o que Forain, o caricaturista, disse certa vez a uma senhora já idosa e arruinada fisicamente pelos anos, ao fitar-lhe o retrato de moça que ela lhe exibia: *Comme on voit que vous avez été jolie!* Fazia lembrar aquele feliz trocadilho do espirituoso Boni de Castellane, à entrada do seu palácio na Avenida du Bois, (hoje Avenida Foch), deixando passar uma dessas belezas extintas: *Beauté, passez...*

Selisabeth de Gramont nos fala, em suas Memórias, da Baronesa da Estrela *cette jolie brésilienne*, como ela diz, que nas caçadas das florestas da Sarthe divertia a todos pelo seu aspecto *trop urbain*. Estava sempre acompanhada pelo Príncipe Aymon de Lucinge, descendente do célebre Almirante Coligny. *Elle et le Prince se disputaient,*

riaient et se lutinaient sans cesse, ce qui est, je crois, une preuve d'amour. Um neto do Príncipe de Lucinge se casaria com Silvinha, filha única do Embaixador Raul Régis de Oliveira, e que infelizmente faleceu prematuramente em Paris faz poucos anos. A Baronesa da Estrela era conhecida por sua presença de espírito. Certa vez, em Petrópolis, tendo-se encontrado com o Ministro inglês Henry Phipps, que se tomara impertinente conosco por causa da Ilha da Trindade, que os ingleses tentavam arrebatar-nos, mas foram obrigados a devolver, aquele lhe disse: "Sabe, Baronesa, recebi minha licença e parto para Londres; estou radiante". — *E nós também, replicou ela.*

A Baronesa de Itajubá fora casada com Marcos Antônio de Araújo e Abreu, Barão de Itajubá, falecido fazia então quase trinta anos. Era filho do Visconde do mesmo nome, e ambos diplomatas profissionais. O pai fizera grande parte da carreira na Alemanha, onde acabara casando-se na família Donkword von Bulow. Seu nome ficou ligado à célebre questão do Alabama, quando o Imperador do Brasil, convidado para designar um dos árbitros que deviam opinar no desentendimento entre os Estados Unidos e a Inglaterra, indicou o nome do Visconde de Itajubá.

Seu filho, o Barão, era tido por Oliveira Lima como "o mais completo e o mais *acompli* dos nossos diplomatas daquele tempo, que no caso era o tempo de Oliveira Lima. Nunca compreendi porque este dizia isso. Talvez apenas para contraditar Joaquim Nabuco, seu desafeto, que preferia a Itajubá o seu antigo chefe em Londres, Barão de Penedo, que de fato deixou, nos anais diplomáticos brasileiros, uma fama bem maior do que Itajubá. Nos primeiros meses da República no Brasil, o Barão de Itajubá fora despachado Ministro em Paris, com o encargo de obter o reconhecimento do novo regime brasileiro pelo Governo Francês, o que obteve sem maiores dificuldades. Pouco depois seria removido para Berlim, onde iria falecer em 1897. Desde então a Baronesa passou a residir em Paris.

A Baronesa era filha do historiador e parlamentar do Império, Pereira da Silva, que o Barão do Rio Branco chamava *Pereira Mentira*, por causa dos erros que se contém em sua principal obra, a *História da Fundação do Império Brasileiro*, o que não impede de ser uma das melhores escritas no Brasil. Certa vez encontrei num livreiro da Baixa, em Lisboa, os três volumes da primeira edição dessa obra, datados de 1870. O livreiro não sabia o que vendia, e ma cedeu por um preço muito abaixo do seu valor.

Outro achado bibliográfico que fiz foi em Paris, poucos anos antes, numa das caixas do cais do Sena: os dois volumes da primeira edição das obras poéticas de Felinto Elísio, publicadas no fim do século XVIII e princípios do XIX, com encadernação do tempo, em couro, e excelente estado de conservação. Dei-os de presente a Ronald de Carvalho. Um outro achado no cais do Sena foi o volume de poesias de Joaquim Nabuco, intitulado *Amour et Dieu*, impresso em língua francesa em Paris, em 1874. Essa obra está hoje, se não me engano, esgotada, pelo menos a primeira edição, e tinha o seu valor duplicado com a dedicatória autógrafa que se continha na página de rosto. *Ao seu ilustre amigo Quintino Bocaiuva, J. Nabuco.* Dei-a ao atual Embaixador Roberto Assunção, que era naquele tempo casado com uma neta de Quintino. Segundo ele me disse recentemente, ainda a tem na sua biblioteca.

Referi-me linhas acima a Boni de Castellane. Por tudo que ele foi na vida social de Paris na primeira vintena deste século, por seu casamento com uma das maiores herdeiras norte-americanas, Ana Gould, por seus *mots d'esprit* e pela vida de fausto que teve, vale a pena falar um pouco dele. Não o conheci pessoalmente. Mas o vi muitas vezes em Paris no *monde où l'on s'amuse*. Alto, magro, cabelos loiros e olhos azuis, Boni era desses homens que não podiam passar despercebidos onde quer que estivessem. Tinha uma elegância *racée* como poucos. Aliás, descendia das mais nobres famílias francesas, sendo ele neto de Paulina de Périgord, Condessa de Castelhanne, como era também neto, por outro lado, da Marquesa de Juigné, que por sua vez descendia do Duque d'Epemon, favorito do Rei Henrique III, que governou a França na segunda metade do século XVI.

Boni de Castellane conheceu Ana Gould em Paris, em casa de amigos. E na primeira viagem que fez aos Estados Unidos pediu a mão dela, que, levada por tudo que havia nele de sedutor, aceitou sem maiores delongas o casamento. Foi talvez um dos primeiros casamentos de nobres franceses com famosas herdeiras norte-americanas. Por outras palavras: dos primeiros franceses a dorarem o seu *blason* com norte-americanas milionárias. Casados, voltaram para Paris, mandando ela construir, para morarem, um belo palácio de mármore cor-de-rosa na Avenida du Bois-de-Boulogne (hoje Avenida Foch), esquina da Avenida Malakoff, o famoso *Palais Rose*. Suas recepções, seus jantares, suas festas nesse palácio, deixaram uma tradição de elegância e de bom gosto de que ainda hoje se fala, apesar de nem Boni nem Ana serem mais deste mundo, como também não existe mais o palácio, destruído, ultimamente, como tantos outros em Paris, para darem lugar a casas de apartamentos. Quando se instalaram nele, Boni não consentiu que se pusesse eletricidade para iluminação dos salões, que passaram a ser iluminados unicamente por milhares de velas de cera, suspensas nos lustres das salas. Dizia que a eletricidade dava uma luz morta, enquanto as velas, com o bruxear de seus fogos, eram a própria vida. Penso que não deixava de ter suas razões. Só duas casas conheci iluminadas a velas: a dos nossos amigos de Copenhague, os Príncipes Viggo, este primo da atual Rainha da Dinamarca, e a de Boni de Castellane. Este por todo o seu ar, seu modo de vestir-se, por seu físico e todas as suas maneiras de ser, era por vezes confundido com Aarão de Anchorena milionária argentino de que já falei páginas atrás, e tinha também casa em Paris. O curioso foi que o segundo filho do casal Castellane iria casar-se, anos mais tarde, com uma filha de Anchorena.

O casamento de Boni de Castellane com Ana Gould não daria certo. Anos depois seria dissolvido, e Ana se casaria em segundas núpcias com um sobrinho de Boni, Elias de Périgord, depois Duque de Talleyrand. Divorciado, não dispondo mais da fortuna da mulher para seus imensos gastos, Boni passou a viver num apartamento da Avenida Victor Emanuel, tendo publicado, em 1926, um livro intitulado *L'Art d'être Pauvre*.

Um fato que não deixa de ter sua graça foi quando um ladrão penetrou no *Palais Rose*, e, subindo aos quartos dos donos da casa, roubou umas jóias de Ana Gould, mas nem sequer tocou num alfinete de gravata de Boni de Castellane, guardado com uma grande e bela pérola preta, que Boni deixara por esquecimento numa mesa do quarto. Preso o ladrão, recuperadas as jóias da mulher, Boni o fora ver na Polícia, para identificação das jóias roubadas. Perguntou-lhe, meio intrigado, por que não roubara também

seu alfinete de gravata. Respondeu-lhe o ladrão que, vendo-o assim ali abandonado, pensou que a pérola fosse falsa, o que irritou sobremaneira Boni, por o ladrão pensar que ele usasse jóias falsas.

* * *

O segundo marido de Ana Gould, esse Elias de Périgord, era filho do Príncipe de Sagan. André de Fouquières, que muito o conheceu, diz em suas *Memórias* que este foi, mundanamente falando, o gentilhomen mais representativo dos últimos anos do século XIX. Vestia-se com uma elegância discreta, ao lado de uma *incomparable allure*. Alto, os cabelos cacheados, com o monóculo atado a uma larga fita preta, trazendo sempre um cravo ou uma rosa na *boutonnière*, cartola cinzenta e luvas brancas, era um dos árbitros da elegância do seu tempo. Antigo oficial do Exército francês, reformara-se e não usava mais o uniforme militar. Casado em primeiras núpcias com uma Seillière, esta trouxera-lhe uma das grandes fortunas da França, inclusive uma magnífica casa na Rua Saint Dominique, 55, depois Embaixada da Polônia. A mãe de Elias, a Princesa de Sagan, passava por ser uma das mulheres mais bem vestidas do seu tempo; e que melhor sabia receber, no dizer do Rei Eduardo VII, seu hóspede em Paris e em sua casa de Cannes, na Côte d'Azur.

O Príncipe de Sagan, pai de Elias de Périgord, era primo em terceiro grau do famoso Talleyrand, que fôra Ministro, sucessivamente: de Napoleão I, de Luís XVIII e de Carlos X. *Sire, c'est le troisième*, dissera ele, cinicamente, a este último Rei de França, quando lhe prestava juramento de obediência. Sagan era um desses homens que forçavam por vezes a nota, para divertimento seu e dos outros. Desabusado como sempre fora, não vivia em bons termos com a mulher, que por sua vez não tinha uma vida por assim dizer *irréprochable*. Certa vez eles convidaram para jantar em sua casa da Rua Saint Dominique, a Grã-Duquesa Wladimir da Rússia, sentando esta entre ele e o Marquês de Gallifet, cuja mulher não era também um modelo de virtudes. E, ao fazer o brinde à Grã-Duquesa, Sagan disse sem o menor acanhamento: "Vossa Alteza conheceu Imperadores, Reis, e personagens importantes de muitos países. Mas esta noite tem a honra de estar sentada entre os dois maiores *cocus* da França". Gallifet baixou a cabeça e não disse nada. E a Grã-Duquesa desviou a conversa para outro assunto.

Pelo visto, nem Sagan nem Gallifet tinham ciúmes. Fazem lembrar a história da quele galo, cuja galinha pôs certa vez três ovos, um de cor azul, outro de cor dourada e o terceiro de cor bronzeada. Epílogo: o galo matou imediatamente o pavão.

* * *

A rivalidade e a maledicência entre os membros do Corpo Diplomático é tradicional. Já Villiers dizia que a rivalidade entre os diplomatas só era comparável à que existia entre as bailarinas, equiparando assim o *Corps Diplomatique* ao *Corps de Ballet*. O nosso não escapava à regra. Não vem ao caso falar dos diplomatas de hoje, que no caso em questão não são piores nem melhores do que os de antigamente. Fiquemos entre os do tempo do Império, que viviam a guerrear-se mutuamente. Haja em vista a

funda rivalidade existente entre Penedo e o Visconde de Itajubá, pai do Barão desse nome (marido da minha amiga a Baronesa), e que os devia desunir até a morte do Visconde, sobrevivendo em 1884, em Paris, “Cágado Itajubá, dizia dele Penedo, septuagenário rabujento, ignorando tudo quanto se tem feito e se está fazendo no Brasil; comodista por hábito, e senil, medroso como um capão, deitando-se às dez da noite e detestando o trabalho”. Cabe dizer aqui, a propósito do Visconde de Itajubá, que o atual Embaixador Renato Mendonça, no excelente livro que publicou sobre o Barão de Penedo, faz uma confusão dos diabos entre o Visconde e o Barão de Itajubá, atribuindo a estes os disputérios que Penedo dizia do Visconde.

Aliás, se Penedo era terrível como má língua, Oliveira Lima e Gastão da Cunha, que tinham também a língua solta, podiam ser tidos como dois puros e inofensivos anjinhos. O Barão de Japurá, irmão do Almirante Tamandaré, que durante cinquenta anos representou o Brasil no estrangeiro e devia morrer Ministro em Lisboa, era para Penedo simplesmente “sujo e ridículo”. O Barão de Javary, por muitos anos nosso Ministro na Santa Sé, diplomata *doublé* de compositor, era “um preguiçoso”, medroso das sombras, sem a menor idéia da política do Brasil”. Varnhagen, o grande historiador, amigo do Imperador, que o fizera Visconde de Porto Seguro, em homenagem à sua notável *História do Brasil*, não passava para Penedo do “charlatão Varnhagen”. Outro protegido de Dom Pedro II, Domingos Gonçalves de Magalhães, Visconde de Araguaia, um dos maiores poetas brasileiros do tempo, era “um diplomata *amateur*, de gênio assumado e de um orgulho constitucional”. *J'en passe*.

* * *

O último posto do Barão de Itajubá foi em Berlim. Ali faleceu, como já disse, em 1897. Viúva, decidiu a Baronesa fixar residência em Paris, de onde nunca mais se afastou. Quando a conheci em Paris era já bem idosa, e embora ainda forte fisicamente, o espírito começava a declinar. Já não tinha mais a vivacidade de antes. E por vezes até embaralhava as coisas. Isso criava situações constrangedoras. Que o diga eu mesmo, quando de uma célebre encomenda de chá que ela me havia feito para eu comprar em Londres, um chá excepcional do Ceilão, que só se encontrava numa casa especializada lá para os lados de Westminster. Houve uma tal confusão, confusão que partiu, aliás, do próprio espírito da Baronesa, que por pouco não afetou a cordialidade de nossas relações, a simpatia que sempre me dispensou quando me acolhia em seu apartamento da Avenida Friedland. O fato foi que depois de comprado o chá, mandei-lhe a respectiva conta, convertidas as libras que eu gastara em francos franceses, que estavam então am alta. Ela levou muito tempo para pagar-me, e, quando fui a Paris, meses depois, já o valor do franco tinha caído substancialmente. Ora, ela queria fazer-me o pagamento tendo em conta esse franco desvalorizado. Fiz-lhe ver que, sendo assim, eu não recuperaria integralmente as libras que gastara com a compra do chá, recebendo muito menos do que realmente gastara. Depois de refletir alguns momentos, disse-me que iria consultar sobre o caso o seu banqueiro. Nesse entretempo ela contava o que se passara ao seu amigo Pedro Leão Veloso, Conselheiro da nossa Embaixada, dizendo que precisava ter muito cuidado “com esses Lyrios”. Esses Lyrios porque a encomenda que fizera

do chá me viera por intermédio de Trajano Medeiros do Paço, então Secretário da nossa Embaixada. Mas afinal tudo se arrumou quando o seu banqueiro lhe explicou que eu devia ser pago em francos correspondentes ao valor das libras despendidas.

* * *

Apesar da sua avançada idade, não modificara em nada o seu trem de vida e deveres sociais. Paramentava-se todas as tardes com seus vestidos de seda adamascada. E, nas noites da Ópera, estava sempre presente, com amigos que convidava, no camarote do qual era proprietária. É preciso dizer que a Ópera de Paris, pelo menos nesse tempo, era um teatro que pertencia quase todo aos seus assinantes. Cada um tinha ali seu camarote ou sua poltrona, alugados por determinado número de anos, tornando-se, assim, a bem dizer, seus verdadeiros proprietários.

Com o passar dos anos, o espírito da Baronesa começou a desandar. Seu espírito não era o mesmo de antes. Vivendo só e não tendo filhos, nem parentes próximos em Paris para zelar por ela e por suas coisas, seus criados, que eram muitos e os verdadeiros donos da casa, começaram pouco a pouco a despojá-la dos vários objetos que lhe guardavam as salas do apartamento. Simplificavam, é certo, com isso, o futuro processo do seu inventário, com a retirada antecipada de muita coisa de valor que ela iria deixar para os seus diversos herdeiros, quando entregasse sua alma ao Criador, com o que, naturalmente, não concordariam esses herdeiros.

Embora diferente sob muitos aspectos, a Baronesa de Itajubá fazia lembrar uma outra senhora que conheci, muitos anos antes dela, portanto de uma geração anterior à sua, mas que revivia também a velha sociedade imperial brasileira. Refiro-me à Dona Joanhina da Veiga Ponte Ribeiro, que fôra nossa vizinha na Travessa Doux, à Rua Voluntários da Pátria, em Botafogo, aí pelos anos de 1902, e que de então até o seu falecimento, ocorrido alguns anos mais tarde, manteria as melhores relações de amizade com meus pais. A lembrança mais remota que tenho dela não se ligava à casa da Avenida Doux, pois eu era então uma criança, mas da Praia do Botafogo, pelo ano de 1907. Ainda recordo os dias em que ela ia nos visitar, sentada numa das poltronas da sala de visitas, empertigada no seu espartilho, com um vestido de gurgurão de seda, muito digna e cheia de compostura.

Pouco antes tinha perdido o marido, o Almirante Ponte Ribeiro, irmão do Barão da Ponte Ribeiro, um dos bons diplomatas do Império, especializado nos estudos de nossos problemas de fronteira, cuja tradição é conservada ainda viva no Itamaraty, inclusive no almanaque do pessoal, pois um de seus bisnetos ou sobrinhos bisnetos, é o atual Embaixador Carlos Eiras.

Muita vez marca-se em nossa memória um detalhe secundário ou quase insignificante, de uma cena, de um drama ou de qualquer personagem que tenhamos conhecido na primeira mocidade, quando os principais já foram desde muito diluídos com o correr dos anos e as sensações novamente vividas. De Dona Joanhina Ponte Ribeiro é verdade que me lembro ainda de seus vestidos de seda, de seus raros cabelos brancos, de seu perfil um pouco duro, seu nariz grande e anguloso. Mas o que sobretudo se gravou em minha memória, talvez porque esse objeto devia ferir mais a imaginação de um

menino do que qualquer outra detalhe de sua *toilette*, foi uma pequena espada de ouro que ela trazia ao peito à guisa de broche, com um punho de uma pedra vermelha que devia ser rubi. Essa espada devia ter sido um presente ligado à carreira militar do marido, com sua ação na guerra do Paraguai, onde servira sob as ordens dos Almirantes Barroso e Tamandaré.

Dona Joanhinha era filha de Evaristo da Veiga, o grande jornalista da Independência, redator da *Aurora Fluminense*, falecido em 1837. Por ela eu me considerava ligado à geração que libertara o Brasil do domínio português e lançara as bases do Império liberal que nos devia governar durante quase setenta anos. Quando o pai morreu ela devia ser uma criança. Estava destinada entretanto a sobreviver-lo para mais de setenta anos.

Foi talvez a mulher mais velha que conheci. Nunca ousei perguntar-lhe a idade. Mas quando morreu já devia estar próxima dos 100 anos. Nunca soube que tivesse estado doente. Devia ser como a avó escocesa da Duquesa de Clermont Tonnerre, “dura como a gente da sua raça”, diz ela, que só tinha recolhido ao leito para parir os filhos e para morrer.

Dona Joanhinha devia ser também como aquela senhora muito idosa, que sentada na mesa de um jantar, alguém virou-se para o Padre Mugier, ao seu lado, dizendo duvidar que ele a beijasse.

— Porque não, — respondeu o Padre. — Pois ela não é hoje uma verdadeira relíquia?

* * *

Eu não estive ligado à época da Independência apenas pela filha de Evaristo da Veiga. Também pelo Visconde de Barbacena, filho do célebre Marquês, que foi Ministro de Dom Pedro I, seu primeiro representante diplomático em Londres e negociador ali do reconhecimento da Independência e do Império; pouco tempo depois devia voltar à Europa, encarregado de arranjar uma segunda mulher para o Imperador, que foi a nossa Imperatriz Dona Amélia, e trazê-la para o Brasil, em 1829. Nessa ocasião seu filho, feito pouco depois Visconde, era Secretário da nossa Legação em Londres.

Quando conheci o Visconde de Barbacena, por volta de 1903, sendo eu um menino de dez anos, ele andava pelos seus 101 anos, pois nascera em 1802. Foi o homem mais velho que conheci. Estava ainda forte e desempenado — para a idade, bem entendido. Andava muito bem trajado, de sobrecasaca e cartola, e se dava ao luxo de descer do bonde quando este se achava ainda em movimento.

Possuía umas terras em Minas Gerais, de que sempre falava, nas quais, segundo ele, havia ricas minas de ouro ainda inexploradas. Recebera essas terras, creio, de seus antepassados, os poderosos Cardeiras Brant, que foram umas das famílias mais opulentas do Brasil. Quando o Marquês de Barbacena residia na Bahia e ali passou, como oficial de uma corveta francesa, o Príncipe Jerônimo Bonaparte, irmão de Napoleão, Barbacena convidou-o para jantar em sua casa, sendo os pratos servidos numa baixela de ouro. Mesmo para a época, semelhante requinte de luxo era de chamar a atenção.

Quando o Marquês caiu no desagrado do Imperador e foi posto fora do Governo

com a sem-cerimônia com que se despede um criado, apesar de seus grandes e relevantes serviços ao Brasil, ao Império e ao próprio Monarca, não faltou naturalmente quem o acusasse de toda a sorte de crimes, e o próprio Dom Pedro I, que não tinha o sentimento da gratidão, foi o primeiro a lançar-lhe o anátema. “Porque não roubou? Como o Barbacena?”, disse a um de seus Ministros, que se lamentava de ficar na miséria com a partida do Imperador para a Europa, em consequência da abdicação em 7 de Abril.

O Marquês, no fundo, não era seguramente mais honesto nem menos honesto do que o geral dos homens de seu tempo, do que o próprio Pedro I, que tendo abdicado o trono do Brasil e se retirado para a França, não teve escrúpulo em levar consigo grande parte de objetos de valor, quadros e muitas outras coisas, que guarneciam os Paços do Rio de Janeiro e eram propriedade dos filhos ou do próprio Governo Brasileiro. Podia ser que Barbacena tivesse roubado, como os outros, mas a verdade é que descendia de uma das mais opulentas famílias do Brasil colonial; e em Minas Gerais até hoje se fala nas riquezas quase lendárias do famoso Caldeira Brant controlador de diamantes, um de seus bisavós.

* * *

As terras de que o Visconde era proprietário, deviam ser os últimos fragmentos desse patrimônio, e era bem possível que ali houvesse de fato as famosas minas de ouro de que ele tanto falava. Nos últimos anos de vida andou interessadíssimo na exploração desse suposto tesouro, e a todo aquele que o ia visitar em sua casa da Rua São Salvador, no Catete, ele logo chamava para examinar os mapas que estendia sobre a mesa, assinalando os lugares onde dizia existirem as tais minas. Um dia um seu amigo, a quem ele exibia esses mapas, e se lamentava de não dispor de capitais para a exploração das minas, observou-lhe:

— Mas, Sr. Visconde, o Sr., na sua idade, não deve estar se aborrecendo com essas coisas. Já tem o suficiente para viver.

Barbacena fitou-lhe com um ar de grande surpresa. Depois exclamou, apontando para as supostas minas assinaladas no mapa:

— Mas é aqui que está todo o meu futuro!

Ele tinha justamente completado na véspera a idade de 101 anos.

Quando foi do jubileu do reinado da Rainha Vitória da Inglaterra, em 1887, toda a colônia inglesa do Rio se reuniu para comemorá-lo num dos clubes da cidade. Foi particularmente bem acolhido e festejado nessa ocasião um inglês, o decano da colônia, que tinha assistido em Londres ao casamento da Rainha, em 1840. Qual não foi, porém, a surpresa de todos quando apareceu na sala o Visconde de Barbacena, que não só tinha assistido à coroação da Rainha, como a tinha conhecido na Corte da Inglaterra, menina ainda de dez anos de idade!

O Visconde devia morrer no Rio em 1905, com 103 anos. Era o último Caldeira Brant do ramo principal da família que ainda existia, pois não deixou filhos e o único filho de seu irmão, o Conde de Iguaçu, tinha falecido em 1868, com a idade de 14 anos. Iguaçu fôra casado, como se sabe, com uma das filhas de Dom Pedro I e da Marquesa de Santos. O Visconde morreu pobre, sustentado apenas pela modesta pensão

que recebia do Banco do Brasil, ele que pertencera afinal a uma das mais ricas, das mais poderosas e das mais conceituadas famílias brasileiras! Era mais um exemplo da decadência impressionante dessas famílias, da falência de quase todas elas, cujo esplendor raramente passava da segunda geração. Por vezes não passava mesmo da primeira.

O Embaixador das Graças

Em março de 1925 fui a Paris, aguardar a chegada de Raul Régis de Oliveira, que vinha do Brasil para assumir o posto de Embaixador em Londres. Desembarcara em Lisboa e devia chegar a Paris pelo Sud-Express. Fui esperá-lo, com Ciro de Freitas Vale, na estação do Quai d'Orsay.

Na véspera, à tarde, eu havia estado na Embaixada da Avenida Montaigne. Encontrara Sousa Dantas muito zangado, fazendo no corredor uma espécie de *meeting* contra Raul Régis; contra ele e contra a mulher, Dona Gina, da qual dizia coisas que não são para repetir. Como já se fizesse tarde e não houvesse mais quase ninguém na Embaixada, ele se contentava, como ouvintes, com Pedro Leão Veloso, então Conseqelheiro ali, e Léon Lévy, o Arquivista. Minha chegada o animou.

Dantas dizia que Régis andara manobrando no Itamaraty para tirar-lhe o posto de Paris. Fustigava o colega com aquela causticidade que costumava usar em seus momentos de zanga. E prometia dizer uma porção de coisas feias a Régis. Bem: a coisa ia se tornando algo séria. Leão Veloso sorria meio contrafeito, achando, como diria Domício da Gama, que a “peça estava tomando-se imoral”. Levy não dizia nada. E Dantas insistia em seus propósitos belicosos. Afinal, julgando que o negócio ia mal, pensei dever intervir:

— O Sr. não vai fazer isso; seria provocar um escândalo.

Mas ele se mostrava irredutível, insistindo em que Raul Régis o andara intrigando no Rio para tirar-lhe o posto. É claro que exagerava. Que alguns colegas seus o teriam desde muito desalojado de Paris, se tivessem podido, era muito possível. A carreira era desunida. E por vezes impiedosa. A “guerra dos postos” era uma coisa tradicional em todos os serviços diplomáticos do mundo.

Dantas podia ter, assim, até certo ponto, motivos de apreensão. Mas é evidente que exagerava. Via concorrentes em todos os Embaixadores seus colegas, e também em alguns políticos cuja situação no Brasil não afinava muito com a música do Governo. Tinha a todos como rivais, que só esperavam o momento favorável para alijá-lo do rés-do-chão da Avenida Montaigne, que muita gente achava simplesmente inabitável, mas que não faltava quem o quisesse ocupar.

Quanto a Régis de Oliveira, compreendo que pudesse dar-lhe apreensões, sabido que tinha uma grande predileção por Paris, ele e a mulher. Régis fôra Ministro ali (não se havia ainda criado a Embaixada) lá pelo ano de 1919, quando Domício da Gama, seu amigo, estivera à frente do Itamaraty. Mas não ficara muito tempo em Paris: elevado o posto a Embaixada, foi removido para a Legação de Haia. Admito que não tivesse perdido desde então a esperança de voltar a Paris, como chefe de Missão, mas não estou certo de que fizera, naquela ocasião, no Rio, qualquer trabalho neste sentido.

* * *

De toda a maneira Dantas o tinha como um concorrente perigoso, e tanto com maiores apreensões quanto Régis conservava em Paris um pequeno apartamento à Praça de Iena, nº 8, que ele instalara ao tempo em que fora Ministro ali. Era um rés-do-chão, o que os franceses chamam um *pied-à-terre*. O fato de ele ter sempre ali o “pé no estribo”, dava a Dantas sérias preocupações. Provocava-lhe momentos de grande irritação. Como naquela tarde, quando queria a todo o transe descompor Raul Régis.

Pensando que podia bem fazer uma tolice (porque eu acreditava ainda nas iras do Dantas), sugeri que em vez de receber Régis como ameaçava fazê-lo, no caso em que o último o fosse procurar, que mandasse simplesmente dizer que não estava em casa. Era mais conforme com os usos e costumes diplomáticos. Ele refletiu dois minutos. Virando-se depois para o mulato Dantas, contínuo da Embaixada, que passava ao fundo do corredor disse-lhe:

— Você conhece um Embaixador que se chama Régis de Oliveira? Pois, se aparecer aqui procurando-me, diga-lhe que não o recebo! Diga-lhe que não estou em casa, que saí!

Arranjadas, assim, as coisas desta forma menos violenta, como convinha a dois Embaixadores da República, deixei a Embaixada. Não me sentia, entretanto, tranqüilo. Tanto que no dia seguinte quando estive com Régis em seu apartamento da Praça de Iena, inteirei-o do que se passara na véspera na Embaixada, evitando, naturalmente, para não assustá-lo, referir-lhe a disposição belicosa em que estava Dantas.

Régis achou muita graça na história. Achou mesmo uma imensa graça: “Ora, o Dantinhas!, disse ele. Nunca fiz nada para tirar-lhe o posto. Deram-me Londres e estou satisfeito. Vou ser Embaixador onde meu pai foi Ministro. Que mais podia desejar?” E acrescentou: “Vou procurá-lo ainda hoje mesmo na Embaixada. E verá que não acontecerá nada. Conheço o Luís”.

Na manhã seguinte voltei a avistar-me com Régis. Encontrei-o com o bom humor de sempre. Perguntei se havia estado com Dantas. Que sim, respondeu: tinha ido procurá-lo na Embaixada. “Por sinal, acrescentou, que foi muito engraçado: recebido à porta pelo contínuo, este foi logo dizendo que “o Embaixador não estava” Mas justamente naquela ocasião Dantas passava no fundo do corredor, envolto numa *rôbe de chambre*. Surpreendido, teve que me receber.

— E então: indaguei.

— Ora, recebeu-me muito bem. Disse-lhe que era uma tolice estar pensando que



O Aga Kan



Di Cavalcanti em Paris, em 1924, diante de uma de suas telas



Em Paris, na casa do Cônsul Luís de Magalhães Tavares. Em cima: Sra. Luís do Amaral, Sra. Tavares, e Sra. Marins Pinheiro. Embaixo: O Autor, Luís do Amaral e Luís de Magalhães Tavares



Raimond Poincaré, Presidente do Conselho de Ministros em França



HÔTEL DE CRILLON

DÉJEUNER

du 13 Octobre 1923



Lu Meyer *S. Joch*
Yunnan

Menu do almoço que o Embaixador Sousa Dantas deu em Paris em homenagem a Afrânio de Melo Franco



Embaixador Sousa Dantas (à direita do Núncio do Papa), numa recepção diplomática em Paris

eu queria tirar-lhe o posto. Aceitou logo as minhas explicações. E ficou de almoçar comigo amanhã.

Much ado about nothing. Muito barulho por nada. Sousa Dantas foi sempre assim. Tudo fogo da palha. Ninguém era mais violento em seus ataques – violência em palavras, já se vê. Ninguém mais impiedoso. Dizia tudo que lhe passava pela cabeça. Mas uma vez serenada aquela tempestade interior, falava o coração, e ninguém então era capaz de maiores abnegações. Era capaz até de ficar nu para vestir um inimigo da véspera. De se desfazer do último vintém que tinha no bolso. Todos os Dantas eram assim.

* * *

Quando Domício da Gama foi Ministro do Exterior, Dantas era o nosso Ministro junto ao Quirinal (ainda não tínhamos ali Embaixada), posto que adorava, e onde desfrutava a melhor situação política e social. Era o tempo em que Gabriel d’Annunzio o chamava *Embaixador das Graças*. Instalara-se, fazia pouco, no belo Palácio Dória Pamphili, à Praça Navona (antigo Circo Angonale do tempo dos Romanos), construído no meado do século XVII pelo então Cardeal João Batista Pamphili, depois Papa Inocêncio X, e que, graças à diligência e aos esforços de Hugo Gouthier quando Embaixador em Roma, o Governo Italiano dera licença para ser comprada e instalar ali definitivamente a nossa Embaixada. Fato tanto mais a assinalar por ser o Palácio Dória Pamphili patrimônio nacional, e o Governo Italiano poder embargar essa compra, como já fizera com relação ao Palácio Farnese, outro dos grandes Palácios de Roma, quando a França o comprara aos Príncipes Bourbons de Nápoles em 1904: a compra fora anulada pelo Governo Italiano, e tudo que a França conseguiu foi alugá-lo pelo espaço de 99 anos. Eu nunca pensei que Gouthier tivesse meios e modos de comprar o Dória Pamphili, sabendo das dificuldades que iria encontrar para efetivar essa compra. Quando uma vez veio a Lisboa, e estive com ele num *arraial* em Sintra, promovido pela Condessa de Paris, ao ouvir dizer-me que “estava comprando” o Palácio Dória Pamphili, eu respondi-lhe: “Essa compra você não faz não. Só acreditarei vendo o negócio concluído com autorização do Governo Italiano. Pois, se este não consentiu que a França comprasse o Palácio Farnese, como vai deixar que o Brasil compre o Dória Pamphili?”. E, contrariamente ao que esperava, o negócio foi feito. O Brasil tem hoje em Roma a mais bela das suas Embaixadas.

Instalado no Palácio Dória Pamphili, Sousa Dantas fazia ali vida de grã-senhor, embora cercado de modéstia e de simplicidade pessoal. Por vezes não tinha até o que comer ao almoço. Não por falta de meios pecuniários, apesar de ele ser tradicionalmente um perdulário. Mas é que o cão do Lourival de Guillobel, Secretário da Legação, comia-lhe o almoço. Era um animal grande, colossal, peludo, de poucos amigos e de muito apetite, que entupia todos os dias as portas da nossa Legação. Parecia ser ali a personagem principal. Dantas não gostava do cão. Mas gostava do Guillobel. E, sabendo quanto este era ciumento do animal, quanto era susceptível, não ousava insurgir-se contra tão inômodo hóspede, mesmo quando este ia à copa ou à cozinha e comia o que não lhe pertencia. Mais de uma vez aconteceu que, chegando atrasado à Legação

e reclamando às pressas o almoço, ouvia do copeiro: “O cachorro do Sr. Guillobel já o comeu”.

* * *

Essa história faz-me lembrar o que se passou com os dois cães do Aga Khan quando ele se hospedou no Royal Hotel de Evian, cerca de 1924. No fim da sua estada ali o gerente do hotel apresentou-lhe uma conta de 9.500 francos pela alimentação dos cães. Essa soma, naquele tempo, era um dinheirão. E o Aga Khan, apesar de imensamente rico – valia o seu peso em ouro – reclamou do gerente do hotel, pedindo explicações por tão grande soma. E a resposta que teve foi que “os cães de Sua Alteza têm tido muitos convidados”... Outra história de cães, passada também em Evian, foi com um *pekinois* de Mrs. Pulitzer, uma ricaça norte-americana que costumava hospedar-se no Royal de Evian. Tinha um criado que se ocupava exclusivamente do cão, cujo nome era Bob. Uma vez Mrs. Pulitzer constatou que Bob estava cada vez mais magro. Interpelando o criado, este respondeu-lhe que culpa era da péssima comida que davam no hotel ao seu cãozinho. Ela então deu ordens para que este passasse a comer *à la carte*, quer dizer, a mesma comida dos hóspedes do hotel. Assim, que, ao deixar o hotel, o respectivo gerente apresentou-lhe a conta da comida do cão: *caviar, foie gras*, etc. E, como bebida, champanhe Moët e Chandon. Se a história não é verdadeira... é bem contada.

* * *

Bem. Sousa Dantas vivia, pois, encantado em Roma, apesar do cão do Guillobel. Não aspirava nem pretendia outro posto. Mas aconteceu que um belo dia Domício da Gama o removeu para Bruxelas, ou melhor, o promoveu a Embaixador em Bruxelas. Apesar de promovido, Dantas ficou grandemente estomagado com Domício por lhe haver tirado de Roma. E nunca mais o perdoou. Toda vez que eu ia a Paris e ia ver Dantas na Embaixada, ele desancava em cima de Domício. A coisa ficara-lhe positivamente atravessada na garganta, anos e anos seguidos.

Ora, aconteceu que Domício perdeu a situação que desfrutava no Itamaraty. Caiu no ostracismo e foi posto em disponibilidade. Foi passar alguns dias em Paris, antes de regressar ao Brasil. Ali muita gente, que antes o obsequiara, passou a evitá-lo, sobretudo colegas brasileiros, com medo de se indisporerem com o Governo no Rio. Quando não lhe davam simplesmente as costas, evitando-o ou saudando-o abertamente contrafeitos. Houve, entretanto, entre poucos, uma exceção: Sousa Dantas. Não só o acolheu, como o cercou das maiores atenções, com uma generosidade sem par. E timbrou em fazer isso ostensivamente, gesto que não refletia somente a consciência que possuía da dignidade humana, sobretudo do homem na desgraça, mas também a generosidade de seu coração, sua bondade, a propensão que tinha, e era quase uma segunda natureza, para fazer o bem, de servir, de sacrificar o que fosse para a prática de uma boa ação.

Dantas foi acusado, muitas vezes, senão de aulico, pelo menos de cortejar os poderosos e de se exceder em amabilidades sempre que se tratava de pessoas de evidência no

Brasil, de um figurão qualquer ou de um político de alta projeção. Por certo que cercava essa gente, quando aparecia em Paris, de todas as atenções, sacrificando o que fosse de sua comodidade pessoal para lhe ser útil ou agradável. Estava isso um pouco em seu temperamento. Mas estava também na inteligência com que sabia desempenhar suas funções. Sabia quanto os nossos patrícios eram susceptíveis, quanto eram sensíveis às atenções que lhes dispensávamos no estrangeiro. Sabia também, por outro lado, quanto isso era essencial para se ter no Brasil uma “boa imprensa”, para se conservar amigos ou fazer novos. E sobretudo como era necessário proceder assim para se defender de quantos lhe disputavam o posto. Se Domício da Gama tivesse tido um procedimento igual em Londres, talvez não tivesse caído tão cedo em desgraça.

Havia mal nisso? Não me parece. Desde que saibamos ser igualmente compreensivos e humanos para os que estão no outro lado da vida, os desamparados, os necessitados, os isolados política ou socialmente. É claro que Dantas não acolhia da mesma maneira um político influente, senhor de uma situação no Brasil, e um político no ostracionismo, desde que não se tratasse de um amigo pessoal seu. Ele não era em Paris uma pessoa privada, que pudesse distribuir atenções levando em conta exclusivamente os seus pendores íntimos, suas inclinações ou amizades. Mas sabia proceder para com os últimos de uma maneira digna, sem excessos, pode ser que com muita prudência, mas em todo o caso sem ferir o amor próprio ou a susceptibilidade de quem quer que fosse.

* * *

Comentou-se muito ele haver retirado ou deixado que retirassem da sala principal da Embaixada, logo depois da Revolução de 30, o busto de Washington Luís, que fora ali colocado quando este era Presidente da República. Dantas defendeu-se dizendo que o busto se partira num acidente involuntário, não sendo assim possível concertá-lo e conservá-lo na sala da Embaixada. Admitamos a versão como exata. O que não se pode aceitar é a opinião daqueles que entendiam que o busto devia ser conservado onde estava, ainda que nada lhe tivesse acontecido, e “apesar” dos acontecimentos que se tinham passado no Brasil.

Ora, o contrário é que devia ser. Dantas não só não estava na obrigação de conservar o busto ali, como estava no dever de retirá-lo, ainda que perfeito, uma vez que Washington Luís havia sido deposto pela Revolução de 30, vitoriosa naquela ocasião no Brasil. A Embaixada não era sua casa particular ou propriedade sua. Era a casa em Paris do Governo Brasileiro, sede da nossa representação diplomática; e seria contraditório, para não dizer simplesmente grotesco, que na sede oficial em Paris do Governo Brasileiro figurasse no lugar de honra o busto do homem que esse mesmo Governo, ou a revolução por ele havia, fazia pouco, apeado do poder, encarcerado e exilado. Dantas podia ter deixado o busto onde se encontrava, se assim o entendesse. Mas estava então no dever de exonerar-se do cargo de Embaixador do Brasil, como protesto pela deposição de Washington Luís. Ele podia ser censurado se tivesse feito desaparecer o busto de sua casa particular, com medo de se indispor com o novo Governo. Mas o caso não era este.

* * *

O cargo de Embaixador em Paris é um dos mais ambicionados do serviço diplomático. No entanto é dos mais difíceis de ser exercido. Dos mais delicados. Dos que exigem do chefe da Missão uma maior dose de bom-senso, de equilíbrio e de *savoir faire*. Não pelos problemas políticos ou econômicos que nos ligam à França, que são até certo ponto de menor valia. Mas por tudo que a Embaixada ali significa para o geral dos brasileiros, e sobretudo para os que vão a Paris para negócios, para passear ou simplesmente se divertir. Saber tratar ou receber estes como cada um espera ou deseja ser recebido ou tratado, eis toda a arte do Embaixador em Paris. E quantos têm tido esse dom? Uns têm-se mantido ali por pouco tempo, por haverem feito de menos; outros por haverem feito demais. Donde se conclui que aqueles que se conservaram muito tempo foram os que se colocaram na justa medida. Sob o regime republicano, apenas dois, dos nossos chefes de Missão em Paris, conseguiram isso, Sousa Dantas foi um deles.

Tinha uma grande prática diplomática, embora lhe faltassem certos dons de cultura, deixando-se ficar, a este respeito, geralmente no superficial. Gastão da Cunha, com o seu espírito mordaz, dizia que Dantas era como uma pérola – *muito brilho por fora e oco por dentro*. Não ousaria dizer que esse conceito fosse inteiramente verdadeiro. Talvez apenas em parte. Na arte da diplomacia ele fazia certas coisas que eram certamente para enganar os tolos. Assim que quando dava um jantar ou um almoço, mandava depois a notícia para os jornais, sobretudo o *Figaro*, dizendo – *parmi les invités...* e dava os nomes de notabilidades franceses, que tinham sido de fato convidadas, mas que por motivos diversos não aceitaram o convite e deixaram de comparecer. Dantas sabia que era um *truque*: essas notabilidades tinham sido, de fato, convidadas e ele não mentia dizendo isso nos jornais, muito embora tivessem declinado o convite. Mas o leitor desprevenido, lendo a frase – *parmi les invités...* concluía que esses convidados estavam de fato no jantar ou no almoço dado por Dantas.

Dois almoços em Paris

Em fins de 1925 começou a circular nas rodas brasileiras da Europa, especialmente em Paris, a notícia de que Afrânio de Melo Franco seria o Ministro do Exterior do Governo de Washington Luís, a inaugurar-se em novembro do ano seguinte. Melo Franco era meu Chefe na Delegação Permanente do Brasil junto à Liga das Nações, em Genebra. Isso lhe deu, como era de esperar, imediato prestígio, e o prestimoso e sempre amável Embaixador Sousa Dantas, que nessas coisas não cochilava, logo lhe preparou um grande almoço no Hotel Crillon, então um dos melhores de Paris, abrilhantando-o com a presença nada menos de três glórias militares francesas, ainda frescas da guerra que fazia pouco terminara: o Marechal Foch, ex-Comandante em Chefe dos Exércitos aliados, e os Generais Mangin e Gouraud, este Comandante Militar de Paris. Fui um dos comensais desse almoço.

Ao Marechal Foch eu tinha visto apenas uma vez, e assim mesmo de longe, sem lhe ter podido falar. A Gouraud já tinha visto em várias ocasiões, e a Mangin uma só vez, em fevereiro de 1924, na Sorbonne, quando ele, de volta de uma viagem que empreendera à América do Sul, pronunciara uma conferência sobre os vários países que tinha visitado, inclusive o Brasil. Conferência, aliás, sob todos os aspectos, medíocre e maçadora. Mangin nada tinha de orador e muito menos de conferencista. Sua voz era rouca e sem volume, pronunciava mal as palavras, num tom monótono e enfadonho, o que, somado a uma máscara de poucos amigos, o tornava o homem menos indicado para ocupar uma tribuna. Pior do que ele só mesmo o Marechal Joffre. Quando Viviani acompanhou Joffre numa viagem oficial aos Estados Unidos, ele disse: *Si le Maréchal ouvre la gueule, je fous le camp!*

O almoço de Sousa Dantas foi brilhante. Correu à altura de sua tradição nessa espécie de homenagem. Eu estranharia apenas um certo número de pessoas, sem qualquer significado, que ele fizera sentar à mesa, a começar pelo Arquivista da Embaixada, o digno Léon Levy, homem pessoalmente o melhor, o mais respeitável, a bondade personificada, mas sem categoria para ombrear naquela mesa com os três heróis da Grande Guerra. Levy, e não se precisa dizer, era de raça Israelita, mas creio que convertido ao rito católico. O que os portugueses chamavam antigamente de cristão-novo. Na Embai-

xada da Avenida Montagne era estimado por todos, inclusive por Carlinhos de Ouro Preto, então 2º Secretário ali, e depois Embaixador, onde iria falecer ainda relativamente moço. Este dizia a Levy que, depois de Cristo, ele era o melhor Judeu que já havia pisado este mundo e só não o perdoava quando Levy pretendia explicar o sacrifício de Jesus. Carlinhos dizia que toda a história da crucificação de Cristo pelos Judeus não passava de uma lenda posteriormente forjada, acrescentando que a verdade era que Jesus tinha fugido para Roma e aí morrido numa pensão de família, que existia então para os lados do Janículo.

* * *

Quando me aproximei do Marechal Foch encontrei um homem extremamente simples, de uma aparência antes modesta, no seu paletó-saco burguês, acessível a todos e indiferente, quase, às homenagens que lhe dispensavam, habituado que estava, desde 1919, a ser distinguido por quantos, entre franceses e estrangeiros, eram sensíveis à sua glória de soldado. Tornara-se em França, desde algum tempo, uma espécie de encarnação viva da Pátria, festejado e incensado por todos; e, como o homem de todos os partidos, acabou por não se pertencer mais a si próprio.

Quando, terminado o almoço, pedi-lhe que assinasse o nome no *menu*, para que eu o guardasse como uma lembrança daquele dia, não pôs nenhuma dificuldade, dizendo apenas: “Sim, com muito prazer”. E, pegando-me pelo braço, apontou para uma das janelas que davam sobre a Praça da Concórdia: “Vamos para aquele recanto, porque se nos vêm, todos hão de querer também um autógrafo. Desde que a guerra terminou, não faço outra coisa senão dar autógrafos”. E assinou o *menu*, que, para ficar completo, fiz também assinar pelos outros dois Generais. Quanto a Gouraud, depois de uma curta hesitação, pôs o nome com a única mão que lhe restava (perdera um dos braços na guerra), ponderando: “Desde que Foch o assinou, vá lá”. Mangin não disse nada: assinou-o com uma mão firme e nervosa. Restituiu-me depois o papel sem pronunciar uma palavra e se afastou, também sem dizer nada. Nessas três atitudes eu via estampada a natureza de cada um daqueles heróis.

* * *

Pouco depois desse almoço, que eu chamaria “dos Generais”, e, como não bastasse a homenagem já prestada ao “futuro” Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Sousa Dantas deu-lhe um outro de menores proporções, à verdade, mas em compensação num lugar menos público e de maior distinção. Foi no Clube de L’Union, no *boulevard* da Madalena. Também fui um dos convidados de Sousa Dantas. Nessa ocasião eu voltava de Genebra, e, antes de regressar a Londres, passava uns dias em Paris. Nesse segundo almoço tivemos a presença de Raimond Poincaré, que, tendo sido Presidente da República durante a primeira Guerra Mundial, era agora o Presidente do Conselho de Ministros da França. Fora chamado ao Governo para salvar o franco (*redresser le franc*, como diziam), porque a política desastrosa de seu antecessor, o volumoso Sr. Herriot, quase levava a França a uma bancarrota. Ao almoço devia estar

também Madame Poincaré. Sousa Dantas era ainda um solteirão. Melo Franco era viúvo. Assim que, para fazer as honras femininas do almoço, estê fizera-se acompanhar de sua filha mais velha, Amelinha, minha amiga, alma de uma santa, tão cedo roubada do convívio de quantos louvavam suas inigualáveis qualidades.

Não tendo as proporções nem as glórias militares do primeiro almoço no Crillon, este teve, em compensação, um significado político maior com a presença do Chefe do Governo Francês e antigo Presidente da República. Poincaré e a mulher foram muito gentis para os convidados do Embaixador do Brasil, e pródigos em sorrisos e apertos de mão. Madame Poincaré era muito simpática, e, por sua inteligência, pela vivacidade de espírito e o colorido de suas frases, não parecia deslocada ao lado da grande personalidade que era o marido. Em sua mocidade devia ter sido uma mulher bonita, se bem que lhe faltasse certa distinção feminina, peculiar em geral às francesas daquele tempo. Divorciada do primeiro marido, um francês de origem italiana chamado Benuci ela se casara com Poincaré apenas no civil, uma vez que ainda vivia o primeiro marido. Morto este, ela fizera em 5 de maio de 1913 o casamento religioso, realizado pelo Cardeal Baudrillart, nas vésperas da eleição de Poincaré à Presidência da República. Como tivesse o nome de Henriette, e fosse mulher do Chefe do Estado, passaram a chamá-la de *Henriette de France*.

* * *

Poincaré nada tinha pessoalmente de simpático. Seu ar era frio e distante, e desarmava toda a natureza exuberante que dele se aproximasse. Falando embora com abundância, e gostando mesmo de falar, raramente pronunciava uma palavra de espírito. O tom de austeridade que dava às palavras intimidava a todos. André Sigfried dizia que Gambetta, quando entrava no Parlamento, a temperatura do recinto subia logo dez graus. Com Poincaré dava-se o contrário. “O frígido Loreno”, como o chamavam. Fisicamente era um homem feio: baixo, gorduchote, de bochechas salientes. Era calvo, e o resto de seus cabelos, já quase inteiramente encanecidos, sobrava-lhe pelas orelhas e pelo colarinho. Usava um bigode branco e uma barba de ponta, também já encanecida.

Seco por temperamento, não era, já se vê, um homem de imaginação. Metódico no modo de viver, tomava nota de tudo, pensava em tudo, não se esquecia de nada, não deixava carta sem resposta nem conta sem pagar. Possuía uma boa cultura clássica, era muito aplicado aos estudos, mas era tido como pouco inteligente. *Il sait tout mais ne comprend rien*, diziam dele. Tinha um fundo autoritário, quase despótico. Os Ministros, seus colegas ou colaboradores, queixavam-se da forma disciplinar que ele dava às reuniões do Gabinete, verdadeiras aulas de colegiais. “Senhores, dizia ele quando os Ministros se mostravam mais loquazes, são proibidas as conversas particulares”. De outra vez um dos Ministros se permitiu escrever umas notas, possivelmente algum bilhete ou uma carta, durante a reunião do Gabinete. “Senhor Ministro, observou-lhe Poincaré, lembro-lhe que em França não se usa tomar notas durante a reunião do Conselho”. Tinha sobre esses e outros aspectos muita coisa do nosso Eptácia Pessoa, cuja severidade com seus Ministros ficou tradicional. Haja vista o que se passou com

seu Ministro da Fazenda, Homero Batista, que viúvo, e não sendo mais um homem novo, queria casar-se com uma jovem rapariga, o que não permitiu Epitácio. Este entendia que a diferença de idade entre os dois exporia seu Ministro ao debique público. Podia casar-se, se quisesse, mas neste caso teria que deixar a pasta de Ministro.

* * *

Meticuloso em tudo, Poincaré não deixava passar o menor deslize ou o mais insignificante engano, sempre que se tratasse de um papel do Estado. Certa vez seu Sub-secretário das Belas Artes devia pronunciar um discurso oficial. Submeteu antes o respectivo texto ao Presidente do Conselho. “Devolvo-lhe amanhã”, disse-lhe Poincaré recebendo o papel. No dia seguinte restituiu-lhe o documento, fazendo-lhe apenas uma observação. “Há um erro de francês à pág. 9, disse.

– Não o encontro – respondeu-lhe o Sub-secretário, depois de um rápido exame.

– O Sr. escreveu a palavra *inlassable* – observou-lhe Poincaré. – Isto não é francês. O *n* em francês se elide diante do *l*. Não se diz *inlégitime*, diz-se *illégitime*.

– De acordo, – respondeu o outro; – mas também não se diz *illassable*.

– Nesse caso – replicou secamente Poincaré – procura-se uma outra palavra.

Outra faceta do sentimento autoritário de Poincaré dá-nos o Conde de Saint-Aulaire, que era Embaixador de França em Londres: tomou a iniciativa de ir a Paris tentar fazer compreender ao Presidente do Conselho de Ministros francês a necessidade de fazer uma política de maior aproximação com a Inglaterra, em tudo que dizia respeito às questões com a Alemanha sobre reparações e segurança, chave, então, dessa política. Sobretudo na questão da ocupação da Rumânia pelas tropas senegalesas. Poincaré recusou receber Saint-Aulaire. Mandou dizer-lhe por Peretti, Diretor dos Negócios Políticos do Quai d’Orsay, que não admitia a presença em Paris do Embaixador de França em Londres sem sua autorização, e que ele voltasse para o posto dentro de vinte e quatro horas.

Saint-Aulaire tinha receio de que a política de desinteresse de Baldwin *vis-à-vis* dos problemas alemães pudesse animar na Alemanha aqueles que entendiam ter chegado a hora de libertá-la de algumas das cláusulas vexatórias impostas pelo Tratado de Versalhes. passados já tantos anos da assinatura desse ato. De fato em 1924 a França ainda tinha na Renânia a sua tropa de negros senegaleses, cerca de 4.000, do que tive a prova quando me desloquei da Colônia, para visitar um cunhado meu que estava doente num dos hospitais da cidade. Tendo-me hospedado num hotel dessa cidade, e descendo à noite para jantar, puseram-me numa mesa sem toalha, deram-me guardanapo de papel e recusaram-me dar manteiga. Queixei-me disso ao *maître d’hôtel*, fazendo-lhe ver que eu era um estrangeiro, e que, a uma mesa próxima à minha, estavam sentados quatro negros senegaleses, que tinham toalha, guardanapos de pano e manteiga. O *maître d’hôtel* respondeu-me que os negros eram tropas de ocupação; que os próprios alemães não tinham direito ao que eu queria, e que ele era obrigado a dar às tropas francesas tudo que desejavam. Voltei para Londres francamente revoltado, compreendendo toda a espécie de vexames com aquele estado de coisas, o oprobrio que era para a Alemanha, depois de ter assinado uma paz sem condições, e continuar

a ser, para a Inglaterra e para a França, sobretudo para esta, menos do que um país colonial. Aliás, não foi por outros motivos que Adolfo Hitler, incarnando no seu partido a honra da Alemanha, tentou por várias vezes, junto à França e à Inglaterra, anular certas cláusulas vexatórias do Tratado de Versalhes; e, não sendo ouvido, preparou a Alemanha para anulá-las pela força. Mas isso é outra história.

* * *

Tendo atrás de si uma das mais longas carreiras políticas de França, Poincaré não quis nunca ser o que se chama um “político profissional”. A política não nos dá nunca liberdade de pensamento nem independência material, salvo se a usarmos desonestamente. Ora, Poincaré, que era a virtude personificada, não quis jamais ficar na dependência dos partidos, e preferiu ir procurar sua independência no exercício da profissão de advogado, na qual se tornaria um dos expoentes da França. Não se esquecera do que ouvira da mãe, quando, jovem Deputado de 33 anos, anunciou-lhe ter sido nomeado Ministro. “Ser Ministro não é uma profissão”, dissera ela.

Tendo grande facilidade de expressão, gostava naturalmente de falar. Nunca o ouvi discursar. Mas como palestrador podia facilmente prender um auditório, apesar do timbre nada agradável da voz. Era metálica, e em sua maneira de dizer as coisas, tinha um quê de declamatório que não seduzia. A Duquesa de Clermont Tonnerre dizia que ele *pensait en discours*. De fato, durante todo o almoço (na mesa éramos cerca de umas 20 pessoas) fez praticamente sozinho as despesas da conversa. Falou um pouco de tudo, de sua vida em Paris, de Bar-le-Duc, sua terra natal, de sua passagem pelo Eliseu, quando era Presidente da República, das emoções da Grande Guerra, dos dissabores da política. Disse que redigia naquele momento suas memórias.

Essa obra, que se chamaria *Au service de la France*, deveria ser composta de dez grossos volumes, contendo tudo que dizia respeito à vida pública do político e homem do Estado. Das muitas obras dessa natureza que se publicaram em França nessa época, a de Poincaré lograria um sucesso quase sem precedentes, menos pelo valor intrínseco do livro, que no fundo era apenas uma coleção de *faits divers*, relatados na ordem cronológica, do que pelo papel que o autor desempenhara em França e a responsabilidade que tivera nos destinos da Europa, sobretudo numa das horas mais trágicas da História. Sob o ponto de vista literário valia bem pouco, nem tinha, aliás, penso eu, pretensão a valer muito. Era antes uma obra de documentação, e no fundo refletia bem as qualidades de seu autor: metucioso, amor ao detalhe, à precisão e à verdade dos fatos; franqueza às vezes desconcertante na apreciação dos acontecimentos em que se tinha envolvido ou dos homens com os quais havia tratado.

A todo aquele que não estivesse a par do método de trabalho de Poincaré podia parecer impossível, com a vida que ele levava então em Paris, os numerosos deveres do cargo de Presidente do Conselho, sua banca de advogado, os compromissos sociais de toda a espécie, as relações políticas e os encargos particulares, que encontrasse ainda tempo para escrever e publicar Memórias. A explicação disso estava não só no seu método de trabalho como na organização que procedera no seu arquivo, desde os primeiros anos de suas atividades políticas. Não jogava jamais um papel fora, não respondia à

carta alguma de certa importância sem guardar cópia, anotava tudo que lia, que via e que ouvia. Tudo a que assistia. Com semelhante sistema facilitava de tal modo a tarefa de redigir suas reminiscências que, a bem dizer, elas já iam ficando virtualmente prontas à proporção que se passavam os dias. Cabia unicamente a Poincaré o trabalho de atar, com pequenos comentários, todos os fatos e documentos já de antemão organizados, tarefa tanto menos custosa quanto ele não tinha a preocupação literária da forma, mas apenas a clareza e a verdade dos fatos.

E, para esse trabalho de concatenar os acontecimentos de sua vida, bastavam-lhe a diligência e a boa vontade de alguns secretários especializados, cabendo a Poincaré apenas o encargo de encaixar aqui e ali um comentário seu, uma nota de sabor pessoal, uma palavra amável ou uma frase causticante, segundo a natureza do acontecimento ou o personagem nele envolvido. Por isso é que Poincaré me dizia, quando conversamos, depois do almoço, que não precisava estar em casa para mandar aos editores os originais de suas memórias, bastando para isso a equipe de Secretários que tinha a seu serviço, penso que três ou quatro, trabalhando regularmente sete horas por dia.

* * *

Epitácio Pessoa disse certa vez, penso que em discurso no Senado, quando se viu na necessidade de recorrer a documentos que guardava em casa para rebater acusações que lhe faziam e eram infundadas, que no Brasil ele era um *homem perigoso* — porque tinha um arquivo. De fato, todo o homem que guarda seus papéis, organizados metódica e inteligentemente, ao alcance de uma rápida busca, jamais pode ser atacado de surpresa. Está sempre em condições de responder de pronto a toda a acusação de que for alvo, com provas capazes de confundir seus adversários. Um homem que guarda papéis é um homem prevenido, e o ditado diz que um homem prevenido vale por dois.

Daniele Varé dizia, referindo-se a uma Missão diplomática, que ela pode ter à frente o Embaixador mais esperto e mais inteligente do mundo, mas que seus esforços não terão jamais sucesso se o arquivo da Missão não estiver em ordem e atualizado, coisa difícil de conseguir. Esse conceito pode bem aplicar-se tratando-se de um particular e com maior razão de um homem público. Varé acrescentava — já então como pilhéria, que no tempo do Embaixador de Itália, em Paris, Conde Tornielle, havia um cartaz na parede da chancelaria, com estes dizeres: *Para ter-se um bom arquivista, é necessário um homem inteligente*. Mas um dos Secretários da Missão escreveu em baixo *Um homem inteligente não será nunca um bom arquivista*.

* * *

Epitácio se julgava um homem perigoso no Brasil justamente porque entre nós ninguém ou quase ninguém guarda papel, e em geral as cartas recebidas são destruídas logo depois de lidas e respondidas. Respondidas? Quando são respondidas! Sim, porque o brasileiro, neste particular, é o homem mais desleixado que se conhece. Não responde geralmente às cartas. E não só não responde, como raramente as escreve. É a gente menos epistolar deste mundo. No Brasil nunca poderia ter nascido uma Madame de Sevigné.

Tinha um colega (Gastão do Rio Branco), em cuja casa, em Roma, não existia sequer uma caixa de papel de carta, e muito menos um lugar adequado para escrever, ou pena e tinteiros prontos para serem utilizados. Quando se precisava naquela casa de escrever ou responder a uma carta (e era um acontecimento!), mandava-se comprar uma ou duas folhas de papel e o que fosse necessário para escrever. Como eu reclamasse certa vez de meu colega Luís de Faro Júnior resposta a uma carta que lhe havia escrito, e que tinha resposta, contestou que “era brasileiro e não respondia a cartas”; que o que me interessava no caso eram as providências solicitadas, e estas ele as tinha tomado. Tinha outro colega, Américo Galvão Bueno, que se encontrando na necessidade de escrever a três pessoas no Brasil, descobriu o processo cômodo e menos trabalhoso de redigir uma única carta, tirando dela, com papel carbono, as cópias necessárias com endereços evocativos diferentes. Assim, de uma penada, liquidava os três correspondentes.

No Brasil, quando morre alguém, mesmo um homem político de larga projeção, a primeira coisa que a família faz é queimar os “papéis velhos”, quer dizer, cartas, documentos, recibos, fotografias, tudo enfim que estava guardado em suas gavetas ou nos armários de sua biblioteca. É um grande erro. Porque, ainda quando se trate de pessoa de condição modesta ou apagada, esses papéis poderão ter mais tarde o mais alto valor, não só para a precisão de certos fatos ou acontecimentos da época, como para o estudo dos costumes, dos sentimentos e das tendências do tempo.

Há muita família que não guarda os papéis do chefe falecido menos pelo pouco valor que acaso lhes dá do que pelo temor de que alguns deles, pelo menos, considerados inconvenientes, possam cair em mãos de terceiros; ou simplesmente pela impossibilidade de os ter em casa, por falta de lugar adequado para guardá-los. Devia, por isso, fazer-se uma lei pela qual se obrigassem, sob certas condições, os arquivos públicos a receber todos os papéis particulares que acaso lhes fossem confiados, conservando-os em bom estado, organizando-os e publicando-os englobada ou separadamente, ou facilitando-lhes simplesmente a consulta de interessados, tudo de acordo com os seus doadores ou possuidores.

Se se tivesse desde muito adotado esse critério, imagine-se o valor inestimável que teriam hoje, para o estudo dos homens e dos costumes em geral, os documentos particulares, digamos, da Idade Média ou do Renascimento, tais como cartas, declarações, notas diárias, testamentos e toda a sorte de papéis!

Pouco antes de ouvir de Poincaré o que ele me dissera sobre a organização de seu arquivo, graças ao qual podia redigir, ou melhor, organizar suas memórias sem se cansar nem necessitar modificar o ritmo da vida jornalística, havia confiado a Maurice Rostand, que se sentara a meu lado na mesa do almoço, quanto eu apreciava essa disciplina mental de Poincaré, o seu amor à lógica, seus sentimentos ordenados. Maurice ponderara que Poincaré era um Loreno, quer dizer, produto de duas civilizações que no fundo se completavam, a francesa e a alemã, a primeira disciplinada moralmente pelos preceitos da educação, e a segunda pelos preceitos da lógica.

Maurice Rostand era o filho mais velho de Edmond Rostand, célebre autor do *Cyrano de Bergerac*, do *Aiglon* e do *Chantecler*, as três peças mais conhecidas de quantas escreveu para o teatro. Como poeta, podia ser tido como o maior em França, depois de Victor Hugo, no século passado e começos deste século. Deixara apenas dois filhos, o mais moço chama-se Jean, ainda vive, e pertence, como o pai, à Academia Francesa. Não é poeta como o pai e o irmão Maurice. Especializou-se nos estudos de biologia.

Eu tinha conhecido pessoalmente Edmond Rostand (morto em dezembro de 1918, poucos meses depois do armistício, vítima da gripe espanhola) em junho de 1911, quando da minha primeira estada em Paris. Fui-lhe apresentado por um amigo francês, que era também amigo da família Rostand, à saída do Hotel Meurice, à Rua de Rivoli. Tendo sido na mocidade um tuberculoso, Rostand fizera construir uma casa em Cambo, nos Pirineus franceses, a que dera o nome de Arnagá, que, depois da sua morte, foi comprada por um português do Brasil.

Veza por outra Rostand vinha a Paris para apresentação de suas peças, e, justamente na ocasião em que o conheci, assistia às primeiras representações de *Chantecler*, no Teatro da Porte Saint Martin. Assisti naquela época a uma dessas representações, na qual Lucien Guitry (pai de Sacha Guitry) desempenhava magistralmente o papel de *Galo*, tendo por companheira de palco, no papel de *Faisana*, a já célebre Madame Simone. Pouco antes de o *Chantecler* ter sido levado à cena, Rostand havia combinado que o papel de *Galo* seria desempenhado pelo Coquelin. Mas, como este morrera pouco antes, em 1909, coube a Guitry substituí-lo nesse papel. Guitry era já conhecido na cena francesa pela ótima maneira como representara o papel de Flambeau, no *Aiglon*, juntamente com Sarah Bernhardt, esta no papel de filho de Napoleão. No *Chantecler* salientavam-se também Galipaux no papel de *Melro*, e Marta Mellot no papel de *Rosignol*. *Chantecler* tinha sido, naquela ocasião, 1910, um grande sucesso para Rostand, sucesso, entretanto, que, apesar de tudo, estava longe de ser o mesmo que tivera, anos antes, com *Cyrano* e de *Aiglon*.

Seu filho Maurice só fui conhecer nesse almoço de Sousa Dantas. Era então um rapaz de cerca de 25 anos, de estatura antes baixa, com os cabelos encacheados que lhe caíam sobre as orelhas e sobre o coralinho, assim como usam muitos rapazes de hoje. Tinha todo um ar efeminado, o que não dava boa impressão. Aliás, como nunca se casaria, estou inclinado a pensar que a espécie de vida que levava não tinha a aprovação do pai, com o qual por vezes se desentendia. Contudo, era muito amigo da mãe, nascida Rosemonde Gérard. Esta era neta do General Gérard, de quem Napoleão dizia que, se lhe tivesse ouvido os conselhos, talvez não houvesse perdido a batalha de Waterloo. Rosemonde, como o filho e sobretudo como o marido, era também poetisa, publicando, entre outros, um livro de poemas com o título *L'arc-en-Ciel*, onde há, realmente versos de uma grande beleza. Leconte de Lisle, amigo íntimo e velho frequentador da casa de Rostand quando este residia na Rua Fortuny, em Paris, e terminava a sua primeira peça teatral, *La Princesse Lointaine*, dedicou um dia estes versos à sua amiga Rosemonde:

*Vos vers que j'aime, ô Rosemonde,
Sont purs et frais, tendres et doux!
Rien de plus adorable au monde,
Si ce n'est vous.*

* * *

A igual do pai, Maurício escrevia também peças em versos, algumas das quais obtiveram algum sucesso nos teatros de Paris. Citarei apenas *La Gloire*, que ele escreveu para ser representada por sua amiga Sarah Bernhardt, que apesar de já muito idosa nessa época (tinha pouco mais de oitenta anos) e tendo uma das pernas cortada, em virtude de uma gangrena, era a mesma grande artista de sempre, e a sua voz, incomparável, em nada perdera da sua tonalidade. Eu tinha-a visto em Bruxelas em 1911, antes, portanto, de sofrer o corte da perna (que só se daria em 1915), no papel de *Aiglon*, criado por Rostand especialmente para ela, e não tenho palavras que possam exprimir a grande impressão que ela dava na interpretação dessa peça. Em outubro de 1922 ela aparecia em cena pela última vez na vida, já muito combalida por sua avançada idade e todos os males que sofria. Como não tinha todos os seus movimentos livres, só aparecia em cena nas peças onde ficasse imóvel, e nessa atitude aparecia em *La Gloire*, ou na *Athalie*, de Voltaire, onde era vista deitada numa liteira.

Apesar da idade e da operação que sofrera, nunca deixara de representar no *Aiglon* desde a sua estréia no Teatro da Porte de Saint Martin, em 1900. Apenas se deixava ficar imóvel no meio do palco, recitando os belos versos que Rostand havia escrito para o rapaz de vinte e poucos anos que era o filho de Napoleão. Naturalmente não era mais a Sarah que eu havia visto em Bruxelas sete anos antes. Mas pela beleza da voz, que fora sempre a mesma, por seus gestos e tudo o mais que mostrava, podia ser tida ainda como a maior artista do teatro francês. Iria morrer em 1923, vítima de uma crise de uremia. Maurice Rostand dizia que de 1800 a 1923, só tinha havido duas grandes artistas do teatro francês: a grande Raquel, do tempo de Napoleão I, e Sarah Bernhardt, no fim do século XIX e primeiras décadas do século atual.

Da necessidade de ser *gentleman*

Quando deixei definitivamente a Inglaterra, em novembro de 1925, removido para a Liga das Nações, em Genebra, parti persuadido de que os quase três anos que havia residido em Londres ficariam como dos mais proveitosos para a minha carreira. Aprendi muita coisa com os ingleses, com a sua maneira objetiva de viver, de encarar as coisas, de aceitar ou transigir com os defeitos dos homens, seus erros ou suas fraquezas. Não aprendi somente ouvindo-lhes as palavras, as reflexões ou os conselhos: também compreendendo-lhes ou tentando compreender-lhes o pensamento, pesando suas opiniões, interpretando seus atos, observando-os, em suma, em toda a parte — na rua, nos trens, nas salas de espetáculo, nos hotéis, nas casas particulares.

Pude, assim, distinguir seus defeitos de suas qualidades, separar o que havia de ruim neles, ou me parecia ruim, para deixar-me seduzir pelo que havia de melhor ou de bom, por suas qualidades de educação, seus predicados de equilíbrio, sua perfeita honestidade, e sobretudo o senso comum, em bom português o *bom-senso*, que eles punham no julgamento das coisas e dos homens.

Sob este ponto de vista devo ter lucrado e tinha necessariamente que lucrar com minha residência em Londres. O ex-Senador Afonso Arinos de Melo Franco dizia que eu, como todo pernambucano e citava, além de outros, Rodolfo Garcia, Oliveira Lima e Gilberto Freyre, tinha uma mentalidade de polemista. Não sei até que ponto isso é verdade. Mas é certo que o lado impetuoso do meu temperamento, essa parte de irreflexão comum às naturezas latino-americanas, para não dizer simplesmente latinas, essa precipitação tão nossa, teve que sofrer necessariamente a pressão emoliente do meio inglês. Aprendi, por outro lado, a julgar os homens de uma forma objetiva e menos pessoal, aceitando, de cada um, a parte de sinceridade que há certamente em todo o indivíduo, em suas ações como em seus pensamentos, a parte de boa intenção, de honestidade e desejo de acertar. Aprendi a julgar os homens não como desejaríamos que eles fossem, mas como de fato o são, quero dizer, com seus erros, suas fraquezas, com suas paixões e seus preconceitos; mas também com o fundo honesto que há sempre em cada um, com essa dose de sinceridade que, se nem sempre é visível na superfície das

almas, nem por isso deixa de existir nas dobras mais escondidas de seus temperamentos.

Apesar de tudo, estimava deixar a Inglaterra. Não que me tivesse dado mal com a terra e com a gente. Mas é que o país não seduzia o estrangeiro para uma longa permanência ali. Nada fazia para amenizar-lhe ou facilitar-lhe a residência. Antes, tudo fazia para conservá-lo um estrangeiro naquele meio de estrangeiros. *J'ai passé à travers les peuples, et ils m'ont regardé, et je les ai regardés, et nous ne nous sommes point reconnus*, (Lamennais) . A verdade é que, ao fim de três anos de residência em Inglaterra, achava-me quase tão estrangeiro como nos primeiros dias da minha chegada ali. Habituar-me, é certo, ou pelo menos adaptara-me ao meio, a certos costumes ou à mentalidade do inglês; mas não chegara a aclimatar-me na Inglaterra, a sentir-me perfeitamente à vontade, a assimilar completamente a vida do país.

Sob esse ponto de vista a terra tinha que ser necessariamente desconfortável para o estrangeiro que ali vivesse. Falo naturalmente do conforto espiritual e moral, mesmo de conforto social, que tolhe e cerceia o pensamento, que escraviza o espírito, sob a pressão de elementos que lhe são estranhos, senão a si mesmos, pelo menos à sua mentalidade, à sua maneira de ser, de pensar e de agir.

Talvez por isso, quero dizer, pelo desconforto moral e material que encontrei ao chegar em Londres, em 1923, foi que pensei em trocar o posto com o de Berna, onde estava Sousa Leão, que eu sabia sempre desejara servir na Inglaterra. Cheguei mesmo a propô-lo a troca, que ele logo aceitou, ficando a sua efetivação dependendo de certas formalidades. “Londres, escrevia-me ele de Berna, em 11 de dezembro de 1923, continua a ser uma das minhas aspirações na carreira, por cuja obtenção fiz baldadamente esforços em diversas ocasiões. Trata-se (*a troca de postos*) de uma oportunidade que poderei não encontrar outra vez”. Afinal, por motivos que não vêm ao caso, essa troca não se efetivou: ele continuaria em Berna até minha remoção para Genebra, em 1925, quando então viria substituir-me em Londres.

* * *

É verdade que nunca cheguei a falar correntemente e com desembaraço a língua inglesa, e isso deve ter contribuído para a minha dificuldade de adaptação na Inglaterra. Mas essa falta de domínio da língua inglesa se devia a fatores de ordem puramente pessoais, ou a um estado de coisas na Inglaterra que ainda prevalecia ali no meu tempo. Naquela ocasião a Inglaterra era mais ou menos a mesma do tempo do Rei Eduardo VII, quer dizer, quando se criaram os laços de amizade entre ela e a França, graças à chamada *Entente Cordiale*. No tempo da Rainha Vitória, o sentimento internacional que prevalecia no Reino Unido, devido à influência que exerceu sobre a Rainha seu marido alemão, o sempre chorado Príncipe Alberto, era favorável à Alemanha. Uma de suas filhas era casada com o filho do Imperador alemão Guilherme I, e muitas famílias da nobreza inglesa tinham relações de amizade com a nobreza alemã. Disraeli, já então Lorde Beaconsfield, Primeiro Ministro por ocasião do Congresso de Berlim, em 1878, era amigo e admirador do Príncipe de Bismarck, amizade que este retribuía fazendo

justiça ao prestígio que cercava Disraeli na política inglesa. *Der alte Jude*, dizia Bismark, *das ist der Mann* (“O velho Judeu, eis o homem”).

Mas isso era no correr do século XIX. Com a morte da Rainha e o advento do Rei Eduardo VII, em 1900, criava-se a *Entente Cordiale* entre a França e a Inglaterra. A política inglesa iria desligar-se da Alemanha, e estabelecer novos laços de amizade com a França. Laços que se estreitariam ainda mais com a aliança militar da primeira Grande Guerra e as repetidas visitas à França do Rei George V. Seu filho, o Príncipe de Gales, depois Rei Eduardo VIII e hoje Duque de Windsor, iria fazer um estágio em França como hóspede do Marquês de Breteuil. Os ingleses iam muito a Paris, onde eram acolhidos com a maior simpatia. E os franceses, por seu lado, tinham a mesma acolhida quando iam a Londres. A língua francesa era ainda falada, não só em casas de muitas famílias inglesas, como no Corpo Diplomático estrangeiro acreditado em Londres. De resto, era ainda a língua internacional, e o inglês só iria substituí-la depois da Segunda Guerra Mundial.

* * *

Era essa a situação que eu iria encontrar quando cheguei a Londres. Sendo assim, e falando pouco e mal a língua inglesa, era natural que me entendesse com muitos ingleses em francês. Mas não era só isso. Outros fatos iriam concorrer para eu falar de preferência a língua francesa. Pouco depois da minha chegada a Londres, iria conhecer uma jovem senhora, Marguerite de Goes, chefe de uma casa de alta costura de Bond Street, que, nascida nos Países Baixos, falava correntemente o francês, o que não se dava com o seu inglês, que, embora falasse gramaticalmente bem, era de uma pronúncia má. Assim que, quando saíamos à noite, para jantar ou ir dançar em qualquer parte, nos entendíamos sempre em francês.

Por outro lado eu iria conhecer pouco depois e tornar-me grande amigo de uma Princesa russa, Elvira Dolgoroubkoff (ou Dolgorouki), pertencente a uma velha e conhecida família de Príncipes russos desse nome, entre os quais tinha havido Generais, Embaixadores, poetas, escritores, etc. Pedro Dolgorouki, seu avô, deixara publicadas, entre outras obras, uma *História da Família Dolgorouki*, ainda hoje citada por aqueles que se interessam pelo Império dos Tsares, além de umas *Memórias*, publicadas em Genebra, em 1871. A filha deste, Catarina Dolgorouki, fora dama de honra da Imperatriz da Rússia, mulher do Tsar Alexandre II, o libertador dos escravos, que iria casar-semorganaticamente com Catarina depois da morte da Imperatriz. Falecendo este, em 1881, ela deixaria a Rússia para morar em Cannes, no Sul da França, com dois dos seus filhos, deixando o mais velho em São Petersburgo como Marechal da Corte. Quando em Cannes, publicou uma obra em francês, sob o pseudônimo de Victor Laferté, sobre Alexandre II, intitulada *Détails inédits sur sa vie intime et sa mort*. Li toda essa obra no exemplar que Elvira tinha em casa.

Quando foi da implantação do regime comunista na Rússia, e o Tsar Nicolau II foi mandado, com a família, para Ekaterinburgo, Dolgorouki o seguiu na companhia de uns poucos fiéis ao Tsar deposto. Mas, depois do assassinato da família imperial, foi preso, encarcerado e trucidado em Alaparvest, pequena cidade a cerca de um quilôme-

tro de Ekaterinburgo. Sua filha e um irmão tinham conseguido fugir da Rússia através do Mar Báltico. Em Constantinopla (hoje Istambul) ela iria conhecer e casar-se com um diplomata inglês chamado Morris. Vindo em seguida para Londres, pouco depois se divorciaria, instalando-se num apartamento do nº 38 de Kensington Road, onde morava quando a conheci. Não tinha filhos. Nessa ocasião era uma mulher que não teria talvez 30 anos, bonita, inteligente e se vestia com muito bom gosto. Falava correntemente o inglês, mas se exprimia melhor em francês. Assim que era nessa língua que nos entendíamos. Tinha no seu apartamento muitos objetos de adorno que sua família tinha trazido da Rússia, muitas fotografias da família imperial russa, inclusive uma do Tsar Nicolau II, que era seu padrinho, com uma generosa dedicatória a ela. Nos longos serões que passava em sua casa, ouvia-a contar muita coisa da antiga Rússia, inclusive da vida de fausto que levavam então em São Petersburgo e em Moscou as famílias principescas, grande parte das quais iria ficar na miséria ou seria trucidada pelos comunistas quando estes se instalaram em Moscou.

* * *

É verdade que em outras ocasiões, sobretudo depois que Elvira Dolgorouki deixou Londres, para ir ter com o irmão que vivia na Alemanha, conheci e tive relações com ingleses, que não falavam ou não gostavam de falar francês, e freqüentei algumas de suas casas. A este propósito lembro-me de Ledy Peal, viúva de Sir Arthur Peal, antigo Ministro da Inglaterra no Rio, que, embora nascida brasileira, pertencia a uma família inglesa; de Sir John Bresley; de A. Lienard, que morava no nº 80 de Marchmount Street, em Russel Square; de Miss D. Chaunou, em 31, Campden House Road, em Kensington; de Mrs. East, que eu ia ver no Ladies Imperial Club, em Arlington Str.; de Mrs. Mary Fischer, que morava no nº 28, de Graven Terrace, em Lancaster Gate; de Lady Garvagh, em Orme Square; de Sir Charles e Lady Greenway, que moravam no nº 13 de Wilton Crescent; de Miss Marville, que tinha um *flat* em 21, Newmann Street; de Walter A. Sandeman, que morava em 14, Chantrey House; de Mr e Mrs. John Owen Unwin, com casa no nº 40 de Hyde Park Gate. E, por fim, Sir Stephen Gaselee, bibliotecário e arquivista do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, para o qual havia trazido do Rio uma carta de apresentação de seu e meu amigo Maurício Nabuco. Fui vê-lo no Foreign Office, e ele teve a gentileza de mostrar-me as principais salas do velho prédio, construído em 1868, entre o Whitehall e o Saint James Park, muito embora o nome de Foreign Office tivesse sido adotado em 1782, mas instalado então noutra casa.

Mas dentre todos esses amigos ou simples conhecidos, não posso esquecer minha amiga Marguerite de Paiva, que, apesar de sua pouca idade foi uma companheira fiel e em tudo compreensiva. Havia então em Oxford Street um pequeno café-restaurant chamado *Café Marguerite*. Simples coincidência de nomes, porque ela nada tinha com a gerência ou proprietário dessa casa. Tínhamos ali quase sempre os nossos encontros. Embora descendente de italianos, ela era em tudo uma inglesa, em seus modos, sua mentalidade e os complexos que marcavam a raça. E, se por vezes divergíamos no encarar as coisas da vida, ela foi para mim uma companheira encantadora. Sendo também

uma mulher culta, e conhecendo a fundo a língua inglesa, devo a ela quase tudo o que aprendi dessa língua. Morava a princípio em 34 Windsor Court, em Bayswater. Mas depois se transferiu para o nº 36 de Harcourt Terrace, Redcliffe Square. Ali a deixei quando parti de Londres para residir em Genebra, já então Secretário efetivo da nossa Delegação na Liga das Nações.

* * *

No meu tempo, a Inglaterra já tinha a fama de ser, por excelência, o país da liberdade, onde todo o mundo dizia, pensava e agia como queria. Ora bem. Se se entende por essa liberdade a liberdade política e a liberdade civil, o conceito era certamente verdadeiro. Uma fama, aliás, que já vinha dos tempos remotos. Uma inteligente e culta brasileira, minha querida amiga Yvonne de Athayde Grubenmann, num delicioso livro sobre Jacques Henri Meister, o principal autor da célebre *Correspondance Litteraire*, conta-nos que, indo este pela primeira vez à Inglaterra, no último quartel do século XVIII, ficara impressionado com a independência que reinava no país, e não existia então em nenhum outro da Europa. Tudo contribuía com efeito, diz Yvonne de Athayde, para fazer da Ilha Britânica a cidadela do liberalismo: os costumes de seus habitantes, seu temperamento e sobretudo sua Constituição. Meister dizia que não encontrara nenhum organismo social que pudesse ser comparado à Constituição inglesa. Achava que era uma obra-prima de combinações políticas; dava um sentimento de liberdade e de segurança ao cidadão inglês, como não podia ter nenhum outro cidadão europeu. Achava que na Inglaterra a liberdade deixara de ser uma ilusão, para o que concorria a fleugma britânica. Impressionara-o a ordem e a tranquilidade que reinava, por exemplo, na Câmara dos Comuns, ao contrário do que se passava na Assembléia Nacional Francesa. E, se a França fora a primeira Nação a declarar os Direitos do Homem, a Inglaterra era o país onde a dignidade do homem era a mais respeitada.

Tudo isso já era uma verdade no Século XVIII, e ainda no meu tempo podia ser aceito como tal. Victor Cousin dizia que a verdadeira liberdade não é fazer o que se quer, mas o que se tem o direito de fazer. E na Inglaterra de então (refiro-me sobretudo aos estrangeiros) nem todos podiam fazer o que queriam. Podia haver liberdade para o inglês — dentro das normas rígidas da educação inglesa, bem entendido, dos preconceitos ingleses, dos princípios ingleses, dos costumes e dos usos ingleses. Mas para o estrangeiro que desconhecia, não queria ou não podia assimilar tudo que era inglês, não havia, que eu soubesse, país mais intolerável do que a Inglaterra, onde a gente se sentisse mais constrangida, mais peada em seus movimentos, em seus pensamentos, em seu modo de agir, mesmo nas coisas mais inofensivas deste mundo, nas mais banais, como, por exemplo, na maneira de se comer à mesa, de sentar-se numa poltrona, no vestir-se e até no andar nas ruas. Claro não se estava mais no tempo da Rainha Vitória, quando era *improper* um *gentleman* cruzar as pernas, mesmo quando estivesse só em sua casa, e muito mais impróprio se estivesse no seu clube. Mas havia ainda tantas coisas que chocavam a mentalidade dos ingleses!

É que na Inglaterra se partia desse pressuposto: o que se fazia *como se fazia ali* era o melhor, estava certo e era o que devia ser; mas o que se fazia *como não fazia o*

inglês era errado, estava mal feito, era feio e incivil. Quem fazia *como* o inglês, quem vestia *como* o inglês — e *onde* se vestia o inglês; quem *comia* como o inglês, — e o que comia o inglês; quem pensava e falava *como* o inglês — era um *gentleman*. Mas quem não fazia, não comia ou não vestia como o inglês, não era um *gentleman*. E só quem viveu alguns anos na Inglaterra, quem conheceu de perto a mentalidade inglesa e conviveu com ela, é que sabia o que significava ali, para tudo na vida, não ser considerado *gentleman*. De forma que se apresentava a todo o estrangeiro que vivesse na Inglaterra este dilema: ou assimilava tudo o que era inglês, imitava o inglês em tudo o que ele fazia, dizia ou pensava; comia, vestia e andava como ele — ou não era um *gentleman*.

Evidentemente não há que negar que essa influência absorvente do meio inglês sobre o estrangeiro, para amoldá-lo aos seus princípios de educação, aos seus preconceitos e maneira de viver e de encarar as coisas, denunciava a fortaleza da raça, a superioridade dela em muitas coisas sobre as demais raças; mas denunciava também um absoluto espírito de intolerância, um constrangimento intolerável, quase direi uma forma de tirania, mental e social. E não sabia de outro país que quisesse constranger a tal ponto o sentimento estrangeiro.

Posso dizer isso porque, já antes de viver em Inglaterra, tinha vivido na Bélgica. E, posteriormente à minha estada em Londres, iria viver na Suíça; na Alemanha (duas vezes), na Itália (duas vezes); na Dinamarca; em Portugal (três vezes, sendo que na terceira vez por mais de quinze anos); na Argentina, no Canadá e um pouco nos Estados Unidos. E em nenhum desses países me sentiria tão estrangeiro quanto me senti em Inglaterra.

* * *

Na Inglaterra as menores coisas, as coisas mais inocentes e mais insignificantes da vida, se a gente não fazia como faziam os ingleses, como queriam os ingleses, logo sofria os seus reparos, sua desaprovação, discretamente, é verdade, mas não menos censuras, seus olhares irônicos e por vezes reprováveis. Morei, por mais de uma vez, nas casas que os ingleses chamam de *Boarding Houses*, isto é, pequenos hotéis de família, freqüentados geralmente por velhos casais aposentados, por solteirões ou solteironas de pequena renda, ou por senhoras cujos maridos estavam trabalhando nos Domínios ou nas Colônias inglesas. Eram os melhores campos de observação da vida burguesa da Inglaterra — da vida e da tolerância ou intolerância inglesas. Ali tudo se fazia como devia ser feito na Inglaterra. A começar que despertavam todos à mesma hora e também à mesma hora desciam para o almoço da manhã (*breakfast*) nas salas de refeições do hotel. E aí daquele que se deixasse ficar no quarto além da hora habitual (a menos que estivesse doente), da hora em que *toda a gente* na Inglaterra *tinha* que descer à sala das refeições para tomar o seu *breakfast*, mesmo nas casas particulares! Logo escandalizava a casa toda, passava a ser considerado um fenômeno de hóspede, quase um insolente, que se permitia destoar do que era tradicional no viver ali de cada um, deixando-se ficar preguiçoso (eis uma palavra que soava mal na Inglaterra) em seu quarto de dormir, ou tomando aí o almoço da manhã (fato absolutamente escandaloso), quando *tudo o mundo* no país já havia descido para tomá-lo na sala das refeições.

E não bastava que esse almoço fosse tomado no quarto ou fora de horas para escandalizar os demais hóspedes da casa: era preciso que ele consistisse naquilo que *todos* na Inglaterra comiam pela manhã (falo de gente remediada para cima), isto é, *bacon* (toucinho frito) com ovos, mingau de aveia e geléia, tudo acompanhado de uma xícara de chá ou de café com leite. Podia-se comer outras coisas, como por exemplo, peixe, mas a base da refeição tinha que ser essa. E aquele que procurasse afastar-se desse *menu* de todos os dias e de toda a gente, logo atraía os olhares curiosos e, por vezes, escandalizados dos circunstantes, como se estivesse praticando um ato mau ou pelo menos reprovável. Em verdade estava agindo de forma descortes por estar fazendo *na Inglaterra* o que não faziam *os ingleses*. Referindo-se aos dias que passou no castelo de Sandringham como hóspede do então Príncipe de Galles, depois Rei Eduardo VII, conta o Príncipe de Bulow, Chanceler do Império Alemão, que o puseram ali completamente à vontade, com inteira liberdade de fazer o que bem entendesse — “desde, naturalmente, que eu descesse pela manhã para o primeiro almoço e comesse *bacon with eggs, porridge and jam*.”

Quando, terminado esse famoso *breakfast*, tinha que sair à rua, o problema era o mesmo de todos os dias: necessitava entrar logo nos costumes da terra, sob pena de não ser compreendido e ficar solto como um cão sem dono. Ao entrar no táxi à porta do hotel, a minha educação de estrangeiro se chocava logo com a concepção inglesa do motorista: “Upper Brook Street, 19”, dizia-lhe eu, dando o endereço da Embaixada. Mas ele não compreendia. E perguntava: *Y beg your pardon?* Repetia-lhe: “Upper Brook Street, 19”. E ele: *What, Sir?* Voltava a repetir-lhe o endereço. Mas ele, sem compreender, com o seu estribilho: *What, Sir?*

Na primeira vez que isso sucedeu comigo — e última, está claro, porque depois aprendi — acabei naturalmente por impacientar-me. E na persuasão de que o homem não estivesse compreendendo o meu inglês, dei-lhe por escrito o endereço da Embaixada. Foi quando ele exclamou, como um iluminado: *Oh!... 19, Upper Brook Street!* A fisionomia do homem abriu-se como por encanto, com um ar de quem houvesse afinal descoberto a fórmula da pedra filosofal. Só então compreendi que, toda a vez que se dá um endereço a um motorista inglês, tem que se declinar primeiro o número da casa, depois o nome da rua. Ora, eu tinha feito justamente o contrário (como se faz em toda a parte, mas como *não se faz* em Inglaterra), isto é, havia lhe dado o nome de rua antes do número da casa. Não compreendeu. Como nenhum outro motorista de táxi em Inglaterra o teria também compreendido.

Os exemplos, a este respeito, eram numerosos e de todos os dias. E, como os ingleses se mostrassem sobre isso absolutamente inflexíveis e impenetráveis, tive naturalmente que me adaptar aos seus usos e costumes, sob pena de entrar a todo o momento em choque com a mentalidade do país, o que tornaria minha residência ali insupportável. O que eu chamaria de intolerância inglesa se exercia, aliás, em todas as atividades, em todos os setores da vida, em todas as camadas da população, mesmo em nossas casas, nas relações entre patrões e empregados. Sim, porque todo criado inglês tinha também os seus preconceitos, preconceitos de classe, já se vê, mas não menos preconceitos; e não havia nenhum que não se sentisse diminuído, vexado ou mesmo deprimido por servir a um patrão que não fosse, para ele, um verdadeiro *gentleman*.

* * *

Na concepção de um bom criado inglês, para o seu patrão ser considerado um *gentleman*, era preciso que ele freqüentasse os campos de corridas de cavalos, o Derby e o Ascot, apostasse no Grande Nacional ou nas Duas Mil Guinéas; que tivesse também, se possível, os seus cavalos, e trouxesse, sempre que saísse à rua, o seu indefectível guarda-chuva, ainda que o tempo estivesse bom e não promettesse chuva. Porque o guarda-chuva, ou melhor, o seu uso, era um dos mais enraizados preconceitos ingleses, tão sólido na mentalidade daquele povo quanto a realeza, o *porridge* e o uísque. É tão popular como o *fog*, o célebre nevoeiro que envolvia Londres no inverno com seu manto cinzento amarelo. A popularidade do *fog* era tal que não havia um só inglês que pudesse “realizar” um inverno sem esse incômodo nevoeiro — incômodo, naturalmente para o estrangeiro, porque o inglês simplesmente o adorava, ainda quando produzisse os maiores transtornos na circulação, por vezes até desastres, mesmo arriscando o abastecimento da cidade. Mas não importava. O inglês o adorava.

Certa vez um jornal de Londres teve a idéia original de abrir um inquérito para saber o que se devia fazer afim de tomar a cidade agradável aos estrangeiros. Recebeu, entre muitas outras respostas, a carta de uma senhora norte-americana, dizendo que o que se devia fazer seria acabar simplesmente com o *fog*, inventar um meio qualquer de afugentá-lo ou de desfazê-lo. Foi uma indignação geral! Um Deus nos acuda! Logo cho-veram dezenas de cartas de súditos ingleses, revoltados contra a norte-americana, acusando-a de intrigante, de invejosa e de desenxabida, que pretendia acabar com um dos maiores atrativos de Londres, coisa tipicamente inglesa, só porque os norte-americanos não o tinham nos Estados Unidos, nem haviam descoberto um meio artificial, de o provocar, e muito menos de importá-lo ou de comprá-lo. Enfim, foi uma calamidade!

* * *

Pois o guarda-chuva era, na Inglaterra, uma instituição tão sólida, tão enraizada nos costumes e na vida inglesa quanto o célebre *fog*. Podia compreender-se, até certo ponto, que assim fosse, dadas as condições do tempo em Londres, onde a chuva era, a bem dizer, habitual. Refiro-me ao *tempo* e não ao *clima*, que em Londres era geralmente bom. Londres sempre teve a fama de ter um clima úmido. A verdade, porém, é que úmido, ali, era apenas a atmosfera, por causa justamente do nevoeiro, e não o solo. Tanto que, à primeira estiagem depois de uma pequena ou grande chuva, logo que soprava um pouco de vento, as ruas secavam imediatamente — ao contrário de Paris, por exemplo, onde a lama era, por assim dizer, permanente e ficava no asfalto das avenidas durante quase todo o inverno. Era porque o solo de Paris era úmido, ao contrário do solo de Londres, composto em grande parte de granito. O que era mau, portanto, em Londres, não era o clima, mas o “tempo”. “Em nossa terra, dizia um inglês, o clima é geralmente bom; o tempo é que é sempre mau.”

Por isso talvez se explicasse a instituição do guarda-chuva, acessório indispensável a toda indumentária masculina, e tão naturalmente usado como o chapéu de cabeça, os sapatos e a própria roupa do corpo. André Maurois teve um conceito que justifi-

cava melhor do que qualquer outro o guarda-chuva inglês. Ele dizia: “Um americano nunca sai com o guarda-chuva porque sabe que o tempo será sempre bom; um inglês sai sempre com o guarda-chuva porque sabe que o tempo pode não ser sempre bom”.

Foi motivo de troça em toda a parte o fato de Neville Chamberlain ter-se munido de um guarda-chuva para ir, de avião, à reunião convocada por Hitler em Munique em setembro de 1938. Ora, na mentalidade de toda a gente, esse gesto do Primeiro Ministro inglês pareceu pelo menos excêntrico. Mas para qualquer inglês era o que havia de mais natural. Ninguém o compreendeu porque para isso seria preciso antes de tudo compreender o próprio inglês, ou melhor, os costumes ingleses. Chamberlain levou consigo o guarda-chuva, não porque receasse enfrentar mau tempo em Munique, ao descer do avião. Mesmo porque sabia que ia encontrar ali o automóvel que Hitler mandaria pôr à sua disposição. Levou-o, apenas, porque o guarda-chuva fazia parte integrante de sua própria toailete, como o chapéu de cabeça ou a gravata. Seu gesto, pois, ao sair de casa para tomar o avião, apanhando o guarda-chuva que estava pendurado no cabide, foi tão natural e espontâneo como o de levar consigo a chave da porta.

* * *

Para um criado inglês não bastava, porém, que o patrão trouxesse sempre consigo o guarda-chuva; era também mister que esse guarda-chuva fosse de uma boa marca, uma marca conhecida ou uma marca acreditada. De contrário, o patrão perdia, a seus olhos o privilégio de ser considerado um *gentleman*. Sim, porque todo o bom criado inglês sabia quais eram as marcas acreditadas de guarda-chuvas, as únicas que um verdadeiro *gentleman* podia ou devia usar. A este propósito lembro-me que uma certa vez Carlos Martins, Ministro Conselheiro da nossa Embaixada, perdeu o guarda-chuva ao voltar das corridas em Ascot. Supondo o haver deixado no trem que o trouxera de volta a Londres, mandou Stanley, nosso criado na Embaixada, procurá-lo na seção de objetos perdidos da estação. Quinze minutos depois voltava Stanley com o guarda-chuva. Martins perguntou-lhe como o encontrara assim tão depressa e tão facilmente: “Oh! *Sir*, respondeu ele meio escandalizado com a ignorância de Martins, pois se era um guarda-chuva Briggs!” Era como se dissesse: pois tendo o Sr. perdido o seu guarda-chuva no trem e havendo um de marca Briggs no depósito da estação, podia lá haver dúvida em que não fosse o seu guarda-chuva?

Mas o preconceito do criado inglês não se limitava ao guarda-chuva. Abrangia também outras peças do vestuário masculino. Sabia de cor os nomes dos melhores chapeleiros de Londres. Sabia que Cumberland Street era sempre um endereço para um bom alfaiate, como Saint James era a rua dos bons sapateiros e Bond Street dos demais acessórios da toailete masculina; que uma gravata ou uma camisa comprada numa casa dessa rua tinha que ser *sempre* um artigo de boa qualidade, que um criado inglês não se envergonharia de cuidar. Com relação à roupa, vem à baila um pequeno fato. Um amigo meu, brasileiro, mandou fazer um terno num dos melhores alfaiates de Londres. Por ocasião da última prova, notou a ausência da etiqueta da casa, que se costuma geralmente colocar na parte interior da gola ou num dos bolsos internos do paletó. Chamou para isso a atenção do chefe da casa.

– Etiqueta? perguntou ele meio surpreso; para que etiqueta?

Meu amigo explicou, então, pensando lisongear-lo, que, sendo aquela casa uma das melhores alfaiatarias de Londres, a etiqueta, com o nome dela, valia como um bom certificado da qualidade da roupa.

A que o homem respondeu com a maior naturalidade:

– A nossa etiqueta é a própria roupa!

* * *

Apesar de tudo, quero dizer, apesar das dificuldades que encontrei na Inglaterra para adaptar-me aos usos e costumes do país, e compreender a mentalidade inglesa, hei de recordar sempre com sincera satisfação os meus dois anos e meio de residência ali. A vida nem sempre foi fácil, e encontrei não poucos tropeços. Mas toda a medalha tem o seu reverso. Se tive em Inglaterra os meus dissabores, não seria sincero se não dissesse que guardo também dali recordações que iriam ficar como as mais agradáveis da minha vida.

O serviço diplomático no exterior tinha no meu tempo os seus encantos, como tinha também os seus desencantos, para não dizer os seus enganamentos. Mas, apesar das guerras, das revoluções, das reformas políticas e sociais por que vinha passando o mundo, podia dizer-se que a classe dos diplomatas ainda era a que menos tinha sofrido, mesmo a única verdadeiramente privilegiada que subsistia. Mesmo os comunistas, que tão porfiadamente procuravam destruir toda a ordem social existente, não ousavam ainda (e certamente não ousarão nunca) tocar nas prerrogativas que tínhamos nós diplomatas. Está claro que se isso se devia ao fato de eles terem também os seus diplomatas, os quais se utilizavam em maior ou menor escala, e com muito menos escrúpulos, de todos os privilégios que nos eram geralmente reconhecidos para fazerem espionagem em prol dos seus interesses ou do regime que haviam adotado.

Mas, ao lado dessas privilégios, com todos os seus benefícios, que facilitavam nossa vida no estrangeiro, tínhamos também nossos dissabores, os contratempos, as dificuldades e toda sorte de embaraços, que resultavam da própria residência no exterior. Para enfrentá-los ou pelo menos atenuá-los, quando não era possível eliminá-los, penso que todo o segredo estava na força ou capacidade de adaptação de cada um. Essa adaptação seria tanto mais fácil quanto concorressem as três condições seguintes: o gozo de uma boa saúde; um convívio agradável com o pessoal da Missão onde se está servindo; e a ausência de *parti-pris*, mesmo uma dose considerável de condescendência na apreciação das condições peculiares de cada povo. Reunidas essas condições, toda a adaptação do estrangeiro se tornaria relativamente fácil, e qualquer posto podia ser considerado um “bom posto”. E seria tanto melhor quanto maior fosse nosso esforço por cercar-nos de um grupo agradável de pessoas, cujo convívio nos desse um real e desejado prazer.

Dentro desse critério, penso poder dizer que a Inglaterra foi, para mim, de um modo geral, um “bom posto”. Dei-me bem com o clima, apesar da fama que tem – já mostrei que infundada – de ruim. Repito: o clima ali é bom; o tempo é que é mau. Dosei-me, por outro lado, de uma larga condescendência para compreender a menta-

lidade inglesa. E, se não a aceitei sempre de bom grado ou sem um esforço sobre a minha própria mentalidade de latino, de um modo geral me adaptei a ela. Tive ainda a fortuna de encontrar na Embaixada colegas que seriam, para o futuro, dos melhores amigos meus na carreira. E, finalmente, não foi menor a fortuna de haver tido ali dois chefes considerados dos mais eminentes no serviço diplomático brasileiro, que justificavam no estrangeiro o bom nome de que gozava esse serviço, Domício da Gama e Raul Régis de Oliveira.

Traziam ambos uma longa tradição de bons serviços, um traquejo profissional dos mais completos e um exato conhecimento de todos os seus deveres. Eram pois, sob esse sentido, para os Secretários, verdadeiros mestres. Por outro lado, tinham ambos qualidades de educação, de sociabilidade e de discrição que faziam toda a convivência com eles um verdadeiro prazer, apesar da distância que nos separava, sabendo uns e outros se colocarem em seus respectivos lugares. Infelizmente nem sempre é assim, pois as qualidades de educação de um chefe são quase sempre a condição principal no bom sucesso de suas relações com os Secretários. A recíproca também é verdadeira. Salvo quando se trata de cafajestes, uns e outros, quando então se entendem igualmente muito bem. Mas noutro terreno.

Triste fim de Domicio da Gama

A disponibilidade de Domicio da Gama, em fins de 1924, foi o castigo que lhe inflingiram por não ter ele obtido do Governo inglês o apoio para a pretensão do Brasil a um lugar permanente no Conselho na Liga das Nações. É esta, pelo menos, a minha convicção.

Quando cheguei a Londres, em março de 1923, a situação de Domicio no Itamaraty era a melhor. Carteava-se seguidamente com Félix Pacheco, então Ministro das Relações Exteriores, o qual procurava, de todos os modos, captar-lhe as simpatias. Félix conhecia pouco Domicio da Gama. Quando este foi Ministro do Exterior, em 1918, Félix não era ainda o poderoso diretor do *Jornal do Comércio*, mas um simples redator dessa folha, e não creio tivesse tido muitas oportunidades de se aproximar de Domicio, salvo nas reuniões da Academia Brasileira de Letras, da qual ambos eram membros. Domicio desde a sua criação, em 1897, e Félix desde quando fôra eleito, em 1913. Havia, portanto, entre os dois uma certa distância. Uma distância que se podia conceber entre um Ministro de Estado e um redator de jornal. Pouco depois, Domicio partiria para Londres, e Félix nunca mais o avistaria.

Anos mais tarde os papéis iriam inverter-se, e seria Félix Pacheco o Ministro das Relações Exteriores. Mas isso em nada influiria na maneira atenciosa e mesmo cheia de respeito que este se acostumara a dispensar a Domicio. Foi em termos da maior deferência que Félix se referiu a ele quando fui apresentar-lhe minhas despedidas, antes de seguir para Londres, à sua situação na capital inglesa, seus serviços ao Brasil, seus predicados literários. Pediu-me lhe transmitisse suas mais calorosas simpatias.

Todo esse entusiasmo começou a arrefecer no dia em que Félix Pacheco encontrou a primeira dificuldade em obter o apoio da Grã-Bretanha para a pretensão do Brasil a um lugar permanente no Conselho da Liga das Nações. E, à proporção que o Governo de Londres se firmava em sua relutância, o Itamaraty ia, como se diz, "largando" Domicio, até abandoná-lo de todo. Atribuía a este, quer dizer, à sua suposta falta de tato, à sua pouca situação junto do Foreign Office, mesmo ao seu desleixo ou desinteresse, a não obtenção do apoio inglês a nosso favor.

Nunca pude apurar até quanto havia de verdade nas versões que corriam no Rio

a este respeito. Só voltei ao Brasil em 1927, quando Félix Pacheco não era mais Ministro, e nas vezes que estivemos juntos, em sua casa de Copacabana, até às vésperas de sua morte, não tivemos oportunidade de conversar detalhadamente sobre o assunto. Não duvido, entretanto, de que muita gente concorreu, naquela época, para indispor o Governo contra Domício da Gama, enchendo-lhe os ouvidos com a sua suposta falta de situação junto ao Governo Britânico. Tais acusações partiam sobretudo de brasileiros que haviam estado em Londres e não haviam sido acolhidos por Domício e a mulher com as atenções que entendiam merecer. Sei de um que, tendo deixado Londres muito estomagado com a recepção que lhe fizera Domício, disse-me que o iria combater no Rio de Janeiro. Ainda o quis dissuadir disso, explicando-lhe que a queixa ou as queixas — aliás, em parte fundadas — que tinha da maneira como tinha sido recebido por Domício, quer dizer, da pouca atenção que lhe dispensara em Londres, se devia atribuir não a qualquer propósito deste de o desconsiderar, o que seria de todo fora de propósito, mas aos padecimentos físicos e morais porque passava. Essa pessoa não se rendeu às minhas razões. Tenho a impressão de que, dado o seu feitio mexedor e a boa situação que desfrutava nos meios palacianos do Rio de Janeiro, sua ação tenha sido particularmente nociva para Domício da Gama.

Por outro lado, uma parte do pessoal que cercava de perto Félix Pacheco no Itamaraty não deveria ter facilitado as relações deste com Domício. Antes pelo contrário. Enquanto o Ministro estava em bons termos com o Embaixador, todos achavam que este era o mais capaz dos nossos agentes diplomáticos. No dia, porém, em que se aperceberam haver qualquer coisa entre os dois, e que Félix começava a atribuir a Domício, ao seu pouco interesse ou incapacidade, a intransigência britânica a nosso respeito, logo passaram a descobrir os piores defeitos no Embaixador, a dar-lhe todas as culpas e a indispor-lo com o Ministro de Estado.

Em tudo quanto se culpou a Domício da Gama, pela falta de apoio inglês à nossa pretensão na Liga, há muito de imaginação e um pouco de verdade. A verdade está em que ele não tinha, de fato, junto ao Foreign Office, uma situação que se pudesse chamar de primeira ordem. Não tinha por dois motivos. Primeiro, por seu estado de saúde, a depressão moral em que se encontrava, que o fazia desanimado e sem estímulo para disputar ou se criar situações. Tornara-se um céptico e desiludido da vida. Segundo, pelo feito da mulher, que não era estimada nos círculos oficiais e sociais de Londres. Não era estimada não só por ela mesma como também por suas origens sociais norte-americanas.

Tudo isso prejudicava sua situação, tanto na sociedade como junto aos homens do Governo ou do pessoal do Foreign Office. Mas não estou certo de que uma situação brilhante, se acaso a tivesse, bastar-lhe-ia para obter o apoio inglês à nossa pretensão em Genebra. Porque nisso, como em muitas outras coisas em política internacional, a Inglaterra tinha os seus princípios por assim dizer inabaláveis. Partindo do pressuposto, acredito que sincero, de que não era do interesse da Liga das Nações nem da política britânica ampliar o Conselho da Liga, com a concessão de um assento permanente ao Brasil, o Governo de Londres dificilmente cederia nessa sua opinião a quem quer que estivesse ali defendendo nossa causa. E a prova é que nem Raul Fernandes, quando teve essa missão, nem Régis de Oliveira, que substituiu Domício na Embaixada, obtive-

ram nesse particular, resultados mais auspiciosos do que os alcançados por Domício. Nem Raul Fernandes com toda a sedução de sua inteligência e a força de seu raciocínio, nem Raul Régis com seu traquejo social e político.

* * *

Diziam que Lorde Curzon, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha no primeiro Gabinete Baldwin, não dispensava grande atenção a Domício da Gama, mesmo que o considerava uma quantidade nula. O grão-senhor que se julgava ser Lorde Curzon, no alto da sua importância, que era complicada e ilimitada, devia fazer, de fato, uma opinião bem pouco lisonjeira do Embaixador do Brasil, de sua modéstia, de sua simplicidade, de sua cor morena e de sua origem plebéia, muito embora a de Lorde Curzon, com o sangue israelita que lhe corria nas veias, não resistisse a um exame um pouco mais profundo. Mas Domício sabia do pouco caso que o chefe do Foreign Office fazia dele. E por isso o evitava. Durante o tempo que servi sob suas ordens, não me lembro que o tenha procurado uma só vez. Os assuntos mais importantes que interessavam ao Brasil e dependiam do Foreign Office, ele os levava geralmente ao Secretário de Estado Permanente, Sir Eric Crowe, ou mesmo a funcionários subalternos..

Uma vez perguntei a Domício porque não procurava entender-se diretamente com Lorde Curzon, já que toda a decisão do Gabinete tinha que refletir necessariamente a opinião deste. Domício respondeu-me de uma maneira evasiva, dizendo que, em matéria de política exterior da Inglaterra — e aí tinha em parte razão — quem de fato a traçava e a defendia no Parlamento, era menos o chefe do Foreign Office do que o Primeiro-Ministro; e que Lorde Curzon sabia disso desde que servira sob as ordens de Lloyd George. Sem embargo, confessava que lhe era penoso tratar com Lorde Curzon, por suas maneiras ríspidas e secas, chegando às vezes a parecer um homem mal educado. E que, aliás, estava convencido de que uma decisão favorável do Governo Britânico a nosso favor, se tivesse que ser tomada, dependia mais do parecer de um dos Secretários Permanentes do Foreign Office do que propriamente de Lorde Curzon ou mesmo do Primeiro-Ministro. Que esses Secretários Permanentes, por sua aprendizagem e a rotina de seus próprios trabalhos, eram a bem dizer os verdadeiros intérpretes da política internacional da Grã-Bretanha.

* * *

Sem dúvida ele tinha aí razão, e todos sabemos que muita vez se consegue mais depressa uma solução para um negócio tratando diretamente com o chefe do serviço em causa do que com o Ministro de Estado ou com um de seus imediatos subordinados. Mas daí não se devia concluir que o Embaixador do Brasil devesse abster-se de se avistar, uma vez por outra, com esses funcionários, ainda que fosse para se fazer lembrado com o simples ato de sua presença.

Contudo Domício não deixava de ter razão também quando punha em dúvida o valor da situação que Lorde Curzon desfrutava no Governo. Penso que seu prestígio — se se pode falar em prestígio — provinha menos de suas qualidades pessoais, ou de sua

posição à frente do Foreign Office, do que da circunstância de se tratar de um antigo Vice-Rei das Índias, cargo em que fôra, parece, bem sucedido e que lhe dera, desde então, na opinião pública inglesa, uma situação de destaque. Acresce que, se tendo casado, em 1917, com uma senhora americana, viúva de um rico comerciante de Buenos Aires, chamado Duggan, ostentava uma vida de fausto, e isso contava sempre num país como a Inglaterra daquele tempo.

Pessoalmente, porém, não o estimavam, inclusive seus subordinados no Ministério, que, levando em conta sua máscara vulgar, de traços rudes, e a importância que se dava, diziam que parecia mais um *maitre d'hôtel* do que um Ministro de Estado. Chamavam-no por isso *The God's butler – o maitre d'hôtel de Deus*. Tinha por vezes atitudes que não combinavam com a linha de boa educação que caracterizava o geral dos ingleses, o que levava a contar sobre ele histórias pitorescas que definiam o homem. Uma delas era esta: estando no jantar de um grande restaurante inglês, deu-lhe vontade de uma necessidade fisiológica. Perguntando a um dos presentes onde era o *water closet*, este respondeu-lhe: “Vê aquele corredor? Vá por ali, e encontrará à direita uma porta, na qual está escrito – *Gentlemen*. Não se importe. Apesar disso, entre”.

Domício da Gama me dizia que o trato com ele lhe era penoso, e Paulo Morand, que o conheceu em Londres, confessava não ter encontrado inglês mais desagradável. Quando não intimidava o interlocutor, logo o predispunha contra ele. Era conhecida a repulsa que provocou em Poincaré, quando se encontraram pela primeira vez, e que tanta influência teve na atitude do Governo Francês para com a Inglaterra no que dizia respeito à política a seguir com a Alemanha. O que faltava sobretudo a Lorde Curzon era esse sentido humano das coisas, esse espírito de tolerância, essa compreensão dos interesses alheios, tão comum nos ingleses, que podia muitas vezes modificar substancialmente um julgamento já anteriormente assentado e preparar o encontro de um compromisso, que, satisfazendo em parte aos dois, não contentava completamente a ambos.

* * *

A presença, assim, de Lorde Curzon no Gabinete, à frente do Foreign Office, se explicava menos por seus predicados pessoais ou serviços políticos do que por uma mera tolerância do Primeiro-Ministro, espécie de ficha de consolação que lhe deram para compensar o muito que aspirava ser sem ter jamais alcançado. De fato, era sabido que quando Bonar Law teve que se retirar do poder, doente, em abril de 1923, poucos meses, portanto, depois da minha chegada à Inglaterra, Lorde Curzon, que era então Ministro dos Negócios Estrangeiros, contava como certo ser chamado pelo Rei para formar novo Gabinete. Ora, o chamado foi Stanley Baldwin, que foi assim reconhecido como chefe do partido conservador.

Isso causou a maior decepção a Lorde Curzon. George V talvez o tivesse querido como Primeiro-Ministro. Mas, dentro do espírito da Constituição inglesa, esse sentimento do Rei era praticamente nulo. O que contava no caso era a opinião política do país, exprimida através do partido majoritário, e da qual o Rei era mero intérprete. E a opinião política do país foi francamente contrária a qualquer Governo presidido por

Lorde Curzon. Parece que o Rei sempre se interessou por que o antigo Vice-Rei não fosse posto completamente à margem, concordando então Baldwin em conservá-lo à frente do Foreign Office.

Não teve ele, assim, outro remédio senão submeter-se ao novo patrão, servindo sob as ordens de um homem que não somente ele considerava como um recruta, ao lado do seu longo tirocínio de conservador, como o usurpador do lugar que entendia de direito lhe pertencer. E, com isso, perdia para sempre toda a esperança de desempenhar ainda na Inglaterra o papel que sua ambição ampliada pela vaidade de seu temperamento, antevia como dos mais brilhantes da política externa britânica contemporânea. Isso devia tanto mais despeitá-lo quanto ele nunca escondeu o alcance dessas ambições nem jamais ocultou o juízo que fazia de si mesmo, um egotismo que ultrapassava os limites do razoável e chegava até a ser motivo de troça entre os seus próprios correligionários. Aplicaram-lhe uma vez as palavras de Thiers com relação a Lamartine: “Em seus delírios de grandeza, ele fechava os olhos e se via em estátua”. De outra vez fizeram-lhe esta quadrinha:

*My name is George Nathaniel Curzon
I am a most important person.
My tongue is sharp, my hair is sleek,
I dine at Blenheim twice a week.*

Blenheim era o solar da família dos Duques de Malborough, um dos mais suntuosos de Inglaterra. Frequentar Blenheim era, nesse tempo, o melhor título de prestígio social, a consagração de uma situação mundana.

* * *

Falando de Lorde Curzon ocorre lembrar-me o que dele dizia Óscar Wilde, que muito o conhecera. Quando Frank Harris, amigo de Wilde, mostrou-lhe uma fotografia de Lorde Curzon (então Vice-Rei das Índias), metido com a mulher numa suntuosa carruagem puxada por quatro cavalos, escoltada por ordenanças e tendo ao lado um piquete de cavalaria, “com todo o fausto e pompa de poderio imperial”, Wilde não se conteve. Exclamou indignado:

— Vejam só! Tratem George Curzon desse modo! Conheço-o perfeitamente. Jamais se viu no mundo um mais completo espécime de homem medíocre. Nunca teve uma idéia ou frase que não fossem vulgares.

Nesse tempo Wilde já tinha cumprido na Inglaterra a pena de cadeia e vivia exilado em Paris. Harris, que conhecia também Curzon, concordava com o conceito do amigo sobre a “incurável vulgaridade” do Vice-Rei, que era o segredo do seu triunfo. Lembrou que certa vez, quando Wilfred Blunt fundara um clube em Park Crabett onde só eram admitidos poetas, George Curzon fora um dos membros do clube.

— Santo Deus — exclamou Wilde, Curzon poeta! — É o mesmo que tomar-se Kitchener por um grande capitão ou Salisbury por um estadista!

Wilde sabia que Curzon fazia versos, mas que não havia neles vislumbre algum de poesia, embora fossem bem feitos e bem torneados, talvez até com alguma finura. Mas eram versos que não tinham nada de poesia. E acrescentava que, dentro de cinquenta

ou cem anos, ninguém saberá coisa alguma a respeito de Curzon, enquanto as comédias, as novelas e a *Balada do Cárcere de Reading* serão lidas por milhões de pessoas.

Com a derrota dos conservadores, em 1923 e a subida dos trabalhistas ao poder, Lorde Curzon caiu numa espécie de ostracismo, no qual continuaria quando Baldwin formaria o seu segundo Gabinete, pondo à frente do Foreign Office o brilhante Austen Chamberlain. Nessa altura, como alguém dissesse a Lady Asquith que Lorde Curzon se queixava de um começo de surdez, ela observou: “É natural, não ouve mais falarem dele”.

Cabe dizer, sem que isso exprima qualquer simpatia de Curzon pelos trabalhistas, que para celebrar a vitória eleitoral de Ramsey MacDonald, em 1923, a filha de Lorde Curzon, Lady Cynthia Mosley, deu um grande jantar, seguido de recepção, em homenagem ao *leader* trabalhista vencedor. Como *revanche* pelo ostracismo em que os conservadores o deixaram? Era bem possível.

* * *

Voltando às relações de Lorde Curzon com Domício da Gama: se este, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, não dispensava grande atenção ao Embaixador, ou mesmo o tivesse em pouco caso, o que provava isso em desfavor de Domício? Não foi este depois substituído em Londres pelo Embaixador Régis de Oliveira, homem dotado de todos os predicados para vencer nos meios políticos e sociais da Inglaterra, acolhido e festejado por todos, inclusive pelo novo Ministro dos Negócios Estrangeiros, o elegante e florido Austen Chamberlain — e a Inglaterra não se manteria na mesma intransigência de antes? É que essa intransigência não partia somente dos conservadores, como Lorde Curzon e Sir Austen, mas também dos trabalhistas, que governaram o país entre os dois Ministérios Baldwin, com MacDonald na Presidência do Conselho e na pasta dos Negócios Estrangeiros. Quer dizer, não dependia do prestígio do nosso Embaixador, do seu *savoir faire* ou conhecimento dos negócios — mas de um princípio de política internacional britânica, sobre o qual todos estavam de acordo, qualquer que fosse o partido ou os homens momentaneamente no poder.

Domício da Gama pagou, assim, uma culpa que não devia. Foi o que não souberam ou o que não quiseram compreender no Brasil. Inflingiram-lhe um castigo por não haver obtido o apoio inglês para a nossa pretensão a um assento permanente no Conselho da Liga. Que o castigo foi injusto, os fatos posteriores o provariam.

Ele custou acreditar que o pusessem em disponibilidade, julgando-se, como era, inocente. Sabia que não desfrutava mais no Itamaraty a boa situação de antes e perdera a simpatia do Ministro do Estado; que não tinha as boas graças do Presidente da República. Sabia ainda que era hostilizado por alguns brasileiros que haviam passado por Londres, queixosos de não haverem recebido dele o mesmo tratamento que colegas seus lhes haviam dispensado em outros postos da Europa, e que isso prejudicara sua situação no Brasil. Sem embargo, não quis acreditar que o pusessem em disponibilidade.

Deixou-se levar, a princípio, pela ilusão de que poderia continuar em Londres se Régis de Oliveira, apesar de já nomeado seu sucessor, preferisse ficar no Rio como Ministro de Estado, como começou a correr. Perdida depois essa esperança, alimentou a

possibilidade de ser removido para Bruxelas, posto que vagara naquela ocasião com a disponibilidade do Embaixador Barros Moreira. Falhada também esse solução, procura ganhar tempo: pediu férias de seis meses, para ir ao Rio, na esperança de poder concertar as coisas com sua presença. Telegrafou nesse sentido ao Ministro do Exterior, que não lhe respondeu. Telegrafou ao Presidente da República, que também não lhe respondeu. Era já um naufrago que pedia inutilmente socorro, que procurava agarrar-se a um destroço do barco que fazia água. Eu estava nessa ocasião em Genebra, nos trabalhos da Assembléia da Liga das Nações. Para lá me escrevia Domício, em carta de 23 de setembro de 1924:

“Agradeço sua boa e informativa carta de 15, que seria animadora se não fosse o empedernido silêncio do Itamaraty e do Catete, deixando sem resposta os meus telegramas. Chego a suspeitar que também não cheguem esses repetidos apelos para uma resposta que defina a situação em que fico deixando Londres. Já mandei explicar ao Presidente que para saber o que fazer dos móveis e mais objetos de minha propriedade, necessito saber se sou removido ou posto em disponibilidade. Os amigos também não respondem. Tudo indica a exclusão pura e simples. ...Não poderei sair daqui antes do fim de outubro, porque a arrumação e mudança será (*sic*) muito trabalho, sobretudo se continuar esta incerteza. Já receio que o Régis venha logo tomar posse e me encontre ainda aqui”.

No mês seguinte, a 6 de outubro, repetia: “Ainda não tenho resposta do Governo aos meus telegramas. Mandei pedir férias de seis meses e não responderam. Também telegrafei na semana passada que tenho de deixar a casa no fim deste mês e deixar o posto sem saber para onde vou: mesmo silêncio. Parece inexplicável. Adeus. Não tenha saudades de Londres, que começa a ter frio e não melhorou o tempo. Lembre-me aos amigos e receba lembranças dos rapazes e do seu amigo — Gama.”

* * *

A verdade era que a sorte dele já estava nessa altura decidida. Mas faltava coragem ao Governo para preveni-lo disso. Félix Pacheco, evidentemente constrangido, não queria anunciar-lhe a próxima disponibilidade, porque não tinha motivos para justificá-la. E Artur Bernardes, com o seu feitio rancoroso, foi, ao que parece, o responsável por todo esse doloroso drama armado contra Domício no fim da sua vida. Despeitado por não obter, para o prestígio do seu Governo, um lugar permanente no Conselho da Liga das Nações, e, não podendo culpar disso o nosso Embaixador em Londres, preferia agora esconder-se atrás de um muro de silêncio.

Aliás, custa tão pouco calar a boca! Era, de resto, o sistema que prevalecia então no Itamaraty e no Catete. E ainda hoje prevalece em alguns setores do Itamaraty — deixar de responder a perguntas quando elas são incômodas ou difíceis de ser respondidas. E, se isso era e ainda é a regra, com algumas exceções, posso dizer que não era ao tempo em que ocupei ali o cargo de Secretário Geral, com João Neves da Fontoura e Raul Fernandes, Ministros de Estado. Porque ambos não se escondiam atrás de um silêncio — nem eu. Eram desassombrados e tinham a coragem de assumir a responsabilidade dos seus cargos — ou de seus atos. E, quanto a mim, nas vezes em que desempenhei cargos

de direção, não houve telegrama, ofício ou carta telegráfica que não tivesse a respectiva resposta.

Nos anos em que servi no exterior, e foram muitos, sempre me queixei da falta de resposta do nosso Ministério, e tenho, no meu arquivo, dezenas de cartas de colegas queixando-se do mesmo mal. Falta de resposta a perguntas mais simples, o que só se explica por descaso, negligência ou falta de cumprimento do dever. Lembro-me de que um dia, há muito tempo, quando desempenhava o cargo de chefe da antiga Seção Política da América, e Otávio Mangabeira era o Ministro do Exterior, este me dizia, quando submetia à sua aprovação a resposta a uma pergunta feita, se estou bem lembrado, pela nossa Legação em La Paz, a cargo nesse tempo do Ministro Castelo Branco Clark: “Não responda nesses termos, observou-me Mangabeira, desconverse, tapeando, ou simplesmente não responda”. Eu repliquei: “Não, Ministro, a resposta tem que ser dada dizendo a verdade. Tapear é enganar, e o Itamaraty não pode estar enganando seus agentes no exterior. Seria falta de coragem e desabonador para ele — e também para o Senhor, que não pode fugir à responsabilidade do seu cargo.” Mangabeira, que tinha uma inteligência sutil, e, como bom baiano, gostava de tapear, respeitava entretanto a opinião dos Chefes de Casa; e facilmente me deu razão.

* * *

Deixando Genebra, fiquei alguns dias em Paris antes de voltar para Londres. Fui avistar-me com o Ministro Luís Guimarães Filho no Hotel Majestic, à Avenida Kleber, onde se hospedara. Ele me havia escrito uma carta, em 8 de abril de 1924, pedindo que o fosse ver quando eu voltasse a Paris. Dizia nessa carta: “Não deixe de vir ver-me para cavaquearmos um pouco sobre história diplomática, assunto em que o amigo já é mestre consagrado”. Luís Guimarães não era historiador: era poeta, como fora o pai, também diplomata, tendo este tido, entre outros postos, o de Lisboa. Foram ambos, também, membros da Academia Brasileira de Letras. O filho estivera no começo da carreira em Tóquio, de onde trouxera um livro, *Samurais e Mandarins*, mas que por troça chamavam “Samburais e Malandrins”. Posto em disponibilidade em 1920, revertera à atividade no mesmo ano. Ficara então em Paris aguardando posto, que seria Haia. Terminaria a carreira em 1938, como Embaixador no Vaticano, onde substituiria Magalhães de Azevedo.

Ele e outros Chefes de Missão, como Cardoso de Oliveira, por exemplo, eram acusados de embolsarem grande parte da verba de representação que lhes pagava o Governo. Raramente davam um jantar ou um almoço, limitando-se a uns coquetéis de vez em quando. Em certa ocasião Luís Guimarães e a mulher Dona Lavínia, da família Souza Ribeiro, deram um desses coquetéis em Roma. Não tinham filhos. E o Secretário da Embaixada, Glauco de Souza, querendo ajudá-los, passou a oferecer aos convidados presentes uns pratos com doces. No fim da reunião, quando todos os convidados haviam partido, a Embaixatriz chegou-se perto dele e disse: “Numa próxima vez não ofereça, como fez, doces às pessoas. Deixe que elas venham tirar na mesa. Há tanta gente acanhada...”

Esse problema do Chefe de Missão gastar ou não gastar a verba de representação, como gasta ou como não gasta, foi sempre, de fato, um problema para o Itamaraty. Este sabe que nem todos, Secretários e Chefes de Missão, gastam como deviam gastar a verba que recebem para representação. E que muitos deles embolsam grande parte dessa verba. Certa vez propus que todo o Chefe de Missão provasse o gasto da verba, ou grande parte dela, mandando ao Itamaraty, cada três meses, a relação dos almoços, jantares e recepções que tinha dado no posto, com os nomes dos convidados presentes. Achava que, se o Chefe de Missão estivesse só, no posto, podia enganar o Itamaraty, inventando jantares e almoços que não tinha dado. Mas, se tivesse com ele um Secretário, já não podia inventar, salvo com a conivência do seu subordinado, o que nem todos ousariam fazer. Mas essa idéia não pegou, e tudo continuou e continua na mesma. Naturalmente quem está na carreira sabe bem, ao menos por ouvir dizer, quais os que recebem e quais os que não recebem. Mas ninguém se quer dar à maçada de indicar os nomes desses últimos ao Itamaraty, por coleguismo ou medo de represálias amanhã.

* * *

Eu estava ainda em Paris, quando me chegou a notícia da disponibilidade de Domício da Gama. Por tudo o que eu suspeitava, não me causou surpresa. Mas estimei estar ausente de Londres nessa ocasião, porque soube depois quanto essa notícia fôra penosa para todos na Embaixada. Logo dirigi umas palavras de simpatia a Domício, deixando-o entrever a possibilidade de uma breve volta ao serviço ativo, quando ele mesmo esclarecesse no Rio o seu caso. Respondeu-me em carta de 24 de setembro:

“Meu caro sr. Lyra — Respondo sua carta de ontem, que agradeço. Tenho pouca esperança de voltar ao serviço ativo, mas farei diligências para não ser declarado incapaz. Tenciono estar em Paris, no Ritz, pelo dia 7 ou 8. Pode prestar-me o favor de sua companhia aí, se não tiver serviço urgente na Embaixada? Martins (*Carlos Martins*) deve vir no fim do mês. A irmã do Régis disse-me que este não deixará de avisar-me da sua chegada. Continuo a preparar-me para a partida, desagradável e amofinante tarefa. O tempo melhorou e está frio. Seu muito amigo — Gama”.

Quando ele apareceu em Paris daí a dias, fui vê-lo no Hotel Ritz, com o Ministro Félix Cavalcanti de Lacerda e a mulher, Dona Vera. Pareceu-nos conformado. Pelo menos não estava tão abatido quando deveríamos supor. Mas é certo que fazia um grande esforço para não trair seus sentimentos. Evitou comentar o “seu caso”, dizendo apenas que pretendia justificar-se no Rio das acusações infundadas que sofrera. Fiz-lhe companhia em Paris até as vésperas de sua partida para o Brasil. Seriam seus últimos dias de Europa e últimos meses de vida.

Saímos a passear, naquelas caminhadas tão do seu agrado, através do velho Paris, o *seu* Paris, do tempo em que, jovem correspondente da *Gazeta de Notícias* do Rio, mandava notícias para o Rio sobre a Exposição Universal de 1889. Era novembro e já fazia frio. Os pardais das Tulherias aconchegavam-se, de penas arrepiadas, sob os galhos nus dos castanheiros. Tardes tristes e enevoadas. Um dia Domício propôs que fôssemos rever a casa de Eça de Queiroz, onde ele passara outrora tantas horas encantadoras, na roda do grande escritor, cercado de Rio Branco, Eduardo Prado, Ramalho Ortigão e

outros intelectuais portugueses e brasileiros. Mas logo disse que não, que “não valia a pena”. Propus-lhe então, para distraí-lo, que “fôssemos ver a Revolução Francesa”, no Museu de Cluny. Fitou-me com um olhar triste; cofiou, depois, com aquele seu gesto habitual, os fios esbranquiçados do bigode, meditou um momento e perguntou indeciso:

– O sr. acha?

Mas logo acrescentou, com um sorriso forçado:

– Vamos então almoçar no Palais Royal; ali também houve Revolução Francesa, com os discursos do Camille Desmoulins.

Fomos almoçar no *Bouef à la Mode*, um dos restaurantes de sua predileção, à Rua des Valois, sob as arcadas que formavam a galeria do Palais Royal. Uma semana depois lá voltamos, dessa vez com Pedro Leão Veloso e Joaquim de Sousa Leão – “os nossos dois leões”, disse eu para Domicio. “Sim, mas um, pelo menos, é inofensivo, não tem juba”, ponderou ele, referindo-se à calva reluzente do Pedrito.

Raramente falava de si. E menos ainda de sua situação futura. Eu percebia que evitava o assunto. Não escondia, entretanto, o resto de esperança, que ainda tinha, de voltar ao serviço ativo, depois que se avistasse com o Ministro ou o Presidente, e explicasse o que se passara em Londres. Todo o seu receio era ser declarado incapaz. Sabia que andava correndo no Itamaraty e no Catete a versão de que era um homem inválido, a ponto de estar com as faculdades mentais enfraquecidas. Isso o aborrecia muito. De certo que era um homem doente, e ele sabia disso; mas estava longe de se encontrar nas precárias condições de saúde com que o pintavam no Itamaraty. Todo o seu empenho, por isso, estava em avistar-se com o Presidente ou o Ministro do Estado, conversar com ambos, para que se certificassem por si mesmos de seu verdadeiro estado de saúde. Tinha a impressão que depois disso logo se arranjaria.

* * *

Quando nos separamos, nas vésperas de seu embarque para o Brasil, preferi deixá-lo com mais essa ilusão, última ilusão. Para que arrancar-lhe essa derradeira esperança, e fazê-lo cair na dura realidade? Uma esperança de menos era uma verdade a mais.

– Seja feliz – disse-me ele ao abraçar-me. – Não sei se voltaremos a ver-nos. Mesmo se voltarei a Europa. E no Brasil, sem nenhuma outra ocupação, não sei o que vai ser de mim.

Era o drama de todo o diplomata aposentado. Não tendo sabido – ou podido – escolher na vida uma diversão, um derivativo qualquer, fora de sua atividade profissional, se via, de um momento para outro, completamente desorientado, sem um ponto de apoio moral ou espiritual que o distraísse, sem uma ocupação qualquer que pudesse encher-lhe as horas vazias do dia, numa passividade ao mesmo tempo irritante e humilhante.

Aconselhei-o a voltar ao cultivo das letras. Não dizia Voltaire que era o encanto da velhice e o consolo na adversidade? Que se refugiasse na Academia. A velha casa de Machado de Assis.

– A Academia? – voltou ele como que acordando.

Mas logo depois, com um gesto de desalento:

— Ninguém mais ali me conhece...

Seu fim no Rio foi o mais triste. O Ministro do Exterior não o recebeu. O Presidente da República não o recebeu. Ninguém do Governo o recebeu. Foi por todos afastado, como se fora um malfeitor. No Itamaraty muitos o evitaram, com medo de desagradarem ao Governo. No começo ainda o saudavam, embora contrafeitos. Depois apenas o percebiam. Por fim o deixaram ostensivamente de lado.

Havia ali muita gente que ele outrora obsequiara, mesmo que protegera, ao tempo em que fora Ministro e dispusera do poder. Mas agora estava no ostracismo e se tornara para muitos um homem incômodo.

Compreendendo isso, resolveu espaçar suas visitas à velha Casa. Já não lhe percorria mais os corredores ou as salas de trabalho. Limitava-se a ir às salas dos auxiliares de Gabinete do Ministro, sentar-se numa cadeira que encontrava ali desocupada a um canto, e ficar longos quartos de hora, triste e silencioso, à espera que o Ministro o chamasse e ele pudesse perguntar de que o acusavam. Não falava com ninguém porque ninguém lhe falava. Não procurava ninguém. Também ninguém o procurava.

*Ne me demandez pas le secret de mes pleurs,
Ni pourquoi mon regard se détourne et s'abaisse.
Et se fixe longtemps sur le pavé sans fleurs...*

Uma tarde, como de costume, chegando ao Itamaraty, subiu à sala dos auxiliares de Gabinete e foi procurar a *sua* cadeira. Não mais a encontrou. Tinha sido retirada. Então compreendeu. Pegou, silencioso, o chapéu, e retirou-se. Retirou-se para nunca mais voltar. Em verdade para morrer.

Régis de Oliveira chegou a Londres, para assumir o posto, em abril de 1925. Chegou com a mulher e a filha, algo desarvorado, sem nenhum programa organizado de instalação. Parecia que tinha o pensamento longe, o que fazia supor que houvesse qualquer traço de verdade no que se dizia, isto é, que alimentava a possibilidade de ser chamado para Ministro do Exterior, caso se confirmasse a saída de Félix Pacheco, como então se propalava. Que Félix não andava mais em bons termos com o Presidente Artur Bernardes, que este estava descontente com seu Ministro do Exterior, era o que todos sabiam. Havia, de fato, se criado entre os dois divergências profundas, não só quanto ao processo de se fazer nossa política exterior como no que se referia a essa própria política, sobretudo com relação à nossa atuação na Liga das Nações. Parece que Félix Pacheco havia dado ao Presidente as mais seguras esperanças de se obter um lugar permanente no Conselho, que, se realizadas, iriam prestigiar a política exterior do Governo. Ora, não foi isso que aconteceu. Mas, em vez de se desenvencilhar de seu Ministro, Bernardes achou mais cômodo deixá-lo simplesmente de lado, ou quase, e se ocupar ele mesmo dos assuntos do Itamaraty, com o pequeno *brain trust* que se criara no Catete, formado de funcionários diplomáticos, parentes e amigos do Presidente, gente sabida, de grande vivacidade e esperteza, que punha e dispunha das coisas à inteira revelia do Ministro de Estado e de seu Gabinete. Brotou nessa ocasião, desse *trust*, o depois Embaixador Alves de Sousa, antigo oficial de Marinha e genro do Presidente Bernardes. Foi a sua primeira escola diplomática. E tão bem assimilou a profissão que iria ser, mais tarde, um dos nossos melhores chefes de Missão, no sentido de capacidade e jeito para negociar com seus colegas dos países estrangeiros.

Bem. Régis de Oliveira chegou, pois, a Londres não sabendo ao certo o que queria, o que pretendia e o que desejava fazer ali. Apesar de termos a casa preparada para recebê-lo, deixou-se ficar a princípio longo tempo no hotel, alegando que estava esperando seus móveis para poder instalar-se condignamente em Upper Brook Str. Passou depois a dizer que não gostava da casa, que lhe parecia inadequada para uma embaixada de certa categoria, no que não deixava, talvez, de ter razão. Pôs a campo Camilo de Oliveira e eu, com o encargo de procurarmos um prédio em melhores condições, que

dispusesse sobretudo de salões. Afinal, tudo não passou de foto de palha. Às casas, que nos pareceram possíveis de servir para a Embaixada, ele não deu sequer atenção. E, quando lhe chegaram os móveis, com todos os seus pertences, decidiu finalmente instalar-se mesmo em Upper Brook Str., embora dizendo que o fazia “provisoriamente”. Ficou ali quinze anos, quer dizer, todo o tempo de sua residência em Londres. Provisório algo extenso, como se vê.

Aliás, o “provisório” estava um pouco na tradição do Itamaraty. Tempo houve que tínhamos um Ministro do Exterior provisório, que era Cavalcanti de Lacerda, isto é, interino; um Secretário-Geral provisório, que era Muniz de Aragão; um chefe de Gabinete também provisório, que era Rubens Dunham; e eu mesmo era provisório como Oficial de Gabinete. Foi nessa ocasião que um Secretário de Legação, disputando um posto na Europa, conseguiu obtê-lo, mas também provisoriamente. Reclamou, alegando que ficava assim sem garantia do lugar. Foi-lhe dito que tudo no Brasil era provisório, a começar por Getúlio Vargas, que era o chefe do Governo Provisório, e que o próprio Brasil daquele tempo era provisório, pois um país com as nossas possibilidades de progresso e de crescimento não era então que seria mais tarde, para o futuro. O Secretário não se conformou lá muito com a explicação; mas achou mais prudente aceitar o posto, mesmo provisório, onde, aliás, ficou, penso que cerca de dois anos.

* * *

Em novembro de 1925 eu deixava definitivamente Londres, removido para a Liga das Nações, em Genebra. Essa remoção correspondia, num certo sentido, ao meu desejo. Eu tinha ficado quase três anos em Londres. E se no começo da minha estada ali tivera vários problemas de adaptação, para poder coabitar com os ingleses, no fim de 1925 já me tinha amoldado à terra, à gente e à sua maneira de viver. A única queixa que realmente tinha era com relação ao meu trabalho na Embaixada, que em verdade fôra quase nenhum, dado o pouco que havia ali para fazer. Como eu me queixasse disso a Maurício Nabuco, que pertencia ainda aos quadros da Secretaria de Estado, ele me respondia:

“Você se queixa de que seu trabalho em Londres foi estéril. Dou-lhe parabéns. Tudo na vida é relativo. A ação da maior parte das nossas missões diplomáticas, nestes últimos tempos, tem sido contraproducente. Console-se ainda com a idéia de que, se tivesse ficado aqui, o que foi apenas estéril, teria sido prejudicial.

“Apesar disso, não penso em passar para o serviço diplomático (*). No estrangeiro, só podemos ter uma garantia: uma Secretaria organizada entregue a pessoas competentes e honestas. Caminhamos no sentido inverso. O substituto do Sr. Briggs, por exemplo (**), tem revelado uma incapacidade moral e intelectual para o cargo, que deve fazer corar quantos pensassem que ele estivesse em condições de ocupá-lo.

(*) Só passaria em 1937, para ser Embaixador em Santiago do Chile.

(**) Zacarias de Goes Carvalho.

“Mesmo o regime do *pistolão*, todo poderoso na República, não é garantia suficiente: varia de Governo a Governo e, muitas vezes, os protegidos de hoje são os desengañados de amanhã. Apesar de tudo, espero que a sua carreira não lhe corra pior do que até aqui.”

Referindo-se depois à situação de Domício da Gama, que o Presidente Artur Bernardes recusava receber, acrescentava que ele estava “em boa companhia, com o Príncipe herdeiro da Itália, o Presidente Alessandri do Chile, o General Pershing e o próprio Príncipe de Gales” (*), que não tinham sido recebidos pelo Presidente.

* * *

Removido para Genebra, ficaria com Régis de Oliveira em Londres apenas sete meses. Não foi um longo tempo. Mas o bastante para conhecê-lo de perto. Aliás, iria tê-lo, no ano seguinte, em Genebra, como meu hóspede, no apartamento que eu ocuparia na Rua Massot, num convívio de todos os dias, o que facilitaria uma maior aproximação entre os dois. De resto, eu já conhecia Régis de Oliveira de longa data, desde quando viajamos juntos para a Europa em 1910, quando ele era 1º Secretário de Legação. Avistei-o, depois, mais de uma vez, em casa do Senador Antônio Azeredo à Praia de Botafogo, da qual se fazia freqüentador, ele e a mulher Dona Gina, sempre que apareciam no Rio. E mais ou menos nessa época servi sob suas ordens no Itamaraty no curto tempo em que fôra Sub-secretário de Estado, quando Domício da Gama era Ministro do Exterior. Depois o perdi de vista. Andamos desencontrados. Ele esteve como Ministro na Havana, em Viena, onde seria o último Chefe de Missão a apresentar credenciais ao Imperador Francisco José, em Paris, em Haia e finalmente no México, seu primeiro posto de Embaixador, de onde seria transferido para Londres.

Quando deixei definitivamente a Inglaterra, Régis, como disse, acabara apenas de instalar-se no nº 19 de Upper Brook Str. Tinha chegado ali em abril, quer dizer, já na Primavera, quando todo o mundo começava a deixar a cidade para as praias e o campo. Viera depois o verão, estação quase morta na capital britânica. Quando parti de Londres é que se iniciava o que se chamava ali a *season*, isto é, a estação mundana propriamente dita, a vida social do país. Não conheci, portanto, o Embaixador Régis na sociedade inglesa, nem suas relações sociais, seu prestígio ou situação no grande mundo de Londres.

Disse-se que acabou conquistando na alta sociedade da capital e no mundo político uma situação sob todos os pontos de vista excepcional. Já tive ocasião de dizer, dando os motivos, que a sociedade inglesa era a mais impenetrável de quantas existiam no Velho Mundo. Se nada posso dizer de ciência própria sobre a situação que Régis de Oliveira desfrutava nesse posto, posso, entretanto, afirmar que tinha todos os predicados para conquistar em Londres uma situação de primeira ordem, ele e a mulher. Se para ser recebido nos salões de Mayfair era necessário ter uma soma de qualidades pessoais inigualáveis, ambos tinham, sem dúvida, a soma dessas qualidades.

(*) Carta do Rio de Janeiro, de 8 de abril de 1925.



Domício da Gama, Embaixador do Brasil em Londres.



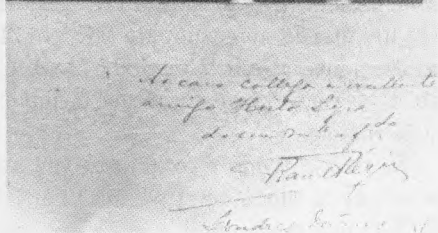
Lorde Curzon, Ministro dos Negócios Estrangeiros.



O Marquês Merry del Val, Embaixador da Espanha em Londres.



Lady Astor



Raul Régis de Oliveira, que sucedeu a Domicílio da Gama como Embaixador em Londres.

A verdade é que nenhum outro brasileiro daquele tempo, que eu soubesse, desfrutava na Europa de um tão grande número de boas relações, em todos os círculos e em toda a parte, em Paris, em Londres, em Haia, em Viena, em Roma. Tinha hábitos de sociabilidade como nenhum outro. Uma mentalidade adaptável às mais variadas sociedades européias. Falava com a maior facilidade as principais línguas da Europa Ocidental. Dava-se e era recebido com a mesma cordialidade com alemães, ingleses, franceses e italianos, e era despedido de todos os preconceitos de raça, de religião e de educação que separavam por vezes aquelas sociedades. Um verdadeiro cidadão da Europa. Joaquim Nabuco o chamava, por isso, de “cidadão de Cosmópolis”.

* * *

De seus defeitos, direi apenas que era um homem fraco. Fraqueza não de caráter, mas simplesmente de energia moral. Tinha por princípio não se indispor com ninguém, não se opor nem enfrentar ninguém. *Pour être aimé il faut être aimable*, dizem os franceses. Régis praticava integralmente esse preceito. Ora, não é possível agir assim e guardar inteira a sua personalidade. Seu desejo era agradar e servir a todos — servir, naturalmente, até onde não afetasse ou contrariasse seus próprios interesses. Porque ele era, no fundo, o que somos talvez um pouco todos nós, mais uns do que outros, um egoísta. Mas um egoísta amável e sorridente, bem educado, acolhedor, quase paternal. Pelo menos um homem sinceramente esforçado em praticar o bem. E um trabalhador. Sendo um grande mundano, era tido por alguns por um *fainéant*. Nada menos verdadeiro. Nem menos justo. Cumpria ou se esforçava por cumprir com todos os deveres do cargo. E, se nem sempre alcançava o que queria, se devia isso, em grande parte, à sua falta de energia.

Se tivesse vivido e continuasse até hoje na atividade, talvez não correspondesse mais ao que se supõe dever ser um Embaixador integrado nos moldes da “nova diplomacia”. O que no fundo não passa de uma bobagem, pois a diplomacia, como arte ou como ciência, foi e há de ser sempre a mesma, salvo o processo com que ela se faz atualmente, o que é em tudo outra coisa. Faltar-lhe-ia primeiro o destemor da responsabilidade, a coragem de confessar suas convicções, mesmo nos momentos mais difíceis, *sobretudo* nesses momentos. Depois, a impetuosidade de temperamento, não no sentido da irreflexão, mas de uma impetuosidade controlada, externada com inteligência e de caso pensado, que é coisa que não se adquire, que está no temperamento de cada um, e se torna por vezes necessária para enfrentar com vantagem um adversário atrevido, ou *trancher* uma situação difícil — sem contudo fechar atrás de si as portas. Finalmente, faltava-lhe uma franqueza por vezes necessária na apresentação ou defesa de uma tese, sem os artifícios ou os véus de seda com que durante muitos anos se entendeu devia ser praticada a arte diplomática. A diplomacia, no sentido geral, continua a ser a arte de dizer ou de fazer (ou de não dizer ou não fazer) coisas certas por caminhos diferentes e por vezes sinuosos.

Mas também é a arte de chegar-se ao fim diretamente, pela estrada larga da franqueza, sem rodeios nem subterfúgios. Tudo está em saber o momento em que se deva agir assim. A Raul Régis não lhe faltava nem inteligência, nem argúcia para saber quan-

do eram chegados tais momentos. O que lhe faltava era a disposição ou, se quiserem, coragem de aproveitá-las.

* * *

Suas qualidades eram muitas. Tinha hábitos de sociabilidade como nenhum outro de seus colegas de carreira. Era também um dos homens mais bonitos que se podia imaginar, não somente nos traços físicos do rosto como nas proporções do corpo, ao lado de uma simpatia pessoal verdadeiramente irresistível. O Embaixador Joaquim de Sousa Leão Filho que foi, como 2º Secretário, seu auxiliar em Londres, dizia numa conferência feita no Instituto Rio Branco, por ocasião do cinquentenário da entrada de Régis na carreira, que este reunia as virtudes e os dotes do *Parfait Ambassadeur* idealizado por Chamoy: presença agradável, nome bem sonante, prudência unida à vivacidade na conversação, brilho na oratória e domínio das línguas estrangeiras. Correspondia, por outro lado, ao que Sir Ernest Satow entendia dever ser um bom Embaixador – *good temper, good health and good looks*. E citava, por fim, o que diria o Conde de Saint Quentin sobre Régis Embaixador em Londres – “digno de ser um modelo para todos os diplomatas de carreira, pela grande cultura, sagacidade intelectual, nobreza de coração e modéstia na dignidade”.

É claro que, com tais predicados, completados pelo apuro no trajar, por tudo que fazia dele um homem elegante, foi um torturador de corações; e na velha Viena imperial de antes da primeira Grande Guerra, jovem 2º Secretário, deixou uma tradição amorosa que, no meu tempo de Londres, apesar de tudo o que sofreu a capital do Império Austro-Húngaro, ainda era referida por quantos o haviam conhecido naquela época.

A verdade é que nascera para ser mundano, no sentido integral da palavra, para acolher a uns com uma palavra amável, a outros com fortes apertos de mão, com abraços e largos sorrisos; para reverenciar e desfazer-se em gentilezas diante das damas. Praticava a arte de ser amável com uma maestria e uma elegância só comparável à da mulher, que podia ser tida como uma das mais completas Embaixatrizes de todos os países, por sua graça espontânea, sua fina inteligência, seu traquejo social, seu dom de agradar, de ser e saber ser sedutora.

Régis de Oliveira a conhecera em Viena da Áustria, quando era ainda 2º Secretário. Servia ali na Legação do Brasil dirigida por seu pai que, diplomata de carreira, iria ser chefe de Missão em vários países, tendo sido seu último posto Lisboa, onde iria falecer em 1916. Seu filho conheceu a mulher, Dona Gina de Araújo, no castelo dos Condes Potoki, dos quais se fizera amigo. Enamorando-se dela, iriam casar-se em Paris, onde residia a família dos Araújo Olindas, descendentes do Marquês de Olinda, antigo Regente do Império do Brasil, várias vezes Ministro e Presidente do Conselho sob a Monarquia; e que, a igual de outras antigas famílias brasileiras, tinha-se instalado na capital francesa, não comungando com o regime republicano instituído no Brasil depois da deposição do velho Imperador Dom Pedro II. Dona Gina era bisneta do Marquês de Olinda. Ainda conheci em Paris sua mãe, Dona Laura Faro de Araújo. Mantinha na capital francesa, no dizer do Embaixador Sousa Leão, “uma casa bem brasileira, onde

sua cozinha nortista (o Marquês de Olinda era originário da Província de Pernambuco), fazia as delícias dos compatriotas, entre os quais Rio Branco, que, bom *gourmet*, se regalava com os quitutes da anfitriã emérita. A mesa da Tia Laura, como a chamavam os nossos estudantes, era a providência sempre que se aproximava o fim do mês”.

* * *

Régis de Oliveira seria Embaixador do Brasil em Londres cerca de quinze anos, sendo que nos sete últimos anos seria ali o decano do Corpo Diplomático. Como se sabe, segundo uma velha tradição, o decano do Corpo Diplomático é sempre o Núncio Apostólico, não importando o número de anos que tenha no posto. Mas, não sendo a Inglaterra um país católico, e não havendo ali, por isso, um Núncio do Papa, o decano do Corpo Diplomático é o mais antigo dos chefes de Missão. Nas vésperas da aposentadoria regulamentar de Régis de Oliveira, Lorde Halifax, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Inglaterra, quebrando o que era uma tradição naquele país, não hesitou em telegrafar ao Embaixador Britânico no Rio, pedindo que este manifestasse ao Governo Brasileiro quanto o Rei George V veria com pesar a partida do Embaixador do Brasil, e como seria recebida por Sua Majestade a dilatação por mais uns poucos anos do prazo regulamentar da sua aposentadoria. Foi em consequência desse pedido que o Governo Brasileiro consentiu que Régis de Oliveira continuasse em Londres dois anos mais. Assim que só deixaria a Embaixada em 1940, para morrer dois anos depois em Petrópolis, com a idade de 68 anos. Eu era nessa ocasião Ministro Conselheiro da Embaixada do Brasil em Buenos Aires.

I

De 2 de abril de 1923: Para *Félix Pacheco*, Ministro das Relações, no Rio de Janeiro.

... ..

A política que vim encontrar neste país é, como sabe V. Ex^a, a que subiu vitoriosa com a queda do Sr. Lloyd George, e que levou o partido conservador aos conselhos da Coroa, sob a direção do Sr. Bonar Law. Durante a minha curta estada na Inglaterra, o atual gabinete já sofreu, com a derrota eleitoral de dois dos seus Ministros, um duplo golpe no seu recém-criado prestígio. Isso vem mostrar que a situação conservadora, que domina hoje a política do Império, não tem, na opinião pública, o prestígio de que faz alarde.

Não posso assegurar a V. Ex^a até quando o partido conservador se manterá no poder; não lhe direi tão pouco, como faz supor o Sr. Lloyd George, se a união das duas facções liberais, acarretará a imediata vitória destes. O que tenha concluído, porém, já da leitura dos jornais, já da opinião de pessoas autorizadas, é que se a união liberal vier a efetuar-se, não será contudo nem sob a chefia do Sr. Asquith nem tão pouco sob a direção do Sr. Lloyd George. O que, porém, me parece mais seguro é a próxima e retumbante vitória do partido trabalhista. E V. Ex^a, não se admire se o telégrafo lhe anunciar amanhã a subida dos trabalhistas aos conselhos da Coroa, sob o pulso de ferro do Sr. MacDonald (1).

Neste caso, estou certo de que presenciarei a uma das maiores transformações sociais por que irá passar este país. Não poderei assegurar até que ponto os trabalhistas desenvolverão o seu radicalismo; posso, porém, dizer a V. Ex^a que eles deixarão muito longe o programa do gabinete liberal do Sr. Asquith, e que o primeiro passo será dado imediatamente no sentido de um completo reconhecimento do Governo bolchevista. Posso ainda assegurar a V. Ex^a que uma das primeiras organizações que sofrerá o pulso

do Sr. MacDonald será a Câmara dos Lordes, que passará de hereditária à Câmara de eleição, como o Senado em nosso país. Isso verificando-se, custa-me pressupor até que ponto sofrerá, na base mesma de seus alicerces, a atual e antiquada organização territorial deste país; também não me permito prejulgá-lo até quando resistirá o espírito de tradição, que tem ainda grande força na aristocracia britânica. O que tudo deixa supor, porém, é que a própria Coroa terá que ceder ainda mais em suas prerrogativas. A circunstância, verificada há dias, única na história da Inglaterra, de o Rei convidar oficialmente o Sr. MacDonald para a sua mesa e de haver o “leader” trabalhista *acedido* ao convite, quando deveria julgar-se obrigado a aceitá-lo, deixa ver como as coisas marcham vertiginosamente para uma situação bem diferente desta em que nos encontramos.

II

De 7 de maio de 1923: Para *Hildebrando Accioly*, 1º Oficial da Secretaria de Estado, no Rio de Janeiro.

Meu caro Accioly,

Estava esperando que você voltasse de Santiago para escrever-lhe uma longa carta, contando alguma coisa do que tenho visto e encontrado aqui. Mas justamente recebo hoje uma carta de Nabuco (2), na qual, entre outras coisas, me diz que você “escapou da morte e por muito pouco”. Esta frase, no seu laconismo, deixou-me entregue às mais contraditórias suposições, por isso que de nada sei a seu respeito, senão que embarcou para Santiago sem maiores novidades, segundo li nos jornais do Rio. Diga-me, portanto, o que houve, e sossegue-me. A notícia de Nabuco, embora pouco adiantando diz contudo o bastante para eu saber que você “escapou” — e dou por isso graças a Deus.

Contrariando o projeto que formulara no Rio, e isso pela escassez de tempo, não fui à Suíça. Deixei-me ficar em Paris uma dúzia de dias, revendo a cidade que conhecera dez anos antes. Nada encontrei ali diferente do que vira antes: a mesma vida agitada, os mesmos teatros e cafés, a mesma atmosfera de sedução, enfim, o mesmo Paris que encanta a nós todos da América, onde sempre nos encontramos de tal maneira à vontade como se fôra em terra nossa. Certo, a vida ali encareceu formidavelmente; e se eu lhe disser, a este respeito, que o custo de tudo subiu, de 1912 para cá, cinco vezes mais, estou certamente com a verdade dos fatos. E, como exemplos, dir-lhe-ei apenas: um jantar frugal, sem vinho e sem manjares, num restaurante qualquer, custar-lhe-á, pelo menos, 12 a 15 francos; um quarto “a seco”, em qualquer hotel decente, 40 a 50 francos — e assim por diante.

Estive sucessivas vezes na Embaixada. Nessa ocasião cuidava-se de transferi-la para outro prédio, situado no mesmo bairro dos Champs Elysées. Não vi o novo edifício, mas pintavam-me de grande aspecto e luxuoso. Disseram-me que nele funcionara a Embaixada americana (3).

Não preciso dizer-lhe que o Sousa Dantas é, em Paris, *the right man on the right place*. Apesar do pouco tempo de sua residência ali, depressa criou uma situação social e política de primeira ordem, a qual sem dúvida em breve alargará e firmará. De seus auxiliares, nada tenho a dizer-lhe de Leão Veloso e Ouro Preto, pois que os conhece muito bem. Taylor me pareceu viver completamente apagado, chegando sua esquisitice a ponto de se esquivar até mesmo da companhia de seus colegas de Embaixada. Quero crer que seu único passatempo é contar e recontar a sua larga fortuna.

Cheguei a Londres nos primeiros dias de março último. O inverno anda persistia. O frio, o nevoeiro e a umidade concorriam, com o desconforto, não proclamado mas patente das casas inglesas, para tornar a estada aqui desagradável. Assim, o meu primeiro mês foi de sacrifícios. Já agora, porém, as coisas estão modificando-se. Londres já tem sol e tem luz, a temperatura é suave e a cidade vai aos poucos prendendo e seduzindo.

Encontrei o Embaixador Gama bastante melhorado da doença que o molestou nos olhos, e que chegou, como você sabe, a impossibilitar-lhe por completo o uso da leitura e da escrita. Ele já agora lê e escreve, posto que o faça com moderação.

A situação social que desfruta em Londres não é certamente de grande brilhantismo — e para isso fora necessário, a par de outras exigências, que tivesse o dobro da renda que possui, e que a sociedade londrina deixasse de ser o que é presentemente. Seja, porém, como for, o que patentiei, e de que lhe dou a segurança, é que, contrariamente ao propalado aí, o Sr. Gama não se esconde na obscuridade, de tudo fugindo e tudo evitando. Dá de vez em quando os seus jantares, frequenta seus colegas estrangeiros; está continuamente presente, com seu óbulo, nas festas de caridade (que são frequentes) da sociedade britânica — enfim, bem ou mal, gasta tudo quanto lhe dá o Governo. O que lhe falta é certamente vivacidade, e sobretudo essa vontade indispensável a todo o diplomata, de *querer* brilhar, de ser citado e conhecido. Falta-lhe o mesmo que era precário no Duque de Damas, quando sobrava em Chateaubriand e Metternich, e que o nosso velho amigo Visconde da Pedra Branca chamava, na sua linguagem elegante, “as flores do Sr. de Chateaubriand”. Peca o Sr. Gama por esse lado, certamente por causa dos achaques que o atormentaram nos últimos anos, das intempéries que tem sofrido no fim da vida, dos aborrecimentos morais de toda a sorte. Retraiu-se, assim, o seu gênio; feneceram as flores (se é que as teve algum dia) que vicejavam no seu espírito; perderam o seu colorido e perfume — e o nosso Gama nada mais é hoje do que uma folhagem, sem brilho e sem perfume, que vive e que tem seiva, mas simplesmente folhagem.

Vim encontrar, como único auxiliar da Embaixada, o Luiz Avelino Gurgel do Amaral. É um rapaz de costumes moderados, trabalhador e cumpridor de seus deveres. Tem um grande espírito de ordem e é metucioso e cuidadoso em tudo que faz. Sei que o Sr. Gama, antes de eu chegar aqui, em carta ao Ministro Félix Pacheco, pediu a concessão do título de Conselheiro de Embaixada para o Amaral. Mas fez esse pedido com a moleza que lhe é habitual. Resultado: não foi atendido. Ora, devo dizer-lhe que o Amaral é credor desse título. Tem ele vinte anos de serviço diplomático; fez seu tirocínio inicial no Itamaraty, o que é um merecimento para o diplomata, como você e eu pensamos; foi por largo tempo Encarregado de Negócios no Chile, depois no México,

nos Estados Unidos, e tem sido aqui. Converse com o Clark (4), que conhece de sobra o Amaral, converse com Sampaio (5), que também o conhece, e façam vocês três um trabalho jeitoso junto ao Ministro, de forma a resultar daí a concessão do título de Conselheiro para o Amaral. Não preciso dizer-lhe, que essa sugestão é toda espontânea da minha parte. Aliás, você que me conhece há muitos anos, bem sabe que não me deixo levar por sugestões de outrem.

Antes que seja objetada, como empecilho para a concessão desse título ao Amaral, a próxima vinda do Martins (6), também Conselheiro, para esta Embaixada, devo dizer-lhe não aceitar tal razão. Uma Embaixada, numa Corte como a de Londres, pode muito bem possuir dois Conselheiros; e o caso aqui é para se dizer quanto mais melhor. Já que não podemos dotar a Embaixada com um numeroso pessoal, à maneira do que fazem os outros países (a nossa Embaixada é a mais pobre em número de pessoal); já que não nos é permitido dar aos que aqui trabalham uma representação à altura do posto e da carestia de vida em que se debate Londres, que nos valham ao menos a aparência, os títulos e as honrarias generosas.

Pela marcha das coisas, parece provável a eleição do Dr. Pessoa (7) para a Corte de Justiça. Este Governo, como sabe você, não empenhou ainda seu voto a nosso favor; todavia parece-me favorável. O que é necessário, porém, é que de qualquer forma se faça um trabalho de conjunto na América Latina, de forma a, não digo anular, mas pelo menos enfraquecer a candidatura de seu amigo Alex Alvarez (8). Se nós contarmos com a maioria da América Latina, por ocasião da votação na Assembléia de setembro, a coisa marchará *sur des roulettes*.

Essa esperada vitória terá, porém, o seu reverso: será a nossa saída do Conselho. Quanto a isto não creio que se possa ter dúvidas. A nossa situação atual é quase que de desespero, porque pelo Regulamento da Liga não poderemos ser reeleitos; sendo assim, o único meio que há para ficarmos no Conselho será na qualidade de membro permanente. Mas para tanto tomar-se-á necessário aumentar o número de lugares. Ora, tal não se conseguirá, porque não somente teremos a oposição das grandes potências — e na verdade isto redundaria em fazer da Liga uma espécie de nossa antiga Guarda Nacional, com mais oficiais do que soldados — como também, e sobretudo porque o Secretário-Geral Sir Eric Drummond (9) a tanto se opõe. E o Sr. Drummond é quem manda hoje na Liga.

Como estou a falar na Liga, deixe-me recordar-lhe a conversa que tivemos, e em virtude da qual você prometeu-me trabalhar aí pela minha ida a Genebra na próxima Assembléia. Sonde você o terreno, e diga-me em resposta se melhor convém que a sugestão da minha ida parta daqui, do Sr. Gama, ou se não seria preferível que a ordem viesse logo do Itamaraty. Devo dizer-lhe que muito me aborreceria dar aqui os passos para que o Sr. Gama me propusesse, e eu fosse depois rejeitado. Essa solução ser-me-ia duplamente triste, por isso que me sujeitaria a uma recusa, o que não quero, e exporia o Sr. Gama a uma desatenção, que, sendo por minha causa, me deixaria mal. Confio, porém, em seu tato.

Devo prevenir-lhe também de que em junho próximo haverá Conselho em Genebra. Crê você possível que o Ministro me designe daí para acompanhar o Sr. Gama? V. sabe que isso não seria afinal um escândalo, pois bem conhece o “interesse” que o

Sílvio Rangel de Castro (10) tem tomado pela Liga. Devo dizer-lhe que, desde que aqui cheguei, o Sr. Gama entregou-me todos os papéis da Liga, e que cuidá-los tendo sido quase a minha principal função na Embaixada. Sou, assim, há dois meses, o verdadeiro secretário do Sr. Gama na Liga, fazendo todo o serviço, desde arrumação dos papéis até redação de cartas e telegramas. Você sabe que o Sílvio não aparece em Londres, por entender que este clima é prejudicial à sua saúde; além disso, acha que se diminuiria aparecendo aqui como Segundo Secretário. Isto diz ele, e que tenha lá suas razões não discuto. Mas não impeça então que venha outro fazer aquilo que ele não faz, com as vantagens que desfruta. Veja você, portanto, meu caro Accioly, o que pode fazer por mim nesse sentido. O que fizer, muito ou nada, estará sempre bem feito, e você tem desde já a minha gratidão. Devo dizer-lhe contudo que eu só desejaria ir a Genebra em junho próximo com uma ajuda de custo para cobrir as despesas que terei de fazer, e para tanto não me parece que deva ser menos de 100 libras.

E de Santiago, que me diz você? Tanto quanto tenho conhecimento do que se passou, parece-me que as coisas correram como eu as previra. Vi que Afrânio (11), em discurso que pronunciou, recorreu com proveito aos meus *Ensaio diplomáticos...* Enfim, de Santiago você é que pode dizer muitas coisas interessantes.

E o nosso livro do centenário? Que fim levou ele? (12).

Quanto à política deste país, o que tenho concluído já o disse em carta que tomei a liberdade de dirigir ao Ministro Félix Pacheco. Como não quero repetir, porque seria fastidioso, procure você, se tiver para isso uma ocasião, saber dele se lhe permite a leitura.

Accioly, esta carta já está sem dúvida muito longa. Tire você os pedidos que aqui lhe faço, e que são de meu interesse, e conte a extensão das outras linhas como proporcional à amizade que lhe dedico. Queria-me bem, na certeza de que tem em mim um amigo.

Como estou na completa ignorância do que lhe aconteceu de mal, só posso fazer aqui um voto: é para que esta carta o encontre restituído à paz e ao bem-estar que merece. Faça-me presente à sua Senhora. Diga-lhe que minha irmã talvez vá em julho ao Brasil, e que ela tem uma mala vazia à disposição de vocês. A vida em Paris está cara, mas as senhoras sempre encontram jeito de comprar ali muita coisa mais barata do que no Rio.

Escreva-me. Queira-me bem.

H.L.

III

De 24 de julho de 1923: Para o Ministro *Frederico de Castello Branco Clark*, Chefe do Gabinete do Ministro de Estado, no Rio de Janeiro.

... ..

Aqui estou, de volta de Genebra. Voltei, convencido de que a Liga das Nações é sem dúvida o fruto mais sadio de quantos nos deu a paz de 1918. Com todos os seus

defeitos e todos os vícios de sua organização, não há a negar que realiza a mais alta expressão moral até hoje conseguida pelo Direito Internacional. Os homens que se reúnem em redor da grande mesa do Palácio das Nações e ali discutem e resolvem os problemas que interessam os diferentes povos, sob uma atmosfera pacífica e confiante, esses homens por certo que têm em si outra força que não a que lhes dão suas qualidades pessoais ou a potência de seus países. Essa força é precisamente a moral internacional.

Por isso mesmo que tenho a Liga nessa alta consideração, é que lamento a emergência em que se encontra o Brasil neste momento, em véspera de ser, talvez, obrigado a abandonar o posto de destaque que desde o início ocupa no Conselho da Sociedade. É certo que não tenho elementos nem autoridade para dizer com segurança se o Brasil continuará ou não no Conselho. Peso, porém, as probabilidades, e vejo que elas se contam em nosso desfavor. Se a saída do Brasil fosse a consequência de uma medida geral, que atingisse todos os demais membros temporários, é certo que essa situação, embora precária, seria até certo ponto consoladora. Mas tenho que essa medida não será uma regra geral, e acredito que nem todos os atuais membros temporários hão de perder o seu lugar.

Perdê-lo-á a Espanha, que tem no Conselho o Sr. Quiñones de León, homem dotado das melhores qualidades diplomáticas, estimado na Secretaria e no Conselho, e que desfruta, além disso, junto ao Governo francês, o prestígio que todos sabemos? E a Bélgica? Acredita o Sr. que a França, na situação política difícil em que se encontra, veja com indiferença a retirada desse país? Que o Governo do Sr. Poincaré não faça valer o predomínio que nestes últimos meses tem adquirido junto ao Foreign Office, para conservar no Conselho o voto de sua mais dedicada aliada e neste momento única companheira na aventura arriscada do Ruhr?

Tenho, assim, como quase certa a permanência da Bélgica, e como muito provável a da Espanha. A exclusão do Brasil se tomaria então uma injustiça, que por certo não merecemos. Como bem disse o nosso Ministro em suas instruções para Madrid, o Brasil representa hoje uma civilização que é forçoso não desprezar. Representa, também, até certo ponto, uma tradição na história moderna do Direito Internacional, com uma soma de serviços que nos colocam em situação bem diferente daquela com que nos pretendem julgar os cabeçudos estadistas europeus. E, além do mais, não é também o Brasil, no mundo internacional e direi mesmo civilizado de hoje, uma grande expressão geográfica? Não sei até que ponto a Inglaterra, a França e o Sr. Drummond têm em conta os nossos predicados. Ouço, porém, que os desprezem (13).

Quando digo a França, a Inglaterra e o Senhor Drummond, quero referir-me às três grandes forças que hoje põem e dispõem na Liga das Nações. O Sr. Poincaré, Lorde Robert Cecil e Sir Eric Drummond são neste momento os três homens de cujas vontades depende a nossa continuação no Conselho. Ouço, por informações extra-oficiais, que o Sr. Drummond se opõe a que o Brasil entre como membro permanente. Aliás, devemos fazer-lhe a justiça de reconhecer que essa oposição não se refere diretamente ao Brasil: o Sr. Drummond acha que, aumentar-se o número de membros permanentes, quaisquer que sejam eles, é concorrer para o desprestígio da instituição do Conselho,

por isso que o tornaria (com a próxima inclusão dos Estados Unidos e da Alemanha) um corpo por demais numerosos. Vale isso, entretanto, como uma opinião. No que diz respeito à nossa reeleição como membro não permanente, não sei o que pensa o Senhor Drummond. E quanto às inclinações da Inglaterra e da França a nosso respeito, certamente que o nosso Governo está suficientemente informado.

Pelo telegrama do Sr. Gama, já deve saber-se aí do seu pedido de demissão de representante do Brasil no Conselho. Eu, que assisti à elaboração desse despacho, posso dizer a mágoa que lhe causou o desprender-se de um cargo que tanto o seduzia. Mas sua saúde que, como sabe, é precária, não lhe ditava outro proceder. Nesse momento já deixou o leito, com uma pequena melhora, que não sei até quando se desenvolverá. Penso que só conseguirá bons resultados no dia em que se afastar por uns meses e completamente dos negócios públicos. É o que lhe tenho dito aqui. E se bem que reconhecendo essa necessidade, nada resolveu ainda de definitivo.

IV

De 20 de agosto de 1925: Para o Ministro *Frederico de Castello Branco Clark*, Chefe do Gabinete do Ministro de Estado, no Rio de Janeiro.

Continuo a pensar que o Brasil tem, acima de qualquer outro país da América do Sul, o dever senão o direito de pleitear um lugar no Conselho. Acho que será uma injustiça a nossa exclusão, tanto mais quando tudo faz crer que não será essa uma medida geral, que atinja a todos os atuais membros temporários. Não sei até que ponto a Espanha, com a ajuda desse hábil e manhoso diplomata que é o Sr. Quiñones de León, alimenta a segurança de sua permanência no Conselho. Sei porém, que a Bélgica conta como certo com o apoio da França. Aliás, dada a atual situação política da Europa, não é de crer que o Governo francês deixe de empenhar-se pela permanência de sua aliada e grande amiga. Neste momento em que o Governo do Sr. Poincaré sente fugir-lhe a simpatia da Itália e joga as cristas com o Ministério britânico, tudo fará por conservar no Conselho o voto da sua única companheira na aventura mal parada do Ruhr. Será esse um gesto de boa política e, até certo ponto, de gratidão.

Ora, o Sr. bem sabe que a vontade da França é quase decisiva na Liga. Contássemos com essa ajuda e teríamos de antemão garantida a nossa permanência. Sei que o Sr. Poincaré prometeu apoiar o Brasil, no caso em que a questão do aumento do número de permanentes fôr agitada na Assembléia; e que idêntico apoio contamos nos venha da Itália. Nada sei, porém, dos sentimentos desses dois Governos com relação à nossa reeleição como membro temporário. O Sr. Quiñones de León, manifestando-se embora ressentido com o Sr. Gastão da Cunha (coisa, aliás, já antiga), parece que prometeu apoiar-nos quer na Liga quer junto ao seu Governo. Não acredito, porém, nessa promessa. Acho que a Espanha só poderia auxiliar-nos sinceramente se se sentisse, ela própria, de todo segura. Mas tal não se dá, e não se compreende, portanto, que não podendo consigo ainda queira ajudar a outrem. A união faz sem dúvida a for-

ça; mas quem está em risco de afogar-se e tem apenas uma frágil táboa na mão (como é o casa de Espanha), não corre em auxílio a outro náufrago.

V

De 22 de agosto de 1923: Para *Hildebrando Accioly*, 19 Oficial da Secretaria de Estado, no Rio de Janeiro.

Há um mês que este país tem novo dono. Essa mudança foi realizada, aliás, com a mesma facilidade com que trocamos, ao cair da tarde, o paletó leve e sovado do dia, pelo jaquetão pesado que nos abrigará das surpresas da noite. O jaquetão, no caso, é o Sr. Stanley Baldwin. O Sr. Baldwin subiu ao poder realizando uma dupla vitória: vitória do seu partido dentro da política britânica e vitória sua dentro do próprio partido conservador.

Digo que houve vitória sua dentro do partido conservador porque o Sr. Baldwin subiu à chefia do Gabinete contra a vontade, os esforços e os projetos do seu colega e correligionário Lorde Curzon. Lorde Curzon fez tudo quanto lhe era possível para ser o escolhido pela Coroa. Mas foi completamente derrotado. Como uma justificação para tão lamentável insucesso, alegaram seus amigos e os jornais de Lorde Curzon, que este não poderia ser o escolhido para Primeiro Ministro porque era Par do Reino, e nessa qualidade estaria impedido de sentar-se na Câmara dos Comuns e fazer ali a defesa do Gabinete. É sabido que o partido de oposição considerado oficial, que é o dos trabalhistas, não tem representantes na Câmara dos Lordes. Essa alegação, porém, não tem fundamento, e não passa de uma mera desculpa, para encobrir a derrota de Lorde Curzon, o qual não precisa ter assento nos Comuns para defender ali o seu Governo, podendo essa tarefa ser confiada a qualquer um de seus Ministros que tivesse ali um assento. A verdade é que tanto os amigos como os jornais de Lorde Curzon desenvolveram a maior atividade para colocá-lo à frente do Gabinete, e só se lembraram de que o seu chefe era Par do Reino quando o viram derrotado.

O que ficou patente é que Lorde Curzon só não foi Primeiro Ministro porque não tinha, como não tem, as qualidades e ainda menos o prestígio, entre os seus próprios correligionários, para desempenho desse cargo. Fora um pequeno grupo de conservadores e o apoio do *Times*, que apesar de alardear independência o defende incondicionalmente, ninguém mais em seu partido o tolera, para o que têm sobretudo concorrido a vaidade que o caracteriza, a sua empáfia e a mania, que lamentavelmente alimenta, de querer ser o maior estadista da Inglaterra de hoje, quando não passa de um medíocre político e ainda mais medíocre diplomata.

Ele foi portanto redondamente derrotado. Sentindo-se perdido, pôs sua arrogância no saco e seguindo os seus instintos, que é o amor às posições, declarou que nunca desejou outra coisa que não fosse a chefia Sr. Baldwin; e que, portanto... guardava a pasta do Exterior. No Brasil o mínimo que diriam é que ele se tinha completamente avacalhado. Aqui não se disse tanto, porque ainda se tem um pouco de respeito pelos homens públicos. Reconheceram apenas que ele fôra, pelo menos aí, um "hábil diplomata".

Com diplomacia ou sem ela, o certo é que Lorde Curzon guardou a pasta, muito embora com prejuízo para a política dos conservadores e para a situação internacional da Inglaterra, que ele não soube até agora restabelecer nas bases de prestígio e de autoridade que desfrutava antes. É verdade que muita gente ainda acredita nas luzes de Lorde Curzon, e espera que ele acabe impondo-se à frente do Foreign Office. É uma das muitas ingenuidades do inglês, como essa também de acreditar que este país ainda é um celeiro de grandes estadistas. A verdade, porém, é que desde o desaparecimento de Lorde Salisbury, a política britânica nunca mais teve à frente um verdadeiro estadista, com a soma de predicados que caracterizava a equipe que encheu o panorama do século XIX, a época chamada vitoriana. Lorde Balfour foi por algum tempo o homem em quem todos depositavam as maiores esperanças. Mas o seu espírito demasiado especulativo não combinou com o realismo da política. O certo é que, com todos os seus defeitos, com toda as suas acrobacias políticas, Lloyd George ainda é a personalidade mais interessante e mais completa da Inglaterra. Baldwin é sem dúvida um homem de valor, sobretudo um *strong man*, homem de têmpera, de pulso forte, que poderá ser útil numa situação difícil e complicada. Mas, como bom industrial que é, pensa poder dirigir a política do Império como se isto aqui fosse uma grande fábrica. Não creio que seja esse o melhor dos processos, sobretudo quando tem atrás de si um partido debilitado, heterogêneo, enfraquecido pelas competições que separam os seus maiores e pensando por quatro ou cinco cabeças.

VI

De 20 de agosto de 1923: Para o Ministro *Frederico Castello Branco Clark*, Chefe do Gabinete do Ministro de Estado, no porto de Lisboa.

Meu caro Dr. Clark,

Antes de tudo receba um abraço pela sua chegada à Europa e os meus mais efusivos cumprimentos pela merecida e honrosa comissão que recebeu do nosso Governo.

Em carta que lhe dirigi ao Rio, e que certamente cruzou consigo em pleno Atlântico, referi-me ligeiramente à nossa presente situação na Liga das Nações. Então manifestei minhas apreensões quanto à nossa permanência no Conselho. Essas apreensões ainda persistem. Continuo a pensar que o Brasil tem, acima de qualquer outro país da América do Sul, o dever, se não o direito, de pleitear um lugar no Conselho. Acho ainda que será uma injustiça a nossa exclusão, tanto mais quando tudo faz crer que isso não será uma medida geral, que venha atingir todos os atuais membros temporários. Não sei até que ponto a Espanha, com a ajuda desse hábil e manhoso diplomata que é o Sr. Quíñones de León, alimenta a segurança de sua permanência no Conselho. Sei, porém, que a Bélgica conta como certo o apoio da França. Aliás, dada a atual situação política da Europa, não é de crer que o governo francês deixe de empenhar-se pela permanência da sua aliada e grande amiga. Neste momento em que o Governo do Sr. Poincaré sente fugir-lhe a simpatia da Itália, e joga as cristas com o Ministério Britâ-

nico, ele sem dúvida tudo fará por conservar no Conselho o voto da sua única companheira na aventura mal parada do Ruhr. Será esse um gesto de boa política, senão mesmo de uma natural gratidão.

Ora, o Sr. sabe que a vontade da França é força quase decisiva na Liga. Contássemos com essa ajuda, e teríamos de antemão garantida a nossa permanência. Sei que o Sr. Poincaré prometeu apoiar o Brasil, no caso em que a questão do aumento do número de permanentes for agitada na Assembléia; que idêntico apoio contamos nos venha da Itália. Nada sei, porém, dos sentimentos desses dois Governos em relação à nossa reeleição como membro temporário. O Sr. Quiñones de León, embora manifestando-se ainda ressentido com o Sr. Gastão da Cunha (coisa aliás já *demodée*), parece que prometeu apoiar-nos quer na Liga, quer ao seu Governo. Não acredito, porém, nessa promessa. Acho que a Espanha só poderia sinceramente auxiliar-nos, se se sentisse ela própria de todo segura. Mas tal não se dá; e não se compreende que não podendo consigo, ainda queira ajudar a outrem. A união faz sem dúvida a força; mas quem está em risco de afogar-se, e tem apenas uma frágil tábuca na mão (como é o caso da Espanha), não dá auxílio a outro naufrago.

Como suponho ignore, pois que somente agora se publicou, remeto-lhe a Ordem do Dia da próxima Assembléia. Aí vêm incluídos os dois grandes assuntos que nos interessam sobremaneira: a formação do próximo Conselho e a eleição do substituto de Rui Barbosa.

Sobre esse último, envio-lhe também uma cópia da comunicação que a Secretaria fez aos membros do Conselho. Nela estão os nomes das pessoas indicadas pelos grupos nacionais do Tribunal da Haia. Como vê, até 19 do corrente, já haviam 29 candidatos, inclusive o nosso. Esse grande número de candidaturas trará certamente como resultado a dispersão de votos. Contudo, ainda acredito na vitória fácil do Sr. Epitácio Pessoa.

Notará que o Sr. Rodrigo Otávio figura nessa lista. Não sei de quem partiu a indicação. Suponho que de algum país do Norte da América, talvez do Panamá, o qual se não me engano, já o indicara na eleição anterior. O Sr. Zeballos também ali aparece. Ele anda aqui pela Europa, tendo sido banqueteador por Lorde Phillimore. Diz que a razão dessa viagem ao Velho Mundo é o Instituto de Direito Internacional. Pode ser. Mas o Sr. Zeballos é muito matreiro, e não duvido que esteja em campanha eleitoral...

O Ministro foi mais uma vez generoso para comigo, autorizando o Sr. Gama a despachar-me à Assembléia. Aliás, reconheço também a parte que lhe toca nesse negócio. Não sei ainda se o Sr. Gama me permitirá ausentar-me de Londres. No caso afirmativo, procurarei estar em Paris por ocasião de sua chegada; e ficarei muito contente se me permitir viajarmos juntos para Genebra.

Continue com boa viagem, e aceite um braço do seu amigo e admirador muito grato,

Heitor Lyra

VII

De 22 de agosto de 1923: Para *Hildebrando Accioly*, 1º Oficial da Secretaria de Estado, no Rio de Janeiro.

Meu caro amigo — Respondo agora demoradamente a tua carta de 29 de junho último. Ela me deu um duplo prazer, por saber que já estais de volta ao Rio, em via de completo restabelecimento, e pelas notícias interessantes de tua viagem ao Chile.

Daquilo que se passou, e do que resultou da Conferência de Santiago, já estava eu vagamente conhecedor. O incidente provocado pelo último discurso do Embaixador Amaral (14) chegou aqui pintado com cores diversas. Para uns, ele nos foi favorável, por isso que desmascarando o procedimento desleal da Argentina e, até certo ponto, o jesuitismo da diplomacia chilena, nos colocou inteiramente senhores da situação. Tiram outros conclusões diferentes, e vêem no gesto do nosso Embaixador uma precipitação imperdoável, que nos foi altamente prejudicial, e que chegou mesmo a abalar a situação política do Sr. Amaral, esperando-se agora que o Governo retire de lá o nosso representante, sob pena de prejudicar ainda mais a posição do Brasil junto ao governo chileno. Não conheço nem mesmo um resumo desse façanhoso discurso. Não me permito, portanto, prejulgar o alcance que teve ou que virá a ter. Quando deixei o Rio, bem me lembro de que o nosso Ministro e chefe estava fortemente enamorado da diplomacia do Sr. Amaral. Nosso Embaixador era então uma grande revelação, que surgia inopinadamente, lá atrás dos Andas. Por seu lado, o Sr. Amaral também andava perdido de amores com o Chanceler; e na sua incontida admiração, chegava a vaticinar o aparecimento de um outro Rio Branco. Dessas relações amorosas, que resta hoje? Há quem assegure que elas ainda se mantêm fortes e bem aproximadas; mas já ouvi também que tudo aquilo nada mais era, afinal, do que um simples namorico, que um primeiro arrufo pronta e facilmente destroe. E adiantam, por fim, que esse arrufo já se verificou nos últimos dias da Conferência...

Se lá nas bandas da nossa América as coisas não marcham naquele mar que os poetas chamam de rosas, cá pela Europa não correm elas por caminhos mais suaves. Há um mês que este país tem novo dono. Essa mudança foi realizada, aliás, com a mesma facilidade com que trocamos, ao cair da tarde, o paletó leve e sovado do dia, pelo jaquetão pesado que nos abrigará das surpresas da noite. O jaquetão, no caso, é o Sr. Baldwin. O Sr. Baldwin subiu ao poder realizando uma dupla vitória: vitória do seu partido dentro da política britânica, e vitória sua dentro do próprio partido conservador.

Digo que houve vitória sua dentro do partido conservador porque o Sr. Baldwin subiu à chefia do Gabinete contra a vontade, contra os esforços e contra os projetos do seu colega e correligionário Lorde Curzon. Lorde Curzon fez tudo quanto lhe era possível para ser o escolhido da Coroa. Mas foi completamente derrotado. Como uma satisfação para esse lamentável choque, alegaram os amigos e os jornais de Lorde Curzon, que este não poderia ser o escolhido porque era Par do Reino; e que nessa qualidade jamais poderia ter assento entre os Comuns, que é a única Câmara onde funcionam representantes do partido da oposição considerada oficial, que é o dos trabalhistas.

Essa alegação tem seu fundamento; mas no fundo não passa de uma mera desculpa. A verdade é que tanto os amigos quanto os jomais de Lorde Curzon desenvolveram a maior atividade para o colocar à frente do Gabinete, e só se lembraram que o seu chefe era Par do Reino quando o viram derrotado.

O que é patente é que Lorde Curzon só não foi Primeiro Ministro porque não tinha, como não tem o prestígio bastante, mesmo entre os seus colegas de partido, para desempenhar esse cargo. Afora um pequeno grupo de conservadores, e o prestígio do *Times*, que apesar de alardear independência o defende incondicionalmente Lorde Curzon é geralmente antipatizado entre os seus correligionários, e isso graças à vaidade que possui, à empáfia que ostenta e à mania, que lamentavelmente alimenta, de querer ser o maior estadista da Inglaterra, quando não passa de um medíocre politiqueiro e detestável diplomata.

Lorde Curzon foi assim completamente derrotado. Perdido, pôs a sua arrogância no saco e, seguindo os seus instintos, que é o amor às posições declarou que jamais desejara outra coisa senão a chefia de Mr. Baldwin, e que portanto... guardava a pasta do Exterior. No Brasil diriam logo — o mínimo! — que o nosso amigo, com esse gesto, ficara completamente avacalhado. Aqui não se disse tanto, porque ainda se tem um pouco de respeito pelos homens públicos. Reconheceram apenas que ele fora um “grande diplomata...”

Com diplomacia ou sem ela, o certo é que Lorde Curzon guardou a pasta, e isso com prejuízo para a política dos conservadores e para a situação internacional da Inglaterra. É verdade que ainda há gente que espera grandes resultados das luzes de Lorde Curzon. Noto que muitos ingleses alimentam essa esperança com a mais cândida inocência. Dirás que tais ingleses, elevando Lorde Curzon às honras de estadista, não fazem mais do que revelarem uma deliciosa ironia.

Não creio, mesmo porque a ironia é coisa que deixou de existir neste grande país. O inglês de hoje não tem mais aquele *humor*, que era o grande encanto da sociedade britânica do século XVIII, como perdeu também aquela alegria sã e jovial, que fazia rir a corte buliçosa do Rei Henrique VIII. Atualmente é um homem profundamente sisudo, melancólico, que fuma, horas caladas, o seu cachimbo, e que de tempos a tempos pronuncia uma frase curta e conselheiral. É nesse momento de grande solenidade que ele proclama as altas qualidades de Lorde Curzon.

A verdade é que a Inglaterra não é mais o grande celeiro de estadistas. Pode-se dizer que desde a morte de Salisbury, a política britânica não viu mais à sua frente um homem que reunisse as qualidades de um estadista. Balfour foi um momento um homem que inspirou as maiores esperanças. Mas o seu espírito demasiado especulativo, não combinou com o realismo da política. O certo é que, com todos os seus defeitos, e com todas as suas acrobacias de politiqueiro, Lloyd George ainda é a personalidade mais proeminente da Inglaterra atual. Baldwin é sem dúvida um homem de valor. É sobretudo um *strong man*: homem de têmpera, de pulso forte e valente. Mas como bom industrial que é, pensa poder dirigir a política do Império como se isto aqui fosse uma grande fábrica. Não creio que seja esse o melhor dos processos. Sobretudo quando se tem atrás de si um partido debilitado, heterogêneo, batido pelas competições e pensando por quatro ou cinco cabeças — como é o caso dos atuais conservadores.

Recebeu-se aqui o telegrama do Ministro, autorizando minha ida a Genebra, para a Assembléia deste ano. Bem sei a parte que tomaste para a realização desse meu desejo, e mais uma vez te envio a minha gratidão. Da outra vez, por ocasião do Conselho, recebi 100 libras. Agora me foram dadas apenas 50, isto é, o necessário, apenas, para as passagens de ida e volta e mais alguns extraordinários. A estada em Genebra, que será desta vez mais prolongada, ficará assim à minha custa. Mas estou contente, e nem por isso deixo de ficar menos grato a ti que aranjou esse negócio e ao Ministro que o atendeu. Aliás, devo dizer-te que as despesas que vou ter desta vez em Genebra correrão por conta do pequeno saldo que me restava daquelas 100 libras anteriores.

Deverei partir domingo próximo, dia 26, e procurarei estar em Paris por ocasião da chegada do Melo Franco e do Clark. O Sousa Leão, que me pedira e eu desejava fosse no meu lugar, escreveu-me dizendo que isso não é mais possível, porque tem que ficar como Encarregado de Negócios, o que em parte o satisfaz. Assim tudo se arranjou, e nós dois ficamos satisfeitos.

Há dias estive uma boa hora com o Sr. Teixeira Gomes (15), que está eleito Presidente de Portugal. Mostra-se sempre amigo do Brasil.

Boa saúde para todos os teus, e um abraço saudoso do teu

Heitor Lyra

VIII

De 12 de janeiro de 1924: Para *Armando Gaioso*, Deputado estadual no Recife.

Meu caro Armando,

Não sei se V. conheceu o Sr. Chateaubriand, pernambucano, pai do Sr. Assis Chateaubriand. Era um homem baixo, gordo, de rosto largo, que falava e discutia com animação. Guardo dele uma lembrança que já vai lentamente se apagando. Recordo-me de que aí por 1904 ou 1905 ele freqüentava com assiduidade a nossa casa, então à Praia de Botafogo, nº 88. E o que conservo, dessas visitas do Sr. Chateaubriand, é antes o assunto costumeiro de suas palestras, do que propriamente a sua personalidade. Esse Chateaubriand impressionara desde logo o meu espírito adolescente, numa ocasião em que não compreendia nem aceitava outro Chateaubriand que não fosse o grande escritor de *Atala* e do *Renée*. Assim, quando o via entrar pela sala dentro, depois do jantar, não podia esconder a minha admiração diante daquele Chateaubriand de carne e osso, falador, amigo de nossa casa e, o que positivamente me encantava, exprimindo-se numa língua mais fácil e mais compreensível do que era então o meu francês colegial. É certo que não o tomava como sendo o verdadeiro Chateaubriand, que sabia morto há muitos anos. Mas sem dúvida o considerava parente do grande escritor. E isto bastava para o meu encanto. À força de escutá-lo, acabei por impressionar-me com a insistência com que repetia, todas as noites, o mesmo assunto da conversa. Por fim convenci-me de que aquele homem era um obstinado.

Durante o tempo em que o Sr. Chateaubriand privou com meu pai, não o conheci com outro assunto que não fosse o de mudar o nome da cidade de Chã de Car-pina, em Pernambuco, para o nome de Floresta dos Leões... Parece que patrocinava um projeto que nesse sentido fora apresentado à Câmara Federal.

Mas, porque Floresta dos Leões? Não sei. Na minha imaginação, eu supunha essa região coberta por uma extensa floresta, e essa floresta habitada por leões. De suas pala-vras, concluía que o Sr. Chateaubriand nutria uma profunda gratidão por essa cidade. A ela recolhera sua mulher doente, que ali, encontrara à sombra de uma mangueira que ele cantara em duas quadrinhas, a cura de que necessitava. Mas ele não cantara somente a mangueira benfazeja. Floresta de Leões andara também de mistura com suas quadras pitorescas. De uma dessas ainda me recordei durante alguns anos, escrita se bem me lembro num cartão com a fotografia de um leão assentada sobre uma base de granito.

Passaram-se os anos. Esqueci os versos, os leões e a floresta do Sr. Chateaubriand. Abandonamos a casa da Praia de Botafogo, onde passara grande parte de minha adoles-cência. O bom do Sr. Chateaubriand desapareceu. Creio que faleceu, e Deus o tenha na sua guarda. Cresci — pouco aliás — estudei: andei pelo mundo; perdi as ilusões que me embalavam.

A proporção que esquecia o Chateaubriand da Floresta de Leões, fui conhecendo mais profundamente o Chateaubriand que me iluminara através às páginas da *Selecta de Régnier*. E a força de o conhecer, fui-me desencantando. Se por um lado ainda me extasiava diante das páginas do *Gênio do Christianismo*, por outro lado não me agrada-va a rudeza com que o cortesão de Luíz XVIII tratava o “Buonaparte”. Já então eu evoluíra completamente para o herói de Austerlitz. E quando abandonei o estilista, e enveredei pelo político e pelo diplomata, desencantei-me de todo.

Aquele Chateaubriand, que outora me enlevara através aquelas páginas admirá-veis, aparecia-me agora como um politiqueiro vulgar, que ora avançava até a vanguarda do liberalismo do Sr. Guizot, ora retroagia para o absolutismo do Sr. de Villèle. E quando privei intimamente com o Ministro dos Negócios Estrangeiros e com o Embai-xador no Congresso de Verona, a minha desilusão foi completa. Despedi-me então de M. de Chateaubriand, na certeza de que ele sempre fora um diplomata vulgar e dema-siado presumido.

Passaram-se mais alguns anos. Pouco a pouco fui-me aproximando da velhice, de cujos achaques me encontro hoje mais chegado, do que da folgança da adolescência. Minha calva tornou-se para mim um dom inestimável, por isso que, à falta de outros títulos, me deu um pouco de austeridade e conceito entre os meus concidadãos.

Um dia, deveres de ofício, trouxeram-me novamente às terras do Velho Mundo. Das praias sossegadas de Copacabana vi-me transportado para o formigueiro de Lon-dres. Na terra estrangeira, longe do conforto da Pátria, da família e dos amigos, no vai-e-vem continuado da vida agitada desta cidade, o meu passado quase que de todo se esvaecera. As ambições presentes e os cuidados do futuro dominavam completamente a minha imaginação.

Eis senão quando, uma noite de inverno, aconchegado ao fogo da lareira, esse passado, que eu deixara no Brasil mergulhado no esquecimento, apareceu-me lenta-mente, foi aos poucos se precisando, para construir-se depois com a nitidez dos tempos

de outora. O bom do Sr. Chateaubriand, a nossa velha casa de Botafogo, Floresta dos Leões e as quadras pitorescas, o leão assentado sobre a base de granito — tudo isso reviveu por um encanto na minha imaginação. E foi com um infinito prazer que voltei a viver, por alguns instantes, os dias de minha adolescência.

A que devo essa transfiguração? À sua carta meu caro Armando. Relatando-me os seus labores parlamentares, para a criação desse município cuja sede é a Floresta dos Leões, concedeu-me V. dois prazeres: o de saber que colheu afinal uma bela vitória depois de longas labutas, e o de reconstruir momentaneamente um passado que me é caro pelo que me deixou de bons pensamentos. Por esses dois prazeres receba um duplo abraço.

A carta que V. me diz ter escrito, não a recebi até hoje. E a não ser esta que estou a responder, não tive outras notícias suas desde que há dez meses deixei o Rio de Janeiro. Medindo o seu longo silêncio não o estranhei todavia, pois que o sabia resultante antes de suas muitas ocupações do que de um possível esquecimento seu para comigo.

Espero que seu filho já tenha recuperado completamente a saúde de que necessita para confortar e distrair o seu lar.

Pergunta-me V. como encontrei a Europa. Bem quisera dizer-lhe somente coisas boas. Mas a verdade é que encontrei uma Europa revolvida de alto a baixo pelas convulsões da Grande Guerra. Aquela que eu conhecera em 1910 se me afigura agora tão distanciada de mim quanto estava naquela época a Europa que dançara os últimos minutos nos salões dourados de Versalhes.

O sopro da desordem continua a varrer estas planícies. A Europa, que durante quatro anos sofrera as devastações da metralha e alagara suas terras com o sangue de uma geração, curte agora a anarquia resultante dos Tratados de Paz. A França, que levantara, em 1914, o estandarte da liberdade dos povos, porfia neste momento em sufocar os Germanos. Os homens que lhe dirigem os destinos esqueceram as tradições de liberalismo da Assembléia Constituinte e do Consulado, para reviverem os tempos em que Louvois mandava transformar num deserto das férteis planícies do Palatinado.

Fui à Liga das Nações. O que vi? Um sevandija, hoje elevado a ditador romano, esbofetear trinta nações reunidas em assembléia e receber delas em troca, as maiores ovações. Na Espanha um soldado incapaz assenhoreou-se de todo um povo, e transformou num boneco de feira o descendente de Carlos Quinto.

A anarquia é geral. A disciplina está na desordem. A liberdade está no despotismo. A lei no livre arbítrio. Quem dispõe de uma partícula de força, domina uma multidão. As Constituições são desprezadas e ridicularizadas. Ninguém protesta. Todos concordam em ser amordaçados. De um lado poltrões, de outro lado três ou quatro valentes — eis a Europa atual. Quatro anos de guerra em nome de princípios de liberdade e de justiça para chegar-se à situação de maior intolerância que se conhece depois do século XVIII. Os direitos que os revolucionários franceses implantaram à custa de todo um povo; os princípios de liberdade que Napoleão espalhou através a Europa; o constitucionalismo, que foi a grande vitória do século XIX — tudo isso os homens que se acercaram em Versalhes mergulharam na paz mais odiosa e retrógada que até hoje se firmou.

IX

De 24 de julho de 1924: Para *Maurício Nabuco*, 19 Oficial da Secretaria de Estado, no Rio de Janeiro.

... ..

Meu caro Nabuco,

Recebi em tempo sua carta de 30 de maio. Estive ultimamente uns dias ausente de Londres. Mas já me encontro de volta desde o princípio deste mês.

Vamos vivendo sem novidades, e nestes últimos dias muito apreensivos com o que se está passando em São Paulo (16). Longe dos acontecimentos, desprovido de notícias seguras, só tenho esta opinião: é a de que o Brasil precisa sobretudo de juízo. Que Deus o inspire, como o tem guiado até agora, e que tudo se resolva com o menor dos sacrifícios. Minha natureza condescendente perdoará quaisquer excessos, de governistas ou de sediciosos. Mas não saberei tolerar qualquer ato no sentido de quebrar a nossa unidade política — positivamente a única coisa que ainda nos resta. Felizmente confio no nosso espírito unitário para não alimentar tais temores. Unidos nos proclamamos independentes; unidos aceitamos a abdicação de 7 de abril e demos esse golpe de Estado político que foi a maioria; ainda unidos fomos à guerra contra Lopez, como implantamos mais tarde a República. Não será portanto agora, cem anos depois, que havemos de nos estraçalhar com as nossas próprias mãos. Qualquer que venha a ser o resultado dessa rebelião, uma verdade é patente: é que o malfadado cupim da politicagem realizou muito bem o seu trabalho danoso. É triste. É sobretudo triste termos passado por sessenta anos de Monarquia liberal e trinta de republicanismo, para chegarmos hoje ao que presenciemos. Mas volto a dizer: confio em que Deus cuidará do Brasil, já que o critério dos homens é precário, instável e demasiado limitado.

A rebelião em São Paulo com certeza fará demorar ainda mais o movimento diplomático, que todos esperávamos para agora. De positivo, como V. sabe, só há a designação do Regis para esta Missão, embora pareça também certo que já houve pedido de *agrément* para o Barros Moreira em Tóquio (17), e que o Gurgel do Amaral esteja aceito pelo Governo de Washington (18). Ouço de boa fonte que para Bruxelas irá um paisano, isto é, um estranho à carreira. Quem será ele? Raul Fernandes? (19). Abelardo Roças irá então para Santiago? É o que dizem com segurança (20).

V. quer saber o que fará o Gama na disponibilidade. Ele mesmo não o sabe. Essa disponibilidade representa-lhe um *impasse*: continuar a residir no estrangeiro é lhe impossível, porque lhe faltam recursos pecuniários para tanto; voltar para o Brasil é impraticável — a menos que se dê uma mudança radical na sua vida doméstica, o que de certo virá aumentar ainda mais o seu infortúnio. Receio que isso mesmo venha a acontecer-lhe. Pessoalmente lamento o destino que o estão dando no fim da vida. Mas sou forçado a reconhecer que ele tem sido, em parte, o autor de seus próprios males.

Peço dizer ao nosso excelente Accioly que está em meu poder sua carta de 26 de maio, e que breve dar-lha-ei larga resposta. Diga-lhe também que nesta data lhe

remeto o inquérito judiciário, agora publicado, sobre o assassinato da família imperial russa. Nele se esclarece definitivamente esse caso até então obscuro. O assunto é tocante, e recomendo-lhe sua leitura.

Carlos Martins está sofrendo dos rins. Foi tratar-se com as águas de Contrexeville. Tendo sido o mal logo amparado, é de presumir-se que não prossiga.

Tenha sossego e boa saúde, meu caro Nabuco. Dose-se da filosofia necessária para atravessar os maus momentos por que todos passamos agora, e confie comigo num futuro melhor para o Brasil.

Seu muigo amigo,

Heitor Lyra

XII

De 10 de fevereiro de 1925: Para *Armando Gaio*, Deputado estadual no Recife.

... ..

A Europa continua na situação de incertezas em que a colocaram os cabeçudos negociadores da paz de Versalhes: povos divididos, Governos desentendidos e a política de cada um chocando-se com a política do outro. No fundo, ninguém se entende e todos reclamam. Vive-se, afinal, *au jour le jour*.

Esta Inglaterra, onde a política era justamente sábia pela sua estabilidade e coerência, deu-se agora ao luxo de mudar de Gabinete com a mesma facilidade com que nós trocamos, ao cair da noite, o casaco surrado do dia pelo jaquetão que nos abrigará das surpresas da noite.

Depois que aqui cheguei os ingleses já experimentaram a mudança de três Gabinetes. A princípio estiveram no poder os conservadores, que subiram aos Conselhos da Coroa graças às capoeiradas políticas do Sr. Lloyd George. Pouco depois foram eles desalojados pelos trabalhistas, tendo à frente esse grande ingênuo que é o Sr. MacDonald. Mas o Sr. MacDonald durou pouco. Depressa o povo inglês reconheceu o erro em que caíra, e constatou que o Sr. MacDonald não passava, afinal, de um conservador fantasiado de trabalhista. Quando estava na oposição, fulminava o Sr. Baldwin e a sua gente com discursos os mais furibundos, e prometia, se o elevassem ao poder, as reformas mais radicais. O povo, que tem sempre a boa-fé de acreditar no que lhe dizem os homens da oposição, sentiu-se tentado diante de tão sedutoras promessas. E um belo dia o Sr. Baldwin foi posto na rua. Substituíram-no pelo Sr. MacDonald. A Inglaterra sofria com isso a mudança mais radical que já se dera na sua política: partia dos conservadores, galgava por cima dos liberais e ia cair no extremo oposto dos trabalhistas. E esperou pelas prometidas grandes reformas prometidas pelo Sr. MacDonald.

Mas o que fez ele? Nada. Ou melhor, fez aquilo mesmo que faria qualquer conservador: paramentou-se, muito prazenteiro, com o fardão de Ministro, rodeou-se

de pessoal da aristocracia, recebeu valiosos presentes e passou a dar de comer, em sua mesa, aos grãos senhores deste Império. Diante disso o povo, que apesar de idiota é mais sabido do que geralmente se pensa, entendeu que entre um conservador verdadeiro e um conservador fantasiado de trabalhista, mais valia o primeiro que é, ao menos, no fundo, um homem honesto. Vai daí despiu depressa o Sr. MacDonald da farda com que se paramentara e a plantou de novo nos sólidos costados do Sr. Baldwin. E quanto ao Sr. MacDonald, que se sentia confortável sob aqueles reluzentes bordados, teve que deixar bem a contra-gosto os salões de Downing Street. Desempregado, foi dissipar suas mágoas entre os moleques da Jamaica.

Em França as coisas não vão menos irrequietas. Quando cheguei à Europa, em fevereiro de 1923, ela era governada pela energia do Sr. Poincaré. O Sr. Poincaré ameaçava céus e terras. Pronunciava dez discursos por dia, e em cada um deles prometia arazar o mundo com a sua “energia férrea”. Tanto falou, porém, o Sr. Poincaré, tanto ameaçou, que os franceses entenderam, um belo dia, que ele estava abusando do direito de ser valente — e isso com prejuízo para os interesses do país. Um cidadão que vai todos os dias para o fundo do seu quintal e que ali ameaça, a todas as horas, de punhos cerrados, e em altos berros, achatando o nariz de seus vizinhos, acabará certamente por expor sua casa e todos que lá vivem à desforra dos circunstantes ameaçados. Foi o que se deu com a França. Tantas e tantas proezas cometeu mestre Poincaré que os franceses, apesar de sua paciência, acabaram reconhecendo que ele estava expondo inutilmente o país à reação de seus vizinhos. Despediram então o Sr. Poincaré.

Foi quando apareceu o Sr. Herriot. Este, se fala menos e é mais comedido em suas expansões, em compensação gosta de se exhibir, e faz antes política para a galeria dos seus partidários do que propriamente para o povo francês. De parceria com o Sr. MacDonald foi a Genebra e ali assentaram os dois um famoso Protocolo, em virtude do qual a paz definitiva do mundo seria uma próxima realidade. À sobra desse Protocolo as Nações viveriam doravante num largo e generoso sossego; os povos se adorariam como irmãos gêmeos; os Exércitos e as Marinhas, como plantas em terreno estéril, depressa desapareceriam — em suma, mestre Herriot, de um lado, e mestre MacDonald, de outro, como anjos mandados pelo Senhor, cobririam este mundo de incertezas com o mando branco da paz. Um poema.

O diabo, porém, foi que os ingleses deram por terra com o angélico Sr. MacDonald. E o Sr. Baldwin, que de anjo só tem as costas gordotes e bem arcadas, entendeu que o famoso Protocolo era uma pilhéria de mau gosto, por isso que visava acabar com a esquadra inglesa. Ora, a *home fleet*, depois do cachimbo e o *porridge* pela manhã, é aquilo que o inglês mais admira. Ele pensa, e pensa sensatamente, que a grande força deste Império reside justamente nos canhões de sua esquadra. Resultado: o Protocolo de Genebra, por obra e graça dos senhores conservadores, foi atirado à cesta dos papéis sujos. O Sr. Herriot não revelou a decepção que isso lhe causou, nem a raiva que ficou do Sr. Baldwin. E como não podia nem lhe convinha abrir luta com os ingleses e a sua esquadra, foi para a tribuna da Câmara e ali, depois de descompor os alemães, declarou que a França não deixaria o Reno nem a zona do Ruhr enquanto não lhe pagassem o que lhe era devido. Todos foram acordes em que os alemães desempenharam neste caso o tocante papel do holandês.

O Sr. Herriot não tem a alma feminina. As mulheres desdenham em geral os homens que vivem isolados ou desprezados, para procurarem de preferência prender com os seus encantos aqueles que estão sempre cercados e disputados por outras mulheres. O Sr. Herriot fez justamente o contrário. Como os bolchevistas vivessem desprezados e enxotados por todo o mundo, o Sr. Herriot caiu de amores por esses brutos e, enchendo-se de sorrisos e trejeitos, estendeu-lhes a mão rechonchuda, convidando-os logo em seguida para “entrarem em relações”. Os bolchevistas, é claro, sentiram-se muito honrados. E logo encetaram aquelas relações por que aspirava o chefe francês, nomeando um “camarada Embaixador” para Paris. O Sr. Herriot apressou-se em retribuir o gesto com um Embaixador francês para Leningrado. Estava consumado assim o casamento. As coisas iam às mil maravilhas — a lua de mel — quando um belo dia o Embaixador francês, percorrendo os aposentos da Embaixada de França na Rússia, descobriu que todos os objetos e antigüidades de valor que ali havia no tempo dos Tsares haviam sido roubados durante a revolução bolchevista de 1917. Mestre Herriot reclamou os objetos. Mas os seus camaradas e agora aliados bolchevistas responderam-lhe, muito naturalmente, que esses objetos, como tudo o mais que ali se continha, tinham sido “requisitados” pelos operários, ou melhor, reivindicados pelos operários comunistas, como coisas de sua incontestável propriedade. O Sr. Herriot ainda quis insistir em sua reclamação. Mas os bolchevistas mandaram dizer-lhe que se fosse queixar ao Bispo. É claro que ele não se foi queixar ao Bispo. Mesmo porque este o censuraria por ter “entrado em relações” com malfeitores. Quem faz negócio com ladrões tem as maiores probabilidades de sair roubado. E como não lhe convinha queixar-se ao Bispo, vingou-se dos bolchevistas retirando, espalhafatosamente, a Embaixada francesa do Vaticano. Sua Santidade o Papa foi distinguido, neste caso, como os alemães na questão do Protocolo, com o delicado papel do holandês, pagando mal o que não fez.

... ..

Seu muito amigo

Heitor Lyra

- (1) Uma tal previsão era, nessa época, uma quase heresia, e com ela se escandalizou, quando lhe expus o meu pensamento, o Embaixador Domício da Gama, aconselhando-me não me deixar levar pelas vitórias trabalhistas nuns poucos condados sem maior importância. Contudo, minha previsão iria em breve realizar-se quando Baldwin, sem estar a isso obrigado, submeteu seu Governo ao julgamento da Nação, convocando as eleições gerais. Só não se verificou o “pulso de ferro” do Sr. Mac Donald e as prometidas reformas radicais do seu programa eleitoral.
- (2) Maurício Nabuco, 1º Oficial da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, no Rio de Janeiro.
- (3) Quando cheguei a Paris, em fevereiro de 1923, a Embaixada estava instalada na Rua Quentin Boucard. Iria mudar-se pouco depois para o rés-do-chão de uma casa na Avenida Montaigne.
- (4) Frederico de Castelo Branco Clark, Ministro de 2ª classe e chefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores Félix Pacheco.
- (5) Cônsul Sebastião Sampaio, Oficial de Gabinete do Ministro de Estado.
- (6) Carlos Martins Pereira e Sousa, Conselheiro da Legação do Brasil em Viena de Áustria, transferido para a Embaixada em Londres.
- (7) Epitácio Pessoa, ex-Presidente da República. Foi, de fato, eleito nessa ocasião, para membro da Corte Internacional de Justiça, com sede na cidade de Haia.
- (8) Alexandre Alvarez, juriconsulto chileno, criador do chamado Direito Internacional Americano e consultor da Delegação do Chile na Liga das Nações.
- (9) Depois Lorde Perch.
- (10) Era Secretário da Delegação do Brasil nas Assembléias da Liga das Nações.
- (11) Deputado Afrânio de Mello Franco. Fora chefe da Delegação do Brasil na Conferência Internacional Americana reunida em Santiago do Chile, e da qual fizesa parte, como Secretário, Hildebrando Accioly.

(12) *Arquivo Diplomático da Independência*, obra em 6 volumes elaborada em 1922, por Mário de Barros e Vasconcelos, Zacarias de Goes Carvalho, Hildebrando Accioly, Osvaldo Correia e eu, todos funcionários da Secretaria de Estado. Seria publicado em 1923. Não sei com que números de exemplares, mas a edição está esgotada há muitos anos, e o atual Ministro do Exterior, Mário Gibson Barboza já mandou tirar uma nova edição (facsimilada), pedindo que lhe faça uma Introdução.

(13) O Brasil conseguiria, com o Ururuai, ser reeleito membro temporário do Conselho da Liga das Nações, muito embora encontrasse certas dificuldades para isso por parte do Chile e de Cuba, ambos desejosos de substituir-nos. Mas apesar de todo o trabalho que fizemos, nunca conseguiríamos ser eleito membro permanente do Conselho, razão pela qual nos retiramos da Liga em Fevereiro de 1926.

(14) Silvino Gurgel do Amaral, Embaixador do Brasil no Chile, que seria, realmente, transferido para a Embaixada em Washington.

(15) Ministro de Portugal em Londres.

(16) Revolta contra o Governo de Epiácio Pessoa, encabeçada pelo General Isidoro Dias Lopes.

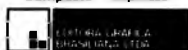
(17) Teve *agrément*, mas não foi. Iria como Embaixador em Bruxelas.

(18) Silvino Gurgel do Amaral. Foi, de fato, aceito e partiu para ocupar o posto.

(19) Só iria para Bruxelas, como Embaixador, em 1927.

(20) Foi, de fato, para Santiago, como Embaixador, em outubro de 1926.

Composto e Impresso:



810 - Q. 4 - Lt. 175 - Fone: 226 1829 - Brasília - DF

A Coleção Temas Brasileiros inclui os seguintes títulos:

1. **Sistemas Sesmarial no Brasil**
Costa Porto
2. **Visão da Crise**
Gileno de Carli
3. **O Protestantismo, a Maçonaria e a Questão Religiosa no Brasil**
David Gueiros Vieira
4. **A Construção da Ordem — A Elite Imperial no Brasil**
José Murilo de Carvalho
5. **História dos Partidos Políticos no Brasil**
Vamireh Chacon
6. **Carlos Chagas: Coletânea de Trabalhos Científicos**
Carlos Chagas
7. **Conjuntura Política Nacional — O Poder Executivo e Geopolítico do Brasil**
Golbery do Couto e Silva
8. **Oito Anos de Parlamento**
Afonso Celso
9. **Catálogo do Arquivo Particular do Visconde do Rio Branco**
Nadir Duarte Ferreira
10. **Catálogo da Exposição de História do Brasil**
11. **Guia de Pesquisa de Joaquim Nabuco em Washington**
12. **Bases do Autoritarismo Brasileiro**
Simon Schwartzman
13. **História Monetária do Brasil**
Manuel Peláez e Wilson Suzigam
14. **Revolução de 30 — V, I e II**
Vários Autores
15. **Sua Majestade o Presidente do Brasil**
Ernest Hambloch
16. **Índices do Almanaque Gamier e da Gazeta Litteraria**
17. **Minha Vida Diplomática**
Heitor Lyra
18. **Deodoro — Subsídios para a História**
Ernesto Senna
19. **A Guerra do Paraguai**
Senna Madureira
20. **Fidalgos e Filantropos**
A.J.R. Russell-Wood
21. **O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)**
Amado Luiz Cervo

